JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Campinápolis 6
Camara Municipal de Confresa 7
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 15
Câmara Municipal de Nova Guarita 16
Camara Municipal de Porto Esperidião 17
Camara Municipal de Porto Estrela 18
Camara Municipal de Várzea Grande 18
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 18
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 19
Prefeitura Municipal de Água Boa 19
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 25
Prefeitura Municipal de Alto Garças 27
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 28
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 28
Prefeitura Municipal de Apiacás 29
Prefeitura Municipal de Araguaiana 92
Prefeitura Municipal de Araguainha 93
Prefeitura Municipal de Araputanga 93
Prefeitura Municipal de Arenápolis 97
Prefeitura Municipal de Aripuanã 97
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 137
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 140
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 142
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 157
Prefeitura Municipal de Brasnorte 158
Prefeitura Municipal de Cáceres 158
Prefeitura Municipal de Campinápolis 192
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 195
Prefeitura Municipal de Campo Verde 201
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 203
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 206
Prefeitura Municipal de Canarana 206
Prefeitura Municipal de Carlinda 208
Prefeitura Municipal de Castanheira 210
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 216
Prefeitura Municipal de Cláudia 219
Prefeitura Municipal de Colíder 221
Prefeitura Municipal de Colniza 223
Prefeitura Municipal de Comodoro 229
Prefeitura Municipal de Confresa 231
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 233
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 234
Prefeitura Municipal de Cuiabá 236
Prefeitura Municipal de Curvelândia 237
Prefeitura Municipal de Diamantino 238
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 243
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 247
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 252
Prefeitura Municipal de General Carneiro 254
Prefeitura Municipal de Indiavaí 255

Prefeitura Municipal de Itanhangá 259
Prefeitura Municipal de Itiquira 266
Prefeitura Municipal de Jaciara 271
Prefeitura Municipal de Jangada 272
Prefeitura Municipal de Jauru 276
Prefeitura Municipal de Juara 277
Prefeitura Municipal de Juína 285
Prefeitura Municipal de Juruena 286
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 286
Prefeitura Municipal de Luciara 288
Prefeitura Municipal de Marcelândia 288
Prefeitura Municipal de Matupá 290
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 297
Prefeitura Municipal de Nobres 302
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 303
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 307
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 310
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 329
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 331
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 333
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 333
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 334
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 343
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 344
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 345
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 350
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 355
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 368
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 371
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 371
Prefeitura Municipal de Paranatinga 371
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 380
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 434
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 440
Prefeitura Municipal de Poconé 441
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 445
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 446
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 447
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 449
Prefeitura Municipal de Poxoréu 450
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 452
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 453
Prefeitura Municipal de Rio Branco 480
Prefeitura Municipal de Rondolândia 480
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 480
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 483
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 485
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 491
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 493
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 496
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 496
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 526
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 526
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 529
Prefeitura Municipal de São José do Povo 534
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 535
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 537
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 537
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 540
Prefeitura Municipal de Tabaporã 540
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 542
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 549
Prefeitura Municipal de Torixoréu 553

Prefeitura Municipal de União do Sul 553
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 554
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 554
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 560

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO a dispensa de Licitação **nº 009/2022,** em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e parecer técnico do departamento jurídico constante do processo de compra **nº 070/2022,** nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas atualizações.

Favorecido: Guia Tipoalfa Ltda.

CNPJ: 10.979.697/0001-48

Objeto: Serviços de impressão da Lei Orgânica do Município de Água Boa/MT.

Valor: R$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais)

Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/1993

Justificativa: Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº 009/2022.

Água Boa, em 02 de maio de 2022.

_____

Luis César de Lara Pinto Filho

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO a dispensa de Licitação **nº 008/2022,** em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e parecer técnico do departamento jurídico constante do processo de compra **nº 067/2022,** nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas atualizações.

Favorecido: Arte Brasil e Luz Comercio de Bandeiras e Tapetes Ltda.

CNPJ: 43.944.403/0001-00

Objeto: Aquisição de bandeiras do Brasil, estado e município para uso interno e externo no prédio da Câmara Municipal de Água Boa/MT.

Valor: R$ 8.270,00 (Oito mil duzentos e setenta reais)

Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/1993

Justificativa: Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº 008/2022.

Água Boa/MT, 02 de maio de 2022.

_____

Luis César de Lara Pinto Filho

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO a dispensa de Licitação nº 007/2022, em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e parecer técnico do departamento jurídico constante do processo de compra nº 074/2022, nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas atualizações.

Favorecido: Multiar Serviços de Refrigeração Ltda

CNPJ: 37.155.299/0001-63

Objeto: contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva de ar-condicionados para a Câmara Municipal de Água Boa/MT, que serão executados no ano corrente de 2022.

Valor: **R$ 14.480,00** (quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais)

Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/1993

Justificativa: Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº 007/2022.

Água Boa/MT, em 02 de maio de 2022.

_____

Luis César de Lara Pinto Filho

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO a dispensa de Licitação nº 010/2022, em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e parecer técnico do departamento jurídico constante do processo de compra nº 076/2022, nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas atualizações.

Favorecido: Rainha Center Ltda-me

CNPJ: 13.318.346/0001-84

Objeto: Manutenção corretiva na impressora Brother DCP-L5652DN com troca da unidade fusora. E limpeza preventiva na impressora Brother MFC-L5902DW.

Valor Global: R$ 1.670,00 (mil seiscentos e setenta reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/1993

Justificativa: Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº 008/2022.

Água Boa, em 03 de maio de 2022.

_____

Luis César de Lara Pinto Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 048/2022

"*Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.*"

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 1866, de 03 de maio de 2022, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 08 DE 10 DE JUNHO DE 2016, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	GLEISON DA SILVA SOUZA		
SUPLENTE:	LETÍCIA DE OLIVEIRA XAVES		
CONTRATO	**CONTRATADA/ CNPJ**	**OBJETO**	**TÉRMINO**
010/2022	WANDERLEI ÂNGELO DE SOUZA 32.705.582/0001-06	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, E TROCA DE GÁS R22 E R410 EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CONFORME CONDIÇÕES, QUAN-	31/12/2022

		TIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022.	

§1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisições, Licitações, Contratos e Patrimônio, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 03 de maio de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO N° 05, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Dispõe sobre concessão do Diploma de Cidadã Cacerense a ilustríssima Irmã TEREZA EDUVIGES DE JESUS SILVA, pioneira do Ministério Belém Assembleia de Deus de Cáceres e Região."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Cacerense, a ilustríssima Irmã TEREZA EDUVIGES DE JESUS SILVA, pioneira do Ministério Belém Assembleia de Deus de Cáceres e Região.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 03 de maio de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

MAZÉH SILVA

2ª Secretária

PASTOR JÚNIOR

3º Secretário em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 047/2022

"**Dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesse particular a vereador e registra a convocação de suplente"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 24, inciso I, alínea "e", inciso VII, alíneas "h", in fine, e artigo 98, inciso IV, este, com redação data pela Resolução nº 04, de 28 de junho de 2021, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 1871, de 03 de maio de 2022, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Registrar a licença, para tratar de interesse particular, sem remuneração, ao Excelentíssimo Vereador **MARCOS EDUARDO RIBEIRO (PSDB)**, em razão da aprovação do Memorando nº 047/2022 do Gabinete do Vereador, Protocolo nº 1.717/2022, de 25 de abril de 2022, lido e aprovado 57ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, na forma do artigo 102-A, do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução nº 04, de 28 de junho de 2021, no período de **09 de maio de 2022 à 09 de julho de 2022.**

Art. 2º Fica devidamente CONVOCADO, a assumir a vereança, em consequência do período de afastamento descrito no artigo 1º, o Sr. **JOÃO REZENDE DA SILVA**, 1º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira.

Publique-se, Comunique-se, Intime-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 03 de maio de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
DECRETO DA PRESIDÊNCIA Nº 46 DE 03 DE MAIO DE 2022.

DECRETO DA PRESIDÊNCIA Nº 46 DE 03 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE ELMIVAN JACINTO CAMPOS".

O Presidente da Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal no art. 50, inciso V e o Regimento Interno no art. Art. 36, I, "s" desta Casa de Leis:

Considerando o teor da Portaria nº306 de 02 de Maio de 2022 onde o Poder Executivo nomeia do Ver. José Euripedes de Alcântara ao cargo em comissão de Subprefeito;

Considerando que o at. 27, inc. XIV da Lei nº1.171/2017 que define o Cargo de Subprefeito com status de Secretaria;

Considerando o inciso I do art. 47 da LOM que impõe a licença automática no caso em tela;

Considerando o procedimento e circunstâncias para a convocação do Suplente definidas no art. 97 de seguintes do RI;

Considerando o quesito de ordem de representação partidária e a efetividade para identificação do Suplente conforme o artigo 112 da Lei Federal nº 4.735/65;

R E S O L V E:

Art. 1º – Convocar o Primeiro Suplente do Partido Social Cristão – PSC, Sr. Elmivan Jacinto Campos com 131 votos conforme consulta ao Sistema TSE, para assumir o cargo de Vereador.

Art. 2º - Deve o Suplente se apresentar a Secretaria desta Casa os documentos necessários para a posse no prazo de 15 dias do art. 8º, § 4º do Regimento Interno;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique – se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Campinápolis- MT, 03 de maio de 2022.

ANTONIO RODRIGUES

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº37/2022 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.

PORTARIA Nº37/2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede férias ao servidor conforme discriminado:

NOME	MAT	PERÍODO	GOZO
Pamela Rayne Alves de Jesus	95	16/04/2021 à 16/04/2022	03/05 a 02/06/2022

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 02 de maio de 2022.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2022 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2022

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT E MASTERIST PAPELARIA LTDA - ME PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA. CONTRATO DE Nº 11/2022.

A **CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mato Grosso, n° 120, Centro, CEP: 78.652-000, Confresa, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 37.465.358/0001-08, neste ato representada pelo seu presidente **Sr. CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA**, portador da Cédula de Identidade RG-1403887-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.892.824.421-87, residente e domiciliado na Rua 29 de julho, nº57 , Setor Saúde, Confresa - MT, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a Empresa **MASTERIST PAPELARIA LTDA - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº.: 10. 260.815/0001-63 localizada na Av. Centro Oeste, 57, centro, Confresa – MT, representada neste ato pelo Senhor **IVONALDO AILTON DE SOUSA SILVA**, portador da cédula de identidade 5004130 DGPC/GO, e inscrito (a) no CPF 017.584.991-92, residente domiciliado na Avenida Centro Oeste, 57, Centro Confresa-MT CEP78.652000 e **THAIS FERREIRA DA SILVA**, portador da cédula de identidade 2302099-7 SSP/MT, e inscrito (a) no CPF 054.714.761-90, residente domiciliado na Avenida Centro Oeste, 57, Centro Confresa-MT CEP78.652000 , que doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo administrativo nº 34/2022, que instaurou a dispensa de licitação nº 29/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de material de expediente à atender a demanda da Câmara Municipal de Confresa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na proposta de preço da Contratante (anexo) e que integra o presente contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é à partir de sua assinatura , e encerramento em 31/12/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 10.527,50

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal, para o exercício de *20*22 na classificação abaixo:

- 01.01.2001– Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal junto ao INSS e FGTS, constatada por meio de apresentação de certidões negativas, através de consulta on-line aos sistemas eletrônicos dos órgãos.

5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado no verso desta os dados bancários da Empresa (banco, agência e conta corrente). Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como marca, quantidade, entre outros dados que forem considerados essenciais.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

(6 / 100) I = 0,00016438

I = (TX) I =

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 – O CONTRATADO deverá fornecer o produto objeto do presente Contrato sempre que requisitado pela CONTRATANTE.

8.1.1 – As etapas de fornecimento, de conclusão e de entrega do objeto estão condicionadas às emissões das requisições por parte da CONTRATANTE.

8.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal andamento do contrato decorrente de fatos alheios à responsabilidade do CONTRATADO, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

4.3 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referente aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela fiscal de Contratos da Câmara Municipal de Confresa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato e/ou requisição

, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *descrição do objeto, acompanhado de marca e quantidade;*

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos

12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de

Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

g) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

10.2 - São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

f) solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

g) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o contrato;

h) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

i) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do **CONTRATADO**;

j) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA poderá, garantida a prévia defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, poderá, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA no percentual de 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE

CONTRATAR COM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, pelo prazo de até 02

(dois) anos consecutivos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A

ADMINISTRAÇÃO enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

11.3 - O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pelo Departamento Financeiro da Câmara Municipal de ConfresaMT dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

11.4 - Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Câmara Municipal de Confresa-MT, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

11.5 – De qualquer sanção imposta, o **CONTRATADO** poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer os recursos à **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

11.6 – O **CONTRATADO** não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação devida deste instrumento, por extrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8. 666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2022.

_____

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA

PRESIDENTE CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA

CPF: 892.824.421-87

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

IVONALDO AILTON DE SOUSA SILVA CPF 017.584.991-92

Responsável legal da CONTRATADA

_____

THAIS FERREIRA DA SILVA

CPF 017.584.991-92

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHA: TESTEMUNHA:

NOME: ..... NOME: ....

RG Nº RG Nº

CPF Nº CPF Nº

ASSINATURA:_____ ASSINATURA:_____

O presente contrato foi analisado e aprovado pela assessoria jurídica deste Legislativo Municipal.

Em ___/_____/2022

.....

ADVOGADO PÚBLICO

OAB MT 22160B

Mat.: 083

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS Nº 019/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA E A EMPRESA STAF SISTEMAS – LTDA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS Nº 019/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA E A EMPRESA STAF SISTEMAS – LTDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo Segundo Termo Aditivo Contratual regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mato Grosso, nº 120 - Centro – CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 37.465.358/0001-08, neste ato representado pelo Presidente Sr. **CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA**, portador da Cédula de Identidade RG-1403887-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.892.824.421-87, residente e domiciliado na Rua 29 de julho, nº57 , Setor Saúde, Confresa - MT, que doravante denominada,

simplesmente de **CONTRATANTE** e a **STAF SISTEMAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.941.056/0001-90, com sede na Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, 1.042, Centro, Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, doravante denominada Contratada, neste ato representada por seu representante legal **RODRIGO TELES DE SOUZA** , brasileiro, empresário, portador da identidade nº 25.198.266-x, inscrito no CPF n. 786.255.721-20, resolvem celebrar o presente **CONTRATADO,** nos mesmos termos do Edital de Licitação, instaurada na modalidade de Pregão Presencial nº. 001/2020, considerando o disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e Lei 10.520/2002, resolvem firmar o presente aditivo, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 19/2020, **relativo ao acréscimo do serviço e-Social**, com fundamento no inciso I, alínea b do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8. 666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E VIGÊNCIA

2.1**. Dá-se** ao termo aditivo o valor de R$ 4.437,05 (quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinco centavos), totalizando o contrato o valor de R$ 113.552,81 (cento e treze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos).

2.2. O valor mensal passará para R$ 5.870,39 (cinco mil, oitocentos e setenta reais e trinta e nove centavos) e uma parcela de 800,00 (oitocentos reais) referente a treinamento e implantação.

2.2. **A vigência se dará a partir de 28/04 a 28/09/2022.**

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício 2022, na classificação abaixo:

-33.90.39.00.00.00

-3.3.90.39.56.00.00.00

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

4.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa-MT, 28 de abril de 2022.

_____

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA

PRESIDENTE CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA

CPF: 892.824.421-87

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

STAF SISTEMAS LTDA

Rodrigo Teles de Souza

Diretor Financeiro

CONTRATADA

TESTEMUNHA: NOME RG Nº CPF Nº ASSINATURA:.....	**TESTEMUNHA:** NOME RG Nº CPF Nº ASSINATURA:.....

O presente Termo Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do Legislativo Municipal.

Em ___/_____/2022

.....

ADVOGADO PÚBLICO

OAB MT 22160B

Mat.: 083

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT E SEGURA- EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A **CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mato Grosso, n° 120, Centro, CEP: 78.652-000, Confresa, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 37.465.358/0001-08, neste ato representada pelo seu presidente **CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA**, portador da Cédula de Identidade RG-1403887-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.892.824.421-87, residente e domiciliado na Rua 29 de julho, nº57 , Setor Saúde, Confresa - MT, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a Empresa **SEGURA-EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ,** inscrita no CNPJ sob o nº.: 21.271.767/0001-25 localizada na RUA DIRETORA EFILAZIA Nº05 CENTRO , representada neste ato pelo Sr. **FRANCISCO MARTINS DA SILVA JUNIOR** , portador (a) de Identidade RG 162294620018, inscrito no CPF:013.506.823-14,residente domiciliado na Rua Diretora Efilazia nº05, Centro, Confresa/MT CEP:78652-000, que doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo administrativo nº20/2022, que instaurou a dispensa de licitação nº 30/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento visa a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Segurança e Monitoramento Eletrônico por meio de alarme e câmera, 12 (doze) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, com sistema de alarme, com patrulhamento tático, incluindo fornecimento de equipamentos através de comodato, assistência técnica preventiva e corretiva, além de equipamentos,

peças, materiais e mão de obra necessários ao pleno funcionamento dos sistemas de segurança a serem instalados, e eventuais de desinstalação dos equipamentos do imóvel da Câmara Municipal de Confresa/MT. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
01	12	**MONITORAMENTO 24 HORAS SITEMA DE ALARME E CAMERAS PRONTO ATENDIMENTO DE RONDA MOTORIZADO DISPONIVEL PARA ATENDIMENTO DE DISPAROS DE ALARME MANUNTENCAO PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SUBSTITUICAO DE EQUIPAMENTOS DANIFICADOS DE SISTEMA DE ALARME, CFTV, CONTROLE DE ACESSO, AUTOMATIZADOR DE PORTAO LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME COM 10 SENSORES DE DETECTAÇÃO DE INTRUSOS, SISTEMA DE CFTV COM GRAVADOR E 16 CAMERAS**	MENSAL R$:1.212,00	R$: 14.544,00

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 - Os serviços tenham sido prestados regularmente.

2.1.2 - Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

2.1.3 - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.

2.1.4 - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

2.1.5 - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.

2.1.6 - Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 14.544,00(quatorze mil e quinhentos e quarenta e quatro reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal, para o exercício de *202*2 na classificação abaixo:

- 01.01.2001– Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

3.3.9.0.39.00.00 – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Forma de Prestação do Serviço

5.1 – A prestação do serviço será regida de acordo com o disposto no Termo de Referência e com base nas demais diretrizes delineadas nos subitens a seguir.

5.2 – Monitoramento Eletrônico remoto 24 horas das dependências da Sede da Câmara Municipal de Confresa, com acionamento de alarme local e em central da CONTRATADA, através de sistema GPRS, ou linha telefônica com os custos sobre pulsos telefônicos a cargo da CONTRATADA.

5.3 – **Instalação de equipamentos NOVOS e necessários**, inclusive para funcionamento em caso de falta de energia, para a prestação dos serviços em forma de comodato. A Câmara Municipal já possui alguns equipamentos próprios, e deverá ser verificada a possibilidade de utilização destes equipamentos.

5.4 – No caso da Câmara Municipal, a contratada deverá verificar a possibilidade de aproveitamento dos equipamentos próprios da Unidade, e caso não seja possível, deverá fornecer equipamentos novos de forma a garantir a prestação do serviço.

5.5 – O sistema funcionará com equipamentos e dispositivos eletrônicos instalados no local monitorado. Estando o sistema armado e conectado, sempre que houver tentativa de invasão ou arrombamento, o alarme será ativado e conectado automaticamente à Central de Monitoramento da CONTRATADA, que enviará patrulhamento ao local, tomando as providências cabíveis, inclusive fazendo contato imediato ao servidor responsável na Unidades Local.

5.6 - Todo sistema de segurança eletrônica deverá estar coberto por qualquer defeito de fabricação ou mau funcionamento, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.7 - Os chamados por problemas técnicos deverão ser atendidos em até 08 (oito) horas após a comunicação e solucionados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de glosas na nota fiscal por cada dia de atraso, sem prejuízo das demais penalidades previstas em contrato.

5.8 - Qualquer componente será substituído sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

5.9. O Prazo de instalação dos equipamentos necessários para o início da execução total dos serviços não será superior a 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

5.10. Em caso de acionamento do Alarme Monitorado cabe à CONTRATADA o envio de pessoal qualificado ao local para verificação da situação e se necessário o acionamento da Polícia e representante da Câmara Municipal. **O tempo de atendimento ao local não poderá exceder 10 minutos.**

5.11 – Os materiais a serem disponibilizados são aqueles constantes no termo de referência e na proposta do vencedor.

Pagamento

5.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal junto ao INSS e FGTS, constatada por meio de apresentação de certidões negativas, através de consulta on-line aos sistemas eletrônicos dos órgãos.

5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada do bem, tais como a quantidade e especificação dos valores unitários dos serviços executados.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA DO OBJETO

8.1 – O CONTRATADO deverá fornecer o produto objeto do presente Contrato sempre que requisitado pela CONTRATANTE.

8.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal andamento do contrato decorrente de fatos alheios à responsabilidade do CONTRATADO, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

8.3 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referente aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela Fiscal de Contrato da CONTRATANTE.

9.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente em até 15 (quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, encaminhando-os posteriormente ao gestor do contrato.

9.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES PARA CONTRATAR, OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 – Como condição para contratar, a CONTRATADA deverá, preenchendo o modelo em anexo, DECLARAR **que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;**

10.1.1 - A omissão de informações por parte da empresa, ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

10.1.2 – A empresa CONTRATADA deverá apresentar a declaração disposta neste item no ato da assinatura do contrato.

10.2 – Além da declaração requisitada acima, a empresa vencedora deverá apresentar, no momento da contratação, as seguintes licenças:

a) Licença de Localização e Funcionamento válida;

10.3 – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato e/ou requisição, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *descrição do objeto, acompanhado de quantidade e especificidade;*

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Refazer os serviços que, a juízo do representante da Contratante, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo nos preços contratados;
f) Assumir toda e qualquer despesa proveniente de sinistros que porventura venham a ocorrer com os veículos da contratante que estejam sob sua responsabilidade;
g) Manter em suas dependências profissional que possua Carteira Nacional de Habilitação – CNH, que será responsável pelo patrulhamento e verificação *in loco* condução dos veículos submetidos ao processo de limpeza;
h) Quando for necessária a presença de empregados da contratada na sede da Câmara, **estes deverão se apresentar devidamente identificados.**
i) Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
l) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões necessárias até o limite definido na Lei nº 8.666/93.

10.4 - São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

f) solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

g) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e serviços entregues em desacordo com o contrato; prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

h) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do **CONTRATADO**;

i) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.

j) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA poderá, garantida a prévia defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, poderá, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA no percentual de 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

11.3 - O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pelo Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Confresa-MT dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

11.4 - Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Câmara Municipal de Confresa-MT, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

11.5 – De qualquer sanção imposta, o **CONTRATADO** poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer os recursos à **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

11.6 – O **CONTRATADO** não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 - por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.

12.1.2 - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 - É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 - caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 - interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1 - É eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Confresa-MT, 29 de abril de 2022

_____

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA

PRESIDENTE CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA

CPF: 892.824.421-87

Responsável legal da CONTRATANTE

.....

FRANCISCO MARTINS DA SILVA JÚNIOR

SEGURA- EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA

CONTRATADO

ESTEMUNHA: **NOME: .....** **RG Nº** **CPF Nº** **ASSINATURA:_____**	**TESTEMUNHA:** **NOME: .....** **RG Nº** **CPF Nº** **ASSINATURA:_____**

O presente contrato foi analisado e aprovado pela assessoria jurídica deste Legislativo Municipal.

Em ___/_____/2022

.....

ADVOGADO PÚBLICO

OAB MT 22160B

Mat.: 083

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR 005 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada através da Portaria nº 002/2022 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, RESOLVE:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas.

II. Divulgar o resultado parcial.

III. O candidato poderá apresentar recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br. Os recursos deverão ser apresentados por meio da internet, em formulário eletrônico próprio disponível no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, onde o candidato deverá acessar o PORTAL DO CANDIDATO.

IV. O presente Edital está disponível no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Câmara Municipal de Conquista do Oeste/MT e Diário Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Conquista D'Oeste/MT, 29 de abril de 2022.

NATANAEL SIANI RODRIGUES – Presidente

IZAEL PEDRO DOS SANTOS JUNIOR – Secretário

ELTON QUEIROZ DE FREITAS – Membro

	RESULTADO PARCIAL				
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CONQUISTA DOESTE				
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**ESP**	**PONTOS**
0000160	ALCENIRA RODRIGUES MACHADO	-	-	-	-
0000180	ALEXSANDRA MOREIRA NEVES	-	-	-	-
0000290	ANA CLÁUDIA VEIGA DOS SANTOS	12,00	12,00	36,00	60,00
0000050	ANA LUCIA GAMA DA SILVA	-	-	-	-
0000320	ANDREIA MATIAS CASERES SILVA	-	-	-	-
0000200	APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	12,00	4,00	30,00	46,00
0000310	BEATRIZ DIAS DE OLIVEIRA CARVALHO	16,00	20,00	42,00	78,00
0000370	CARLOS HENRIQUE ALVES CARDOSO	-	-	-	-
0000460	CLARICE LÚCIA DE SOUSA	20,00	20,00	54,00	94,00
0000080	CLÁUDIA EFIGÊNIA DA SILVA	-	-	-	-
0000350	EDNA ALVES DE SOUZA	16,00	20,00	48,00	84,00
0000480	EMANUELLY MARTINS FERNANDES	20,00	16,00	54,00	90,00
0000270	FERNANDA APARECIDA PEREIRA	-	-	-	-
0000120	GABRIELLY CRISTINA DOS SANTOS CHAVES	-	-	-	-
0000070	GRACIELE C.ANJOS	-	-	-	-
0000060	JACKSON COELHO DA SILVA	-	-	-	-
0000400	JESSICA DOS SANTOS BONFIM	8,00	4,00	18,00	30,00
0000030	JOÃO ERLEIS LOPES DA SILVA	-	-	-	-
0000300	JOAO VITOR ALBINO SABINO	16,00	20,00	54,00	90,00
0000130	JOELMA MORAIS DE SOUZA	12,00	16,00	30,00	58,00
0000490	JORACI CORREIA DA SILVA MARTINS	-	-	-	-
0000090	JOSIANA DE MORAES	12,00	16,00	30,00	58,00
0000410	JULIETE MENDOZA	-	-	-	-
0000150	KARINA CHELIS DE JESUS	-	-	-	-
0000240	KATHIUSCY DOS SANTOS ANDRADE	-	-	-	-
0000500	KATIANE DA SILVA SANTOS	12,00	8,00	36,00	56,00
0000020	KEILA OLSON DE SANTANA	12,00	16,00	54,00	82,00
0000440	KETLEN CRISTINA FERREIRA DA SILVA	8,00	20,00	36,00	64,00
0000230	LAUDELINA PEREIRA LOPES	12,00	16,00	30,00	58,00
0000450	LUCAS HENRIQUE SILVA DOS SANTOS	16,00	20,00	54,00	90,00
0000470	MARCILEIDE PAULINO DOS SANTOS SILVA	12,00	16,00	30,00	58,00
0000250	MARCOS AURÉLIO LINHARES BARBOSA	-	-	-	-
0000040	MARINALVA ESPINOSA CUNHA	16,00	16,00	30,00	62,00
0000380	MARISETE APARECIDA ROCHA	-	-	-	-
0000220	MARLECI PEREIRA LOPES	0,00	8,00	24,00	32,00
0000420	NAYARA MORAES MARQUES	16,00	20,00	42,00	78,00
0000430	NAYURI DE OLIVEIRA SILVA	16,00	20,00	42,00	78,00
0000140	NOEMIA FERRAZ DE ARAUJO PEDROSA	-	-	-	-
0000190	OSMARINA DA SILVA SOARES	-	-	-	-

0000280	PAMELA ANDREZA PEREIRA CORREIA	8,00	12,00	36,00	56,00
0000340	RAIMUNDA RITA R BENTES	20,00	20,00	54,00	94,00
0000210	RAUANY AP. ALVES CARDOSO	8,00	12,00	42,00	62,00
0000170	RENATA DA CRUZ FERREIRA	-	-	-	-
0000330	REURIA DA SILVA MOREIRA	-	-	-	-
0000260	SONIA GARCIA TOMAZINI	-	-	-	-
0000100	VIVIANE SOUZA DA SILVA	12,00	20,00	48,00	80,00
0000110	WAGNA DAS DORES ALVES	16,00	20,00	48,00	84,00
0000360	WANNY CLAY DOMINGOS SOARES	-	-	-	-

0000390 WERICA CRISTINA ORLANDO DA COSTA - - - -

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

EMENDA À LEI ORGÂNICA 001/2022 DE 19 DE ABRIL DE 2022

EMENDA À LEI ORGÂNICA 001/2022 DE 19 DE ABRIL DE 2022

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DOS INCISOS XV E XVI DO ART. 29 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte:

Art. 1º. Os incisos XV e XVI do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal, passam a viger com a seguinte redação:

"Art. 29. (...)

XV. Fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

XVI. O subsídio dos Vereadores será fixado por lei, pela Câmara Municipal em cada legislatura até 30 (trinta) dias antes da eleição municipal para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal."

Art. 2º. A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Nova Guarita, em 19 de abril de 2022.

Heitor Balestrin Divino Pereira Gomes

Presidente da Mesa Diretora Vice-Presidente

Geane Fátima B. Bueno Maria Isabel C. Giacomelli

1ª Secretária 2º Secretária

Mesa Diretora

2021/2022

PORTARIA Nº 024/2022/GP/CMNG

PORTARIA Nº 024/2022/GP/CMNG

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA EFETIVA EM CARGO DE COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Sr. **HEITOR BALESTRIN**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Municipal n.º885/2022, que "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT";

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** em cargo de Comissão - **SECRETÁRIO EXECUTIVO** a servidora Clarice Damas Machado Filipini, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais " Nível 7, Classe D, tendo seu desempenho mediante as atribuições que determina o cargo em comissão.

Art. 2º - **CARGO - SECRETÁRIO EXECUTIVO E SUAS ATRIBUIÇÕES**:

QUALIFICAÇÃO: Curso de ensino superior completo.

I - Supervisionar todo o serviço da casa;

II - Assessorar a Mesa Diretora e demais Vereadores nas questões administrativas, financeira e legislativa;

III - Apoiar as atividades atinentes ao processo legislativo;

IV - Coordenar as funções administrativas, financeira e legislativa;

V - Elaborar ofícios, convites, requerimentos, portarias, resoluções, cartas, minutas e outros expedientes;

VI - Assessorar o Presidente em todas suas decisões;

VII – Manter vínculos administrativos com o Poder Executivo Municipal;

VIII - Conferir todo material transcrito, segundo as normas de padronização, obedecendo à sequência regimental;

IX - Efetuar registro de leis e manter livro atualizado da ementa da legislação municipal;

X - Controlar prazos para despacho e recebimento de expedientes, prestar informação ao público sobre matérias em tramitação na Câmara Municipal, quando solicitado;

XI - Receber, protocolar e encaminhar correspondências externas recebidas, distribuindo-as entre os diversos setores da Câmara;

XII - Manter sob sua guarda o arquivo de documentos da Secretaria;

XIII - Buscar informações e conhecimento para o funcionamento da Casa;

XIV - Auxiliar no preparo da Ordem do Dia;

XV - Observar e fazer cumprir a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno, Normativas, Resoluções da Câmara e Ordens de Serviços, referente a esfera de ação da Secretaria;

XVI **–** Manter contato com o Tribunal de Contas, visando constante adequação as normas exigidas e o trâmite dos processos da Prestação de contas anuais, esporádicas ou especiais;

XVII – Prestar assessoria nas sessões, audiências públicas ou outros eventos promovidos, atendendo a mesa diretora e Vereadores;

XVIII - Buscar sempre soluções ao bom funcionamento do Legislativo Municipal, com integração entre os Vereadores e Servidores;

XIX - Executar outras atividades correlatas.

Art. 3º - Esta Portaria Revoga os atos da Portaria N.º12/2019/GP/CMNG, de 17 de abril de 2019

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 01 de maio de 2022, por afixações nos locais de costumes.

Gabinete do Presidente, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

HEITOR BALESTRIN

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

PORTARIA Nº 023/2022/GP/CMNG

PORTARIA Nº 023/2022/GP/CMNG

"DISPÕE SOBRE Função Gratificada (FG) à servidora efetiva DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Sr. **HEITOR BALESTRIN**, Presidente da Câmara Municipal, de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Municipal n.º885/2022, que "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT";

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** a Servidora **ROSANGELA DE SOUZA LOVISON,** efetiva, concursada no cargo de Agente Administrativo " Nível 3, Classe B, Função Gratificada (FG), equivalente a 50% (cinquenta por cento) no valor do salário base, que será pago na folha de pagamento, pelo desempenho de função gratificada de **COORDENADOR DO RECURSOS HUMANOS.**

Art. 2º - **FUNÇÃO: COORDENADOR DO RECURSOS HUMANOS;**

QUALIFICAÇÃO: Ser ocupante de cargo de provimento efetivo e possuir ensino médio completo.

I - Propor e executar a política de Recursos Humanos da Câmara, tendo por objetivo a qualidade do trabalho e o atendimento eficiente às demandas da sociedade;

II - Planejar e elaborar o controle de férias dos servidores;

III - Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, quando solicitado, os processos relativos ao pessoal da Câmara, na forma da legislação vigente;

IV - Controlar as concessões de direitos, vantagens e gratificações ao pessoal da Câmara, opinando nos processos respectivos;

V - Opinar nos processos que demandem alterações cadastrais dos servidores;

VI - Estabelecer instrumentos de controle de frequência dos servidores;

VII - Elaborar as folhas de pagamento do pessoal da Câmara, procedendo aos descontos e consignações respectivos, na forma da lei;

VIII - Manter arquivo de documentação referente à área de pessoal, em observância às exigências legais;

IX - Controlar o quadro de lotação de pessoal em todas as unidades da Câmara, zelando pela observância dos limites legais;

X - Elaborar e emitir atestados, certidões, informes de rendimentos e demais documentos relativos ao pessoal da Câmara, na forma da legislação vigente;

XI - Fornecer elementos para empenho e escrituração das contas financeiras do pessoal da Câmara e Vereadores;

XII - Elaborar boletins, mapas, demonstrações estatísticas e quaisquer outros dados relativos ao controle do pessoal da Câmara;

XIII - Formalizar os atos de posse e exercício dos servidores que ingressam no Quadro de Pessoal da Câmara, bem como exonerações e demissões, observadas as normas legais para o provimento dos cargos respectivos;

XIV - Manter atualizado e documentado o cadastro de todos os servidores da Câmara e Vereadores, registrando todas as respectivas alterações de vida funcional e titulação;

XV - Emitir declarações, certidões e informações relativas a pessoal;

XVI – Entregar e enviar em prazo hábil legal os relatórios que a legislação determina;

XVII - Executar outras atividades correlatas.

Art. 3º - Esta Portaria Revoga os atos da Portaria N.º13/2019/GP/CMNG, de 17 de abril de 2019

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 01 de maio de 2022, por afixações nos locais de costumes.

Gabinete do Presidente, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

HEITOR BALESTRIN

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 06/2021, DE 03 DE MAIO DE 2022.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL ENCARREGADA DE AVALIAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...

AGUINALDO MOURA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, com base nas suas atribuições legais, amparado pelo disposto no artigo 15, incisos X, XII e XXVII do Regimento Interno desta Casa de Leis,

Considerando a necessidade de debater e discutir o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Porto Esperidião.

Considerando as inúmeras reclamações dos munícipes quanto aos preços praticados nas tarifas de água e esgoto pela empresa concessionária.

Considerando as inúmeras reclamações dos munícipes quanto a ínfera qualidade do serviço de esgotamento sanitário praticado pela empresa concessionária.

Considerando a Lei nº. 11.445/2007 e a Medida Provisória nº. 868 de 27 de dezembro de 2018 que estabelecem diretrizes para saneamento básico.

Considerando o Contrato nº. 48/2012 entre a Prefeitura Municipal de Porto Esperidião e a empresa Consórcio Água e Esgoto de Porto Esperidião.

Considerando o Requerimento Verbal apresentado em sessão pelo Vereador Mandela e a sua aprovação por unanimidade pelo demais Vereadores na Sessão Ordinária do dia 02/05/2022.

---------- **RESOLVE** ----------

Art. 1º – CONSTITUIR Comissão Especial encarregada de discutir e debater o serviço de distribuição de água e esgotamento sanitário em Porto Esperidião.

Art. 2º – NOMEAR, à vista de deliberações dos Líderes, os Vereadores Ronaldo Adriano de Oliveira, Ricardo Pereira Junqueira e Oseias Ferreira, para, **sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial.**

Art. 3º – O período de vigência desta Portaria será pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente

Câmara Municipal de Porto Esperidião

Em 03 de maio de 2022

Aguinaldo Moura da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2022

Dispensa de Licitação nº 005/2022

Contratante: Câmara Municipal de Porto Estrela

Contratado: **EURO DESIGN MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 33. 507.730/0001-32

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA EM MDF PARA O SETOR DE ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-MT.

Valor Total: **R$ 16.470,00 (dezesseis mil quatrocentos e setenta reais)**.

Vigência: 02/05/2022 a 27/10/2022.

Foro: Comarca de Porto Estrela/MT.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 61/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Excluir do assessoramento da Comissão de Segurança Pública, o servidor Wenderson Real Dejavitte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 18/04/2022.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 03 de maio de 2022.

Vereador Fabio Jose Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 133/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR a senhora Jocinéia Joana da Silva Almeida, CPF 013.578.191-45, do cargo comissionado de Assessor Especial Gabinete da Primeira Secretaria.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 03 de maio de 2022.

Vereador Fabio José Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 62/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Incluir do assessoramento da Comissão de Segurança Pública, o servidor Lucas Rocha Souza Nunes, Mat. 4496-1.

Art. 2º - Incluir no assessoramento da Comissão de Fiscalização e Controle, o servidor Valdecy Feliciano de Oliveira, Mat. 4302-1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 02 de maio de 2022.

Vereador Fabio Jose Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 134/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR o servidor IAGO MARCELO MINEIRO DA SILVA, CPF: 063.767.021-39, para o cargo comissionado de Assessor Especial do Gabinete da Primeira Secretaria.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 03 de maio de 2022.

Vereador Fabio José Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 051/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 051/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 075/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA.

CONTRATADO: MARCOS ANTONIO JORDÃO GUIMARÃES.

OBJETO:" Credenciamento de Pessoa Jurídica na Área da Saúde, de natureza pública ou privada, para prestação de serviços em CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E SERVIÇOS DE APOIO, SERVIÇOS HOSPITALARES E PEQUENOS PROCEDIMENTO CIRÚRGICOS".

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais);

VIGÊNCIA: 03/05/2022 a 31/12/2022

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 03 de maio de 2022.

_____

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretária Executiva – CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 41/2022

Em 01 de Abril de 2022.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **OZANA PEREIRA DE ARAÚJO,** lotada nesta Instituição, na função de Secretaria Executiva do CISA, referente ao período de 2021/2022, a partir do dia 10 de Março/2022 a 08 de Abril/2022, devendo retornar suas atividades normais no dia 09 de Abril de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
DISPÕE SOBRE O PEDIDO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Resolução nº 47/2022

Em 02 de Maio de 2022.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre o Pedido de Licença para tratar de Interesses Particulares, e dá outras providencias.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, portadora do CPF nº 049.351.084-28 e RG nº 53.204.353-4 SSP/SP, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder pelo período de 02 (dois) anos, para a Sra. **PRISCILA NARA DE CASTRO**, brasileira, solteira, Funcionária Pública, Enfermeira, RG: 42020610-3 SSP/SP, CPF: 324.673.668-55, Licença para tratar de assuntos de interesses particulares a partir do **dia 02 de Maio de 2022 a 02 de Maio de 2024, sem ônus para este órgão,** nos termos do artigo 42, inciso III do Estatuto dos Servidores do CISA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrárias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

GERÊNCIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL Nº 3.859, DE 03 DE MAIO DE 2022.

Regulamenta a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF e dá outras providências.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO a necessidade de facilitar a rotina das Instituições Financeiras em torno de uma ferramenta de declaração do movimento econômico tributável pelo Município – ISSQN, utilizando a padronização desenvolvida pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF e a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado e instituído o Sistema Informatizado destinado a validar, assinar e transmitir os arquivos que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital, conforme o Modelo Conceitual padrão da DES-IF, instituído pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, e destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN, de utilização obrigatória pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Art. 2º - A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF fica estabelecida conforme o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, Versão 2.2 de Março/2012, ficando resguardado ao Fisco Municipal promover as adequações que entender necessárias para atendimento das normas e preceitos da legislação do Município de Água Boa.

Art. 3º - As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF ficam obrigadas à apresentação da DES-IF, nos termos previstos neste Decreto, que consiste em:

I - geração da DES-IF na periodicidade prevista; II - entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido; III - guarda da DES-IF, juntamente com o protocolo de entrega em meio digital, pelo prazo estabelecido.

§1º. Estão também sujeitas às obrigações deste artigo as pessoas jurídicas a que se refere o *caput*, estabelecidas no Município de Água Boa através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes dos serviços seja promovida em território distinto de onde os serviços são prestados.

§2º. A geração, transmissão, validação e certificação digital da DES-IF, serão feitas por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de arquivos que compõem as bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas.

§3º. A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao fisco.

Art. 4º - A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído em 04 (quatro) Módulos, conforme segue:

I – MÓDULO I: Demonstrativo Contábil que deverá ser entregue anualmente ao Fisco **até o dia 20 do mês de julho do ano seguinte ao ano de**

competência dos dados declarados, contendo: a) os Balancetes Analíticos Mensais; b) o Demonstrativo de Rateio de Resultados Internos. II – MÓDULO II: Apuração Mensal do ISSQN que deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco **até o dia 20 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados**, contendo: a) o Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo; b) o Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher; c) a informação se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição. III – MÓDULO III: Informações comuns ao Município que deverá ser entregue anualmente ao Fisco **até o dia 20 do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados** ou por ocasião das alterações surgidas, contendo: a) o Plano Geral de Contas Comentado – PGCC; b) a Tabela de Tarifas de Serviços da Instituição; c) a Tabela de Identificação de serviços de remuneração variável. IV – MÓDULO IV: Demonstrativo das Partidas dos

Lançamentos Contábeis que deverá ser gerado anualmente **até o dia 20 de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados** ou por solicitação do Fisco, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§1º. O Fisco Municipal se reserva ao direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos no *caput* deste artigo, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISSQN.

§2º. Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas nesse artigo, bem como se as fizerem fora dos prazos estabelecidos, ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

§3º. A Secretaria Municipal de Finanças disciplinará, através de ato normativo próprio, a geração, a estrutura de dados, a entrega e a guarda da DES-IF.

§4º. A obrigação que trata o inciso II deste artigo, concernente ao Módulo II, terá início no mês de **maio de 2022**, referente à competência de **abril de 2022.**

Art. 5º - O ISSQN devido em cada competência deverá ser recolhido dentro dos prazos estabelecidos, independente da entrega da DES-IF.

Art. 6º - Os sujeitos passivos previstos neste Decreto ficam obrigados a entregar Declaração Retificadora de Informações Escrituradas, em declaração já transmitida, no caso de erro ou omissões e, sempre que substituída as declarações encaminhadas ao Banco Central, cujos dados tenham sido objeto de encaminhamento anterior ao Fisco, devendo o declarante gerar e enviar, em substituição a anterior, uma nova declaração até o último dia do mês seguinte ao mês previsto para transmissão da declaração original.

Parágrafo único. A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF feita fora do prazo previsto não ilide o declarante da aplicação da penalidade prevista na legislação, sendo vedada a retificação se iniciado qualquer procedimento de auditoria fiscal relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 7º - As pessoas jurídicas, obrigadas à apresentação da declaração de que trata o presente Decreto, ficam, a partir de sua entrada em vigor, dispensadas da emissão de Nota Fiscal de Serviços, assim como da elaboração, preenchimento e entrega de qualquer outro documento com fins de declarar informações inerentes a serviços prestados, manual ou eletrônico, exceto outros exigidos mediante intimação fiscal.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Finanças poderá emitir normas complementares a este Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 03 DE MAIO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa, em 03 de maio de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 064/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 083/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: FONTE LUMINOSA BANDA SHOW LTDA

OBJETO: Contratação de 1 (um) serviço musical do show artístico da BANDA FONTE LUMINOSA, a ser realizada na data de 06/05/2022 na cidade de ÁGUA BOA-MT, durante a realização do desfile do CONCURSO MISS ÁGUA BOA 2022.

Valor Total R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

DATA: 02 de maio de 2022.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/06/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
14º NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO N° 089/2019

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: RVA Construtora e Incorporadora Ltda

MOTIVO: O presente documento tem o condão de notifica-los sobre as exigências do Tribunal de Justiça de Mato Grosso quanto a regularização dos vícios e das pendências a seguir expostas, quanto a construção do novo Fórum de Água Boa. Importa, mencionar que essas regularizações já foram exigidas anteriormente de forma diversificada, porém, abordando todos os pontos solicitados agora. Uma das notificações contendo esse pedido de retificação foi a n° 09 do contrato 089/2019. Os fiscais responsáveis pela fiscalização in loco constataram os seguintes vícios que necessitam ser regularizados ainda:

a) Regularizar a fixação da estrutura do pórtico de entrada, com urgência, conforme apontado no item 5.3 do Relatório;

b) Regularizar as inconformidades apontadas nas estruturas de concreto armado dos blocos, conforme apontado no item 5.4 do Relatório;

c) Conforme abordado no item 5.5 do Relatório Técnico, no item que trata da cobertura e impermeabilização, fora apontado que há a presença de vazamentos em alguns blocos, tais quais o bloco 01 e 02;

d) No item 5.7 dos Relatórios, que trata das esquadrias, foram apontados erros/ irregularidades nos assentamentos das esquadrias que ainda não foram corrigidos, bem como os peitoris, conforme já abordado em outras notificações e relatórios da fiscalização; PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO Avenida Planalto, 410 - Centro,

Água Boa - MT, CEP 78635-000 (66) 3468-6400 www.aguaboa.mt.gov.br | comunicacao@aguaboa.mt.gov.br CNPJ 15.023.898/0001-90 Página 2

e) As inconformidades apontadas em relatórios anteriores, que tratam dos revestimentos e pisos, não foram regularizadas, conforme item 5.8 e 5.9 dos Relatórios, respectivamente;

f) Também, no item 5.10 dos Relatórios Técnicos, dispõe que as inconformidades apontadas nas instalações hidro-sanitárias em relatórios anteriores não foram regularizadas;

g) O sistema de drenagem deve ser revisto, especialmente ao bloco 7, bem como apresentado o as built do projeto de drenagem executada, conforme disposto no item 5.11 do Relatório. Além disso, conforme apontado no item 5.1 e 5.11 do Relatório Técnico, existem inúmeras caixas de passagem quebradas e muitas entupidas com terra, podendo entupir a rede de água pluvial da edificação;

h) Irregularidades na execução das instalações elétricas, principalmente as levantadas no Bloco 3; 5; 7; 10 e 11, conforme disposto nos itens 5. 14 do Relatório Técnico; i) Divergência da execução de infraestrutura embutida com o Documento assinado digitalmente por: Filipe Augusto Tavares Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia. tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código ZN27PU4Z PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COORDENADORIA DE INRAESTRUTURA DEPARTAMENTO DE OBRAS Página 2 de 3 projeto, devendo ser apresentado o revisão em projeto as built do que fora executado no bloco 7. Na área externa fora feito o rebaixamento dos eletrodutos/ cabos alimentadores e que possivelmente os cabos ficaram com comprimento inferior ao necessário para conexão do quadro da Subestação. Além disso, fora apontado que existem postes de iluminação danificados nas proximidades a subestação que precisam ser trocados e/ou reparados;

j) Ainda no item 5.14 dos Relatórios Técnicos, fora abordado pontos de ferrugem/oxidação no suporte e luminárias de LED externas, além da potência das luminárias divergirem da planilha orçamentária em potência, as quais devem ser trocadas pela Contratada, por não corresponder ao contratado;

k) Ademais, a fiscalização do Tribunal de Justiça tem solicitado reiteradamente à executora, em todas as vistorias in loco, a regularização dos problemas com segurança do trabalho, principalmente no que tange aos trabalhos em altura, conforme abordado no item 5.16 do Relatório; andaimes, conforme abordado no item 6.1 do Relatório; betoneiras, conforme abordado no item 6.2 do Relatório; instalações elétricas provisórias precárias, conforme abordado no item 6.3 do Relatório, dos quais não estão sendo atendidas de forma satisfatória pela Contratada, conforme abordado no Relatório, devendo ser corrigidos de forma imediata, PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO Avenida Planalto, 410 - Centro, Água Boa - MT, CEP 78635-000 (66) 3468-6400 www.aguaboa.mt.gov.br | comunicacao@aguaboa.mt.gov.br CNPJ 15.023.898/0001-90 Página 3 portanto, solicitamos que regularize a questão da Segurança do Trabalho sob pena de aplicação de multa;

l) Por fim, reitera a necessidade de não deixar a execução da obra descoberta de engenheiro civil/ arquiteto residente experiente como responsável técnico pela obra com a ART/ RRT de responsabilidade técnica.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição dos senhores para eventuais esclarecimentos.

LICITAÇÃO: CP 001/2019

CONTRATO: 089/2019

Data: 28 de abril de 2022

MARCELO ALVES PEREIRA

FISCAL DE OBRA

GERÊNCIA LEGISLATIVA
LEI Nº 1.723, DE 03 DE MAIO DE 2022.

(Projeto de Lei nº 1.678, de 15 de março de 2022, do Executivo)

"DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 025, DE 13 DE MARÇO DE 1984 QUE CRIA A "BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária de 02 de maio de 2022, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - O Art. 1º acrescido do parágrafo único, Art. 3º e Art. 4º da Lei Municipal nº 025, de 13 de março de 1984**, que cria a "*Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo",* passam a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 1º - *Fica criada na sede do Município na Praça da Cultura, a Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo, subordinada à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. (Emenda Modificativa nº 016/2022).*

Parágrafo Único: *o funcionamento se dará através de Regimento Interno da Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo.*

[...]

Art. 3º - *Fica a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer autorizada a contratar os profissionais necessários para o bom desempenho das atividades da referida Biblioteca, propondo a inclusão nos orçamentos anuais de verbas especialmente destinadas a este fim. (Emenda Modificativa nº 015/ 2022).*

Art. 4º - *O Município incluirá em seu orçamento anual, previsão de recursos para o custeio, manutenção e ampliação do acervo bibliográfico e dos espaços físicos.*

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, aos 03 de maio de 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ERIK RODRIGO JESUS DA SILVA

Secretário Mun. Esporte, Cultura e Lazer

GERÊNCIA LEGISLATIVA
LEI Nº 1.722, DE 03 DE MAIO DE 2022.

(Projeto de Lei nº 1.680, de 15 de março de 2022, do Executivo)

"DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 1.222, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014 NA FORMA QUE ESPECIFICA".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária de 18 de abril de 2022, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - A Ementa da Lei Municipal nº 1.222, de 18 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Dispõe sobre a premiação e incentivos para o(s) inscrito(s) que participarem em eventos culturais promovidos pela pasta da Cultura, com parcerias de qualquer gênero".***

Art. 2° - altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 1.222, de 18 de fevereiro de 2014 e os incisos "III" e "VIII" passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - *Fica criada no Município de Água Boa/MT, a Lei que premia e incentiva inscrito(s) que participarem dos eventos promovidos pela pasta da Cultura, desde que:*

I. ....

II. ....

III. *Com relação ao incentivo o(s) inscrito(s) deverá prestar contas a pasta da Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural, com nota fiscal que comprove que o recurso foram utilizados para fins da participação no determinado evento para qual se escreveu, se tratando de premiação será isento à prestação de contas;*

[...]

VIII. *O(s) inscrito(s) que não cumprirem o regulamento do evento e não prestarem contas quando agraciados de* ***incentivo****, serão punidos, ficando impossibilitados por tempo determinado pela pasta da Cultura de participarem de qualquer evento promovido pela Secretaria;*

Art. 3° - Dá nova redação aos incisos I, II, III, IV, V, VI e revoga-se o inciso VII do Art. 2º da Lei Municipal nº 1.222, de 18 de fevereiro de 2014, renumerando os incisos que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - ....

I. *Para a* ***Festividades do Aniversário do Município de Água Boa****, evento realizado no mês de julho de cada ano em comemoração ao aniversário da cidade, dar-se-á ao(s) inscrito(s)* ***incentivo, premiações*** *e/ou* ***serviços*** *(conforme regulamento do evento);*

II. *Para a* ***Folclore****, evento voltado para o regaste da Cultura Nacional e Internacional, dar-se-á ao(s) inscrito(s)* ***incentivo, premiações*** *e/ou* ***serviços*** *(conforme regulamento do evento);*

III. *Para o* ***Festival de Teatro*** *realizado com intuito de disseminar a cultura e revelar novos talentos artisticos da arte cênica, onde os assuntos abordados são de interesse da comunidade, dar-se-á ao(s) inscrito(s)* ***incentivo, premiações*** *e/ou* ***serviços*** *(conforme regulamento do evento);*

IV. *Para o* ***Festival de Dança****, realizado com intuito de incentivar, disseminar a cultura e revelar novos talentos artísticos na dança de nossa comunidade, dar-se-á ao(s) inscrito(s)* ***incentivo, premiações*** *e/ou* ***serviços (conforme regulamento do evento);***

V. *Para o* ***Festival da Canção****, é um festival de composições inéditas e/ou não inéditas, voltado a todos os gêneros e estilos da música e tem como objetivo troca de experiências, valorização, produção musical e cultural, dar-se-á ao(s) inscrito(s)* ***incentivo, premiações*** *e/ou* ***serviços*** *(conforme regulamento do evento);*

VI. *Para* ***demais eventos como:*** *gincanas, apresentações circenses, concertos, recitais, espetáculos, poesia, fotografia, declamação/trova, xadrez, exposições artísticas, concurso de desenhos, entre outros, desde que tenha* ***notável cunho artístico****, caberá aos responsáveis pela Pasta da Cultura, avaliar a dimensão significativa e abrangente para incentivar e/ou premiar ou não.*

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, aos 03 de maio de 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ERIK RODRIGO JESUS DA SILVA

Secretário Mun. Esporte, Cultura e Lazer

GERÊNCIA LEGISLATIVA
EMENDA MODIFICATIVA Nº 015/2022

AUTORIA: Vereadores da Comissão Geral: Eva da Silva Pereira (PSB) - Relatora; Leonardo Leite Ribeiro (MDB) - Presidente; José Ari Zandoná (DEM) – Membro e Adelar Fusinato – Membro.

Modifica-se no **Art. 1º** do **Projeto de Lei nº 1678/2022**, de 15 de março de 2022, que "DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 025, DE 13 DE MARÇO DE 1984 QUE CRIA A “BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL” NA FORMA QUE ESPECIFICA." Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde lia-se:

Art. 1º *Fica o responsável pela* ***Pasta da Cultura*** *autorizado a contratar os profissionais necessários para o bom desempenho das atividades da referida Biblioteca, propondo a inclusão nos orçamentos anuais de verbas especialmente destinadas a este fim.*

Passa-se a ler:

Art. 1º *Fica a* ***Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer*** *autorizada a contratar os profissionais necessários para o bom desempenho das atividades da referida Biblioteca, propondo a inclusão nos orçamentos anuais de verbas especialmente destinadas a este fim.*

J U S T I F I C A T I V A

Oral.

Sala da Comissão Geral, ao 11 de abril de 2022.

Eva da Silva Pereira (PSB)

Relatora

Leonardo Leite Ribeiro (MDB) José Ari Zandoná (DEM)

Presidente Membro

Adelar Fusinato

Membro

GEOOBRAS
3 NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO N° 188/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: LUARA DANIELLY GOMES 00939023105

MOTIVO: Notificar a empresa contratada na pessoa de sua representante sobre a falta de atividade diária, constatada no dia 29/04/2022 pela fiscal da obra.

É importante destacar que a presente obra se encontra bem atrasada e inclusive já houve notificação da empresa nesse sentido.

Assim, em resposta a notificação de atraso da obra, a representante da empresa, a sr. Luara se justificou com a alegação da pandemia e externou a doença de seu esposo.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal acatou em partes a resposta e tentou ser compassível com a situação. Porém, agora, considera o fato de não ter ninguém na obra, conforme foi contatado pela fiscal obra, um verdadeiro descaso e desrespeito.

Além disso, é nítido que o fato de não ter ninguém trabalhando no dia 29/04/2021, sexta-feira, gera ainda mais atrasos e transtornos para a conclusão da obra em questão. Levando em conta que, como foi dito a obra já está bem atrasada e que o cronograma está bem fora do acordado, um dia sem execução, é mais um dia útil perdido.

Por essa razão, temos que o fato ocorrido é grave, uma vez que causa danos a evolução da obra e, portanto, solicitamos que a empresa cumpra com suas obrigações e continue exercendo suas atividades de maneira regular e continua.

PROCESSO: 108/2020

TP: 016/2020

PRAZO: 5 dias uteis após o recebimento.

Data: 29 de abril de 2022.

Clarisse V. Bilo - Fiscal de Obra.

GERÊNCIA LEGISLATIVA
LEI Nº 1.725, DE 03 DE MAIO DE 2022.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 004/2022

De 04 de abril de 2022.

AUTORIA: Vereador Ronaldo Portella de Lima (PL) – Em Coautoria com os Vereadores: Adelar Fusinato (DEM); Agnaldo Lansoni (DEM); José Ari Zandoná (DEM) e Lisiani Maria Luz Figueiró (DEM).

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA CICLOVIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT DE 'HERCULANO LORENZON' (INMEMORIAN) E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Mariano Kolankiewicz Filho, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 02 de maio de 2022, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica denominada a ciclovia no município de Água Boa-MT de 'HERCULANO LORENZON', localizada no centro do canteiro na Avenida Araguaia no município de Água Boa-MT.

Art. 2º - Deverá ser identificada a via com placas do homenageado e as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente *(Emenda Modificativa nº 017/2022)*.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, AOS 03 de maio de 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GERÊNCIA LEGISLATIVA
LEI Nº 1.724, DE 03 DE MAIO DE 2022.

(Projeto de Lei nº 1.687, de 28 de março de 2022).

Dá nova redação ao art. 1º, acrescenta o art. 1º "A" e dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 1249, de 08 de dezembro de 2014 e dá outras providências.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 02 de maio de 2022, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 1249, de 08 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - *Através da presente Lei, fica instituído o Programa Municipal de Estagiários - PME, que terá como finalidade a contratação de estagiários, sendo estes, alunos que devam estar frequentando regularmente cursos de nível superior na modalidade de graduação e/ou pós-graduação, ensino médio, profissionalizante 2º grau, ou escolas de educação especial.*

Art. 2º - Acrescenta o Art. 1º "A" a Lei nº 1249, de 08 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º "A" - *O estágio em nível superior na modalidade de "Pós-Graduação" destina-se à vivência, ao aperfeiçoamento, à especialização em áreas profissional, e à reciproca contribuição do meio acadêmico ao ambiente do serviço público, formando, progressivamente, uma cultura organizacional de aprendizado continuo, capaz de desenvolver profissionais melhor qualificados no serviço público.*

Art. 3º - O artigo 11 da Lei nº 1249, de 08 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 - *O valor da "Bolsa-Estágio" será regulamentado pelo Executivo Municipal através de Decreto, podendo ser reajustado anualmente no mês de abril.*

a) Revogado *b)* Revogado

Art. 4° - Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, AOS 03 DE MAIO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

A N E X O Único

Da Lei 1.724, de 03 de maio de 2022 que provavelmente a ser regulamentado no futuro *Decreto de Regulamentário*.

VALOR DA BOLSA-ESTÁGIO		
ESCOLARIDADE:	**4h Semanais**	**6h semanais**
Profissionalizante 2º Grau	R$ 500,00	R$ 800,00
Nível Ensino Médio	R$ 500,00	R$ 800,00
Nível Superior na Modalidade Graduação	R$ 800,00	R$ 1.200,00
Nível Superior na Modalidade Pós-Graduação	R$ 1.100,00	R$ 1.600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, AOS 03 DE MAIO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GERÊNCIA LEGISLATIVA
EMENDA MODIFICATIVA Nº 016/2022

AUTORIA: Vereadores da Comissão Geral: Eva da Silva Pereira (PSB) - Relatora; Leonardo Leite Ribeiro (MDB) - Presidente; José Ari Zandoná (DEM) – Membro e Adelar Fusinato – Membro.

Modifica-se no **Art. 1º** do **Projeto de Lei nº 1678/2022**, de 15 de março de 2022, que "DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 025, DE 13 DE MARÇO DE 1984 QUE CRIA A "BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL" NA FORMA QUE ESPECIFICA." Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde lia-se:

Art. 1º - *Fica criada na sede do Município na Praça da Cultura, a Biblioteca Pública Municipal Érico Verissimo, subordinada à* ***Pasta da Cultura.***

Passa-se a ler:

Art. 1º - *Fica criada na sede do Município na Praça da Cultura, a Biblioteca Pública Municipal Érico Verissimo, subordinada à* ***Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.***

J U S T I F I C A T I V A

Oral.

Sala da Comissão Geral, ao 11 de abril de 2022.

Eva da Silva Pereira (PSB)

Relatora

Leonardo Leite Ribeiro (MDB) José Ari Zandoná (DEM)

Presidente Membro

Adelar Fusinato

Membro

GEOOBRAS
2º NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 147/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: INTERIOR CONSTRUTORA EIRELI

MOTIVO: Notificar V. Sa., para que a empresa juntamente com o seu engenheiro responsável para que complementem os projetos das pontes de concreto armado, para tanto apresentem:

*Estudos Hidrológicos, contendo dentro todas as especificações necessárias o Mapa de Bacias; Dados Físicos da Bacia; comprimento e declividade do talvegue; cálculo da vazão das bacias; altura da máxima cheia histórica (informação a ser obtida junto à moradores ou usuários da via); verificação hidráulica da capacidade da ponte existente e vazão relativa à máxima cheia histórica.

*Levantamento topográfico

*Levantamento topográfico planialtimétrico acima 5 hectares;

*Estudos Geotécnicos;

*Projeto terraplanagem;

*Projeto de Sinalização;

*Projeto de Obras Complementares;

*Projeto Ambiental;

*Planilha Orçamentária.

Há de se destacar que o edital e a contratação foram abertos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Água Boa que vão de encontro as necessidades da população local e, para tanto o objeto deve ir de encontro as necessidades do licitante.

Assim, a empresa em questão contratou os serviços de elaboração de 6 (seis) pontes nas rodovias municipais, para tanto, deve conter o necessário para a construção das pontes e não menos importante, deve atender os critérios do convenio SINFRA, para que a verba seja liberada.

Ademais, tendo em vista que trata de um contrato consideravelmente antigo, e tendo em vista que já foi emitida notificação solicitando parte dos serviços solicitados nessa notificação, o que se deseja é que essa complementação seja feita o mais rápido possível.

A demora em responder essa notificação em seu objeto pode acarretar a perca do prazo do convênio, causando danos extensivos a Administração Pública e, dano maior ainda a população desse município.

PROCESSO: 103/2020

LICITAÇÃO: PP: 032/2020

CONTRATO: 147/2020

PRAZO: 5 dias uteis após o recebimento.

Data: 28 DE ABRIL DE 2022

MARCELO ALVES PEREIRA

FISCAL DE OBRA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: CONVITE 001/2022 do tipo Menor Preço.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a prestação de serviços de construção/edificação para adequação de salas na Prefeitura Municipal de Água Boa, mais precisamente, adequação das Secretarias de Finanças e Desenvolvimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital de licitação de acordo com o Projeto Básico, Executivo e anexos.

REALIZAÇÃO: 11/05/2022

HORAS: 08h30min, horário de Brasília/DF.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 03 de maio de 2022.

ALAN ROGERIO STEINMETZ

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 323, DE 22 DE ABRIL DE 2022

"NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, os Arts. 208; 211, 218 e 221 da Lei Complementar Municipal N° 009, de 10 de março de 2000;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR os servidores estáveis abaixo designados, para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO Administrativo dos Servidores Públicos Municipais.

I. PRESIDENTE:

Beatriz Regina Stein Zandoná - MAT.: 13.1

II. SECRETÁRIA:

Alan Rogerio Steinmetz - MAT.: 3312.1

III. MEMBRO:

Gilson Benovit - MAT.: 35.1

§ 1º- As Sindicâncias uma vez iniciadas terão prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para a conclusão dos trabalhos e emissão do parecer final.

§ 2º- O prazo para conclusão do inquérito não excederá a 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para a conclusão dos trabalhos e emissão do parecer final.

Art. 2º. As novas Sindicâncias serão analisadas pelos membros convocados nesta portaria, mediante determinação do Poder Executivo, através de Ato Administrativo.

Art. 3º. Fica facultado a Comissão de Sindicância, solicitar à Secretaria de Planejamento e Finanças, a contratação de assessoria, sempre que necessário para subsidiar seus trabalhos.

Art. 4º. Os componentes da Comissão de Sindicância farão jus ao Adicional por Serviço Extraordinário conforme Lei Complementar 009/2000 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, Item 3.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de 01 de maio de 2022, revogando a Portaria Municipal nº 182, de 28 de janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 22 DE ABRIL DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 22 de abril de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GERÊNCIA LEGISLATIVA
EMENDA MODIFICATIVA Nº 017/2022

AUTORIA: Comissão Geral: Vereadora Eva da Silva Pereira (PSB) - Relatora; Vereador Leonardo Leite Ribeiro (MDB) - Presidente; Vereador José Ari Zandoná (DEM) – Membro.

Modifica-se no **Art. 2º** do **Projeto de Lei Legislativo nº 004/2022,de autoria do Vereador Ronaldo Portella de Lima (PL) – Em coautoria com os Vereadores Adelar Fusinato (DEM); Agnaldo Lansoni (DEM); José Ari Zandoná (DEM) e Lisiani Maria Luz Figueiró (DEM), que "*Dispõe sobre denominação da ciclovia no município de Água Boa-MT de "Herculano Lorenzon" (in memorian) e, dá outras providências*" e, q**ue passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde, lia-se:

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Passa-se, a ler:

Art. 2º Deverá ser identificada a via com placas do homenageado e as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

J U S T I F I C A T I V A

Solicitamos ao Poder Executivo que determine junto ao setor competente as providências que fazem necessárias para que seja feita a denominação e identificação com placa na ciclovia de nossa cidade de "Herculano Lorenzon" (*in memorian)*.

Nada mais justo do que prestar uma homenagem e manter viva a memória aqueles que tiveram grande contribuição na construção e desenvolvimento da nossa comunidade.

Essa é a forma de homenagear aqueles que partiram e deixaram um legado; para que suas histórias continuem presentes nos nossos corações e nas nossas lembranças.

Diante do exposto, esta é nossa justificativa e que seja acatada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Geral, aos 27 de abril de 2022.

Vereador Leonardo Leite Ribeiro (MDB) Vereadora Eva da Silva Pereira (PSB)

Presidente Relatora

Vereador José Ari Zandoná (DEM)

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022 – ATA REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decretos Municipal 011/2021 e 056/2021, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de resultado de Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA PELO PERIODO DE 01 ANO**". Vencedores: EMAM EMULSÕES E TRANPORTES LTDA – R$ 2.912.950,00.**

Alto Boa Vista, 03 de Maio de 2022.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro Port. 074/2022

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2022

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA - MT,** situado na Av. MOISES DORNELES MONTIEL – 975 - SETOR VILA REAL – ALTO BOA VISTA/MT – CEP 78.664-000, inscrito no CNPJ nº 37.465.143/0001-89, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **JOSÉ PEREIRA MARANHÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de ALTO BOA VISTA - MT, inscrito no CPF sob o nº 485.415.161-72 e RG 2743559 SSP/GO, doravante denominado GERENCIADOR e as empresas abaixo relacionadas, doravante denominadas FORNECEDORAS, **ACORDAM** procederem, nos termos do **Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2022**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10. 520/2002, nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto N° 011/2021, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA - MT, PELO PERÍODO DE 01 ANO, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

§1º Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPF (MF) sob o nº 04.420.916/0003-13, com sede na RODOVIA DOS IMIGRANTES – S/N – KM 8,6 – CAPELA DO PISSARÃO – CEP 78.132-400 – VARZEA GRANDE/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA, portador (a) da Carteira de Identidade n.º MG-5738021 SSP/MG, CPF/MF n.º 001. 481.006-94, residente e domiciliado no Município de VARZEA GRANDE/MT.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	FABRICANTE	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	EMULSÃO ASFALTICA DE IMPRIMAÇÃO – EAI	TON	150	EMAM	4.889,00	733.350,00
2	EMULSÃO ASFALTICA RR-2C	TON	400	EMAM	5.449,00	2.179.600,00

Totalizando o valor de R$ 2.912.950,00(dois milhões novecentos e doze mil novecentos e cinquenta reais).

§2º Este instrumento não obriga o Município de ALTO BOA VISTA/MT a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da assinatura da presente ata.

§1º Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

§2º As adesões à Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

§3º Durante a sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de ALTO BOA VISTA/MT.

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do Município de ALTO BOA VISTA/MT e serão solicitados mediante requisição emitida pelo departamento de compras do Município de ALTO BOA VISTA/MT.

§1º Os Serviços deverão ser executados em conformidade com o Edital e seus anexos, devendo o fornecedor seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que a prestação dos serviços seja feita em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

CLÁUSULA QUINTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no Edital e Termo de Referência, bem como na legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

As obrigações do fornecedor são aquelas estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

As obrigações do Município encontram-se delimitadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA — DO PAGAMENTO

As condições de pagamento estão dispostas especificamente no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência, que fazem parte da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

§1º Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

§2º Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

§3º Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

§4º Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de ALTO BOA VISTA/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito, na forma da legislação aplicável.

§1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

§2º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

§3º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de ALTO BOA VISTA/MT, facultando-se ao ente público neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

§4º Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas à execução do objeto.

§5º Caso o Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES.

Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes previstas no Instrumento Convocatório e seus Anexos, bem como nas Leis 10.520/02, 8.666/93, e Decretos Municipais n° 011/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações orçamentárias previstas para os órgãos e entidades participantes nas épocas próprias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Os fiscais para acompanhamento e desenvolvimento de todo o procedimentolicitatório serão:

	Fiscal Responsável		
SERVIDOR:	IOLENE MEDEIROS DOS SANTOS SILVA		
CARGO:	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		
CPF:	944.169.071-68	**MATRÍCULA:**	1093
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		

§1º Os fiscais serão nomeados através de Portaria, cabendo a estes:

a) Promover a avaliação e fiscalização dos serviços, solicitando à CONTRATADA e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

b) atestar as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de pagamento;

c) solicitar ao Prefeito Municipal às providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução do objeto contratado.

d) Notificar, por escrito, a licitante vencedora da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação de serviços, fixando prazo para sua correção.

§2º A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

ALTO BOA VISTA/MT, 03 de Maio de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO	EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA
Prefeito Municipal	Cnpj 04.420.916/0003-13
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N° 041, DE 03 DE MAIO DE 2.022.

"Declara LUTO OFICIAL no município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, pelo prazo de três (03) dias em virtude do falecimento do ex-prefeito, Adevaldo Rodrigues Martins".

O PREFEITO DA CIDADE DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º É declarado **LUTO OFICIAL** no município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, pelo período de (03) três dias, contando da data de publicação deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-prefeito ADEVALDO RODRIGUES MARTINS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE! REGISTRE-SE! CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em Alto Garças-MT, em 03 de Maio de 2.022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N º023/2022

EXTRATO DO CONTRATO N º023/2022

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado: CONSÓRCIO SOBERANA BRILHANTE CONSTRUÇÕES**. **Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, DE NATUREZA PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NAS INSTALAÇÕES DOS DEMANDANTES".** Originada da Adesão 006/2022 à Ata de Registro de Preços 14/2022, originada do Pregão Presencial nº 011/2021, do – CISPAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba-MG. Valor global de R$ R$ 4.000,000,00 (quatro milhões de reais). Data de assinatura: 20 de abril de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022

1.1 Em vista das razões apresentadas pela Secretária de Receita e Controle, bem como a justificativa de preço apresentado no processo, através do balizamento, considerando o valor da prestação de serviços a ser oferecido a um valor compatível com o mercado, para a administração pública e aprovação do orçamento disponível para contratação e atestado de exclusividade apresentado pela empresa, RATIFICO a dispensa de Licitação, para o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES, PLANILHA ORÇAMENTARIA E APROVAÇÃO, REFERENTE A OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTURA, COM ÁREA ESTIMADA DE 800 M², diretamente com a Empresa: DOUGLAS FEIJO DE OLIVEIRA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.414.258/0001-30, VALOR OFERTADO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).Verifica-se a justificativa no processo, consta no processo a comprovação de que a contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Por estas razões, justifica-se a formalização do processo e contratação da empresa, Dispensando a Licitação enquadrada na lei nº 14.133, de 1 de Abril de 2021, que dispõe sobre o "Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;".

Publique-se.

Alto Paraguai/MT, 03 de maio de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal de Alto Paraguai /MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 115/2022

DECRETO Nº 115/2022

"Dispõe sobre a nomeação de **Chefe da Seção de Serviços Sociais** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal d e Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Serviços Sociais**, aSenhora **MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES PESSOA**, CPF/MF – 912.950.174-15, de acordo com a Lei n.° 1253/2021.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 03 de maio de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 005/2022 - RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022 cujo objeto é a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA REFORMA DO PRÉDIO DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZE E COBERTURA EM BLOCO DA ESCOLA Mª AUTA MEDEIROS DE OLIVEIRA.** Foram classificadas as seguintes empresas, com seus respectivos valores: **1º Classificada Para o LOTE 01: PONTUAL OBRAS E ENGENHARIA**, com sua proposta no valor total de **R$ 294.973,69 (Duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos); 2º Classificada Para o LOTE 01: JS EVOLUTION CONSTRUÇÕES E RECICLAGENS EIRELI – ME**, com sua proposta no valor total de **R$ 314.624,36** (Trezentos quatorze mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos); **3º Classificada Para o LOTE 01: M. A. FONTES VANO,** com sua proposta no valor total de **R$ 316.151,74** (Trezentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos). **1º Classificada Para o LOTE 02: PONTUAL OBRAS E ENGENHARIA**, com sua proposta no valor total **de R$ 177.182,75 (Cento e setenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos); 2º Classificada Para o LOTE 02: JS EVOLUTION CONSTRUÇÕES E RECICLAGENS EIRELI – ME,** com sua proposta no valor total de **R$ 187.266,48** (Cento e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos); **3º Classificada Para o LOTE 02: M. A. FONTES VANO**, com sua proposta no valor total de **R$ 188.827,56** (Cento e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos). Maiores informações poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471.

Alto Taquari – MT, 03 de Maio de 2022

Rudmar José Lang - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 114/2022

DECRETO N.º 114/2022

"Dispõe sobre exoneração **Chefe da Seção de Fiscalização e Educação e Ambiental** e nomeação de **Chefe da Seção de Inspeção**, dá outras providências. "

A Prefeita Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do cargo de **Chefe da Seção de Fiscalização e Educação e Ambiental**, o Senhor **DANIEL RODRIGEUS MALHEIRO** CPF/MF – 073.014.341-46, nomeado através do Decreto n.º 059/2022.

Artigo 2º.- Fica nomeado para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Inspeção,** o**SenhorDANIEL RODRIGEUS MALHEIRO** CPF/MF – 073.014.341-46, de acordo com a Lei n.º 1286/2022.

Artigo 3°.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, 02 de maio de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº004/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2022,** cujo certame se deu início às 08h43min, do dia 03/05/2022, sagrou-se vencedores os preponentes: **TADEU MROZINSKI – CNPJ: 37.509.767/0001-50** com o valor total de **R$ 192.505,**24(cento e noventa e dois mil, quinhentos e cinco reais e vinte quatro centavos) **MULTILUZ COMERCIAL EIRELI – CNPJ: 31.128.170/0001-80** com o valor total de **R$ 97.352,00** (noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais) **RONDOFIOS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO LTDA – CNPJ: 31.259.205/0001-10** com o valor total de **R$ 34.638,00(** trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais) **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – CNPJ: 00.226.324/0001-42** com o valor total de **R$ 90.963,74**(noventa mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos)**FORT COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES EIRELI – CNPJ: 28.741.330/0001-57** com o valor total de **R$ 4.657,50** (quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) **MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA – CNPJ: 44.873.952/0001-95** com o valor total de **R$ 17.565,85** (dezessete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) **ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – CNPJ: 28.613.773/0001-62** com o valor total de **R$ 35.423,00** (trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte três reais) **WIKE MATERIAL ELÉTRICO E DECORAÇÃO LTDA – CNPJ: 39.673.581/0001-68** com o valor total de **R$ 4.791,60 (**quatro mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, com certame homologado em 03 de Maio de 2022.

Alto Taquari – MT, 03 de Maio 2022.

THAÍS REGINA BENDER DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0136/2022

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 144/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO MECANICA PARA VEICULOS EM GARANTIA DO FABRICANTE

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o servidor Sr. Alexandre da Silva. Tendo como objeto: REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS Serviços de revisão mecânica e reposição de peças mecânicas para três motoniveladoras marca XCMG, em período de garantia de fábrica, empresa contratada- **EXTRA MÁQUINAS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 19293.041/0004-94.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 03 de maio de 2022.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.284 /2022.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO para atender à necessidade da secretaria municipal de saúde, e dá outras providências.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à contratação de pessoal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde*, especialmente no Hospital Municipal para os cargos que seguem:*

QUANTIDADE	CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO BÁSICA
03	Serviços Gerais	40	R$ 1.213,60
02	Cozinheira	40	R$ 1.213,60
01	Vigia	40	R$ 1.213,60
01	Assistente social	30	R$ 4.464,82

Parágrafo Único - Prescindem, as contratações temporárias previstas no caput, de avaliação de candidatos por processo seletivo simplificado e análise curricular, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - O prazo de duração de cada contrato será até a realização de novo processo seletivo público, quando a partir da convocação dos candidatos, os contratos serão rescindidos.

Art. 3º - As despesas decorrente da presente Lei Municipal serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 03 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) ANA PAULA DA SILVA – PANIFICADORA, CNPJ 25.391.661/0001-16, situado a Av. Dante Martins de Oliveira, S/N°, Centro, Apiacás-MT., neste ato representada por Ana Paula da Silva, portador do RG n° 1774745-7 SSP/MT, e do CPF n° 019.191.501-70, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 018/2022 e as constantes

desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2004 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 018/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: ANA PAULA DA SILVA – PANIFICADORA, CNPJ 25.391.661/0001-16

ITENS E VALORES:

item	Código	Descrição do Material	Marca	Un.	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
83	1-01-0001	PAO FRANCES, COM NO MINIMO 50 GRAMAS, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, QUILO.	FAB. PROPRIA	KG	4.000,00	14,98	59.920,00
84	1-01-0073	PAO TIPO MINI DOG, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	FAB. PROPRIA	KG	300,00	15,25	4.575,00
							64.495,00

VALOR GLOBAL DO FORNECEDOR R$ 64.495,00 (sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15. A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

5.16. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

5.18. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.18.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.18.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.18.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.18.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2.. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS E PROG. DA EDUCAÇÃO

2006.-MERENDA ESCOLAR - PNAE

339030.000000-1004- 0077- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2007.- MERENDA ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS

339030.000000- 2001- 0100- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUC

339030.000000-2001- 0109- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 018/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 03 de maio de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

ANA PAULA DA SILVA – PANIFICADORA

CNPJ 25.391.661/0001-16

CONTRATA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO LICITAÇÃO CV 002/2022

CONVITE nº.: 002/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO 047/2022

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE:

VENCEDORES:

EMPRESA - JOSÉ FERREIRA DA SILVA ARMARINHOS, vencedora nos itens: 1, 4, 10, 17, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 36, 40, 41, 43, 55 ao 63, 66,68, 69, 73 ao 76, 79 ao 83, 88 ao 93, 95, 96, 99,103 104, 105, 107, 112, 113, 119, 121, 123, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137 ao 141. Valor total do fornecedor R$ 72.535,00 (setenta e dois mil quinhentos e trinta e cinco reais).

EMPRESA: PAPELARIA SANTA ROSA LTDA, vencedora nos itens:3, 8, 9, 15, 26, 35, 37, 38, 39, 42, 44 ao 54, 64, 65, 70, 71, 72, 78, 94, 97, 98, 100 ao 102, 108 ao 111, 122, 124, 125, 126, 130

Valor total do fornecedor R$ 45.572,55 (quarenta e cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e cinqüenta e cinco centavos).

EMPRESA: JM PRADO DOS SANTOS UTILIDADES-ME, Vencedora nos itens:2, 5, 6, 7, 11 ao 14, 16, 18 ao 21, 27, 30 ao 34, 67, 77, 84 ao 87, 106, 114 ao 118, 132, 136.

Valor total do fornecedor R$ 26.511,60(vinte e seis mil quinhentos e onze reais e sessenta centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos três dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa ALG RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA-EPP, CNPJ n° 05.763.509/0001-00, situada na Rua Luiz Alves Cavalcante , 689/105 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ –Cep 25.561.140, neste ato, representada pelo Sr ELENILSON RUSSELL MARSICO, sócio administrador, RG 10.605.045-3 – DETRAN RJ e CPF 045.328.477-96, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca	UN	Qtde	V. unit.	V. total
28	1-37-0001	CREME DENTAL, USO ADULTO, PESANDO 90GR, HORTELA, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA, AGUA, SORBITOL, COMPOSICAO AROMATICA, POLIETILENOGLICOL, CARBOXIMETICELULOSE, DIOXIDO DE SILICIO, CORANTES, FLUORETO DE SODIO, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTAO PLASTIFICADA, UNIDADE.	ALG DENTAL	UN	3.000,00	1,69	5.070,00
35	1-37-0002	ESCOVA DENTAL ADULTO, COM CERDA MACIA, EM CORES DIVERSAS,TIPO COMUM, MODELO RETO, MANUAL, COM CAPA PROTETORA DE PVC, UNIDADE.	ALG DENTAL	UN	3.000,00	0,61	1.830,00
36	1-37-0004	ESCOVA DENTAL INFANTIL, COM CERDAS MACIAS, EM CORES DIVERSAS,TIPO COMUM, MODELO RETO, MANUAL, COM CAPA PROTETORA DE PVC, UNIDADE.	ALG DENTAL	UN	4.000,00	0,57	2.280,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

ALG RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA-EPP

CNPJ n° 05.763.509/0001-00

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR EIRELI,** sediada à Rua Erê, 34 – 2° andar – Bairro Prado – BH/MG, inscrita sob CNPJ nº. 31.401.798/0001-07, neste ato, representada pela proprietária Srª. SHIRLEI VALERIA RODRIGUES ASSIS, portadora do documento de identidade nº. MG-8.847.586, POLICIA CIVIL/MG, CPF 064. 721.546-27, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8. 666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
64	12-01-1133	RESINAS COMPOSTAS FOTOPOLIMERIZAVEL A3, EMBALADA EM CAIXA INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, VALIDADE MINIMA DE 24 MESES DA DATA DA ENTREGA, SERINGA COM 4 G, UNIDADE.	APPLIC	UN	20,00	9,79	195,80
66	12-01-1134	RESINAS COMPOSTAS RESINA COR A3, 5, EMBALADA EM CAIXA INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, VALIDADE MINIMA DE VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE ENTREGA, SERINGA COM 4 G, UNIDADE.	APPLIC	UN	20,00	9,79	195,80

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

DENTAL BH BRASIL COM. DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR EIRELI CNPJ nº. 31.401.798/0001-07

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 21.504.525/0001-34, sediada à Rua Osório Duque-Estrada - 763, VARGEM GRANDE, PINHAIS/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8. 666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
10	1-10-0569	ALGODÃO HIDROFILO, COR BRANCA, BOA ABSORÇÃO, MACIO E INODORO, EM CAMADA UNIFORME, ROLETE, COMPACTO, COM 04 CM DE COMP X 01 CM DE DIAM, APROXIMADAMENTE, EM PLASTICO ATOXICO, O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE, PACOTE COM 100 ROLETES.	WA	Pt	40,00	2,50	100,00
27	1-37-0003	CREME DENTAL INFANTIL, EM GEL, USO INFANTIL COM BAIXA ABRASIVIDADE, TUTTI-FRUTTI, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA, AGUA, UNIDADE.	ICE FRESH KIDS	UN	4.000,00	3,15	12.600,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ 21.504.525/0001-34

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa Distribuidora Água Boa LTDA, CNPJ Nº 44.223.526/0001-06, sediada na Avenida Gustavo Fetter, 2564 – Centro, Iporã do Oeste/SC., denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
7	12-01-1172	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL, AGULHA 30G CURTA. AGULHAS GENGIVAIS FABRICADAS COM DOIS TIPOS DE MATERIAIS: UMA PARTE PLASTICA E UMA PARTE METALICA FEITA DE ACO INOXIDAVEL DO TIPO 304. CANULA COM DIAMETRO EXTERNO DE 0,30MM E COMPRIMENTO DE 25 MM COM PONTA TRIFACETADA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	DFL	Cx	10,00	40,88	408,80
52	12-01-1161	KIT ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA COMPLETO, KIT COM 15 PECAS+ BROQUEIRO AUTOCLAVAVEL DE 75 FUROS	AMERICAN BURRS	UN	20,00	144,56	2.891,20
70	12-01-1132	SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL, REPOSICAO, FRASCO DE 8 ML DE ADESIVO (BOND), COMPOSTO BASICAMENTE POR SOLUCAO DE BIS GLICIDILMETACRILATO (BIS-GMA) E 2-HIDROXIETILMETACRILATO (HEMA), CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA, FRASCO COM 8 ML, UNIDADE.	KERR	UN	20,00	173,66	3.473,20

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA

CNPJ Nº 44.223.526/0001-06

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa EXCELLENCE MEDICAL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/MF Nº 02.608.793/0001-51, sediada, RUA VERGUEIRO, 205 – LIBERDADE, CEP:01504-001 – SÃO PAULO/SP, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) ROBERTO GONÇALVES SANTANA, portador da Carteira de Identidade Nº: 17321730 e do CPF Nº 091.471.098-23, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei

Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
14	12-01-1167	BABADOR EM POLIETILENO, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 50 X 75 CM, ATOXICO DESCARTAVEL EMBALADO EM PACOTES DE 100 UNIDADES CADA	HOSPFLEX	Pt	50,00	15,78	789,00
51	12-01-1135	IONOMERO DE VIDRO, COMPOSTO DE ACIDO POLIACRILICO, FRASCO DE LIQUIDO COMPATIVEL COM O PO DE IONOMERO DE VIDRO MAXXION RFGM, FRASCO COM 9 G, UNIDADE.	FGM	UN	10,00	19,30	193,00
74	12-01-1049	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL, CONFECCIONADA EM TNT, 100 POR CENTO POLIPROPILENO ATOXICO DESCARTAVEL, FORMATO SANFONADA BRANCO, COM TOTAL CAPACIDADE DE VENTILACAO, RESISTENTE, GRAMATURA 20 G/M2 PACOTE C/100UND	MEDCAL	Pt	50,00	17,00	850,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

EXCELLENCE MEDICAL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ/MF Nº02.608.793/0001-51

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - JM PRADO DOS SANTOS UTILIDADES-ME

CONTRATO N° - 142/2022

OBJETO- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE:

VALOR TOTAL R$ 26.511,60(vinte e seis mil quinhentos e onze reais e sessenta centavos).

PRAZO VIGENCIA – 03/05/2022 ATÉ 31/12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - JOSÉ FERREIRA DA SILVA ARMARINHOS

CONTRATO N° - 143/2022

OBJETO- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE:

VALOR TOTAL R$ 72.535,00 (setenta e dois mil quinhentos e trinta e cinco reais).

PRAZO VIGENCIA – 03/05/2022 ATÉ 31/12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 22.803.038/0001-35, com sede à Avenida liberdade, s/nº, Qd. 161, Lt 40, Jardim Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74.943-400 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **Ana Paula Evangelista da Mata**, brasileira, solteira, Empresária, portadora da Cédula de Identidade profissional nº: 3.647.896 2V, SPTC/GO, inscrita CPF/MF sob nº 898.022.841-49 residente e domiciliada à Rua 11 D, s/nº, Qd 138, Lt 07, Setor Garavelo, em Aparecida de Goiâni/GO CEP: 74.930-210, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
39	12-01-1165	FIO DE SUTURA NYLON NUMERO 4-0 MONOFILAMENTO PRETO, NAO ABSORVIVEL, 45CM DE COMPRIMENTO, AGULHA 3/8 CIRCULO, CILINDRICA ARTERIAL 1,5 CM, ENVELOPE INDIVIDUAL, ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ N.1 DE 23/1/96 M. SAUDE, CAIXA.	PROCARE	Cx	10,00	56,81	568,10
49	12-01-0839	GESSO PEDRA ESPECIAL TIPO III, COMPOSTO SULFATO DE CALCIO BETA HEMIHIDRATO, CORANTE, SEM TOXIDADE, EMBALADO EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE COM DADOS DO FABRICANTE E VALIDADE, VALIDADE MINIMA 03 ANOS, PACOTE COM 1 KG	ASFER	Pt	20,00	9,75	195,00
57	12-01-1178	MOLDEIRA JOGO DE MOLDEIRAS DE ESTOQUE ADULTO, COM ESPECIFICACOES TECNICAS MINIMAS: MOLDEIRA ADULTO RASA PARA DESDENTADO LISA CONFECCIONADA EM ACO INOX, JOGO COM 8 PECAS, NOS TAMANHOS SUPERIOR 1, 2, 3 E 4 E INFERIOR 1, 2, 3 E 4, FORMA DE APRESENTACAO EMBALAGEM COM O JOGO 8 PEÇAS.	TECNODENT	UN	3,00	143,67	431,01
62	12-01-1148	PORTA AGULHA EM AÇO INOX, RETA, COM 11,5 CM, UNIDADE.	ABC	UN	10,00	44,99	449,90
69	12-01-1157	SERINGA DESCARTAVEL CAPACIDADE PARA 5 ML, SEM AGULHA, ESTERIL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLUCIDO, ATOXICO, COM GRADUACAO EXTERNA DE BOA VISUALIZACAO, ESCALA DE GRADUACAO A CADA 1ML E SUBDIVISAO A CADA 0,2ML BICO LUER SLIP (TIPO LISO) CENTRAL OU LATERAL, EMBOLO COM FORMATO ANATOMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATOXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA A SERINGA, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PETALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZACAO E TEMPO DE VALIDADE, EM CUMPRIMENTO A NR32 E NORMAS DO INMETRO, APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	SR	Cx	50,00	69,99	3.499,50

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Ana Paula Evangelista da Mata

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0135/2022

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DE CONTRATO, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

Art. 1º - Designar como fiscal de contratos, a Servidora **FERNANDA DA S. PESSOA MARCELINO,** Chefe de Divisão IV, para controle, acompanhamento e recebimento dos materiais de papelaria, referente aos contratos**:**

Contrato nº 141/2022 - PAPELARIA SANTA ROSA LTDA -CNPJ: 05. 293.323/0001-34

Contrato nº 142/2022- JM PRADO DOS SANTOS UTILIDADES-ME CNPJ 07.902.923/0001-88

Contrato nº 143/2022 - JOSE FERREIRA SILVA ARMARINHOS-ME CNPJ: 06.129.163/0001-55

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 03 de maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DE CONTRATO, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

Art. 1º - Designar como fiscal de contratos, a Servidora **FERNANDA DA S. PESSOA MARCELINO,** Chefe de Divisão IV, para controle, acompanhamento e recebimento dos materiais de papelaria, referente aos contratos**:**

Contrato nº 141/2022 - PAPELARIA SANTA ROSA LTDA -CNPJ: 05. 293.323/0001-34

Contrato nº 142/2022- JM PRADO DOS SANTOS UTILIDADES-ME CNPJ 07.902.923/0001-88

Contrato nº 143/2022 - JOSE FERREIRA SILVA ARMARINHOS-ME CNPJ: 06.129.163/0001-55

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 03 de maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP, CNPJ 27.471.260/0001-00, situado a Av. Dante Martins de Oliveira, S/N°, Centro, Apiacás-MT., neste ato representada por seu bastante procurador Sr. Efigênio Pedro de Carvalho, portador do RG n° 0960136-8 SSP/MT, e do CPF n° 662.053.109-10, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 018/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2004 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 018/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP

CNPJ 27.471.260/0001-00

ITENS E VALORES:

item	Código	Descrição do Material	Marca	Un.	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
2	1-01-0002	ACAFRAO EM PO PACOTE DE 30G, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM: PACOTE COM NO MINIMO 30 GRAMAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA E FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE	MIKA	Pt	200,00	2,70	540,00
3	1-01-0003	ACUCAR CRISTALIZADO PACOTE COM 2 KG, SACAROSE DE ACNA DE ACUCAR NA COR BRANCA, EMBALAGEM EM POLIETILENO, PACOTE COM 2KG, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE, UNIDADE.	BARRALCOOL	Pt	1.500,00	8,51	12.765,00
7	1-01-0007	AMIDO DE MILHO CAIXA COM 500 G COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	MIKA	UN	200,00	7,13	1.426,00
8	1-01-0176	ARROZ AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAOS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PACOTE COM 5 KG, UNIDADE	TIO LINDO	Pt	1.000,00	23,29	23.290,00
9	1-01-0445	ASA DE FRANGO, COM ASPECTO COR E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE	MAROMBI	KG	1.000,00	27,63	27.630,00
10	1-01-0375	AVEIA INTEGRAL,100% NATURAL, EM FLOCOS FINOS,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO,ACONDICIONADA EM SACHE APROPRIADO, CAIXA COM 500 GRAMAS.	MIKA	Pt	250,00	9,45	2.362,50
11	1-01-0010	AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM, OBTIDO DE AZEITONAS SAS, COM SABOR E CHEIRO DE AZEITONA, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACIDEZ IGUAL OU INFERIOR A 1% APTO PARA CONSUMO MA MESA, VIDRO 500 ML, UNIDADE.	CASTELO	UN	150,00	29,23	4.384,50
13	1-01-0442	BANANA NANICA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	NATURA	KG	2.000,00	6,33	12.660,00
14	1-01-0440	BANANA PRATA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	NATURA	KG	3.000,00	10,26	30.780,00

15	1-01-0011	BATATA INGLESA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, QUILO.	NATURA	KG	1.500,00	8,08	12.120,00
16	1-01-0012	BETERRABA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, QUILO.	NATURA	KG	300,00	6,81	2.043,00
17	1-01-0443	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO, TIPO ROSQUINHA DE DIVERSOS SABORES, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME, PACOTE COM 360 GRAMAS	NINFA	UN	800,00	7,82	6.256,00
29	1-01-0532	CEBOLA BRANCA, COM CARACTERISTICAS ORGANOLETICAS (COR, ODOR, TEXTURA, APARENCIA, SABOR) PRESERVADAS, SEM DANOS QUIMICOS, FISICOS E BIOLOGICOS, QUILO.	NATURA	KG	500,00	7,12	3.560,00
30	1-01-0023	CENOURA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, QUILO.	NATURA	KG	800,00	11,21	8.968,00
31	1-01-0158	CHA MATE, EMBALAGEM: COM 200G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE. CAIXINHA COM 200 GRAMAS, UNIDADE.	MATE LEAO	Cx	300,00	10,71	3.213,00
32	1-01-0447	CHEIRO VERDE MACO	NATURA	Mç	500,00	4,52	2.260,00
33	1-01-0029	CHOCOLATE EM PO PACOTE COM 400GR, INSTANTANEO, TRADICIONAL, A BASE DE ACUCAR, CACAU EM PO E MALTODEXTRINA, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 400G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UN	1.000,00	9,17	9.170,00
36	1-01-0033	COLORAU EM PO PACOTE COM 500G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE	SINHA	UN	300,00	7,38	2.214,00
37	1-01-0052	COXAS E SOBRECOXAS DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE, CONGELADO ,EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99, QUILO.	MAROMBI	KG	2.300,00	14,79	34.017,00
38	1-01-0036	DOCE DE FRUTAS EM PASTA (SABORES VARIADOS), DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM COM MINIMO DE 400G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU DA SAUDE.	GOIABEIRA	UN	200,00	8,17	1.634,00
39	1-01-0035	DOCE DE LEITE POTE DE 400GR, EMBALAGEM COM MINIMO DE 500G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	TRIANGULO	UN	400,00	8,25	3.300,00
40	1-01-0037	ERVA DOCE PACOTE COM 20GR, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UN	100,00	3,50	350,00
45	1-01-0044	FARINHA DE MANDIOCA PACOTE 1KG, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA BENEFICIADA, CLASSE BRANCA, TIPO 1, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	DO VALE	Pt	550,00	11,61	6.385,50
46	1-01-0045	FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG, ELABORADA A PARTIR DE GRAOS DE MILHO TORRADO, NA COR AMARELA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. PACOTE COM 1 KG, UNIDADE.	MIKA	Pt	300,00	8,25	2.475,00
47	1-01-0046	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE 1 KG, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO A PORTARIA 354/98 - ANVISA, UNIDADE.	ALVALADE	UN	1.000,00	5,53	5.530,00
48	1-01-0047	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PACOTE 1KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, UNIDADE.	TIO LINDO	Pt	1.000,00	9,22	9.220,00
49	1-01-0417	FEIJAO PRETO, TIPO 01, PACOTE COM 1 KG, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES. EMBALAGEM EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES E ATOXICOS, LIMPOS NAO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE CLARO OS DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL, NUMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	TIO LINDO	Pt	500,00	9,62	4.810,00
53	1-01-0534	FLOCOS DE MILHO, TIPO FLOCÃO: FARINHA DE MILHO FLOCADA SEM SAL, FONTE DE FIBRA, COM DATA DE VALIDADE/LOTE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, UNIDADE.	NUTRIVITA	Pt	200,00	4,04	808,00
54	1-01-0053	FUBA DE MILHO PACOTE 500GR ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FOLICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. PACOTE COM 500 GRAMAS, UNIDADE.	MIKA	Pt	800,00	4,88	3.904,00
56	1-01-0055	IOGURTE NATURAL POTE 170ML, INTEGRAL, NATURAL, RESFRIADO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	BATAVO	UN	500,00	3,53	1.765,00
57	1-01-0380	LARANJA PERA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA, QUILO.	NATURA	KG	3.000,00	5,73	17.190,00

59	1-01-0418	LEITE EM PO INTEGRAL PACOTE COM 400 GRAMAS, INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM FERRO, ZINCO E VITAMINAS C, A e D	PIRACANJUBA	UN	2.000,00	14,77	29.540,00
61	1-01-0378	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA MINIMO DE 3%, EMBALADO EM RECIPIENTE HERMETICO CAIXA ALUMINIZADA, CAIXA COM 1 LITRO.	VENCEDOR	Cx	2.000,00	7,02	14.040,00
62	1-01-0419	LINGUICA, SUINA TOSCANA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 de 22/04/96 E Nº145 de 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA E Nº 105 de 19/05/99.	SADIA	KG	1.000,00	19,25	19.250,00
63	1-01-0531	LOURO EM FOLHAS SECAS, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 05 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE, UNIDADE.	MIKA	Pt	100,00	2,32	232,00
64	1-01-0058	MACA NACIONAL, DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHO, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMANECE SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO CO A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA KG	NATURA	KG	2.000,00	9,13	18.260,00
68	1-01-0379	MAMAO FORMOSA, OTIMA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA, QUILO.	NATURA	KG	2.000,00	6,99	13.980,00
70	1-01-0062	MARGARINA VEGETAL 1 KG COM SAL, DE OTIMA QUALIDADE, INGREDIENTES: OLEOS VEGETAIS LIQUIDOS E HIDROGENADOS, AGUA, SAL (1,6%), LEITE EM PO DESNATADO, ESTABILIZANTES E MONO DIGIGLICERIDEOS E ESTERES DE POLIGLICEROL, CONSERVADORES SORBATO DE POTASSIO E/OU BENZOATO DE SODIO, ACIDULANTE ACIDO LACETO, AROMA ARTIFICIAL DE MANTEIGA, ANTIOXIDANTE BHT E ACIDO CITRICO, CORANTE NATURAL DE URUCUM E CURCUMA OU IDENTICO AO NATURAL BETACAROTENO E VITAMINA A (1500 U.I / 100 g). AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, COM SAL, EMBALAGEM COM 1 KG. UNIDADE.	SOYA	Pte	400,00	18,42	7.368,00
71	1-01-0381	MELANCIA, GRAUDA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL,PESANDO ENTRE (6 A 10)KG CADA UNIDADE, QUILO	NATURA	KG	4.000,00	4,72	18.880,00
72	1-01-0305	MELAO AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME, QUILO.	NATURA	KG	1.000,00	9,82	9.820,00
75	1-01-0208	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 2KG, EMBALAGEM EM LATA E 2,9 KG DE PESO LIQUIDO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	BONARE	UN	200,00	33,30	6.660,00
76	1-01-0207	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 200GR, EMBALAGEM EM LATA COM 300 G DE PESO BRUTO E 200 G DE PESO LIQUIDO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	BONARE	UN	100,00	4,09	409,00
78	1-01-0467	NOZ MOSCADA INTEIRA, CONSTITUIDA DE AMENDOAS SECAS, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE FERMETACAO, MOFO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, EMBALAGEM COM 50 GRAMAS, UNIDADE	MIKA	UN	100,00	3,10	310,00
80	1-01-0071	OLEO DE SOJA COMESTIVEL 900ML, VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA E ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA TIPO PET CONTENDO 900 ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM RESOLUCAO 482/99 - ANVISA. UNIDADE.	CONCORDIA	UN	1.500,00	11,81	17.715,00
85	1-01-0415	PEITO DE FRANGO DESOSSADO, CONGELADO, KG, CONSISTENCIA FIRME, INSPECIONADA, SEM TEMPERO, EMBALAGEM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE. OBEDECENDO A TEMPERATURA NO MOMENTO DO RECEBIMENTO, CONFORME LEGISLACAO VIGENTE COM REGISTRO DE INSPECAO FEDERAL E/OU ESTADUAL. KG.	MAROMBI	KG	1.500,00	17,36	26.040,00
86	1-01-0446	PEITO DE FRANGO EM FILE, SEM OSSO E SEM PELE, COM ASPECTO COR E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	MAROMBI	KG	800,00	22,51	18.008,00
88	1-01-0076	PIMENTAO VERDE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA KG	NATURA	KG	200,00	13,18	2.636,00
89	1-01-0383	POLPA DE FRUTA CONGELADA SEM ACUCAR,SABOR MARACUJA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE DE 1 KG.	YASAI	UN	200,00	37,88	7.576,00
93	1-01-0080	QUEIJO MUCARELA, RESFRIADO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KSE	KG	200,00	44,75	8.950,00
94	1-01-0081	REPOLHO BRANCO DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNP	NATURA	KG	1.000,00	7,55	7.550,00
95	1-01-0453	SAGU PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO E PREPARADO A PARTIR DE OUTROS AMIDOS E FECULAS EM FORMA GRANULADA, ISENTO DE SUJIDADES E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, TRANSPARENTE E HERMETICAMENTE VEDADO, PACOTE COM 500 GRAMAS	MIKA	Pt	50,00	6,88	344,00
96	1-01-0082	SAL REFINADO, IODADO PACOTE 1KG, PARA CONSUMO DOMESTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE , PACOTE 1 KG. UNIDADE.	MASTER	Pt	300,00	2,14	642,00
97	1-01-0084	SARDINHA LATA 125GR, COM OLEO DE SOJA COMESTIVEL, EMBALAGEM COM NO MINIMO 125 G, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU DA AGRICULTURA, UNIDADE.	ROBINSON CRUSOE	UN	400,00	8,56	3.424,00
98	1-01-0085	SELETA DE LEGUMES CAIXINHA COM 200GR, EM CONSERVA, EMBALAGEM: PESO BRUTO 300 G E PESO LIQUIDO MINIMO 200 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. CAIXA COM INTERIOR METALIZADO 300 GR.UNIDADE.	ETTI	Cx	100,00	4,95	495,00
99	1-01-0382	SUCO CONCENTRADO SABOR UVA,COMPOSICAO: POLPA E/OU SUCO CONCENTRADO DA FRUTA, AROMA NATURAL DA FRUTA, ISENTO DE ACUCAR E CORANTES.	MAGUARY	Fr	1.500,00	13,89	20.835,00

		RENDIMENTO: 01 PARTE DE CONCENTRADO PARA 2 A 5 PARTES DE AGUA, VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, GARRAFA COM 500 ML.					
101	1-01-0470	TEMPERO EM PO CHIMICHURRI EM FLOCOS: PIMENTA CALABRESA, PIMENTAO DOCE, SALSA E ALHO EM FLOCOS, OREGANO, COMINHO, PIMENTA-DO-REINO E SAL, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 100 GRAMAS COM IDENTIFICACAO	MIKA	UN	100,00	9,55	955,00
102	1-01-0087	TOMATE PARA SALADA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. KG	NATURA	KG	1.000,00	13,13	13.130,00
103	1-01-0088	VINAGRE DE MACA EMBALAGEM 750ML, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	CASTELO	Fr	200,00	8,66	1.732,00
							525.811,50

VALOR GLOBAL DO FORNECEDOR R$ 525.811,50 (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e onze reais e cinqüenta centavos).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15. A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

5.16. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

5.18. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.18.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.18.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.18.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.18.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2.. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS E PROG. DA EDUCAÇÃO

2006.-MERENDA ESCOLAR - PNAE

339030.000000-1004- 0077- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2007.- MERENDA ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS

339030.000000- 2001- 0100- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUC

339030.000000-2001- 0109- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 018/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 03 de maio de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP

CNPJ 27.471.260/0001-00

CONTRATA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa Flymed Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, inscrita sob o CNPJ 25034906000158, residente na cidade de Erechim, através de seu representante legal, Talia Rodrigues, CPF número 040.449.360-21, RG número 7123311313, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
55	13-02-0550	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO P, COMPOSTAS DE LATEX 100% NATURAL; NAO ESTERIL; AMBIDESTRAS; LUBRIFICADAS COM PO BIOABSORVIVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES	TARGA LEM-GRUBER	Cx	100,00	19,87	1.987,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

CNPJ 25034906000158

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI - inscrita no CNPJ. sob o nº 25.341.162/0001-14, com sede Rua John Fitzgerald Kennedy 299 - Londrina - PR, através do seu representante legal Sra. Caroline de Fatima Theresa Ladeira portadora do CPF nº 038.549.009-70 e a carteira de identidade de nº 7. 071.551-1, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8. 666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
1	12-01-1139	ABRASIVO PEDRA POMES PARA LIMPEZA E POLIMENTO DOS DENTES E TRABALHOS PROTETICOS, APRESENTACAO EM SACO, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS A PARTIR DA ENTREGA, POTE COM 100 GRAMAS, UNIDADE.	MAQUIRA	UN	10,00	3,33	33,30
3	12-01-1183	AFASTADOR EXPANSOR BUCAL EXPANDEX, ADULTO, CONFECCIONADO EM SILICONE, AUTOCLAVAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICAÇÃO, ADULTO, UNIDADE.	MAQUIRA	UN	6,00	7,94	47,64
4	12-01-1184	AFASTADOR EXPANSOR BUCAL EXPANDEX, INFANTIL, CONFECCIONADO EM SILICONE, AUTOCLAVAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICAÇÃO, INFANTIL, UNIDADE.	MAQUIRA	UN	6,00	7,96	47,76
5	12-01-1154	AFASTADOR MINESSOTA PRODUZIDO EM AÇO INOXIDAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE, ADULTO, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	12,18	73,08
6	12-01-1173	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL, AGULHA 27G LONGA. BISEL TRIFACETADO, ESTERILIZADA POR OXIDO DE ETILENO, FIXAÇÃO REFORÇADA DA CANULA AO CANHÃO, DIAMETRO EXTERNO DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 30MM, CAIXA COM 100 UNIDADES.	DFL	Cx	10,00	41,54	415,40
8	12-01-1156	ALAVANCA APICAL NUMERO 301, CABO CONTENDO INSCRIÇÃO DO NUMERO E MARCA, EXTREMIDADE DE SUPERFICIE IRREGULAR, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL ACABAMENTO E POLIMERO PERFEITO, PASSIVEL DE ESTERELIZAÇÃO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICAÇÃO, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	37,96	379,60
9	12-01-1174	ALGINATO FINALIDADE MOLDAGEM E IMPRESSAO ODONTOLOGICA, PRESA NORMAL TIPO II, ALTAMENTO ELASTICO, CROMATICO E COM CONSISTENCIA FIRME, SABOR E AROMA ANTINAUSEANTE, COM ANTIMICROBIANO E SEM FLUTUACAO DE PO, COMPOSICAO DIATOMITA + ALGINATO DE POTASSIO + SULFATO DE CALCIO + FOSFSODIO + CARBONATO MAGNESIO + CLOREHEXIDINA,EMBALAGEM PACOTE 410 G, UNIDADE.	MAQUIRA	UN	30,00	11,95	358,50
12	12-01-1137	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL, SOLUÇÃO A BASE DE CLORIDRATO DE MEPIVACAINA 2% COM VASO CONSTRITOR, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	DLA	Cx	20,00	103,98	2.079,60
13	12-01-1168	ANTISSEPTICO BUCAL COMPOSTO POR AGUA, DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%,SEM ALCOOL E EFETIVO EM MATAR GERMES, COMBATE A GENGIVITE, A PLACA BACTERIANA E O MAU HALITO, EMBALADO EM FRASCO DE 250ML, PRODUTO PARA A HIGIENIZACAO BUCAL, VALIDADE MINIMA 24 MESES, UNIDADE.	DENTAL CLEAN	UN	100,00	6,94	694,00
15	12-01-1152	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO NUMERO 1014 PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO-QUIMICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE COM NUMERO, MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, UNIDADE.	3RMICRODONT	UN	20,00	2,40	48,00
16	12-01-1151	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO NUMERO 1012 PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	3RMICRODONT	UN	20,00	2,39	47,80
17	12-01-1153	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO NUMERO 1016 G PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, GRONA GROSSA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO AO MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	3RMICRODONT	UN	20,00	2,45	49,00
18	12-01-1187	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO, MULTILAMINADA Nº 7104, CONTENDO 12 LAMINAS PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS E AMALGAMA, CAIXA COM 12 UNIDADES.	KAVO	Cx	20,00	14,18	283,60
19	12-01-1053	BROQUEIRO EM ACO INOX COM 15 FUROS, ESTERILIZAR AS BROCAS UTILIZADAS EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, PACOTE COM 15 UNIDADES	IMPLA	UN	20,00	12,38	247,60
20	12-01-1147	CABO DE BISTURI EM AÇO INOX Nº 3, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	9,20	55,20
21	12-01-1166	CARBONO PARA ODONTOLOGIA REGISTRO DE ARTICULACAO, 12 FOLHAS DUPLAS AZUL, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, CAIXA COM 12 TIRAS	IMPLA	Cx	20,00	2,97	59,40
22	12-01-1160	CAVIBRUSH EM CERDAS DE NYLON, COM HASTES INJETADAS EM POLIPROPILENO E ADESIVO, MICRO APLICADORES DESCARTAVEIS PARA AREAS DE DIFICIL ACESSO, EM PREPAROS CAVITARIOS E CONDUTOS RADICULARES, DOBRA EM 02 PONTOS, MODELO FINO, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA A ENTREGA, CAIXA COM 100 UNIDADES	FGM	Cx	10,00	9,63	96,30
23	12-01-0840	CERA ROSA Nº 7, PARA MOLDAGEM DENTARIA, ARTICULACAO E ESCULTURA, EM LAMINAS, EMBALADA EM CAIXA COM 18 LAMINAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, RECOMENDACOES ARMAZENAR ADEQUADAMENTE, VALIDADE MINIMA DE CONSTANTE NA CAIXA	DENTARIA	Cx	20,00	16,90	338,00
24	12-01-1141	CIMENTO DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL, RESTAURADOR, TIPO IRM, KIT COMPOSTO POR 1 FRASCO DE PO COM 40 GRAMAS E 1 FRASCO DE LIQUIDO COM 15 ML, CAIXA CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICAÇÃO, RECOMENDAÇÕES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA, UNIDADE.	BIODINAMICA	UN	20,00	16,09	321,80
25	12-01-1140	CIMENTO ENDODONTICO DO TIPO OBTURADOR PROVISORIO, MATERIAL DE PREENCHIMENTO TEMPORARIO DAS CAVIDADES DENTARIAS, A BASE DE OXIDO DE ZINCO/SULFATO DE ZINCO, DESTINADO PARA APLICACOES TEMPORARIAS EM CURTO PRAZO, NAO CONTEM EUGENOL, POSSUI GRANDE ADERENCIA GARANTINDO BOM ISOLAMENTO MARGINAL, COM 25 G UNIDADE.	BIODINAMICA	UN	12,00	7,92	95,04

26	12-01-1131	CONDICIONADOR DE ESMALTE, ACIDO FOSFORICO A 37% EM GEL, APRESENTACAO SERINGA 3 G, EMBALAGEM COM 03 SERINGAS E 03 PONTEIRAS, IDENTIFICACAO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES DA DATA DE ENTREGA, CAIXA COM 3	IMPLA	Cx	9,00	4,16	37,44
29	12-01-1143	CUNHA INTERDENTAL ANATOMICA COLORIDAS DE MADEIRA ESPECIAL E CORANTE REATIVO ATOXICOS EM TAMANHO SORTIDOS, PACOTE CONTENDO NO MINIMO 100 UNIDADES, COM 18 MESES DA DATA DA ENTREGA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	IMPLA	Cx	30,00	9,08	272,40
30	12-01-1177	CURETA DE LUCAS AÇO INOX Nº 85, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	10,34	62,04
31	12-01-1144	CURETA DE MORSE NUMERO 00-0, CABO CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA, EXTREMIDADE DE SUPERFICIE IRREGULAR, COM RUGOSIDADES OU SIMILAR, CONFECCIONADA EM ACO INOX, ACABAMENTO E POLIMENTO PERFEITO, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCAIL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, PARA PROCEDIMENTO EM PERIODONTIA, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	12,39	123,90
32	12-01-1146	DESCOLADOR DE PERIOSTEO DE MOLT NUMERO 09, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	59,58	595,80
33	12-01-1171	ESCAVADOR TIPO ESCAVADORES DE DENTINA EM AÇO INOX, AUTOLAVAVEL, UTILIZADO NOS PROCEDIMENTOS CIRURGICOS EM GERAL COM A FINALIDADE DE CORTAR TECIDOS E RETIRADAS DE PARTES MOLES (DENTINA), CONFORME AS TECNICAS CIRURGICAS OU CRITERIOS DO DENTISTA, NUMERAÇÃO: 11,5, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	8,27	49,62
34	12-01-1051	ESCOVA DE ROBSON EM FORMA DE TACA, HASTE METALICA E CERDAS DE NYLON/SIMILAR, PARA CONTRA-ANGULO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	MICRODONT	UN	20,00	1,21	24,20
37	12-01-1170	ESPATULA PARA RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL TITANIO TIPO 2, DE AÇO INOXIDAVEL E TITANIO, ANTIADERENTE PARA MANIPULAÇÃO DE RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	59,83	598,30
38	12-01-1158	ESPONJA HEMOSTATICA ABSORVIVEL MEDINDO: 10,0 X 10,0 X 0,4CM, COMPOSTA DE MATRIZ ORGANICA DE COLAGENO TIPO I, PURIFICADO FIBRILAR, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, PROCEDENCIA E REGISTRO MS, PACOTE COM 10 UNIDADES.	MAQUIRA	Pt	20,00	46,75	935,00
40	12-01-1138	FIO DENTAL ENCERADO, EMBALAGEM RESISTENTE E VEDADA ROLO COM 500M, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO E VALIDADE, CAIXA COM 50 UNIDADES COM 100 METROS	HALITO PURO	Cx	20,00	24,97	499,40
41	12-01-1164	FITA DE AÇO PARA ORTODONTIA FITA BANDA MATRIZ ODONTOLOGICA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL, SUPERFICIE UNIFORME, COM BORDAS QUE NÃO MACHUCAM O PACIENTE FLEXIVEL E FACIL REMOÇÃO, MEDINDO 0,07 X 5MM, DE 50 CM, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	1,42	14,20
42	12-01-1163	FITA DE AÇO PARA ORTODONTIA FITA BANDA MATRIZ ODONTOLOGICA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL SUPERFICIE UNIFORME COM BORDAS QUE NÃO MACHUCAM O PACIENTE, FLEXIVEL E FACIL REMOÇÃO, MEDINDO 0,05 X 5MM, DE 50 CM, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	1,24	12,40
43	12-01-1035	FLUORETO DE SODIO FLUOR EM GEL, COM 2% DE FLUOR NEUTRO, PODENDO SER DE DIVERSOS SABORES : MORANGO , CEREJA , TUTTI-FRUTTI E MENTA, FRASCO DE 200ML,CONSTANDO EXTERNAMENTE VALIDADE, SABOR , MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	IMPLA	UN	50,00	5,31	265,50
44	12-01-1179	FORCEPS Nº 150 PARA CIRURGIA ODONTOLOGICA INFANTIL, CABO ANATOMICO, CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	78,88	473,28
45	12-01-1181	FORCEPS Nº 18L, PARA CIRURGIA ODONTOLOGICA INFANTIL, CABO ANATOMICO, CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	78,86	473,16
46	12-01-1180	FORCEPS Nº 18R, CABO ANATOMICO, CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	78,84	473,04
47	12-01-1182	FORCEPS Nº 69, CABO ANATOMICO, CONTENDO INSCRICAO DO NUMERO E MARCA, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	IMPLA	UN	6,00	78,78	472,68
50	12-01-1074	HIDROXIDO DE CALCIO PASTA BASE/PASTA CATALIZADORA E BLOCO DE MISTURA, PASTA BASE COM 13G APROXIMADAMENTE, EM TUBOS, COMPOSTA BASICAMENTE POR ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS, 01 TUBETE COM 11 G, COMPOSTO BASICAMENTE POR ETIL TOLUENO SULFONAMIDA, HIDROXIDO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO, DIOXIDO DE TITANIO, ESTEARATO DE ZINC, O E CORANTES MINERAIS, EMBALADO EM CAIXA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES EMBALAGEM COM RECOMENDACOES PARA PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA, CAIXA	DENTSPLY	CX	10,00	31,18	311,80
53	12-01-1162	LAMINA DE BISTURI EM ACO INOXIDAVEL OU ACO CARBONO, NUMERO 15,ESTERILIZADO A COBALTO 60,COM PERFEITO ACABAMENTO SEM SINAIS DE OXIDACAO, SEM REBARBAS, FIO CURVADO EM SUA PONTA, PERFEITA ADAPTACAO AO CABO,O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO QUE COMPROVE SUA ESTERILIDADE, EM ALUMINIO HERMETICAMENTE FECHADO E ASSEPTICO, COM FORRO INTERNO DE PORTECAO PARA O FIO DA LAMINA. CAIXA COM 50 UNIDADES.	MEDIX	Cx	10,00	38,74	387,40
54	12-01-1155	LIMA PARA OSSO EM AÇO INOX, COM FORMATO TIPO MILLER, COM MEDIDAS DE Nº 11, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	51,67	516,70
58	12-01-1159	PAPEL GRAU CIRURGICO, RESISTENTE A ESTERILIZAÇÃO E AO MANUSEIO, ATOXICO, COM PREGA DUPLA FACE SENDO UMA EM PAPEL GRAU CIRURGICO, DESCARTAVEL, MEDINDO 200MM X 100M GRAMATURA APROXIMADA 70G/M2 ROLO, UNIDADE	POLLITEX	UN	20,00	97,82	1.956,40
59	12-01-1189	PASTA PROFILATICA 50G, CONTENDO ABRASIVOS SUAVES E AROMA ARTIFICIAL, EM BISNAGAS DE 50G EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ACONDICIONADAS EM CAIXAS OU PACOTES CONFORME O FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA	MAQUIRA	UN	30,00	3,82	114,60

		ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA, UNIDADE.					
60	12-01-1185	PINCA HEMOSTATICA CURVA, CABO CONTENDO INSCRICAO DO NOME E MARCA, EXTREMIDADE DE SUPERFICIE IRREGULAR, PONTA ATIVA ALINHADA PARA BOA PREENSAO, CONFECCIONADA EM ACO INOX COM ACABAMENTO E POLIMENTO PERFEITO, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS DE ESTERILIZACAO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, UNIDADE.	6B	UN	10,00	32,23	322,30
61	12-01-1149	PINÇA KELLY EM AÇO INOX AISI 400, COM FORMA RETA, COMPRIMENTO DE 14 CM, UNIDADE.	6B	UN	10,00	31,76	317,60
65	12-01-1176	RESINAS COMPOSTAS FOTOPOLIMERIZAVEL, TIPO FLOW, UTILIZADA NO SELAMENTO DE CICATRICULAS E RESTAURACOES PREVENTIVAS, SERINGA 2,4G, COR A2, VALIDADE MINIMA DE 18 MESES DA DATA DE ENTREGA, UNIDADE.	MAQUIRA	UN	20,00	15,93	318,60
67	12-01-1175	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL, SELANTE EM FRACO COM APROXIMADAMENTE SOLUCAO EM FRASCO COM 2,5 ML, COMPOSTO BASICAMENTE POR FOSFATO DE POTASSIO, CARBONATO DE POTASSIO, METILPARABENO DE SODIO E AGUA DEIONIZADA, EMBALADO INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES COM RECOMENDACOES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE MINIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA, FRASCO 2,5ML, UNIDADE.	BIODINAMICA	UN	10,00	10,79	107,90
68	13-01-5452	SERINGA CARPULE EM AÇO INOX, COM DISPOSITIVO PARA REFLUXO, UNIDADE.	IMPLA	UN	10,00	44,22	442,20
71	12-01-1169	SUGADOR DE SANGUE E SALIVA, ODONTOLOGICO DESCARTAVEL, TUBO E PONTEIRA ATOXICOS, ARAME EM AÇO ESPECIAL, PONTEIRA MACIA E AROMATIZADA SABOR TITTI-FRUTTI, PACOTE COM 40 UNIDADES.	SSPLUS	Pt	50,00	8,93	446,50
72	12-01-1145	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA EM BAIXA ROTAÇÃO, SEM MANDRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, UNIDADE.	MICRODONT	UN	30,00	1,56	46,80
73	12-01-1150	TESOURA IRIS EM AÇO INOX, RETA, COM 11,5 CM, UNIDADE.	6B	UN	10,00	17,97	179,70
							16. 621,48

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licita-

cao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXP. E COMERCIO DE PROD. ODONTOLOGICOS EIRELI

CNPJ. sob o nº 25.341.162/0001-14

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com sede a Rua Vitor Campos Cavagnoli, 519, Setor B Alta Floresta, MT, CEP 78.580-000,CNPJ nº **36.960.961/0001-95**, neste ato, representada pelo Sr**. Edison Monteiro Leite** nacionalidade brasileira, empresario, CPF/MF nº 391.481.819-00, carteira de identidade nº 20266502, órgão expedidor SSP - MT, residente e domiciliado no(a) Rua Jose de Alencar, 144, Setor J, Alta Floresta/MT, CEP 78.580-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações

posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
48	13-01-1225	GAZE COMPRESSA DE GAZE ESTERILIZADA, FIO 13, PARA ASSEPSIA E CURATIVOS, MEDINDO 7,5 X 7,5CM QUANDO DOBRADA, PACOTE COM 10 UNIDADES	CREMER	Pt	100,00	2,00	200,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância rema-

nescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

Edison Monteiro Leite

VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ nº 36.960.961/0001-95

FORNECEDOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 130/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a **Srta. FRANCIANE MACEDO DE AMORIM,** portadora da cédula de identidade nº 3269553-5 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº 640.466.303-10, do cargo de **ASSESSORA PEDAGÓGICA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 03 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº. 020/2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar até o dia **01 de Junho de 2022** o prazo para a apresentação da documentação pessoal da Candidata **Regina Klein¸** convocada através do Edital N°. 020/2022 para o cargo de Professora Nível Superior.

Parágrafo Único: O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo determinado, a partir desta data, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi convocado (a).

Art. 2º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume

GABINETE DO PREFEITO - Em 03 de Maio de 2022.

Julio Cesar dos Santos

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2022

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADA- **EXTRA MÁQUINAS S/AOBJETO-** SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS

1- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 150 HORAS DA MOTONIVELADORA XCMG - GR 1803BR XUG018031PMPB00356.

VALOR GLOBAL R$ 4.179,09 (quatro mil cento e setenta e nove reais e nove centavos).

2- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 500 HORAS DA MOTONIVELADORA XCMG - GR 1803BR XUG01803AMPB00742

VALOR GLOBAL R$ 4.179,09 (quatro mil cento e setenta e nove reais e nove centavos).

3- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 1000 HORAS DA MOTONIVELADORA XCMG - GR 1803BR XUG01803JMPB00591

que encontra-se em garantia do fabricante.

VALOR GLOBAL R$ 6.629,09 (seis mil seiscentos e vinte e nove reais e nove centavos).

PRAZO: 30 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - APIACAS - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003, de 03 de Maio de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
LORESI SALETE NICOLI DA CRUZ	856.607.521-87	9773/00047/2022
MARIO CESAR DA CRUZ	462.039.820-91	9773/00049/2022

Data de afixação: 03/05/2022

Data de desafixação:18/05/2022

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador

do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) OSEIAS COUTINHO FONSECA, CNPJ N° 055.532.471-01 situado a Av. Brasil, 1059, Bairro União, Apiacás-MT., neste ato representada por sua bastante procuradora Sra. Franciele Coutinho Fonseca da Silva, portadora do RG n° 23602198 SSP/MT, e do CPF n° 055.532.471-01, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 018/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2004 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 018/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: OSEIAS COUTINHO FONSECA - CNPJ N° 055.532.471-01

ITENS E VALORES:

item	Código	Descrição do Material	Marca	Un.	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
1	1-01-0465	ABACATE NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, GRAU DE MATURACAO MEDIO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE, VALIDADE SEMANAL, KILO	MACHADO	KG	200,00	9,93	1.986,00
4	1-01-0533	ADOÇANTE DIETETICO, LIQUIDO, TIPO ARTIFICIAL, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE CONTENDO 100 ML, O PRODUTO DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E/OU LEGISLACAO VIGENTE DA ANVISA/MS, COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO, INFORMAÇAO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E QUANTIDADE, UNIDADE.	ADOCIL	Fr	20,00	8,30	166,00
5	1-01-0005	ALHO BRANCO, IN NATURA, DE PRIMEIRA, SEM A RESTIA, BULBO INTEIRICO, DE BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES, PERFURAÇOES E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA, QUILO.	MACHADO	KG	200,00	32,30	6.460,00
6	1-01-0403	AMENDOIM CRU, SEM CASCA COM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, LIMPOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, PACOTE COM 500 GRAMAS. UNIDADE.	MIKA	Pt	200,00	14,41	2.882,00
18	1-01-0014	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA, PACOTE COM 400GR COMPOSICAO BASICA:FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR, ACUCAR INVERTIDO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS), VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	TODESKINI	UN	1.000,00	7,55	7.550,00
19	1-01-0015	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, PACOTE COM 155 G TOTAL E COM 6 PACOTES DE 25 G CADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FEITO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FARELO DE TRIGO,AMIDO, EXTRATO DE MALTE, SAL, ACUCAR INVERTIDO, FERMENTO BIOLOGICO. ZERO GORDURA TRANS. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO E VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	PITSTOP	UN	100,00	5,53	553,00
20	1-01-0013	BISCOITO SALGADO, TIPO AGUA E SAL, PACOTE COM 400GR, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FEITO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, SAL, ACUCAR INVERTIDO. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO E VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	TODESKINI	UN	2.000,00	7,63	15.260,00
21	1-01-0016	CANELA EM PAU, PACOTE COM 10 GR, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 10 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	MIKA	Pt	100,00	2,84	284,00
22	1-01-0017	CANELA EM PO PACOTE COM GR, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 10 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	MIKA	Pt	100,00	2,78	278,00
23	1-01-0018	CARNE BOVINA DE 2ª MAGRA MOIDA ACEM, MUSCULO E CAPA DE PALETA INSPECIONADA FRIGORIFICADA, TEMPERATURA DE ATE 10ºC O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PROPRIAS PLASTICAS ATOXICAS, TRANSPARENTES CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, NO MAXIMO 10% DE GORDURA, ISENTA DE SEBO E SUJIDADES, COM ASPECTO, COR CHEIRO E ODOR PROPRIOS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	LILIANE	KG	3.000,00	29,93	89.790,00

24	1-01-0019	CARNE BOVINA DE 2ª PICADA (MUSCULO TRAZEIRO), INSPECIONADA FRIGORIFICADA, TEMPERATURA DE ATE 10ºC NO MAXIMO, 10% DE GORDURA, ISENTA DE SEBO E SUJIDADES, COM ASPECTO, COR CHEIRO E ODOR PROPRIOS, EMBALAGEM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99. QUILO.	LILIANE	KG	1.500,00	31,39	47.085,00
25	1-01-0034	CARNE BOVINA TIPO COSTELA, MAGRA, RESFRIADA, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99. QUILO.	LILIANE	KG	1.000,00	25,81	25.810,00
26	1-01-0444	CARNE BOVINA TIPO PATINHO DE 1ª, EM TIRAS, (SOMENTE EM TIRAS) CRUA, CONGELADA, ISENTA DE SEBO E SUJIDADES, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERISTICOS, EMBALADA, SELADA EM SACO PLASTICO VIRGEM, TRANSPARENTE, ATOXICO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO, CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, MODO DE ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADO NA EMBALAGEM CONTROLE SANITARIO PREVISTO EM LEI COMO SERVICO DE INSPECAO MUNICIPAL (SIM) OU SERVICO DE INSPECAO ESTADUAL (SISE) OU SERVICO DE INSPECAO FEDERAL (SIFE)	LILIANE	KG	2.000,00	37,79	75.580,00
28	1-01-0021	CARNE SUINA LOMBO, RESFRIADO, SEM GORDURA, SEM OSSO, EMBALAGEM EM FILME PVC OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	FORTEZA	KG	500,00	20,09	10.045,00
35	1-01-0030	COCO RALADO PACOTE COM 100GR, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	INCOCO	Pt	200,00	7,19	1.438,00
50	1-01-0048	FERMENTO BIOLOGICO SECO, INSTANTANEO, PACOTECOM NO MINIMO 10 GRAMAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	SAF	UN	200,00	3,08	616,00
51	1-01-0049	FERMENTO EM PO QUIMICO EMBALAGEM 100GR, A BASE DE AMIDO DE MILHO E/OU FECULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONO CALCIO, BICARBONATO DE SODIO E CARBONATO DE CALCIO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	ROYAL	Pte	300,00	5,18	1.554,00
52	1-01-0050	FIGADO BOVINO, EM BIFE, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU EMBALAGEM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	LILIANE	KG	300,00	18,05	5.415,00
55	1-01-0205	GELATINA EM PO EMBALAGEM COM 35GR, PRODUTO COMPOSTO DE ACUCAR, SAL, AROMA ARTIFICIAL DE FRUTAS, ACIDULANTE ACIDO FUMARICO, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SODIO E CORANTE ARTIFICIAL. EMBALAGEM CONTENDO 85 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA UNIDADE.	APTI	UN	200,00	1,95	390,00
65	1-01-0416	MACARRAO TIPO ESPAGUETE, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS, E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS SUJIDADES, PARASITAS, ADMITIDA UMIDADE MAXIMA 13%, EMBALAGEM EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES E ATOXICOS, LIMPOS NAO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE CLARO OS DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL,NUMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 06 MESES, PACOTE DE 500 GRAMAS. UNIDADE.	Q DELICIA	Pt	2.000,00	4,87	9.740,00
66	1-01-0059	MACARRAO TIPO PADRE NOSSO PACOTE 500GR, SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. MASSA COM OVOS E CORANTES NATURAIS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA	Q DELICIA	Pt	1.000,00	4,91	4.910,00
67	1-01-0060	MACARRAO TIPO PARAFUSO PACOTE 500GR, SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. MASSA COM OVOS E CORANTES NATURAIS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	Q DELICIA	Pt	2.000,00	5,00	10.000,00
73	1-01-0064	MILHO DE CANJICA AMARELO PACOTE 500GR, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM 500 GRAMAS, ATOXICO. UNIDADE	MIKA	Pt	500,00	4,39	2.195,00
74	1-01-0065	MILHO DE PIPOCA PACOTE DE 500GR, DE 1ª QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO ADICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE	MIKA	Pt	100,00	4,35	435,00
77	1-01-0069	MORTADELA, CONSTITUIDA DA MISTURA DE CARNES BOVINA E SUINA, RESFRIADO, DE 1ª QUALIDADE, FATIADO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99, QUILO.	CONFINÇA	KG	200,00	22,51	4.502,00
79	1-01-0070	NOZ MOSCADA MOIDA PACOTE COM 10GR, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UN	100,00	5,14	514,00
81	1-01-0468	OREGANO NATURAL 100 GRAMAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO COM 100 GRAMAS, UNIDADE	MIKA	Pt	100,00	8,89	889,00
82	1-01-0072	OVOS CLASE A BRANCOS, DUZIA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 482/99-ANVISA	MACHADO	Dz	400,00	10,70	4.280,00

90	1-01-0077	POLVILHO DOCE PACOTE COM 500GR, TIPO 1, AMILACEO DE MANDIOCA, FECULA. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	MIKA	Pt	200,00	7,82	1.564,00
91	1-01-0078	PRESUNTO MAGRO COZIDO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FATIADO. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	EXELENCIA	KG	200,00	31,00	6.200,00
92	1-01-0079	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA,EMBALAGEM COM 500 GR DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	MIKA	Pt	200,00	12,43	2.486,00
100	1-01-0086	TEMPERO BAIANO, PACOTE COM 30 GR, COMPOSTO POR ACAFRAO,COENTRO, OREGANO, CONDIMENTO DE PIMENTA, PIMENTA DO REINO MOIDA E COMINHO MISTO EM PODESTINADO A TEMPERAR ALIMENTOS ASPECTO,COR ,CHEIRO E SABOR. SEM GLUTEN. COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERATER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	MIKA	UN	200,00	4,15	830,00

VALOR GLOBAL DO FORNECEDOR R$ 341.687,00 (trezentos e quarenta e um mil seiscentos e oitenta e sete reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15. A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

5.16. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

5.18. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.18.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.18.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.18.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.18.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2.. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS E PROG. DA EDUCAÇÃO

2006.-MERENDA ESCOLAR - PNAE

339030.000000-1004- 0077- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2007.- MERENDA ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS

339030.000000- 2001- 0100- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUC

339030.000000-2001- 0109- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 018/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 03 de maio de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

OSEIAS COUTINHO FONSECA

CNPJ N° 055.532.471-01

CONTRATA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - PAPELARIA SANTA ROSA LTDA

CONTRATO N° - 141/2022

OBJETO- **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE:**

VALOR TOTAL R$ 45.572,55 (quarenta e cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e cinqüenta e cinco centavos).PRAZO VIGENCIA – 03/05/2022 ATÉ 31/12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 004/2022

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº 004/2022, para SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA.

OBJETO - **SERVIÇOS DE** REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS Serviços de revisão mecânica e reposição de peças mecânicas para três motoniveladoras marca XCMG, em período de garantia de fábrica.

1- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 150 HORAS DA MOTONIVELADORA XCMG - GR 1803BR XUG018031PMPB00356,

VALOR GLOBAL R$ 4.179,09 (quatro mil cento e setenta e nove reais e nove centavos).

2- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 500 HORAS DA MOTONIVELADORA XCMG - GR 1803BR XUG01803AMPB00742

VALOR GLOBAL R$ 4.179,09 (quatro mil cento e setenta e nove reais e nove centavos).

3- SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 1000 HORAS DA MOTONIVELADORA XCMG - GR 1803BR XUG01803JMPB00591

VALOR GLOBAL R$ 6.629,09 (seis mil seiscentos e vinte e nove reais e nove centavos).

EMPRESA CONTRATADA - EXTRA MÁQUINAS S/A, inscrita no CNPJ sob nº 19293.041/0004-94, com endereço à Rua João Pedro M. de Carvalho, 2798, Setor Industrial, CEP 78557-102, SINOP – MT., é a empresa autorizada do fabricante no Estado de Mato Grosso.

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR R$ 14.987,27 (quatorze mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos).

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Apiacás MT, em 03 de maio de 2022

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
JUSTIFICATIVA

A candidata **FRANCINELDE REIS DOS SANTOS,** foi convocada no dia 01/04/2022, para ser contratada no cargo de Apoio Administrativo Educacional, pelo Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021, porém não compareceu no prazo, conforme determina o Edital de Convocação 022/2022, no entanto, a convocada não tomou posse e nem justificou sua ausência ou inércia.

Apiacás-MT; 03 de Abril de 2022.

MARIZETE ANDRETTA

Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 030/2022**

PREGÃO: Nº 016/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos tres dias do mês de maio do ano de 2022, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **M. TESTA CONFECÇÃO - ME,** CNPJ: 23.829.339/0001-09, com sede na Av. Genei Uehara, nº 1263, residencial Nova Itália, Cianorte/PR, CEP: 87.203-196, neste ato, representada pela Sra. **Marina Testa**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG: 9535983-3 SESP/PR e do CPF: 064.458.499-89, residente e domiciliada à Rua Whashington Luiz, nº 60, Zona 07, em Cianorte/PR, CEP: 87.208-018, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10. 520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/ 2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGIS-

TRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 016/2022 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE

item	código	Descrição do Material	Marca		Qtde	V. unit.	V. total
56	13-02-0543	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL NAO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, COM TIRAS, COM TRIPLA CAMADA, HIPOALERGENICAS, HIDROREPELENTE, NAO INFLAMAVEL, CLIPE NASAL E DE FACIL AJUSTE, COM ELASTICO (PARA FIXACAO ATRAS DAS AURICULAS), CAMADA INTERNA DE FILTRO DE RETENCAO BACTERIANA MELTBLOWN EM ATE 20G/M2, EFICACIA DE RETENCAO BACTERIOLOGICA (EFB) MINIMA DE 99,8%,EMBALAGEM PACOTE. ART.31 L8079/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/01/96- M.SAUDE.,ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77, CAIXA COM 50 UNIDADES	PROPRIO	Cx	100,00	6,85	685,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

9.1.19.1. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

9.1.19.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os produtos deverão ser feitas entregues na Prefetura Municipal de Apiacás na sede do Município de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição na Prefeitura Municipal de Apiacás, localizada à Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1227 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância rema-

nescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2022.

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FMS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE

2067. – ATENDIMENTO COM RECURSOS SAUDE BUCAL

339030.000000 – 331-332-MATERIAL DE CONSUMO

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 03 de maio de 2022.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

Marina Testa

M. TESTA CONFECÇÃO - ME

CNPJ nº 23.829.339/0001-09

FORNECEDOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 137/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **LOURIVAL DOS PASSOS,** portador da cédula de identidade nº 066863342018-9 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 888.839.221-15, para exercer o cargo de **COORDENADOR I, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo**.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 03 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022Processo Adm: Nº 044/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT

Empresas vencedoras valor total: R$55.513,79 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e treze reais e setenta e nove centavos): **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI** (22803038000135) com os lotes: 39, 49, 57, 62 e 69 no valor total de R$5.143,51 (cinco mil e cento e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos). **M.TESTA CONFECCAO ME** (23829339000109) com o lote: 56 no valor total de R$685,00 (seiscentos e oitenta e cinco reais). **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI -ME** (25341162000114) com os lotes: 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 65, 67, 68, 71, 72 e 73 no valor total de R$16.621,48 (dezesseis mil e seiscentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos). **DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA** (44223526000106) com os lotes: 7, 52 e 70 no valor total de R$6.773,20 (seis mil e setecentos e setenta e três reais e vinte centavos). **FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (25034906000158) com o lote: 55 no valor total de R$1. 987,00 (um mil e novecentos e oitenta e sete reais). **DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES - EIRELI** (21504525000134) com os lotes: 10 e 27 no valor total de R$12.700,00 (doze mil e setecentos reais). **DENTAL BH BRASIL** (31401798000107) com os lotes: 64 e 66 no valor total de R$391,60 (trezentos e noventa e um reais e sessenta centavos). **VALE DO TAPAJOS DIST PROD HOSPITALARES LTDA-EPP** (36960961000195) com o lote: 48 no valor total de R$200,00 (duzentos reais). **EXCELLENCE MEDICAL COMÉRCIO E SERVIÇOS** (02608793000151) com os lotes: 14, 51 e 74 no valor total de R$1.832,00 (um mil e oitocentos e trinta e dois reais). **ALG RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA-EPP** (05763509000100) com os lotes: 28, 35 e 36 no valor total de R$9.180,00 (nove mil e cento e oitenta reais).

Itens desertos: 2, 11 e 63

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 018/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO 046/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

EMPRESAS: MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP, vencedora nos itens 01 ao 11, 13 ao 18, 20 ao 26, 29 ao 33, 35, 36, 38 ao 40, 45 ao 51, 53 ao 57, 59, 61 ao 68, 70 ao 73, 75 ao 81 83 ao 86, 88 ao 103.

Valor total do fornecedor R$ 525.811,50 (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e onze reais e cinqüenta centavos).

ANA PAULA DA SILVA – PANIFICADORA

vencedora nos itens 83 e 84

Valor total do fornecedor R$ 64.495,00 (sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

OSEIAS COUTINHO FONSECA, vencedora nos itens 1, 2, 4 AO 8, 13, 18 ao 26, 28, 31, 33, 35, 36, 37, 40, 45, 50 ao 55, 57, 59, 62, 64 ao 67, 70, 73, 74, 77, 79, 81, 72, 89 ao 92, 94,099, 100.

Valor total do fornecedor R$ 341.687,00 (trezentos e quarenta e um mil seiscentos e oitenta e sete reais).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 138/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **PABLO DANIEL CASTRO DE OLIVEIRA,** portador da cédula de identidade nº 2313079-2 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 077.746.861-18, para exercer o cargo de **ASSISTENTE DE DIREÇÃO I,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 03 de Maio de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2022

Contrato nº 18/2022

Contratante Municipio de Araguaiana

Contratado: DR CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI

Objeto: Serviços de acompanhamento na abertura e arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública

Valor R$19.800,00

Data: 01/04/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2022

Contrato Nº 20/2022

Contratante: Municipio de Araguaiana

Contratado: **SISTEMA CENTRO OESTE DE RADIODIFUSÃO LTDA**

Objeto: **Divulgar as ações do município de forma direta ao povo, enaltecendo as áreas de saúde, educação, social, infraestrutura e outros**

Valor R$16.200,00

Data: 07/04/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N°.099, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO GONÇALVES NAVES, PREFEITO MUNICIPAL, DE ARAGUAINHA/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°- Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de ARAGUAINHA/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PROJETO DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: CLAUDYNEY CESAR VIEIRA SILVA. CREA: MT-50935

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Anna Karollyne Alves de Oliveira Guimarães

CREA: 1019299304D-GO

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Araguainha-MT, 03 de Maio de 2022.

Francisco Gonçalves Naves

Prefeito Municipal

Anna Karollyne Alves de Oliveira Guimarães

Engenheira Civil

CREA 1019299304D-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 196/2022

Autuado: Aparecida da Silva Costa **CPF**: 000.134.181-22 **RG**: 1284352-0

Endereço: Rua Santos Dumont nº. 528 Bairro Jardim PrimaveraII - Araputanga - MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Santos Dumont nº. 528 Bairro Jardim PrimaveraII, também identificável como Quadra nº 02, Lote 13, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,19 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 187/2022

Autuado: Joel De Souza Gomes, CPF 202.686.101-34RG: 529.026

Endereço: Rua Isabel Sabino Carvalho nº.77 Bairro São Lucas Araputanga-MT.

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o imovel localizado na Rua Isabel Sabino Carvalho nº. 77 Bairro São Lucas, também identificável como Quadra nº 06, Lote 10, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Imovel encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,14 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 205/2022

Autuado: Suely Pereira de Oiveira **CPF**: 030.777.811-82 **RG**: 14122677

Endereço: Rua Parana nº. 451 Centro – Araputanga -MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Parana nº. 451 Bairro Jardim Anapolis, também identificável como Quadra nº 11, Lote 01, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,20 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Obras e Posturas

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 204/2022

Autuado: Milva Rocha da Silva **CPF**: 739.700.932-87 **RG**: 000816512

Endereço: Rua Seis de Agosto nº. 07 Centro – Reserva do Cabaçal – MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Torino nº. 473 Bairro Jardim Primavera II, também identificável como Quadra nº 02, Lote 26, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,20 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 190/2022

Autuado: Rosivaldo Manoel da Costa, CPF 535.354.211-87

Endereço: Rua Marcilio Dias nº. 815 Bairro Jauru -MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Torino nº. 426 Bairro Jardim Primavera II, também identificável como Quadra nº 13, Lote 15, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,18 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 201/2022

Autuado: Paulo Sergio de Souza **CPF**: 058.377.391-57

Endereço: na Rua Torino nº. 521 Bairro Jardim Primavera II - Araputanga – MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Torino nº. 509 Bairro Jardim Primavera II, também identificável como Quadra nº 02, Lote 23, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,20 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 193/2022

Autuado: Jailson Silvestre, CPF 045.293.951-89 RG: 22862736

Endereço: Rua Santo Dumont nº. 815 Bairro Centro Jauru - MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Torino nº. 522 Bairro Jardim Primavera II, também identificável como Quadra nº 13, Lote 23, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana);

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,19 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 192/2022

Autuado: Paola Rodrigues da Costa, CPF 023.304.011-08 RG: 21929335 SSP/MT

Endereço: Rua Marcilio Dias nº. 815 Bairro Jauru -MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Torino nº. 450 Bairro Jardim Primavera II, também identificável como Quadra nº 13, Lote 17, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,18 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 354/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Tablets, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A realização do certame será no dia 24 de maio de 2022, às 09h30min (horário de Brasília).O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 03 de maio de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 189/2022

Autuado: Geraldo Miguel da Rocha, CPF 140.567.201-34 RG: 434187

Endereço: Rua S nº. 252 Bairro Jardim Vilage Araputanga-MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua S nº. 252 Bairro Jardim Vilage, também identificável como Quadra nº 23, Lote 08, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana);

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,14 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ENGENHARIA
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 191/2022

Autuado: Paola Rodrigues da Costa, CPF 023.304.011-08 RG: 21929335 SSP/MT

Endereço: Rua Marcilio Dias nº. 815 Bairro Jauru -MT

Considerando que em denúncia realizada constatou-se que o Lote localizado na Rua Torino nº. 438 Bairro Jardim Primavera II, também identificável como Quadra nº 13, Lote 16, no Município de Araputanga/MT, encontra-se com vegetação imprópria superior a 20 cm, conforme fotos anexas, o que fere o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018 (Código Municipal de Limpeza Urbana)**;**

Lei Municipal nº 1.330/2018

Art. 6º -É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Considerando que o referido Lote encontra-se cadastrado no Cadastro Municipal como de propriedade ou de posse sob vossa responsabilidade, cabendo-lhe o dever de manter o lote me questão limpo, conforme o caput do artigo supramencionado;

AUTUA-SE Vossa Senhoria pelo descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 1.330/2018, conforme fatos acima descritos, devendo realizar imediata limpeza do lote já descrito nesta notificação.

COMUNICAMOS ainda que a presente Autuação seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para a realização de limpeza mecanizada do seu lote ao custo de 15 UPF's (atualmente R$ 489,60).

Caso tal limpeza seja realizada pelo Município, será emitida Guia de Recolhimento no valor acima descrito para pagamento em até 30 dias. A ausência do pagamento ensejará a inscrição do débito em dívida ativa além de protesto em Cartório.

Por outro lado, informamos que caso Vossa Senhoria realize a limpeza antes do Município, não será realizada a cobrança de tais valores.

Informamos, também, que poderá ser apresentado Recurso Administrativo no prazo de 10 dias úteis destinado ao Prefeito Municipal apresentando vossas alegações, sendo julgado em igual prazo.

ADVIRTO, por fim, que é expressamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

Araputanga,18 de Abril de 2022.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Domingos Antonio da Conceição

Fiscal de Tributos Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO N° 161/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 161/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MORADA DA SERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA OS VEICULOS, ONIBUS, CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT VALOR: R$ 20.136,20

PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/04/2022 ATÉ 31/12/2022.

DATA DA ASSINATURA:29/04/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

DELIC
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 4/2022

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, designada através de Portaria 14.040/2022, torna público que estará realizando Licitação na modalidade **Tomada de Preços**, regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra referente à extensão de rede e derivação de energia elétrica, incluindo materiais e mão-de-obra necessárias, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas aplicáveis pela Concessionaria, em atendimento a Secretaria Adjunta de Saneamento Básico, deste Município de Aripuanã-MT.

Data de abertura dos envelopes: 24/05/2022 horário: 08h00min (oito) horário local.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Aripuanã, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 128, CEP: 78.325-000 - Aripuanã/MT.

O Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço de segunda a sexta-feira das 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min e também através do site http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 03 de maio de 2022.

Elen Cristina Soares Macedo

Presidente da CPL

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 36/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 24/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para a futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal destinado ao Hospital Municipal Santo Antônio, SAMU UBS, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.ªSELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91,doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **OXIGENIO DOIS IRMAOS EIRELLI**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 13.657.269/0001-97, com sede na Estrada Lucíla, Lote 150/A-9, Bairro Angelica, Cep: 78559-899, na cidade de Sinop, Estado Mato Grosso, Telefone: (066) 3531-2850, e-mail: financeiro@oxigeniodoisirmaos.com.br, neste ato representada pelo proprietário Senhor, Ailton Jose Alves, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Guarantãs, n° 468 Jardim Maringá, na cidade de Sinop, Estado Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº 889404 SSP/MT e CPF/MF n.º 651.807.801-44, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n.º 24/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais n.º 7.892/2013, n.º. 8.250/2014 e n.º 8.538/2015, os Decretos Municipais n.º. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***Registro de preço para a futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal destinado ao Hospital Municipal Santo Antônio, SAMU UBS, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã-MT..*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços n.º 24/2022, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	13041	**OXIGENIO MEDICINAL PPU - M3**	MTCUBICO	630,0000	R$ 219,0000	R$ 137.970,00
2	19434	OXIGENIO MED .10M3	MTCUBICO	18300,0000	R$ 56,0000	R$ 1.024.800,00
3	32654	OXIGENIO MED. 3 M3	MTCUBICO	1350,0000	R$ 117,0000	R$ 157.950,00
Valor Total					**R$ 1.320.720,00**	

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar com os produtos as notas fiscais eletrônicas, correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central; 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto, solicitado parceladamente, e as notas fiscais deverão ser entregues e atestadas pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção

monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em até **15 (quinze) dias** após a Contratada receber a "NAD" (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93;

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado pelas Secretarias Municipais, com frete e descarga às expensas da contratada.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

5.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de ser-vidor especialmente designado;

5.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.4. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.6. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.7. Fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato; **5.2.10.** Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia. 5.2.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; 5.2.12. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.13. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990); 5.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.17. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.18. Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal técnico e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do contrato;

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. As entregas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda entrega de produtos deverá ser procedida mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As entregas decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As entregas decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2022** e a proposta da empresa **OXIGENIO DOIS IRMAOS EIRELLI** classificada em 1º lugar para o lote relacionado no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 02 de Maio de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CONTRATADA

OXIGENIO DOIS IRMAOS EIRELLI

CNPJ/MF Nº.13.657.269/0001-97

AILTON JOSE ALVES

proprietário

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE R.P. Nº 42/2022

Ata de R.P. nº 42/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 16/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 06.065.614/0001-38, com sede na Rua C-159, n°686, Quadra 297, Lotes 18/19/20, Bairro Jardim América, Cep:74.255.140 na cidade de Goiânia, Estado Goiás, Telefone: (62) 3928-8989, e-mail:financeiro01@supermedica.com.br neste ato representada pelo Senhor, Agnaldo do Carmo Chagas, portador da C.I. RG. nº 3628359 DGPC/GO, e CPF/MF n.º 895.030.901-72, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 16/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 016/2022, abaixo especificados:

SEQ	CÓD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND.	QTD.	V.UNI.	V. TOTAL
1	27892	AGUA DESTILADA ESTERIL 1000ML	EUROFARMA	L	240,0000	R$7,1500	R$ 1.716,00
2	59077	AGUA DESTILADA NAO ESTERIL 5 LITROS	REYMER	GL 5 L	450,0000	R$14,4500	R$ 6.502,50
3	19150	AGUA DESTILADA P/ INJECAO 10ML - 19150	SAMTEC	UN	400,0000	R$0,5700	R$ 228,00
4	11824	AGULHA DESC. 25X0,8 C/100 UN.	DESCARPACK	UN	400,0000	R$12,0000	R$ 4.800,00
5	15239	AGULHA DESCART. P/ RAQUE ANESTESIA Nº 22GX3 1/2 (90X4.5)	PROCARE	UN	400,0000	R$4,9000	R$ 1.960,00
6	684495	ATADURA DE CREPE 15 CM X4,5 M 13 FIOS C/12	ANAPOLIS	PACOTE	1400,0000	R$11,8900	R$ 16.646,00
7	38240	ATADURA ORTOPEDICA 100% ALGODAO 10 CM X 1M C/ 12	ORTOBOM	UN	200,0000	R$6,8900	R$ 1.378,00
8	38239	ATADURA ORTOPEDICA 100% ALGODAO 15 CM X 1M C/ 12	ORTOBOM	UN	200,0000	R$9,6400	R$ 1.928,00
9	710518	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA COM PUNHO GRAM. 40 EM TNT, TAMANHO G.	DESCARTEE	UN	5000,0000	R$4,4000	R$ 22.000,00
10	710520	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA COM PUNHO GRAM. 40 EM TNT, TAMANHO XG.	DESCARTEE	UN	5000,0000	R$4,8000	R$ 24.000,00
11	710521	AVENTAL IMPERMEAVEL COM MANGA LONGA GRAM. 40 TAMANHO GG.	DESCARTEE	UN	5000,0000	R$10,0000	R$ 50.000,00
12	710635	AVENTAL IMPERMEAVEL COM MANGA LONGA GRAM. 40 TAMANHO M	DESCARTEE	UN	5000,0000	R$8,8000	R$ 44.000,00
13	671309	BOBINA P/ ESTERIALIZACAO C/ INDICADORES QUIMICOS P/ USO EM ESTERILIZACAO A VAPOR OU GAS OXIDO DE ETILENO PAPEL GRAU CIRURGICO MAIS FILME PLASTICO 300MM X 100MM	ZERMATT	UN	50,0000	R$169,0000	R$ 8.450,00
14	19221	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO	DESCARPACK	UN	1000,0000	R$5,6000	R$ 5.600,00
15	684526	BOLSA COLETORA E PLACA PROTETORA DE PELE PARA COLOSTOMIA E UROSTOMIA COM CLAMP.	CONVATEC	UN	2000,0000	R$13,8500	R$ 27.700,00
16	690541	CABO PARA LARINGOSCOPIO ADULTO	OXIGEL	UN	5,0000	R$194,0000	R$ 970,00
17	690542	CABO PARA LARINGOSCOPIO INFANTIL	OXIGEL	UN	5,0000	R$194,0000	R$ 970,00
18	27676	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.14	MEDIX	UN	500,0000	R$0,8500	R$ 425,00
19	33158	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.16	POLYMED	UN	800,0000	R$1,0000	R$ 800,00
20	18828	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.18	MEDIX	UN	1200,0000	R$0,8000	R$ 960,00
21	18571	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.22	MEDIX	UN	1600,0000	R$0,8700	R$ 1.392,00
22	47928	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.24	MEDIX	UN	1200,0000	R$0,8700	R$ 1.044,00
23	9562	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO	BIOSANI	UN	500,0000	R$1,4400	R$ 720,00
24	9563	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS RECEM NASCIDO	FOYOMED	UN	300,0000	R$5,0000	R$ 1.500,00

25	671315	CATETER PARA PUNCAO UMBILICAL DE POLIURETANO (UMBILICATH) Nº 3.5 F	VITALGOLD	UN	100,0000	R$8,5000	R$ 850,00
26	671316	CATETER PARA PUNCAO UMBILICAL DE POLIURETANO (UMBILICATH) Nº 5.0 F	VITALGOLD	UN	100,0000	R$8,5000	R$ 850,00
27	671319	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 16GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 14GA	ARGON	UN	150,0000	R$126,5000	R$ 18.975,00
28	9564	CLAMP UMBILICAL EM PLASTICO ATOXICO TAM.UNICO ESTERIL	WILTEX	UN	600,0000	R$0,4800	R$ 288,00
29	671323	CLOREXIDINA 0.2 SOLUCAO AQUOSA C/ 1000 ML	PROLINK	FRASCO	240,0000	R$8,9000	R$ 2.136,00
30	693747	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1.000 ML (SOLUCAO C/ TENSOATIVOS)	VIC PHARMA	FR1000MLT	600,0000	R$17,0000	R$ 10.200,00
31	699427	COLAR CERVICAL PARA RESGATE EM PVC TAM. G	RESGATE	UN	60,0000	R$11,3900	R$ 683,40
32	699426	COLAR CERVICAL PARA RESGATE EM PVC TAM. M	RESGATE	UN	60,0000	R$11,3900	R$ 683,40
33	699425	COLAR CERVICAL PARA RESGATE EM PVC TAM. P	RESGATE	UN	60,0000	R$11,3900	R$ 683,40
34	47099	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13LTS	FLEXPELL	UN	2500,0000	R$4,9000	R$ 12.250,00
35	690596	CONJUNTO DE UMIDIFICACAO TAMPA DE NYLON PORCA METAL FRASCO PVC OXIGENIO 250ML C/MASCARA ADULTO.	PROTEC	UN	150,0000	R$40,7500	R$ 6.112,50
36	706293	CUBA RIM INOX	FORTINOX	UN	20,0000	R$74,1000	R$ 1.482,00
37	47929	DETECTOR FETAL PORTATIL	SIGMED	UN	80,0000	R$405,0000	R$ 32.400,00
38	684535	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA Nº06 COM PRESERVATIVO.	MEDSONDA	UN	5000,0000	R$1,6500	R$ 8.250,00
39	681971	DRENO DE PENEROSE N. 02	MADEITEX	UN	360,0000	R$2,1900	R$ 788,40
40	693739	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 01	MADEITEX	UN	360,0000	R$2,1500	R$ 774,00
41	693741	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 03	MADEITEX	UN	360,0000	R$2,7500	R$ 990,00
42	52420	DRENO TORAXICO N.14 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$42,0000	R$ 420,00
43	52421	DRENO TORAXICO N.16 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$42,0000	R$ 420,00
44	45696	DRENO TORAXICO N.18 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$43,0000	R$ 430,00
45	45697	DRENO TORAXICO N.20 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$42,0000	R$ 420,00
46	45698	DRENO TORAXICO N.22 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$43,0000	R$ 430,00
47	52419	DRENO TORAXICO N.24 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$42,0000	R$ 420,00
48	52418	DRENO TORAXICO N.26 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$42,0000	R$ 420,00
49	52417	DRENO TORAXICO N.28 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$44,0000	R$ 440,00
50	45699	DRENO TORAXICO N.30 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$44,0000	R$ 440,00
51	45701	DRENO TORAXICO N.34 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$46,0000	R$ 460,00
52	45702	DRENO TORAXICO N.36 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$45,0000	R$ 450,00
53	45703	DRENO TORAXICO N.38 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$45,0000	R$ 450,00
54	671324	DRENO TORAXICO Nº 12 C/ FRASCO CAP. 1 LT. PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	MEDSHARP	UN	10,0000	R$42,0000	R$ 420,00
55	7851	EQUIPO MACRO GOTAS FLEX. C/ INJ LATERAL	GLOMED	UN	25000,0000	R$1,3000	R$ 32.500,00
56	684539	ESCALP 21 C/ 100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	DESCARPACK	UN	200,0000	R$28,9000	R$ 5.780,00
57	684538	ESCALP 25 C/100 (DISPOSITIVO INTREAVENOSO C/ AGUA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL)	SAFER	UN	150,0000	R$34,4000	R$ 5.160,00
58	10759	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRECAO ARTERIAL C/ BRAÇADEIRA, MANGUITO E PERA.RESITENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUM	UN	50,0000	R$94,5000	R$ 4.725,00
59	706298	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRESSAO ARTERIAL C/ BRACADEIRA INFANTIL MANGUITO E PERA, RESISTENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUM	UN	50,0000	R$77,0000	R$ 3.850,00
60	706296	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRESSAO ARTERIAL C/ BRACADEIRA PARA OBESO, MANGUITO E PERA, RESISTENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUM	UN	30,0000	R$96,0000	R$ 2.880,00
61	706297	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRESSAO ARTERIAL C/ BRACADEIRA PARA R/N, MANGUITO E PERA, RESISTENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUM	UN	30,0000	R$89,0000	R$ 2.670,00
62	7856	ESPECULO VAGINAL MEDIO DESC. ESTERIL	CRAL	UN	600,0000	R$1,5800	R$ 948,00
63	34738	ESTETOSCOPIO DUPLO ADULTO ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUM	UN	30,0000	R$20,5000	R$ 615,00
64	33210	ESTETOSCOPIO DUPLO INFANTIL ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUM	UN	10,0000	R$18,9000	R$ 189,00
65	51536	FAIXA DE SMARCH 2MT X 10CM	INDUFLEX	UN	10,0000	R$9,2000	R$ 92,00
66	51537	FAIXA DE SMARCH 2MT X 15CM	INDUFLEX	UN	10,0000	R$14,5000	R$ 145,00

67	51538	FAIXA DE SMARCH 2MT X 20 CM	INDUFLEX	UN	10,0000	R$18,8500	R$ 188,50
68	704031	FILTRO HME BACTERIAL VIRAL AD C/TRAQUEIA	HAIBREATH	UN	500,0000	R$8,1000	R$ 4.050,00
69	52445	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 C/AG 3/8CM C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX 24 UN	20,0000	R$59,0000	R$ 1.180,00
70	52446	FIO CAT GUT CROMADO 4.0 C/AG 3/8 CM 50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX24ENVLP	20,0000	R$142,0000	R$ 2.840,00
71	52434	FIO CAT GUT SIMPLES 1.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX24ENVLP	20,0000	R$143,0000	R$ 2.860,00
72	52438	FIO CAT GUT SIMPLES 3.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX24ENVLP	20,0000	R$127,9000	R$ 2.558,00
73	671330	FIO MONO NYLON 2.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CX 24 UN	60,0000	R$39,0000	R$ 2.340,00
74	671331	FIO MONO NYLON 3.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CX 24 UN	50,0000	R$51,4000	R$ 2.570,00
75	671333	FIO MONO NYLON 4.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CX 24 UN	60,0000	R$38,5000	R$ 2.310,00
76	7865	FITA TESTE P/ AUTO CLAVE	MASTERFIX	UN	500,0000	R$5,0000	R$ 2.500,00
77	672219	FLUXOMETRO AR COMPRIMIDO	UNITEC	UN	70,0000	R$67,0000	R$ 4.690,00
78	691879	FORMOL 37% FRASCO 1000ML	ICARAI	L	60,0000	R$14,6000	R$ 876,00
79	684543	FRASCO PARA NUTRICAO ENTERAL 300 ML EM POLIETILO ATOXICO TAMPA DE ROSCA COM SAIDA P/ ADPITAR AO EQUIPAMENTO ALCA DE FIXACAO NA SUA BASE PARA PENDURAR O FRASCO COM TRAVAMENTO. (FRASCO)	BIOBASE	UN	600,0000	R$1,1500	R$ 690,00
80	20438	IODO POVIDONA DEGERMANTE 1000ML 10%	VIC PHARMA	FR1000MLT	360,0000	R$24,0000	R$ 8.640,00
81	20440	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.15 C/100UN	ADVANTIVE	CAIXA	30,0000	R$38,5000	R$ 1.155,00
82	684546	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.0 - 684546	SANRO	PAR	2000,0000	R$1,9700	R$ 3.940,00
83	684602	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.5 - 684602	MAXITEX	PAR	2000,0000	R$2,0000	R$ 4.000,00
84	14724	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/ PO C/100	DESCARPACK	CX 100 UN	3150,0000	R$27,7000	R$ 87.255,00
85	690936	MACA EM POLIPROPILENO (PRANCHAS)	RESGATE	UN	20,0000	R$519,0000	R$ 10.380,00
86	708486	MACACAO IMPERMEAVEL EM POLIPROPILENO TAMANHO M	KDU	UN	2500,0000	R$15,9800	R$ 39.950,00
87	707889	MACACAO IMPERMEAVEL TAM XG	KDU	UN	2500,0000	R$15,9800	R$ 39.950,00
88	52454	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/08 CM LARG.X5 MT	MSO	ROLO	25,0000	R$11,1900	R$ 279,75
89	52452	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/10 CM LARG.X5 MT	MSO	ROLO	25,0000	R$12,1900	R$ 304,75
90	52450	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/20 CM LARG.X5 MT	MSO	ROLO	10,0000	R$21,9900	R$ 219,90
91	684560	MASCARA DE OXIGENIO C/ RESERVATORIO INFANTIL.	DESCARPACK	UN	50,0000	R$11,9500	R$ 597,50
92	671353	MASCARA DE OXIGENIO COM RESERVATORIO ADULTO	DESCARPACK	UN	50,0000	R$11,9500	R$ 597,50
93	22531	PAPAGAIO DE INOX	MARCATTO FORTINOX	UN	15,0000	R$135,0000	R$ 2.025,00
94	671354	PAPEL CREPADO 30 CM X 30 CM C/500 UNIDS	HOSPFLEX	UN	400,0000	R$89,6000	R$ 35.840,00
95	671355	PAPEL CREPADO 60 CM X 60 CM C/500 UNIDS	HOSPFLEX	UN	50,0000	R$353,0000	R$ 17.650,00
96	699449	PINCA ANATOMICA 20CM	ABC	UN	40,0000	R$29,8900	R$ 1.195,60
97	699453	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO INOX 14CM	ABC	UN	60,0000	R$17,8000	R$ 1.068,00
98	699451	PINCA DENTE DE RATO 25CM	ABC	UN	40,0000	R$37,9900	R$ 1.519,60
99	19177	PINCA KELLI RETA 14CM	ABC	UN	20,0000	R$36,8900	R$ 737,80
100	19176	PINCA KELLI RETA 16CM	ABC	UN	40,0000	R$44,9000	R$ 1.796,00
101	691607	PINCA KELLY CURVA 16CM	ABC	UN	40,0000	R$43,0000	R$ 1.720,00
102	699445	PINCA KOCHER 14CM	ABC	UN	40,0000	R$48,9900	R$ 1.959,60
103	699465	PINCA PROFESSOR MEDINA PARA BIOPSIA UTERINA 24CM 2MM	ABC	UN	40,0000	R$361,9000	R$ 14.476,00
104	64536	PINCA ROCHESTER CARMALT RETA 20 CM	ABC	UN	40,0000	R$58,0000	R$ 2.320,00
105	699458	PORTA AGULHA MAYO HEAGAR COM PONTA DE WIDIA 20CM	ABC	UN	40,0000	R$78,9000	R$ 3.156,00
106	12237	PORTA AGULHA MAYO INOX 14CM	ABC	UN	40,0000	R$34,8000	R$ 1.392,00
107	19284	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICACAO C/144 P/ REALIZACAO DE EXAMES	BLOWTEX	CX144UND	40,0000	R$53,9000	R$ 2.156,00
108	6679	REANIMADOR ADULTO	FARMATEX	UN	15,0000	R$189,0000	R$ 2.835,00
109	45836	SABONETE LIQUIDO COM GLICERINA NEUTRO 1000ML	RIOQUIMICA	UN	720,0000	R$12,7000	R$ 9.144,00

110	706410	SACO PLASTICO BCO. REFORCADO P/ LIXO HOSP. 100 L C/ 100	SO LIXO	PC 100 UN	400,0000	R$40,8500	R$ 16.340,00
111	706411	SACO PLASTICO BCO. REFORCADO P/ LIXO HOSP. 40 L C/ 100	SO LIXO	PC 100 UN	400,0000	R$16,8000	R$ 6.720,00
112	705525	SONDA ASP. SIST. FECH. TRAQUEAL N° 14 54CM	HAIBREATH	UN	50,0000	R$49,0000	R$ 2.450,00
113	47941	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 4.5	SOLIDOR	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
114	47942	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 5.0	SOLIDOR	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
115	47945	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 6.5	HAIBREATH	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
116	47946	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 7.0	HAIBREATH	UN	100,0000	R$5,8500	R$ 585,00
117	47944	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N.6.0	HAIBREATH	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
118	691972	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 3,0	SOLIDOR	UN	100,0000	R$5,7000	R$ 570,00
119	691974	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 4,0	SOLIDOR	UN	100,0000	R$6,4500	R$ 645,00
120	691969	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 7,5	HAIBREATH	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
121	691970	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 8,0	HAIBREATH	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
122	691971	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N° 8,5	HAIBREATH	UN	100,0000	R$5,5000	R$ 550,00
123	690610	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO 2.0	SOLIDOR	UN	100,0000	R$4,1000	R$ 410,00
124	690611	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO 3.5	SOLIDOR	UN	100,0000	R$4,1500	R$ 415,00
125	693977	SONDA FOLEY N 12 2 VIAS	DESCARPACK	UN	250,0000	R$3,4900	R$ 872,50
126	10787	SONDA FOLEY N. 20 2 VIAS	DESCARPACK	UN	250,0000	R$3,4900	R$ 872,50
127	12243	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 04	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,7800	R$ 78,00
128	10789	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 06	BIOSANI	UN	300,0000	R$0,7800	R$ 234,00
129	12244	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 08	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,7800	R$ 78,00
130	19288	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 10	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,7800	R$ 78,00
131	10790	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 12	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,7800	R$ 78,00
132	10791	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 14	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,8500	R$ 85,00
133	10793	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 18	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,9900	R$ 99,00
134	10794	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 04	BIOSANI	UN	100,0000	R$0,9800	R$ 98,00
135	690613	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 10	BIOBASE	UN	100,0000	R$1,7800	R$ 178,00
136	10796	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 16	BIOBASE	UN	100,0000	R$0,9800	R$ 98,00
137	12246	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 20	BIOSANI	UN	100,0000	R$1,8300	R$ 183,00
138	10799	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 22	BIOSANI	UN	100,0000	R$1,9800	R$ 198,00
139	690617	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL N. 06	GVFLEX	UN	100,0000	R$12,2900	R$ 1.229,00
140	690619	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL N. 08	GVFLEX	UN	100,0000	R$12,2900	R$ 1.229,00
141	15847	SONDA URETRAL N. 04	BIOSANI	UN	200,0000	R$0,7500	R$ 150,00
142	681553	SONDA URETRAL N. 06	BIOSANI	UN	3000,0000	R$0,7900	R$ 2.370,00
143	681555	SONDA URETRAL N. 10	BIOSANI	UN	6000,0000	R$0,6900	R$ 4.140,00
144	681556	SONDA URETRAL N. 12	BIOSANI	UN	8000,0000	R$0,7400	R$ 5.920,00
145	671358	SUPORTE PARA PERFURO CORTANTE 13 LTS	DESCARPACK	UN	100,0000	R$34,0000	R$ 3.400,00
146	51533	TALA METALICA COM EPUMA P/IMOB.12X180 C/12	MSO	PC 12 UN	25,0000	R$7,9800	R$ 199,50
147	690621	TALA METALICA COM EPUME P/ MOB.26X180 C/ 12	MSO	PC 12 UN	25,0000	R$17,7000	R$ 442,50
148	706325	TELA DE MARLEX (PROTESICA) 15 X 15	WALTEX	UN	60,0000	R$57,0000	R$ 3.420,00
149	7905	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL COM HASTE RIGIDA	G-TECH	UN	400,0000	R$14,4500	R$ 5.780,00
150	690924	TESOURA MAYO RETA 17 CM	ABC	UN	40,0000	R$54,9000	R$ 2.196,00
151	690622	TUBO DE SILICONE N.203 6,00 MT X 15 MM	KINNER	UN	20,0000	R$119,0000	R$ 2.380,00
152	711728	OXIMETRO DE PULSO INFANTIL	G-TECH	UN	100,0000	R$155,0000	R$ 15.500,00

153	711996	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO P COM 7	KISSES	PACOTE7UND	700,0000	R$16,6000	R$ 11.620,00
154	712001	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICO TAMANHO M	KISSES	PACOTE7UND	900,0000	R$11,7500	R$ 10.575,00
155	712008	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA XG PACOTE COM 7	KISSES	PACOTE7UND	700,0000	R$11,8500	R$ 8.295,00
VALOR TOTAL						**R$ 831.233,10**	

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a entrega dos produtos será no prazo de até **10 (dez) dias** após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado sendo na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 12 Julho, nº. 103 - Modulo 01, CEP 78.325-000, com frete e descarga às expensas da contratada.

4.6. O horário de entrega será de segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), estando sujeito a conferência.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios: 5.2.2.1. Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc. 5.2.2.2. Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. 5.2.2.3. Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas

as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. 5.2.2.4. Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital. 5.2.2.5. Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. 5.2.3. Fornecer os produtos solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. No ato da entrega os produtos passarão por conferencia,do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promove a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato. 5.2.10. Deverão os produtos ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os produtos deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que os produtos não estiverem em conformidade com as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas; 5.2.12. Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia; 5.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990). 5.2.19. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local) no seguinte endereço:

LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Saúde	(66) 3565-1400 / 3565-2038	Rua 12 de Julho, n° 103, Módulo 1.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A aquisição decorrente desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A aquisição decorrente desta ata será formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022** e a proposta da empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI,** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 03 de Maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/MF Nº.06.065.614/0001-38

Agnaldo do Carmo Chagas

proprietário

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva
CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 40/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 16/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ,** inscrita no **CNPJ Nº. 19.391.064/0001-99**, com sede na Avenida Gabriel Muller, nº 127N – Bairro: Modulo 2, município de Juína, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.320-000, Telefone: (066) 3566-1876, e-mail: luvermed@gmail.com, representada pelo seu proprietário **Sr. Rogério Veronese**, portador do RG Nº 0684-864-8 SSP/MT e CPF Nº. 781.387.601-68, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 16/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 016/2022, abaixo especificados:

SEQ	CÓD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND.	QTD.	V.UNI	V.TOTAL
1	20431	AGUA OXIGENADA 10V 1000ML	FARMAX	FR1000MLT	480,0000	R$6,7500	R$ 3.240,00
2	47927	AGULHA DESC. 25X0.7 C/ 100 UN	SR	CX 100 UN	400,0000	R$12,2000	R$ 4.880,00
3	690539	AGULHA DESCARTAVEL PARA RAQUI ANESTESIA N° 25GX3 1/2	PROCARE	UN	400,0000	R$5,3500	R$ 2.140,00
4	10978	ALMOTOLIA ESCURA 500ML	JPROLAB	RCP500ML	300,0000	R$5,0000	R$ 1.500,00
5	684519	ALMOTOLIA TRANSPARENTE CLARA 500ML	JPROLAB	RCP500ML	300,0000	R$5,2000	R$ 1.560,00
6	684494	ATADURA DE CREPE 10 CM X4,5 M 13 FIOS C12	ERIMAX	PACOTE	1400,0000	R$7,4400	R$ 10.416,00
7	684496	ATADURA DE CREPE 20CM X 4,5 M 13 FIOS C/12	ERIMAX	PC 12 UN	1400,0000	R$14,8500	R$ 20.790,00
8	33029	ATADURA GESSADA RAPIDA 15CM X 3M	CREMER	UN	800,0000	R$3,2500	R$ 2.600,00
9	710517	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA COM PUNHO GRAM. 40 EM TNT, TAMANHO M	DESCARBOX	UN	5000,0000	R$4,3800	R$ 21.900,00
10	24783	DETERGENTE ENZIMATICO 4 ENZIMAS(PROTEASE,AMILASE, LIPAZE E CARBOIDRASE) 1.000 ML	CICLO FARMA	FR1000MLT	360,0000	R$21,9500	R$ 7.902,00
11	671328	EQUIPO PARA ALIMENTACAO ENTERAL	LABOR IMPORT	UN	500,0000	R$1,9200	R$ 960,00
12	684540	ESCALP 19 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	MEDIX	UN	150,0000	R$34,2000	R$ 5.130,00
13	15845	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESCARTAVEL TAMANHO G	CRAL	UN	600,0000	R$1,8400	R$ 1.104,00
14	46656	FIO CAT GUT CROM. 1.0 COM AG 4 C/24 ENV 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	UN	20,0000	R$140,0000	R$ 2.800,00
15	699428	FIO CAT GUT CROMADO 0 C/ AG 3.8 C/ 24 ENV 1,50 MT. RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA.	TECHNOFIO	CX24ENVLP	20,0000	R$139,5000	R$ 2.790,00
16	52441	FIO CAT GUT CROMADO 1.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX 24 UN	10,0000	R$140,0000	R$ 1.400,00
17	46657	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 C/ AG 4 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	UN	25,0000	R$139,5000	R$ 3.487,50
18	671335	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 C/ AG. 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX24ENVLP	5,0000	R$140,0000	R$ 700,00
19	671346	FIO CAT GUT CROMADO Nº 5.0 C/ AGULHA 3 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX 24 UN	20,0000	R$144,0000	R$ 2.880,00
20	52432	FIO CAT GUT SIMPLES 1.0 C/AG 3/8 C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX24ENVLP	15,0000	R$145,0000	R$ 2.175,00
21	52433	FIO CAT GUT SIMPLES 2.0 C/AG 3 C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX24ENVLP	35,0000	R$139,5000	R$ 4.882,50
22	671334	FIO CAT GUT SIMPLES 3.0 C/ AG 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX24ENVLP	10,0000	R$143,0000	R$ 1.430,00
23	52447	FIO CAT GUT SIMPLES 4.0 C/AG 3/8 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX24ENVLP	20,0000	R$145,0000	R$ 2.900,00
24	52448	FIO CAT GUT SIMPLES N.0 C/AG 3/8 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX 24 UN	20,0000	R$144,0000	R$ 2.880,00
25	671347	FIO CAT GUT SIMPLES Nº 5.0 S/ AGULHA 3 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CX 24 UN	20,0000	R$145,0000	R$ 2.900,00
26	706295	FIO MONO NYLON 5.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM - 706295	TECHNOFIO	CX 24 UN	60,0000	R$36,0000	R$ 2.160,00
27	695770	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO 2,5 X 0,32	MIKATOS	UN	200,0000	R$34,0000	R$ 6.800,00
28	684547	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6.5 - 684547	MEDIX	PAR	2000,0000	R$1,9700	R$ 3.940,00
29	706407	LUVA DE PROCEDIMENTO VINIL TAM. G C/ 100 S/ PO	MEDIX	CX 100 UN	200,0000	R$23,3000	R$ 4.660,00
30	706408	LUVA DE PROCEDIMENTO VINIL TAM. M C/ 100 S/ PO	MEDIX	CX 100 UN	200,0000	R$23,3000	R$ 4.660,00
31	706409	LUVA DE PROCEDIMENTO VINIL TAM. P C/ 100 S/ PO	MEDIX	CX 100 UN	200,0000	R$23,3000	R$ 4.660,00
32	684500	MASCARA CIRURGIA DESC. ATOXICA ANT-ALERGICA BRANCA, TRIPLA, C/ ELASTICO C/50	DESCARBOX	CX 50 UN	6500,0000	R$9,8000	R$ 63.700,00
33	684565	PAPEL LENCOL HOSPITALAR 100% FIBRA ROLO 70CMX50M	DESCARBOX	UN	1000,0000	R$9,8900	R$ 9.890,00
34	12240	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML C/ AGULHA 25 X 7	SR	UN	60000,0000	R$0,4400	R$ 26.400,00
35	11828	SERINGA DESCARTAVEL 20ML C/ AGULHA 25X0,7	SR	UN	40000,0000	R$0,6500	R$ 26.000,00
36	691946	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N° 16	MEDIX	UN	10,0000	R$4,6500	R$ 46,50
37	10784	SONDA FOLEY N. 14 2 VIAS	MEDIX	UN	250,0000	R$3,4900	R$ 872,50
38	681558	SONDA URETRAL N. 16	SOLIDOR	UN	300,0000	R$0,8400	R$ 252,00
39	47947	SONDA URETRAL N. 22	SOLIDOR	UN	200,0000	R$0,8400	R$ 168,00

40	695793	TERMOMETRO DIGITAL COM CABO EXTENSOR PARA CAIXA DE VACINA	JPROLAB	UN	200,0000	R$82,5000	R$ 16.500,00
41	20507	VASELINA LIQUIDA (EMOLIENTE E HIDRAT. P/ O CORPO) 1.000ML	VIC PHARMA	FR1000MLT	360,0000	R$27,5000	R$ 9.900,00
VALOR TOTAL						**R$295.956,00**	

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a entrega dos produtos será no prazo de até **10 (dez) dias** após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado sendo na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 12 Julho, nº. 103 - Modulo 01, CEP 78.325-000, com frete e descarga às expensas da contratada.

4.6. O horário de entrega será de segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), estando sujeito a conferência.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida **das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:** 5.2.2.1. Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc. 5.2.2.2. Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. 5.2.2.3. Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes

genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. 5.2.2.4. Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital. 5.2.2.5. Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. 5.2.3. Fornecer os produtos solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. No ato da entrega os produtos passarão por conferencia,do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promove a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato. 5.2.10. Deverão os produtos ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os produtos deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que os produtos não estiverem em conformidade com as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas; 5.2.12. Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia; 5.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990). 5.2.19. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local) no seguinte endereço:

LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Saúde	(66) 3565-1400 / 3565-2038	Rua 12 de Julho, n° 103, Módulo 1.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A aquisição decorrente desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A aquisição decorrente desta ata será formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022** e a proposta da empresa **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 03 de maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/MF Nº.19.391.064/0001-99

Rogério Veronese

proprietário

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva
CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.421/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando n° 205/2022/SINFRA, o qual solicita a nomeação de comissão de seleção na realização de chamamento público;

RESOLVE:

Artigo 1º - **DESIGNAR,** a Comissão de Seleção, nos termos do art. 24 do Decreto Municipal nº 3.202/2017, para apoio à comissão de licitação e pregoeiro na realização de processo licitatório de chamamento público a qual deverá promover a análise da documentação apresentada pela organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração visando a elaboração de projeto de engenharia para pavimentação da Rodovia MT 183, compreendendo o trecho Aripuanã/ Juína, sub trecho Km 377,93 a Km 441,93 totalizando 64 km com licenciamento ambiental, ficando assim composto:

Ø **Eziquiel Leandro de Sousa;**

Ø **André Zanchettin**;

Ø **Cristiano Gomes Ribeiro Mascarenhas;**

Ø **Rosemari Zanela;**

Ø **Hilariane Hilário da Silva**

Art. 2º - Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 3º - As funções da Comissão serão exercidas no horário de expediente e sem ônus adicionais para o município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de maio de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 39/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 16/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.250.803/0001-92, com sede na Rua Professor Joao Felix, n° 635, Sala 07, Bairro Lixeira, Cep:78.008-435 na cidade de Cuiabá, Estado Mato Grosso, Telefone: (65) 3614-2107, e-mail:licitacao@distribuidorafama.com.br este ato representada pelo Senhor, Andreite Spada, residente e domiciliado na Rua Carrara, n°22, Jardim Itália, na cidade de Cuiabá, Estado Mato Grosso portador da C.I. RG. nº 143.4280-4 SSP/MT. e CPF/MF n.º 992.663.001-44, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 16/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 016/2022, abaixo especificados:

SEQ	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNI.	QTD.	V.UNIT.	V.TOTAL
1	12214	ETER ALCOOLIZADO - LICOR DE HOFFMAN 1000ML	VICPHARMA	L	60,0000	R$ 56,4500	R$ 3.387,00
2	12229	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/ PO C/100	MEDIX	CAIXA	2150,0000	R$ 27,7400	R$ 59.641,00
3	15838	REANIMADOR INFANTIL	FOYOMED	UN	15,0000	R$ 190,0000	R$ 2.850,00
4	18570	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.20	POLYMED	UN	1200,0000	R$ 0,9900	R$ 1.188,00
5	20439	IODO POVIDONA TOPICO 1000ML 10 %	VICPHARMA	FR1000MLT	360,0000	R$ 30,0000	R$ 10.800,00
6	20451	PINCA SHERON 24CM	ABC	UN	40,0000	R$ 83,0000	R$ 3.320,00
7	24787	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.11 C/100UN	STERILANCE	CAIXA	30,0000	R$ 41,0000	R$ 1.230,00
8	34254	ESCOVA + ESPONJA C/ PVPI PARA DEGERMAÇAO E ANTI-SEPSIA DAS MAOS	VICPHARMA	UN	1000,0000	R$ 2,3400	R$ 2.340,00
9	37799	ALCOOL IODADO 0,1% C/ 1000 ML	VICPHARMA	FR 1 L	480,0000	R$ 12,6700	R$ 6.081,60
10	46668	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE OXIGENIO CONECTOR VERDE 9/16-18 UNF	FOUOMED	UN	50,0000	R$ 23,0000	R$ 1.150,00
11	59060	ACIDO PERACETICO 1.000ML	VICPHARMA	L	120,0000	R$ 56,1400	R$ 6.736,80
12	671326	EQUIPO MACRO GOTAS DE INFUSAO GRAVITACIONAL C/ DISPOSITIVO P/ ENTRADA DE AR C/ FILTRO	OLIMED	UN	1000,0000	R$ 1,1900	R$ 1.190,00
13	671348	FOLHA TESTE BOWIE-DICK C/ 50 P/ AUTOCLAVES A VAPOR EQUPADAS COM SISTEMA DE VACUO	AMCOR	UN	35,0000	R$ 142,0000	R$ 4.970,00
14	671356	PAPEL CREPADO 120 CM X 120 CM C/ 100 UNIDS	POLARFIX	UN	50,0000	R$ 316,0000	R$ 15.800,00
15	681554	SONDA URETRAL N. 08	MARKMED	UN	3000,0000	R$ 0,7700	R$ 2.310,00
16	684537	ESCALP 23 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	WILTEX	UN	200,0000	R$ 30,0000	R$ 6.000,00
17	684542	FITA CIRURGICA MICROPOROSA ROLO C/ 5CMX4,5MT C/CAPA (ROLO)	WILTEX	UN	800,0000	R$ 5,9000	R$ 4.720,00
18	684544	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO 8 CAMADAS 3 DOBRAS 11 FIOS 91 CM X 91 MTS	AMERICA	UN	300,0000	R$ 40,0000	R$ 12.000,00
19	690473	SERINGA DESC. 3ML C/ AGULHA 25X0,7	SR	UN	30000,0000	R$ 0,2500	R$ 7.500,00
20	690513	ELETRODO PARA ELETROCARDIOGRAMA 41X36MM C/50	SOLIDOR	UN	1000,0000	R$ 14,9000	R$ 14.900,00
21	690543	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA N°00	MD	UN	5,0000	R$ 136,0000	R$ 680,00
22	690928	TESOURA METZEMBAUM CURVA 18 CM	-	UN	40,0000	R$ 58,5900	R$ 2.343,60
23	690937	TALA FACIL DE EVA GG AMARELA	ORTOCENTER	UN	60,0000	R$ 25,8000	R$ 1.548,00
24	699447	PINCA BRUNNINGS 18.5CM	ABC	UN	40,0000	R$ 580,0000	R$ 23.200,00

25	706283	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS INFANTIL	MARKMED	UN	500,0000	R$ 1,8000	R$ 900,00
26	710519	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA COM PUNHO GRAM. 40 EM TNT, TAMANHO GG.	MILLAR	UN	5000,0000	R$ 4,9000	R$ 24. 500,00
27	710522	AVENTAL IMPERMEAVEL COM MANGA LONGA GRAM. 40 TAMANHO XG.	POLARFIX	UN	5000,0000	R$ 9,9900	R$ 49. 950,00
28	710636	AVENTAL IMPERMEAVEL COM MANGA LONGA GRAM. 40 TAMANHO G	POLARFIX	UN	5000,0000	R$ 9,3800	R$ 46. 900,00
29	9548	AGULHA DESC. 40MMX1,2MM C/100	WILTEX	CX 100 UN	300,0000	R$ 14,0500	R$ 4. 215,00
VALOR TOTAL							**R$ 322.351,00**

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a entrega dos produtos será no prazo de até **10 (dez) dias** após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado sendo na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 12 Julho, nº. 103 - Modulo 01, CEP 78.325-000, com frete e descarga às expensas da contratada.

4.6. O horário de entrega será de segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), estando sujeito a conferência.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida **das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:** 5.2.2.1. Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc. 5.2.2.2.

Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. 5.2.2.3. Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. 5.2.2.4. Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital. 5.2.2.5. Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. 5.2.3. Fornecer os produtos solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. No ato da entrega os produtos passarão por conferencia,do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promove a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato. 5.2.10. Deverão os produtos ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os produtos deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que os produtos não estiverem em conformidade com as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas; 5.2.12. Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia; 5.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990). 5.2.19. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local) no seguinte endereço:

LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Saúde	(66) 3565-1400 / 3565-2038	Rua 12 de Julho, n° 103, Módulo 1.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A aquisição decorrente desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A aquisição decorrente desta ata será formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022** e a proposta da empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI,** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 03 de maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/MF Nº.03.205.803/0001-92

ANDREITE SPADA

proprietário

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 38/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 16/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 13.994.852/0001-93, com sede à Rua Genesio Roberto Baggio, n°1304, Sala 01, Bairro Centro-Sul, Cep:78.896-082 na cidade de Sorriso, Estado Mato Grosso, Telefone: (66) 3544-3455, e-mail: setorlegal@deltasorriso.com.br neste ato representada pela Socia Senhora, Kerli Luzia Ludwichak, brasileira, residente e domiciliada na Avenida Curitiba, n° 2955, Centro, na cidade de Sorriso, Estado Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº 12876 OAB/SC e CPF/MF n.º 017.657.779-33, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das de-

mais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 16/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 016/2022, abaixo especificados:

SEQ	CÓD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNI.	QTD.	V.UN.	VALOR TOTAL
1	690538	AGULHA DESC. P/ RAQUE ANESTESIA N° 26GX3 1/2 (90X4.5)	PROCARE	UN	400,0000	R$4,8500	R$ 1.940,00
2	31002	AGULHA DESC. P/ RAQUE ANESTESIA Nº 23GX3 1/2	PROCARE	UN	400,0000	R$4,9000	R$ 1.960,00
3	9580	ALMOTOLIA ESCURA 250ML	J PROLAB	RCP250ML	300,0000	R$4,0800	R$ 1.224,00
4	684518	ALMOTOLIA TRANSPARENTE CLARA 250ML	J PROLAB	RCP250ML	300,0000	R$4,0800	R$ 1.224,00
5	693974	ATADURA DE CREPE 25CMX4,5M 13 FIOS C/12.	ERIMAX	PC 12 UN	100,0000	R$18,5000	R$ 1.850,00
6	693949	ATADURA DE CREPE 30CM X 4,5M 13 FIOS C/12	ERIMAX	PACOTE	100,0000	R$21,9500	R$ 2.195,00
7	684522	ATADURA GESSADA RAPIDA 08CM X 3MT	ORTOFEN	UN	400,0000	R$1,7500	R$ 700,00
8	690897	BACIA INOX HOSPITALAR 180X180	FAMI	UN	15,0000	R$49,0000	R$ 735,00
9	690896	BACIA INOX HOSPITALAR 210X210	FAMI	UN	15,0000	R$62,9000	R$ 943,50
10	690898	BACIA INOX HOSPITALAR 330X290	FAMI	UN	15,0000	R$98,0000	R$ 1.470,00
11	690899	BACIA INOX HOSPITALAR 400X400	FAMI	UN	15,0000	R$174,0000	R$ 2.610,00
12	8338	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE DUPLA C/ LINK E S/ BACTAG C/ 500ML CONSTITUIDA POR BOLSA P/ COLETA DE SANGUE C/ SOL. ANTICOAGULANTE CPDA-1, ESTERIL E APIROGENICA CONTENDO, 1 BOLSA P/ A TRASNFERENCIA DE HEMOCOMPONENTES.	JP	UN	200,0000	R$39,5000	R$ 7.900,00
13	699456	CABO DE BISTURI Nº 03 - 699456	COOPERFLEX	UN	30,0000	R$10,9000	R$ 327,00
14	699457	CABO DE BISTURI Nº 04	COOPERFLEX	UN	30,0000	R$10,9000	R$ 327,00
15	693746	CANULA DE GUEDEL Nº 0 COMP. 5 CM COR DE IDENTIF. AZUL	FOYOMED	UN	15,0000	R$3,9000	R$ 58,50
16	710515	CANULA DE GUEDEL Nº 04	FOYOMED	UN	15,0000	R$3,9000	R$ 58,50
17	681965	CANULA DE GUEDEL Nº 3 ,COMPRIMENTO DE 8 CM E COR DE IDENTIFICACAO VERDE (PACOTE COM 50).	FOYOMED	UN	15,0000	R$3,9000	R$ 58,50
18	684529	CANULA DE GUEDEL Nº. 02 COMP. 07 CM DE COR DE IDENTIF. BRANCA	FOYOMED	UN	15,0000	R$3,9000	R$ 58,50
19	684528	CANULA DE GUEDEL Nº.01 COMP. 6CM COR DE IDENTIF. PRETO	FOYOMED	UN	15,0000	R$3,9000	R$ 58,50
20	706280	CAPACETE DE OXIGENACAO GRANDE 25 CM X 18 CM ALTURA	PROTEC	UN	10,0000	R$379,0000	R$ 3.790,00
21	706281	CAPACETE DE OXIGENACAO MEDIO 20 CM X 21 CM ALTURA	PROTEC	UN	10,0000	R$379,3000	R$ 3.793,00
22	706282	CAPACETE DE OXIGENACAO PEQUENO 15 CM X 17 CM ALTURA	PROTEC	UN	10,0000	R$379,3000	R$ 3.793,00
23	671318	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 19GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16GA	ARGON	UN	150,0000	R$135,0000	R$ 20.250,00
24	706286	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 20 GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16 GA.	ARGON	UN	150,0000	R$135,0000	R$ 20.250,00
25	671317	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 22GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 18GA	ARGON	UN	150,0000	R$135,0000	R$ 20.250,00
26	706287	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 24 GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16 GA.	ARGON	UN	150,0000	R$138,0000	R$ 20.700,00
27	690935	CINTO PARA PRANCHA COLORIDOS C/ 3 PECAS	RESGATE SP	UN	60,0000	R$34,5000	R$ 2.070,00
28	32241	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO 100ML	MEDK	UN	400,0000	R$0,3800	R$ 152,00
29	32242	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO 100ML	MEDK	UN	400,0000	R$0,3700	R$ 148,00
30	690540	COMADRE EM INOX	FAMI	UN	15,0000	R$188,0000	R$ 2.820,00
31	671310	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/ 500 DE 7,5 CM C/ 8 DOBRAS 5 CAMADAS DE 11 FIOS	AMERICAM MEDICAL	UN	3000,0000	R$21,4500	R$ 64.350,00
32	46664	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	DARU	UN	50,0000	R$16,9000	R$ 845,00
33	46667	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE OXIGENIO CONECTOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UN	50,0000	R$16,9000	R$ 845,00
34	46666	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	DARU	UN	50,0000	R$16,9000	R$ 845,00
35	684531	CUBA ASSEPCIA INOX 9X5,5CM	FAMI	UN	30,0000	R$28,0000	R$ 840,00

36	710637	ELETRODO REUTILIZAVEL PARA ELETROCARDIOGRAFO (CARDIO CLIP ADULTO PERIFERICO) C/ 4	GLOBALTECH	UN	15,0000	R$108,0000	R$ 1.620,00
37	710638	ELETRODO REUTILIZAVEL PARA ELETROCARDIOGRAFO PRECORDIAL ADULTO C/ 6	GLOBALTECH	UN	15,0000	R$90,0000	R$ 1.350,00
38	693732	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSAO	BIOSENSOR	UN	1500,0000	R$15,9000	R$ 23.850,00
39	671327	EQUIPO PARA INFUSAO DE SANGUE CAMARA DUPLA GRADUADA (VENEQUIPO)	LAMEDID	UN	200,0000	R$5,9500	R$ 1.190,00
40	54470	FILME P/ULTRASONOGRAFIA 110HG 110MM/18	ULSTAR	UN	240,0000	R$170,0000	R$ 40.800,00
41	52444	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 S/AG 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	BIOLINE	CX 24 UN	20,0000	R$65,5000	R$ 1.310,00
42	52443	FIO ALGODAO/POLIESTER 4.0 C/AG 3/8 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	BIOLINE	CX 24 UN	10,0000	R$93,5000	R$ 935,00
43	52428	FIO MONO NYLON 0 C/AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	BIOLINE	CX 24 UN	35,0000	R$55,0000	R$ 1.925,00
44	699431	FIO POLIVECRIL 0 COM AGULHA	BIOLINE	UN	10,0000	R$348,9000	R$ 3.489,00
45	699429	FIO POLIVECRIL 2.0 COM AGULHA	BIOLINE	UN	10,0000	R$374,5000	R$ 3.745,00
46	699430	FIO POLIVECRIL 3.0 COM AGULHA	BIOLINE	UN	10,0000	R$338,5000	R$ 3.385,00
47	672220	FLUXOMETRO OXIGENIO	HAOXI	UN	85,0000	R$65,9000	R$ 5.601,50
48	7867	GEL ELETROCONDUTOR P/ ULTRASSONOGRAFIA, GALAO C/ 5KG	CARBOGEL	UN	60,0000	R$29,9000	R$ 1.794,00
49	671351	INDICADOR BIOLOGICO P/ MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR C/25	MAXXIMED	UN	35,0000	R$131,0000	R$ 4.585,00
50	671352	INDICADOR QUIMICO INTERNO MULTIPARAMETRICO PARA VAPOR C/ 240 TIRAS DE 1,5 CM X 20 CM OU C/480 TIRAS 1,5 CM X 10 CM	MAXXIMED	UN	35,0000	R$89,0000	R$ 3.115,00
51	684548	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA Nº 0	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
52	684549	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA Nº 1.	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
53	684550	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA Nº 2	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
54	684551	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA Nº 3.	MD	UN	5,0000	R$155,0000	R$ 775,00
55	684552	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO CURVA Nº 4.	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
56	684554	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA Nº 0.	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
57	684555	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA Nº 1. - 684555	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
58	684556	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA Nº 2.	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
59	684557	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA Nº 3	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
60	684601	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA Nº 4	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
61	684553	LAMINA PARA LARINGOSCOPIO RETA Nº00	MD	UN	5,0000	R$122,0000	R$ 610,00
62	684545	LAMPADA PARA INFRA VERMELHO PAR 38 150W/125-130V	CARCI	UN	15,0000	R$187,0000	R$ 2.805,00
63	706625	LUVA NITRILICA CANO LONGO (P,M,G)	MEDIX	PAR	600,0000	R$38,0000	R$ 22.800,00
64	708487	MACACAO IMPERMEAVEL EM POLIPROPILENO TAMANHO G	STEELFLEX	UN	2500,0000	R$15,9900	R$ 39.975,00
65	708491	MACACAO IMPERMEAVEL EM POLIPROPILENO TAMANHO GG	STEELFLEX	UN	2500,0000	R$15,9900	R$ 39.975,00
66	710543	MACACAO IMPERMEAVEL EM POLIPROPILENO TAMANHO P	STEELFLEX	UN	2500,0000	R$15,9500	R$ 39.875,00
67	706311	MALETA DE PRIMEIRO SOCORROS C/ DUAS BANDEIJAS GRANDE.	ARQPLAST	UN	20,0000	R$290,0000	R$ 5.800,00
68	52453	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/04 CM LARG.X5 MT	MSO	ROLO	25,0000	R$7,6000	R$ 190,00
69	52451	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/06 CM LARG.X5 MT	MSO	ROLO	25,0000	R$9,3000	R$ 232,50
70	52455	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/15 CM LARG.X5 MT	MSO	ROLO	25,0000	R$18,8000	R$ 470,00
71	684501	OTOSCOPIO C/5 ESPECULO AURICULAR	MIKATOS	UN	20,0000	R$289,0000	R$ 5.780,00
72	699464	PAR DE AFASTADOR FARABEAUF 17 CM	ABC	PAR	10,0000	R$38,4000	R$ 384,00
73	19170	PINCA ALLIS 16CM	ABC	UN	40,0000	R$43,8000	R$ 1.752,00
74	690893	PINCA ALLIS 20 CM	ABC	UN	20,0000	R$88,8000	R$ 1.776,00
75	699450	PINCA ANATOMICA 25CM	ABC	UN	40,0000	R$36,9000	R$ 1.476,00
76	699446	PINCA CLINICA PARA ALGODAO Nº 02	COOPERFLEX	UN	40,0000	R$16,8000	R$ 672,00
77	699452	PINCA DENTE DE RATO 15CM	ABC	UN	40,0000	R$22,0000	R$ 880,00
78	710524	PINCA FAURE 21 CM	ABC	UN	40,0000	R$109,0000	R$ 4.360,00

79	699448	PINCA FAURE 21,5CM	ABC	UN	40,0000	R$108,0000	R$ 4.320,00
80	699454	PINCA FOERSTER BALLENGER (CORACAO) 18CM	ABC	UN	40,0000	R$81,5000	R$ 3.260,00
81	691606	PINCA KELLY CURVA 14CM	ABC	UN	40,0000	R$36,8000	R$ 1.472,00
82	691610	PINCA KELLY RETA 14CM	ABC	UN	40,0000	R$37,9000	R$ 1.516,00
83	64519	PINCA KOCHER 18 CM	ABC	UN	40,0000	R$64,5000	R$ 2.580,00
84	699455	PINCA WERTHEIN 25CM	ABC	UN	40,0000	R$237,0000	R$ 9.480,00
85	699459	PORTA AGULHA COM PONTA DE WIDIA 18CM	ABC	UN	40,0000	R$54,0000	R$ 2.160,00
86	690922	PORTA AGULHA HEGAR MOSQUITO 13 CM (WEBSTER)	ABC	UN	40,0000	R$38,9000	R$ 1.556,00
87	695788	PORTA AGULHA MATHEU 20 CM	ABC	UN	40,0000	R$93,0000	R$ 3.720,00
88	24790	PULSEIRA P/ RECEM NASCIDO,CORES VARIADAS	WILTEX	UN	1000,0000	R$0,6500	R$ 650,00
89	704754	SABONETEIRA JSN C/ VALVULA 500ML	PLESTIN	UN	200,0000	R$24,9000	R$ 4.980,00
90	47935	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 10	WELL LEAD	UN	10,0000	R$5,3000	R$ 53,00
91	47934	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 12	WELL LEAD	UN	10,0000	R$5,3000	R$ 53,00
92	47936	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 14	WELL LEAD	UN	10,0000	R$5,3000	R$ 53,00
93	47939	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 3.5	WELL LEAD	UN	100,0000	R$5,8500	R$ 585,00
94	47943	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 5.5	WELL LEAD	UN	100,0000	R$6,4500	R$ 645,00
95	690608	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO 3.0	SOLIDOR	UN	100,0000	R$4,4000	R$ 440,00
96	47938	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO N. 2.5	SOLIDOR	UN	100,0000	R$4,4400	R$ 444,00
97	690609	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALAO N. 4.0	SOLIDOR	UN	100,0000	R$4,4000	R$ 440,00
98	10785	SONDA FOLEY N. 16 2 VIAS	SOLIDOR	UN	250,0000	R$3,5000	R$ 875,00
99	10786	SONDA FOLEY N. 18 2 VIAS	SOLIDOR	UN	300,0000	R$3,5000	R$ 1.050,00
100	10788	SONDA FOLEY N. 22 2 VIAS	SOLIDOR	UN	250,0000	R$3,5000	R$ 875,00
101	52456	SONDA FOLEY N.10 2 VIAS	SOLIDOR	UN	200,0000	R$3,5000	R$ 700,00
102	690605	SONDA FOLEY Nº 8 2 VIAS	SOLIDOR	UN	100,0000	R$3,5000	R$ 350,00
103	10792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 16	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,4000	R$ 140,00
104	19289	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 20	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,4900	R$ 149,00
105	24792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 22	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,4000	R$ 140,00
106	12245	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 06	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,4000	R$ 140,00
107	7901	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 08	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,4900	R$ 149,00
108	690612	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 12	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,3000	R$ 130,00
109	10795	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 14	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,4000	R$ 140,00
110	10797	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 18	FOYOMED	UN	100,0000	R$1,5500	R$ 155,00
111	693736	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL Nº 10	SOLUMED	UN	100,0000	R$12,3000	R$ 1.230,00
112	681557	SONDA URETRAL N. 14	MEDSONDA	UN	5000,0000	R$0,7400	R$ 3.700,00
113	10805	SONDA URETRAL N. 18	MEDSONDA	UN	300,0000	R$0,8500	R$ 255,00
114	10806	SONDA URETRAL N. 20	MEDSONDA	UN	200,0000	R$0,8400	R$ 168,00
115	671359	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS	PLESTIN	UN	200,0000	R$29,0000	R$ 5.800,00
116	690938	TALA FACIL DE EVA G VERDE 86X10	RESGATE SP	UN	60,0000	R$17,9000	R$ 1.074,00
117	699474	TALA FACIL DE EVA M 63X09 LARANJA	RESGATE SP	UN	20,0000	R$14,9000	R$ 298,00
118	690940	TALA FACIL DE EVA P AZUL 53X08	RESGATE SP	UN	60,0000	R$12,8000	R$ 768,00
119	690941	TALA FACIL DE EVA PP ROXO 30X08	RESGATE SP	UN	60,0000	R$9,5000	R$ 570,00
120	690620	TALA METALICA COM EPUMA P/MOB. 16X180 C/12	MSO	PC 12 UN	25,0000	R$10,9000	R$ 272,50
121	7906	TESOURA CIRURGICA MAYO RETA 14 CM	ABC	UN	40,0000	R$44,9000	R$ 1.796,00

122	699463	TESOURA IRIS CURVA 11CM	ABC	UN	40,0000	R$26,5000	R$ 1.060,00
123	690925	TESOURA MAYO CURVA 17 CM	ABC	UN	40,0000	R$54,5000	R$ 2.180,00
124	699462	TESOURA METZEMBAUM DELICADA 20CM RETA	ABC	UN	40,0000	R$67,5000	R$ 2.700,00
125	699461	TESOURA METZEMBAUM DELICADA CURVA 20CM	ABC	UN	40,0000	R$59,7000	R$ 2.388,00
126	690926	TESOURA METZEMBAUM RETA 18 CM	ABC	UN	40,0000	R$59,5000	R$ 2.380,00
127	693797	TESOURA PONTA FINA CURVA INOX PARA RETIRADO DE PONTOS 12 CM	ABC	UN	60,0000	R$44,0000	R$ 2.640,00
128	19181	TESOURA PONTA FINA RETA INOX P/ RETIRADA DE PONTOS (MOSQUITO) 12CM.	ABC	UN	60,0000	R$46,0000	R$ 2.760,00
VALOR TOTAL						**R$ 541.650,50**	

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a entrega dos produtos será no prazo de até **10 (dez) dias** após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado sendo na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 12 Julho, nº. 103 - Modulo 01, CEP 78.325-000, com frete e descarga às expensas da contratada.

4.6. O horário de entrega será de segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), estando sujeito a conferência.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios: 5.2.2.1. Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc. 5.2.2.2. Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. 5.2.2.3. Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. 5.2.2.4. Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital. 5.2.2.5. Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. 5.2.3. Fornecer os produtos solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. No ato da entrega os produtos passarão por conferencia,do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promove a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato. 5.2.10. Deverão os produtos ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os produtos deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que os produtos não estiverem em conformidade com as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas; 5.2.12. Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia; 5.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990). 5.2.19. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local) no seguinte endereço:

LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Saúde	(66) 3565-1400 / 3565-2038	Rua 12 de Julho, n° 103, Módulo 1.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A aquisição decorrente desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A aquisição decorrente desta ata será formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022** e a proposta da empresa **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP,** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 03 de Maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP

CNPJ/MF Nº. 13.994.852/0001-93

KERLI LUZIA LUDWICHAK

Socia administradora

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 37/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 16/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Fracisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 09.315.996/0001-07, com sede na Rua Presidente Costa e Silva, n°231, Bairro Centro, Cep:85.935-000 na cidade de Assis

Chateaubriand, Estado Paraná, Telefone: (44) 3528-5085, e-mail: comercialmark@outlook.com neste ato representada pelo administrador Senhor, Adão da Silva Leite, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Marechal Castelo Branco, n°131, Centro, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado Paraná, portador da C.I. RG. nº 4.079.935-4 SSP/MT e CPF/MF n.º 492.895.009-72, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 16/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da **Lei Federal nº. 10.520/ 2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 016/2022, abaixo especificados:

SEQ	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNI.	QTD.	V.UNIT.	V.TOTAL
1	12202	ATADURA GESSADA RAPIDA 10CM X 3 M	ORTOFEN	UN	800,0000	R$ 2,0500	R$ 1.640,00
2	12209	COMPRESSA DE CAMPO OPERATORIO 50 X 40CM 4 CAMADAS C/ CADARÇO C/ 50	ERIMAX	PC 50 UN	100,0000	R$ 51,0000	R$ 5.100,00
3	12228	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/ PO C/100	---	CAIXA	3150,0000	R$ 27,7000	R$ 87.255,00
4	19339	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAM. G C/7 UN.	DRY	PACOTE7UND	1000,0000	R$ 11,6900	R$ 11.690,00
5	20441	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.21 C/100UN	ADVANTIVE	CAIXA	30,0000	R$ 40,0000	R$ 1.200,00
6	20500	IODO POVID. TINTURA(DEMERC. CAMPO OPERAT) 1LT	VIC PHARMA	L	240,0000	R$ 42,0000	R$ 10.080,00
7	24774	SERINGA DESC. 5 ML C/ AGULHA 25 X 0,7	SR	UN	30000,0000	R$ 0,2800	R$ 8.400,00
8	24784	ESPARADRAPO ROLO 10CMX4,5MTS C/ CAPA	CIEX	UN	720,0000	R$ 12,0000	R$ 8.640,00
9	32308	ATADURA GESSADA RAPIDA 20CM X 3M	ORTOFEN	UN	800,0000	R$ 4,8500	R$ 3.880,00
10	38238	ATADURA ORTOPEDICA 100% ALGODAO 20 CM X 1M C/ 12	ORTOFEN	UN	200,0000	R$ 11,9700	R$ 2.394,00
11	52439	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX24ENVLP	5,0000	R$ 128,0000	R$ 640,00
12	52440	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX24ENVLP	20,0000	R$ 130,0000	R$ 2.600,00
13	52442	FIO CAT GUT SIMPLES 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX 24 UN	35,0000	R$ 137,0000	R$ 4.795,00
14	52449	FIO CAT GUT SIMPLES N.0 S/AG 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CX 24 UN	20,0000	R$ 129,9000	R$ 2.598,00
15	59078	TOUCA DESC. SANFONADA 100% POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE C/ ELASTICO ESPECIAL EM TODO O PERIMETRO DA TOUCA	ANADONA	PACOTE	600,0000	R$ 9,9900	R$ 5.994,00
16	59171	FIO CAT GUT CROMADO 0 SEM AGULHA C/ 24 ENV 1,50 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	UN	10,0000	R$ 120,0000	R$ 1.200,00
17	6648	AGULHA DESC 13X4,5 C/100 UN.	SR	CAIXA	500,0000	R$ 11,8400	R$ 5.920,00
18	671329	FRALDA DESC. GERIATRICA TAM GG C/ 07 - 671329	DRY	PACOTE7UND	1000,0000	R$ 15,8900	R$ 15.890,00
19	671332	FIO MONO NYLON 2.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	SHALON	CX 24 UN	60,0000	R$ 41,0000	R$ 2.460,00
20	684536	ESCALP 27 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL).	DESCARPACK	UN	150,0000	R$ 32,5000	R$ 4.875,00
21	684541	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP.	DESCARPACK	UN	6000,0000	R$ 0,8700	R$ 5.220,00
22	684559	MASCARA N -95 PFF2 C/20	NEKKHAR	UN	4000,0000	R$ 1,9800	R$ 7.920,00
23	693976	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.5 - 693976	LEMGRUBER	PAR	2600,0000	R$ 1,9500	R$ 5.070,00
24	706315	PROPE DESCARTAVEL C/ 100 UNIDADES.	ANADONA	PC 100 UN	3000,0000	R$ 10,0000	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL							**R$ 235.461,00**

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a entrega dos produtos será no prazo de até **10 (dez) dias** após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado sendo na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 12 Julho, nº. 103 - Modulo 01, CEP 78.325-000, com frete e descarga às expensas da contratada.

4.6. O horário de entrega será de segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), estando sujeito a conferência.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida **das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:** 5.2.2.1. Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc. 5.2.2.2. Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. 5.2.2.3. Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. 5.2.2.4. Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital. 5.2.2.5. Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. 5.2.3. Fornecer os produtos solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. No ato da entrega os produtos passarão por conferencia,do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promove a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato. 5.2.10. Deverão os produtos ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os produtos deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que os produtos não estiverem em conformidade com as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa

fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas; 5.2.12. Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia; 5.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990). 5.2.19. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local) no seguinte endereço:

LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Saúde	(66) 3565-1400 / 3565-2038	Rua 12 de Julho, n° 103, Módulo 1.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A aquisição decorrente desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A aquisição decorrente desta ata será formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022** e a proposta da empresa **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 03 de maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI

CNPJ/MF Nº. 09.315.996/001-07

ADAO DA SILVA LEITE

proprietário

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva
CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

COORLIC
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO N.º 16/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital n.º 16/2022, levado a efeito às **08h00min** do dia **26/04/2022,** sagraram-se vencedoras: **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI,** CNPJ N.º 09.315.996/0001-07, vencedora de 24 itens totalizando o valor de **R$ 235.461,00**, a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIREI -** CNPJ N.º 03.250.803/0001-92 vencedora de 29 item totalizando o valor de **R$ 322.351,00**, a empresa **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICOS-HOSPITALAR LTDA -** CNPJ N.º 13.994.852/0001-93 vencedora de 128 itens totalizando o valor de **R$ 541.650,50**, a empresa **LUVERMER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME** - CNPJ N.º 19.391.064/0001-99, vencedora de 41 itens totalizando o valor de **R$ 295.956,00,** a empresa **NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATOR-**CNPJ N.º 28.729.142/0001-03 vencedora de 14 itens totalizando o valor de **R$ 149,745,00** a empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR** - CNPJ N.º 06.065.614/0001-38 vencedora de 128 itens totalizando o valor de **R$ 831.233,10** totalizando esse certame no valor de **R$ 2.376.396,60**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 03 de maio de 2022.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 054/2022

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 002/2021, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 002/2021, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação – SME, no dia 04/05/2022, às 8:00 horas para atribuição de funções e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2021 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 03 de maio de 2022.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
118/2021	LAUDICEIA DO CARMO LOPES	042.226.561-60	2321675-1 SSP/MT	PEDAGOGIA

Anexo I

Ato de Convocação nº 054/2022 do Processo Seletivo nº 002/2021

1.0 SEDE DO MUNICÍPIO - PROFESSOR PEDAGOGIA/ NORMAL SUPERIOR

Número de Professor de Pedagogia/ Normal Superior	Especialidades	Vencimento R$	Projeto Atividade	Dotação	Fonte	Período
01	Ensino Superior	3.604,32	2028	304	1.5.00.100100	04/05/2022 A 04/05/2023

OBS: Foi convocada a candidata do ato nº 028/2022 neste Projeto Atividade, Dotação e fonte e a candidata não assumiu a vaga, por isso estamos substituindo pela candidata citada acima.

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 054/2022,** procedente do Processo Seletivo nº 002/2021, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, na secretaria Municipal de Educação**, correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, aos 03 de Maio de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Justificamos a não necessidade de realizar estimativa de impacto orçamentário-financeiro para a candidata convocada através do Ato nº 054/2022, uma vez que para a referida vaga, foi convocado através do Ato nº 028/2022, autorizado por IMPACTO em 04 de março de 2022 e o candidato desistiu da vaga, sendo então necessária a convocação da próxima classificada.

Como se vê, a convocação tem adequação orçamentária e financeira, e também consta nos autos a declaração do ordenador de despesa de que o aumento de despesa a ser gerado pela execução do contrato, não irá alterar a projeção já realizada e tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Aripuanã-MT, aos 03 de Maio de 2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretaria Adjunta de Administração

COORLIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 41/2022

Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 16/2022

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **NORTELAB COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº. 28.729.142/0001-03**, com sede na Rua das Orquídeas, n.º 1207 – Bairro: Setor Residencial Sul, município de Sinop, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.550-035, Telefone: (066) 2102-5700, e-mail: nortelab@nortelab.net, representada pela sua proprietária **Srª. Emiliana de Campos Penha Caleiros**, portadora do RG Nº 1075668 SSDC/RO e CPF Nº. 004.405.262-64, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 16/2022,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da *Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável*, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais hospitalares destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal Santo Antonio e Unidade Basica de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 016/2022, abaixo especificados:

SEQ.	CÓD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNI.	QDE.	V.UNI	V. TOTAL
1	27888	AGULHA DESC. 20X5,5 C/ 100 UNID.	INJEX	CX 100 UN	500,0000	R$12,0000	R$ 6.000,00
2	20428	ALCOOL 70% 1000ML	TUPI	BLS1000ML	6000,0000	R$8,4700	R$ 50.820,00
3	693730	ALCOOL 70% GEL 500 GR - 693730	TUPI	UN	1200,0000	R$7,1500	R$ 8.580,00
4	691496	ALGODAO HIDROFILO 500 G	MED HOUSE	UN	600,0000	R$16,5000	R$ 9.900,00
5	22521	EQUIPO MICRO GOTAS FLEX C/INJ.LATERAL	LABOR IM-PORT	UN	5000,0000	R$1,8500	R$ 9.250,00
6	38328	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESC. TAMANHO P	KOLPLAST	UN	600,0000	R$1,5000	R$ 900,00
7	706308	GLICOSIMETRO (MEDIDOR DE GLICOSE).	ACON	UN	300,0000	R$32,0000	R$ 9.600,00
8	706310	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6.0 - 706310	INJEX	PAR	2000,0000	R$1,9700	R$ 3.940,00
9	690604	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.0 - 690604	INJEX	PAR	2000,0000	R$1,9700	R$ 3.940,00
10	706394	OCULOS DE SEGURANCA LENTE TRANSPARENTE C/ ARMACAO E ASTES REGULAVEIS E CORDAO.	SUPERMEDY	UN	400,0000	R$4,2500	R$ 1.700,00
11	12232	OXIMETRO DE PULSO	SUPERMEDY	UN	170,0000	R$88,0000	R$ 14.960,00
12	706314	PROTETOR FACIAL C/ VISOR TRANSPARENTE DE 25 CM ALTURA	SUPERMEDY	UN	200,0000	R$8,0000	R$ 1.600,00
13	706326	TERMOMETRO INFRAVERMELHO FRONTAL	SUPERMEDY	UN	100,0000	R$114,5500	R$ 11.455,00
14	671388	TIRA TESTE PARA GLICEMIA C/50 - 671388	ACON	CX50TIRAS	600,0000	R$28,5000	R$ 17.100,00
VALOR TOTAL						**R$ 149.745,00**	

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a entrega dos produtos será no prazo de até **10 (dez) dias** após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

4.5. Os produtos deverão entregues de acordo com as necessidades da contratante em local indicado sendo na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 12 Julho, nº. 103 - Modulo 01, CEP 78.325-000, com frete e descarga às expensas da contratada.

4.6. O horário de entrega será de segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), estando sujeito a conferência.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida **das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:** 5.2.2.1. Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc. 5.2.2.2. Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. 5.2.2.3. Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. 5.2.2.4. Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital. 5.2.2.5. Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. 5.2.3. Fornecer os produtos solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. No ato da entrega os produtos passarão por conferencia,do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promove a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato. 5.2.10. Deverão os produtos ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os produtos deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que os produtos não estiverem em conformidade com as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas; 5.2.12. Substituir ás suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia; 5.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990). 5.2.19. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das segunda a sexta feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local) no seguinte endereço:

LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Saúde	(66) 3565-1400 / 3565-2038	Rua 12 de Julho, n° 103, Módulo 1.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A aquisição decorrente desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A aquisição decorrente desta ata será formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2022** e a proposta da empresa **NORTELAB COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA,** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supra-numerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 03 de Maio de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

NORTELAB COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA CNPJ/MF Nº.28.729.142/0001-03

Emiliana de Campos Penha Caleiros

proprietária

Testemunhas:

Francineide Carvalho Bueno Noama Vieira da Silva CPF N.º 041.548.731-56 CPF N.º 050.164.651-50

DELIC
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados, a Aquisição de peças para concerto do micro ônibus modelo LO 812, marca Mercedes-Benz, placa: NPH2916, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação deste Município de Aripuanã-MT, com amparo no art. 24, inciso II da Lei nº 8666/93, c/c o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Aripuanã – MT,03 de maio de 2022.

Elen Cristina Soares Macedo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DELIC
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 28/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.039/2022, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1. 729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de carga de gás de cozinha GLP, acondicionados em vasilhame de 13kg e de 45kg, em atendimento as demandas das Secretarias Municipais de Aripuanã/MT. I**nício da Sessão: **Dia 25/05/2022, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 03 de maio de 2022.

Sidnei de Souza Pereira Junior

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A Comissão de Processo Seletivo da **Prefeitura Municipal de Barão do Melgaço, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Prefeitura Municipal e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Legislação Municipal - Lei 179/1997, 462/2014, 598/2021 edemais legislações pertinentes, torna público:

I. Divulgar o Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha:

ENSINO SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	B	A	A	B	D	D	A	A	B	C

DENTISTA																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	B	A	B	C	A	B	B	D	C

ENFERMEIRO																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	B	C	A	A	B	A	B	D	C

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	A	A	D	B	B	A	B	D	D	C

NUTRICIONISTA - EDUCAÇÃO																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	A	B	C	C	C	A	D	B	C

PSICÓLOGO																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	D	A	B	D	D	A	C	A	B

ENSINO MÉDIO COMPLETO

AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO																			
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

AGENTE DE SAÚDE

DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	B	B	A	C

ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

FISCAL DE TRIBUTOS																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

TÉCNICO DE LABORATÓRIO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	C	C	A	A	C	C	A	B	C	B

TÉCNICO EM ENFERMAGEM																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	C	A	D	B	D	A	D	B	C	B

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

AUXILIAR DE ENFERMAGEM																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	C	D	D	A	D	C	D	C	A	B	A	B	A	B	B	A	A	D	C

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, GOVERNO E SAÚDE)																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	A	B	D	C	A	D	B	C	D	D

LAVADEIRA - SAÚDE																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	C	C	A	B	D	B	D	C	C	D

MOTORISTA (ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E VIAÇÃO E SAÚDE)																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	B	D	A	C	A	C	A	B	D	D

OPERADOR DE MÁQUINAS																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	B	D	A	C	A	C	A	B	D	D

II. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do item 8.1 do Edital Nº 001/2022.

Barão de Melgaço/MT, 02 de Maio de 2022.

- ALEXSANDRA APARECIDA DA SILVA - Presidente da Comissão

- GONCALO BRANDAO DE ARRUDA - Secretário da Comissão

- JOSÉ ANTONIO DE ARRUDA JUNIOR - Membro da Comissão

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A Comissão de Processo Seletivo da **Prefeitura Municipal de Barão do Melgaço, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Prefeitura Municipal e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Legislação Municipal - Lei 179/1997, 462/2014, 598/2021 edemais legislações pertinentes, torna público:

I. Divulgar o Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha:

ENSINO SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	B	A	A	B	D	D	A	A	B	C

DENTISTA																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	B	A	B	C	A	B	B	D	C

ENFERMEIRO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	B	C	A	A	B	A	B	D	C

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	A	A	D	B	B	A	B	D	D	C

NUTRICIONISTA - EDUCAÇÃO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	A	B	C	C	C	A	D	B	C

PSICÓLOGO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	D	D	B	C	D	B	A	C	D	C	D	A	B	D	D	A	C	A	B

ENSINO MÉDIO COMPLETO

AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

AGENTE DE SAÚDE																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	B	B	A	C

ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

FISCAL DE TRIBUTOS																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	D	C	A	C	D	D	A	C	A	A

TÉCNICO DE LABORATÓRIO																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	C	C	A	A	C	C	A	B	C	B

TÉCNICO EM ENFERMAGEM																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	B	C	C	A	B	C	D	D	C	C	A	D	B	D	A	D	B	C	B

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

AUXILIAR DE ENFERMAGEM																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	D	C	D	D	A	D	C	D	C	A	B	A	B	A	B	B	A	A	D	C

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, GOVERNO E SAÚDE)																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	A	B	D	C	A	D	B	C	D	D

LAVADEIRA - SAÚDE																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	C	C	A	B	D	B	D	C	C	D

MOTORISTA (ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E VIAÇÃO E SAÚDE)																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	B	D	A	C	A	C	A	B	D	D

OPERADOR DE MÁQUINAS																				
DISCIPLINAS	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVAS	C	B	D	B	D	A	A	B	A	B	B	D	A	C	A	C	A	B	D	D

II. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do item 8.1 do Edital Nº 001/2022.

Barão de Melgaço/MT, 02 de Maio de 2022.

- ALEXSANDRA APARECIDA DA SILVA - Presidente da Comissão

- GONCALO BRANDAO DE ARRUDA - Secretário da Comissão

- JOSÉ ANTONIO DE ARRUDA JUNIOR - Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 12/2022

O município de Barra do Bugres – MT torna público quanto à Dispensa de Licitação de nº: 12/2022, de acordo com a Lei 14.133/21 e alterações posteriores, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO I/M.BENZ 516 SPRINTER A4, DO TIPO PASSAGEIRO MICROONIBUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO BUGRES/MT, que teve como contratada a licitante: TECAR CAMINHÕES LTDA inscrita no CNPJ: 02.058.744/0001-92, valor global correspondente a R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Barra do Bugres - MT, 29 de abril de 2022

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 04/2022

CONVÊNIO MUNICIPAL (FACILITAR 04/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal Raimunda Arnalda Almeida Leão, CNPJ: nº 04.639.385.0001/92.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$12.640,00 (doze mil e seiscentos e quarenta reais)

Valor da Concedente: R$ 12.640,00(doze mil e seiscentos e quarenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 001/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal Guiomar Campos de Miranda, CNPJ: nº 01.953.621.0001/52.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$82.720,00 (oitenta e dois mil e setecentos e vinte reais).

Valor da Concedente: R$ 82.720,00(oitenta e dois mil e setecentos e vinte reais).

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 012/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Creche Municipal Menino Jesus, CNPJ: nº 11.692.906.0001/30.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$51.280,00 (cinquenta e um mil duzentos e oitenta reais)

Valor da Concedente: R$ 51.280,00(cinquenta e um mil duzentos e oitenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 005/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Creche municipal Nossa Senhora Aparecida, CNPJ: nº 14.026.037.0001/01.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$20.160,00 (vinte mil cento e sessenta reais)

Valor da Concedente: R$ 20.160,00(vinte mil cento e sessenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 010/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal JULÁ PARÉ, CNPJ: nº 19.348.273.0001/50.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$12.640,00 (doze mil e seiscentos e quarenta reais)

Valor da Concedente: R$ 12.640,00(doze mil seiscentos e quarenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 009/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Governador José Garcia Neto, CNPJ: nº 43.175.555.0001/87.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$45.920,00 (quarenta e cinco mil novecentos e vinte reais)

Valor da Concedente: R$ 45.920,00(quarenta e cinco mil novecentos e vinte reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 008/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escolar do Centro de Educação Infantil e Fundamental Primeiros Passos, CNPJ: nº 17.904.250.0001/59.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: 33.280,00 (trinta e três mil duzentos e oitenta reais)

Valor da Concedente: R$ 33.280,00(trinta e três mil duzentos reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 0072022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Professora Silvana de Souza Daniel, CNPJ: nº 10.378.988.0001/80.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

Valor da Concedente: R$ 45.600,00(quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 003/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Creche Prof. Manoel Custódio de Moura, CNPJ: nº 11.692.763.0001/67.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais)

Valor da Concedente: R$ 15.360,00(quinze mil trezentos e sessenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR - 002/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal Herculano Borges, CNPJ: nº 03.796.779.0001/91.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais)

Valor da Concedente: R$ 48.800,00(quarenta e oito mil e oitocentos reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 011/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal de Educação infantil Professora Maria Lila Costa da Silva, CNPJ: nº 11.692.934.0001/58.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

Valor da Concedente: R$ 15.280,00(quinze mil duzentos e oitenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO MUNICIPAL FACILITAR 006/2022

Concedente: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CNPJ: 03.507.522/0001-72.

Convenente: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal São Benedito, CNPJ: nº 09.410.997.0001/22.

Lei Municipal: Nº **2.492/2022.**

Objeto: Custear despesas que concorram para garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiária.

Valor total: R$13.840,00 (treze mil e oitocentos e quarenta reais)

Valor da Concedente: R$ 13.840,00(treze mil oitocentos e quarenta reais)

Dotação Orçamentária: 1051 33.90.41.00.00.1500100100

Data: 15.03.2022 Prazo de Vigência: 15.03.2022 á .31.12.2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PE Nº. 011/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 011/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 18.774/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 21/03/2022, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 011/2022, que teve como vencedora a empresa: HALEX ISTAR CNPJ: N° 01.571.702/0001-98.

Barra do Garças / MT, 03 de maio de 2022.

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA /EXTRATO DE EDITAL TOMADA DE PRWEÇO Nº 005/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA /EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação na Modalidade Tomada de Preço nº. 005/2022, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para a **Conclusão da Construção da Creche de Educação Infantil-Pró Infância –Projeto Tipo 2 Convencional na Rua Vaticano, Qd 517, Lotes nºs 14 ao 18 e do 27 ao 31, no Bairro Jardim Nova Barra**, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia. Foi declarada DESERTA pela CPL, face a ausência de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública no dia:

NOVA DATA DE REALIZAÇÃO: 20/05/2022

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças MT, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e através do site www.barradogarcas.mt.gov.br e do e-mail licitacao@barradogarcas.mt.gov.br

Barra do Garças, 03 de abril de 2022.

Marcos da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 060/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 056/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 015/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 060/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço visando a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no

CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **COMERCIAL LUAR EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 02.545.557/0001-33, estabelecida na Av Rad Edson Luiz da Silva, n° 1037, CEP: 78.088-000, Bairro Tijucal, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo Senhor João Batista Alves Vieira, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade nº. 297.008 SSP/MG, CPF nº. 149.852.506-78, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 056/2022., conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
40987	ACHOCOLATADO, CLASSIFICACAO/CARACTERISTICAS GERAIS: MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL, ACUCAR, LEITE EM PO, EXTRATO DE MALTE, SAL, COM NO MINIMO 7 VITAMINAS. ISENTO DE SOJA E FARINHAS EM SUA FORMULACAO, DEVE SER PREPARADO COM INGREDIENTES SAOS E LIMP	UNIDADE	MARATA	1500	6,80	10.200,00
40992	AMIDO DE MILHO ? PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, ABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, DEVERÃO PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO	CAIXA 500,000 GRAMA	AMAFIL	300	11,05	3.315,00
40995	BOLACHA ÁGUA E SAL SEM LACTOSE: O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, SEM	PACOTE 400,000 GRAMA	DALLAS	150	5,95	892,50
40998	BOLACHA TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO, OBTIDA PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO CONVENIENTE DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ACUCAR, SORO DE LEITE EM PO OU LEITE EM PO, SAL REFINADO E OUTRAS SUBSTANCIAS A	UNIDADE	DALLAS	3000	8,55	25.650,00
40999	CALDO DE CARNE, CAIXA COM 06 TABLETES - 19G - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, COMPOSICAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE - REGISTRO NO MS. SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS KNOR E MAGGI.	UNIDADE	ARISCO	500	1,89	945,00
41000	CALDO DE GALINHA CAIXA COM 06 TABLETES DE 19G, - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, COMPOSICAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. - REGISTRO NO MS. SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS KNOR E MAGGI.	UNIDADE	ARISCO	500	3,80	1.900,00
41002	COCO RALADO SECO SEM ACUCAR. DEVERA SER ELABORADO COM ENDOSPERMA PROCEDENTE DE FRUTOS SAOS E MADUROS NAO PODERA APRESENTAR CHEIRO ALTERADO OU RANCOSO, COM ASPECTOS DE FRAGMENTOS SOLTOS E DE COR BRANCA. PARCIALMENTE DESENGORDURADO COM TEOR MINIMO DE L	UNIDADE	ADELCOCO	180	4,10	738,00
41004	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, COM OS SEGUINTES INGREDIENTES: POLPA DE TOMATE, ACUCAR E SAL (EMBALAGEM DE 1KG ATOXICA, RESISTENTE E LACRADA) . SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS QUERO E FUNGINI.	UNIDADE	QUERO	2200	6,85	15.070,00
41005	FARINHA DE MANDIOCA, FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS, PRODUTO LIVRE DE ATÉRIA TERROSA, PARASITOS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, CONTENDO PESO LIQUIDO DE 1000 GRAMASS.. EMBALAGEM DE 1 KG. S	PACOTE 1 QUILO	FAVORITA	4500	6,85	30.825,00
41020	MACARRÃO DE ARROZ OU MILHO, SEM OVOS, TIPO PARAFUSO: O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ OU MILHO, SEM OVOS, SEM COLESTEROL E SEM GLÚTE	PACOTE 500,000 GRAMA	URBANO	500	5,65	2.825,00
41023	CANJICA DE MILHO BRANCO TIPO 1, CONTENDO 80% DE GRAMASÃOS INTEIROS, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MÁXIMO DE 15% DE UMIDADE - EMB. 500G. SIMILAR OU SUPERIOR	PACOTE 500 GRAMA	MIKA	380	6,95	2.641,00
41025	MILHO VERDE EM CONSERVA. APRESENTACAO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIAR AOS MESMOS E DEVERAO ESTAR ISENTOS DE RANCO E DE OUTRAS CARACTERISTICAS INDESEJAVEIS. COM PESO LIQUIDO DE 3.100 GRAMAS E PESO DRENADO 2.000 G. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA QU	UNIDADE	BONARE	500	24,85	12.425,00
41034	SAL REFINADO IODADO. APARÊNCIA CRISTAIS DE GRANULAÇÃO UNIFORME, NÃO PEGAJOSO OU EMPEDRADO. COR BRANCA, INODORO, SABOR CARACTERÍSTICO. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA CISNE. EMBALAGEM DE 1 KG	PACOTE 1 QUILO	CRISTAL	900	1,85	1.665,00
41062	FUBA DE MILHO, PRODUTO OBTIDO PELA MOAGEM DO GRAMASAO DE MILHO, ESGERMINADO OU NAO, DEVERAO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SAS E LIMPAS ISENTAS DE MATERIAS TERROSAS E PARASITOS. NAO PODERAO ESTAR UMIDOS OU RANCOSOS, COM UMIDADE MAXIMA DE	PACOTE 1 QUILO	DIODORO	1000	4,75	4.750,00
41174	TEMPERO ALHO E SAL SEM PIMENTA. VALOR NUTRICIONAL EM 5G: 1G DE CARBOIDRATO, MAXIMO DE 5MG COLESTEROL, 1685MG DE SODIO - EMB. 1KG. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA ARISCO.	PACOTE 1 QUILO	DIODORO	280	7,10	1.988,00
65261	AMENDOIM DESCASCADO, TIPO 1. PACOTE COM 500 GRS	PACOTE 500,000 GRAMA	MIKA	300	16,15	4.845,00

65269	BOLACHA DOCE, BOLACHA DOCE TIPO MAIZENA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO CONVENIENTE DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇUCAR, SORO DE LEITE EM PO OU LEITE EM PO, SAL REFINADO E OUTRAS SUB	AMPOLA	DALLAS	400	5,55	2.220,00
65274	CEREAL, EM PO, A BASE DE ARROZ, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA COM MINIMO 350 GR, SABORES DIVERSOS	UNIDADE	NESTLE MUCILON	340	10,25	3.485,00
65276	CORANTE ALIMENTICIO COLORAU, PACOTE DE 500 GRS	UNIDADE	SINHA	180	5,80	1.044,00
65297	QUEIJO PARMESAO RALADO. COMPOSICAO: QUEIJO PARMESAO RALADO PACOTE DE 100GRS	UNIDADE	R. CANASTRA	380	7,85	2.983,00
65754	VINAGRE DO TIPO BRANCO , CONTENDO NO MÍNIMO 750 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	BISNAGA 4,00 G	VITALIA	210	3,15	661,50
66181	FARINHA DE ARROZ CARACTERÍSTICAS: FARINHA DE ARROZ, O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 34 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, SEM GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS: COR, ODOR, SABOR	PACOTE	MIKA	1000	4,85	4.850,00
Valor Total						**R$ 135.918,00**

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - Quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - Quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - Por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - Quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº. 015/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 056/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças-MT, 03 de Maio de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: COMERCIAL LUAR EIRELI

CNPJ nº. 02.545.557/0001-33

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISTRATO ABRIL/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISTRATO

MÊS ABRIL 2022

DISTRATO DO CONTRATO 06/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. CLEITON BRITO PEREIRA no cargo de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal (AISIPOA) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 055/2021

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. LAZIA FERNANDES VASCONCELOS, no cargo de Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 111/2021

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. ELAINE CRISTINA SACRAMENTO BELEM, no cargo de Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 01.04. 2022.

DISTRATO DO CONTRATO 112/2021

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. DEUZENICE PEREIRA DOS SANTOS, no cargo de Técnico em Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 08.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 217/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. EMMANOEL EDSON AMBROSIO QUIRINO no cargo de Técnico em Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 316/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. ALESSANDRO GARCIA NUNES, no cargo de Vigia(Processo Seletivo Simplificado de acordo com o Edital 001/202, de 18/02/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus serviços até 20/04/2022.

DISTRATO DO CONTRATO 323/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. JOVENCIO ROSA CARDOSO no cargo de Vigia da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 372/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. JAIRO DA SILVA GUEDES no cargo de Professor da Secretaria Municipal de Educação, executou seus trabalhos até 30.04.2022

DISTRATO DO CONTRATO 378/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. LUCAS RUFINO MOTA no cargo de Professor da Secretaria Municipal de Educação, executou seus trabalhos até 14.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 396/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. ADENILDA NORONHA FARIA, no cargo de Fiscal Sanitário(Processo Seletivo Simplificado de acordo com o Edital 001/202, de 18/02/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus serviços até 05/04/2022.

DISTRATO DO CONTRATO 457/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. KATIUCIA SEVERINA DA SILVA LOTTERMANN no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 517/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. SIMONE DE OLIVEIRA GULIM no cargo de Fisioterapeuta, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 06.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 535/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. LEIDIANE ROOS CAMARGO no cargo de Auxiliar Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 584/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. EVA FERREIRA DE SOUSA no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, executou seus trabalhos até 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 613/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. JOHNATHAN CAETANO DA SILVA no cargo de Vigia, da Secretaria Municipal de Assistência Social, executou seus trabalhos até 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 634/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. MAURICIO BARCELO DA SILVA no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, executou seus trabalhos até 11.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 641/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. ALTAMIRO DE JESUS CAVALCANTE DIAS no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, a partir de 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 707/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. GISLAILA FERREIRA ROCHA no cargo de Enfermeira, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 739/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. MILLENA REGIANNE ARAUJO SANTOS, no cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 04.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 826/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. CLESIO RU RATSIWE TSOWA O no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 949/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. LUCIENE CAVALCANTE DOS SANTOS BARROS, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 1.106/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. KELLY CRISTINA SILVA DE SOUZA no cargo de Apoio Administrativo Educacional, da Secretaria Municipal de Educação, executou seus trabalhos até 15.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 1.215/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra CLEZIA PEREIRA DOS SANTOS no cargo de Técnico Administrativo de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, executou seus trabalhos até 31.03.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 1.227/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato do servidor o Sr. IREMAR SANTOS SOUSA no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Turismo, executou seus trabalhos até 13.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 1.331/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra. VALDIRENE ANTONIA DA SILVA MACEDO, no cargo de Técnico em Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 11.04.2022.

DISTRATO DO CONTRATO 1.358/2022

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Sra RAYSSY MOURA PEREIRA no cargo de Enfermeira, da Secretaria Municipal de Saúde, executou seus trabalhos até 19.04.2022.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PE Nº. 010/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 18.774/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 03/03/2022, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 010/2022, que teve como vencedora as empresas: NBTECH INDUSTRIA DE MOVEIS TECNOLOGICOS LTDA CNPJ: 27.565.219/0001-94, RC HOSPITALAR LTDA CNPJ:35.188.925/0001-92 e ABC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ:40.014.621/0001-49.

Barra do Garças / MT, 03 de maio de 2022

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 058/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 056/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 015/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 058/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço visando a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **COMERCIAL VALE DO ARAGUAIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 01.877.641/0001-91, estabelecida Avenida Universitária, 115, no bairro Araguaia Center, na cidade de Pontal do Araguaia/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Rodolfo Martins Prado**,** Brasileiro, casado, empresário**,** Carteira de Identidade nº. 12400416- SSPMT, CPF nº. 002.231.811-96, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela

Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 056/2022., conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
7169	ARROZ AGULHINHA DESCRICAO: POLIDO, LONGO E FINO, TIPO 1 (UM), SENDO EM SACOS PLASTICOS DE 5 KG E ATOXICOS, LIMPOS, NAO VIOLADOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADOS SACOS LACRADOS. A EMBALAGEM	PACOTE 5,000 QUILO	AGULHINHA	5400	20,08	108.432,00
40988	ACHOCOLATADO EM PO DIET: O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA NO 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: CACAU EM PO, MALTODEXTRINA, EDULCORANTES ARTIFICIAIS: CICLAMATO DE SODIO, SACARINA SODICA.	LATA 200,000 GRAMA	NESCAU	350	17,89	6.261,50
40990	ADOCANTE ARTIFICIAL LIQUIDO 100 ML ÁGUA, SORBITOL, EDULCORANTES ARTIFICIAIS: SACARINA SODICA E CICLAMATO DE SÓDIO E CONSERVADORES: ACIDO BENZOICO, METILPARBENO. SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS ZERO-CAL E ADOCYL.	FRASCO 14,00 ML	ZERO-CAL	240	8,11	1.946,40
40996	BOLACHA DE ÁGUA E SAL, BOLACHA SALGADA , OBTIDA PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO CONVENIENTE DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, AMIGO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL REFINADO, AÇUCAR, SORO DE LEITE EM PÓ OU LEITE EM PÓ E OUTRAS	PACOTE 400,000 GRAMA	MARILAN	7500	5,00	37.500,00
40997	BOLACHA SEM GLUTEN - SEM GLUTEN ISENTO DE GLUTEN EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATOXICO, DUPLA EMBALAGEM, TRANSPARENTE, RESISTENTE, LACRADO, CONTENDO PESO LIQUIDO DE 100G. FABRICACAO: MAXIMO DE 60 DIAS VALIDADE: MINIMO DE 10 MESES. A ROTULAGEM DEVE C	UNIDADE	RENATA	750	4,86	3.645,00
41003	DOCE DE LEITE LATA, DOCE DE LEITE, CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES BÁSICOS: LEITE, AÇÚCAR, GLICOSE DE MILHO, AMIDO DE MILHO E BICARBONATO DE SÓDIO (EMBALAGEM: POTE DE 800 G). SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS ITALAC E ITAMBÉ.	AMPOLA	ITAMBÉ	150	15,30	2.295,00
41007	FEIJÃO TIPO 1, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGRAMASEDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJI	PACOTE 1 QUILO	KICALDO	2500	7,94	19.850,00
41024	MILHO PARA PIPOCA TIPO 1, PREPARADOS COM MATERIAS PRIMAS SAS, LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAS TERROSAS E PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MAXIMO DE 15% DE UMIDADE - EMB. 500G. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA YOKI.	UNIDADE	YOKI	450	5,19	2.335,50
41032	POLVILHO DOCE, FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS - PRIMAS SAS E LIMPAS . PRODUTO LIVRE DE MATERIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. PACOTE DE POLIETILENO ATOXICO, RESISTENTE, CONTENDO PESO LIQUIDO DE 1 KG. SIMILAR OU SUPERIOR AS	PACOTE 1 QUILO	MIKA	250	7,29	1.822,50
41036	SUCO LIQUIDO CONCENTRADO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO, PARA DILUIR, EMBALAGEM DE 500ML, SABOR CAJU. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA MAGUARY.	UNIDADE	LA FRUIT	300	4,46	1.338,00
41037	SUCO LIQUIDO CONCENTRADO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO, PARA DILUIR, EMBALAGEM DE 500ML, SABOR UVA. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA MAGUARY.	GARRAFA 500,000 MILILITRO	LA FRUIT	300	6,39	1.917,00
41038	SUCO LIQUIDO CONCENTRADO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO, PARA DILUIR, EMBALAGEM DE 500ML, SABOR ACEROLA	GARRAFA 500,000 MILILITRO	LA FRUIT	300	5,74	1.722,00
41039	SUCO LÍQUIDO CONCENTRADO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO, PARA DILUIR, EMBALAGEM DE 500ML, SABOR MARACUJÁ. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA MAGUARY.	GARRAFA 500,000 MILILITRO	LA FRUIT	300	6,99	2.097,00
41040	SUCO LÍQUIDO CONCENTRADO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO, PARA DILUIR, EMBALAGEM DE 500ML, SABOR PESSÊGO. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA MAGUARY.	GARRAFA 500,000 MILILITRO	LA FRUIT	300	5,88	1.764,00
41111	LEITE BAIXA LACTOSE: O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: LEITE INTEGRAMASAL OU SEMIDESNATADO, ENZIMA LACTASE. CARACTERISTICAS: COR, ODOR, SABOR E TEXTUR	CAIXA 1,000 LITRO	PIRACANJUBA	1000	8,32	8.320,00
65260	ACAFRAO DE 250 GRAMAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	UNIDADE	GOIÁS TEMPERO	800	7,34	5.872,00
65265	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, EM EMBALAGEM DE 900 ML	UNIDADE	MORIXE	300	23,82	7.146,00
65267	BEBIDA LACTEA, SABOR CHOCOLATE, PRONTO PARA BEBER, RICO EM VITAMINAS, SORO DE LEITE OU . EMBALAGEM TETRA PACK. EMBALAGEM CONTENDO 1 (UM) LITRO	UNIDADE	CHOCOMIL	1500	5,88	8.820,00
65282	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL, SENDO OBTIDA A PARTIR DE CEREAL LIMPO, DESGERMINADO, COM UMA EXTRACAO MAXIMA DE 20% E COM TEOR MAXIMO DE CINZAS DE 0,385% , FARDO 10 X 1 KG	QUILOGRAMA	PRIMOR	500	5,61	2.805,00

65284	FERMENTO EM PO PARA BOLO, EMBALAGEM DE 100G, - DE PRIMEIRA QUALIDADE. - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. - INSCRICAO NO MS	QUILOGRAMA	ROYAL	1500	3,02	4.530,00
65289	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM DE 400G: A EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES QUANTO À: QUANTIDADE DO PRODUTO; DATA DE FABRICAÇÃO; PRAZO DE VALIDADE; REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (SIF); COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL; MODO DE PREPARO. CARACTERÍST	LATA 400,000 GRAMA	ITAMBÉ	700	13,84	9.688,00
65290	LEITE CONDENSADO 365G - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, CONTENDO INFORMACOES DOS INGREDIENTES, COMPOSICAO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. - REGISTRO NO MA, INSPECIONADO PELO SIF	QUILOGRAMA	PIRACANJUBA	280	6,05	1.694,00
65298	OLEO DE SOJA CX C/ 20 X1 L, OLEO DE SOJA REFINADO (EMBALAGEM: PET DE 900 ML)	UNIDADE	LIZA	8800	10,99	96.712,00
65302	SUCO POLPA KG SABOR: MORANGO ? PACOTE COM 1 KG	UNIDADE	PUREZA	150	30,07	4.510,50
65305	SUCO POLPA KG SABOR: FRUTAS VERMELHAS ? PACOTE COM 1 KG	UNIDADE	PUREZA	150	29,08	4.362,00
65307	SEMENTE DE LINHACA DOURADA, PACOTE DE 200 GRS	UNIDADE	MOEDENSE	150	8,35	1.252,50
65709	ACUCAR CRISTAL, EMBALAGEM 2 KG, PO BRANCO, FINO, DE FACIL ESCOAMENTO, NAO DEVENDO ESTAR EMPEDRADO, ISENTO DE MATERIA TERROSA OU PARASITAS.PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 12 MESES.	QUILOGRAMA	ITAJÁ	4500	8,14	36.630,00
65720	CREME DE LEITE CAIXA 200 GRS, DE PRIMEIRA QUALIDADE. - ESTERILIZADO. - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. - REGISTRO NO MA, INSPECIONADO PELO SIF.	LATA	PIRACANJUBA	180	4,14	745,20
65728	GELATINA EM PÓ, EMBALAGEM COM 30 GRS, SABORES: LIMÃO, FRAMBOESA, MORANGO, ABACAXI, UVA	AMPOLA	BRETZKE	4300	1,39	5.977,00
65732	MACARRÃO, COM OVOS, TIPO PADRE NOSSO. EMBALAGEM DE 500G	AMPOLA	LIANE	12600	3,62	45.612,00
65745	SUCO LÍQUIDO CONCENTRADO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO, PARA DILUIR, EMBALAGEM DE 500ML, SABOR MANGA	AMPOLA	LA FRUIT	300	4,30	1.290,00
66622	COOKIES INTEGRAIS DE CASTANHA DO PARÁ, SEM LACTOSE, SEM OVOS: O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO FORTIFICAD	AMPOLA	JASMINE	500	13,41	6.705,00

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº. 015/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 056/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças-MT, 03 de Maio de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: COMERCIAL VALE DO ARAGUAIA LTDA

01.877.641/0001-91

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 056/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 015/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço visando a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **SUPERMERCADO DOURADO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 02.741.214/0001-44, estabelecida na Rua Mato Grosso, n° 308, Centro, na cidade de Barra do Garças/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor ANTONIO PAULO DE CARVALHO**,** Brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na Rua Carajás, n° 420, Bairro Campinas, na cidade de Barra do Garças/MT**,** Carteira de Identidade nº. 456747 SSP/MT, CPF nº. 329.310.931-49, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 056/2022., conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/

MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
41022	MARGARINA VEGETAL, SEM SAL, CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E HIDROGENADOS, SAL, LEITE EM PÓ DESNATADO RECONSTITUÍDO, VITAMINA A, ESTABILIZANTES, CONSERVADOR, AROMA E ANTIOXIDANTE, COM REGISTRO NO MINI	POTE 500,000 GRAMA	DORIANA	750	11,39	8.542,50
41149	ALHO EM CABECA COM CASCA: APARENCIA FRESCA E SA, COLHIDOS AO ATINGIREM GRAMASAU DE EVOLUCAO COMPLETO E PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. ISENTO DE DANOS E DEFEITOS DE NATUREZA FISICA OU MECANICA, ADERENTE, SUJIDADES, PARASITOS OU LARVAS E RESIDUOS	UNIDADE	IN-NATURA	1300	30,99	40.287,00
65281	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SENDO OBTIDA A PARTIR DE CEREAL LIMPO, DESGERMINADO, COM UMA EXTRACAO MAXIMA DE 20% E COM TEOR MAXIMO DE CINZAS DE 0,385% , FARDO 10 X 1 KG	UNIDADE	GLOBO	2200	5,79	12.738,00
65303	SUCO POLPA KG SABOR: ABACAXI PACOTE COM 1 KG	UNIDADE	FRUIT BELO	150	29,30	4.395,00
65304	SUCO POLPA KG SABOR: GOIABA PACOTE COM 1 KG	UNIDADE	FRUIT BELO	150	29,00	4.350,00
65306	SUCO POLPA KG SABOR: ACEROLA PACOTE COM 1 KG	UNIDADE	FRUIT BELO	150	29,30	4.395,00
TOTAL FORNECEDOR			**R$ 74.707,5000**			

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº. 015/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 056/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças-MT, 03 de Maio de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: SUPERMERCADO DOURADO LTDA

02.741.214/0001-44

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 059/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 056/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 015/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 059/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço visando a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 06.372.763/0001-40, estabelecida na Av das Flores, n° 334, Quadra 28, Lote 4, CEP: 78.043-172, Jardim Cuiabá, Cuiabá-MT, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Domingos Esteves Iglesias**,** brasileiro, solteiro, comerciante, Carteira de Identidade nº. 1499766-5 SSP/MT, CPF nº. 990.266.861-53, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 056/2022., conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, adstritas à Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
41019	LEITE DE SOJA EM PO, TIPO NAN SOY - LATAS DE 400 GRAMAS. - SEM LACTOSE, 21 VITAMINAS, 100% VEGETAL, RICO EM CALCIO, COM SOJA NAO TRANSGENICA, SABOR NATURAL.SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA NESTLE.	LATA 400,000 GRAMA	NESTLE	280	69,90	19.572,00
Valor Total					**R$ 19.572,00**	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº. 015/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 056/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças-MT, 03 de Maio de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 018/2022.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 018/2022.

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT, comunica que houve retificação no Edital Proc. Administrativo nº. 075/2022, Modalidade: Pregão Presencial nº 018/2022. Assim, conforme artigo 21 § 4º da Lei 8.666/93.

Mantem-se a Data de Recebimento e abertura dos Envelopes: 16/05/2022 às 08h30min. (horário de Brasília).

O edital retificado encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min e também através do site www.barradogarcas.mt.gov.br e através do e-mail pregao@barradogarcas.mt.gov.br.

Barra do Garças - MT, 03 de maio de 2022

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

PROCESSO Nº 42/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00min (Brasília) do dia 16 de Maio de 2022** em conformidade com as Leis 10.520/2002 8.666/93.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CIMENTO SC 50KG.

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	
Dias	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários	Das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 **(HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**)
Local	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada à AV. Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT (Sala de Licitações).
e-mail	bjalicitacao@gmail.com

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 03 de Maio de 2022

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA
AVISO DE FRACASSO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 36 Lote(s) Cancelados ou Não Adjudicados	Logo Licitanet

Item 1 Fornecedor: FRACASSADO -

Item	Quant.	Un.	Descrição	Marca	Modelo	Lance Unitário	Lance Total	Orçado Unitário	Orçado Total	Economia %

1	800,00	TONELADA	SERVIÇO DE TRANSPORTE - DE CARGA DE FRETE DE CALCÁRIO (REQUISITO CAMINHÕES COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27 TONELADAS com MOTORISTA). TRAJETO: CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA NO MUNICÍPIO DE COCALINHO-MT ATÉ O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT	SERVICO	SERVICO	R$ 350,00	R$ 280.000,00	R$ 254,51	R$ 203.608,00	-37,52%
Motivo:O ITEM 1 foi fracassado pelo seguinte motivo: Tendo em vista que a economia ficou negativa, face ao valor orçado ser inferior ao apresentado na proposta da licitante, ei por fracassar o item, haja vista a disparidade entre os valores. Informamos que esta administração fará uma nova pesquisa de mercado de preços, para que em outra eventual e futura sessão, os preços estejam em consonância com o de mercado. .							**Sub Total: R$ 280.000,00**		**Sub Total: R$ 203.608,00**		

Fornecedor(es) participante(s)					
Fornecedor	**CNPJ**	**Item(s) Cancelado(s) ou Não Adjudicado(s)**	**Total Geral R$**	**Total Orçado R$**	**Economia**
FRACASSADO		**1**	R$ 350,00	R$ 254,51	-37,52%
Total Geral			**R$ 350,00**	**R$ 254,51**	**-37,52%**

PREFEITURA
1º REAJUSTE DE PREÇOS DA ATA 29/2021

1º REAJUSTE DE PREÇOS DA ATA 29/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2021

OBJETO DO CONTRATO:PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP-GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio Carlos Ferreira, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000.

CONTRATADO:

NOME: LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70	
CEP: 78678-000	**CIDADE/UF: BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT**
TELEFONE: 66 35381132	**E-MAIL: lp.dossantos@hotmail.com**
REPRESENTANTE LEGAL: LENITA PEREIRA DOS SANTOS FERNANDES	
RG: 2626583	**CPF:** 441.644.241-68

Cláusula Primeira – O presente tem por objeto o reajuste de preços do seguinte item:

Descrição	**Valores unitários da ATA**	**Valores unitários requeridos**	**Valor concedido**	**Valor em porcentagem de aumento em relação ao preço inicial**
ITEM nº 36	R$ 40,00	R$ 43,00	R$ 43,00	7,5%

Cláusula Segunda – As despesas decorrentes da execução do objeto deste reajuste correrão por conta das dotações orçamentárias constantes na Ata de Registro de Preços.

Cláusula Terceira – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, inc. I, alínea b, da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato originário, naquilo que não conflitarem com as disposições expressas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que, desde logo, produza seus efeitos legais e jurídicos.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 29 de Abril de 2022.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2022

AVISO DE RESULTADO

Processo Administrativo nº 065/2022

Pregão Presencial Nº 021/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação com modalidade Pregão Presencial nº 021/2022 realizada dia 28 de abril de 2022 às 14:00 horas (horário local), onde reuniram-se o Sr. Pregoeiro e a Equipe de apoio, nomeados pela portaria 010/2022, tendo como Registro de Preços para futura e eventual de aquisição de máquina roçadeira hidráulica articulada rotativa, com acionamento por joystick para a manutenção nas vias públicas deste município para atender a demanda da secretaria de infraestrutura da cidade de Brasnorte-MT. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Quantidade de itens: 1 (um). Teve como vencedor a empresa CASA DA LAVOURA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.721.310/0001-68, sagrou-se vencedora do item único com valor total R$ 119.200,00 (Cento e dezenove mil e duzentos reais).

Brasnorte - MT, 02 de maio de 2022.

Adjudico a presente licitação, David Eduardo Caeron Magrini, pregoeiro.

Homologo a presente licitação, Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 005 DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre o registro e funcionamento e a concessão de inscrição do projeto da Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – PRÓ-SAÚDE no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cáceres/MT e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2022, com registro em Ata nº. 249 e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 71, de 10 de junho de 2001, do CONANDA, dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 164, de 09 de abril de 2014, do CONANDA, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações voltadas à criança e ao adolescente no município de Cáceres/MT, com prerrogativa legal e constitucional de deliberar quais as políticas de atendimento que deverão ser implementadas em prol da população infanto-juvenil, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.473 de 29 de abril de 2015;

CONSIDERANDO que as entidades que executam pelo menos um dos programas – proteção ou socioeducativos previstos no art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente somente poderão funcionar mediante registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o registro e funcionamento do **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR – PRÓ-SAÚDE** no município de Cáceres/MT e a inscrição do Projeto/Programa "**Incremento da qualidade e da segurança na assistência ao recém-nascido e à gestante"**, junto ao **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA/CÁCERES/MT**, considerando que o mesmo está em conformidade com a Resolução nº 09/2017/CMDCA.

Parágrafo Único. Fica concedida Inscrição da Entidade válida com prazo de 02 (dois) anos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres-MT, com autorização do Programa de Proteção e Sócio-educativo das governamentais e não governamentais de atendimento do CMDCA.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Cáceres, 28 de abril de 2022.

LELIANE BARROS DA SILVA

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 02/2022 - CONTRATO - N° 315/2021 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 315 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME PROCESSOS SELETIVO

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ADRIANE RODRIGUES SERÇULINO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor(a) Licenciado(a) em Historia, para exercer sua função Na Escola Municipal Buruti.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Em substituição ao professor Domingos Oliveira dos Santos que está em carga eletivo na turma do 6° ao 9°.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/02/2022, com termo final alterado para 23/12/2022.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 24 de Março de 2022.

_____
_____

Liamara Rodrigues da Silva

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº_____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres/MT, na forma que especifica e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Gestão Democrática da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, em conformidade com os princípios inscritos no art. nº 206, VI, da Constituição Federal de 1988, no art. 3º, VIII, da Lei 9. 394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), na Lei Complementar 47.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º São fundamentos básicos da Gestão Democrática da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Cáceres-MT:

I - garantia do padrão de qualidade;

II - compromisso com o sucesso dos alunos em todas as Instituições de Ensino;

III - participação dos segmentos da comunidade escolar em instâncias, entidades e órgãos colegiados da Educação;

IV - autonomia das Instituições de Ensino nas esferas administrativa, pedagógica e financeira;

V - transparência e eficiência em todas as etapas dos processos da Gestão Democrática e no uso dos recursos públicos e privados repassados para o atendimento das Instituições de Ensino da Rede.

CAPÍTULO II

DA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

Art. 3º A autonomia administrativa das Instituições de Ensino não limitará o poder de livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo no provimento dos cargos comissionados de Diretores Escolares, e das funções de confiança de Coordenadores Pedagógicos e Secretários Escolares.

Parágrafo único. As Instituições de Ensino e a Secretaria Municipal de Educação poderão sugerir nomes ao Chefe do Poder executivo, em caráter opinativo e não vinculante, para eventual nomeação dos cargos de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar.

Art. 4º As Instituições de Ensino deverão compor o seu Conselho Deliberativo Escolar (CDE), através de eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar, assegurando a participação dos representantes da comunidade escolar nas deliberações do CDE.

Art. 5º A Autonomia da Gestão Administrativa tem por finalidade assegurar às Instituições de Ensino a devida faculdade de elaborar e gerir seus planos, programas e projetos, evitando decisões monocráticas e fortalecendo a Gestão Democrática.

Art. 6º A Gestão Administrativa das Instituições de Ensino será exercida pela Equipe Gestora em consonância com Órgão Deliberativo.

§ 1º A Equipe Gestora da Instituição de Ensino compreende o Diretor, o Coordenador Pedagógico e o Secretário Escolar.

§ 2º Compõem os órgãos Deliberativos das Instituições de Ensino:

I – Conselho Deliberativo Escolar;

II – Conselho Fiscal;

III – Assembleia Geral.

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, define-se por Instituição de Ensino:

I - Educação Infantil de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, podendo subdividir-se em:

a) creche: para crianças de até 03 (três) anos de idade sob responsabilidade de 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar de desenvolvimento infantil;

b) pré-escola: para criança de 04 (quatro) anos sob a responsabilidade de 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar de desenvolvimento infantil e 05 (cinco) anos sob a responsabilidade de 01 (um) professor.

II - Instituição de Ensino com salas de aula unidocente: quando constituída de classe sob a responsabilidade de 01 (um) professor;

III - Instituição de Ensino com salas de aula pluridocente: quando constituída por mais de 01 (um) professor;

IV – Instituição de Ensino Fundamental: quando oferece o ensino fundamental de 09 (nove) anos ou parte dele.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 8º A administração da Instituição de Ensino será exercida pelo Diretor Escolar, em consonância com o Conselho Deliberativo Escolar e legislação educacional vigente.

Art. 9º São atribuições do Diretor Escolar, além das constantes no Regimento Escolar e na legislação educacional vigente:

I - acompanhar e dirigir os processos educacionais no que tange ao desempenho dos alunos;

II - garantir a participação dos alunos no processo de Avaliação Externa;

III – promover o processo de capacitação e formação continuada dos Profissionais da Educação;

IV - acompanhar a avaliação de desempenho dos Profissionais da Educação, observados os seguintes critérios:

a) dedicação do profissional da educação;

b) avaliação de desempenho no trabalho das atividades inerentes ao cargo;

c) capacitação e qualificação profissional em instituições oficialmente credenciadas.

V – acompanhar, analisar e dar publicidade aos resultados do desempenho da Instituição de Ensino à comunidade local;

VI - informar oficialmente à Secretaria Municipal de Educação eventuais infrações cometidas por profissionais da educação não resolvidas pela direção da Instituição de Ensino e pelo Conselho Deliberativo Escolar (CDE) para que, mediante procedimento administrativo competente, sejam apurados os fatos e, se necessário, impostas as sanções cabíveis nos termos da Legislação Municipal vigente;

VII – incentivar e garantir a participação dos pais, alunos e Conselho Deliberativo Escolar nas decisões e na organização administrativa, pedagógica, financeira das instituições escolares e informá-los sobre seus direitos, deveres e responsabilidades;

VIII - coordenar a participação da Instituição de Ensino no sistema de avaliação externa e difundir os resultados entre a comunidade escolar para efeitos de análises em conjunto;

IX - coordenar a participação da Instituição de Ensino nos Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação, após análise e avaliação da comunidade escolar e de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino, desta forma garantindo e fortalecendo a autonomia escolar e a cooperação entre a Instituição de Ensino e a Secretaria Municipal de Educação;

X - representar a Instituição de Ensino perante a Comunidade;

XI – coordenar, acompanhar e participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) priorizando os problemas detectados por diagnósticos;

XII – submeter o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os planos de aplicação financeira nele incluídos, à aprovação do Conselho Deliberativo Escolar (CDE) e da comunidade escolar.

XIII - garantir em arquivo atualizado e à disposição da Comunidade Escolar e da Secretaria Municipal de Educação, os registros da Assembleia Geral do Conselho Deliberativo Escolar (CDE) e do Projeto Político Pedagógico (PPP);

XIV - organizar e cadastrar o quadro de pessoal da Escola, mantendo seus registros atualizados;

XV - dar publicidade da movimentação financeira e prestação de contas de Instituição de Ensino, semestralmente, à Comunidade Escolar;

XVI - garantir a implementação das normas do Sistema Municipal de Ensino, assegurando a viabilidade da Instituição de Ensino;

XVII - garantir a regularidade e autenticidade da vida escolar dos alunos, dentro do princípio de legalidade;

XVIII - manter e dar publicidade aos dados sobre:

a) censo escolar;

b) estatísticas;

c) frequência de alunos e Profissionais da Educação;

d) desempenho e movimentação dos alunos;

e) lotação e carga horária dos Profissionais da Educação.

XIX – avaliar, elaborar, e executar projetos de desenvolvimento das ações que envolvam o quadro funcional da escola, assegurando as condições mínimas necessárias para o cumprimento das metas e obrigações dos profissionais e alunos;

XX – zelar pela frequência dos alunos, procedendo dentre outras medidas que visem:

a) garantir acompanhamento diário da frequência dos alunos e, comunicar aos pais ou responsável do aluno a ausência quando não justificada;

b) documentar a ausência injustificada do aluno com ciência dos pais ou responsáveis;

c) encaminhar ao Conselho Tutelar, relatório dos alunos que possuem 03 (três) faltas consecutivas, mesmo que haja registro em Ata, para providências cabíveis.

XXI - identificar alunos não alfabetizados no Ensino Fundamental e buscar medidas junto ao órgão mantenedor para garantir o apoio de um professor articulador;

XXII – assegurar o cumprimento da carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

XXIII - instituir o Conselho Deliberativo Escolar, e respectiva escolha de seus membros mediante processo eletivo e dinamizar seu funcionamento;

XXIV - administrar o pessoal, as instalações e os equipamentos da Instituição de Ensino;

XXV - assinar os documentos relativos à Instituição de Ensino, sendo obrigatórios:

a) histórico escolar e ficha individual;

b) ficha de matrícula;

c) relatório descritivo de avaliação de desempenho escolar do aluno;

d) relatório de avaliação de desempenho dos profissionais;

e) ata de resultado final;

f) boletim de frequência;

g) quadro demonstrativo da Instituição de Ensino;

h) calendário Escolar e Matriz Curricular;

i) estatísticas periódicas;

j) outros documentos inerentes à função.

XXVI – encaminhar no tempo solicitado à Secretaria Municipal de Educação, o Projeto Político Pedagógico (PPP), e as respectivas prestações de contas, dados de avaliação interna e externa, propondo medidas à melhoria da qualidade do ensino e das condições de funcionamento da Escola;

XXVII - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando por sua conservação, em conjunto com todos os segmentos da Comunidade Escolar;

XXVIII - estimular o envolvimento dos pais e da comunidade, de forma que contribuam para a melhoria do ambiente escolar, do atendimento aos alunos e da qualidade de ensino, bem como proporcionar o desenvolvimento de iniciativas junto a outras instituições educativas e sociais que envolvam os alunos dentro e fora da Instituição de Ensino;

XXIX – providenciar e regularizar os atos autorizativos para o funcionamento da Instituição de Ensino viabilizando o credenciamento/recredenciamento e autorização/renovação de autorização por meio de encaminhamento de processos e protocolos no Conselho Municipal de Educação de Cáceres-MT.

XXX - O diretor poderá utilizar as ferramentas dispostas no PDDE interativo/MEC para atender ao *caput* deste artigo.

Art.10. É de responsabilidade do Diretor Escolar assegurar a aprovação do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar pelo Conselho Deliberativo Escolar (CDE), bem como, a elaboração, cumprimento, acompanhamento de planos de aula de cada professor, em consonância com a proposta pedagógica da Instituição de Ensino e Documento de Referência Curricular de Cáceres - DRC.

Art. 11. A vacância do cargo de Diretor Escolar ocorre por exoneração, de ofício ou a pedido, destituição do cargo em comissão, aposentadoria ou morte.

Parágrafo único. O afastamento do Diretor Escolar em casos como férias, licença prêmio, licença saúde, licença maternidade e licença saúde da família, implicará na vacância do cargo e na nomeação de substituto.

Art. 12. Cabe ao Diretor Escolar desempenhar com zelo e responsabilidade todas as atribuições que lhe são conferidas na presente Lei, além das constantes no Regimento Escolar e na legislação educacional vigente, sob pena de responder administrativa e/ou judicialmente.

CAPÍTULO IV

O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR

Art. 13. O Conselho Deliberativo Escolar é um órgão de representação da comunidade escolar, constituído por representantes de todos os segmentos existentes na comunidade escolar que devem deliberar sobre as questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, visando uma educação de qualidade.

Art. 14. O Conselho Deliberativo Escolar deverá ser constituído paritariamente, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para professores e funcionários e 50% (cinquenta por cento) para pais, alunos ou responsáveis por alunos, tendo no mínimo 04 (quatro) e no máximo 08 (oito) membros.

Art. 15. Em havendo impedimento da participação dos alunos, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será integrado por representantes dos pais.

Art. 16. O número das representações paritárias e de representantes de cada segmento será definido em Assembleia Geral, que deve ser convocada no mínimo 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos atuais membros do Conselho Deliberativo Escolar, a partir de propostas apresentadas pela direção ou pelos segmentos organizados da comunidade escolar e constante no edital de convocação da Assembleia Geral.

Art. 17. O mandato dos membros do Conselho Deliberativo Escolar terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 18. A convocação da Assembleia Geral para a formação do primeiro Conselho Deliberativo Escolar será feita pelo Diretor Escolar da Instituição de Ensino.

§ 1º A posse ao primeiro Conselho Deliberativo Escolar será dada pela direção da Instituição de Ensino.

§ 2º O primeiro conselho formado na Instituição de Ensino tem responsabilidade de elaborar seu Regimento Interno.

Art. 19. A eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar escolhidos em Assembleia Geral, bem como de seus suplentes, realizar-se-á na Instituição de Ensino em cada segmento, por votação direta e secreta.

Art. 20. Para cada segmento será eleito 01 (um) titular e 01 (um) suplente, e este assumirá a função de conselheiro para completar o mandato em caso de vacância ou destituição do membro titular do segmento que representa.

§ 1º O titular de cada segmento será aquele que obtiver o maior número de votos.

§ 2º O suplente de cada segmento será o segundo mais votado.

Art. 21. Cada segmento organizará sua eleição em conformidade com as seguintes diretrizes:

I - a Secretaria Escolar da Instituição de Ensino deve publicar a lista dos eleitores de cada segmento;

II - o quórum mínimo será de 50% (cinquenta por cento) dos eleitores de cada segmento, exceto pais ou responsáveis, cujo quórum será de 30% (trinta por cento);

III - na hipótese de qualquer segmento não atingir o quórum, convocar-se-á nova eleição, até que se atinja o quórum mínimo exigido em cada segmento, no prazo definido pelo Conselho Deliberativo Escolar, e na inexistência do CDE, o prazo será definido pelo Diretor Escolar da Instituição de Ensino;

IV – alunos regularmente matriculados com frequência comprovada a partir de 12 (doze) anos de idade.

V - os eleitores que fizerem parte de mais de um segmento, para votarem e se candidatarem, terão de optar por um deles.

Art. 22. A vacância do membro do Conselho Deliberativo Escolar dar-se-á por conclusão do mandato, por renúncia, pela aposentadoria, por morte, desligamento da Instituição de Ensino ou pela destituição.

§ 1º A ausência injustificada por até 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas no ano, de qualquer membro do Conselho Deliberativo Escolar implicará em destituição da função de conselheiro.

§ 2º Quando ocorrer a hipótese prevista do parágrafo anterior, o Conselho convocará uma Assembleia Geral para informar sobre o desligamento do membro do Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 23. O Conselho Deliberativo Escolar deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, mediante convocação, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, pelo:

I - Presidente do Conselho Deliberativo Escolar;

II – Diretor Escolar da Instituição de Ensino;

III - metade mais um dos membros do Conselho.

Art. 24. As funções dos membros do Conselho Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal são de relevante interesse social e não serão remuneradas.

Art. 25. O Diretor Escolar de cada Instituição de Ensino será considerado membro nato do Conselho Deliberativo Escolar, enquanto durar seu mandato.

Art. 26. Havendo segmento(s) composto(s) por um só funcionário, este será automaticamente membro do Conselho Deliberativo Escolar.

Parágrafo único. Em havendo 02 (dois) funcionários, um será membro do Conselho Deliberativo Escolar e o outro do Conselho Fiscal, sendo oportunizada a escolha ao funcionário com maior tempo de serviço na Instituição de Ensino, devendo tal condição ser observada na ata de posse.

Art. 27. A função de Conselheiro Fiscal não poderá ser cumulativa com a função de Conselheiro Deliberativo Escolar.

Art. 28. O Conselho Deliberativo Escolar tem caráter de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, dotado de personalidade jurídica própria de direito privado.

Art. 29. O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros, escolhidos mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. É vedada a eleição de aluno para o Conselho Fiscal, salvo se maior de 18 (dezoito) anos.

Art. 30. Compete à Assembleia Geral:

I - instituir o Conselho Deliberativo Escolar;

II - escolher os membros para concorrer ao processo eleitoral do Conselho Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal;

III - avaliar anualmente os resultados alcançados pela Instituição de Ensino e o desempenho do Conselho Deliberativo Escolar;

IV - apreciar, avaliar ou referendar as ações e projetos apresentados pelo Conselho Deliberativo Escolar;

V - apreciar a prestação de contas já avaliada pelo Conselho Fiscal, ao término de cada semestre;

VI - aprovar o estatuto do Conselho Deliberativo Escolar, bem como suas alterações;

VII – apreciar o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

Art. 31. Compete ao Conselho Deliberativo Escolar:

I - eleger o Presidente, bem como o Tesoureiro e Secretário;

II - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Deliberativo Escolar sempre que se fizer necessário, de acordo com a legislação vigente;

III - coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;

IV - convocar assembleia geral da comunidade escolar ou de seus segmentos;

V - participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP);

VI – analisar e aprovar o Projeto Político Pedagógico (PPP);

VII - participar da elaboração do calendário escolar e aprová-lo, levando em conta o mínimo de dias letivos exigidos legalmente, observados a legislação vigente, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a autonomia da Instituição de Ensino na organização escolar.

VIII - aprovar prestação de contas dos recursos financeiros da Escola, observando a legislação vigente;

IX - deliberar, quando convocado, sobre problemas de rendimento escolar, indisciplina e infringências;

X - acompanhar o processo de distribuição de turmas e/ou aulas da Instituição de Ensino;

XI - analisar planilhas e orçamento para a realização de reparos, reformas e ampliações no prédio escolar, acompanhando sua execução;

XII - prestar contas dos recursos públicos ao Conselho Fiscal e à Secretaria Municipal de Educação e, quando se tratar de recursos de outras fontes, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;

XIII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais: evasão escolar, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros, propondo quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIV - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidos pela escola;

XV - nomear um representante do Conselho Deliberativo Escolar para fazer parte de Comissões internas constituídas na Instituição de Ensino;

XVI – atuar em regime de colaboração na Gestão da Unidade Escolar, desempenhando as atribuições que lhe são conferidas, visando à execução de todas as ações da Escola, garantindo a participação da Comunidade Escolar.

XVII - acompanhar e fiscalizar as ações executadas pela direção da Instituição de Ensino e, em caso de eventual irregularidade, comunicar oficialmente a Secretaria Municipal de Educação para as averiguações e demais procedimentos competentes, conforme legislação vigente.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a qualquer tempo a movimentação financeira da Unidade Executora: entrada, saída e aplicação de recursos, bem como os livros e documentos referente à situação financeira;

II - analisar e julgar a prestação de contas da Instituição de Ensino (Unidade Executora), emitindo parecer conclusivo sem ressalvas da aplicação dos recursos;

III - apresentar, semestralmente, à Assembleia Geral, relatórios sobre as atividades financeiras realizadas;

IV - denunciar supostas irregularidades ou fraudes, adotando medidas para saná-los;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se o Presidente do Conselho Deliberativo Escolar retardar por mais de um mês a sua convocação e requerer a Assembleia Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 33. Compete ao Presidente do CDE:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as reuniões do Conselho Deliberativo Escolar;

II - administrar, juntamente com o Diretor Escolar e Tesoureiro, os recursos financeiros da escola;

III - representar o Conselho Deliberativo Escolar em juízo ou fora dele;

IV - convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo Escolar e o Conselho Fiscal;

V - autorizar pagamento e assinar cheques, em conjunto com o Tesoureiro e o Diretor Escolar;

VI - assinar as correspondências do Conselho, juntamente com o Secretário do CDE;

VII - exercer as demais atribuições atinentes aos Conselheiros.

Art. 34. Compete ao Tesoureiro do CDE:

I - manter em ordem e sob sua supervisão os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras;

II - efetuar os pagamentos autorizados pelo Conselho Deliberativo Escolar;

III - assinar os balanços e efetuar as prestações de contas junto com o Presidente e Diretor Escolar;

IV - organizar a escrituração da Tesouraria e fazer o balancete semestral;

V - abrir, em nome do Conselho Deliberativo Escolar, conta bancária conjunta com o Presidente e o Diretor Escolar da Instituição de Ensino;

VI - assinar cheques juntamente com o presidente e o Diretor Escolar da Instituição de Ensino;

VII - exercer as demais atribuições atinentes aos Conselheiros.

Art. 35. Compete ao Secretário do CDE:

I - lavrar as atas das reuniões do Conselho Deliberativo Escolar, das Assembleias Gerais e dos demais eventos determinados pelo presidente;

II - manter atualizado o arquivo e as correspondências do Conselho;

III - assinar, junto com o Presidente, todas as correspondências a serem expedidas pelo Conselho Deliberativo Escolar;

IV - zelar pela precisão do controle, do recebimento e da expedição de correspondências;

V - auxiliar o presidente em suas funções;

VI - exercer as demais atribuições atinentes aos Conselheiros.

Art. 36. Compete aos Conselheiros:

I - participar das reuniões;

II - votar e ser votado;

III - posicionar-se sobre matérias colocadas em Plenária;

IV - conhecer, discutir e envolver-se com os objetivos a que se propõe o Conselho Deliberativo Escolar;

V - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho e da Assembleia Geral;

VI - informar ao Conselho Deliberativo Escolar toda e qualquer eventual irregularidade ocorrida no âmbito da Instituição de Ensino.

Art. 37. Os atos de competência do Conselho são coletivos e seus membros não deverão tomar deliberações ou iniciativas isoladamente, com exceção das inerentes às suas funções específicas, previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Os Conselheiros não responderão pessoalmente por possíveis despesas que possam ocorrer no Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 38. As deliberações do Conselho Deliberativo Escolar serão tomadas por maioria de votos.

CAPÍTULO V

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 39. A autonomia pedagógica será assegurada:

I – tendo como base a legislação pertinente, incluindo as orientações curriculares, metas e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

II - pela elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP);

III - pela utilização de teorias, métodos e procedimentos pedagógicos aplicáveis às condições de seus alunos, por meio da avaliação interna, bem como da determinação de critérios para a formação de turmas, respeitando as normas gerais do Conselho Municipal de Educação de Cáceres (CMEC);

IV - pela filosofia que norteia o trabalho da Instituição de Ensino e respectiva implicação na etapa da Educação Básica oferecida, bem como na realidade local;

V - pelas metas, objetivos e diretrizes da Instituição de Ensino na sua ação educativa;

VI - pelo currículo escolar elaborado em atendimento ao estabelecido pelo sistema de ensino, com base à unidade nacional, seus métodos e técnicas de ensino;

VII - pelos mecanismos, instrumentos e processos de formação dos profissionais lotados e em exercício na Instituição de Ensino;

VIII - pelos processos de avaliação da ação educativa e do desempenho dos profissionais;

IX - pela análise de dados de desempenho da Instituição de Ensino, mediante planejamento das atividades pedagógicas.

Art. 40. As ações do Projeto Político Pedagógico (PPP), referentes às áreas administrativa, financeira e pedagógica serão elaboradas em consonância com as normas e políticas públicas educacionais vigentes, e com as especificidades da comunidade e dos alunos.

Art. 41. A Secretaria Municipal de Educação fornecerá à Instituição de Ensino orientações para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) explicitando os componentes essenciais.

Art. 42. A Secretaria Municipal de Educação coordenará, quando necessário, a execução da avaliação externa, levando em conta o currículo, as diretrizes legais e as políticas no sistema de ensino.

Art. 43. Os resultados da avaliação externa serão divulgados pela Secretaria Municipal de Educação e Instituição de Ensino à comunidade escolar.

Art. 44. Sempre que o professor identificar dificuldades no desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos, deverá buscar apoio junto ao Coordenador Pedagógico, para otimizar soluções visando o sucesso dos alunos, com suporte da SME caso necessário.

Art. 45. São atribuições do Coordenador Pedagógico da Instituição de Ensino:

I - articular a elaboração participativa e coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar;

II - coordenar, acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico (PPP);

III - acompanhar e orientar os professores, na avaliação da prática pedagógica desenvolvida e intervir quando solicitado ou necessário;

IV - acompanhar e apoiar o Diretor Escolar no cumprimento de metas e avaliação dos resultados, sendo também corresponsável pelo sucesso do aluno;

V - divulgar os resultados de desempenho dos alunos, fazendo as intervenções necessárias;

VI - coordenar sessões de estudos, nos horários de hora atividade;

VII - divulgar junto à comunidade, projetos desenvolvidos nas Instituições de Ensino;

VIII - coordenar a utilização dos recursos pedagógicos;

IX - promover e incentivar a realização de encontros e palestras com alunos, pais, professores, sobre temas relevantes para educação;

X - propor de forma articulada com a direção, projetos que visem à melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar do aluno;

XI - promover a articulação entre pais, alunos e professores, para que todos trabalhem juntos, buscando cada vez mais o progresso do aluno;

XII - acompanhar diariamente a frequência dos alunos, juntamente com a direção escolar;

XIII - acompanhar e apoiar o trabalho dos professores por meio de planejamento e replanejamento nas horas atividades, assim como o apoio pedagógico aos alunos;

XIV – interagir com a Equipe de Assessoria Pedagógica da SME, visando o conhecimento das ações Pedagógicas desenvolvidas nas Instituições de Ensino e a intervenção quando necessária.

Art. 46. A Assessoria Pedagógica, parte da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, é composta pelo conjunto de professores efetivos no órgão central, com formação em nível superior em cursos de Licenciatura Plena nas diversas áreas do conhecimento e Pedagogia com Supervisão Escolar.

CAPÍTULO VI

DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

Art. 47. A AssessoriaPedagógica na Secretaria Municipal de Educação visa à criação de alternativas educativas e que não inibam a autonomia das Instituições de Ensino.

Parágrafo único. Compõem a Assessoria Pedagógica os professores técnicos educacionais lotados no órgão central.

Art. 48. A Assessoria Pedagógica terá os seguintes aspectos:

I - mediar às ações entre a Instituição de Ensino e Secretaria Municipal de Educação visando os meios para o funcionamento da Autonomia da Instituição de Ensino;

II - participar da formulação, coordenação e execução da Política Educacional do Município;

III – compartilhar as ações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, interagindo com os Diretores Escolares diretores, coordenadores e profissionais da educação, intervindo a partir das demandas das Instituições de Ensino;

IV - acompanhar os resultados das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal.

Art. 49. São atribuições da Assessoria Pedagógica:

I - desempenhar atividades de assessoramento direto à docência na educação básica voltada para planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal;

II - assessorar no âmbito da Rede Municipal de Ensino, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;

III - assessorar a elaboração e a execução do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e o Plano de Trabalho Anual das Instituições de Ensino, que compõem a Rede Municipal de Ensino;

IV- acompanhar a administração de pessoal, dos recursos materiais e financeiros das Instituições de Ensino, tendo em vista o atendimento de seus objetivos pedagógicos;

V - supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas;

VI - orientar e acompanhar a execução das atividades de recuperação dos alunos de menor rendimento;

VII - promover a articulação com os profissionais das diversas áreas do conhecimento, criando processos de integração entre as Instituições de Ensino;

VIII - acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, em colaboração com a coordenação pedagógica e direção escolar;

IX - elaborar levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da Rede Municipal de Ensino, propondo mecanismos para que as Instituições de Ensino atinjam os resultados pretendidos;

X - analisar, elaborar ou assessorar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema municipal de ensino, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;

XI - orientar e acompanhar o funcionamento das Instituições de Ensino, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais vigentes e pelo padrão de qualidade de ensino;

XII - organizar, administrar e executar as atividades e serviços próprios que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - desempenhar quaisquer outras atividades que pelas características se enquadrem na competência da equipe de assessoramento pedagógico.

Art. 50. As metas anuais das Instituições de Ensino estabelecidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Anual de Trabalho (PAT) devem ser analisadas e avaliadas pela Equipe de Assessoramento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, para o fortalecimento e a melhoria dos indicadores da qualidade da Educação Pública Municipal.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO ESCOLAR

SEÇÃO I

DA DIREÇÃO DA INSTIUIÇÃO DE ENSINO

Art. 51. A nomeação do cargo comissionado de Diretor Escolar, responsável por instituição de ensino ou núcleo escolar âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º Os Diretores Escolares nomeados deverão comprometer-se a participar de curso de qualificação para o exercício do cargo, promovido pela SME.

§ 2º Concomitante à nomeação, o Diretor Escolar assinará Termo de Compromisso de acordo com as atribuições do cargo estabelecidas em legislação específica vigente.

Art. 52. Preferencialmente são requisitos para a ocupação do cargo de direção nas instituições de ensino da Rede Pública Municipal:

I – Possuir, no mínimo, curso superior em licenciatura plena;

II – Ter, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência como profissional de educação na rede pública;

III – Ter disponibilidade legal para assumir o cargo de Diretor Escolar para uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

IV – Comprometer-se a frequentar curso de qualificação para o exercício do cargo quando convocado pela SME;

V – Estar consonância com a Lei n. 2.337, de 25 de julho de 2012 - "Lei de Ficha Limpa Municipal";

VI – Não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível.

Parágrafo único. O cargo de em comissão de Diretor Escolar terá jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 53. O Diretor Escolar, além das atribuições estabelecidas no art. 9º desta lei, deverá garantir o processo de democratização da escola, por meio participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, planejando, monitorando e avaliando as ações voltadas ao pleno desenvolvimento da Instituição de Ensino através de:

I - sustentação do diálogo e da alteridade;

II - participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar;

III - respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões;

IV - garantia de amplo acesso às informações à toda comunidade escolar.

Art. 54. A relação das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal é definida em Portaria pela Secretaria Municipal de Educação, a partir dos seguintes critérios:

I – Instituição de Ensino de Pequeno Porte: atendimento até 200 (duzentos) alunos;

II – Instituição de Ensino de Médio Porte: atendimento de 201 (duzentos e um) a 400 (quatrocentos);

III – Instituição de Ensino de Grande Porte: atendimento de 401 (quatrocentos e um) acima.

Parágrafo único. A relação das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal vigente consta no Anexo I desta lei, que poderá ser modificado a qualquer tempo em razão do reordenamento da oferta de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal.

Art. 55. A Instituição de Ensino Municipal, com um número de alunos igual ou superior a 150 (cento e cinquenta) alunos, terá seu quadro composto por 01 (um) Diretor Escolar.

Parágrafo único. As Instituições de Ensino com número de alunos inferior ao que se refere o *caput* deste artigo serão nucleadas, conforme análise e deliberação da Secretaria Municipal de Educação em ato específico.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 56. A função de coordenação pedagógica municipal será exercida por profissional da educação efetivo, pertencente à Rede Municipal de Ensino, sendo de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único. As Instituições de Ensino poderão sugerir nomes de profissionais da educação do seu quadro para a Secretaria Municipal de Educação, em caráter opinativo, para eventual nomeação à função de Coordenação Pedagógica pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 57. São requisitos para a nomeação de servidor na da função de coordenação pedagógica nas instituições de ensino ou núcleos escolares da Rede Pública Municipal:

I – possuir, no mínimo, curso superior em licenciatura plena;

II – ter, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência como profissional de educação na rede pública;

III – ter disponibilidade legal para assumir o cargo de Diretor Escolar para uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

IV – comprometer-se pelo bom desempenho do exercício do cargo, conforme atribuições lhe são conferidas;

V – não estar respondendo Processo Administrativo Disciplinar-PAD;

VI – não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível.

Art. 58. A Instituição de Ensino Municipal ou Núcleo Escolar, de pequeno e médio porte, terá seu quadro composto por 01 (um) Coordenador Pedagógico.

Art. 59. A Instituição de Ensino Municipal ou Núcleo Escolar a partir de 150 (cento e cinquenta alunos) terá seu quadro composto por 01 (um) Coordenador Pedagógico.

Art. 60. A Instituição de Ensino Municipal ou Núcleo Escolar de grande porte terá seu quadro composto por 02 (dois) Coordenadores Pedagógicos.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA ESCOLAR

Art. 61. Cada Instituição de Ensino com direção e coordenação pedagógica constituída terá seu quadro composto por 01 (um) secretário escolar designado pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º A função de secretário escolar será exercida por profissional da educação efetivo, probatório, pertencente à Rede Municipal de Ensino, como Agente Educacional.

§ 2º A Instituição de Ensino poderá sugerir nome de profissional ao Gestor da Pasta para exercer a função de Secretário Escolar, para a designação pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º A Instituição de Ensino Municipal ou núcleo escolar de pequeno e médio porte, terá seu quadro composto por 01 (um) Secretário Escolar (Agente Educacional).

§ 4º A Instituição de Ensino Municipal ou núcleo escolar com número de alunos a partir de 301 (trezentos e um) terá seu quadro composto por 01 (um) Secretário Escolar e um (01) assistente administrativo (Agentes Educacionais).

Art. 62. São atribuições do Secretário Escolar, além das constantes no Regime Escolar:

I – responsabilidade básica de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à Secretaria Escolar e sua execução;

II – participar da elaboração do Plano Anual de Trabalho da Instituição de Ensino;

III – participar juntamente com os técnicos administrativos educacionais, da programação das atividades da Secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da Instituição de Ensino;

IV – atribuir tarefas aos técnicos administrativos educacionais, orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazo cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados, determinados pelos órgãos competentes;

V - verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação e transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do Diretor Escolar;

VI - atender e providenciar o levantamento e encaminhamento, aos órgãos competentes, de dados e informações educacionais;

VII - preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola, submetendo-a a deliberação da direção;

VIII - elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas ás atividades;

IX - elaborar relatórios das atividades da Secretaria Escolar e colaborar na elaboração do relatório anual da escola;

X - cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor Escolar;

XI - assinar, juntamente com o Diretor Escolar todos os documentos escolares destinados aos alunos.

XII - facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores e fornecer-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios, nos prazos devidos.

XIII - redigir as correspondências oficiais da Instituição de Ensino.

XIV - dialogar com o Diretor Escolar sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço.

XV - não permitir, na Secretaria, a presença de pessoas estranhas ao serviço da Secretaria.

XVI - tomar as providências necessárias para manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento.

XVII - tabular os dados dos rendimentos escolares, em conformidade ao processo de recuperação e no final de cada ano letivo.

XVIII - responder administrativamente pela direção escolar na ausência do Diretor Escolar, inclusive em períodos de férias e licença do mesmo, quando designado pelo Titular da Pasta e Chefe do Executivo.

XIX - conferir os registros dos rendimentos, presença e carga horária dos alunos após elaboração pelos professores.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 63. A Secretaria Municipal de Educação definirá, anualmente, mediante Portaria, os valores para efeitos de repasse das quotas orçamentárias e financeiras aos Conselhos Deliberativos Escolares, de acordo com a necessidade de preservação de seu poder aquisitivo e à adequação ao número de alunos matriculados e em situação de frequência regular, com base no Censo Escolar do ano letivo imediatamente anterior.

Art. 64. Os demais procedimentos e orientações inerentes à transferência e uso dos recursos financeiros observarão a legislação em vigor e demais normas regulamentares.

Art. 65. Fica assegurada a capacitação dos membros do conselho, bem como, a assistência e orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas pelos órgãos educacionais do Município, quando solicitado.

Art. 66. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, tem 60 (sessenta) dias para regulamentar, no que couber, a presente Lei.

Art. 67. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e, em especial, a Lei nº 1.807 de 21 de novembro de 2002, o Capítulo III – Da Gestão Escolar, do Título II, da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 55 a 59 ainda da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, bem como da Lei Complementar nº 129, de 20 de junho de 2018.

Cáceres/MT, em 28 de abril de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 004 DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Aprova o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA para o ano de 2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2022, com registro em Ata nº. 249,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA para o ano de 2022.

Art. 2º - As reuniões ordinárias do Conselho de Direitos ocorrerão na segunda quinta de cada mês, conforme quadro abaixo:

Mês	Dia
Maio	12
Junho	09
Julho	14
Agosto	11
Setembro	08
Outubro	13
Novembro	10
Dezembro	08

Art. 3º - As reuniões ordinárias terão início às 08h30min e término previsto para às 10h.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 28 de abril de 2022.

LELIANE BARROS DA SILVA

Presidente do CMDCA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 180, DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Dispõe sobre a criação de cargo de provimento comissionado para Diretor Escolar na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo comissionado de Diretor Escolar, responsável por instituição de ensino ou núcleo escolar no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º O cargo de provimento em comissão a que se refere o *caput* deste artigo, serão remunerados nas seguintes formas:

a) na forma de subsídio quando o contratado não pertencer ao quadro de servidores;

b) na forma de remuneração quando tratar-se de servidor efetivo.

§ 2º O número de cargos de diretor escolar das Insituições que compõem a Rede Municipal de Ensino, deverá considerar o porte da escola, que poderá ser nucleada ou não conforme número de alunos atendidos, com ordenamento mediante ato específico pelo Gestor da Pasta, em consonância à legislação vigente.

§ 3º A estrutura de cargos em comissão e funções de confiança regulamentadas nesta Lei, obedecerá ao quantitativo previsto no Anexo I – DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E SEUS REFLEXOS FINANCEIROS a saber:

I – 45 (quarenta e cinco) Diretores Escolares;

II – 37 (trinta e sete) Coordenadores Pedagógicos;

III – 33 (trinta e três) Secretários Escolares.

Art. 2º O cargo de provimento em comissão criado por esta lei terá jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O cargo mencionado no *caput* deste artigo refere-se ao regime de trabalho de dedicação exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria, com impedimento de outro vínculo empregatício remunerado, público ou privado.

Art. 3º Para ocupação do cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal, preferencialmente, deve-se observar os critérios técnicos mínimos estabelecidos abaixo:

I – possuir, no mínimo, curso superior em licenciatura plena;

II – ter, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência como profissional de educação na rede pública;

III – ter disponibilidade legal para assumir o cargo de diretor para uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

IV – comprometer-se a frequentar curso de qualificação para o exercício do cargo quando convocado pela SME;

V – estar em consonância com a Lei nº 2.337 de 25 de julho de 2012 "Lei de Ficha Limpa Municipal";

VI – não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível;

VII – os ocupantes de cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal a serem nomeados deverão ser preferencialmente servidores de carreira e que, obrigatóriamente, 50% (cinquenta por cento), dos cargos comissionados devem ser ocupados por servidores efetivos.

Art. 4º Concomitante à nomeação, o diretor escolar assinará Termo de Compromisso de acordo com as atribuições do cargo estabelecidas em legislação específica vigente.

Parágrafo único. O diretor nomeado deverá comprometer-se a participar de curso de qualificação para o exercício do cargo, promovido pela SME.

Art. 5º As atribuições do cargo de diretor **são estabelecidas em legislação específica, devendo ainda** garantir o processo de democratização da escola, por meio da participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, planejando, monitorando e avaliando as ações voltadas ao pleno desenvolvimento da Instituição de Ensino através de:

I - sustentação do diálogo e da alteridade;

II - participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar;

III - respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões;

IV - garantia de amplo acesso às informações a toda comunidade escolar.

Art. 6º Constam no anexo único desta lei, os valores referentes à função de confiança de Coordenação Pedagógica e Secretário Escolar das Instituições de Ensino.

Art. 7º Revogam-se as disposições contidas nos artigos 50 e 52 da Lei Complementar nº 47/03 e suas alterações.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Cáceres/MT, em 28 de abril de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO VALORES DOS CARGOS DE DIRETOR ESCOLAR E FUNÇÕES DE COORDENADOR PEDAGÓGICO E SECRETÁRIO ESCOLAR			
CARGO			
DIRETOR	**PEQUENO PORTE**	**MÉDIO PORTE**	**GRANDE PORTE**
CÁLCULO	73,5% (COOR.)	82,3% (COOR.)	87% (COOR.)
VALOR	R$ 4.314,45	R$ 4.831,01	R$ 5.106,90
METADE	R$ 2.157,22	R$ 2.415,50	R$ 2.553,45
EFETIVO	Complemento ou Metade o que for mais vantajoso		
FUNÇÃO			
COORDENADOR PEDAGÓGICO			
CÁLCULO	23% (COOR.)		
VALOR	R$ 1.350,12		
SECRETÁRIO ESCOLAR			
DIRETOR	**PEQUENO PORTE**	**MÉDIO PORTE**	**GRANDE PORTE**
CÁLCULO	11,3% (COOR.)	13,8% (COOR.)	14,9% (COOR.)
VALOR	R$ 663,31	R$ 810,06	R$ 874,63

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - MAIO 2022

PAUTA DE JULGAMENTO

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres para o mês de maio de 2022, que ocorrerá por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	**LINK DE ACESSO**	
02/05/2022 – 17:30	**https://meet.google.com/jko-hent-nfm**	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
12338/2020	Veridiane Trevisan Dal Bem	Eliana da Silva Carvalho Duarte com vistas de Ledson Glauco Monteiro Catelan
14299/2021	Thiago Castrillon Guaresqui	Antonio Carlos Leite
16218/2021	José Renato Pires Ruza	Victor Luiz Martins de Almeida

DATA E HORA	**LINK DE ACESSO**	
05/05/2022 – 17:30	**https://meet.google.com/jta-oouu-gxa**	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
17742/2020	Baía Grande Agropecuária	Ledson Glauco Monteiro Catelan
17748/2020	R.A. Marques de Arruda Silva	Victor Luiz Martins de Almeida

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Solicitações de informações complementares, bem como pedidos de participação e/ou sustentação oral poderão ser feitos diretamente no processo eletrônico via plataforma 1Doc da Prefeitura de Cáceres (diretamente no processo supracitado) ou por e-mail via conselhomunicipaldecontribuintes@caceres.mt.gov.br.

Cáceres, 27 de abril de 2022

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 413/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARLENE CRISTINA DE VASCONCELOS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Macucos, S/N, Bairro Vila Mariana , Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.1489860-8 SSP-MT e CPF n°. 523.139.641-91 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **MARLENE CRISTINA DE VASCONCELOS** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal São Francisco, **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais,** em substituição a professora Rosicler Furtado Bertoldo que está em readaptação de função na turma 4º e 5º ano multisseriada, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **05 de abril de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de Abril de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 019/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SILVANA JOVEM DE FREITAS ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua do Cedro, S/N°, Centro, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 2186539-6 SSP-MT e CPF n.º 036.081.651-77, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **SILVANA JOVEM DE FREITAS ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Matemática, para exercer suas funções na Escola Municipal de São Francisco, **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais ,** a contratação justifica –se na substituição ao professor Jorge Leandro Pereira que está de licença médica, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **07 de Abril de 2022 e término em 06 de maio de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta cinco e vinte seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 Abril de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ NOME:_____

RG Nº:_____ RG Nº:_____

CPF_____ CPF_____

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 28 2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO de KIT DE ESCOVAÇÃO para** atender as necessidades da Equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT.

Realização: 18 de Maio de 2022 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de Maio de 2022.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 484/2021

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 418/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **APARECIDA DA CUNHA GARCIA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Estrada Loteamento Flecha, Distrito de Nova Cáceres, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1939939-1 SSP-MT e CPF n°: 047.475.861-30 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **APARECIDA DA CUNHA GARCIA SILVA** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo 16 de Março, **Carga Horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais,** pelo período de 07 de abril de 2022 a 06 de setembro de 2022 em substituição a professora Joana Cardoso da Silva Carvalho, que encontra –se de licença medica. Seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **07 de abril de 2022 a 06 de setembro de 2022**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de abril de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 341/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SOLANGE MARIA DE SOUZA NOVACK ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) no Assentamento Sapiqua – Sitio Recanto dos Pássaros, no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1334700-4 SESP-MT e CPF Nº 921.754.731-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a)**, SOLANGE MARIA DE SOUZA NOVACK**no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais,** lotada na turma do 1° ano em substituição a professora Odania Ferreira da Silva, que encontra-se na função de Coordenadora Pedagógica da referida escola, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de Março de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 017/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLAUDIA FATIMA DA SILVA PAULA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua N, Bairro Residencial Aeroporto N° 18 , Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 990.846 SSP-MT e CPF n°.621.716.741-72 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **CLAUDIA FATIMA DA SILVA PAULA** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Educação Física, para exercer suas funções na Escola Municipal Laranjeira I, **carga horária de trabalho de 15 (Quinze) horas semanais,** seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **05 de Abril de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.856,43 (Um mil Oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 24 de Março de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 417/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **REGISLENE DA SILVA ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida América, casa 08 quadra 02 Bairro: Vila Real , Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1435806-9 SSP-MT e CPF

n°: 0002.172.421-03 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial **REGISLENE DA SILVA** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, **Carga Horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais,** pelo período de 06 de abril de 2022 a 28 de maio 2022 em substituição a professora Renata Caroline Lopes, que encontra –se de licença medica. Seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **06 de abril de 2022 a 28 de maio 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público*.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de abril de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 025/2022

"Dispõe sobre período de gozo de férias e substituição da Diretora Executiva – Luana Aparecida Ortega Piovesan".

A Diretora Executiva do PREVICÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, no uso de suas atribuições legais conferidas no inciso XXV do Art. 129, do §6º inciso IV Art. 111 e Inciso IX do Art. 130 da Lei Complementar Municipal nº. 143/2019 de 12 de julho de 2019.

Resolve,

Art. 1º Nomear a servidora KARINA MITIE SARAN – Gerente de Administração para substituir a Diretora Executiva no gozo de férias, pelo período de 10 (dez) dias, entre 05 a 14 de maio de 2022, com ônus, em atendimento ao inciso IX do art. 130 da LC n. 143/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Cáceres, 02 de maio de 2022 .

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 018/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE AO EDITAL 03/2021 PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 2021.

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os Decretos nº 609/2021 e 392/2021.

Informa a convocação dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado 03/2021.

Os candidatos classificados (as) deveram comparecer a Secretaria Municipal de Assistência Social para entrega de documentações para compor o quadro de vagas nas datas de 04, 05 e 06/05/2022.

CANDIDATOS (AS) CONVOCADOS (AS)

Cargo: Auxiliar de Cuidador		
Ordem	**Nome**	**RG**
37	Joelma de Cássia Vera Pereira	3500499
38	Valdinelia Silva de Souza	1576447588

Cargo: Educador/Orientador Social		
Ordem	**Nome**	**RG**
06	Gualterney Campos de Morais Junior	25067664

Cargo: Psicóloga(o)		
Ordem	**Nome**	**RG**
08	Tatiely de Oliveira Batista	25079905
09	Nilson Martins Magalhães	23418001

Isso é que nos cabe informar

Cáceres - MT, 03 de Maio de 2022

Fabíola Campos Lucas

Secretária Mun.de Assistência Social

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 337/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JULIA SUELLEN DE JESUS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Ferreiros, Bairro Cavalhada, Nº 495 no Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG Nº 1834013-0 SSP-MT e CPF N° 045. 241.731-70, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **JULIA SUELLEN DE JESUS** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Letras, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, **carga horária de trabalho de 13(Treze) horas semanais,** nas turmas do 7º ao 9º ano, a contratação se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do Art.37 as Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **29 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.608,90 (Mil seiscentos e oito reais e noventa centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria

06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 16 Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ **NOME:**_____

RG Nº:_____ **RG Nº:**_____

CPF Nº:_____ **CPF Nº:**_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 069/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUIS PAULO VIANA NASCIMENTO ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Alves Ribeiro , N° 13, Bairro Cohab Nova no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 00143680-5 SSP-MT e CPF Nº011.919.721-94, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUIS PAULO VIANA NASCIMENTO ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Roça Velha** , com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do 2° ano no período Vespertino. A contratação justifica-se e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal . Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **07 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 384/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **NILMA DA SILVA OLIVEIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) Na Rua C S/N casa 4 Residencial Bandeirantes , no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 86033-9 SSP-MT e CPF Nº 567.655.331-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a)**, NILMA DA SILVA OLIVEIRA** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal De Educação Infantil **Brincando e Aprendendo ,** com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais.** Lotada na turma da turma Pré I vespertino, seu chamamento se justifica em substituição a professora Ana Maria Luz do Carmo que esta em readaptação de Função. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01 de Abril de 2022 e término em 21 de Novembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Março de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 383/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **NILZA APARECIDA SOUZA BENEVIDES NUNES ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Floriano Peixoto N°1098, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1868214-6 SSP-MT e CPF n°.009.570.901-02 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **NILZA APARECIDA SOUZA BENEVIDES NUNES** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Trancredo Neves, **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais** na turma 2° ano Vespertino, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **21 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18de Março de 2022.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 373/2022 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SIMONE DUARTE SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) Na Avenida dos bandeirantes ,N° 905, Bairro DNR no Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2023734-0 SSP-MT e CPF Nº 029.648.041-09, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SIMONE DUARTE SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal **Frei Grignion** com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, na turma do pré II A matutino . A contratação justifica-se em substituição à Professora Virginia dos Anjos Silva que está em readaptação de função. Garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.475,26 (Dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 16 de Março de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 338/2022 - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUZIA ALVES PEREIRA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) no Sitio Santa Luzia, Bairro Zona Rural no Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG Nº 1262033-5 SSP-MT e CPF N° 800.794. 232-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 firmado com fundamento em assistência a situações de calamidade pública ou emergência, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial de **LUZIA ALVES PEREIRA** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Historia, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, **carga horária de trabalho de 12(Doze) horas semanais,** nas turmas do 6º ao 9º ano, a contratação se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do Art.37 as Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **29 de Março de 2022 e término em 23 de Dezembro de 2022, não podendo ser prorrogado após 12 meses de contrato.**

O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato Emergencial por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.485,15 (Mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão efetuados, mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª O gestora da Unidade Escolar anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme a tabela abaixo:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	003	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª O contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las seguindo as orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador Pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanência no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual;

t) Justificar ao Coordenador ou Diretor da Unidade Escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove o não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado, em caráter emergencial, vincula-se ao Regime Geral de Providência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e tem por fundamento a situação emergencial com fulcro na necessidade de garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, pelo prazo máximo de 12 meses, de acordo com o disposto no art. 5° da Lei 1.931/2005, conforme nova redação alterada pela Lei 2.986/2021 para contrato firmado com o fundamento em assistência a situações de calamidade publica ou emergência, não poderá o contrato ser prorrogado.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 16 Fevereiro de 2022

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

NOME:_____ **NOME:**_____

RG Nº:_____ **RG Nº:**_____

CPF Nº:_____ **CPF Nº:**_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 006 DE 28 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre o registro e funcionamento e a concessão de inscrição do projeto da Associação Guarda Mirim "Cabo David Maciel" no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cáceres/MT e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a

Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2022, com registro em Ata nº. 249 e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 71, de 10 de junho de 2001, do CONANDA, dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 164, de 09 de abril de 2014, do CONANDA, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações voltadas à criança e ao adolescente no município de Cáceres/MT, com prerrogativa legal e constitucional de deliberar quais as políticas de atendimento que deverão ser implementadas em prol da população infanto-juvenil, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.473 de 29 de abril de 2015 em especial em seu Art. 23-I;

CONSIDERANDO que as entidades que executam pelo menos um dos programas previstos no Art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente somente poderão funcionar mediante registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o registro e funcionamento do **ASSOCIAÇÃO GUARDA MIRIM "CABO DAVID MACIEL** no município de Cáceres/MT e a inscrição do Projeto/Programa "**Inclusão Social"**, junto ao **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA/CÁCERES/MT**, considerando que o mesmo está em conformidade com a Resolução nº 09/2017/CMDCA.

Parágrafo Único. Fica concedida Inscrição da Entidade válida com prazo de 02 (dois) anos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres-MT, com autorização do Programa de Proteção e Sócio-educativo das governamentais e não governamentais de atendimento do CMDCA.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Cáceres, 28 de abril de 2022.

LELIANE BARROS DA SILVA

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 302 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. **CLEIDIA APARECIDA DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a vacância do Cargo;

CONSIDERANDO o teor do edital de Convocação nº. 023/2022

CONSIDERANDO o teor Oficio de nº. 24/2022/ADVM, protocolado em 28 de abril de 2022.

RESOLVE: I – Nomear a Sra. Cleidia Aparecida de Souza para exercer o cargo Eletivo de Conselheira Tutelar lotada junto a Secretaria Municipal de Assistencia Social desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III –Esta portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2022, revogada as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2022

"Dispõe sobre a convocação processo seletivo PSS 01/2021."

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e; Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, homologado pelo Decreto nº 3577 de 05 de março de 2021.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando O Ofício sob o nº 156/2022/SEMED

RESOLVE:

1. **CONVOCAR**, *os candidatos aprovados, conforme o resultado do processo seletivo simplificado – PSS 01/2021* os quais constam no **Anexo I** deste Edital.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as **17:00 h do dia 26/05/2022**, as documentações descritas abaixo:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f Certificado Militar (se homem);

g. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

h. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

i. Declaração de bens.

j. Declaração de não acúmulo de cargo público.

k. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

o. Número do CPF do(s) dependente(s), se existir(em);

p. Certidão Criminal de bons antecedentes;

3. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas nos Editais que regulamentaram a Chamada Pública, por parte do candidato, deverá o Departamento de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

4. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverão se apresentar, de imediato, junto a sede da Secretaria Municipal de Educação, descritas no Anexo, no horário de 08:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00 h.

5. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminaçãodo candidato ora convocado.

6. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Secretaria Municipal de Educação no momento da entrega dos demais documentos.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

Anexo I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2022

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL		
ORDEM	**PROFESSORES**	**PONTUAÇÃO**
2	POLLYANNE COSTA CORREIA DA SILA	33.00
3	HIGOR MARCELO MENDES CUNHA	34.00

ALDEIA BURITIZAL – E.M.I. SÃO MIGUEL		
ORDEM	**PROFESSOR**	**PONTUAÇÃO**
235	BRAVIN APHA	13.00

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 307 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DO SERVIDOR **JOABE DE OLIVEIRA TAVARES,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº. 202/2022/GPM, protocolado na data de 02 de maio de 2022.

RESOLVE:

I - Remanejar o servidor relacionado na planilha abaixo:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO DE DESTINO
JOABE DE OLIVEIRA TAVARES	MOTORISTA	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 291 DE 25 DE ABRIL DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AS **PROGRESSÕES HORIZONTAIS** DOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar 017 de 07 de abril de 2008 e suas alterações;

CONSIDERANDO a apresentação dos certificados e requerimentos dos servidores;

CONSIDERANDO ainda o teor dos Pareceres Técnicos emitidos pela CACPF.

RESOLVE:

I – Efetuar a **"Progressão Horizontal"** dos servidores citados no quadro abaixo;

Nº	SERVIDOR	CLASSE ANTERIOR	CLASSE ATUAL	Nº PARECER TEC
01	CARLOS EDUARDO GONÇALVES	"A"	"B"	007/2022
02	NACYMAR DE JESUS CALDAS	"A"	"B"	008/2022
03	MONICA APARECIDA RODRIGUES	"B"	"C"	009/2022

II - Esta portaria entra em vigor na data de 25 de abril de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 25 de abril de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 309 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. **CLEINE FARIAS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor Oficio de nº. 203/2022/GPM, protocolado em 02 de maio de 2022.

RESOLVE: I – Nomear o Sr. Cleine Farias para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Turismo lotado junto a Secretaria municipal de Turismo desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III –Esta portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2022, revogada as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 293 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. **FRANKLIN BENEDITO MOTA FERREIRA,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do requerimento, protocolado na data de 26 de abril de 2022.

RESOLVE: I - Exonerar o Sr. Franklin Benedito Mota Ferreira que exercia o cargo em Comissão de Chefe de Logística- SMT lotado junto a Secretaria Municipal de Transportes desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria de nº 440 de 20 de setembro de 2021.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de abril de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ERRATA - PORTARIA DE Nº 098 DE 02 DE MARÇO DE 2022.

Na Edição Ano XVII, n° 3.936, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pág. 182, de 10 de março de 2022, na publicação da portaria de Nº 098 de 02 de março de 2022,

ONDE SE LÊ:

Item: I.

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO	PERIODO DE CONVERSÃO 1/3
1	ALEANDRO CANDIDO MELO	01.04.2020 A 31.03.2021	11.03.2022 A 30.03.2022	01.03.2022 A 10.03.2022
2	ALTINO VIEIRA DE R. FILHO	01.10.2019 A 30.09.2020	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
3	ELAINE RODRIGUES DA MATA	10.01.2021 A 09.01.2022	11.03.2022 A 30.03.2022	01.03.2022 A 10.03.2022
4	GASPARINA CRISTINA DE SOUZA	01.10.2020 A 30.09.2021	01.03.2022 A 30.03.2022	-
5	JOSE DARCI BAUER	05.11.2020 A 04.11.2021	11.03.2022 A 30.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
6	LUCAS FERREIRA DA SILVA	07.05.2020 A 06.05.2021	23.03.2022 A 15.04.2022	-
7	MARCOS HIROSHI C. SASAKI	01.03.2019 A 01.03.2020	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
8	MARILIA CRISTINA SILVA	09.06.2020 A 08.06.2021	11.03.2022 A 30.03.2022	01.03.2022 A 10.03.2022
9	MAURO RENATO SOARES	31.03.2021 A 30.03.2022	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
10	MONICA APARECIDA RODRIGUES	13.10.2020 A 12.10.2021	24.02.2022 A 26.03.2022	-
11	PAULA RIBEIRO M. SOARES	27.01.2021 A 26.01.2022	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
12	ROZANGELA RAQUEL DE S. LOPES	08.01.2020 A 07.01.2021	01.03.2022 A 30.03.2022	-
13	WALLACE RIBEIRO BRAGA	04.01.2021 A 03.01.2022	20.03.2022 A 10.04.2022	11.04.2022 A 20.04.2022

LEIA-SE:

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO	PERIODO DE CONVERSÃO 1/3
1	ALEANDRO CANDIDO MELO	01.04.2020 A 31.03.2021	11.03.2022 A 30.03.2022	01.03.2022 A 10.03.2022
2	ALTINO VIEIRA DE R. FILHO	01.10.2019 A 30.09.2020	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
3	ELAINE RODRIGUES DA MATA	10.01.2021 A 09.01.2022	11.03.2022 A 30.03.2022	01.03.2022 A 10.03.2022
4	ELENI AP. DE LIMA SANTOS	08.03.2022 A 07.03.2021	01.03.2022 A 30.03.2022	-
5	GASPARINA CRISTINA DE SOUZA	01.10.2020 A 30.09.2021	01.03.2022 A 30.03.2022	-
6	JOSE DARCI BAUER	05.11.2020 A 04.11.2021	11.03.2022 A 30.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
7	LUCAS FERREIRA DA SILVA	07.05.2020 A 06.05.2021	23.03.2022 A 15.04.2022	-
8	MARCILENE FIRMINO DE FREITAS	01.03.2020 A 01.03.2021	15.03.2022 A 14.04.2022	-
9	MARCOS HIROSHI C. SASAKI	01.03.2019 A 01.03.2020	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
10	MARILIA CRISTINA SILVA	09.06.2020 A 08.06.2021	11.03.2022 A 30.03.2022	01.03.2022 A 10.03.2022
11	MAURO RENATO SOARES	31.03.2021 A 30.03.2022	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
12	MONICA APARECIDA RODRIGUES	13.10.2020 A 12.10.2021	24.02.2022 A 26.03.2022	-
13	PAULA RIBEIRO M. SOARES	27.01.2021 A 26.01.2022	01.03.2022 A 20.03.2022	21.03.2022 A 30.03.2022
14	ROZANGELA RAQUEL DE S. LOPES	08.01.2020 A 07.01.2021	01.03.2022 A 30.03.2022	-
15	VILMAIR ROSA DA SILVA	08.03.2021 A 07.03 2022	01.03.2022 A 30.03.2022	-
16	WALLACE RIBEIRO BRAGA	04.01.2021 A 03.01.2022	20.03.2022 A 10.04.2022	11.04.2022 A 20.04.2022

Campinápolis, 03 de maio de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 306 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. **JOSE EURIPEDES DE ALCANTARA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor Oficio de nº. 203/2022/GPM, protocolado em 02 de maio de 2022.

RESOLVE:

I – Nomear o Sr. Jose Euripedes de Alcantara para exercer o cargo em Comissão de Subprefeito, lotado junto ao Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III –Esta portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2022, revogada as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 297 DE 28 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA **ELOISA FERREIRA FORMIGA,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº. 079/2022/SMS-GAB, protocolado na data de 28 de abril de 2022.

RESOLVE:

I - Remanejar a servidora relacionada na planilha abaixo , com efeitos a partir da data de 25 de abril de 2022:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO DE DESTINO
ELOISA FERREIRA FORMIGA	PSICOLOGA	PSF II

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 28 de abril de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 305 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. **CLEINE FARIAS,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº. 203/2022/GPM, protocolado na data de 02 de maio de 2022.

RESOLVE: I - Exonerar o Sr. Cleine Farias que exercia o cargo em Comissão de Subprefeito lotado junto ao Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria de nº 051 de 07 de janeiro de 2021.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 498, DE 26 DE ABRIL DE 2022.

NOMEIA A SENHORA **EDILAINE MENDONÇA DE PAULA MACHADO** PARA O CARGO EFETIVO DE **AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA – ÁREA URBANA.**

Nomear,a partir de 25 de abril de 2022, a senhora **Edilaine Mendonça de Paula Machado**, portadora do CPF sob nº 037.350.816-65 e do RG nº 2875643-6 SESP/MT, para o cargo efetivo de **Agente de Fiscalização Sanitária – Área Urbana,** vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 513, DE 03 DE MAIO DE 2022.

EXONERA A SENHORA **CARLA CRISTINA FREITAS SILVA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.

Exonerar,a partir de 04 de maio de 2022, a senhora **Carla Cristina Freitas Silva**, portadora do CPF sob nº 066.294.576-09, do cargo em comissão de **Secretária Municipal de Administração**.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 514, DE 03 DE MAIO DE 2022.

EXONERA O SENHOR **MARCIO ANTAO CANTERLE** DO CARGO EM COMISSÃO DE **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**.

Exonerar,a partir de 04 de maio de 2022, o senhor **Marcio Antao Canterle**, portador do CPF sob nº 385.935.720-49, do cargo em comissão de **Secretário Municipal de Esportes e Lazer**.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO 74/2021

Aditivo nº 02 ao Contrato 74/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **WM ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº 27.950.696/0001-73.

Objeto Prorroga-se o prazo da **execução da obra** pelo período de 02 (dois) meses, contados a partir de 18 de abril de 2022 até 18 de junho de 2022, bem como o **prazo contratual** pelo período de 02 (dois) meses, iniciando dia 18 de maio de 2022 até 18 de julho 2022.

Data: 18/04/2022

Procedimento Licitatório: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021

Secretaria: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 515, DE 03 DE MAIO DE 2022.

NOMEIA O SENHOR **MARCIO ANTAO CANTERLE** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Nomear**,** a partir de 04 de maio de 2022, o senhor **Marcio Antao Canterle**, portador do CPF sob nº 385.935.720-49 para o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Administração.**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 516, DE 03 DE MAIO DE 2022.

EXONERA A SERVIDORA **MAIRA GIOVANA LESCIUK PEREIRA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **ASSESSORA JURÍDICA**.

Exonerar,a partir de 04 de maio de 2022, a servidora **Maira Giovana Lesciuk Pereira**, mat. 4926, do cargo em comissão de **Assessora Jurídica**.

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 EDITAL DE CANCELAMENTO REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2022

O Prefeito do Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações:

Considerando a publicação do Edital de Convocação nº 026/2022, Concurso Público 002/2019, no dia 03 de maio de 2022, no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM;

Considerando a Lei Municipal nº 2.272 de 16 de Dezembro de 2021;

Considerando a necessidade de correção em tempo hábil das convocações realizadas de modo equivocado.

RESOLVE:

CANCELAR E TORNAR SEM EFEITO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico da AMM, edição nº 3.972 de 03 de maio de 2022.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 03 dias do mês de maio de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA/046/2022/FUNSEM

PORTARIA Nº 046, DE 27 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos integrais em favor da Sra. ODETE BREZOLIN.

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003,cumulada com **c/c artigo 4º, § 9º da EC n.103/2019** e do Art. 11, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.170/2007 e da Lei Municipal nº 2076/2019, cumulado pelo Decreto Executivo nº 001/2022. Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais em favor da servidora Sra. Odete Brezolin*, brasileira, união estável, servidora pública municipal, efetiva no cargo de Agente administrativo, lotada na Sec. Municipal de assistência social, devidamente matriculada sob o nº 230, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1026932-0 – SESP/MT, inscrita no CPF sob nº 629.122.160-87, residente na Rua Guatambu, nº 380, Bairro Alvorada, Campo Novo do Parecis-MT, contando com um total de 11.501 dias, que corresponde à 31 anos 06 meses e 06 dias*, contributivos, efetivada no cargo de Agente Administrativo, Classe "B", Nível "29", conforme o processo nº 2022.04.30215P,* até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se**.**

SANDRO SILVIO CATTANEO

Direto Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

Homologo:

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO 37/2021

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 37/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA L2F SISTEMAS WEB LTDA ME.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração de agente fiscalizador, passando a ser fiscal o servidor FABRICIO GOLIN**,** matrícula funcional n° 5039, e suplente FABRICIO GABRIEL ODY, matrícula funcional n° 5151 em substituição aos anteriores.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE 035/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022** que tem por objeto a **Contratação** de serviços especializados para realização de Processo Seletivo Simplificado para planejamento, incluindo publicações, inscrições, avisos, aplicação de provas, correção, recursos, julgamentos de inscrição de PNe e demais, resultados, logística, com fornecimento de todo material necessário, para a realização de provas até seu resultado final, incluindo as demandas judiciais até seu trânsito em julgado e outros procedimentos específicos,que terá sua abertura em **18 de maio de 2022, às 09:00 horas**. (horário de Brasília - DF)

Onde se lê:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **RP** 035/2022

Leia-se:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 035/2022

As demais disposições permanecem sem alterações.

Campo Novo do Parecis, 03 de maio de 2022.

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 496, DE 26 DE ABRIL DE 2022.

NOMEIA A SENHORA **DIÉSSICA COLERAUS RADECKI DE AZEVEDO** PARA O CARGO EFETIVO DE **PSICÓLOGA – ÁREA URBANA.**

Nomear,a partir de 25 de abril de 2022, a senhora **Diéssica Coleraus Radecki de Azevedo**, portadora do CPF sob nº 027.584.991-00 e do RG nº 2005822-5 SESP/MT, para o cargo efetivo de **Psicóloga – Área Urbana,** vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 028/2022 CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 002/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo*:* AGENTE ADMINISTRATIVO - ÁREA URBANA

CLASS.	NOME
34°	VANESSA LUIZA VASELI

Cargo*:* AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - ÁREA URBANA

CLASS.	NOME
03°	GLEICIELE FERNANDA DOS SANTOS SOUZA

Cargo*:* CIRURGIÃO DENTISTA - ÁREA URBANA

CLASS.	NOME
03°	PAMELA DOS SANTOS VICENTE

Cargo*:* TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ÁREA URBANA

CLASS.	NOME
06°	CLEIDIANE DA ROCHA GENELHU
07°	ROSEVELT GOMES DE SOUZA
08°	MARGARETH DE OLIVEIRA BRAGA

Cargo*:* ENFERMEIRO - ÁREA URBANA

CLASS.	NOME
01°	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 002/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 03 dias do mês de maio de 2022.

Rafael Machado Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2021 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2022

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 548/2022 datado de 03 de maio de 2022, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2021.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR – LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA – ÁREA URBANA

	CANDIDATO
09°	JOAO GABRIEL DA SILVA SANTOS
10°	LETICIA PEREIRA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de maio de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.303, DE 02 DE MAIO DE 2022.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 434.508,32 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ **434. 508,32 (**quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oito reais e trinta e dois centavos), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/ 64, com as seguintes classificações orçamentárias:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTRA

006 FETHAB

26.782.0005.20130 AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS (FETHAB)

3390000000 Aplicações Diretas

27590000700 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB - Exercício.....
.....R$ 434.508,32

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art..43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 02 dia do mês de maio de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.304, DE 02 DE MAIO DE 2022.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 750.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ **750. 000,00 (**setecentos e cinqüenta mil reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0007.20062 MANUTENÇÃO COM MERENDA ESCOLAR

3390000000 Aplicações Diretas

2500000000 Recursos Ordinários – Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art..43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 02 dia do mês de maio de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 497, DE 26 DE ABRIL DE 2022.

DECLARA VACÂNCIA NO CARGO DE PROFESSORA 30H, DA SERVIDORA **EDILAINE MENDONÇA DE PAULA MACHADO.**

DECLARAR vacância, a partir de 25 de abril de 2022, no cargo de Professora 30H, ocupado pela Servidora efetiva **EDILAINE MENDONÇA DE PAULA MACHADO,** portadora do RG nº 2875643-6 SESP/MT, CPF nº 037.350.816-65**,** em virtude de posse em outro cargo inacumulável, conforme disposto na Portaria nº 498, de 26 de abril de 2022.

SUSPENSÃO DE EDITAL PE 025/2022

O Pregoeiro do Município de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** do **Pregão Eletrônico nº 025/2022**, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Informática para atender as necessidades das secretarias municipais, que teria sua abertura no dia **04 de maio de 2022**.

Motiva-se a suspensão para adequações dos itens.

Campo Novo do Parecis 03 de maio de 2022.

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 517, DE 03 DE MAIO DE 2022.

NOMEIA A SENHORA **CARLA CRISTINA FREITAS SILVA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **ASSESSORA JURÍDICA.**

Nomear**,** a partir de 04 de maio de 2022, a senhora **Carla Cristina Freitas Silva**, portadora do CPF sob nº 066.294.576-09, para o cargo em comissão de **Assessora Jurídica.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE REGULARIZÇÃO FUNDIÁRIA URBANA IDENTIFICAÇÃO PROCESSUAL

Núcleo Urbano: PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO

Proprietário: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrita no CNPJ-MF sob o n. 24.772. 287/0001-36, com sede na Av. Mato Grosso, 66 NE - Centro, neste ao representado pelo Chefe do Executivo Municipal Sr. RAFAEL MACHADO com fundamento na Lei Federal n. 13.465, de 11 de julho de 2.017 e Decreto Federal n. 9.310, de 15 de março de 2.018.

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECISRESOLVE:

Instaurar processo de Regularização Fundiária Urbana do Núcleo Urbano denominado PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DA LEGITIMIDADE DO ÓRGÃO INSTAURADOR

Em primeiro lugar, necessário se faz o percurso no tópico acerca dos sujeitos legitimados para a propor a regularização fundiária. Nesse sentido, nos preceitos do art.14, da Lei nº 13.465/2017, poderão requerer e promover a Reurb:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;

II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; 9/29

IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e

V - o Ministério Público.

Além de iniciar o procedimento de Reurb, os legitimados podem também promover todos os demais atos da Reurb, inclusive os atos cartorários (§ 1º, do mesmo artigo).

Deste modo, o Órgão Instaurador é legítimo para promover o presente feito.

2. CONTEXTO RELEVANTE DO LOTEAMENTO DO PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO

Em 19 de março de 2008, o MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, fez o registro e loteamento do PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO, com área de305.5254 ha registrado sob nº 4.674, no 1º Ofício de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos de Campo Novo do Parecis – MT.

3. DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, é responsável, no âmbito federal, pelas disposições acerca da regularização fundiária rural e urbana. O instrumento legal traz em seu bojo o intuito de facilitar e desburocratizar a regularização fundiária de núcleos informalmente ocupados, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais das áreas em situação de informalidade notarial, garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas, atendendo, assim, a função social inerente à propriedade .

Nesse sentido, em suma, são previstas três espécies de regularização fundiária na seara urbana (Reurb), que atingem em sua totalidade as propriedades urbanas irregulares no Brasil, quais sejam:

1. Reurb de Interesse Social (Reurb-S);

2. Reurb de Interesse Específico (Reurb-E);

3. Reurb Inominada (Reurb–I).

Em apertada síntese, o que irá diferir as modalidades são os seus destinatários e os seus efeitos. Assim, a primeira é destinada para a população de baixa renda, devidamente caracterizada, tendo como um de seus benefícios a isenção completa de custas e emolumentos dos atos registrais . A segunda, por seu turno, tem como alvo os núcleos urbanos informais ocupados pela população não enquadrada na primeira hipótese, isto é, que não se caracterizam como de baixa renda. São os núcleos urbanos informais ocupados por população com melhores condições de vida, mas que ainda não possuem uma moradia juridicamente regularizada.

Impõe ressaltar que dentro dos núcleos urbanos informais objeto de Reurb-E podem haver moradias ocupadas por moradores de baixa renda. De igual modo, o inverso também ocorre: nas áreas de Reurb–S serão

detectadas famílias que não são de baixa renda, mas que também serão beneficiados pelo critério. Desse modo, conforme se abordará em tópico conseguinte, o que se delimita é a área com predominância de uma ou outra população e não a renda específica de um determinado núcleo familiar.

Por fim, a terceira, e última, espécie declinada destina-se para aplicação nos núcleos urbanos informais consolidados em data anterior à Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei 6.766/1979, de 19 de dezembro 1979. A modalidade pode ser aplicada isoladamente ou em conjunto com as outras duas espécies.

No momento, para a elaboração do presente estudo, delimitar-se-á a análise, tão somente, aos elementos pertencentes à primeira categoria.

Assim sendo, nos preceitos do I, art. 13, da Lei nº 13.465/2017, tem-se que Reurb-S é a "regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda".

Ante a redação do diploma legal, verifica-se que a aplicação desta modalidade de regularização pressupõe a observância de uma série de requisitos, os quais passamos a analisar:

3.1. – Caracterização do núcleo urbano e de sua informalidade e consolidação

Impõe-se apontar, neste momento, o conceito traçado pela norma acerca do que seja um "núcleo urbano", bem como o que define a sua informalidade e consolidação, para, assim, inserir o núcleo em análise nas categorias apontadas pela lei.

Assim, o art. 11 da Lei nº 13.465/2017 dispõe que núcleo urbano é todo "assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural".

Em segundo momento, o inciso II, do mesmo artigo, adota a conceituação da antiga doutrina, notadamente nos ensinamentos de Diógenes Gasparani, distinguindo os núcleos urbanos em legais ou ilegais (informais) , e estes em :

a) clandestino: o parcelamento não aprovado, que se constituiu sem a devida licença, alvará e/ou aprovação do Poder Público;

b) irregular: o parcelamento aprovado pelo Poder Público, mas executado de forma parcial ou distintamente do projeto aprovado;

c) não foi possível realizar a titulação de seus ocupantes: o parcelamento que, mesmo aprovado pela Poder Público, bem como atendida a legislação em vigência à época de sua implantação, por qualquer modo, não concretizou a titulação de seus ocupantes.

Por fim, o inciso III, ainda do mesmo artigo em análise, traz uma última definição e dispõe que núcleo urbano informal consolidado é "aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município".

A verificação de que uma área urbana é consolidada observará, dentre inúmeros aspectos: o tempo de ocupação da área, por meio de documentos públicos, contas de luz, água e energia, contratos firmados, entre outros; a natureza das ocupações, isto é, se as construções existentes são planejadas e fixadas em caráter permanente; a existência de vias públicas de circulação, notadamente pavimentadas, e equipamentos públicos são todos indícios de consolidação do núcleo.

Diante do exposto, o objeto do presente feitoé um NÚCLEO URBANO-CONSOLIDADO.

3.2 – Do enquadramento da população ocupante do núcleo no perfil de baixa renda

Devidamente identificado e caracterizado o núcleo, imprescindível ainda classificar a população residente em suas dependências, se de baixa renda ou não, com o fito de indicar se a modalidade de Reurb-S é comportada no caso.

Dessa maneira, impõe compreender-se, de antemão, o que é a "população predominantemente de baixa renda", prevista na lei.

Assim, o primeiro juízo cognitivo se direciona ao que se entende como "baixa renda". Nesse sentido, o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana, dispõe em seu art. 6º, parágrafo único, que:

Art. 6º Para a classificação da Reurb na modalidade Reurb-S, a composição ou a faixa da renda familiar para definição de população de baixa renda poderá ser estabelecida em ato do Poder Público municipal ou distrital, consideradas as peculiaridades locais e regionais de cada ente federativo.

Parágrafo único. A renda familiar prevista no caput não poderá ser superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País.

Extrai-se, portanto, que será considerada família de baixa renda aquela que perceber renda familiar ATÉ 03 (três) salários mínimos, atualmente, compreendido no valor de R$ 3.636,00 (três mil, seiscentos e trinta e seis reais).

Feita tais considerações, passa-se ao esclarecimento do termo "predominantemente". O legislador adotou a cautela necessária na redação do diploma, não utilizando de advérbios como "exclusivamente". O emprego no texto normativo do advérbio "predominantemente" leva a interpretação de que, mesmo diante da existência de núcleos familiares não caracterizados como de baixa renda na área, o núcleo habitacional não será, necessariamente, descaracterizado como de interesse social e/ou de baixa renda.

Nesse seguimento, diante da imprecisão semântica da norma, como, de fato, caracterizar o núcleo como de baixa renda?

Nesse sentido, o Decreto Federal supracitado, em seu art. 5º, §7º, dispõe que:

§7º A classificação da modalidade da Reurb de unidades imobiliárias residenciais ou não residenciais integrantes de núcleos urbanos informais poderá ser feita, a critério do Município ou do Distrito Federal, ou quando for o caso, dos Estados e da União, de forma integral, por partes ou de forma isolada por unidade imobiliária.

Considerando a realidade exposta no item 2 desta decisão, declara-se de interesse social a presente regularização fundiária urbana.

3.3 – Da ocupação e sua devida comprovação

Cumpre esclarecer que o direito brasileiro adota uma concepção objetiva de posse. Para o nosso sistema jurídico, o conceito de posse é um conceito de contato físico, apreensão, seguindo o modelo de Ihering. Em outras palavras, possuidor é aquele que exerce um dos poderes sobre a propriedade, conforme disposto no artigo 1.196 do Código Civil:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

Os poderes inerentes à propriedade estão elencados no artigo 1.228 do Código Civil, sendo eles: usar, gozar, disposição e reivindicação. Deste modo, quem exerce um desses poderes, especialmente o uso ou o gozo, é o possuidor.

Embora o Direito Brasileiro acolha, como regra geral, a teoria objetiva, ele faz concessões à teoria subjetiva, como, por exemplo, a usucapião, em que o Código Civil exige posse com animus domini, ou seja, animus domini é um elemento subjetivo. Em outras palavras, para fins de usucapião, a posse é vista sob à égide subjetiva.

Em síntese, quem tem todos os poderes acrescidos do título (registro para bens imóveis ou tradição para os móveis) é considerado proprietário; quem tem apenas um dos poderes da propriedade, especialmente o uso

ou o gozo, é considerado possuidor; quem tem todos os poderes da propriedade, mas não tem o título (leia-se registro para bens imóveis ou tradição para os móveis), é considerado ter domínio.

Diga-se, ainda, que O STJ vem entendendo que, para ter posse, não é preciso ter o contato físico em si, mas poder físico sobre a coisa (REsp. 1. 158.992/MG).

No entanto, o próprio sistema jurídico desqualifica a posse em certas situações, retira, de certas pessoas, a qualidade de possuidor, ou seja, algumas pessoas, embora tenham o contato físico, não serão consideradas possuidoras. Essas pessoas deverão ser chamadas de meras detentoras.

Mera detenção é uma desqualificação da posse. É quando o ordenamento jurídico retira de certas pessoas a qualidade de possuidoras, malgrado elas tenham o contato físico. O ordenamento jurídico traz essas desqualificações para privar determinadas pessoas dos efeitos da posse.

Cita-se, como exemplo, os art. 1.198, do CC, que trata da figura do fâmulo da posse, combinado com art. 1.208, do CC, senão vejamos:

Art. 1.198. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

Art. 1.208. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por intermédio da Súmula 619 do STJ, que a "ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias" .

De se notar, portanto, que o julgador afasta a possibilidade de classificação daquele que ocupa terras públicas como possuidor, admitindo, contudo, sua detenção sob o imóvel.

Vale discorrer brevemente sobre a figura do detentor. É cabível o ajuizamento de ações possessórias por parte de invasor de terra pública contra outros particulares. Inicialmente, salienta-se que não se desconhece a jurisprudência do STJ no sentido de que a ocupação de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio constitui mera detenção (REsp 998.409-DF, Terceira Turma, DJe 3/11/2009). Contudo, vislumbra-se que, na verdade, isso revela questão relacionada à posse. Nessa ordem de ideias, ressalta-se o previsto no art. 1.198 do CC, in verbis:

Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

Como se vê, para que se possa admitir a relação de dependência, a posse deve ser exercida em nome de outrem que ostente o juspossidendi ou o jus possessionis. Ora, aquele que invade terras públicas e nela constrói sua moradia jamais exercerá a posse em nome alheio, de modo que não há entre ele e o ente público uma relação de dependência ou de subordinação e, por isso, não há que se falar em mera detenção.

De fato, o animus domni é evidente, a despeito de ele ser juridicamente infrutífero. Inclusive, o fato de as terras serem públicas e, dessa maneira, não serem passíveis de aquisição por usucapião, não altera esse quadro. Com frequência, o invasor sequer conhece essa característica do imóvel. Portanto, os interditos possessórios são adequados à discussão da melhor posse entre particulares, ainda que ela esteja relacionada a terras públicas.

PROCESSUAL CIVIL. ÁREAS PÚBLICAS DISPUTADAS ENTRE PARTICULARES. POSSIBILIDADE DO SOCORRO ÀS DEMANDAS POSSESSÓRIAS.

1. A ocupação de área pública, sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, não pode ser confundida com a mera detenção.

2. Aquele que invade terras e nela constrói sua moradia jamais exercerá a posse em nome alheio. Não há entre ele e o proprietário ou quem assim possa ser qualificado como o que ostenta jus possidendi uma relação de dependência ou subordinação.

3. Ainda que a posse não possa ser oposta ao ente público senhor da propriedade do bem, ela pode ser oposta contra outros particulares, tornando admissíveis as ações possessórias entre invasores.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1.484.304-DF, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 10/3/2016, DJe 15/3/2016).

Assim, é necessário se atentar ao fato de que na relação "particular – poder público" se mantem a ideia de que não é possível o ajuizamento de ações reivindicatórias de direito possessório e, a ocupação se configura mera detenção do bem. Mas, quando se tratar da disputa entre particulares sobre o bem tutelado, ainda que seja bem público, o detentor terá efeitos de possuidor e poderá reavê-los perante a justiça, não havendo impedimentos a serem interpostos pela administração pública, pois a perda do direito possessório não configura prejuízo ao Estado, mas sim ao particular de boa-fé que se vê acometido pela má fé de um terceiro.

Todavia, para fins de regularização fundiária, não há que se falar em possuidor ou mero detentor, mas em ocupante, conforme disposto no art. 11, inciso VIII, da Lei Federal n. 13.465/2017, senão vejamos:

Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se:

VIII - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

Por fim, definido o que se entende por ocupação, passa-se a abordagem quanto ao seu tempo. A Lei nº13.465/2017 não traz nenhuma exigência de tempo mínimo de ocupação do imóvel para a regularização, sendo indistinto se o indivíduo se encontra no imóvel a um mês ou a dez anos.

Dito isso, registra-se que ocupação será devidamente comprovada caso a caso por meio documental e/ou por vistoria in loco, sendo formalizado parecer técnico/social de cada unidade imobiliária apta a regularização.

3.4 – Do instituto jurídico aplicável à presente regularização fundiária: legitimação fundiária

O art. 15 da Lei 13.465/2017 elenca o rol de institutos postos à disposição do Poder Público para titular os ocupantes em suas respectivas unidades imobiliárias, no âmbito da Reurb.

Neste viés, nos preceitos do art. 23 da Lei de Regularização Fundiária de 2017, tem-se que a legitimação fundiária é uma forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do Poder Público àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado constituído até 22 de dezembro de 2016. O processo é formalizado com a entrega, pelo Poder Público, do "título de legitimação fundiária" ao ocupante da unidade.

A legitimação fundiária, prevista no artigo 23, da Lei Federal n. 13.465/2017, poderá ser utilizada tanto na Reurb-S, quanto na Reurb-E, conforme disposto no § 2º, do referido artigo, senão vejamos:

Art. 23. (...) § 2º Por meio da legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.

O texto legal remete à possibilidade da aplicabilidade do instrumento legitimação fundiária em qualquer das modalidades da Reurb, seja na modalidade de interesse social, seja na modalidade de interesse específico.

Todavia, caso se opte pela aplicabilidade da legitimação fundiária na modalidade interesse social, o § 1º, do art. 23, da Lei Federal n. 13.465/2017,

traz alguns requisitos indispensáveis para a utilização do referido instrumento, quais sejam: (a) que o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural (Art. 23, § 1º, inciso I); (b) que o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto (Art. 23, § 1º, inciso II); e (c) que em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação (Art. 23, § 1º, inciso III).

Referente a Reurb-E, tais condições não são aplicáveis, na medida que não existe requisitos impeditivos taxativos elencados na legislação federal.

Em contrapartida, a regularização fundiária de interesse específico não está sujeita a isenção de custas e emolumentos e outros atos elencados no art. 13, § 1º, da Lei Federal n. 13.465/2017.

Deste modo, em se tratando de Reurb-S, deverão ser observados os requisitos expressos no art. 23, §1º, da Lei Federal n. 13.465/2017. Todavia, em se tratando de Reurb-E, tais requisitos serão dispensados.

Deste modo, é plenamente possível e indicada a utilização da legitimação fundiária como instrumento jurídico para a regularização fundiária do núcleo urbano sob análise.

4. DISPOSITIVO

Diante do exposto, RESOLVE declarar o presente núcleo urbano como de interesse social, bem instaurar seu processo administrativo de regularização fundiária, na modalidade Reurb-S, nos termos da Lei Federal n. 13. 465/2017 e Decreto Federal n. 9.310/2018.

ASSINATURA DO PREFEITO / PRESIDENTE DO INSTITUTO

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003 CAMPO NOVO DO PARECIS – MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, de 03 de Maio de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal**
BANCO DO BRASIL S A GERAT CAMPO GRANDE MS	00.000.000/4352-44	9777/00025/2022

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Raymilson Santana	**Matrícula: 2985**
Agente de Fiscalização Tributária	**Assinatura:**

Data de afixação: 03/05/2022

Data de desafixação: 18/05/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

ALMOXARIFADO
ENCERRAMENTO DO PROCESSO Nº 015/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – ***CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI.***

No dia 08 de abril de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 3.957 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Cyan Papelaria e Materiais de Informática Eireli,** para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para querendo entregar os produtos e apresentar defesa.

A Empresa não apresentou defesa prévia, A Ata 92/2021, venceu no dia 27/04/2022. E encaminhou copias das notas fiscais dos itens notificados.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”.

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para entregar o produto e apresentar defesa.

A empresa não apresentou defesa, a Ata 92/2021, venceu no dia 27/04/2022. E realizou a entrega dos itens de acordo com o solicitado.

Feitas as necessárias considerações**, ARQUIVE-SE** o presente feito considerando a entrega total dos itens no prazo estabelecido na notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 03 de Maio de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 036/2019

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 036/2019, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOCAR O PROGRAMA MELHOR EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: ELCI GAMPERT AULER

Objeto: O valor mensal da locação sofrerá um acréscimo de R$ 293,75 (duzentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), passando o valor mensal da locação a ser de R$ 3.231,23 (três mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos), a partir do dia 1º de maio de 2022

Data de Assinatura: 29 de abril de 2022.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E SERVIÇO DE LAVAGEM E CONSERVAÇÃO DE MOTOCICLETAS, VEÍCULOS DA LINHA LEVE E PESADA COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 18 de Maio de 2022, hora: 09h30min (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 11:00 horas / 13:00 horas às 17:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 03 de Maio de 2022.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

ALMOXARIFADO
ENCERRAMENTO DO PROCESSO Nº 002/2002

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

*Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – **CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA***

No dia 6 de abril de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 3.955 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda,** para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para querendo entregar os produtos e apresentar defesa.

A Empresa apresentou defesa prévia, pediu estorno das NADs 2700/2022 e 1799/2022 por motivo de impedimento de fracionamento. E encaminhou copias das notas fiscais dos itens notificados.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”.

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para entregar o produto e apresentar defesa.

A empresa apresentou defesa, pediu estorno das NADs 2700/2022 e 1799/2022 por motivo de impedimento de fracionamento. E realizou a entrega dos itens de acordo com o solicitado.

Feitas as necessárias considerações**, ARQUIVE-SE** o presente feito considerando a entrega total dos itens no prazo estabelecido na notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 03 de Maio de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

ALMOXARIFADO
ENCERRAMENTO DO PROCESSO Nº 007/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

*Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – **HOSPVIDA LTDA***

No dia 06 de abril de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 3.955 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Hospvida Ltda,** para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para querendo entregar os produtos e apresentar defesa.

A Empresa apresentou defesa prévia, e encaminhou copias das notas fiscais emitidas.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”.

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para entregar o produto e apresentar defesa.

A empresa apresentou defesa, realizou a entrega dos itens notificados de acordo com o solicitado.

Feitas as necessárias considerações**, ARQUIVE-SE** o presente feito considerando a entrega total dos itens no prazo estabelecido na notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 03 de Maio de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CENTRO OESTE TELECOM EIRELI-EPP

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de internet fibra óptica de 20 mb e 50 mb, e internet com velocidade dedicada de 100 mbps, com anti-ddos, e com os equipamentos necessários ao fornecimento incluso.

Valor: R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Vigência do Contrato: 01 de maio de 2022 à 30 de abril de 2023.

Data de Assinatura: 29 de abril de 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ALPHA CONSTRUTORA LTDA.

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços com trator esteira, caminhão caçamba por diária, caminhão munck com cesto de fibra e perfuratriz, motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, trator com grade aradora, rolo compactador, mini carregadeira, retroescavadeira, trator roçadeira e locação de caminhão equipado com usina de micro pavimento.

Valor: R$ 196.664,00 (cento e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)

Vigência do Contrato: 03 de maio de 2022 à 02 de setembro de 2022.

Data de Assinatura: 03 de maio de 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ALPHA CONSTRUTORA LTDA.

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços com trator esteira, caminhão caçamba por diária, caminhão munck com cesto de fibra e perfuratriz, motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, trator com grade aradora, rolo compactador, mini carregadeira, retroescavadeira, trator roçadeira e locação de caminhão equipado com usina de micro pavimento.

Valor: R$ 196.664,00 (cento e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)

Vigência do Contrato: 03 de maio de 2022 à 02 de setembro de 2022.

Data de Assinatura: 03 de maio de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO CONTRATO N° 119/2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 119/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de conservação.

VIGÊNCIA: 07/03/2022 a 06/03/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº 03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO VERONICA DE ALMEIDA GASPARINICNPJ/MF: 35.917.290/0001-17, CONTRATADA

EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de Motorista de transporte de passageiro escolar.

VIGÊNCIA: 23/03/2022 a 22/03/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federalnº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO/ ROSENILDO FONTANELLI SOUZA

CNPJ/MF sob o nº 45.582.266/0001-28, CONTRATADO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 34/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 34/2022

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 32/2022, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Aquisição de Defensivos Agrícolas.

Contratado: AGROFORT DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA, CNPJ 11.378.077/0001-16

Valor global: R$ 21.000,00.

Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dispensa de Licitação nº 34/2022, Processo Administrativo nº 83/2022 e Processo de Compra nº 76/2022.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a Dispensa de Licitação em tela, nos termos do despacho exarado no processo licitatório, da justificativa apresentada e do parecer jurídico, em consonância com o art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 03 de maio de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2022

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT, através do Departamento de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que acha-se aberto procedimento auxiliar de credenciamento, visando credenciar **empresas especializadas na prestação de serviços de filmagem, edição e produção de vídeos institucionais,** nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

O período de credenciamento se iniciará em **04/05/2022,** de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, com entrega das solicitações no Departamento de Licitação, situado à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim.

Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos, por meio digital, no Departamento de Licitação, ou no site https://www.camposdejulio.mt.gov.br/Licitacoes/Credenciamento/, ou por solicitação enviada para o e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Informações através do telefone (65) 3387 2800 e (65) 9 9963 3595 ou através do e-mail acima.

Campos de Júlio - MT, 03 de maio de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 32/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 010/2022

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **VALDETE MARQUES DA ROCHA PERUCHI** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo 001/2021 desta Prefeitura portador(a) do RG nº. 10066276 SSP/MT e CPF sob nº. 918.447.541-20, residente e domiciliado (a) neste município, nomeado (a) pela Portaria nº. 105/2022 de 20/04/2022 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2021 de 01/07/2021 do Processo Seletivo, homologado pelo Decreto nº. 171/2021 de 13/08/2021 e convocado pelo Edital de nº. 49/2021 de 08/09/2021, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, ao terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO MUNICIPAL

VALDETE MARQUES DA ROCHA PERUCHI

EMPOSSADO (A)

EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de conservação.

VIGÊNCIA: 07/03/2022 a 06/03/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº 03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO E MAEVA DA SILVA, CNPJ/MF sob o nº 44.101.373/0001-24, CONTRATADA

PORTARIA Nº. 123, DE 03 DE MAIO DE 2022.

DESIGNA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE VISTORIADOR DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de vistoriador, com vistas a atender as exigências estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica firmado com o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso-DETRAN-MT;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário público **SERGIO SILVA MACEDO**,**inscrito no CPF sob o nº. 041.495.611-76, matriculado sob o nº. 889**, para exercer a função de vistoriador da Agência Municipal de Trânsito de Campos de Júlio-MT.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 03 de maio de 2022.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 125, DE 03 DE MAIO DE 2022.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida no Comunicado Interno C.I nº. 17/2022, subscrita pelo Excelentíssimo Secretária Municipal de Administração;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, o servidor **THIAGO GUEDES DE QUEIROZ,** inscrito noCPF sob nº. 070.391.541-02,do cargo de provimento em comis-

são de Assessor de Atendimento ao Público, nomeado através da Portaria nº. 121, de 02 de maio de 2022.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de maio de 2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 121, de 02 de maio de 2022, a partir da data estabelecida no artigo segundo.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 124, DE 03 DE MAIO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13, § 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
LIGIANE APARECIDA PAZINATTO	18/04/2022
LUANA TAVARES CHAVES	11/04/2022 a 15/04/2022
PRISCILA ZANETTI CECHINEL	18/04/2022
ZENAIDE TAVARES DE OLIVEIRA	19/04/2022 26/04/2022
ZILDA LEMES	04/04/2022 a 08/04/2022

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ANTONIO MARTINS	13/04/2022
CAETANO CLAUDIO PEREIRA SOARES	18/04/2022
FERNANDO MARTINS DA SILVA	11/04/2022 a 12/04/2022
MARIA INES TEIXEIRA	28/04/2022
WIGNY DA LUZ TEODORO	27/04/2022 a 29/04/2022

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ANGELO SILVA DE ARRUDA	27/04/2022
ANDRELINA SIQUEIRA DOS SANTOS	04/04/2022 05/04/2022
CRISTIAN EDUARDO BONAPAZ	25/04/2022
DANYELA SAMIRA GUIMARÃES	01/04/2022
EDENIR HELENA DE SOUZA	25/04/2022 a 30/04/2022
ELEILAINE DOS SANTOS DIAS	28/04/2022
FRANCIANE KIPP FERRÃO	12/04/2022 13/04/2022 a 22/04/2022
FABÍULA JAQUELINE PIRES	11/04/2022 a 12/04/2022
JOSIANE RIBEIRO DA SILVA	18/04/2022
JOSE APARECIDO MUNIZ DE ARAUJO	06/04/2022
JUSSIMAR OLIVEIRA LIMA	08/04/2022
KATHIA REGINA PINTON SCHULZ	27/04/2022
KELLI CRISTINA RUIZ	18/04/2022 19/04/2022 a 21/04/2022
LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	25/04/2022 a 2/04/2022 27/04/2022
PATRICIA MARTIM PEREIRA	25/04/2022
PHALOANA PINHEIRO COSTA	13/04/2022 a 14/04/2022
ROSIANE FRANCISCA DE MIRANDA	04/04/2022 a 14/04/2022 19/04/2022 a 20/04/2022 25/04/2022 a 30/04/2022
SIMONE PEREIRA DA SILVA	06/04/2022 a 08/04/2022

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
CRISTINA DANTAS BARBOSA	10/04/2022 a 11/04/2022 28/04/2022
MARLI TERESINHA PIRES	04/04/2022 11/04/2022

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal Agricultura, Pecuária e Meio ambiente, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ALINE TAISSA SILVA MORAES	01/04/2022 a 13/04/2022
VAGNER DANIEL PINTO	14/04/2022

Art. 6º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal Finanças, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
DELONEI VALMORBIDA	07/04/2022

Art. 7º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Indústria e Comercio, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
MARINES RAMOS VIANA	27/04/2022

Art. 8º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação,relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ALBERTO OLIMPIO LUSTOSA	01/04/2022 a 03/04/2022
ARCILEI DA SILVA	08/04/2022 a 13/04/2022
CARLINA DOS SANTOS CRUZ	18/04/2022 a 20/04/2022
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	27/04/2022
CRISELDA SELZLER KLAHOLD	21/04/2022 a 30/04/2022
DANIELA MARTINS DA SILVA	25/04/2022
DAYANE MIRANDA ROMEIRA	01/04/2022 05/04/2022 12/04/2022 a 13/04/2022
ELIZA ISABEL DE ALMEIDA MOURA	20/04/2022
EVANILDA RAMOS DA SILVA	25/04/2022
GILMAR VALENTIN RODRIGUES DA SILVA	28/04/2022
IONICE DE OLIVEIRA SANTOS SILVA	06/04/2022 a 08/04/2022 26/04/2022
JAQUELINE SCHITINI DONIZETI	08/04/2022 a 12/04/2022 13/04/2022
JESSICA AMANN FROEHICH	29/04/2022
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	07/04/2022 a 08/04/2022
JOSEANE LUIZ BARBOSA	11/04/2022 12/04/2022 26/04/2022 a 27/04/2022
JULIANA DO NASCIMENTO PISKE CONDACK	20/04/2022
MARIA APARECIDA FERREIRA TORRES	19/04/2022 a 20/04/2022
MARIA SUELY ALVES DA SILVA LAGOA	28/04/2022 a 29/04/2022
MARCIA CRISTINA FASSBINDER ZONATTO	06/04/2022

MAXIMA GRAZIELLA ORTOLAN SCHIMIDT	10/04/2022 a 12/04/2022
NARGIWRE NAGLY KENADS TEODORO	04/04/2022
NEULIZIANE SAMPAIO DE LARA	07/04/2022 a 08/04/2022
NILZA NEVES SANTANA SARAIVA DO NASCIMENTO	28/04/2022 a 29/04/2022
ODILA NELCI KRAMPE DONAT	04/04/2022 a 05/04/2022
QUEILA MATHEUS	27/04/2022
REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS	04/04/2022
ROZECREI ROSA	01/04/2022 a 11/04/2022
SILVANA CARNAUBA DOS SANTOS	18/04/2022
SILVANA OTENIO JUNIOR	07/04/2022
SIRLENE GOMES FERREIRA GRAVA	01/04/2022
TATIANE MARTA LUIZ	26/04/2022 a 28/04/2022
TAMARA CRISTINA HELIODORO POMPEO DA	11/04/2022
VANILDA RODRIGUES PINTO EVANGELISTA	28/04/2022
VERA LUCIA PINHEIRO	01/04/2022 11/04/2022 12/04/2022 a 13/04/2022
VIVIANE DA SILVA MENDES	01/04/2022 20/04/2022 25/04/2022 a 26/04/2022

Art. 9º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de abril de 2022.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO CONTRATO N° 120/2022

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de conservação.

VIGÊNCIA: 07/04/2022 a 06/04/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº 03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO E REGIANE MARIA VARGAS DE BAIROS, CNPJ/MF sob o nº 45.576.700/0001-67, CONTRATADA

EXTRATO DO CONTRATO N° 126/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de conservação.

VIGÊNCIA: 18/04/2022 a 17/04/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº 03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO E ROSANA LIMA DA SILVA, CNPJ/MF sob o nº 41.324.004/0001-02, CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO N. 004/2022/GAPRE

ATO DE DESIGNAÇÃO N. 004/2022/GAPRE

"DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR CUMULATIVAMENTE AS FUNÇÕES DO CARGO DE GERENTE DE EXPEDIENTES E SERVIÇO E DE GERENTE DE PESQUISA DE MERCADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo de Gerente de Pesquisa de Mercado.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Sr.ª **SAMAYRA DA SILVA FERRO,** brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade – CI/RG n. 059930862016-9, emitida por SSP/MA, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n.040.734.081-51, ocupante do cargo de Gerente de Expedientes e Serviço, conforme a portaria n. 089, de 17 de janeiro de 2022, para desempenharcumulativamente as funções do cargo de **GERENTE DE PESQUISA DE MERCADO**, conforme especificado no Art. 98º da Lei n. 1067, de 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 03 de Maio de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 308, DE 03 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N. 308, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido da servidora pública municipal a Sra. **DANDARA LUZ BRITO**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade – CI/RG n. 19464835, emitida por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. 023.234.791-30, do cargo de**GERÊNCIA DE PESQUISA DE MERCADO** do município de Canabrava do Norte – MT, simbologia **GEREPEM** deste município.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 03 de maio de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

2º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N. º 003/2021

2º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N. º 003/2021

De 29 de abril 2022.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO de Canarana E Associação DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO CULUENE.

Pelo presente instrumento, de um lado, a Prefeitura Municipal de Canarana, sediada na Rua Miraguaí n° 228 Centro, Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.023.922/0001-91, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Fábio Marcos Pereira de Faria, brasileiro, **casado**, portador da Cédula de Identidade nº3671142 SESP/GO, inscrito no CPF n.º888.448.461-87, e do outro lado a **Associação** de Desenvolvimento Comunitário do Culuene, doravante simplesmente denominada **CONVENIADA,** neste ato representado pelo sua Presidente Salete Teresinha Thiesen, brasileira, viúva, Servidora pública portadora da Carteira de Identidade n° 3033971494 SSPPC - RS, inscrito no CPF sob n° 515. 074.200-72, considerando a necessidade de ser implementada uma ação conjunta e integrada, as partes supra identificadas ajustaram, na data de 29 de abril de 2021, o **TERMO DE CONVÊNIO nº 003/2021, e** por este INSTRUMENTO celebram o Segundo **TERMO ADITIVO**, em conformidade com as normas legais vigentes, no que couber, com a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, com a Lei Municipal nº 1.551 de 06 de abril de 2021, e a Lei Municipal no. 1.566, de 08 de junho de 2021, mediante as cláusulas e condições adiante expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui Objeto do presente Termo Aditivo a **PRORROGAÇÃO** daVigência do Termo de Convenio originário, por mais 12 (doze) meses, a partir da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no termo de convênio originário, desde que não contrariem o que ficou convencionado neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente Termo será realizada no Diário Oficial do Município, em forma de extrato, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8. 666/1993.

CLÁUSULA QUARTA:

As questões porventura oriundas das interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente serão dirimidas pelo foro da Comarca de Canarana, da Justiça Estadual de Mato Grosso.

E, por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os partícipes firmam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de abril de 2022.

Salete Teresinha Thiesen

Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Culuene

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF Nº

2ª _____

CPF Nº

EXTRATO - CONTRATO 061-2022 - CONTRATO 069-2022

EXTRATO DE CONTRATOS 061/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Adesão a Ata de Registro nº 003/2022

Data: 20/04/2022

Vigência: 20/04/2023

Contratado: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO

Objeto: Contratação de empresa, do tipo casa de apoio, cujo objeto é a prestação de serviços (hospedagem / fornecimento de refeições / transporte / diária), exclusivamente com sede na cidade de Cuiabá - MT.

Valor: R$ 212.500,00 (Duzentos e doze mil e quinhentos reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 062/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2022

Data: 20/04/2022

Vigência: 31/12/2022

Contratado: SEGUNDA GESTÃO RODUÇÕES ARTISTICAS E EVENTOS LTDA

Objeto: Inexigibilidade de Licitação n.º 003/2022, a contratação de empresa promotora de shows artísticos para realização de show com a Dupla Sertaneja “HUGO & GUILHERME” a ser realizado no dia 14/07/2022.

Valor: R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 063/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 015/2022

Data: 22/04/2022

Vigência: 22/04/2023

Contratado: JAIRO GUILHERME DIETER

Objeto: Locação de imóvel residencial com área total construída de 98,00 m² para moradia do servidor designado para gestão da unidade do IFMT de Canarana.

Valor: R$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais) no período de 12 (doze) meses.

EXTRATO DE CONTRATOS 064/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 026/2022

Data: 22/04/2022

Vigência: 31/12/2022

Contratado: RAINHA CENTER LTDA

Objeto: Aquisição de computadores desktop atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT.

Valor: R$ 42.500,00 (Quarenta e dois mil e quinhentos reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 065/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação 031/2022

Data: 25/04/2022

Vigência: 31/08/2022

Contratado: E.L. BRUM LTDA – ME

Objeto: Locação temporária de 01 (uma) mini carregadeira equipada com vassoura e concha sem operador.

Valor: R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 066/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 005/2022

Data: 26/04/2022

Vigência: 26/04/2023

Contratado: MS DIAGNOSTICA

Objeto: Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2022, a Aquisição de reagentes e serviços de manutenção na leitora de células SISMEX 800I e COBAS H 232 exclusivos da marca ROCHE em todo o Estado de Mato Grosso.

Valor: R$ 96.845,00 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 067/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 032/2022

Data: 29/04/2022

Vigência: 31/08/2022

Contratado: DHL COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para a realização de estudo de viabilidade para implantação de um sistema de geração de energia fotovoltaica para o município de Canarana – MT.

Valor: R$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 068/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 006/2022

Data: 29/04/2022

Vigência: 31/12/2022

Contratado: GOLFÃO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

Objeto: Inexigibilidade de Licitação n.º 003/2022, a contratação de empresa promotora de shows artísticos para realização de show com a Dupla Sertaneja “LEO E RAPHAEL” a ser realizado no dia 16/07/2022.

Valor: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 069/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão Presencialnº 015/2022

Data: 02/05/2022

Vigência: 02/05/2023

Contratado: RÁDIO CAPITAL DO ARAGUAIA LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa para serviços de inserções para veiculação de jingle e transmissões ao vivo de forma diária e fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT.

Valor: R$ 418.000,00 (Quatrocentos e dezoito mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 043/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA CNPJ: 26804377/0003-59

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços especializados para informatização da administração pública municipal, através de licenciamento mensal de sistemas web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema, específicos para gestão pública municipal sem limite quanto ao número de usuários, com implantação, hospedagem de dados, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, incluindo a migração de dados dos sistemas ora em uso. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração

VALOR SUPRESSIVO : **R$37.234,40**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 241 DE 19 DE ABRIL DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS, Secretario Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora IVANETE BIAZOTO CORTE matricula nº 3604, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data de 18 de abril de 2022, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 17 de abril de 2022 ao dia 01 de maio de 2022 totalizando 15 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto nº 017/2022.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 240 DE 19 DE ABRIL DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS, Secretario Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor COSMO DE SOUZA SANTOS matricula nº 14, cargo de Fiscal de Tributos, na data de 18 de abril de 2022, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 13 de abril de 2022 ao dia 27 de abril de 2022 totalizando 15 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto nº 017/2022.

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

Portaria nº 019/2022

Súmula: "Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 001/2020, da Câmara Municipal de Vereadores Carlinda, homologado em data de 24 de março de 2021, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, Senhor **José Henrique Bertpaglia**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, e ainda,

Considerando a homologação do processo de Concurso Público Edital nº 001/2020;

Considerando necessidade de atendimento do disposto no artigo 18 da Lei Municipal nº 892/2015;

Considerando o que dispõe a Portaria n° 018/2022;

Resolve:

Art. 1º. Convocar o candidato classificado no processo de Concurso Público Edital nº 001/2020, ao cargo de provimento efetivo.

I. Advogado: Lucas Cesar Lima Jardim (1º CLASSIFICADO).

Art. 2º. O candidato deverá atender as determinações do ato convocatório, anexo desta Portaria, no prazo máximo de 30 dias, a partir da publicação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Carlinda MT, 03 de maio de 2022.

José Henrique Bertpaglia

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda

ATO CONVOCATÓRIO Nº 003

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, Senhor **José Henrique Bertpaglia**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, no Estatuto dos Servidores Público do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, ainda, no Edital de Concurso Público, CONVOCA o candidato 1º classificado no Concurso Público Edital nº 001/2020, do cargo de Advogado: Lucas Cesar Lima Jardim, para que no prazo de 30 dias, a contar da publicação deste ato, apresente a seguinte documentação:

I. Documentação em duas cópias:

a) Documento de identidade e CPF;

b) Título Eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais.

c) Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação (sexo masculino);

d) Comprovante do PIS ou PASEP, caso tenha sido empregado;

e) Comprovante de endereço;

f) Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (se for o caso);

g) Certidão de nascimento ou casamento;

h) Certidão de nascimento dos filhos (até 14 anos);

i) Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

II. Das declarações exigidas, os modelos poderão ser disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse:

a) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

b) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

c) Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

III. Demais documentação:

a) Conta Corrente junto a instituição bancária.

1. Por determinação da Lei nº 892/2015, o(a) candidato(a) nomeado(a), quando de sua posse deverá apresentar **laudos de avaliação clínica médica e psicológica, fornecido por Médico do Trabalho.**

2. Hemograma completo em jejum;

3. Glicemia em jejum;

4. Perfil lipídico (colesterol LDL, colesterol HDL e triglicerídeos;

5. Exame de Urina e Parasitológico de fezes.

IV. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) excluído(a) do Concurso Público.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 048/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: SETA CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI sob CNPJ 31.591.593/0001-31

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO POLO DE MODALIDADE BÁSICA DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE NO BAIRRO CRISTO REY, ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até **03 de Junho de 2022.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: até **02 de Agosto de 2022.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - PORTARIA 018/2022

PORTARIA Nº. 018/2022

SÚMULA: "EXONERAÇÃO À PEDIDO DO SR. REGINALDO DE SOUZA SILVA DO CARGO DE ADVOGADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **José Henrique Bertipaglia**, Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, no uso de suas atribuições regimentais e legais, e

CONSIDERANDO o pedido de exoneração protocolado junto a Secretária desta Câmara Municipal pelo Sr. Reginaldo de Souza Silva em 02/05/2022;

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar a pedido o **Sr. REGINALDO DE SOUZA SILVA**, portador do RG 2220885-2 SSP/MT e CPF n° 047.478.311-18, do cargo efetivo de Advogado, lotado na Câmara Municipal de Carlinda - MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Carlinda MT, 03 de maio de 2022.

José Henrique Bertipaglia

Presidente da Câmara Municipal de Carlinda – MT.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Extrato do Contrato de Trabalho, referente ao Processo Suplementar de Escolha Unificado 009/2021, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescen-

te (ECA), pela Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o qual foi realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Carlinda (MT), respeitando o art. 16 do CONANDA, foi convocada a primeira suplente para suprir a ausência dos conselheiros tutelares, que usufruíram de férias com inicio em 02/05/2022 e termino 30/06/2022, sendo:

Contrato nº 039/2022 – LUANA ARIELE DOS SANTOS MICUANSKI.

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 049/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: C. CEZAR DOS SANTOS EIRELI ME sob CNPJ 34.134. 962/0001-55

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM TSD EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até **11 de Julho de 2022.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: até **09 de Setembro de 2022.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: 036/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

CONTRATADO: LABINBRAZ COMERCIAL LTDA inscrita no **CNPJ sob o n.º 73.008.682/0001-52**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO OPERACIONAL ESPECIFICO DE EQUIPAMENTOS DO LABORATORIO MUNICIPAL DA MARCA WIENER LAB.**

VALOR TOTAL: **R$3.000,00**

18 de Abril de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: 037/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

CONTRATADO: IGLIKOSKI & IGLIKOSKI LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **01.824.746/0002-63**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA PLATAFORMADO, COM CAPOTA NOVO COM POTENCIA MÍNIMA DE 95 CV ATRAVÉS DO CONVÊNIO 909846/2021 COM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE – SUDECO.**

VALOR TOTAL: **R$247.500,00**

01 de Abril de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

CONTRATO N°: 038/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

CONTRATADO: NETULTRA PROVEDOR DE INTERNET LTDA sob CNPJ 09.130.701/0001-10

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.**

VALOR TOTAL: **R$1.563,10**

20 de Abril de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

CONTRATO N°: 040/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

CONTRATADO: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **07.847.837/0001-10**

OBJETO: **Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e seus Departamentos.** A aquisição do medicamento Omeprazol 40 mg injetavel.

VALOR TOTAL: **R$22.720,00**

27 de Abril de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

CONTRATO N°: 041/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

CONTRATADO: DIMAQ – CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA sob CNPJ 05.220.404/0001-04

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTO/EQUIPAMENTO TIPO LAMINA RETA 13 FUROS 5/8 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.

VALOR TOTAL: **R$8.645,00**

29 de Abril de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

CONTRATO N°: 043/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

CONTRATADO: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA inscrita no **CNPJ nº 26.804.377/0001-97**

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços especializados para informatização da administração pública municipal, através de licenciamento mensal de sistemas web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema, específicos para gestão pública municipal sem limite quanto ao número de usuários, com implantação, hospedagem de dados, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, incluindo a migração de dados dos sistemas ora em uso. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração

VALOR TOTAL: **R$157.239,68**

02 de Maio de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2022

Dispensa de licitação N° 27/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DA EMPRESA EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO PSF URBANO E PLANTÕES PRESENCIAIS DE 12 HORAS E SOBREAVISO NO PRONTO ATENDIMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT.

Contratada: **A D – CENTRO DE TRATAMENTO MEDICO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**

CNPJ nº: **13.164.585/0001-27**

Valor: **R$ 268.500,00**

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 180 dias.

Base legal: Art. 24 incisos IV, da Lei nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 22/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 22/2022

Dispensa de licitação N° 22/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTA DE GIRO COM BANDEIRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT

Contratada: **JB MARMORARIA E VIDRAÇARIA LTDA**

CNPJ nº: **38.412.372/0001-06**

Valor: **R$ 2.150,00 (Dois mil cento e cinquenta reais)**

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pela Secretaria de Agricultura

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 22/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 22/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 22/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE PORTA DE GIRO COM BANDEIRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **JB MARMORARIA E VIDRAÇARIA LTDA** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 38.412.372/0002-89**, com o valor global de **R$ 2.150,00 (Dois mil e cento e cinquenta reais**).

Castanheira - MT, **03** de maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 44/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 09/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**DEDETIZADORA ESTRELA JUINA LTDA** cadastrada no **CNPJ N°: 26.109.335/0001-36;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO NO PRONTO ATENDIMENTO, ALA COVID, PSF URBANO, PSF VALE DO SERINGAL, PSF RURAL E UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABIILITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT;**

VALOR: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA:14/**03/2022 a 14/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 45/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 10/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**COTRIGUAÇU MOTOSSERRAS LTDA** cadastrada no **CNPJ N°: 97.359.129/0001-22;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT.**

VALOR: R$ 17.202,10 (dezessete mil e duzentos e dois reais e dez centavos).

VIGÊNCIA:16/**03/2022 a 16/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 46/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 11/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**E DA PÁSCOA ASSIS ME** cadastrada no **CNPJ N°: 21.573.367/0001-74;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE COLETA DE SANGUE PLATAFORMA ESTOFADA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT.**

VALOR: R$ 1.330,00 (um mil e trezentos e trinta reais).

VIGÊNCIA:16/**03/2022 a 16/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 47/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 12/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**AZZUERE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS EIRELI** cadastrada no **CNPJ N°: 37. 082.727/0001-75;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA A QUADRA DO GINÁSIO MUNICIPAL FRANCISCO AUGOSTINHO PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ESPORTE AMADOR DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA MT.**

VALOR: R$ 4.272,00 (quatro mil e duzentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA:16/**03/2022 a 16/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 50/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Adesão 02/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**SC MEDICAL COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **12.246.862/0001-88;**

OBJETO: O presente Contrato tem por ***ADESÃO Nº 02/2022. "CARONA A ATA DE REGISTROS Nº 002/2022 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 - ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS: PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA CIPA - MT; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO*.**

VALOR: R$ 177.172,70 (Cento e setenta e sete mil e cento e setenta e dois reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA:17/**03/2022 a 17/05/2022**

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 17/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 51/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Pregão Presencial nº 12/2022**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**LUANA FAULA PERPETUO EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **39.429.421/ 0001-78;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL MÉDICO PARA PERÍCIA MÉDICA (CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA E DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU REAVALIAÇÃO).**

VALOR: R$ 177.172,70 (Cento e setenta e sete mil e cento e setenta e dois reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: 24/03/2022 À 24/03/2023

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 52/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 13/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**POSSMOSER SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 45.663.486/0001-86;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA EM CARATER EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO PSF RURAL, PLANTÕES PRESENCIAIS DE 12 HORAS E SOBREAVISO NO PRONTO ATENDIMENTO.**

VALOR: R$ 268.500,00 (Duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 24/03/2022 À 24/10/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 53/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 14/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**LORENILCE BUTTCHER LTDA ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 07.499.482/0001-15;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA ARTESANAIS PARA ATENDER O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (SCFV) E O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

VALOR: R$ 6.720,00 (Seis mil e setecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 29/03/2022 À 29/05/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 54/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Pregão Presencial nº 16/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**LETICIA FURTADO FERREIRA 03526838135,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 36.672.795/0001-21;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRICIONISTA.**

VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

VIGÊNCIA: 07/04/2022 À 07/04/2023

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 07/04/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 55/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 15/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**R.P ALEXANDRINO LTDA ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 43.423.571/0001-41;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO PSF VALE DO SERINGAL E PLANTÕES PRESENCIAIS DE 12 HORAS E SOBREAVISO NO PRONTO ATENDIMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

VALOR: R$ 268.500,00 (Duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 07/04/2022 À 07/10/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 07/04/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 57/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 17/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**DROGARIA MOREIRA FARMA LTDA ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 11.740.637/0001-30;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DE DETERMINADOS PACIENTES ATENDENDO AS NECESSIDADES DE SECRETARIA DE SAÚDE.**

VALOR: R$ 4.983,03 (quatro mil e novecentos e oitenta e três reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 20/04/2022 À 20/06/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 20/06/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

A Prefeitura Municipal de Castanheira, CNPJ nº 24.772.154/0001-60,torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estadual de Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para **Obra de Aplicação de Lama Asfáltica Grossa em vias urbanas no Município de Castanheira-MT**.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2022

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 56/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 16/2022.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**MINEIRO POÇOS ARTESIANO LTDA ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 39.285.559/0001-40;**

OBJETO: O presente Contrato tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE UM POÇO TUBULAR SEMIARTESIANO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE.**

VALOR: R$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais).

VIGÊNCIA: 12/04/2022 À 12/06/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2022

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 21/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 21/2022

Dispensa de licitação N° 21/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES ACOMETIDOS DE CERTAS PATOLOGIAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT

Contratada: **DROGARIA MOREIRA FARMA LTDA - ME**

CNPJ nº: **11.740.637/0001-30**

Valor: **R$ 4.352,00 (Quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais)**

Data da declaração: **03 de maio de 2022, Pela Secretaria de Saúde**

Data da ratificação: **03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior**

Referência Período: **60 dias.**

Base legal: **Art. 24 incisos IV, da Lei Federal nº 8.666/93.**

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 21/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 21/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 21/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES ACOMETIDOS DE CERTAS PATOLOGIAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **DROGARIA MOREIRA FARMA LTDA - ME** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 11.740.637/0001-30**, com o valor global de **R$ 4.352,00 (Quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais**).

Castanheira - MT, **03** de maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 23/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 23/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 23/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE CANECAS DE PORCELANA ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **MAIARA JARDINI PEREIRA 04227812151** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 42.408.043/0001-50**, com o valor global de **R$ 2.900,00 (Dois mil novecentos reais**).

Castanheira - MT, 03 de maio de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2022

Dispensa de licitação N° 20/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE MICRO REVESTIMENTO E SINALIZAÇÃO EM CERCA DE 15 KM DE VIAS URBANAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT

Contratada: **AUTOVIA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**

CNPJ nº: **43.539.547/0001-72**

Valor da contratação: R$ 31.490,00 (trinta e um mil e quatrocentos e noventa reais)

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pelo Departamento de Viação e Urbanismo

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2022

Dispensa de licitação N° 23/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CANECAS DE PORCELANA ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT.

Contratada: **MAIARA JARDINI PEREIRA 04227812151**

CNPJ nº: **42.408.043/0001-50**

Valor: **R$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais)**

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pela Secretaria Municipal de Assistência Social

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 20/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 20/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 20/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE MICRO REVESTIMENTO E SINALIZAÇÃO EM CERCA DE 15 KM DE VIAS URBANAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **AUTOVIA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 43. 539.547/0001-72**, com o valor global de **R$ 31.490,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e noventa reais**).

Castanheira - MT, **03** de Maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 24/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 24/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 24/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE FLORES NATURAIS PARA DECORAÇÃO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **JANETE CARDOZO RODRIGUES 02643221184** cadastrada no **CNPJ/ MF sob o nº 36.316.445/0001-22**, com o valor global de **R$ 1.980,00 (Hum mil novecentos e oitenta reais**).

Castanheira - MT, **03** de maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 24/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 24/2022

Dispensa de licitação N° 24/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VASOS DE FLORES NATURAIS PARA DINAMICA COM AS MÃES DO (SCFV) SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT

Contratada: **JANETE CARDOZO RODRIGUES 02643221184**

CNPJ nº: **36.316.445/0001-22**

Valor: **R$ 1.980,00 (Hum mil novecentos e oitenta reais)**

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pela Secretaria Municipal de Assistência Social

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 25/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 25/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 25/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSTALAÇÃO DE CALHAS, RUFOS E PINGADEIRAS EM ALUZINCO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **MARCIO EDUARDO SANTOS ARCENA 06045546130** cadastrada no **CNPJ/ MF sob o nº 44.045.481/0001-27**, com o valor global de **R$ 3.374,78 (Três mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos**).

Castanheira - MT, **03** de maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 25/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 25/2022

Dispensa de licitação N° 25/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSTALAÇÃO DE CALHAS, RUFOS E PINGADEIRAS EM ALUZINCO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT.

Contratada: **MARCIO EDUARDO SANTOS ARCENA 06045546130**

CNPJ nº: **44.045.481/0001-27**

Valor: **R$ 3.374,78 (Três mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos).**

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pela Secretaria Municipal de Educação

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 26/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 26/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 26/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE TINTAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **COTRIGUAÇU MOTOSSERRAS LTDA** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 97.359. 129/0001-22**, com o valor global de **R$ 4.526,08 (Quatro mil quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos**).

Castanheira - MT, **03** de maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/2022

Dispensa de licitação N° 26/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT

Contratada: **COTRIGUAÇU MOTOSSERRAS LTDA**

CNPJ nº: **97.359.129/0001-22**

Valor: **R$ 4.526,08 (Quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos)**

Data da declaração: 03 de maio de 2022, Pela Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Esporte Amador

Data da ratificação: 03 de maio de 2022. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 03 de maio de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

ERRATA DO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO CC 01/2022

A Comissão Permanente de Licitação – CPL nomeada pela Portaria Municipal nº 040/2021, torna público que fará realizar no dia 06 de maio de 2022, ás 08h:00min a abertura da licitação cuja modalidade é Carta Convite, que tem por finalidade**: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA PARA RETIFICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO PARA FINS DE LOTEAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO, CARTAS DE ANUÊNCIA DE CONFINANTES, ENFIM TODO E QUALQUER PROCEDIMENTO E OU DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS IMÓVEIS DE MATRÍCULAS Nº 6.040, 6.668, 6. 669, 6.671, 7.452 e 7.453, TODAS DO 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TÍTULOS E DOCUMENTOS DE JUÍNA/MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** em conformidade com as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme especificações do anexo I do Edital. O recebimento das propostas será até o dia 06 de maio de 2022, impreterivelmente às 07h:50min, com a abertura as 08h:00min. A cópia do Edital e seus anexos poderão ser retirados no Departamento de Licitações na sede do Poder Executivo Municipal localizado na Rua Mato Grosso, nº 84, Centro – Castanheira-MT, a partir de 29 de abril de 2022 em horário de expediente, sendo este das 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min ás 17h:00min, de segunda á sexta-feira. Demais informações, pelo telefone (66)3581-1166 ou pelo endereço eletrônico licitacaocastanheira2019@gmail.com.

Onde se lê Portaria Municipal nº 040/2021 **leia se** Portaria Municipal nº 040/2022.

Castanheira - MT, 03 de maio de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 27/2022

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 27/2022

A Presidente da CPL torna público que realizou Licitação **DISPENSA Nº 27/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO PSF URBANO E PLANTÕES PRESENCIAIS DE 12 HORAS E SOBREAVISO NO PRONTO ATENDIMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **AD CENTRO DE TRATAMENTO MÉDICO LTDA,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 13. 164.585/0001-27**, com o valor global de **R$ 268.500,00 (Duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais**).

Castanheira - MT, **03** de maio de **2022.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°040/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA/Nº 001/2022
PROC ADM Nº 2883/2022

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação/cpl, Sr. **MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM** e respectivos membros, nomeados pela Portaria no 085/2021, de 02 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 45, § 1º, inciso I, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Inciso VI do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, **ADJUDICA** o procedimento Licitatório – modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação Asfáltica em 21 (vinte e uma) ruas e avenidas situadas no bairro BOM CLIMA, localizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT, conforme projeto em anexo, perfazendo um total 25.244,00 m² de área a ser pavimentadas",** onde foi vencedora do certame a empresa **ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA/CNPJ: 15.319.010/0001-61**,no valor global de **R$ 3.890.390,78 (três milhões, oitocentos e noventa mil, trezentos e noventa reais e setenta e oito centavos),** após análise e parecer técnico conclusivo constante do edital (item 13.13.1 – 15.1)conforme Relatório da ata da Sessão. Chapada dos Guimarães-MT, 03 de maio de 2022.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 008/2022

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Para A Elaboração De Projetos Básicos De Obras De Arte Especiais - Pontes De Concreto Em Rodovias Estaduais E Municipais Não Pavimentadas No Município De Chapada Dos Guimarães/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **17 DE MAIO DE 2022 (TERÇA-FEIRA) - 09:00 hs - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Tiradentes, nº 166, Centro, das 08:00h até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**65) 3301-1570. Chapada dos Guimarães-MT, 03 de maio de 2022.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Pregoeiro

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 27/2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 27/2022

CONSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA PLANTA GÉNERICA DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO que a planta genérica de valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário dos imóveis prediais e territoriais localizado na zona urbana do Município. Tendo como objetivo determinar o valor venal dos imóveis utilizando como BASE DE CÁLCULO para o lançamento: Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial urbana (IPTU); Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de bens imóveis de direitos reais a eles relativos (ITBI) e Contribuição de Melhoria, conforme § 1º do artigo 5º da Lei Complementar 032/2007 (Código Tributário Municipal).

CONSIDERANDO que os valores venais dos imóveis constantes atualmente decorrem da Planta Genérica instituída pela Lei Complementar 032/2007 (Código Tributário Municipal), que definiu os valores de trecho de logradouro para composição e apuração do valor venal.

CONSIDERANDO que os valores fixados por trecho de logradouro, devem ser condizentes com atual situação econômica diante da nova realidade do mercado imobiliário do município que sofreu alteração ao longo desses anos.

CONSIDERANDO que os valores de trecho de logradouro podem ser fixados por DECRETO, entretanto, em razão da complexidade de elementos para determinar o valor venal de um imóvel, o meio adequado para essa analise se faz por meio de constituição de COMISSÃO própria com finalidade especifica: de identificar, avaliar e propor correção em relação a possíveis distorções de valores venais dos imóveis situados no município, em atendimento ao artigo 5º *ss*. da Lei Complementar 032/2007 (Código Tributário Municipal).

D E C R E T A

Art. 1° Fica constituída a Comissão de Avaliação e Revisão da Planta Genérica de valores dos imóveis existentes no Município, para apuração do valor venal, que servirá de base de cálculo para lançamento do IPTU do Exercício de 2023, em atendimento ao § 2º artigo 6º da Lei Complementar 032/2007 (Código Tributário Municipal), composta da seguinte forma:

I. Secretário Municipal de Planejamento – Sr. **Aislan Sebastião Cunha Galvão**

II. Secretário Municipal de Finanças – Sr. **Dagoberto Garcia Belufi**

III. Delegado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – 19ª Região – Sr. **Sergio Rezende Souza**

Art. 2° Fica designado o Secretário Sr. Aislan Sebastião Cunha Galvão, presidente da comissão constituída no art. 1º deste DECRETO.

Art. 3° Os membros da comissão deverão apresentar relatório das atualizações necessárias, até o dia 10 de setembro, do presente exercício, com apresentação das propostas para análise e conhecimento do executivo, e conforme o caso, adoção das formas legais para fixação dos valores objetos de correção e atualização, mediante elaboração e edição de DECRETO com fim específico em fixar os valores para trecho de logradouro.

Art. 4° Poderá o PRESIDENTE da COMISSÃO, visando a cumprir o prazo estipulado no artigo 3º, bem como reunir condições de trabalho aos membros desta comissão, requisitar equipamentos e apoio dos servidores municipais lotados nos diversos órgãos do município, que tenham afinidades com os trabalhos a serem desenvolvidos, mediante simples solicitação ao secretário da respectiva pasta.

Parágrafo único. A Comissão se auto regulamentará quanto ao seu funcionamento e demais deliberações.

Art. 5° Fica facultado ao Titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, se necessário for, ou em decorrência da demanda de atividade, substitui, excluir ou incluir novos membros a esta comissão visando garantir a conclusão dos trabalhos de forma eficiente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 26 de abril de 2022.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 18/2022

PORTARIA Nº 18/2022

"Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem em via no município de Chapada dos Guimarães, e dá outras providências".

Sr. Osmar Froner de Mello, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, pela presente portaria, resolve:

ARTIGO 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Chapada dos Guimarães/MT, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO** das obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	TRECHO	RESPONSAVEIS PELA ELABORAÇÃO
Termo de Aprovação de Projeto nº 4223/2022	RUA JAMACA Área Total: 38.868,11 m²	Andréa G. de Oliveira Matos Engenheira Civil - CREA 120.004.431-2 Rafael Nicodemos M. Bruzzon Eng. Sanitarista e Ambiental, Eng. Civil - CREA 121366604-0

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil: LUIS CARLOS DE FREITAS

CREA MT 03.117/D

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Chapada dos Guimarães, 02 de maio de 2022

Osmar Froner de Mello Prefeito Municipal	**Luis Carlos de Freitas** Engenheiro Civil – CREA 03.117/D

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL N.º 026/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 026/2021

INCLUI NO MUTIRÃO FISCAL OS DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA VENCIDOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no mutirão fiscal permanente de que trata a Lei Complementar nº 074/2017 os débitos de qualquer natureza vencidos até o dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º. As disposições contidas no presente Decreto entram em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados as disposições em contrarias.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 20 de abril de 2022.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 085/2021, de 02 de agosto de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação referente ao procedimento Licitatório - modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação Asfáltica em 21 (vinte e uma) ruas e avenidas situadas no bairro BOM CLIMA, localizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT, conforme projeto em anexo, perfazendo um total 25.244,00 m² de área a ser pavimentadas",** onde foi vencedora do certame a empresa **ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA/CNPJ: 15.319.010/0001-61**,no valor global de **R$ 3.890.390,78 (três milhões, oitocentos e noventa mil, trezentos e noventa reais e setenta e oito centavos),** após análise e parecer técnico conclusivo constante do edital (item 13.13.1 – 15.1)conforme Relatório da ata da Sessão. Chapada dos Guimarães-MT, 03 de maio de 2022.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Presidente da CPL

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº. 1.940 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

LEI Nº. 1.940 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

AUTORIA: Vereadores ZÉ OTÁVIO – PL e RAFAEL NILO – PDT

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO DIA DO CICLISTA NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães**:** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica instituído o Dia Municipal do Ciclista, a ser comemorado anualmente no dia 19 de agosto, podendo o Município realizar a promoção de eventos e atividades a serem desenvolvidas em espaço público com ampla divulgação.

Art. 2° - São objetivos do Dia Municipal do Ciclista:

I - Difundir o uso da bicicleta, tanto na forma de exercício físico, quanto como meio de transporte;

II - Promover a conscientização da importância do ciclismo e da prática de esportes como instrumentos de qualidade de vida;

III - Desenvolver o mútuo respeito entre ciclistas, motoristas e pedestres.

IV- Promover campanhas, eventos educativos e esportivos, incentivando o uso da bicicleta.

Art. 3º - As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art.4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 26 de abril de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA/Nº 001/2022
PROC ADM Nº 2883/2022

O Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, Sr. **OSMAR FRONER DE MELLO**, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 45, § 1º, inciso I, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Inciso VI do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, **HOMOLÓGA a Adjudicação** do procedimento Licitatório - modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação Asfáltica em 21 (vinte e uma) ruas e avenidas situadas no bairro BOM CLIMA, localizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT, conforme projeto em anexo, perfazendo um total 25.244,00 m² de área a ser pavimentadas",** onde foi vencedora do certame a empresa **ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA/CNPJ: 15.319.010/0001-61**,no valor global de **R$ 3.890.390,78 (três milhões, oitocentos e noventa mil, trezentos e noventa reais e setenta e oito centavos),** após análise e parecer técnico conclusivo constante do edital (item 13.13.1 – 15.1)conforme Relatório da ata da Sessão. Chapada dos Guimarães-MT, 03 de maio de 2022.

OSMAR FRONER DE MELO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº. 1.941 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

LEI Nº. 1.941 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

AUTORIA: Vereador MARIANO – PDT

INSTITUI O "PROJETO ADOTE UMA LIXEIRA" NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES–MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães**:** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o "Projeto Adote uma Lixeira", destinado às empresas privadas ou entidades sociais interessadas no financiamento, na instalação e manutenção de lixeiras nos logradouros públicos no Município de Chapada dos Guimarães-MT.

Art. 2º. São objetivos do "Projeto Adote uma Lixeira":

I - preservar a limpeza;

II - garantir bom estado de conservação das áreas de lazer e logradouros públicos em geral;

III - aumentar o número de lixeiras na cidade;

IV - incentivar a reciclagem e melhoria da limpeza pública municipal;

V - reduzir as despesas do município com a instalação e manutenção das lixeiras públicas;

VI - estimular a parceria público-privada;

VII - conscientizar a população sobre a importância de ter uma cidade limpa em termos de higiene e saúde.

Art. 3º. As lixeiras deverão ser instaladas a distância mínima de 50 m (cinquenta metros) entre uma lixeira e outra, preferencialmente nas esquinas, observadas as seguintes condições:

I - estar em conformidade com a legislação municipal, especialmente aquela relativa a uso do solo urbano, posturas e gestão de resíduos sólidos;

II – situar-se em locais desimpedidos ao acesso dos funcionários de limpeza urbana para a coleta regular;

III - estar de acordo com as especificações técnicas, de forma a impedir o vazamento de resíduos e o comprometimento das condições de salubridade e bem-estar da comunidade local;

IV - não comprometer a livre circulação de pessoas e veículos;

V - conter a inscrição “Adote uma Lixeira”, com o número da Lei.

Art. 4º. Na lixeira poderá também conter adesivo com a logomarca ou publicidade da empresa ou entidade responsável pela sua manutenção.

Parágrafo único: Fica vedada a veiculação nas lixeiras de propaganda de marcas de cigarro, bebidas, propagandas que atentem ao pudor, sigla de partidos políticos, seitas religiosas e nomes de detentores de cargos eletivos ou de candidatos, em conformidade com a Lei nº 9.294/1996 c/c art. 220, § 4º da Constituição Federal.

Art. 5º. A instalação das lixeiras nos logradouros públicos poderá ser de frente para a empresa ou entidade responsável ou em outro local, desde que respeitadas às condições previstas no artigo 3º desta Lei.

Art. 6º. Os custos relativos à confecção, instalação à manutenção das lixeiras são de inteira responsabilidade das empresas privadas, entidades sociais que instalarem a lixeira.

Art. 7º. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 26 de abril de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT - Altamir Kurten, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **VERA LÚCIA B. DE SOUZA, ML TRENTO MERCADO e COMERCIAL LUAR EIRELI EPP,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT.”**

Cláudia/MT, 03 de Maio de 2022.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 027/2022/LIC/SEMAD

DATA: 03 de Maio de 2022.

SÚMULA: Nomeia o servidor **Lucas Seganfredo Dill,** como fiscal de Contratos e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, DAVI SCHLEICHER, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **Lucas Seganfredo Dill**, portador do RG nº 1878166-7 SSP/SP e inscrito no CPF n° 054.653.051.69, como FISCAL DE CONTRATO abaixo relacionado;

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
002/2022	**MARCOS S BIUDES EIRELI**	**LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT**

Art.2° Nomeia a servidora **Tcherles Eliana Delani**, portador do RG nº 1669339-6 SESP/MT e inscrito no CPF n° 023.021.341-33, como **SUPLENTE.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

03 de Maio de 2022

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022.

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Altamir Kurten**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado 001/2022 , fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006 e demais legislação pertinente, resolve tornar público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS AOS RECEPTIVOS CARGOS DO QUAL PRESTARAM DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 CONFORME ANEXO I.

Cláudia/MT, 03 de maio de 2022.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Dalila Tributino Colman

Presidente da Comissão

Anexo I

PROCESSO SELETIVO 001/2022

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES

Classificação	NOME	CPF	cargo	LOCAL DE ATUAÇÃO	NOTA
Aprovada	Gabrieli Stefani de Oliveira	061.098.871-96	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	96
Aprovada	Meirilene Oliveira Neves	001.493.681-00	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	84
Aprovada	Cristiana Pereira da Silva	025.109.661-26	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	84
Aprovada	Edinamar de Souza Terra Queiroz	899.818.129-00	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	78
Aprovada	Elisangela Lima de Moraes Lopes	025.752.511-41	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	78
Aprovada	Luciana da Cruz Silva	028.195.751-70	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	78
Aprovada	Diane Facchi Casagrande	039.284.369-29	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Escola e Creches	78

PROCESSO SELETIVO 001/2022

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-40 HORAS

SETOR URBANO-CRECHES

Classificação	NOME	CPF	cargo	LOCAL DE ATUAÇÃO	NOTA
Aprovada	Milene Kauane dos Santos Albertini	045886169-35	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Creches	66
Aprovada	Andreza Lourenço Lopes	877345751-53	Professor - Pedagogia	Setor Urbano – Creches	65

PROCESSO SELETIVO 001/2022

NUTRICIONISTA-40 HORAS

SETOR URBANO E SALAS ANEXAS

Classificação	NOME	CPF	cargo	LOCAL DE ATUAÇÃO	NOTA
Aprovada	Fernanda da Silva	04702274198	Nutricionista	**Setor urbano e salas anexas**	87

PROCESSO SELETIVO 001/2022

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA GEOGRAFIA-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS

Classificação	NOME	CPF	cargo	LOCAL DE ATUAÇÃO	NOTA
Aprovada	Simone Fiorese Weiss	926094570-49	**Professor - Geografia**	**Setor urbano-escolas**	83

PROCESSO SELETIVO 001/2022

PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA LETRAS-30 HORAS

SETOR URBANO-ESCOLAS

Classificação	NOME	CPF	cargo	LOCAL DE ATUAÇÃO	NOTA
Aprovado	**Igor Abreu Silva Drumond**	**129435706-99**	**Professor- Letras**	**Setor urbano-escolas**	87

Cláudia-MT, 03 de maio de 2022.

Altamir Kurten Dalila Marques Tributino

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

PREFEITURA DE CLAUDIA
LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Cláudia, CNPJ nº **01.310.499/0001-04,** torna público que requereu junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) E (LI) para construção de Calçadas de Passeio Público e Acessibilidade em diversas Ruas do perímetro urbano de Cláudia/MT.

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 026/2022/LIC/SEMAD

DATA: 18 de Abril de 2022.

SÚMULA: Nomeia o servidor **Silvia Schmeing ,** como fiscal de Contratos e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, DAVI SCHLEICHER, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **Silvia Schmeing,** portador do RG nº 12329339 SSP/MT e inscrito no CPF n° 021.072.801-93, como **FISCAL DE CONTRATO**;

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
006/2021	**COSTA URIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS**	**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIVERSAS ÁREAS DO DIREITO PÚBLICO, EM ESPECIAL LICITAÇÕES, CONTRATOS, PROCESSOS LEGISLATIVOS, RECURSOS HUMANOS, ANÁLISES DE LEGISLAÇÕES E DEFESAS DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO JUNTO A ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO**

Art.2° Nomeia a servidora **Tcherles Eliana Delani**, portador do RG nº 1669339-6 SESP/MT e inscrito no CPF n° 023.021.341-33, como **SUPLENTE.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação retroagindo seus efeitos ao dia 07/01/2022.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

18 de Abril de 2022

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREVILIDER
PORTARIA N.º 017/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra. Celia Krause ".

A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n. 41 de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 6º-A acrescentado pela Emenda Constitucional n. 70 de 29 de março de 2012, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n. º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. **Art. 1º** Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** em favor da **Sra. Celia Krause,** portadora do RG n.º 1857080-1 SSP/MT, inscrita no CPF. n.º 361.540.671-00 e da Cédula Eleitoral de n.º 0014200171813, Zona "023", Seção "0284", servidora efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, Classe "C", Nível "03", matrícula n. º 1295, trabalhando 5.969 dias, ou seja, 16 (dezesseis) anos 04 (quatro) meses e 04 (quatro) dias *de contribuição lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* ***com proventos proporcionais e sem direito a paridade****, conforme o processo do PREVI-LIDER, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 008/2022, até posterior deliberação.*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, *com efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogadas as disposições em contrário*.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 02 de maio de 2022.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal

PREVILIDER
PORTARIA N.º 018/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra. Roseli Aparecida da Silva Lacerda".

A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n. 41 de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 6º-A acrescentado pela Emenda Constitucional n. 70 de 29 de março de 2012, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n. º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra. Roseli Aparecida da Silva Lacerda, brasileira, casada, portador do RG nº 1192548-5 SESP/MT e CPF de nº 841.504.911-00, Título Eleitoral nº 0153 8753 1848 Zona "023" Seção "0036, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de serviços gerais, Classe "A", Nível "08", matricula n.º 133, trabalhando 8.864 dias, ou seja, 24 (vinte e quatro) anos 03 (três) meses e 07 (sete) dias de contribuição lotada na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, com proventos proporcionais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 005/2022, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, *com efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogadas as disposições em contrário*.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 02 de maio de 2022.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA–DRH Nº _099/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de Licença Gestante em favor da servidora "NELCIVANE ORGINA MOTA".

Carlos Frederico Carvalho de Oliveira, Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 12º da Lei nº 3053/2019.

Resolve,

Art. 1º Deferir o Benefício de Licença Gestante em favor da servidora Sra. NELCIVANE ORGINA MOTA, portadora da matricula n. 6191, contratada por prazo determinado no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, período do afastamento com início a partir de 01/05/2022 e término em 24/08/2022, com prorrogação do período de 25/08/2022 a 23/10/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 01/05/2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

CARLOS FREDERICO CARVALHO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

Portaria n°. 009/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, torna público a retificação da publicação do Termo de Aditivo ao Contrato, publicada na página 321 na Edição nº 3.967 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 26 de abril de 2022, tendo em vista que a mesma foi publicada de forma incorreta. **ONDE SE LÊ: ACRÉSCIMO DE VALOR:** Fica acrescentado na clausula Segunda do contrato original, o valor de R$ 2. 466.537,14 (dois milhões e quatrocentos

e sessenta e seis mil e quinhentos e trinta e sete reais e quatorze centavos) **e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Código: 1012 - Valor: R$ 1.421. 200,16. **LEIA-SE: ACRÉSCIMO DE VALOR: Fica acrescentado na clausula Segunda do contrato original, o valor de R$ 3.390.246,74** (três milhões e trezentos e noventa mil e duzentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos) e **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Código: 1012 - Valor: R$ 2.344.909,76**.** Ficam mantidas todas as demais informações ora publicadas no Extrato anterior.

Colíder/MT, 03 de maio de 2022.

IVAINE MOLINA

Secretário Mun. de Planejamento, Fazenda e Administração

Publique-se

PREVILIDER
PORTARIA N.º 019/2022.

***"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntaria por idade em favor da Sra.* Maria Aparecida Aires Negrão de Oliveira".**

A Diretora Executiva do Previ-Lider- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n. º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210, da Lei Municipal n.º 2408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso "III", alínea "b", da Lei Municipal n.º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntaria por idade em favor da Sra. **Maria Aparecida Aires Negrão de Oliveira**, portadora do RG n.º 1.881.100 SSP/PR, inscrita no CPF n.º 631.788.931-72 e da Cédula Eleitoral de n.º 002084281872, Zona "0023", Seção "0002", devidamente matriculada sob o n.º 1012, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, Classe "B", Nível "06", contando com um total de 9.195 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos 02 (dois) meses e 04 (quatro) dias de serviços prestados, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-LIDER, n.º 007/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, *com efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogadas as disposições em contrário*.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 02 de maio de 2022.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
AVISO PRORROGAÇÃO CHAMADA 004 2022

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2022

Inexigibilidade de licitação nº 005/2022

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, os quais serão destinados ao fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município de Colider/MT, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A Comissão de Licitação do Municipio de Colider-MT, informa que não houve interessados na data inicial designada, devido a importância do objeto para municipalidade PRORROGA-SE a abertura para o **dia 11/05/2022**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, situada na Travessa dos Parecis, nº 85 – Setor Leste, sendo que a abertura dos envelopes ocorrerá às **08:00hs/ min do dia 11/05/2022**. **LOCAL DA CHAMADA PÚBLICA:** Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, Travessa dos Parecis, 85, Setor Leste – CEP. 78.500-000 – Colider/MT, Telefone: 3541-6300. **AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Site: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações). **INFORMAÇÕES:** Secretaria Municipal de Educação - Telefone: (66) 3541-1102 e Prefeitura Municipal de Colider/MT – (66) 3541-6300.

Colíder/MT, 26 de abril de 2022.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
DEMAIS ATOS DE LICITAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2022

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 011/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de transporte rodoviário de cargas por km rodado, atendendo as necessidades das diversas Secretarias do Município de Colíder-MT.

VIGÊNCIA: 03/05/2022 até 03/05/2023.

DETENTORA DO REGISTRO: **RODRIGO FERNANDES RIBEIRO -** CNPJ nº 24.994.100/0001-49 Av. Ildo Bianchet, 75 – CEP: 78.505-000 - Terra Nova do Norte/MT Telefone: (66) 99961-0666 E-mail: rodrigoijuiedf@hotmail.com

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNID	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	514412	Prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal - 4 toneladas	Grupo RDV	Quilometro	36.000	4,00	144.000,00

2	514413	Prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal com caminhão com capacidade de 4,1 à 16 toneladas	Grupo RDV	Quilometro	41.000	5,90	241.900,00
3	514414	Prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal com caminhão com capacidade de 16,1 a 32 toneladas	Grupo RDV	Quilometro	27.615	9,90	273.383,55
4	514415	Prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal de carreta LS com carroceria - 32 toneladas	Grupo RDV	Quilometro	17.100	11,15	190.665,00
		TOTAL GERAL (R$)					**849.948,55**

A Ata de Registro de Preços Integral da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colíder, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PORTARIA SMFA Nº 139/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Ludimila Oliveira de Araújo** (Titular) e **Marli Aparecida Batista Morais** (Suplente), fiscais do Ata de Registro de Preços nº 069/2022, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado:**RODRIGO FERNANDES RIBEIRO**. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 011/2022. Vigência: 03/05/2022 até 03/05/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
RESPOSTA RECURSO PREGÃO ELETRONICO 10/2022

RESPOSTA AO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO 010/2022 PROCEDIMENTO: 249/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO-TIPO CAMIONETE TRAÇADA 4X4 REFERENTE AO TERMO DE CONVÊNIO 0075/2021.

1.1. Impugnação interposta pela empresa FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA CNPJ: 00.784.470/0001-93, por meio de seu representante legal, conforme termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02. **1.2.** Não obstante, será analisado e respondido o questionamento em respeito ao direito de petição.

2.1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Em 20/ 04/ 2022, realizou-se o Pregão Eletrônico 10/2022, que tinha por objeto a aquisição, pelo Município de Colniza MT, de VEICULO-TIPO CAMIONETE TRAÇADA 4X4 REFERENTE AO TERMO DE CONVENIO 0075/ 2021.

O critério adotado para julgamento da proposta é MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Todavia, de maneira equivocada, a pregoeira declarou vencedora da discuta a empresa AUTOCAR COM. DE VEÍCULOS EIRELI, inscrita no CNPJ 07.137.068/ 0001-66, a qual não possui a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante, em flagrante afronta a lei 6.729 / 79, conhecida como Lei Ferrari.

Segue fundamentado apresentado pela recorrente adiante, as razões pelas quais afirmava que o referido recurso deve prosperar.

2.2 DAS RAZÕES DO RECURSO

2.2. 1. DA VIOLAÇÃO À LEI FERRARI E CONTRAN.

Alegou-se em sede de recurso que cumpre esclarecer que a Lei 8.666/ 93 em seu artigo 30, IV, dispõe que em determinadas áreas e seguimentos em que a matéria for regulamentada por leis especiais, estas deverão ser observadas, inclusive no procedimento licitatório.

Também se afirmou a Lei 6.729/79, conhecida como Lei Ferrari, dispõe sobre a relação comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, regulando, portanto, o mercado automobilístico brasileiro.

Este pregão tem por objeto a aquisição de um veículo tipo Pick-up 0KM (zero quilometro), **aventou-se que é imprescindível** considerar as exigências da Lei Ferrari quanto ao fornecimento de veículo novo, O KM, a qual traz informações especificas sobre as formalidades e obrigações legais para uma relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores.

Frisou-se que a referida legislação prevê que apenas à fabricante ou ao concessionário credenciado é permitido o fornecimento de veículo novo, 0KM. Seus artigos 1º e 2º, preveem que veículos "zero quilometro" só podem ser comercializados por concessionário,

Elencou-se o artigo 12, da mesma legislação, veda a venda de veículos novos por revendas, sendo seu público alvo apenas ao consumidor final. Desta forma, conforme alegação da recorrente, ao declarar vencedora do certame uma revenda não detentora de concessão comercial da produtora do bem, a Administração não será caracterizada como consumidora final, o que juridicamente coloca o objeto da licitação distante da definição de veículo novo.

Considerou-se que deve ser exigido que as empresas participantes do certame devam obrigatoriamente ter em suas atividades a venda de automóveis zero quilômetro, sendo fabricante ou concessionária nomeada pelo fabricante, por medida de resguarda a aquisição de veículo novo zero.

Defendeu-se com afinco a ideia de que somente o fabricante e as concessionárias podem comercializar "veículos novos", uma vez que somente estes emitem Nota Fiscal diretamente para a Administração Pública e para tanto, foram apresentadas jurisprudências favoráveis ao referido entendimento.

A Pregoeira Oficial acompanhada da equipe de apoio, reconhece que há necessidade de considerar falha na apresentação da proposta da licitante vencedora, por não atender as especificações técnicas exigidas no termo de referência do edital não restando outra alternativa senão desclassificar a empresa declarada vencedora do certame. Pois, em verdade, deve-se considerar que o veículo TORO, da marca FIAT, possui diversos modelos, dentre eles TORO ENDURANCE, TORO FREEDOM, TORO VOLCANO, TORO RANCH, TORO ULTRA, sendo que cada modelo conta com características peculiares. Por conseguinte, a ausência da descrição exata do modelo do veículo que está participando do certame poderá trazer prejuízos à Administração Pública que acabará aceitando veículo não compatível com as características do edital.

Por conseguinte, restam evidenciados óbices à contratação da empresa vencedora, devendo ser recebido o presente recuso e acatada a alegação da recorrente quanto a incongruência no atendimento às especificações do termo de referência pela empresa AUTOCAR COM. DE VEÍCULOS EIRELI vencedora do certame.

Conforme os fatos e argumentos apresentados no RECURSO ora analisado solicitou-se como lídima justiça que:

3.1- A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos.

3.2- Seja reformada a decisão do Douto Pregoeiro, que declarou como vencedora a empresa Autocar Com. de Veículos EIRELI, desclassificando a, pelos motivos consignados neste Recurso, dentre eles, a flagrante violação da Lei nº 6.729, de 1979, das regras do CTB e CONTRAN, aliado à ausência de descrição do modelo do veículo fornecido pela revendedora vencedora do certame.

3.3- Caso o Douto Pregoeiro opte por manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9° da Lei 10.520/ 2002 C/ C Art. 109, III, § 4°, da Lei 8666/ 93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

4.DA DECISÃO

4.1. Não há na lei 6.729/79 autorização para que as licitações sejam delimitada ás concessionarias autorizadas para venda de veiculo automotor 0km. Tal entendimento caracterizaria restrição à participação no certame apenas às CONCESSIONÁ RIAS AUTORIZADAS PARA VENDA, não favorecendo a magnitude esperada para ampliação e consequentemente a participação de fornecedores em potencial, elevando-se as perspectivas para obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público, através de uma disputa de preços ainda mais ampla.

4.2. A preferência em se comprar veículos exclusivamente de concessionárias, com desprezo às demais entidades empresariais que comercializem os mesmos produtos de forma idônea, é medida que não se harmoniza com o principio da isonomia e as diretrizes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, além de também contrariar o comando do artigo 3º, §1º inciso I da Lei nº 8.666/93.

4.3. Assim, não procede a alegação do requerente no que tange à violação da Lei nº 6.729/79 e das regras do CTB e CONTRAN.

4.4. Quanto à alegação de falha na proposta da licitante vencedora, por ausência de descrição do modelo do veículo, após análise, a Pregoeira, acompanhada da equipe de apoio, verificou que merece acolhida, visto que o veículo TORO, da marca FIAT, apesar de possuir diversos modelos, em nenhum destes possui motorização acima de 2.2., conforme exigido no termo de referência.

Com efeito, o modelo do veículo ofertado no certame não atende aos requisitos mínimos, portanto poderá trazer prejuízos à Administração Pública que acabará tendo que aceitar veículo não compatível com as características do edital.

Nos termos do Edital, em seu item 7.12. serão desclassificadas as propostas que:

“I. Contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação.

II. Não atendam às exigências do Edital e seus anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.”

Diante do exposto, nos termos da fundamentação supra, recebo o Recurso impetrado pelo Requerente e o DEFIRO PARCIALMENTE para a fim de reformar a decisão que declarou a empresa AUTOCAR COM. DE VEÍCULOS EIRELI vencedora do certame, desclassificando a empresa por descumprimento do Edital.

Colniza – MT, 03 de Maio de 2022.

MARCILENE DOS SANTOS

PREGOEIRA OFICIAL

MARILIA GABRIELA DE FIGUEIREDO MARISCO

SECRETÁRIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002-C-2022

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002-C-2022

RELAÇÃO DOS INSCRITOS POR ORDEM DE

PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Colniza/MT, no USO de suas atribuições considerando os termos do art.37, IX da Constituição Federal, bem como o disposto no artigo 83 da Lei Municipal nº 502/2011 que prevê a contratação temporária por necessidade comprovada e de acordo como o artigo 19 da Lei Municipal nº 500/2011, considerando o artigo 83 da Lei Municipal 502/2011, considerando a Lei Municipal 608/2014 e considerando a Lei Municipal 844/2019, alterada pela Lei 971/22 e a Lei Municipal nº 911/2021 artigo 25, **DIVULGA A LISTA DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2022/SEMEC POR ORDEM DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO (ANEXO I),** destinado à contratação em caráter temporário para atendimento do ano letivo de 2022, **considerando** a necessidade de manter **CADASTRO RESERVA** de servidores visando a contratação em substituição de servidores efetivos em afastamento, licenças dentre outros, bem como para preenchimento de cargos em localidades de difícil acesso e de vagas em aberto que não houve candidatos inscritos em processos seletivos simplificados realizados anteriormente com a finalidade de não interromper os trabalhos de excepcional interesse público.

Colniza-MT, 03 de maio de 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MERENDEIRA/ CONTRATO (ZONA URBANA)					
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**N° INSCRIÇÃO**	**DATA DE NASC**	**CPF**	**PONTUAÇÃO GERAL**
1.	SIRLEI BROISLER TEIXEIRA	98	15/02/1987	023.838.981-20	30,2
2.	VALDETE CRISTOFOLI DA ROCHA	21	09/04/1975	470.789.012-15	20,0
3.	SILVANIA MONELLI COSTODIO	33	04/03/1986	007.543.061-43	20,0
4.	ERICA DA SILVA SOUZA	88	02/06/1991	044.906.911-73	20,0
5.	CELUIR DE FATIMA LIMA	24	18/02/1966	478.754.452-72	10,0
6.	ANTONIA BARBOSA DE FREITAS MIRANDA	64	26/06/1989	004.141.952-99	10,0
7.	NUBIA CRISTINA DE BARROS	85	02/03/1992	047.833.461-35	10,0
8.	ADENISA DE ASSIS VIEIRA	129	24/02/1993	027.880.752-60	10,0

ANEXO I

	CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/CONTRATO ZELADORA (ZONA URBANA)				
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**N° DE INSCRIÇÃO**	**DATA DE NASC**	**CPF**	**PONTUAÇÃO GERAL**
1.	JOSIANE MONELLI COSTODIO	83	06/08/1988	026.862.811-46	29,0
2.	MARIA MARGARIDA CHEFRE	6	17/10/1978	617.036.302-97	20.0
3.	JULIANA MATOS DE BRITO PAUTZ	58	03/07/1982	013.321.481-82	20,0
4.	VALDELICE MARIA DA FONSECA	94	09/11/1983	029.553.151-76	20,0
5.	ANIARLE MARTINS CASSIANO	52	22/10/1989	044.457.611-84	20,0
6.	ANDREIA MARTINS PRADO	38	08/04/1989	047.706.911-81	20,0
7.	JEOVANI DA SILVA SANTANA	166	06/04/1991	041.694.931-25	20,0
8.	ALESSANDRA VIEIRO	48	19/05/1994	700.838.491-22	20,0
9.	EDIVANIA MARIA DE JESUS	50	29/03/1983	871.616.562-49	13,0
10.	REGIANE MENDES DA SILVA FIGUEIREDO	82	03/07/1992	054.200.021-08	11,0
11.	MARIA JOSÉ DA SILVA	107	19/03/1968	841.397.491-72	10,0
12.	ROSINEIA PEREIRA DE LIMA ROSA	130	03/08/1973	418.662.402-00	10,0
13.	LEONILDA DE RESENDE OLIVEIRA	14	09/10/1975	034.393.151-69	10,0
14.	ROSINEIA JARDIM SILVA OLIVEIRA	71	24/11/1978	667.247.672-53	10,0
15.	ZENAIDE APARECIDA DOS SANTOS COSTA	100	08/02/1983	723.337.742-15	10,0
16.	ANATIELEN DIAS AURELIANO	12	27/05/1994	024.205.692-02	10,0
17.	LEIDIANE GOMES DA ROCHA	118	05/07/1998	068.106.801-95	10,0
18.	LUCIMARA GONÇALVES MACIEL	143	05/06/2000	062.225.411-19	10,0
19.	ISLAINY MONIK PEIXOTO COLOMBO	22	18/01/2001	062.116.281-70	10,0
20.	ANAILSON CAVALCANTE DE ANDRADE	63	15/04/2002	055.851.972-58	10,0
21.	INGRID TIFANY LORRANY PEIXOTO COLOMBO	1	27/12/2002	062.760.111-18	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC - PROFESSOR ED.INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL/CONTRATO PEDAGOGIA (ZONA URBANA)					
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**N° INSCRIÇÃO**	**DATA DE NASC**	**CPF**	**PONTUAÇÃO GERAL**
1.	ALYNE VIUL DA SILVA PANDOLFI	54	07/06/1989	127.718.007-56	82,0
2.	NOELI GOMES MOREIRA	32	27/01/1992	044.345.061-70	73,0
3.	ADRIANA NOGUEIRA VIANA ANDRETTA	41	01/03/1984	808.836.562-72	70,0
4.	ELISANGELA FERNANDES DA CONCEIÇÃO	25	18/10/1989	035.095.461-56	69,7
5.	SIMONE SANTOS LEITE	109	28/10/1989	006.509.122-17	69,5
6.	VALCILENE SOARES DE ARRUDA	87	19/10/1993	053.298.611-36	68,5
7.	INES CASSIA DE LIMA SILVA ARAUJO	69	12/02/1992	035.902.281-21	65,3
8.	LUZINEIDE JOSE DOS SANTOS CARMO	35	07/09/1972	536.297.441-68	65,0
9.	JOCEANE DOS SANTOS LEITE	5	17/02/1981	011.007.495-51	62,7
10.	CELINA OLIVEIRA DA SILVA NASCIMENTO	31	03/07/1982	784.838.752-68	60,0
11.	OZIENE RODRIGUES BATISTA DORNELES	22	13/12/1984	016.461.041-37	60,0
12.	JANAILSA DA SILVA BARBOSA SOUZA	163	04/07/1992	041.461.341-45	60,0
13.	MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	36	27/05/1979	840.900.142-04	56,0
14.	LUCIANA GERKE	68	14/09/1997	065.796.451-48	56,0
15.	POLIANNE REZENDE SAMPAIO	18	24/06/1994	018.290.462-84	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC - PROFESSOR NIVEL SUPERIOR/CONTRATO MATEMÁTICA (ZONA URBANA)					
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**N° DE INSCRIÇÃO**	**DATA DE NASC**	**CPF**	**PONTUAÇÃO GERAL**
1.	CICERO MANOEL GONÇALVES COSTA	27	25/10/1989	050.639.981-86	71,4
2.	VILMAR IGOR GIMENES RODRIGUES	46	22/01/1980	930.946.631-68	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC - TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL/CONTRATO (ZONA URBANA)					
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**N° DE INSCRIÇÃO**	**DATA DE NASC**	**CPF**	**PONTUAÇÃO GERAL**
1.	TELMA LEMOS DE JESUS BARRETO	30	10/04/1990	026.908.851-23	64,0
2.	SINTIA FERREIRA DE MIRANDA DOS SANTOS	149	07/02/1991	037.658.851-93	57,9
3.	JAIANE BARROS BATHE	86	13/10/1995	063.376.671-23	53,0
4.	JESIANE SOUSA SANTOS	17	04/03/1992	048.000.393-98	50,0
5.	FABIULA PEREIRA DA SILVA	45	27/06/1993	049.326.631-37	50,0
6.	GEANI ROCHA DE JESUS	70	18/03/1988	026.862.401-13	49,3
7.	JOSICLEIDE MARTINS TEODORO	43	25/07/1993	065.220.811-80	40,0
8.	VANESSA GOMES LIMA DA FONSECA	117	20/03/2003	070.107.921-51	20,0
9.	ALESSANDRA VIEIRA VENTURA	93	17/11/1991	000.052.252-05	17,6
10.	EIDE CRISTINA EDGAR DA SILVA	153	06/09/1980	019.521.311-46	14,0
11.	HOSANA DE SOUZA LEITE	97	15/05/1992	045.117.831-95	13,0
12.	ANDRINE ELIANE DE MELO MOREIRA	108	17/06/1993	048.506.351-48	11,0
13.	GRAZIELI ZMUDA	4	14/05/2001	052.778.021-93	10,6
14.	BRUNA MICHALSKI DA SILVA	8	14/11/1998	032.590.232-16	10,2
15.	ROSICLEIA JARDIM SILVA DE SA	160	27/05/1985	762.527.522-15	10,0
16.	EDILEUZA MEDEIROS DUTRA	92	10/11/1985	036.461.361-03	10,0
17.	MAXLANE MENDES COSTA DA SILVA	133	29/01/1994	051.088.011-81	10,0
18.	ANGELA CASSIA COUTINHO SANTOS	148	24/03/1994	111.770.036-43	10,0
19.	ELIZA DE MELO SILVA	29	11/06/1994	039.412.042-62	10,0
20.	JANE KELLY GUSSE DE SOUZA	81	16/02/1995	054.430.611-27	10,0
21.	ALINE NAXCIELE DA SILVA	116	27/01/1996	064.204.711-17	10,0
22.	INGRID KESSY JESUS FERRI	99	11/04/1996	047.871.281-24	10,0
23.	KARINA SOUSA DE OLIVEIRA	132	16/02/1997	055.797.621-94	10,0
24.	LAUANE LISBOA SANTOS RIBEIRO	20	05/01/1998	049.768.701-11	10,0
25.	TATIANE ANDRADE PEREIRA	89	21/10/1998	704.796.841-54	10,0
26.	LAIANE OLIVEIRA DA LUZ	162	28/06/1999	069.511.141-88	10,0
27.	FERNANDA ZAMARIN CESAR	56	18/08/2000	065.011.451-55	10,0
28.	REGIANE KILL DOS SANTOS	79	04/06/2001	193.395.067-66	10,0

29.	JHENEFFER LUANA CARDOSO PEREIRA	19	06/06/2002	071.065.071-05	10,0
30.	LILLIAN VIANA DE OLIVEIRA	2	08/03/2004	186.448.157-92	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – MOTORISTA VEICULO PESADO/CONTRATO (ZONA URBANA)

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	FERNANDO GUIMARAES NEVES	28	12/07/1986	852.964.812-91	72,5
2.	WEVERTON BATISTA CABRAL	11	14/09/1987	027.469.591-00	70,0
3.	MOACIR ORTIZ SCHUK	59	29/01/1973	886.290.239-53	60,0
4.	CELIO LEMES FERREIRA	62	31/08/1975	585.729.022-87	60,0
5.	VALDEIR RODRIGUES DE SOUSA	3	08/02/1984	017.858.231-08	53,7
6.	WANDERSON DOS SANTOS FERREIRA	39	07/11/1996	024.400.432-30	50,0
7.	VALDEMAR BERGER	65	30/12/1968	386.029.892-53	40,4
8.	ELIAS DAMASCENO LOPES	60	20/01/1966	003.730.307-46	40,0
9.	RONALDO BATISTA SCHOWENCK	61	17/06/1975	564.015.072-68	40,0
10.	JEBEON NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO	165	09/11/1982	840.913.122-68	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – EDUCAÇÃO DO CAMPO (ZONA RURAL)
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/MERENDEIRA/ZELADORA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	JAINE OLIVEIRA DA SILVA	47	31/07/1998	066.931.441-28	26,7
2.	CLEONICE DE MELO SOUZA	91	04/01/1965	595.358.222-68	20,0
3.	ZILDA CHAGAS DE OLIVEIRA ROCHA	74	25/03/1980	686.230.622-72	20,0
4.	ISABEL GOMES FERREIRA DA LUZ	10	17/03/1984	855.877.612-15	20,0
5.	SILVANA ALVES DE CASTRO	73	22/07/1994	058.404.641-39	20,0
6.	DANIELLI VANZELLA CAMILO	84	08/09/1997	065.565.331-73	20,0
7.	GEOVANE SARTORI DALCIN	9	07/11/1976	581.272.162-91	10,0
8.	ALESSANDRA VITOR VIEIRA DA COSTA	55	17/09/1982	700.760.732-20	10,0
9.	JOSEANA DA ROCHA LIMA	90	25/06/1987	040.005.671-28	10,0
10.	ALESSANDRA PEREIRA DE OLIVEIRA	128	05/11/1994	058.396.091-02	10,0
11.	FRANCIELE NATIVIDADE DE JESUS	37	26/10/1996	059.800.371-10	10,0
12.	ROSINEIA DOS REIS VIEIRA	49	02/12/1996	064.599.451-01	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – EDUCAÇÃO DO CAMPO (ZONA RURAL)
PROFESSOR NIVEL SUPERIOR - PEDAGOGO/CONTRATO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
	BEATRIZ RIBEIRO JARDIN	78	14/12/1991	005.103.202-36	70,0
2.	PAULETICIA DOS SANTOS SILVA	57	11/12/1989	031.044.811-56	69,0
3.	SOLANGE MESSIAS DA SILVA	75	18/12/1983	810.222.472-04	60,0
4.	KELI PATRICIA DEMETRIO PEREIRA	26	08/11/1989	018.782.272-70	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – EDUCAÇÃO DO CAMPO (ZONA RURAL)
PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LETRAS/CONTRATO

Nº	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ALAIR SOUZA MACEDO	13	09/05/1962	191.112.662-87	78,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – EDUCAÇÃO DO CAMPO (ZONA RURAL)
PROFESSOR NIVEL MÉDIO/MAGISTÉRIO/CONTRATO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	LORIANA LAUROS KALK	77	29/03/1986	843.343.712-72	13,8
2.	BEATRIZ BORCHARDT KESTER	72	14/01/2004	069.985.111-40	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – EDUCAÇÃO DO CAMPO (ZONA RURAL)
CONTRATO TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARLY DE SOUZA SARAFIM RIBEIRO	80	12/12/1988	010.208.812-83	20,0
2.	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	40	21/06/1993	036.468.121-76	17,5
3.	CRISTINA DE SOUZA SANTANA FONSECA	106	10/05/1995	061.553.871-17	16,2
4.	ALESSANDRA SILVA JARDIM	96	21/05/1987	026.927.721-80	12,8
5.	PATRICIA SANTOS MACHADO	16	18/03/1991	050.558.201-52	11,5
6.	LUZINETE BECALLI PIMENTA	161	19/10/1986	548.406.192-04	10,0
7.	ROSINEIDE ROCHA DE OLIVEIRA DA SILVA	123	13/07/1992	700.143.581-31	10,0
8.	CLEONICE VIEIRO	164	12/05/1997	070.530.831-60	10,0
9.	RAISA DAS GRAÇAS DA SILVA SIQUEIRA	7	19/06/1998	556.858.892-91	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC - CONTRATO/MOTORISTA VEÍCULO PESADO (ZONA RURAL)

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	CLAUDINEI DOS SANTOS	105	19/06/1971	106.042.568-84	60,0
2.	JUSMARINHO GUARIZI	42	09/07/1980	021.053.121-52	60,0
3.	EDMAR OLIVEIRA RODRIGUES	66	11/03/1975	265.799.578-08	50,0
4.	ROBERTO BERNARDINO DA COSTA	34	07/11/1967	094.983.558-78	40,0
5.	CLAUDIO DE BARROS GONÇALVES	76	05/05/1973	831.265.541-72	40,0
6.	EDIMILSON DA SILVA AMORIM	44	26/12/1975	015.873.599-44	40,0
7.	VALDOMIRO ROSA DE SOUZA	15	28/05/1976	587.900.552-68	40,0
8.	AUILHÃO GUDE	53	09/10/1977	625.291.882-20	40,0
9.	ELI ALBANO MALAQUIAS	67	29/12/1977	048.317.326-64	40,0
10.	CLAUDEIR TEIXEIRA DE SIQUEIRA	120	02/08/1980	088.822.677-25	40,0
11.	WELINGHTON RODRIGUES QUEIROZ	119	15/12/1980	740.679.822-91	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO GUARIBA
CONTRATO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MERENDEIRA/ZELADORA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ADRIANA FELISBERTO FARIAS	145	02/07/1983	826.883.202-97	20,0
2.	ALLYNE SOUZA SILVA	147	04/11/1989	001.708.472-50	20,0
3.	ALINE DA SILVA BRAGANHOLO	126	08/02/1995	015.447.111-90	20,0
4.	PATRICIA LIMA DE SOUZA	124	20/03/1995	012.172.182-54	20,0
5.	DALILA SILVA DE SOUZA	154	27/05/1998	039.169.642-40	20,0
6.	CLEIDIELE DA SILVA DOS SANTOS	144	29/04/2001	065.091.391-46	20,0
7.	SARA FERREIRA FIGUEIREDO	146	23/07/2001	068.086.721-05	20,0
8.	ANDRESSA VIEIRA BAUDSON	127	25/03/2003	060.750.981-35	20,0
9.	CICERA DOS SANTOS AMORIM	126	01/12/1966	676.213.332-00	10,0
10.	CRISTINA APARECIDA CARVALHO	114	22/05/1977	010.949.152-11	10,0
11.	RONILDA DA SILVA MOREIRA SOARES	141	12/05/1979	793.194.672-34	10,0
12.	INGRIDI FERNANDA VIANA	135	02/05/1995	007.466.482-43	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO GUARIBA
CONTRATO PROFESSOR NIVEL SUPERIOR – PEDAGOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ADRIANA SOARES ANDRADE RODRIGUES	159	19/09/1985	007.903.601-52	72,7
2.	TAINELE DOS SANTOS CORDEIRO	136	31/08/1996	706.023.391-11	62,2
3.	MARCELA MARQUES ROCHA DE CARVALHO	122	11/11/1986	030.136.301-32	60,0
4.	MARILZA DE MOURA SILVA	167	17/11/1989	042.226.551-98	56,4
5.	ROSANGELA SONCINE LIGEIRO	140	14/06/1989	007.676.802-35	50,2
6.	ADRIANE APARECIDA KUNZ	139	21/02/1984	013.355.331-09	50,0
7.	ANDRESSA SOUZA SILVA	138	15/03/2001	003.832.862-39	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO GUARIBA
CONTRATO TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	GLAUCIA PEGORARO	95	26/01/1996	027.884.022-10	57,7
2.	ROSELI PEREIRA DE SOUZA	137	01/05/1981	522.285.252-00	50,0
3.	GABRIELA GOMES ARAUJO RAYMUNDO	113	25/09/1999	820.367.562-04	20,0
4.	ANA KAROLLINA SANTOS DA SILVA	115	26/03/2002	061.340.381-99	11,0
5.	DILEUSA SCANDOLEIRO RODRIGUES SOUSA	157	11/09/1968	842.431.719-04	10,0
6.	JULY FLAVIA BEZERRA DA SILVA SANTOS	155	10/03/1988	027.571.081-58	10,0
7.	ADRIANA DA SILVA PRA	151	20/04/1995	023.882.402-04	10,0
8.	SIMONE DOS SANTOS GUIMARAES TEIXEIRA	150	18/07/1996	064.458.981-73	10,0
9.	MAILDA IACENA	134	06/11/1996	008.203.842-24	10,0
10.	BRUNA JARDIANI SILVESTRINI FARIA	131	08/08/1998	014.748.282-80	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO GUARIBA
CONTRATO TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CANDIDATO PcD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARISE ARANTES DE AZEVEDO COSTA	152	06/01/1978	883.423.521-53	15,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO GUARIBA
CONTRATO MOTORISTA VEICULO PESADO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	LOURIVAL JACOBSEN	51	14/09/1964	221.465.552-20	60,0
2.	CLAUDINEI DOS SANTOS	156	30/11/1974	626.262.212-87	60,0
3.	GILMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO	142	19/07/1979	518.936.572-72	60,0
4.	JEFERSON TEIXEIRA RODRIGUES	112	23/09/1982	963.432.901-25	50,0
5.	JOAO JOSE NETO DA CRUZ	158	28/02/1978	622.689.102-53	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO TRÊS FRONTEIRAS
CONTRATO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
POLO JOÃO ALVES DOS SANTOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	PRISCILA BORGES TEIXEIRA	103	11/09/1988	002.231.392-38	62,5
2.	VANDA GOMES DA SILVA	110	28/03/1969	386.260.472-15	20,0
3.	SHEILA GOMES OLIVEIRA	121	12/06/1986	902.608.802-72	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO TRÊS FRONTEIRAS
CONTRATO PROFESSOR NIVEL SUPERIOR – PEDAGOGO
POLO JOÃO ALVES DOS SANTOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	FABRICIA SILVA VIANA	104	14/07/1992	020.400.672-48	71,5
2.	MARIA DA CONCEIÇÃO PIMENTA FRANÇA	111	28/02/1983	856.303.732-34	68,5
3.	RAILZA RABELO GARCIA	101	23/10/1995	014.678.612-27	60,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 002/2022 - SEMEC – DISTRITO TRÊS FRONTEIRAS
CONTRATO TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
POLO JOÃO ALVES DOS SANTOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CPF	PONTUAÇÃO GERAL
1.	DAYANE RODRIGUES CAMARGO	102	09/09/1992	017.130.212-50	70,0
2.	KELLY PEREIRA RUSSO	168	30/10/1988	025.856.191-25	10,0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 042/GP/2022

DECRETO Nº 042/GP/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"NOMEIA PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Art. 1º - Fica nomeada por este Decreto, a Junta Médica dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso e do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Munícipio de Colniza - PREVI-COLNIZA.

Art. 2°- A Junta Médica será constituída por médicos vinculados a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, com reputação ilibada e notório conhecimento médico, devidamente inscritos no respectivo Conselho Regional de Medicina, e comprovante de regularidade, sendo eles:

DRª. MONIKE DIAS DE SOUZA RAMOS – CRM: 10461-MT

DRª. EVELIN OLIVERT BERFT – CRM: 6364-MT

DRº. FABIO OLIVEIRA MARTINS – CRM: 7497-MT

DRº. WELITON TEIXEIRADOS REIS – CRM: 13476-P-MT

DRº. CLAUDIO NUNES DE ALMEIDA – CRM: 6945-MT

Parágrafo Único. O exercício do mandato de membro da junta medica será considerado de relevante serviço público.

Art. 3º - Compete aos membros da junta médica:

I – Realizar perícia médica na admissão de servidores públicos pela Administração Pública Municipal;

II – Emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colniza – PREVI-COLNIZA.

III - Emitir laudo médico pericial nos processos de auxilio doença e salario maternidade para a Administração Pública Municipal;

Parágrafo único. A competência de que trata este artigo poderá ser exercida individualmente, nos casos de auxílio-doença e salário-maternidade e nos demais coletivamente.

Art. 4º - Independente das atribuições previstas no artigo 3º, a Junta Médica exercerá outras atividades relacionadas à área de medicina, sempre que convocada pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. A convocação de que trata o caput deste artigo, será efetuada com antecedência de 05 (cinco) dias.

Art. 5º - O mandato dos membros da Junta Médica será de 02 (dois) anos, sendo a nomeação de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº. **147/GP/2021, de 13 de outubro de 2021 e, demais** disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT 03 de maio de 2022.

Registre-se e publique-se.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de maio de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 027, DE 03 DE MAIO DE 2022.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atendimento às exigências legais pertinentes;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Servidora: ***Poliana Cristina Guizzardi¸ portadora do CPF: 800.430.972-00***, para exercer a função de FISCAL DOS CONTRATOS celebrados entre a Câmara Municipal e terceiros, durante exercício corrente;

Art. 2º - Atribuições do Fiscal do Contrato:

1 – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

2 – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

3 – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

4 – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

5 – Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao departamento financeiro do órgão; acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL) e relatório do fiscal.

6 – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

7 – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

Art. 3º - O Fiscal deve acompanhar os contratos e verificar rigorosamente as exigências expressas na Legislação em vigor, o objeto dos contratos firmados e os serviços realizados, conforme segue:

I - Receber as listagens fornecidas pelo Gestor de Licitação;

II - Conferir no ato de entrega se todos os materiais correspondem com a lista recebida verificando: quantidade, unidade, volume, marca, observando os prazos de validades apresentado na proposta de licitação;

III - Não aceitar nota fiscal rasurada, com valores incorretos, razão social, CNPJ e endereço da Câmara sem que estejam devidamente preenchidos e corretos;

IV - Os serviços, quando for o caso, solicitar ao fiscal de obras ou setor de engenharia para acompanhamento dos serviços a serem executados, bem como, outros tipos de serviço de acordo com cada área e forma de prestação;

V - Assinar no carimbo atesto mercadoria/serviço, quando as mercadorias forem entregues na secretaria.

VI – Os Fiscais de contrato podem, antes de assinar exigir do setor de engenharia, medições e explicações necessárias atestando a veracidade da despesa, bem como, poderá ser feita a mesma solicitação a outros funcionários.

Parágrafo único: fica autorizado o funcionário não receber qualquer entrega em que os produtos/serviços estejam em desacordo com o processo de licitação/contrato, devendo registrar em relatório próprio a as divergências encontradas

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 11 de março de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Colniza – MT, 03 de maio de 2022.

OSEIA PEREIRA GUEDES

Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação nos locais de costume, átrio da Câmara e Recinto do Paço Municipal.

Colniza-MT, 03 de maio de 2022.

_____

Oseia Pereira Guedes

Presidente

TRIBUTOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS EM TERRENOS BALDIOS TOMADOS DE VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA Nº 012/2022

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS EM TERRENOS BALDIOS TOMADOS DE VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA Nº 012/2022

A Prefeitura Municipal de Colniza, através do **DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**, com base na Lei Municipal nº 048/2001 Art. 128 e Decreto 166/2021, comunica a lavratura de Auto de Infração aos proprietários dos lotes a seguir listados.

Os proprietários dos terrenos autuados deverão no prazo de 5 (cinco) dias apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA** ao auto de infração junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA, conforme § 2º inciso VI Art. 308 da Lei Municipal 048/2001.

A não realização da limpeza dos lotes com a devida comunicação ao **DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** dentro do prazo recursal resultará na aplicação de multa pela limpeza do imóvel conforme Art. 128 da Lei Municipal nº 048/2001 e Decreto 166/2021, com a emissão da respectiva guia de recolhimento.

COLNIZA - MT, 30/04/2022

Ivanildo Francisco dos Santos Agente Fiscal Municipal Matricula 1215 Departamento de Fiscalização e tributação	Marcelo Eduardo Lopes Pereira Agente Fiscal Municipal Matricula 8060-1 Departamento de Fiscalização e tributação

AUTO DE INFRAÇÃO N0986 /2022		**DATA: 28**/04/2022	
PROPRIETARIO: WILANDER ROGER NORBERTO		**CPF/CNPJ** ***.721.691-**	
Endereço de imóvel notificado: AV. DOS JACARANDAS N°43		**Quadra / Lote:** 004/002	
Bairro GARÇA II	**MUNICIPIO** COLNIZA	**UF** MT	**CEP** 78.335-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Em vistoria realizada em 15/03/2022, no endereço citado acima, constatou-se que o terreno baldio estava tomado de vegetação espontânea, servindo em alguns casos como local de descarte de lixo e entulhos. **Notificação Fiscal nº 82/2022**			
Fica autuado o infrator, nos termos da lei municipal nº 48/2001 e Decreto 166/2021, a pagar multa no valor de R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).			

AUTO DE INFRAÇÃO N0987 /2022		**DATA: 28**/04/2022	
PROPRIETARIO: WILANDER ROGER NORBERTO		**CPF/CNPJ** ***.721.691-**	
Endereço de imóvel notificado: RUA DAS ROSEIRAS N°42		**Quadra / Lote:** 004/001	
Bairro GARÇA II	**MUNICIPIO** COLNIZA	**UF** MT	**CEP** 78.335-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Em vistoria realizada em 15/03/2022, no endereço citado acima, constatou-se que o terreno baldio estava tomado de vegetação espontânea, servindo em alguns casos como local de descarte de lixo e entulhos. **Notificação Fiscal nº 81/2022**			
Fica autuado o infrator, nos termos da lei municipal nº 48/2001 e Decreto 166/2021, a pagar multa no valor de R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).			

AUTO DE INFRAÇÃO N0988 /2022		**DATA: 28**/04/2022	
PROPRIETARIO: LEONOR BATISTA DA COSTA		**CPF/CNPJ** ***.720.191-**	
Endereço de imóvel notificado: Rua DOS IPÊS N°0		**Quadra / Lote:** 001/003A	
Bairro VERDAN	**MUNICIPIO** COLNIZA	**UF** MT	**CEP** 78.335-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Em vistoria realizada em 22/03/2022, no endereço citado acima, constatou-se que o terreno baldio estava tomado de vegetação espontânea, servindo em alguns casos como local de descarte de lixo e entulhos. **Notificação Fiscal nº 109/2022**			
Fica autuado o infrator, nos termos da lei municipal nº 48/2001 e Decreto 166/2021, a pagar multa no valor de R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).			

AUTO DE INFRAÇÃO N0989 /2022		**DATA: 28**/04/2022	
PROPRIETARIO: ABEL ALVES DE SÁ		**CPF/CNPJ** ***.409.052-**	
Endereço de imóvel notificado: AV. DO CONTORNO Nº 759		**Quadra / Lote:** 004/011	
Bairro Centro	**MUNICIPIO** COLNIZA	**UF** MT	**CEP** 78.335-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Em vistoria realizada em 10/01/2022, no endereço citado acima, constatou-se que o terreno baldio estava tomado de vegetação espontânea, servindo em alguns casos como local de descarte de lixo e entulhos. **Notificação Fiscal nº 10360/2022**			
Fica autuado o infrator, nos termos da lei municipal nº 48/2001 e Decreto 166/2021, a pagar multa no valor de R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).			

AUTO DE INFRAÇÃO N0990 /2022		**DATA: 28**/04/2022	
PROPRIETARIO: MARLI RIBEIRO VIEIRA		**CPF/CNPJ** ***.395.221-**	
Endereço de imóvel notificado: Rua DUQUE DE CAXIAS Nº 0		**Quadra / Lote:** 001/007	
Bairro **JARDIM IMPERIAL**	**MUNICIPIO** COLNIZA	**UF** MT	**CEP** 78.335-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Em vistoria realizada em 22/03/2022, no endereço citado acima, constatou-se que o terreno baldio estava tomado de vegetação espontânea, servindo em alguns casos como local de descarte de lixo e entulhos. **Notificação Fiscal nº 120/2022**			
Fica autuado o infrator, nos termos da lei municipal nº 48/2001 e Decreto 166/2021, a pagar multa no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).			

AUTO DE INFRAÇÃO N0991 / 2022		**DATA: 28**/04/2022	
PROPRIETARIO: SIDNEI NALEVAIKI		**CPF/CNPJ** ***.724.401-**	
Endereço de imóvel notificado: RUA DOS IPÊS Nº0		**Quadra / Lote:** 001/002	
Bairro CENTRO	**MUNICIPIO** COLNIZA	**UF** MT	**CEP** 78.335-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Em vistoria realizada em 22/03/2022, no endereço citado acima, constatou-se que o terreno baldio estava tomado de vegetação espontânea, servindo em alguns casos como local de descarte de lixo e entulhos. **Notificação Fiscal nº 108/2022**			
Fica autuado o infrator, nos termos da lei municipal nº 48/2001 e Decreto 166/2021, a pagar multa no valor de R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).			

Leosmar Xavier Gomides

Diretor do Departamento de Tributação

Port. 147/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – **EDITAL n° 002/2022**, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDATICOS INTEGRADOS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 2 A 3 ANOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COMODORO-MT,** cuja abertura ocorrerá às **09:00** horas do **dia 04/05/2022**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua das Pitangueiras nº 4775 – Tertúlia – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 03 de Maio de 2022.

JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO

Presidente da Comissão

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022 PROCESSO ADM. Nº 62/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro **Vanderson da Silva Santos**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS, COM DEVOLUÇÃO DE CASCO, SELADA, LIVRE DE MANUTENÇÃO, COM SELO DE CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA)do dia**17/05/2022**,via plataforma Eletrônica LICITANET. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 03 de Maio de 2022.

Vanderson da Silva Santos

Pregoeiro

LEI Nº. 1.941/2022 DE: 03.05.2022

"Autoriza a contratação de servidores públicos para atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nas escolas do campo, área urbana e aldeias indígenas, para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse e dá outras providências."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Comodoro aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter temporário, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, servidores para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, via Processo Seletivo e/ou aproveitamento da lista de aprovados do concurso público nº 001/2018, em virtude da necessidade administrativa e excepcional interesse público, consoante cargos abaixo relacionados:

Parágrafo único: Para contratação imediata:

I. 17 (dezessete) vagas para Professor PII e PIII, podendo ser utilizados na zona urbana, no campo ou nas aldeias indígenas;

II. 06 (seis) vagas de auxiliar de serviços de creche;

III. 05 (cinco) vagas de monitor de educação básica;

IV. 02 (duas) vagas de auxiliar de serviços gerais para as escolas do campo, e;

V. 02 (duas) vagas de merendeira para escolas do campo.

Art. 2º. As contratações dar-se-ão pelo período máximo de 01 (um) ano, ou até a homologação do resultado final de novo concurso público com as efetivas nomeações, dentro daquele período.

Art. 3º. Os contratos descritos no art. 1º submetem-se ao regime jurídico administrativo subsidiário (RA), disciplinado no art. 134, da Lei Municipal n.º 1.329/2011.

Art. 4º. A remuneração dos cargos previstos no art. 1º obedecerá à legislação específica local.

Art. 5º. O quantitativo de vagas previstas no art. 1º respeita o limite total disposto no organograma do Poder Executivo, ou seja, todas as vagas estão previamente previstas em lei.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de maio de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 002/2022 DE 03/05/2022

"Acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Resolução n.º 006/2008 de 03/12/2008."

A **Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aprova e promulga o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2022, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 006/2008 de 03/12/2008, passando a constar a seguinte redação:

Art. 94. (...):

(...)

§ 3º Para ingresso aos cargos elencados no caput deste artigo, constituirá pré-requisito à investidura o exame toxicológico com resultado negativo para substâncias psicoativas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Gleyscler Belussi Ribeiro - Presidente

Registra-se e Publica-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 002/2022 DE 03/05/2022

"Acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Resolução n.º 006/2008 de 03/12/2008."

A **Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aprova e promulga o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2022, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 006/2008 de 03/12/2008, passando a constar a seguinte redação:

Art. 94. (...):

(...)

§ 3º Para ingresso aos cargos elencados no caput deste artigo, constituirá pré-requisito à investidura o exame toxicológico com resultado negativo para substâncias psicoativas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Gleyscler Belussi Ribeiro - Presidente

Registra-se e Publica-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 002/2022 DE 03/05/2022

"Acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Resolução n.º 006/2008 de 03/12/2008."

A **Câmara Municipal de Comodoro**, Estado de Mato Grosso, aprova e promulga o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2022, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 006/2008 de 03/12/2008, passando a constar a seguinte redação:

Art. 94. (...):

(...)

§ 3º Para ingresso aos cargos elencados no caput deste artigo, constituirá pré-requisito à investidura o exame toxicológico com resultado negativo para substâncias psicoativas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Gleyscler Belussi Ribeiro - Presidente

Registra-se e Publica-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 250/2022 DE 03 DE MAIO DE 2022.

Portaria 250/2022 de 03 de Maio de 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o Oficio 378/ADM/2022 de 03/05/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 10/05/2022 a 07/08/2022 referente ao período aquisitivo 15/02/2016 a 14/02/2021 a Servidora Pública Municipal JOSILENE BARBOSA DA SILVA, matricula 012468, ocupante do cargo efetivo de APOIO DE SERVICOS A SAUDE/LIMPEZA PREDIAL, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Maio de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2022. PREGÃO PRESENCIAL – SRP N° 014/2022.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP-

A Prefeitura Municipal de CONFRESA/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 014/2022**, conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADOS/HOMOLOGADOS:

L.M. BORGES PROMOÇOES E EVENTOS

CNPJ: 08.561.812/0001-18

END: R DOS REIS, QD 29 LOTE 05 SN, SETOR UNIVERSITÁRIO II

CIDADE: CONFRESA – MT

CEP: 78.652-000

E-MAIL:LMBORGESPROMOCOESEEVENTOS@GMAIL.COM

FONE: (66) 98439-0056

Vencedora dos itens 01 e 02, do certame no valor global de R$ 96.446,00 (Noventa e Seis Mil e Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais)

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

CONFRESA-MT, 03 de MAIO de 2022.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA 003/2022

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 13/2022 – PGM-CONF

Ilmo(a) Senhor(a)

Representante Legal Perante o Pregão Eletrônico n.º 016/2021

Cássio Martins de Freitas

MED VITTA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Avenida das Laranjeiras, s/n, Quadra 45 – Bairro Parque Primavera – Aparecida de Goiânia -GO

CEP: 74.913-122 CNPJ: 28.418.133/0001-00

MUNICÍPIO DE CONFRESA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ: 37.464.716/0001-50, com sede na Avenida Centro Oeste, nº 286, Centro, Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Procurador-Geral Municipal, que ao final subscreve, nos termos do art. 182, do Código de Processo Civil, tendo em vista os fatos noticiados pelo Setor de Contratos conforme Memorando nº 120/2022; e

Considerando, os termos da Ata de Registro de Preço nº 120/2021, oriunda do Processo Licitatório nº 096/2021 – Pregão Eletrônico nº 016/2021 PE, cujo objeto é Registro de preços visando "aquisição de insumos e medicamentos hospitalares, para atender as demandas da Farmácia do Hospital Municipal do Município de Confresa-MT", o qual esta empresa configura como uma das fornecedoras registradas;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos;

Considerando a cláusula 4ª do Termo de Referência, o qual estabelece o prazo de 05 (cinco) dias para entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta na expedição da **AF nº 563/2022,** datada de **09 de fevereiro de 2022**, os descumprimentos já estão provocando graves transtornos ao Município de Confresa – MT, uma vez que a mercadoria solicitada ainda não foi entregue e trata de insumo necessário para o atendimento dos pacientes do Hospital Municipal.

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preços nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ nº 28.418.133/0001-00, situada na Avenida das Laranjeiras, s/n, Quadra 45, Parque Primavera, Aparecida de Goiânia- -GO, CEP 74.913-122, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. **Cássio Martins de Freitas** brasileiro, portador do RG nº 5040142 SPTC/GO e CPF nº032.868.041-93, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 120/2021 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Confresa–MT, no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Confresa-MT, em 03 de maio de 2022.

Paulo César da Silva Avelar

Procurador-Geral do Município

Portaria nº 204/2019, de 10.06.2019

OAB-MT: 21.334/O

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 001/2022 DE 2 DE ABRIL DE 2022

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 001/2022 DE 2 DE ABRIL DE 2022

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA-CONFRESA-MT.

O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Tona público que o Edital de convocação nº001 de 2 abril de 2022, foi publicado dia 2 de maio de 2022 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - ano XVII / Nº 3.971 na página nº 115 e 116.

Edital Convoca Conselheiro Tutelar Suplente para substituição de Conselheiro Titular no exercício da função, devido vacância.

ONDE LÊ-SE: DATA: **2 DE ABRIL DE 2022.**

LEIA-SE: DATA: **29 DE ABRIL DE 2022.**

Confresa-MT, 03 de maio de 2022.

_____

ILARIO TAVARES DE SOUZA

Presidente do CMDCA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº100, DE 03 DE MAIO DE 2022.

DECRETO Nº100, DE 03 DE MAIO DE 2022.

ALTERA A TABELA DE VALORES DOS PLANTÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE CONFRESA-MT PRESENTE NO DECRETO Nº 31, DE 17 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica alterado a tabela de valores de plantão presente no inciso I, art.11, do Decreto nº 31, de 17 de junho de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

"I – Plantões

Profissionais (Carga horária 12 horas)	Valor R$
Enfermeiro e Tec. SUS de nível Superior	220,00
Técnico de Enfermagem	190,00
Recepcionista, Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais	150,00

.....(NR)

Art. 2º. Fica revogado o inciso II, art. 11 do Decreto nº 31, de 17 de junho de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de maio de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 12/2022 – PGM-CONF

Ilmo(a) Senhor(a)

Representante Legal Perante o Pregão Eletrônico n.º 002/2021-PE

Cássio Martins de Freitas

MED VITTA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Avenida das Laranjeiras s/n, Quadra 45 – Bairro Parque Primavera – Aparecida de Goiânia -GO

CEP: 74.913-122 CNPJ: 28.418.133/0001-00

MUNICÍPIO DE CONFRESA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ: 37.464.716/0001-50, com sede na Avenida Centro Oeste, nº 286, Centro, Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Procurador-Geral Municipal, que ao final subscreve, nos termos do art. 182, do Código de Processo Civil, tendo em vista os fatos noticiados pelo Setor de Contratos no Memorando nº 121/2022, e

Considerando, os termos da Ata de Registro de Preço nº 043/2021, oriunda do Processo Licitatório nº 13/2021 – Pregão Eletrônico nº 2/2021 PE, cujo objeto é Registro de preços visando "aquisição de insumos e medicamentos hospitalares, para atender as demandas da Farmácia do Hospital Municipal do Município de Confresa-MT", o qual esta empresa configura como uma das fornecedoras registradas;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos;

Considerando a cláusula 4ª do Termo de Referência, o qual estabelece o prazo de 05 (cinco) dias para entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta na solicitação realizada pela **AF nº 523/2022,** datada de 20 de abril de 2022, os descumprimentos já estão provocando graves transtornos ao Município de Confresa – MT, uma vez que a mercadoria solicitada ainda não foi entregue e tratam de insumos necessários para o atendimento dos pacientes deste Hospital.

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preços nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ nº , situada na Avenida das Laranjeiras S/Nº Quadra 45, Parque Primavera, Aparecida de Goiânia- - GO, CEP74.913-122, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. **Cássio Martins de Freitas,** brasileiro, portador do RG nº 5040142 SPTC/GO e CPF nº032.868.041-93, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº043/2021 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Confresa–MT, no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Confresa-MT, em 03 de maio de 2022.

Paulo César da Silva Avelar

Procurador-Geral do Município

Portaria nº 204/2019, de 10.06.2019

OAB-MT: 21.334/O

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 033/2022-PMCO/MT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E ULTRASSOM PARA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE – MT – CENTRÍFUGA LABORATORIAL PARA TUBOS.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: LABINGÁ COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIO LTDA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CÓD. REDUZIDO : 393

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal a Servidora MARINA DA GAMA SOUZA.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato tem início no dia 01 de abril de 2022 e encerramento em 31 de dezembro de 2022, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

E ASSINATURA: 01 de abril de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e LABINGÁ COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIO LTDA pela CONTRATADA.

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 034/2022-PMCO/MT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E ULTRASSOM PARA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE /MT – ANALISADOR AUTOMATICO PARA HEMATOLOGIA.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: LABORTRONICA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CÓD. REDUZIDO : 393

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 31.100,00 (trinta e mil e cem reais).**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal a Servidora MARINA DA GAMA SOUZA.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato tem início no dia 01 de abril de 2022 e encerramento em 31 de dezembro de 2022, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

E ASSINATURA: 01 de abril de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e LABORTRONICA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA pela CONTRATADA.

PORTARIA/DECRETO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO 001 AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2022 CONCURSO PUBLICO 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D´OESTE/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão de Concurso Público,

nomeada pela Portaria nº 178/2021, alterada pela Portaria nº 016/2022 ao qual compete à Comissão fiscalizar, organizar e proferir decisões em todas as fases do Concurso Público, RESOLVE:

RETIFICAR O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2022,

No Edital de Convocação nº 010/2022: Onde se lê: Assistente Administrativo – 40 Horas . Leia-se Enfermeiro II – Plantonista – 30 horas

Gabinete da Prefeita, Conquista D'Oeste - MT, 03 de maio de 2022.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 035/2022-PMCO/MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO À INTERNET, NA VELOCIDADE DE 100 MBPS, COM DISPONIBILIDADE DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DURANTE 07(SETE) DIAS DA SEMANA, A PARTIR DE SUA ATIVAÇÃO ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO, MEDIANTE IMPLANTAÇÃO DE LINK DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ATIVA A SER INSTALADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA, COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSARIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SUPORTE TÉCNICO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: WEB LACERDA PROVEDOR DE INTERNET LTDA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CÓD. REDUZIDO : 0059

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal a Servidora **MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS**.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato tem início no dia 04 de abril de 2022 e encerramento em 04 de abril de 2023, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

E ASSINATURA: 01 de abril de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e WEB LACERDA PROVEDOR DE INTERNET LTDA pela CONTRATADA.

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 032/2022-PMCO/MT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E ULTRASSOM PARA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE – MT – MICROSCÓPIO LABORATORIAL BIOLÓGICO BINOCULAR.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: C.E. CARVALHO COMERCIAL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CÓD. REDUZIDO : 393

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal a Servidora MARINA DA GAMA SOUZA.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato tem início no dia 01 de abril de 2022 e encerramento em 31 de dezembro de 2022, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

E ASSINATURA: 01 de abril de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e C.E CARVALHO COMERCIAL pela CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 4° ADITAMENTO DO CONTRATO: 064/2021

Contratado: **MISLENE ANDREIA BRAGA CASADO**

Prorrogação Vigência: **01/05/2022 à 30/05/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 2° ADITAMENTO DO CONTRATO: 115/2021

Contratado: **ELIANE DE SOUZA RAMOS**

Prorrogação Vigência: **01/04/2022 a 30/06/2022**.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 3° ADITAMENTO DO CONTRATO: 116/2021

Contratado: **IVONETE ALVES DE DEUS GOLLO**

Prorrogação Vigência: **01/05/2022 à 30/05/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 3° ADITAMENTO DO CONTRATO: 127/2021

Contratado: **HEBERTI VINICIUS LEISTER COELHO**

Prorrogação Vigência: **01/05/2022 à 30/05/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 1° ADITAMENTO DO CONTRATO: 006/2022

Contratado: **ROSENI DE SOUZA SCHEFFER**

Prorrogação Vigência: **20/04/2022 à 16/08/2022**.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 1° ADITAMENTO DO CONTRATO: 012/2022

Contratado: **ALINE APARECIDA BEZERRA PEREIRA**

Prorrogação Vigência: **24/04/2022 à 31/12/2022**.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 1° ADITAMENTO DO CONTRATO: 015/2022

Contratado: **BRUNA GRAZIELA BISPO SILVEIRA**

Prorrogação Vigência: **26/04/2022 à 31/12/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO 2° ADITAMENTO DO CONTRATO: 030/2022

Contratado: **REINIELE ANTUNES DOS SANTOS**

Prorrogação Vigência: **08/04/2022 à 06/06/2022**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT**, **TORNA PÚBLICO**, através da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, nomeada através da Portaria nº 055/2022 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, para conhecimento dos interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Homologar em definitivo a relação de candidatos inscritos.

II. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas:

FUNÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Cargo: –Agente de Manutenção e Conservação - Motorista de Grande Porte.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B
Cargo:–Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas - Trator.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B
Cargo: –Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas - Escavadeira Hidráulica.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B
Cargo: –Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas - Motoniveladora.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19DB.
Cargo: –Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas - SKID.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B.
Cargo–Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas - Retroescavadeira.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B.
Cargo: –Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas - Pá Carregadeira.
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B.
Cargo:–Agente de Serviço Saúde (Limpeza).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo: –Agente de Serviço Saúde (Limpeza/Cozinha/Lavanderia).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo:–Agente de Vigilância (Vigia Noturno).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D.
Cargo:–Agente Operacional (Motorista Veículo Leve).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B
Cargo: –Agente Público (Auxiliar de Serviços Gerais – Coveiro).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo:–Agente Público (Auxiliar de Serviços Gerais – Jardineiro).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo:–Agente Público (Auxiliar de Serviços Gerais - Limpeza Urbana e Infraestrutura).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo–Agente Público (Auxiliar de Serviços Gerais - Limpeza Urbana, DAE e Infraestrutura).
01C-02A-03C-04D-05A-06B-07A-08D-09D-10C-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo:–Agente Público (Auxiliar de Serviços Gerais).
FUNÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
Cargo:–Apoio Administrativo Educacional - Nutrição/Zeladora.
01D-02B-03A-04C-05A-06A-07D-08B-09C-10A-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D.
Cargo:–Apoio Administrativo Educacional - Vigia.
01D-02B-03A-04C-05A-06A-07D-08B-09C-10A-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18B-19A-20D
Cargo:–Apoio Operacional - Motorista Ônibus.
01D-02B-03A-04C-05A-06A-07D-08B-09C-10A-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B
Cargo:–Auxiliar Administrativo.
01D-02B-03A-04C-05A-06A-07D-08B-09C-10A-11D-12B-13A-14B-15B-16C-17A-18B-19C-20B
Cargo:–Auxiliar de Consultório Odontológico.
01D-02B-03A-04C-05A-06A-07D-08B-09C-10A-11D-12B-13A-14B-15B-16B-17A-18C-19B-20A
Cargo–Motorista - Saúde.
01D-02B-03A-04C-05A-06A-07D-08B-09C-10A-11D-12B-13A-14B-15B-16A-17D-18C-19D-20B
FUNÇÕES DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
Cargo:–Agente Administrativo.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11B-12B-13C-14A-15C-16B-17D-18D-19C-20A
Cargo:–Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11D-12A-13A-14A-15B-16C-17D-18C-19A-20C
Cargo:–Auxiliar de Sala - Auxiliar de Classe.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11A-12C-13B-14B-15B-16C-17C-18A-19A-20B
Cargo:–Orientador Social.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11B-12B-13C-14A-15C-16B-17D-18D-19C-20A
Cargo:–Professor - Magistério.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11C-12A-13A-14C-15C-16B-17D-18A-19C-20C
Cargo:–Professor - Nível Médio
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11C-12A-13A-14C-15C-16B-17D-18A-19C-20C
Cargo:–Técnico Administrativo Educacional.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11B-12B-13C-14A-15C-16B-17D-18D-19C-20A
Cargo:–Técnico de Nível Médio - Técnico em Agropecuária.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11D-12A-13B-14C-15C-16A-17D-18D-19C-20C
Cargo:–Técnico em Radiologia
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11A-12D-13B-14C-15C-16C-17D-18C-19A-20C

Cargo:–Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental - Agente Epidemiológico.
01B-02D-03A-04B-05C-06C-07B-08D-09B-10D-11C-12D-13C-14A-15C-16D-17B-18D-19A-20D
FUNÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Cargo:–Especialista em Saúde - Assistente Social.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11C-12B-13A-14D-15B-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Especialista em Saúde - Bioquímico/Farmacêutico.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11D-12C-13C-14B-15B-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Especialista em Saúde - Enfermeiro
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11B-12A-13B-14B-15C-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Especialista em Saúde - Fisioterapeuta.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11C-12D-13D-14A-15C-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Especialista em Saúde - Odontólogo
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11B-12A-13D-14D-15C-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Especialista em Saúde - Psicólogo.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11C-12A-13C-14C-15D-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Professor - Professor Licenciado em Língua Portuguesa.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11A-12C-13D-14B-15A-16A-17D-18A-19D-20C
Cargo:–Professor - Professor Licenciado em Matemática.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11A-12C-13D-14B-15A-16B-17D-18C-19A-20C
Cargo:–Professor - Professor Licenciado em Outras Licenciaturas.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11A-12C-13D-14B-15A-16A-17D-18C-19A-20D
Cargo:–Professor - Professor Licenciado em Pedagogia.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11A-12C-13D-14B-15A-16A-17D-18C-19A-20D
Cargo:–Técnico de Nível Superior - Assistente Social.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11C-12B-13A-14D-15B-16B-17C-18D-19D-20D
Cargo:–Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11C-12A-13A-14C-15C-16A-17B-18D-19D-20A
Cargo:–Técnico de Nível Superior - Médico Veterinário.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11A-12C-13C-14A-15D-16A-17B-18A-19C-20D
Cargo:–Técnico de Nível Superior - Psicólogo.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11C-12A-13C-14C-15D-16A-17B-18B-19B-20B
Cargo:–Técnico de Nível Superior - Químico.
01B-02B-03D-04B-05C-06C-07C-08B-09C-10C-11D-12D-13A-14D-15C-16D-17A-18B-19B-20B

III. O candidato poderá apresentar recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, no site da organizadora: www.w2consultores.com.br. Os recursos deverão ser apresentados por meio da internet, em formulário eletrônico próprio disponível no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link "INSCRIÇÕES ONLINE", onde o candidato deverá selecionar o Processo Seletivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT e acessar o PORTAL DO CANDIDATO.

IV. O presente Edital será divulgado, nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/ e portal de transparência da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu: www.cotriguacu.mt.gov.br.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Cotriguaçu/MT, 02 de Maio de 2022.

JESUÍNA MARIA DE AQUINO SULZBACH - Presidente da **Comissão**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DO RECURSO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº. 002/2022/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DA ANÁLISE DO RECURSO DE HABILITAÇÃO** referente à **CONCORRÊNCIA Nº. 002/2022/PMC**, processo administrativo nº 095.575/2021, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EMEB NICO BARACAT**.

LICITANTES	RESULTADO
A.I. FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI-EPP	HABILITADA
ANDARES CONSTRUTORA LTDA	HABILITADA
ÁGAPE CONSTRUTORA EIRELI-EPP	HABILITADA
ORIGAMI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	HABILITADA
R. ELY – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI	HABILITADA

Bem como **CONVOCAMOS**, as empresas **HABILITADAS**, para **Sessão de Abertura dos envelopes das Propostas de Preços**, que será no dia **06/05/2022** às **09h00min**, na Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/ Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Fone: 3645-6241 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h.

Cuiabá/MT, 03 de Maio de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO §3º ART. 48 LEI 8.666/93

TOMADA DE PREÇO N° 002/2022/PMC

ASECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março

de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO §3º ART. 48 LEI 8.666/93** referente à **TOMADA DE PREÇO N° 002/2022/PMC**, processo administrativo nº 100.960/2021, que tem por objeto aCONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **CREAS NO BAIRRO JARDIM PAULICÉIA**, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ CONTRATO DE REPASSE N°890433/2019/MCIDADANIA/CAIXA.

LICITANTES	RESULTADO
ANDARES CONSTRUTORA LTDA	HABILITADO
AMPLA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI	HABILITADO

Desde já, fica assegurado a todos os interessados, a aplicabilidade dos termos dos artigos 109, inciso I, Alínea “a” e 110, ambos da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Cuiabá/MT, 03 de Maio de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

II AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 021/2022/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117.151/2021)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE HOSPITALAR E MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR PARA ATENDER A COORDENADORIA TÉCNICA DE ATENÇÃO SECUNDARIA/ UNDIDADEDE PONTO ATENDIMENTO LEBLON (UPA LEBLON) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ/MT, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E ANEXOS.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/05/2022 às 10:00h (Dez h6oras) Horário de Brasília - DF.

EDITAL DISPONÍVEL: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao site Prefeitura de Cuiabá-MT) e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).

CONTATO: Tel. (65) 3645-6156/6252 E-mail: pregoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá/MT, 03 de maio de 2022.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

RESULTADO FINAL CONCORRÊNCIA Nº. 001/2022/PMC

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 304/2022, de 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº. 001/2022/PMC**, processo administrativo nº 100.577/2021, que tem por objeto aCONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA **CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO - BAIRRO DO PARI**, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

LICITANTE	CNPJ	VALOR
ÁGAPE CONSTRUTORA EIRELI - EPP	00.201.966/0001-97	R$ 2.741.068,48

R$2.741.068,48 (dois milhões e setecentos e quarenta e um mil e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Cuiabá/MT, 29 de Abril de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

***REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO INCORRETO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 043/2022

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: CIRURGICA AL STYN LTDA

CNPJ Nº 23.141.314/0001-00

OBJETO: Aquisição de materiais e insumos para a farmácia básica, para atender a unidade básica de saúde e os pacientes que fazem tratamento do diabetes mellitus no Município de Curvelândia/MT.

VALOR: R$ 5.539,00 (Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Nove Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 25/10/2022.

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. CARLOS MAGNO SOARES DE SOUSA – Sócio Administrador.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 042/2022

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: CIRURGICA AL STYN LTDA

CNPJ Nº 23.141.314/0001-00

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender a demanda da farmácia básica do Município de Curvelândia/MT.

VALOR: R$ 5.593,40 (Cinco Mil, Quinhentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 25/10/2022.

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. CARLOS MAGNO SOARES DE SOUSA – Sócio Administrador.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 041/2022

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ Nº 22.807.196/0001-63

OBJETO: Prestação de Serviços Advocatícios voltados para orientação do Poder Executivo Municipal a realizar atos de gestão e de governo em consonância com entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como defender seus interesses em processos que vierem a tramitar perante órgãos de controle interno e externo.

VALOR: R$ 102.000,00 (Cento e Dois Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 25/04/2023.

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. RONY DE ABREU MUNHOZ – Sócio Administrador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LEI MUNICIPAL Nº 1.465/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.465/2022

Dispõe sobre a concessão de férias remuneradas e décimo terceiro subsídio aos Agentes Políticos do Município de Diamantino/MT e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao disposto no artigo 29, Inciso V da Constituição Federal. Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, por esta lei, institui a fixação de um terço de férias e décimo terceiro subsídio aos agentes políticos do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei consideram-se agentes políticos do Poder Executivo do município os ocupantes dos cargos públicos de Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e Secretários(as) Municipais.

Art. 2º São direitos dos Agentes Políticos do Poder Executivo do Município de Diamantino:

I – Gozo de 30 (trinta) de férias anuais remuneradas, acrescida de um terço a mais do subsídio.

II – Décimo terceiro subsídio, com base no valor integral do subsídio ou vencimento.

Art. 3º Os valores correspondentes ao décimo terceiro e ao terço constitucional de férias acompanharão leis posteriores que vierem a fixar, alterar ou ajustar o valor dos subsídios dos agentes públicos acima elencados.

Art. 4º O décimo terceiro subsídio deverá ser pago na mesma data em que for previsto o pagamento para os demais servidores.

§1º O décimo terceiro subsídio corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

§2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do parágrafo anterior.

Art. 5º O terço constitucional de férias será pago juntamente com o gozo das férias pelo agente público.

Art. 6º Caso o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito ou Secretário Municipal deixe o cargo, o décimo terceiro subsídio ser-lhe-á pago proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Prefeitura Municipal de Diamantino.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 02 de maio de 2022

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Arts. 16 e 17 da LRF)
TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
¨**Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (Art. 16)** ¨ **Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)**
DESCRIÇÃO: **ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA O PROJETO DE LEI 9/2022, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REMUNERADAS E DÉCIMO TERCEIRO SUBSÍDIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA		
ELEMENTO	**ESPECIFICAÇÃO**	**SUBSÍDIOS/MÊS**
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	160.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	44.000,00
TOTAL MENSAL PREVISTO		**204.000,00**

PREVISÃO DE DESEMBOLSOS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS			
MÊS	**EXERCÍCIO**	**EXERCÍCIO**	**EXERCÍCIO**
	2022	**2023**	**2024**
JANEIRO	136.640,00	146.400,00	146.400,00
FEVEREIRO	136.640,00	146.400,00	146.400,00
MARÇO	136.640,00	146.400,00	146.400,00
ABRIL	146.400,00	146.400,00	146.400,00
MAIO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
JUNHO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
JULHO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
AGOSTO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
SETEMBRO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
OUTUBRO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
NOVEMBRO	146.400,00	146.400,00	146.400,00

DEZEMBRO	146.400,00	146.400,00	146.400,00
SUBSTITUICAO (Prefeito em férias)	9.760,00	9.760,00	9.760,00
Férias e 13º Salário	204.000,00	204.000,00	204.000,00
VALOR TOTAL	**1.941.280,00**	**1.970.560,00**	**1.970.560,00**
INCREMENTO DE DESPESA – PL 09/2022 – PODER EXECUTIVO	**204.000,00**	**204.000,00**	**204.000,00**

DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DA DEPESA EM ESTUDO				
Descrição do evento	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Comportamento da Despesa Prevista com Subsídio de Prefeito, Vice-prefeito e Secretários	1.564.044,80	1.920.160,00	1.949.440,00	1.949.440,00
Variação		24,12%	1,51%	0,00%
Orçamento de Despesas Totais Fixado/Previsto Impacto dos Subsídios Sobre o Orçamento	125.011. 321,86 1,25%	154.475. 924,00 1,26%	160.109. 561,00* 1,23%	169.303. 037,00* 1,16%
Previsão Orçamentária (Despesa com Pessoal e Encargos) Impacto dos Subsídios Sobre a Dotação Impacto da Dotação sobre o Orçamento Total	52.614.846,53 2,97% 42,09%	64.729.641,10 3,00% 41,90%	68.699.182,69* 2,87% 42,91%	73.031.939,18* 2,70% 43,14%

***Valores mantidos constantes, de acordo com as metas de despesas da LDO/2022.**

DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DA RECEITA CORRENTE				
Descrição do evento	**PREVISÃO LOA 2021**	**PREVISÃO LOA 2022**	**META 2023**	**META 2024**
Previsão da variação da arrecadação (Receita Corrente)	118.260.321,86	146.843.754,00	153.307.894,00*	162.270.238,00*
Variação		+24,17%	+4,40%	+5,85%

***Valores de acordo com as metas de arrecadação da LDO/2022.**

3ºQuadrimestre/2021

COMPORTAMENTO DO LIMITE MÁXIMO DE GASTO COM PESSOAL – LRF – PODER EXECUTIVO – 54%

1ºQuadrimestre/2021	**2ºQuadrimestre/2021**	
36,62% da RCL	36,85% da RCL	36,90% da RCL

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 178/2022 - CONTRATADO(a): MARA LIGIANE DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1.372,25 (Um Mil Trezentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos), equivalentes à carga horária de 30 (Trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado. IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. **11 de Abril de 2022.**

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR REFERENTE AO CONTRATO Nº 092/2021.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR REFERENTE AO CONTRATO Nº 092/2021.

OBJETO:**CONTRATAÇÃODE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS CONTINUOS DE APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.**

DO VALOR: **R$ 1.367.833,50 (Um milhão Trezentos e sessenta e sete mil Oitocentos e trinta e três reais e Cinquenta centavos).**

CONTRATADO: **SOLUÇÃO TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇO – LTDA**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 28 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 286/2022

PORTARIA Nº 286/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. ***POLIANA PEREIRA CARDOSO,*** brasileira, casada, RG nº 1248014-2 SJ/MT, inscrita no CPF nº 889.188.661-00, como Fiscal do Contrato **nº 033/2022 -** cujo OBJETO é: **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços diagnósticos por imagem (ressonância magnética), de forma complementar ao sistema único de saúde – SUS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino/MT. – SANTÉ MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de Maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 118/2017.

EXTRATO DO VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 118/2017.

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.**

DO PRAZO: **60 (SESSENTA) DIAS.**

CONTRATADO: **LUCAS VIANA ARRUDA SANTOS ANJOS GEOLOGIA - ME**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 21 DE MARÇO DE 2022.

PORTARIA Nº 289/2022

PORTARIA Nº 289/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **VERA LÚCIA FONTES DE SOUZA,** portador do RG nº 0887113-2 SSP/MT, inscrita no CPF nº 571.602.791-15, como Fiscal do Contrato **nº 040/2022 -** cujo OBJETO é: **Contratação de serviço com capacitações para Secretaria Municipal de Educação e Cultura, gestão 2021/2024, atender os servidores da educação que tem como objetivo marcar o ano letivo 2022.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de Maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2022

PORTARIA Nº 287/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. ***POLIANA PEREIRA CARDOSO,*** brasileira, casada, RG nº 1248014-2 SJ/MT, inscrita no CPF nº 889.188.661-00, como Fiscal do Contrato **nº 042/2022 -** cujo OBJETO é: **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços diagnósticos por endoscopia, de forma complementar ao sistema único de saúde – SUS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino/MT. – IVAN CRUZ SILVA EIRELI.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de Maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288/2022

PORTARIA Nº 288/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. ***POLIANA PEREIRA CARDOSO,*** brasileira, casada, RG nº 1248014-2 SJ/MT, inscrita no CPF nº 889.188.661-00, como Fiscal do Contrato **nº 043/2022 -** cujo OBJETO é: **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de exames médicos laboratoriais, de forma complementar ao sistema único de saúde – SUS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino/MT. – LABORATÓRIO SÃO JOÃO BATISTA EIRELI.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de Maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

ATA DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE DIAMANTINO – MATO GROSSO

Ata da Comissão Julgadora do Concurso Público Nacional De Revitalização Do Centro Histórico De Diamantino – Mato Grosso para escolha das melhores propostas, em nível de Estudo Preliminar, para a Revitalização Urbanística e Paisagística de parte do Centro Histórico da Cidade de Diamantino, MT.

Os projetos foram avaliados de forma a buscar propostas para:

-Projeto paisagístico para praça Major Caetano Dias e a reurbanização dos logradouros que fazem parte do núcleo histórico delimitado como a área de intervenção deste concurso para que ampliem a qualidade de vida urbana e as práticas sociais;

-Criação de espaços de convívio inclusivos e equipamentos públicos, compatíveis com as novas condições previstas para a área de intervenção, voltados para atividades culturais, de lazer, de encontros dos moradores e visitantes e de turismo cultural;

- Novas alternativas urbanas, paisagísticas e de usos e atividades econômicas voltadas para o setor de cultura, lazer, entretenimento e turismo de forma a ativar este núcleo como uma centralidade cultural;

-Parâmetros para restauração/revitalização dos imóveis tombados;

A Comissão Julgadora reuniu-se por meio de encontro virtual no dia 04 de março de 2022 e foram avaliadas as duas propostas apresentadas dentro do prazo e dos critérios do Edital publicado. O projeto selecionado foi aquele identificado pelo pseudônimo Kulturlandschaft, liderado pela arquiteta Priscila Waldow, restando em segundo lugar o projeto identificado como Chronos, liderado pelo arquiteto Fabricio Arriaga.

A Comissão Julgadora foi formada por:

Fernando do Amaral Leite

Francisco Mendes

Ricardo Batista Ferreira

Robinson de Carvalho Araújo

Silvia Finguerut

LEI COMPLEMENTAR Nº 073/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 073/2022

Altera a Lei Complementar n° 40/2017 e Lei Complementar n° 053/2019.

O Senhor **Manoel Loureiro Neto**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados o Artigo 36 da Lei Complementar 40/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. Para obtenção do benefício constante nas alíneas letra "b" e "c", inciso I, do artigo anterior, é necessário que o interessado requeira a isenção, entre os meses de janeiro a junho do exercício corrente, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo, instruída dos documentos a seguir, sem prejuízo de constatação "in loco" caso a autoridade fiscal entenda necessária.

Art. 2° – Fica incluído o Art. 144-A, na Lei Complementar 53/2019, com a seguinte redação:

Art. 144-A. O prazo geral para o Contribuinte impugnar lançamentos tributários , bem como contestar Auto de Infração de natureza tributária, quando a Lei for omissa, será de 30 (trinta) dias contados da ciência do Contribuinte, na forma das disposições contidas no Art. 146 desta Lei Complementar.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 02 de maio de2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.466/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.466/2022

CRIA VAGA E CONCEDE REAJUSTE SALARIAL PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE LEGISLATIVO II DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada mais uma vaga para o cargo público de ASSISTENTE LEGISLATIVO II, para provimento efetivo, mediante concurso público, na forma estabelecida pelo Anexo I da presente Lei, o qual respectivamente altera o anexo I da Lei 1.330/2019, passando a constar 04 (quatro) vagas para o cargo referido.

Art. 2º Fica concedido o reajuste de 7% (sete por cento) a ser aplicado no nível I, Classe A, da tabela salarial do cargo de Assistente Legislativo II, em razão do acréscimo de atribuições decorrente da Lei nº 1.379/2020, conforme Anexo II desta Lei, o qual altera o Anexo III da Lei 1.330/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Diamantino/MT, abaixo descritas:

01.001.01.031.0001.20001.3190110000.15000000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL;

01.001.01.031.0001.20001.3190130000.15000000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS; e

01.001.01.031.0001.20001.3390460000.15000000000 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 02 de maio de 2022-05-03

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal

ANEXO I

LOTACIONOGRAMA E PRÉ REQUISITOS

CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS	OCUPADAS	DISPONÍVEIS	PRÉ REQUISITOS
Agente de Limpeza e Manutenção	02 – extinção	02	-	-
Vigia	03 – extinção	03	-	-
Motorista	02	02	-	Nível Fundamental Incompleto
Recepcionista/Telefonista	02	02	-	Nível Fundamental Completo
Assistente Legislativo I	01	01	-	Nível Fundamental Completo
Assistente Legislativo II	04	03	01	Nível Médio Completo
Técnico em Informática	01	01	-	Nível Médio Completo + Curso técnico em informática
Assessor de Imprensa	01	00	01	Nível Superior Completo em Jornalismo, Comunicação Social, Relações Públicas e/ou Publicidade e Propaganda
Contador	01	01	-	Nível superior completo em Ciências Contábeis com 02 anos de registro no Conselho de Classe
Auditor Público Interno	01	01	-	Nível superior completo em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia + 02 anos registro no Conselho de Classe
Advogado	01	01	-	Nível superior completo em Direito + 02 anos de registro no Conselho de Classe
TOTAL	**19**	17	02	-

ANEXO II

"ANEXO III

TABELAS SALARIAIS

(...)

Assistente Legislativo II

Nível			Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Nível	Anos	Coeficientes	1,00	1,15	1,30	1,55	1,60
1	0	1,00	4.248,73	4.886,04	5.523,35	6.585,54	6.797,98
2	3	1,06	4.503,66	5.179,21	5.854,76	6.980,67	7.205,85
3	6	1,12	4.758,58	5.472,37	6.186,16	7.375,80	7.613,73
4	9	1,18	5.013,51	5.765,53	6.517,56	7.770,94	8.021,61
5	12	1,24	5.268,43	6.058,70	6.848,96	8.166,07	8.429,49
6	15	1,30	5.523,35	6.351,86	7.180,36	8.561,20	8.837,37
7	18	1,36	5.778,28	6.645,02	7.511,76	8.956,33	9.245,25
8	21	1,42	6.033,20	6.938,18	7.843,16	9.351,46	9.653,13
9	24	1,48	6.288,13	7.231,35	8.174,57	9.746,60	10.061,00
10	27	1,54	6.543,05	7.524,51	8.505,97	10.141,73	10.468,88
11	30	1,60	6.797,98	7.817,67	8.837,37	10.536,86	10.876,76
12	33	1,66	7.052,90	8.110,83	9.168,77	10.931,99	11.284,64

PROJETO DE LEI Nº 010/2022 – PODER LEGISLATIVO

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO – ART. 16 e 17 LRF

Trata-se de demonstração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro trazido pela eventual aprovação do Projeto de Lei que cria vaga, concede reajuste salarial para o cargo de provimento efetivo de assistente legislativo II da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a lei municipal nº 1.330/2019, e dá outras providências.

A tabela 1 demonstra para o exercício atual e dois subseqüentes, o impacto orçamentário-financeiro da despesa com pessoal criada pelo PL, considerando os vencimentos para os ocupantes do cargo de Assistente Legislativo II, acrescido de encargos previdenciários, férias, décimo terceiro salário, incentivo a titulação e licenças-prêmio.

No cálculo, foi desconsiderado o efeito do projeto de Lei 2/2022 de autoria do poder legislativo, pois o mesmo foi retirado de pauta. Além disso, foi estimada a nomeação para ocupação da vaga criada para agosto de 2022.

Elemento de Despesa	2022	2023	2024
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens	43.499,95	85.228,58	85.228,58
3.1.90.13 - Obrigações Patronais	9.563,81	5.860,18	5.860,18
Aumento da despesa em relação à previsão anterior	**53.063,77**	**91.088,77**	**91.088,77**

Tabela 1 – Despesa gerada pela aprovação do projeto de lei X/2022.

Considerando a despesa criada, aliada à previsão de gastos com pessoal oriunda da conjuntura existente e a aprovação do eminente projeto de lei, apresenta-se a reestimativa da despesa com pessoal, conforme descrito na tabela 2.

Elemento de Despesa	2022	2023	2024
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens	2.604.220,65	2.740.950,72	2.773.582,17
3.1.90.13 - Obrigações Patronais	580.157,90	594.038,75	601.630,68
Previsão Total	**3.184.378,55**	**3.334.989,47**	**3.375.212,85**

Tabela 2 – Despesa com pessoal reestimada após a aprovação do projeto de lei.

A projeção abrange as obrigações de gasto com pessoal como vencimentos, gratificações, incentivos, adicionais, férias, décimo terceiro salário, progressões de nível, promoções de classe, subsídios, contribuição previdenciária patronal e licenças-prêmio indenizadas com reestimativa de probabilidade estimada de concessão em 50%.

Considerando a reestimativa e o valor fixado na lei 1.450/2021 e créditos adicionais, para gastos com despesa de pessoal, após a aprovação do projeto de lei em questão, não haveria necessidade de suplementação, já que o valor previsto na LOA os elementos de despesa 11 e 13 é de R$ 3.280.256,28.

Além das rubricas orçamentárias já tratadas, a criação de uma vaga no cargo em questão implicaria no aumento de R$ 300,00 mensais com auxílio alimentação do servidor ocupante, o que resultaria no aumento de valores tratados na tabela 3.

	2022	2023	2024
Auxílio Alimentação - Cargos Atuais	69.900,00	72.000,00	72.000,00
(+)Auxílio Alimentação - Vaga aumentada	**1.500,00**	**3.600,00**	**3.600,00**
(=) Auxílio Alimentação Posterior	71.400,00	75.600,00	75.600,00

Tabela 3 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Ressalta-se, porém, que para a cobertura de tais valores, não careceria de aumento da dotação prevista em 2022, pois seria suficiente para tal cobertura, já que o valor atualizado da mesma é de R$ 110.017,28. Além disso, o auxílio alimentação não é considerado gasto com pessoal para fins de aplicação de limites constitucionais e legais.

A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo conforme leis orçamentárias já aprovadas (PPA e LDO). Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 4.

	2022	2023	2024
Previsão Receita Corrente Municipal	146.843.754,00	153.307.894,00	162.270.238,00
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	5.245.084,48	5.528.495,00	5.828.061,00

Tabela 4 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Já a tabela 5, evidencia a estimativa do impacto da majoração da despesa com pessoal trazido pelo projeto de lei, em relação a limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao limite constitucional de gasto com folha de pagamento das Câmaras Municipais.

O limite máximo de gasto com pessoal do Poder Legislativo Municipal é de 6,00% da Receita Corrente Líquida do Município. No último quadrimestre do exercício de 2021, o percentual atingido foi de **1,72**%.

Já em relação limite de 70% com gasto com folha de pagamento, tratado no artigo 29-A §1º da Constituição Federal, será respeitado, mesmo após a eventual aprovação do projeto.

	2022	**2023**	**2024**
Previsão Receita Corrente Municipal	146.843.754,00	153.307.894,00	162.270.238,00
Gasto Com Pessoal Previsto	3.184.378,55	3.334.989,47	3.375.212,85
Percentual Previsto (LRF)	**2,17%**	**2,18%**	**2,08%**
Gasto com Folha de Pagamento (CF)	**60,71%**	**60,32%**	**57,91%**

Tabela 5 – Limite de Gastos com Pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas do projeto de Lei que cria vaga, concede reajuste salarial para o cargo de provimento efetivo de assistente legislativo II da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a lei municipal nº 1.330/2019, e dá outras providências.

Diamantino/MT, 25 de abril de 2022.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ranielli Patrick Arruda Lima, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARA, nos termos da legislação vigente, existir adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes para tramitação do Projeto de Lei nº 010/2022, que cria vaga e concede reajuste salarial para o cargo de provimento efetivo de assistente legislativo II da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a lei municipal nº 1.330/2019, e dá outras providências.

Diamantino/MT, 25 de abril de 2022.

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

PORTARIA Nº 290/2022

PORTARIA Nº 290/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o**Sr. ALBERTO DUAILIBI JÚNIOR,** portador do RG nº 00068705-4 SSP/MS, inscrito no CPF nº 941.547.241-34, como **Fiscal de Serviços de Engenharia do Contrato nº 025/2022**, cujo OBJETO é: **Prestação de serviços de elaboração de laudo de avaliação valor da terra nua – VTN, laudo de vistoria, relatório e parecer técnico no Município de Diamantino/MT.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de maio de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 129/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 129/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LINDINALVA SOUZA BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **01/02/2020 a 01/02/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **LINDINALVA SOUZA BRANCO**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 02 de maio de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 130/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 130/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CONCEIÇÃO ROBERTA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **03/02/2020 a 03/02/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CONCEIÇÃO ROBERTA DA SILVA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 02 de maio de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 125/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 125/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CICERO LIMA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou no Departamento de Água e Esgoto, no cargo de Diretor, no período aquisitivo de **01/02/2021 a 01/02/2022.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CICERO LIMA DOS SANTOS**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 126/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 126/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A IRACI DE OLIVEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **23/05/2010 a 23/05/2015.**

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **IRACI DE OLIVEIRA SOARES.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 29 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2021

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2021

CONTRATADA: VIGA CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI inscrita, CNPJ n.º 36.969.897/0001-03

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de quarenta e cinco (45) dias do prazo de execução dos serviços, constante da Cláusula VI do Contrato de Prestação de Serviços nº 022/2021, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 20/04/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2021

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2021

CONTRATADA: VIGA CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI inscrita, CNPJ n.º 36.969.897/0001-03

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de trinta (30) dias do prazo de execução dos serviços, constante da Cláusula VI do Contrato de Prestação de Serviços nº 027/2021, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 13/04/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 124/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 124/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SUELI PEREIRA DE MATOS SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **07/11/2019 a 07/11/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **SUELI PEREIRA DE MATOS SOUZA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 126/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 126/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A IRACI DE OLIVEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **23/05/2010 a 23/05/2015.**

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **IRACI DE OLIVEIRA SOARES.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 29 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 123/2022 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 123/2022 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MARIA AUXILIADORA ALVES COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **09/02/2021 a 09/02/2022.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARIA AUXILIADORA ALVES COELHO**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **04/04/2022 a 03/05/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 26 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 13/2022

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 13/2022

CONTRATADA: PRIME MUSIC PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, **CNPJ/MF nº 42.954.336/0001-33**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação da empresa, para Apresentação do show com o artista de renome nacional, BRUNO ROSA no dia 15/06/2022 no evento 31ª EXPOVALE, neste município de Dom Aquino-MT.

VALOR: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias

DATA DE ASSINATURA: 29/04/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 127/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 127/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES AO SENHOR EDIMICIO PEREIRA DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base no Inciso VI, Artigo 107 da Lei Orgânica do Município**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Designar o senhor **EDIMICIO PEREIRA DE LIMA – Engenheiro Civil** para responder como fiscal deste município da seguinte obra:

Ø **ACOMPANHAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE DE ACORDO COM DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT; CONFORME CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 016/2019 E EMPRESA AFAN SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI.**

ART. 2º - O Engenheiro terá a função de fiscalizar e acompanhar a obra acima descrita.

ART. 3º - O prazo de validade desta Portaria será do início ao final da obra.

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 02 de maio de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 122/2022 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 122/2022 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LEANDRO DE ALMEIDA BARROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Técnico Operacional, no período aquisitivo de **07/02/2020 a 07/02/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **LEANDRO DE ALMEIDA BARROS**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/05/2022 a 07/06/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 26 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 128/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 128/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A IRANEI RIBEIRO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Administração, no cargo de Auxiliar em Administração, no período aquisitivo de **06/01/2021 a 06/01/2022.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **IRANEI RIBEIRO DE SOUZA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **06/05/2022 a 04/06/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 02 de maio de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 121/2022 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 121/2022 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 01 (UM) MES DE FÉRIAS REMUNERADAS A SIRLENE VIEIRA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o Decreto nº 060/2021 de 21 de junho de 2021, que a (o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Finanças, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **01/01/2018 a 01/01/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 01 (um) mês de férias a **SIRLENE VIEIRA DE JESUS**.

ART. 2º - As Férias concedidas no Art. 1º serão totalmente remuneradas.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 26 de abril de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 131/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 131/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A DENARI PONTES FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **10/03/2020 a 10/03/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **DENARI PONTES FERNANDES**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/05/2022 a 31/05/2022.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 02 de maio de 2022.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 012/2022

EDITAL DE PUBLICIDADE

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeado pela Portaria Municipal nº. 154/2022, torna público que, nos precisos termos do Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que realizou o processo licitatório na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2022,** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE BANHEIRO NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL MALVINA EVARISTO PESCINELLI, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

Feliz Natal - MT, em 04 de maio de 2022.

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 154/2022

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

A Presidente da Comissão Especial de Organização do Processo Seletivo Simplificado, **SIRLENE DOS SANTOS BERNARDINO ANTONIO**, nomeada pela Portaria 161/2022 de 11/04/2022, retifica através deste Edital Complementar o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, para atender as exigências legais e pertinentes, como segue:

Considerando, as inscrições realizadas

1- Altera: a apresentação da relação dos candidatos inscritos a professor, para professor pedagogo 20 horas e professor pedagogo 40 horas.

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 20 HORAS (ZONA URBANA)

INS.	NOME	CPF	DT. DE NASC
3	NÚBIA LAFAIETE DE SOUZA SILVA	703.359.581-68	31/10/1981
4	ELIANE CRISTINA MIRANDA CAMARGO ROSA	979.309.541-53	19/03/1979
5	AYLA MARIA TEIXEIRA	888.111.741-04	12/08/1963
41	EMARIZETE ALVES DE SOUZA	750.130.022-49	24/11/1979
84	JHECYKLEIA SILVA SOUSA	013.629.891-50	14/07/1981
91	MARIA DAS DORES MOTA	206.646.298-57	27/03/1996
95	UDIMARA MAIARA DA SILVA LOPES HALMENSCHLAGER	048.966.561-64	03/06/1993
106	EDILAINE ANDREIA PORTELA	019.910.311-90	10/11/1986
108	CRISTIANE GOMES BILHAR BECKER	003.867.931-07	18/11/1982
117	ELENICE MATOZO DA SILVA	754.223.602-49	29/11/1977
120	INGRIDI NASCIMENTO BORGES	029.991.631-69	26/02/1990
124	DAIANE MENEZES SILVA	050.645.171-22	20/05/1996
139	MAIARA SANTOS FERREIRA	058.457.821-04	21/04/2000
147	LUCIMAR MESSIAS DOS SANTOS	003.321.172-86	04/09/1988
149	KEYLLE FRANCISCA DE SOUSA	927.429.201-53	19/06/1978
164	BERENICE BARBOSA LIMA	535.457.451-04	01/01/1968
170	KELLY MACHADO FIABANE	051.205.141-03	12/06/1997
175	IZAURA PORTILHO PRIETO	014.977.961-56	02/11/1983
190	ROSIANE APARECIDA INACIO DA SILVA	021.868.201-88	20/05/1985
205	NEUZELENA SOARES MAGALHOES	900.306.211-00	02/11/1980
213	CINTHIA KODELSKI MAGALHÃES	051.210.571-56	16/02/1998
214	ALEXSANDRA SILVEIRA	010.388.031-36	21/01/1985
216	BEATRIZ SOUZA CAMILO DE ARAUJO	057.540.821-93	17/04/1995
228	ANDREZZA SANTOS DE OLIVEIRA	059.012.301-75	08/10/1996
236	MILENA CAROLINA DO AMARAL SILVA	061.494.161-00	28/04/1998
257	CHRISLLANNY BARBOSA ABREU MAGALHAES	702.007.142-28	01/12/1999
265	MIRIÃ QUEIROZ	006.204.761-25	09/11/1984

PROFESSOR PEDAGOGO 40HORAS

144	LETISSIA ALVES STRELLO	073.716.971-03	23/12/1999
145	ELIANE BARBIERO FRIGO	015.801.491-03	23/11/1985
148	JOCILENE DA SILVA SOUSA	015.666.591-32	27/11/1985
155	ROSELAINE DOS SANTOS KRISTOSCHIK	016.203.400-89	26/11/1983
156	CLEISE MACHADO	981.157.821-49	14/12/1983
165	GLAUCIA CRISTINA DOLINSKI DE OLIVEIRA	064.495.601-18	18/12/1998
179	MARIA APARECIDA EDUARDO	676.734.902-00	21/08/1980
185	CRISLAINE SOARES DE OLIVEIRA	015.713.041-00	16/02/1986
192	KRINA SOUZA RAMOS	055.538.751-88	15/01/1995
193	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA LIMA	008.229.702-95	04/09/1989
194	ELIANA PEREIRA PANIAGUA	925.549.461-91	13/06/1981

201	MARINA MORAES DE SOUZA SANDRIN	034.748.381-05	06/08/1988
217	JAONA DA COSTA DA SILVA	617.386.593-99	10/07/2000
218	JAQUELINE BARBOSA SILVA	014.611.311-03	08/02/1983
225	KEILA SAMPAIO DA SILVA MATOS	039.796.652-08	26/04/1995
226	LUARA MARIA DE OLIVEIRA PAULINO COSTA	436.353.218-18	22/01/1994
229	SIMONE ANTUNES LEMOS	085.959.219-70	25/06/1991
234	FERNANDA CONCEIÇÃO DE ALENCAR	046.383.311-22	06/01/1991
242	JOANA PAULA PRIORI	945.632.921-68	28/05/1981
259	ELENI DA SILVA SOUSA	600.102.263-11	11/03/1982
266	KATIA CRISTIANE SOARES	051.209.799-20	21/04/1986
267	NEIL VALER RAMOS	843.357.345-49	29/09/1970

Feliz Natal – MT 03 de maio de 2022.

Sirlene dos Santos Bernardino Antonio

Presidente da Comissão Especial de Organização do Processo Seletivo Simplificado

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 008/2022

DATA ASSINATURA: 27 DE ABRIL DE 2022

CREDOR: GUIMARAES AGRICOLA LTDA

VIGÊNCIA: 27 DE ABRIL DE 2023

VALOR REGISTRADO: R$ 825.000,00 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS GABINADO, MOTOR 180 CV, NOVO, ANO E MODELO 2022 OU SUPERIOR, COM ZERO HORA DE USO TRAÇÃO 4 X 4, E GRADE ARADORA COM PNEUS PESADA COMPATÍVEL COM TRATOR DE 180 CV, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 009/2022

DATA ASSINATURA: 02 DE MAIO DE 2022

CREDOR: COMPAGNONI PRESTADORA DE SERVIÇOS, TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA

VIGÊNCIA: 02 DE MAIO DE 2023

VALOR REGISTRADO: R$ 97.000,00 (NOVENTA E SETE MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LEI MUNICIPAL Nº 821/2022.

DATA: 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO AMOR DE 4 PATAS – AA4P, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Fomento nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014 com a Associação Amor de 04 Patas – AA4P, associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.462.150/0001-76, com sede na Avenida das Itaúbas, nº 481, Setor Industrial II, na Cidade de Feliz Natal – MT, CEP 78. 885-000.

Parágrafo Único - O valor total do Termo de Fomento será de R$ 15. 000,00 (Quinze mil reais) a serem repassados em uma só parcela, objetivando auxílio financeiro para a realização de evento, visando auferir rendimentos para o custeio das despesas da Entidade, referente à execução do plano de ação das atividades de apoio ao tratamento de animais resgatados.

Art. 2º - O auxílio financeiro mencionado no *art. 1º desta Lei* será concedido mediante celebração de Termo de Fomento, precedido da apresentação de documentos constitutivos da beneficiada, respectivas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como, do plano de trabalho da aplicação dos recursos recebidos.

Art. 3° - Para efeito de prestação de contas, deverão ser apresentados até o dia 20 do mês subsequente ao recebimento do repasse, à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a prestação de contas dos recursos recebidos, os quais não poderão ter destinação diversa estipulada no Art. 1º desta Lei.

§ 1º - A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada ao Executivo Municipal, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

b) Demonstrativo da receita e despesas do mês da prestação de contas;

c) Relação de pagamentos efetuados;

d) Cópia de 03 (três) orçamentos dos produtos adquiridos e/ou serviços contratados;

e) Cópia das notas fiscais contendo: Descrição do produto/serviço adquirido, com as quantidades unitárias e totais dos valores, vedadas as generalizações e abreviações que impeçam o conhecimento da natureza das despesas, atesto do recebimento dos bens/serviços pelo tomador, carimbo de recebimento dos valores pelo emitente da nota fiscal ou recibo, com assinatura identificável;

f) Cópias de cheques emitidos com os recursos recebidos ou das respectivas ordens bancárias;

g) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela concedente, quando for o caso.

§ 2º - Na hipótese de não ser efetuada a prestação de contas, o caso será encaminhado ao órgão competente a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

§ 3º - Na prestação de contas só serão admitidos comprovantes originais de despesa, emitidos apenas em nome do partícipe, com data referente ao mês de recebimento dos recursos.

§ 4º - Somente serão aceitos comprovantes de despesa emitidos com clareza e contendo quantidades e discriminação dos materiais e serviços, além da perfeita identificação do emitente e seu domicílio.

Art. 4º - Os recursos orçamentários para atender esta Lei encontram-se consignados no Orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

0800100 GABINETE DO SECRETARIO

18 – Gestão Ambiental

542 – Controle Ambiental

0014 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E AMBIENTAL

2077 – APOIO AO TRATAMENTO DE ANIMAIS RESGATADOS

3350410000 - Contribuições

1500000000 – Recursos Próprios.

Art. 5º - Em caso de prorrogação, a dotação orçamentária para amparar o Fomento nos anos posteriores ocorrerá por conta do orçamento vigente no respectivo exercício.

Art. 6º - Caberá ao Poder Executivo, através do departamento competente, bem como, ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Art. 7º A celebração do Termo de Fomento mencionado no art. 1ºencontra-se amparo no art. 17 da Lei Federal 13.019/2014 e sua formalização ocorre em decorrência de dispensa de chamamento conforme disposto no art. 30, inciso IV do mesmo diploma legal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2022.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 820/2022.

DATA: 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 127.249,97 (cento e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, para Reforço de dotações e Fontes de Recursos no Orçamento vigente.

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 002 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0017 MAC - Média e Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 20080 Manut. Ações Consorcio Saúde - Méd/Alta Complexidade

Elemento de despesa:

3371.70.0000 – Rateio pela Participação em Consórcio Público.....R$ 127.249,97

Fonte de recurso:

1.621.0000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.....R$ 127.249,97

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 127.249,97

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações, em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 002 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 0018 Atenção Básica

Proj. Ativ.: 20063 Manutenção de Ativ. do Prog. Agente Comunitários-ACS

Elemento de despesa:

3190.11.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.....R$ 17.249,97

Fonte de recurso:

1.600.0000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R$ 17.249,97

Proj. Ativ.: 20079 Manut. Ações Consórcio de Saúde - Atenção Básica

Elemento de despesa:

3371.70.0000 – Rateio pela Participação em Consórcio Público.....R$ 50.000,00

Fonte de recurso:

1.621.0000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.....R$ 50.000,00

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0017 MAC - Média e Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 20080 Manut. Ações Consorcio Saúde - Méd/Alta Complexidade

Elemento de despesa:

3371.70.0000 – Rateio pela Participação em Consórcio Público.....R$ 60.000,00

Fonte de recurso:

1.600.0000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R$ 60.000,00

TOTAL DE REDUÇÕES.....R$ 127.249,97

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2022.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/ 2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 010/2022

DATA ASSINATURA: 02 DE MAIO DE 2022

CREDOR: VERA CARMEN MARCOLIN EIRELI

VIGÊNCIA: 02 DE MAIO DE 2023

VALOR REGISTRADO: R$ 3.092.000,00(TRÊS MILHÕES E NOVENTA E DOIS MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LEI MUNICIPAL Nº 819/2022.

DATA: 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE DO PEQUENO PRODUTOR RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar e autoriza a utilização de recursos e promoção de ações de apoio e incentivo à atividade do Pequeno Produtor Rural, bem como o uso de maquinários para a retirada e transporte de resíduos orgânicos em secadores e armazéns, recuperação e fertilização de áreas do município, transporte de mudas, adubos orgânicos e afins.

Art. 2º - Os benefícios dos programas deverão ser concedidos ao pequeno produtor rural, posseiros ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos ou chacareiros, localizados no Município de Feliz Natal – MT, que exerçam atividades de agricultura familiar, para a prática e incentivo à produção.

Art. 3º - Cada produtor terá direito ao máximo de 60 horas máquinas por ano, na utilização dos equipamentos da Prefeitura Municipal ou licitados.

§ 1º - Para a execução das atividades descritas no art. 2º desta Lei, será cobrado dos beneficiários somente o valor dispendido com óleo diesel das máquinas utilizadas.

§ 2º Os serviços a serem prestados deverão atender às seguintes funções:

I - Execução de beneficiamento nas áreas rurais para melhor desenvolvimento das atividades exercidas pelos produtores;

II – Realização de conservação e demais ações nas estradas vicinais públicas ou privadas, para maior celeridade dos transportes de terra, cascalho, pedras e demais elementos naturais, bem como produção agrícola e pecuária.

Art. 4º - Os maquinários utilizados para este programa deverão ser conduzidos por servidores capacitados, devendo sempre a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente autorizar o serviço, sendo proibido o uso arriscado ou inadequado destes maquinários, sob pena de responder por danos ao bem público.

Art. 5º - Os serviços a serem executados com os maquinários deverão ser previamente agendados, devendo constar a localidade da área, a qualificação do serviço, para que ocorra planejamento logístico em razão da localização e deslocamento dos maquinários.

Parágrafo Único. Priorizando assim a economicidade, caso necessário poderá ocorrer o remanejamento dos agendamentos para que evite desperdícios ao erário, visando estratégias e rendimentos dos serviços.

I - Para evitar morosidade, poderá a Secretaria Municipal de Agricultura, suspender ou cancelar novos agendamentos, quando a demanda de serviços registrados serem maior que a capacidade laborativa.

II – Caso haja a necessidade de restabelecer o serviço hora agendado, deverá o beneficiário informar tal necessidade com no mínimo 48 (Quarenta e oito) horas de antecedência, ocorrendo o remanejamento dos maquinários para outra localidade.

Art. 6º - O serviço executado deverá ser compensado através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), sendo utilizado como parâmetro de remuneração os valores referentes ao consumo de litros por horas/máquinas.

Parágrafo Único – O valor recolhido através de DAM, serão destinados à manutenção dos maquinários e demais despesas preexistentes.

Art. 7º - Os serviços descritos no § 4ºnão poderão ser realizados em locais que não estejam em conformidade com as legislações ambientais vigentes.

Art. 8º - As demais disposições serão reguladas mediante Decreto a ser editado pelo Poder Executivo.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2022.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/ 2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 011/2022

DATA ASSINATURA: 02 DE MAIO DE 2022

CREDOR: ZOTESSO & ZOTESSO LTDA

VIGÊNCIA: 02 DE MAIO DE 2023

VALOR REGISTRADO: R$ 3.805.350,00(TRÊS MILHÕES E OITOCENTOS E CINCO MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2022

O Agente de Contratação do Município de Feliz Natal – MT, nomeado pela Portaria Municipal nº. 154/2022, em cumprimento a ratificação e homologação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 012/2022**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE BANHEIRO NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL MALVINA EVARISTO PESCINELLI, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

CONTRATADA: **VERA CARMEN MARCOLIN EIRELI, inscrita no CNPJ: 36.876.503/0001-72**

Valor global estimado: R$ 57.814,96 (cinquenta e sete mil e oitocentos e quatorze reais e noventa e seis centavos).

Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do Contrato.

Fundamento Legal: Art. 75, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Declaração de Dispensa emitida pelo Agente de Contratação e ratificada e homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Antônio Dubiella.

Feliz Natal - MT, em 04 de maio de 2022.

_____

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 154/2022

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 030/2022

DECRETO MUNICIPAL N.º 030/2022.

DATA: 15 DE MARÇO DE 2022.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 133.192,71 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0786/2021 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 133.192,71 (cento e trinta e três mil, cento e noventa e dois reais e setenta e um centavos) nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.001.0.0.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.00 15000000000 R$ 10.000,00

04.002.0.0.12.361.0005.2.006.3.3.90.36.00.00 15001001000 R$ 3.731,54

04.002.0.0.12.361.0005.2.007.4.4.90.52.00.00 15500000000 R$ 35.000,00

04.003.0.0.12.365.0005.2.014.3.1.90.04.00.00 15401070000 R$ 11.543,28

05.002.0.0.08.244.0015.2.022.3.3.90.30.00.00 15000000000 R$ 100,00

05.003.0.0.08.243.0015.2.025.3.3.90.39.00.00 16690000000 R$ 150,00

06.001.0.0.10.122.0011.2.027.3.3.90.91.00.00 15001002000 R$ 23.240,00

06.002.0.0.10.301.0018.2.063.3.1.91.13.00.00 15001002000 R$ 2.000,00

07.001.0.0.15.451.0013.1.029.3.3.90.39.00.00 15000000000 R$ 47.327,89

07.003.0.0.15.452.0013.2.039.3.3.90.14.00.00 15000000000 R$ 100,00

Total da Suplementação: R$ 133.192,71

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.001.0.0.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00 15000000000 R$ 10.000,00

04.001.0.0.12.122.0002.2.005.3.1.90.11.00.00 15001001000 R$ 3.731,54

04.002.0.0.12.361.0005.2.007.4.4.90.51.00.00 15500000000 R$ 35.000,00

04.003.0.0.12.365.0005.2.015.3.1.90.11.00.00 15401070000 R$ 11.543,28

05.002.0.0.08.244.0016.1.057.3.3.90.30.00.00 15000000000 R$ 100,00

05.003.0.0.08.243.0015.2.025.3.3.90.30.00.00 16690000000 R$ 150,00

06.001.0.0.10.122.0011.2.027.3.3.90.30.00.00 15001002000 R$ 23.240,00

06.002.0.0.10.423.0011.1.034.4.4.90.30.00.00 15001002000 R$ 2.000,00

07.001.0.0.15.451.0013.1.029.4.4.90.51.00.00 15000000000 R$ 47.327,89

07.003.0.0.15.452.0013.2.039.4.4.90.52.00.00 15000000000 R$ 100,00

Total da Redução: R$ 133.192,71

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2022.

jose antonio dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 031/2022

DECRETO MUNICIPAL N.º 031/2022.

DATA: 15 DE MARÇO DE 2022.

SÚMULA: ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO VALOR DE R$ 483.298,06 (QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na Lei Municipal 0791/2022 e em consonância com a Lei Federal 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto no Orçamento do Município de Feliz Natal os créditos adicionais suplementares no montante de R$ 483.298,06 (quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e noventa e oito reais e seis centavos), nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.CHEFIA DO EXECUTIVO

02.001.0.0.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.00 25000000000 R$ 2.500,00

03.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

03.001.0.0.04.122.0002.2.004.3.3.90.30.00.00 25000000000 R$ 500,00

03.001.0.0.04.122.0002.2.004.3.3.90.35.00.00 25000000000 R$ 26.937,26

04.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

04.002.0.0.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 27590000701 R$ 65.000,00

05.SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.002.0.0.08.244.0009.2.024.3.3.90.30.00.00 26610000000 R$ 3.000,00

05.002.0.0.08.244.0009.2.024.3.3.90.39.00.00 25000000000 R$ 14.328,22

05.002.0.0.08.244.0015.2.022.4.4.90.52.00.00 26600000000 R$ 13.000,00

05.002.0.0.08.244.0015.2.056.4.4.90.52.00.00 26600000000 R$ 5.700,00

05.003.0.0.08.243.0015.2.025.3.3.90.30.00.00 25000000000 R$ 15.000,00

05.003.0.0.08.243.0015.2.025.3.3.90.39.00.00 25000000000 R$ 5.000,00

05.003.0.0.08.243.0015.2.025.3.3.90.39.00.00 26690000000 R$ 4.126,00

06.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.002.0.0.10.304.0019.2.032.3.3.90.39.00.00 25000000000 R$ 29.097,38

06.002.0.0.10.305.0021.2.069.3.3.71.70.00.00 26020000800 R$ 1.348,00

07.SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

07.001.0.0.15.451.0013.1.029.3.3.90.39.00.00 27010000000 R$ 461,21

07.003.0.0.04.122.0013.1.032.4.4.90.52.00.00 25000000000 R$ 271.799,99

07.003.0.0.15.452.0013.2.039.3.3.90.30.00.00 25000000000 R$ 5.000,00

08.SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.001.0.0.20.608.0014.2.041.3.3.90.30.00.00 25000000000 R$ 3.000,00

08.001.0.0.20.608.0014.2.041.3.3.90.39.00.00 25000000000 R$ 17.500,00

TOTAL: R$ 483.298,06

Art. 2º As despesas decorrentes do Art. 1º serão cobertas com o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, parágrafo 1º inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, mediante a utilização dos seguintes recursos:

FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
25000000000	Recursos Próprios.	390.662,85
27590000701	Recursos Vinculados a Fundos	65.000,00
26610000000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	3.000,00
26600000000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	18.700,00
26690000000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	4.126,00
26020000800	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção	1.348,00
27010000000	Outros Convênios do Estado	461,21
	TOTAL	**483.298,06**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de *sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2022.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO DA COSIP

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E A ENERGISA MATO GROSSO, PARA A ARRECADAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 209/2005.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, Estado de Mato Grosso inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **01.614.539/0001-01** doravante designado apenas por **MUNICÍPIO**, com sede na **Ave Brasil, Nº 1.298,Centro - Gaucha do Norte**, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal, **Voney Rodrigues Goulart** e a **ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, concessionária do serviço público de energia elétrica, com sede na Rua Vereador João Barbosa Caramuru, n° 184, Bairro Bandeirantes, em Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **03.467.321/0001-99**, representada por seus procuradores infra-assinados, doravante denominada **ENERGISA**, e, em conjunto, denominadas simplesmente **PARTES,**

Considerando que:

(i) A Lei Municipal nº **209/2005,** doravante denominada **LEI MUNICIPAL**, autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato ou convênio para promover a cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; (ii) As PARTES celebraram o Convênio para arrecadação da COSIP pela Distribuidora; e (iii) As PARTES pretendem prorrogar o prazo de vigência do referido Convênio

ajustam a celebração do presente instrumento, doravante denominado simplesmente “Termo Aditivo”, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. DO OBJETO

Cláusula 1ª. A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, tem como fato gerador, a prestação de serviços de iluminação de vias, logradouros e demais áreas de uso comum do público, bem como a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de Iluminação Pública, prestados aos contribuintes ou colocados à disposição, na zona urbana ou rural.

Cláusula 2ª. O presente Termo Aditivo tem por objeto regular a prestação dos serviços de cobrança da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, pela DISTRIBUIDORA, em nome e por conta do MUNICÍPIO, no âmbito do Convênio 097/CRPP/CEMAT.

II. DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Cláusula 3ª. Fica sob a responsabilidade da DISTRIBUIDORA a arrecadação da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, que deverá ser cobrada através das contas mensais de consumo de energia elétrica dos consumidores e transferida para a seguinte conta de titularidade do MUNICÍPIO**: Banco:** Banco Do Brasil, **Agência:** 1319-6, **Conta Corrente:** 15110-6.

Cláusula 4ª O valor da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP será determinado pelo valor apresentado na **Lei MUNICIPAL Nº 209/2005.**

Cláusula 5ª Para efeito de apuração do valor arrecadado, a COSIP não integrará a base de cálculo de eventuais multas e penalidades aplicadas pela Energisa a seus consumidores, por atraso nos pagamentos das NF/faturas de energia elétrica.

Cláusula 6ª Para fins de aplicação das alíquotas de COSIP previstas na **LEI MUNICIPAL** será considerado o consumo medido na data de leitura da Unidade Consumidora.

Cláusula 7ª Ocorrendo qualquer impedimento para a arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, a **ENERGISA** desdobrará a respectiva Fatura de Energia Elétrica, de forma a ser paga, exclusivamente, o valor referente ao fornecimento de energia elétrica, comunicando o fato ao **MUNICÍPIO**.

Cláusula 8ª A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP será arrecadado de todos os contribuintes que constarem do cadastro de consumidores de energia elétrica da **ENERGISA**, observado o disposto na **LEI MUNICIPAL**.

Cláusula 9ª Não será de responsabilidade da **ENERGISA** a cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP dos contribuintes proprietários ou possuidores de terrenos sem edificações e não servidos por energia elétrica, bem como dos contribuintes servidos por energia elétrica, porém desligados ou considerados incobráveis pela **ENERGISA**.

III. DAS OBRIGAÇÕES DA DISTRIBUIDORA Cláusula 10ª. São obrigações da distribuidora: **1)** Promover a inclusão nas Notas Fiscais/Faturas de Energia Elétrica dos seus consumidores, do valor devido pela Contribuição do Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, em conformidade com **LEI MUNICIPAL.** 2) Promover o devido encontro de contas, e repassar, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, para conta corrente indicada pelo Município, o saldo da arrecadação proveniente da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública

— COSIP, já abatidos os valores correspondentes ao consumo de energia elétrica referente à Iluminação Pública e a taxa de administração descrita no item 1 da Cláusula 11ª deste Termo Aditivo.

3) Manter à disposição do **MUNICÍPIO**, todos os elementos e documentos relacionados ao processo de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública

- COSIP, para qualquer verificação que se faça necessária.

Parágrafo primeiro: A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará, perante o **MUNICÍPIO**, por valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, que não venham a ser pagos pelos seus consumidores.

IV. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNÍCIPIO Cláusula 11ª. São obrigações do **MUNICÍPIO**: 1) Pagar à DISTRIBUIDORA o valor mensalmente correspondente a 4% do valor arrecadado, a título de Taxa de Administração, que passa a vigorar a partir do fechamento da arrecadação da referência fev/2021. 2) Comunicar, expressamente por meio de ofício endereçado a DISTRIBUIDORA, as alterações legislativas que tenham qualquer efeito sobre o presente convênio, sob pena de não aplicação. 3) Responder, com exclusividade, perante os consumidores de energia elétrica por eventuais reclamações ou pedidos de restituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública -COSIP, uma vez que a DISTIBRUIDORA deve ser considerada, para todos os fins de direto, mero agente arrecadador e repassador da referida contribuição, não se aplicando à esta nenhuma responsabilidade solidária ou subsidiária. 4) Cabe ao **MUNICÍPIO** a responsabilidade em dirimir quaisquer dúvidas aos consumidores e demais interessados, quanto à aplicação dos recursos diretamente relacionados à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, objeto do presente convênio. 5) Em caso de eventuais demandas judiciais, decorrentes da aplicação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, o **MUNÍCIPIO** diligenciará, por sua iniciativa e exclusiva responsabilidade, a defesa dos interesses mutuamente pactuados neste Convênio, contando, para tanto, com o fornecimento de informações da DISTRIBUIDORA. 6) O **MUNICÍPIO** será responsável por fornecer e manter atualizados os dados necessários para possibilitar a cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP. **V. DA COMPENSAÇÃO**

Cláusula 12ª Fica a Distribuidora autorizada a realizar da compensação dos valores arrecadados da COSIP com todo e qualquer crédito devido pelo poder público municipal incluindo, mas não se limitando, faturas de energia elétrica de todas as Unidades Consumidoras controladas direta ou indiretamente pelo município, inclusive às referentes à própria iluminação pública, valores referentes à toda e qualquer prestação de serviços e o valor descrito no item 1 da Cláusula 11ª deste Termo Aditivo.

VI. DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Cláusula 13ª O **MUNICÍPIO** fará consignar em orçamento a ser aprovado pela Câmara Municipal, anualmente, os valores respectivos para fazer frente às despesas a serem gastas com os serviços previstos neste Convênio.

VII. DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

Cláusula 14ª. As partes resolvem prorrogar o prazo estipulado no contrato/convênio por mais 04 anos, com início em 03/02/2021, e término em 02/02/2025.

VIII. DO FORO

Cláusula 15ª. As partes elegem o Foro da Comarca do **MUNICÍPIO** como o único competente para apreciar e dirimir as dúvidas e controvérsias porventura decorrentes da execução deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

VIX. DA RATIFICAÇÃO

Cláusula 16ª. Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Convênio e seus aditivos que não tenham sido alteradas, modificadas, ajustadas ou substituídas por meio deste instrumento. Na hipótese de ocorrer alguma ambiguidade ou discrepância entre o Convênio e seus Aditivos e as condições do presente, prevalecerão as deste último sobre as dos anteriores.

E assim, após lido e achado conforme, as partes por estarem justas e contratadas, firmam o presente Convênio em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá – MT, 02/09/2021.

PELO MUNICÍPIO PELA DISTRIBUIDORA

VONEY RODRIGUES GOULART:4026033015 9

Assinado de forma digital por VONEY RODRIGUES GOULART:40260330159

Dados: 2022.04.29 15:47:56 -04'00'

Nome: Voney Rodrigues Goulart Prefeito(a) Municipal

Nome:

TESTEMUNHAS

.....

Nome: RG nº:

.....

Nome: RG nº:

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO - FINISA

Termo de Rerratificação de Contrato de Financiamento - FINISA

2º TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO nº 0600289-90 QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE GAUCHA DO NORTE/MT, NA FORMA ABAIXO. 1 - QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo, Sr. Ubiratan Alves de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 4692D CREA/MT de 01/02/1982, CPF nº 168.562.361-15, residente e domiciliado à rua Sacramento 171 - Jardim Califórnia – Cuiabá – Mato Grosso CEP 78070-440, doravante designada simplesmente CAIXA. **II - TOMADOR – MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.

01.614.539/0001-01, representado pelo Prefeito Voney Rodrigues Goulart, CPF nº. 402.603.301-59, RG nº 02052032143 DETRAN-MT, brasileiro, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado TOMADOR..

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

2 - RETIFICAÇÃO 2.1 - Os contratantes retificam o Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA nº 600289-90, datado de 10/11/2021, em:

ANEXO I – DETALHAMENTO PROJETOS/AÇÕES, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROJETOS/AÇÕES
09.001.26.782.0016.10060	4.4.90.52	Aquisição de Caminhões, máquinas e equipamentos rodoviários.

2.2 – A presente retificação se faz necessária devido a erro/alteração meramente formal, realizado no ato da elaboração da minuta contratual e/ou no decurso da vigência do contrato, não envolvendo modificações financeiras e/ou obrigacionais e/ou prazos do contrato e/ou condicionantes contratuais.

3 - RATIFICAÇÃO

3.1 - Assim, os contratantes ratificam os demais termos, cláusulas e condições do instrumento datado de 10/11/2021, passando o presente instrumento de rerratificação fazer parte integrante e complementar daquele instrumento, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

CUIABÁ	,	27	de	Abril	de	2022

Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT
AGENTE FINANCEIRO	TOMADOR
NOME: UBIRATAN ALVES DE FREITAS	NOME: VONEY RODRIGUES GOULART
CPF: 168.562.361-15	CPF: 402.603.301-59

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 018/2022

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresa para aquisição de “**MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**”, para atender as demandas de todas as secretarias do município de Gaúcha do Norte-MT, conforme especificações do edital, no dia **13/05/2022** às 07h30min (Horário de Cuiabá/MT) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 03 de Maio de 2022.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O Município de General Carneiro , torna público que estará recebendo em sua sede à **Avenida Delson Rodrigues, s/n**, sala de Licitação, no período de **03/05/2022** a 03/06/2022, nos dias úteis, no horário de 07:00 às 12:00 horas, **através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para o CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos;**

O Objeto do presente Edital é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO(A)– CLINICO GERAL- PARA ATENDIMENTO MÉDICO NO PSF SEDE DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT

RETIRADA DO EDITAL: solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br site oficial www.generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro

A documentação completa do edital poderá ser examinada a partir do dia 03 de Maio de 2022, na sede da prefeitura Municipal de general Carneiro

av Delson Rodrigues s/n Cetro **INFORMAÇÕES: P**oderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153.

GENERAL CARNEIRO -MT, 03 de Maio de 2022.

Nelma Aparecida Gomes de Oliveira

Presidente da CEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2022

Pelo presente instrumento o **Município de Indiavaí do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, N° 650, Centro, Indiavaí-MT, inscrito no CNPJ 03. 239.027/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Sidnei Marques Lopes**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua José Moro, s/n, neste Município Indiavaí, portador da Cédula de Identidade *"R. G"* n.º 05758220 SSP /MT e no Cadastro de Pessoal Física *"CPF"* n. 559. 427.761-72, doravante denominado de CONTRATANTE**, resolve registrar o preço da empresa MD COMERCIO PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHÕES LTDA**, inscrita no CNPJ. 30.855.519. 0001-12, situada a Av. Gonçalo Botelho de Campos, nº. 2832, Cristo Rei, Varzea Grande-MT, tendo como procurador o srº. Rodrigo Marques Rodrigues, RG: 151900-8SSP/MT, e CPF: 005.706.261-70; doravante denominada **CONSIGNATÁRIA**, decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial **SRP nº 010/2022** da Prefeitura Municipal de Indiavaí, cujo objetivo Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas e Acessórios , Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Maquinas de Diversas Secretarias do Município, por maior percentual de desconto mediante a consulta por sistema eletrônico ou cotação de mercado para a Prefeitura Municipal de Indiavaí, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição**, preços, e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, localizada na Rua Rua José Moro s/nº, Centro, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO

PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no prazo de 48 horas após autorização de fornecimento, conforme item 14.1 do edital.

d) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Indiavaí-MT;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 12 de abril 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Fornecedor: MD COMERCIO PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHÕES LTDA

Endereço: Av. Gonçalo Botelho de Campos, nº. 2832, Cristo Rei

Cidade: Varzea Grande – MT

CEP: 78.118-071

CNPJ: 30.855.519/0001-12

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DESCONTO
5	Fornecimento de peças mecânicas originais ou genuínos, para ***VEÍCULOS TIPO CAMIONETES*** da marca ***MITSUBICHI***, bem como outros desta mesma marca, que vierem a ser agregados a frota do patrimônio da PREFEITURA	12,30% (Doze, trinta por cento)
11	Fornecimento de peças mecânicas originais ou genuínos, para ***VEÍCULOS TIPO MICRO-ÔNIBUS*** da marca ***VOLARE,***, bem como outros desta mesma marca, que vierem a ser agregados a frota do patrimônio da PREFEITURA	12,20% (Doze, vinte por cento)
18	Fornecimento de peças mecânicas originais ou genuínos, para ***MÁQUINAS PESADAS*** da marca ***FIATALLIS***, bem como outras desta mesma marca, que vierem a ser agregadas a frota do patrimônio da PREFEITURA	49,50% (quarenta e nove, cinquenta, por cento)
20	Fornecimento de peças mecânicas originais ou genuínos, para ***MÁQUINAS PESADAS*** da marca ***VOLVO***, bem como outras desta mesma marca, que vierem a ser agregadas a frota do patrimônio da PREFEITURA	45,10% (quarenta e cinco, dez por cento)

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 30 dias **a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;**

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

I - **Multa,** que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;

c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de INDIAVAÍ-MT, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial SRP nº 010/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Araputanga - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

INDIAVAÍ-MT, 12 de abril de 2022

_____

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

_____

MD COMERCIO PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHÕES LTDA, CNPJ. 30.855.519.0001-12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2022

Pelo presente instrumento o **Município de Indiavaí do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, N° 650, Centro, Indiavaí-MT, inscrito no CNPJ 03.239.027/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Sidnei Marques Lopes**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua José Moro, s/n, neste Município Indiavaí, portador da Cédula de Identidade *"R.G"* n.º 05758220 SSP /MT e no Cadastro de Pessoal Física *"CPF"* n. 559.427.761-72, doravante denominado de CONTRATANTE**,** resolve registrar o preço da empresa **T7 DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ. 44.775.859/0001-48, situada a Rua Barão de Melgaço, nº. 485, Porto, Cuiabá-MT, tendo como representante o Srº. Anderson Ricardo Hastschabach, RG: 18504612 Sejusp-MT, CPF: 027. 730.411-35; doravante denominada **CONSIGNATÁRIA**, decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial **SRP nº 010/2022** da Prefeitura Municipal de Indiavaí, cujo objetivo Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas e Acessórios , Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Maquinas de Diversas Secretarias do Município, por maior percentual de desconto mediante a consulta por sistema eletrônico ou cotação de mercado para a Prefeitura Municipal de Indiavaí, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição**, preços, e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, localizada na Rua Rua José Moro s/nº, Centro, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO

PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no prazo de 48 horas após autorização de fornecimento, conforme item 14.1 do edital.

d) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Indiavaí-MT;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 12 de abril 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Fornecedor: T7 DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA.

Endereço: situada a Rua Barão de Melgaço, nº. 485, Porto.

Cidade: Cuiabá-MT

CEP: 78.025-300

CNPJ: 44.775.859/0001-48

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DESCONTO
12	Fornecimento de peças mecânicas originais ou genuínos, para ***VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS*** da marca ***MERCEDES BENZ,***, bem como outros desta mesma marca, que vierem a ser agregados a frota do patrimônio da PREFEITURA.	12,20%

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 30 dias **a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;**

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

I - **Multa,** que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;

c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de INDIAVAÍ-MT, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial SRP nº 010/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Araputanga - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

INDIAVAÍ-MT, 12 de abril de 2022

_____

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

_____

T7 DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA

CNPJ: 44.775.859/0001-48

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP 013/2022

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade de Pregão Presencial SRP nº. 013/2022 – Tipo Maior Desconto por ITEM, cujo Objeto é: Aquisição de Carnes de origem animal/aves e derivados, para atender as necessidades das secretarias municipais**.** Ocorrerá no dia: 16/05/2022. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (horário de Mato Grosso), do dia 16/05/2022. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, (quando o edital for solicitado por e-mail as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com);Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 16 de maio de 2022, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 03 de Maio de 2022.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 61/2022

PORTARIA Nº 61/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ.

SIDNEI MARQUES LOPES, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ANTONIO AUGUSTO CAETANO RIBEIRO,** como Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º - Comunique-se a Secretaria de Administração e Finanças, para que faça as devidas anotações e registros.

Art. 4.º - Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos três (03) dias do mês de maio (05) de dois mil e vinte e dois (2022).

SIDNEI MARQUES LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 155/2022

DATA: 03 de maio de 2022.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Suelen Cezario Diperro, inscrita no CPF n° 035.168.541-38, para exercer a função de Fiscal Titular de **Ata de Registro de Preços n° 029/2022**, oriunda do Pregão Presencial n° 014/2022, qual tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição cargas de oxigênio e acessórios para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **OXIGENIO DOIS IRMÃOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.657.269/0001-97.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Jaciane Almeida Campinas – CPF: 082.854.729-73.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de maio de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2022

Pregão Presencial n° 014/2022

Vigência: 12 (doze) meses

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 411.269.551-91, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **OXIGENIO DOIS IRMÃOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **13.657.269/0001-97,** situada na Estrada Lucila, s/n, LT 150 A, bairro: Rural – Angelica, CEP: 78.559-899, Sinop – MT, neste ato representada por seu proprietário Ailton José Alves, portador do RG n° 889.404 SSP/MT e inscrito no CPF sob n° 651.807.801-44, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 014/2022, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição cargas de oxigênio e acessórios para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá – MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 014/2022, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

Item	Descrição	Marca	Quant	Und	Valor Unit.	Valor Total

1	**Carga de Oxigênio em Cilindro Medicinal - 1 M/3** - Especificações técnicas mínima: do tipo recarga de oxigênio gasoso, com elemento medicinal, acondicionado em cilindros de alta pressão, capacidade mínima de 01 M/3(07L), não inflamável, grau de pureza em conformidade com normas de órgãos competentes, **fornecimento do cilindro em regime de comodato, manutenção corretiva**.	Oxigênio Dois Irmãos	400	Und	R$ 196,00	R$ 78.400,00
2	**Carga de Oxigênio em Cilindro Medicinal - 3 M/3** - Especificações técnicas mínima: do tipo recarga de oxigênio gasoso, com elemento medicinal, acondicionado em cilindros de alta pressão, capacidade mínima de 03 M/3(20L), não inflamável, grau de pureza em conformidade com normas de órgãos competentes, **fornecimento do cilindro em regime de comodato, manutenção corretiva**.	Oxigênio Dois Irmãos	60	Und	R$ 231,00	R$ 13.860,00
3	**Carga de Oxigênio em Cilindro Medicinal - 10 M/3** - Especificações técnicas mínima: do tipo recarga de oxigênio gasoso, com elemento medicinal, acondicionado em cilindros de alta pressão, capacidade mínima de 10M/3(50L), não inflamável, grau de pureza em conformidade com normas de órgãos competentes, **fornecimento do cilindro em regime de comodato, manutenção corretiva**.	Oxigênio Dois Irmãos	500	Und	R$ 411,50	R$ 205.750,00
4	**Conjunto: Válvula Reguladora para Cilindro com Fluxômetro** - Especificações técnicas mínimas: Fabricado em material do tipo metal cromado, conexões de rosca de entrada universal, manômetro em aço de alta pressão, **conforme as normas ABNT.**	Protec	20	Und	R$ 425,00	R$ 8.500,00
5	**Manômetro** - Especificações técnicas mínimas: manômetro e regulador de pressão, corpo em latão forjado com 02 manômetro, para uso em cilindro de gás carbônico (CO2), com fluxo fluxometro de (0 a 30 l / min), **conforme norma ABNT NBR 13196/99.**	Famabras	20	Und	R$ 521,50	R$ 10.430,00
Valor total dos itens: R$ 316.940,00 (trezentos e dezesseis mil novecentos e quarenta reais).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **03/05/2022** até **03/05/2023.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 014/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira dos órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no “item 3.1.”, devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Ordem de Fornecimento (OF) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues em até 02 (dois) dias úteis, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da Ordem de Fornecimento (OF), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a contratada os horários e locais de entrega;

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Ordem de Fornecimento (OF)pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da Ordem de Fornecimento, será de até 24 (vinte e quatro) horas contados da ciência da convocação;

4.3.2. A Detentora da Ata, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.4. É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens, no horário, local e prazo estipulado, bem como nas condições estabelecidas neste termo;

4.5. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e seus anexos, proposta de preços e Ata de Registro de Preços; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.5.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.7. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelas Secretarias requisitantes.

4.8. A empresa Detentora da Ata não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens licitados.

4.9. Serão recebidos apenas os itens nas quantidades estabelecidas nas Notas de Autorizações de Despesa embalados adequadamente e de acordo com as exigências deste termo;

4.10. A Detentora da Ata deverá colocar a disposição do contratante todos os meios necessários a comprovação de qualidade dos produtos, permitindo a verficiação de sua conformidade com as especificações;

4.11. A Detentora da Ata deverá submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal;

4.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para as providencias relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização;

4.13. Os produtos entregues em desacordo com as especificações deste termo de referência não serão atestados pela fiscalização;

4.14. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

4.15. A PREFEITURA terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para aceitar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que serão recebidos da seguinte forma:

4.15.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

4.15.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;

4.15.3. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

4.16. Apresentadas irregularidades ou defeitos, a contratada será notificada pel fiscal e terá prazo de 02 (dois) dias úteis dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, a Secretaria requisitante certificará o fato e submeterá ao Prefeito Municipal para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

4.17. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a licitante vencedora deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locoação e troca do item solicitado.

4.18. Caso o fornecedor não cumpra com as condições postas neste Termo de Referência, especialmente no que se refere a entrega dos bens no prazo definido acima, o gestor da contratação ou o responsável pelo recebimento dos bens providenciará o cancelamento da Ordem de Fornecimento (OF), comunicação ao fornecedor e cancelamento da nota de empenho junto a Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade.

5. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

5.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

5.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

5.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

5.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

5.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

5.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

5.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

5.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

5.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

5.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

5.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

5.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

6.1.1. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento (OF) quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A Detentora da Ata obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A Detentora da Ata deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Ordem de Fornecimento (OF), no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Ordem de Fornecimento (OF) dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Ordem de Fornecimento (OF);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Ordem de Fornecimento (OF);

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no Art. 77 da Lei n° 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela **"PROMITENTE FORNECEDORA".**

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

8.2.1. A detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento (OF), no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

10. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 014/2022, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

OXIGENIO DOIS IRMÃOS EIRELI

Ailton José Alves – Proprietário

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2022

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual aquisição cargas de oxigênio e acessórios para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá – MT".

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
OXIGENIO DOIS IRMÃOS EIRELI	13.657.269/0001-97

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 03 de maio de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA GERAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 044, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2021 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 010/2022 de 21 de janeiro de 2022 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2021, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
1-	ANA CAROLINA FORTE GONÇALVES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA	05º CANDIDATO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos 05 anos;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 03 de maio 2022.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 436/2021.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 436/2021.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 436/ 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): DALVA CAVALCANTE CORTEZ.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 436/2021, a partir de 02/05/2022, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE LABORATÓRIO.

CAMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2021

OBJETO DO CONTRATO 007-2021
Contrato Firmado entre a Câmara Municipal de Itiquira e a Empresa ALESSANDRO FERREIRA GONZAGA, com finalidade de prestação de serviços na elaboração e manutenção geral da parte estrutural do site da Câmara Municipal de Itiquira e da página de facebook corporativo.

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ com o nº 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, nº 407, bairro Santo Antônio, Itiquira-MT, telefone (065) 3491-1514, email: camaraitiquira@hotmail.com, neste ato representada pelo Vereador/Presidente - Sr.**ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS**

FERREIRA, brasileiro, casado, filho de Roberto Ferreira da Silva e Maria Paixão Campos da Silva, natural de Itiquira - MT, nascido em 06/10/1973, portador da cédula de identidade sob o n.º RG: 0771919-1 SSP/MT., expedida em 28/02/2014 (2ª via-119), devidamente inscrito no CPF sob o nº 615.604.641-00, doravante denominada de **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa – **ALESSANDRO FERRERA GONZAGA,** Nome Fantasia: Suporte Informática Webdesing, devidamente inscrita no CNPJ 40.304.637/0001-96, sediada na Rua Fernado Correia da Costa, nº 484, Centro, Cep: 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (65) 99953-6500, E-mail: websuportti@hotmail.com, este ato representada pelo Sr. **ALESSANDRO FERREIRA GONZAGA**, brasileiro, casado, filho de: Antônio Ferreira Bento e Lucília Gonzaga Ferreira, natural de: Poxoréo-MT, nascido em: 17/11/1978, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG: 11200880 SSP/MT, Data de Expedição: 22/02/1995, Inscrito no CPF sob o n.º: 841.004.511-72, residente e domiciliado neste município, no mesmo endereço comercial, doravante denominada de **CONTRATADA,** de comum acordo resolvem aditar o contrato original, com base na Lei 8666/93, por conveniência da administração, se tratando de prestação de serviços de forma contínua, com base no processo de licitação nº 001/2021 – modalidade Convite, mediante as cláusulas a seguir estabelecidas, objetivando prorrogação de vigência, por conveniência da administração, se tratando da importância dos serviços para a divulgação dos atos do Poder Legislativo, tanto no site quanto o facebook corportativo, em acordo com a Lei de Acesso Informação.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência prevista na quinta cláusula, será prorrogada por mais 12(doze) meses, a partir de 04/05/2022.

Parágrafo Único: Poderá ser rescindido ou prorrogado, mediante justificativa legal, por conveniência da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

A Cláusula sexta, passará ter a seguinte redação:

A despesa oriunda do presente aditamento, será empenhada, obedecendo a seguinte dotação orçamentária:

Ficha:	14
Unidade Orçamentária:	01
Funcional:	031
Fonte de Recurso:	0100
Elemento de Despesa:	01.031.0001.2186.33.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor Global	R$ 32.400,00
Valor Mensal	R$ 2.700,00
Prazo	12 meses

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais clausulas continuam inalteradas.

Itiquira-MT, 03 de maio de 2022.

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

Alessandro Ferreira Gonzaga

Representante Legal da Empresa

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Anfilofio Pereira Campos Sobrinho RG Nº. 642.669 SSPMT.	**Ailton Pereira de Jesus** RG Nº. 1043971-4 SSP/MT.
CPF Nº. 503.858.791-72	CPF Nº. 809.686.431-91 Fiscal de Contrato **Portaria 015/2021**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2022.

Data da vigência: 03/05/2022 a 03/05/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LUANA CARVALHO SOARES.

Objeto: Contrato Administrativo nº 145/2022 firmado entre as partes de 03/05/2022 a 03/05/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ITIQUIRA.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 046/2022.

Retifica e Reedita a Portaria n.º041/2022, que Dispõe sobre DESIGNAÇÃO do Responsável pela Ouvidoria do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei **e;**

Considerando equívoco na data da Portaria,

RESOLVE:

Reeditar a respectiva portaria para retificar o texto, passando ter a seguinte redação:

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor Sr. **DIEGO DE SOUZA PAES**, inscrito no CPF/MF nº 004.071.631-74, portador do RG nº 1319187 SSP/MS, efetivo no cargo de **Analista de controle interno, matrícula funcional nº 426,** responder como OUVIDOR DO PODER LEGISLATIVO, a **partir de 02/05/2022.**

Parágrafo Único: Havendo a necessidade de afastamento ou ausência do servidor indicado, as atribuições serão desenvolvidas pelo(a) ocupante do cargo de Assessor de Atendimento ao Cidadão.

Art. 2º - Com base no Art. 3º da Lei Municipal 763/2013, cominado com o Decreto Legislativo 009/2013, compete ao Ouvidor:

I-Receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis e militares da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta lei;

II - Receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades do Poder Legislativo Municipal.

III - Diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV - Manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelo Poder Legislativo, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V - Elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Poder Legislativo, junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI - Promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VII - Organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º. A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias, sugestões e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

§ 3º. A Ouvidoria dará respostas às reclamações e denúncias no prazo máximo de 15 (quinze) dias, pelo mesmo meio pela qual as recebeu.

Recebendo algum tipo de manifestação, seja por e-mail, correio, telefone, etc., deverá repassar imediatamente para a Assessoria Jurídica do Poder Legislativo, o qual tomará providências para formulação da resposta conforme prazo regimental.

Parágrafo primeiro: Deverá ser mantida a documentação devidamente arquivada, de fácil localização, para disponibilização a quaisquer cidadãos, caso seja solicitado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa N°034/2021.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-e.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Itiquira-MT., 03 de maio de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente

(Gestão 2021/2022)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 048/2022.

Dispõe Nomeação da Comissão Permanente de Patrimônio do Poder Legislativo de Itiquira-MT, e dá outras providências.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei**,**

RESOLVE:

Artigo 1º – **NOMEAR** a Comissão Permanente de Patrimônio do Poder Legislativo Municipal, a partir de 03 de maio de 2022, composta da seguinte forma:

Função	Nome	CPF
Presidente	Gilson Batista Vidotti	828.265.448-53
Secretário	Vinicios da Silva Barbosa	019.370.361-03
Suplentes	Gabriela Campos Vieira	062.004.971-50
Suplentes	Anselmo Nunes Duarte	291.430.120+00

Artigo 2º - A comissão permanente de patrimônio será responsável pelo controle, organização, tombamento, baixa, reavaliação, depreciação, realização do inventário, termo de responsabilidade e demais procedimentos necessários,, previsto em Instruções internas e demais legislação vigente.

I – Conferência e emissão de relatório quadrimestral;

II – Emissão de termo de responsabilidade;

III- Coordenação e arquivamento de laudos de remoção de bem para manutenção;

IV – Organização de arquivo digitalizado, incluindo fotos;

V – Emissão de parecer, mediante laudo técnico;

VI – Comunicar ao secretário de administração, sobre quaisquer ocorrências sobre o patrimônio, como por exemplo: roubo, avaria ou demais problemas;

VII – Emitir parecer;

VIII – Demais atribuições previstas na instrução normativa da unidade de controle interno e na Legislação Brasileira, para o respectivo setor.

Parágrafo Único: A alimentação do sistema de patrimônio, fica na responsabilidade do departamento de contabilidade ou de responsável designado para esta finalidade.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 015/2022.

Registre-se,

Publique-se.

Afixe-se. Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Itiquira.

Em 03 de maio de 2022.

Alcides Anfilofio de C. Ferreira,
Presidente
(Gestão 2021/2022)

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 204, DE 03 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 204, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"Homologa o enquadramento de progressão por classe dos Servidores Públicos Municipais, realizado pela comissão de enquadramento, conforme determinação da lei nº 827, de 07 de maio de 2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município e art. 134 e seguintes da Lei Municipal nº 379, de 3 de março de 1999,

CONSIDERANDO o advento da Lei n° 827, de 07 de maio de 2014, que dispôs sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira, entre outras providências;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal nº 827/2014, bem como, a edição do Decreto Municipal nº 13, de 04 de fevereiro de 2022, que "*Estabelece critérios para a análise dos requerimentos de enquadramento funcional, atingidos pela LC 173/2020, e dá outras providências"*;

CONSIDERANDO termos do art. 28 e § seguintes da Lei Municipal nº 827/2014 *"A promoção do servidor público, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo"*

CONSIDERANDO a necessidade de enquadramento dos Servidores Públicos Municipais, conforme rege a Lei;

CONSIDERANDO a análise e posterior Parecer emitido pela Comissão de Enquadramento, constituída pela Portaria Municipal nº 049/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica homologado o resultado da análise do enquadramento dos Servidores Públicos Municipais, em consonância com o previsto na Lei Municipal nº 827/2014, conforme segue:

MAT.	NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	ADMISSÃO	CLASSE	ENQUADRAMENTO
169	GERALDO CABRAL DE SOUZA	OPERADOR DE MÁQUINAS	29/04/1994	B	CLASSE C
185	JAMISTON MENDONÇA DE JESUS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	05/04/2000	C	CLASSE D
135	RUTINEIA PEDROSO DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	04/02/2000	C	CLASSE D
773	JOAQUIM GOMES DE SOUZA	GUARDA	26/03/2008	C	CLASSE D
899	FRANCISVALDO BASTOS CORRÊA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	06/09/2013	C	INDEFERIDO
67	MILTON DORNEL DE OLIVEIRA	GUARDA	01/04/2002	A	CLASSE B
498	JULIANO PONTES	GUARDA	27/02/2008	C	INDEFERIDO
617	AGENILDES SOUZA SENA	INSPETORA DE ALUNOS	03/03/2008	C	CLASSE D
1186	DIOGO PEREIRA FERREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/03/2015	B	CLASSE C
239	AGUINALDO FRANCISCO MONTEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/04/2002	B	CLASSE C
1185	VANESSA APARECIDA SOUZA DA SILVA	GUARDA	17/03/2015	B	CLASSE C
1167	BRUNO REZENDE	MOTORISTA	11/11/2014	B	CLASSE C
85	ZIRALDO CARVALHO DE FIGUEIREDO	MOTORISTA	16/02/2000	C	CLASSE D
708	ADRIANA DA SILVA VASCONCELOS	GUARDA	07/03/2008	A	CLASSE B
132	JANETE DORNEL PEREIRA AMÂNCIO DE JESUS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	04/02/2000	C	CLASSE D
042	GERMINIANI INÁCIO DOS SANTOS	FISCAL DE TRIBUTOS	02/04/2002	B	CLASSE C
1183	JOEL DE SOUZA CRUZ	MOTORISTA	04/03/2015	B	CLASSE C
1012	JANE CASTELO DA SILVA CAMPOS	GUARDA	08/09/2014	B	CLASSE C
177	AMISTERDAN RODRIGUES DE ARAGÃO	RECEPCIONISTA	05/04/2000	B	CLASSE C
743	GENILDA FERREIRA LEONARDO	GARI	19/03/2008	B	CLASSE C
1180	ELIANE SANTOS DE JESUS	GUARDA	04/03/2015	B	CLASSE C
10	JOSÉ FRANCISCO NETO	GUARDA	02/04/2002	A	CLASSE B
925	JHONATAN DOS SANTOS CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	13/09/2013	B	INDEFERIDO
1209	LUIZ CARDOSO MENDONÇA	ELETRICISTA DE VEÍCULOS	22/12/2015	B	CLASSE C
959	VANDA APARECIDA MILHOMEM DA SILVA	ENFERMEIRA	20/09/2013	A	CLASSE B
998	ELIAS FERREIRA PORTELA	QUÍMICO	28/07/2014	A	CLASSE B
1181	SIMONE PEREIRA DE JESUS	GUARDA	03/03/2015	B	CLASSE C
1189	MAURÍCIO DEZAN BOARETTO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	15/04/2015	B	CLASSE C
981	ROGÉRIA BATISTA BORTOLE	PSICOLOGA	23/01/2014	B	CLASSE C
634	LUCINETE GOMES DA SILVA	GUARDA	05/03/2008	C	CLASSE D
495	SUELY GOMES CAMPOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	26/02/2008	C	CLASSE D
51	ALMIRA FERREIRA SILVA CAVALCANTE	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	04/02/2000	C	CLASSE D
313	NELMA SUELY LEMES DE FREITAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	29/04/1994	C	CLASSE D

Art. 2º O servidor que se julgar prejudicado com o enquadramento por considerá-lo em desacordo com as normas desta lei, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação dos atos de enquadramento, dirigir-se ao Prefeito Municipal com requerimento fundamentado solicitando revisão do ato em que o enquadrou.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 03 de Maio de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2022.

Data da vigência: 03/05/2022 a 03/05/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): DALVA CAVALCANTE CORTEZ.

Objeto: Contrato Administrativo nº 144/2022 firmado entre as partes de 03/05/2022 a 03/05/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE LABORATÓRIO.

PROCURADORIA GERAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 043, DE 05 DE MAIO DE 2022.

Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 046/2021 de 19 de maio de 2021 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 027, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
1-	DANILO DE SOUZA MOREIRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	OURO BRANCO DO SUL	05º CANDIDATO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 03 de maio 2022.

.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 047/2022

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE DA CONVOCADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei e, especialmente na lei municipal nº 379/99, no edital de concurso público nº 001/2020 e no art. 1º Edital de Convocação nº 003/2022, desta casa de leis,

Considerando requerimento escrito formulado pela convocada SIMÔNIA PEREIRA SILVEIRA, solicitando prorrogação no prazo de sua posse por um novo período de 30(trinta) dias,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica prorrogado o prazo de posse da Convocada **SIMÔNIA PEREIRA SILVEIRA** no cargo de auxiliar de serviços gerais, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do termo final do prazo anteriormente concedido.

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 03 de maio de 2022.

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira
Presidente
(Gestão 2021/2022)

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/2021.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/2021.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/ 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MARIA KEYLA DA SILVA SANTOS.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 263/2021, a partir de 26/04/2022, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2022.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2022.

Data da vigência: 03/05/2022 a 03/05/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MARTHA DE OLIVEIRA NETA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 143/2022 firmado entre as partes de 03/05/2022 a 03/05/2023, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 396/2022

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 396/2022

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso, CNPJ: 00.375.972/0002-41 e a Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, CNPJ: 03.370.251/0001-56, cujo objeto é a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária. Processo nº 54000.090229/2021-90.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2021

PROCESSO: Nº 4177-01/2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, Sra. ANDREIA WAGNER**,** no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8.666/93, especialmente em seu Artigo 43, Inciso VI;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo nº. **4177-01/2021– CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 001/2021,** que tem por objeto a: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTO COM MICRORREVESTIMENTO EM VIAS PAVIMENTADAS NO MUNICIPIO DE JACIARA-MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 0866/2021/SINFRA",** e diante do resultado apresentado pela Comissão Especial de Licitação,

ADJUDICO o objeto da aludida Licitação a **BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, detentora do CNPJ** n° 15.264.721/0001-86 e **JS CONSTRUTORA detentora do CNPJ** n° 16.910.656/0001-81, ao menor valor global de **R$ 9.610.512,94 (Nove milhões, Seiscentos e Dez Mil, Quinhentos e Doze Reais e Noventa e Quatro Centavos)**, para atendimento ao objeto licitado conforme Ata.

Jaciara – MT, 01 de abril de 2022.

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3736, DE 28 DE ABRIL DE 2022

DECRETO Nº 3736, DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Dispõe sobre os valores da terra nua no Município de Jaciara/MT, para fins de pagamento do ITR, dando outras providências."

A Prefeita Municipal de Jaciara/MT, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 153 da Constituição Federal e, ainda, o previsto nas Instruções Normativas da RFB de nºs 1877/2019, da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam definidos os seguintes valores de terra nua, por hectare (VTN/ha) no Município de Jaciara/MT, objetivando complementar informações à Secretaria de Receita Federal do Brasil, para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB – Receita Federal do Brasil, visando o cálculo do valor incidente para recolhimento do ITR, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Classificação	Preço Menor (R$/HA) – R$.
Terra aptidão boa	12.873,00
Terra aptidão regular	9.102,00
Terra aptidão restrita	5.729,00
Pastagem plantada	5.831,00
Silvicultura ou Pastagem Natural	3.532,00
Preservação da fauna ou flora	2.758,00

Art. 2º. Considera-se terra nua para fins desde Decreto o imóvel que por natureza ou acessão natural, compreende o solo com sua superfície e a respectiva mata, floresta e pastagem nativa ou qualquer outra forma de vegetação natural.

Art. 3º. Os valores definidos são os preços mínimos, por hectare, considerados como referência para Valorização de Terra Nua (VTN) no Município de Jaciara/MT, devendo ser observado como valor máximo aquele praticado pela valorização do mercado.

Art. 4º. Os valores definidos não obrigam os contribuintes para fins de negociação no mercado.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Jaciara/MT, em 28 de Abril de 2022.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO

A Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J nº 03.347.135/0001-16, com sede na avenida Antonio Ferreira Sobrinho nº 1075, Centro. Tendo vistoriado os serviços de execução da obra: **001/2022**, **"Contratação de empresa especializada para executar obra de Construção da Praça Publica, Bairro Vale Formoso, Lote 01 e Construção de Bebedouro Comunitário "Água potável BH" na Estrada Parque Cachoeira da Fumaça Rodovia MT 457, Zona Rural, Lote 02 no Município de Jaciara- MT",**executada com Recurso Próprio, cujo licitação **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022, PROCESSO** a cargo da empresa **JOEL CORREIA MENDES ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.289.845/0001-44, constatou que os mesmos foram executados em conformidade com as exigências contratuais, no que concerne aos elementos visíveis, estando em condição de RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

Para a Prefeitura Municipal de Jaciara-MT fica considerado, a partir desta data, cumprido o pacto contratual para todos os efeitos legais, sendo então considerada recebida provisoriamente a obra.

Jaciara/ MT, 02 de Maio de 2022.

DIEFERSON CAMPOS

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2022

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE JACIARA/MT",** nos termos das Leis 10.520/02 e n° 8.66/93, Decreto Federal n° 10.024/19, a realizar-se a sessão pública no dia **17 DE MAIO DE 2022 – 09:00 h – (horário de Brasília –DF), site:** http://intranet.jaciara.mt.gov.br:5656/comprasedit.... Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 03 de Maio de 2022.

Adevanir Marcos Rodrigues De Araújo

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022, a ser julgada pelo critério de TÉCNICA E PREÇO, com regime de Empreitada por preço unitário, previsto na Lei n. 12.232/2010 e complementarmente pela Lei 8.666/93.

Objeto: **"Contratação de Agência de Publicidade para a prestação de serviços técnicos de publicidade visando a elaboração de projetos e campanhas do Município de Jaciara"**

SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA: PARA OS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ITEM 12.9 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - 2ª SESSÃO PÚBLICA.

Data: 11 de maio de 2022 – Horário: 09h e 00min horário de Mato Grosso

L**ocal de Abertura da Licitação:** Sede da Prefeitura Municipal de Jaciara MT,

Avenida Antonio Ferreira sobrinho nº1075 Bairro: Centro Cep:78820-000

Informações: Setor de Licitações – Telefones (66)3461-7925 – E-mail: licitacao@jaciara.mt.gov.br - horário: Segunda à Sexta das 12:00 às 18:00h (horário local)

Jaciara-MT, 03 de Maio de 2022.

ADEVANIR MARCOS RODRIGUES DE ARAÚJO

Presidente CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2021

PROCESSO: Nº 4177-01/2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, Sra. ANDREIA WAGNER**,** no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8.666/93, especialmente em seu Artigo 43, Inciso VI;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo nº. **4177-01/2021 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 001/2021,** que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTO COM MICRORREVESTIMENTO EM VIAS PAVIMENTADAS NO MUNICIPIO DE JACIARA-MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 0866/2021/SINFRA",** e diante do resultado apresentado pela Comissão Especial de Licitação,

ADJUDICO o objeto da aludida Licitação a empresa **BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, detentora do CNPJ** n° 15.264.721/0001-86 e **JS CONSTRUTORA detentora do CNPJ** n° 16.910.656/0001-81, ao menor valor global de **R$ 9.610.512,94 (Nove milhões, Seiscentos e Dez Mil, Quinhentos e Doze Reais e Noventa e Quatro Centavos)**, para atendimento ao objeto licitado conforme Ata.

Jaciara – MT, 01 de abril de 2022.

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2022.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA**, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Cultura, no processo de contratação direta da PESSOA FÍSICA: **Srº REGINALDO JUNIOR MENDES BASTOS,** Inscrito no CPF Nº 063.103.681-41, objeto: **CONTRATAÇÃO DE LOCUÇÃO ARTISTICO COM "JUNIOR MENDES", PARA ANIMAÇÃO NA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 1.053,00 (um mil e cinquenta e três reais)**. Onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação nº 012/2022,** conforme disposição do art. 24, inciso II, art. 26 da Lei Federal 8.666/93, e no que couber o Decreto Federal Nº 9. 412/2018, Ratifica o Presente Processo e autoriza a execução dos serviços do Objeto Licitado.

Jangada/MT, 29 de Abril de 2022.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 023/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA " MANO BOYS", PARA ANIMAÇÃO NA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT

PRAZO: 29/04/2022 à 10/05/2022

VALOR: R$ 1.100,00 (UM MIL E CEM REAIS).

CONTRATADO: MANOEL LUZIO VIEIRA DA SILVA

CPF Nº 032.526.771-56

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 29 DE ABRIL DE 2022.

CONTRATO Nº 022/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O CANTOR "CRISTIAN DE PAULA", PARA ANIMAÇÃO NA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT

PRAZO: 29/04/2022 à 10/05/2022

VALOR: R$ 1.600,00 (UM MIL E SEISCENTOS REAIS).

CONTRATADO: CRISTIAN DE PAULA TAQUES

CPF Nº 062.342.771-01

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 29 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 42,

PORTARIA Nº 42,

DE 29 DE ABRIL DE 2022.

“Dispõe sobre nomeação de Secretário de Esporte e Lazer do Município de Jangada – MT, e dá outras providências”.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ROMARIO ROCHA DO NASCIMENTO CPF nº, 059.180.921-45, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Esporte e Lazer do município Jangada/MT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Jangada – MT, 29 de Abril de 2022.

_____

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 41,

DE 29 DE ABRIL DE 2022.

“Dispõe sobre nomeação de Secretário de Transportes do Município de Jangada – MT, e dá outras providências”.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. GILMAR NASCIMENTO PASCOAL CPF nº, 026.051.781.02, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes do município Jangada/MT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Jangada – MT, 29 de Abril de 2022.

_____

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 40,

DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre Alteração de Cargo do Sr. Rodrigo de Oliveira Meira do cargo em Comissão de Secretário de Transportes e da outras providências.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR, o senhor RODRIGO DE OLIVEIRA MEIRA do cargo em comissão de Secretário de Transportes, para o cargo em Comissão de Secretário de Turismo, com lotação na Secretaria Municipal de Turismo. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos desde 28 de Abril de 2022.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Jangada – MT, 28 de Abril de 2022.

_____

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 021/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LOCUÇÃO ARTISTICO COM “JUNIOR MENDES”, PARA ANIMAÇÃO NA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT

PRAZO: 29/04/2022 à 10/05/2022

VALOR: R$ 1.053,00 (UM MIL E CINQUENTA E TRÊS REAIS).

CONTRATADO: REGINALDO JUNIOR MENDES BASTOS

CPF Nº 063.103.681-41

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 29 DE ABRIL DE 2022.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA**, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Cultura, no processo de contratação direta da PESSOA FÍSICA: **Srº MANOEL LUZIO VIEIRA DA SILVA,** Inscrito no CPF Nº 032.526.771-56, objeto: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA “ MANO BOYS”, PARA ANIMAÇÃO NA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 1. .100,00 (um mil e cem reais)**. Onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação nº 014/2022,** conforme disposição do art. 24, inciso II, art. 26 da Lei Federal 8.666/93, e no que couber o Decreto Federal Nº 9.412/2018, Ratifica o Presente Processo e autoriza a execução dos serviços do Objeto Licitado.

Jangada/MT, 29 de Abril de 2022.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2022.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA**, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Cultura, no processo de contratação direta da PESSOA FÍSICA: **Srº CRISTIAN DE PAULA TAQUES,** Inscrito no CPF Nº 062.342.771-01, objeto: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O CANTOR “CRISTIAN DE PAULA”, PARA ANIMAÇÃO NA 1ª FESTA DO TRABALHADOR NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 1. 600,00 (um mil e seiscentos reais)**. Onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação nº 013/2022,** conforme disposição do art. 24, inciso II, art. 26 da Lei Federal 8.666/93, e no que couber o Decreto Federal Nº 9.412/2018, Ratifica o Presente Processo e autoriza a execução dos serviços do Objeto Licitado.

Jangada/MT, 29 de Abril de 2022.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 786/2022 “INSTITUI O PROGRAMA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR NO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE’.

LEI 786/2022,

DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Institui o Programa de Planejamento Familiar no setor de atendimento da saúde'.

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica Instituído o Programa: Planejamento Familiar no setor de atendimento de saúde no município de Jangada-MT.

Art. 2° - Entende-se Planejamento Familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de Constituição, limitação ao aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. Parágrafo único – É proibida a utilização das ações a que se refere o caput deste artigo para qualquer tipo de controle demográfico.

Art. 3º - O Planejamento Familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Parágrafo único – As instancias gestoras do sistema único de saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput dessa lei, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas entre outras:

I – a assistência à concepção e contracepção;

II – o atendimento pré-natal;

III – a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato;

IV – o controle das doenças sexualmente transmissíveis.

V – o controle e prevenção do câncer cérvicouterino, do câncer de mama e do câncer de pênis.

a) – O atendimento destas ações também serão garantidos aos usuários da saúde do município de Jangada pelas instituições prestadoras de serviços da saúde privada conveniadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 4º - O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.

Art. 5º - As ações de Planejamento Familiar serão exercidas pelas instituições publicas e privadas, filantrópicas ou não, nos termos desta lei e das normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização estabelecidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 785/2022 "DETERMINA A AFIXAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO IMÓVEIS E VEÍCULOS LOCADOS PELO MUNICÍPIO".

LEI 785/2022,

DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Determina a afixação de informações no imóveis e veículos locados pelo Município".

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Jangada o a afixar placas informativas em frente a todos os imóveis alugados pelo Município de Jangada, contendo as seguintes informações:

I – O valor mensal e o valor anual do aluguel, devendo ser atualizado em caso de alteração contratual;

II – A numeração do contrato e o prazo de vigência, com referência a possibilidade de aditamento;

III – A denominação do locador pessoa física ou pessoa jurídica;

IV – A designação do locatário – Poder Público;

V – A destinação pública do imóvel;

Parágrafo único: A afixação da placa informativa deve se dar em local de fácil visualização, preferencialmente na frente do próprio imóvel, em tamanho que facilite sua visualização pelos transeuntes.

Art. 2º Também se aplicam aos veículos locados pelo município as disposições desta Lei, podendo as informações serem divulgadas nos veículos sob a forma de adesivos colados na parte externa dos veículos.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 784/2022

LEI 784/2022,

DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Autoriza a instituição do Programa Dignidade Menstrual, para o fornecimento de absorventes higiênicos para mulheres de baixa renda".

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a instituição do Programa de Fornecimento de Absorventes higiênicos para mulheres de baixa renda no município de Jangada – Programa Dignidade Menstrual.

§1º O Programa a que se refere esta Lei consiste no fornecimento de absorventes higiênicos a pessoas do sexo feminino, comprovadamente de baixa renda, devendo estarem enquadradas no Cadastro Único do Governo Federal – CadÚnico.

§2º A distribuição dos absorventes higiênicos caberá a Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser fornecida aqueles inscritos no CadÚnico mediante apresentação do número do NIS – Número de Identificação Social disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O programa constitui estratégia para promoção da saúde e atenção à higiene, com os seguintes objetivos:

I – Combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso ou a falta de recursos que possibilitem a aquisição de produtos de higiene e outros recursos necessários ao período da menstruação feminina.

II – Reduzir faltas em dias letivos de alunas em período menstrual e, por decorrência, evitar prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar.

Parágrafo único: O Poder Público promoverá campanha informativa sobre a saúde menstrual e as suas consequências para a saúde da mulher.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias destinadas à Saúde pelo programa de saúde da mulher, ou ainda por meio de pedido de suplementação, se necessário.

Art. 4º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de até noventa dias, contados da sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 783/2022 AUTORIZA A CRIAR O PROGRAMA DE FOMENTO DE INCENTIVO AO CULTIVO DA MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE JANGADA MT, DENOMINADO "MAIS MANDIOCA" E A SUA INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL – PPA, LEI DE DIR

LEI 783/2022,

DE 28 DE ABRIL DE 2022

Autoriza a Criar o Programa de Fomento de Incentivo ao Cultivo da Mandioca no Município de Jangada MT, denominado "Mais Mandioca" e a sua inclusão no Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e abre Credito Adicional Especial para o Exercício de 2022/2023, e dá outras providências.

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º – Visando aumentar a arrecadação municipal para os exercícios de 2023 e seguintes, com acréscimo no giro de recursos financeiros dentro do Município, estimulando a diversificação das culturas implantadas no Município, trazendo mais renda ao campo, autoriza a criar o Programa de Fomento de Incentivo ao Cultivo da Mandioca, denominado "Mais Mandioca" o qual beneficiará pequenas propriedades rurais situadas junto à sede e aos distritos do Município de Jangada –MT,

Art. 2º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subsídios aos pequenos produtores rurais, proprietários, arrendatários ou parceiros agrícolas, com área igual ou inferior a 200.000 (duzentos mil) metros quadrados, ou 20,0 (vinte) hectares, em conformidade com as diretrizes e condições aqui estabelecidas, os quais limitar-se-ão ao fornecimento de:

I – Óleo diesel, até o limite de 100(cem) litros, para cada área equivalente a 20.000m² (vinte metros quadrados) de lavoura implantada, ou 20,0 (vinte) hectares)

II – Manivas de mandioca, até o limite de 120m³ (cento e vinte metros cúbicos) para cada área equivalente a 20.000m² (vinte mil metros quadrados) de lavoura implantada, ou seja 20,0 hectares;

Parágrafo Único: Os incentivos estabelecidos neste Artigo serão concedidos até o limite equivalente a 40.000m²(quarenta mil e quatrocentos), metros quadrados de área por beneficiado, ou seja 40,hectares;

Art. 3º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes a Ação Programática que envolve as ações de Incentivo ao Cultivo da Mandioca.

Art. 4º – Para atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Executivo Municipal, autorizado a consignar Dotações Orçamentárias específicas, para cobrir as Despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 5º – Os subsídios mencionados nesta Lei, deverão ser solicitados pelo interessado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a qual submeterá o requerimento a Comissão competente, a quem cabe avaliar a viabilidade técnica e jurídica do pedido.

Art. 6º – A tramitação do pedido será procedida da seguinte forma:

I – O pedido dirigido à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Econômico, através de formulário próprio (anexo 01), devidamente protocolado no setor competente da Prefeitura Municipal e conterá a descrição resumida do projeto de plantio, onde deverá ser especificada:

a) Área a ser implantada da cultura;

b) Descrição do imóvel sobre o qual recairá a cultura.

II – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Econômico, encaminhará o pedido à Comissão competente, a qual terá 05 (cinco) dias para analisar o requerimento e emitir parecer;

III – Caso o parecer da Comissão for favorável, o processo será remetido para análise do Prefeito Municipal, o qual poderá deferir ou indeferir o pedido;

IV – Deferido o pedido, o interessado deverá firmar Termo de Compromisso com a Administração (anexos 02 e 03), pelo qual, uma vez não cumpridos os encargos nele previstos, ficará o Poder Executivo autorizado a cobrar os valores referentes aos benefícios concedidos, com os devidos acréscimos Legais, inclusive sendo facultado a inscrição em dívida ativa, no caso de inadimplemento;

V – O Termo de Compromisso sujeitará o interessado às seguintes obrigações:

a) Compromisso de industrializar, comercializar, ou de qualquer forma utilizar o produto colhido dentro dos limites do Município, sob pena de devolução do subsídio previsto no inciso I, artigo 2º desta Lei;

b) Devolução ao Município, da mesma quantidade de ramas recebidas como subsídio para o plantio, alternativamente, o valor equivalente em raízes ou em espécie, cujo valor será depositado junto Tesouro Municipal, inclusive para compromissos efetuados antes dessa Lei;

c) Compromisso de implementar a lavoura, bem como seguir a orientação de técnico ou engenheiro agrônomo competente para otimização do ciclo produtivo da referida lavoura.

VI - O Termo de Compromisso deverá ainda ser instruído com:

a) - Comprovante de regularidade fiscal municipal; b) - Documento que comprove a titularidade dominial do imóvel a ser beneficiado, sendo que em caso de arrendatário ou parceiro agrícola, deverá também ser anexado respectivo instrumento contratual; c) Outros documentos que a Administração Pública julgar necessários. Prefeitura Municipal

Art. 7º - Os benefícios de que trata esta Lei, estarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município e de dotação consignada no Orçamento Geral do Município.

Art. 8º – Para atender as finalidades desta Lei, o Município poderá aplicar, além dos recursos orçamentários específicos, outros recursos, resultantes de transferências, convênios, doações, fundos e outras fontes.

Art.9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 782/2022 "AUTORIZA A CRIAÇÃO DA FANFARRA MUNICIPAL".

LEI 782/2022,

DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Autoriza a criação da Fanfarra Municipal".

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a criar a Fanfarra Municipal de Jangada;

Art. 2º A Fanfarra Municipal será composta por estudantes e de ensino de qualquer origem ou natureza, instalados neste Município.

Art. 3º Com exceção do Regente, que poderá ser contratado pelo Município como prestador de serviço, os integrantes da Fanfarra Municipal não receberão, a tal título, qualquer remuneração.

Parágrafo único: O Município, através da Secretaria Municipal de Cultura, colocará à disposição dos componentes da Fanfarra Municipal os uniformes, instrumentos musicais e demais acessórios, bem como providenciará transporte e alimentação, sempre que isso for necessário ao cumprimento de sua finalidade.

Art. 4º Além do preparo musical, os componentes da Fanfarra Municipal receberão orientações sobre conduta moral e social, desinibição e relações humanas em geral.

Art. 5º A Fanfarra Municipal organizar-se-á, internamente, de acordo com o regulamento próprio que deverá ser aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 781/2022 "DISPÕE SOBRE O USO DE SISTEMA DE SEGURANÇA BASEADA EM MONITORAMENTO POR MEIO DE CÂMERAS DE VÍDEO EM ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE JANGADA/MT"

LEI 781/2022

DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Dispõe sobre o uso de sistema de segurança baseada em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em escolas e creches municipais de Jangada/MT".

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a instalação de sistemas de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em áreas estratégias em áreas estratégicas para a manutenção da segurança das escolas e creches municipais.

§1º. O sistema de monitoramento de que trata o caput deste artigo se destina exclusivamente à preservação de atos de violência, *bullyng* e demais fatores que ponham em risco a segurança de alunos, professores e servidores.

§2º A instalação do equipamento citado no caput considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes na unidade escolar, bem como as suas características territoriais e dimensões, respeitando as normas técnicas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 2º. É obrigatório a afixação de aviso informando a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.

Art. 3º. É vedada a instalação de câmeras de vídeo dentro de banheiros, vestiários e outros locais de reserva de privacidade individual.

Art. 4º. As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de que trata esta Lei são de responsabilidade do Município e não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para a instrução de processo administrativo ou judicial.

§1º. As imagens produzidas serão somente armazenadas, sendo sua exibição condicionada às solicitações de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 780/2022 "INSTITUI A CAMPANHA AGOSTO LILÁS NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT"

LEI nº 780/2022

DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Institui a Campanha Agosto Lilás no Município de Jangada-MT"

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, nos termos do art. 44 § 2º da Lei Orgânica Municipal, e art. 39, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jangada, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituída, no âmbito do Município de Jangada, a Campanha Agosto Lilás, a ser realizada, anualmente, durante o mês de agosto.

Parágrafo único. A Campanha Agosto Lilás será incluída no Calendário oficial de Eventos do Município.

Art. 2.º A Campanha Agosto Lilás tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 3.º Para consecução de seu objetivo a Campanha Agosto Lilás prevê a realização de ações de mobilização, palestras, debates, encontros, utilização de redes sociais, eventos e seminários durante todo o mês de agosto para o público em geral.

Parágrafo único. As atividades previstas no caput poderão ser realizadas pelo órgão competente do Poder Executivo de forma articulada com suas secretarias, tendo como opção firmar parcerias e convênios com instituições governamentais e não governamentais, empresas públicas e privadas, movimentos sociais, conselhos de direitos e conselhos de classe.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 28 de abril de 2022

VER. Otílio Francisco de Paula Junior

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO Nº 50, DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE JAURU/MT (CMDCA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o que trata o art. 18º, da Lei Municipal n.° 819/2019, que dispõe sobre a nomeação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jauru/MT;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os conselheiros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Processo Administrativo, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

PRESIDENTE: FRANCISNEIDE COSTA VILAÇA ABREU;

SECRETÁRIO: DAILÊ SALDANHA;

MEMBRO: LEILA SANTIAGO;

MEMBRO: GISLANE FERREIRA ANGIL

SUPLENTES:

01º Suplente: CAMILA BRAGA DOS SANTOS GARCIA;

02º Suplente: MARIA HELENA DUTRA BARBOSA;

03º Suplente: VAGNER FERREIRA PEGO;

04 Suplente: CAIO GABRIEL MACEDO GONÇALVES

Art. 2 - O mandato da Comissão será de 12 (doze) meses, a partir da publicação; sendo garantida aos seus Membros, total e irrestrita autonomia de convicção e deliberação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Perez. Jauru/MT, em 02 de Maio de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATOS ABRIL

Extrato de Contrato nº 191/2022

Data: 01/04/2022

Vigência: 01/04/2023

Licitação: Dispensa n.º 028/2022

Objeto: O Objeto da presente contração é a **Locação dos imóveis de lotes nº 05, 06, 07, 10, 11, 12 com área total de 2.700 m2 com barracão edificado e 360,00m2, localizado na Rua Santa Catarina os lotes 05, 06, 07 e na Rua Rio Grande os lotes 10, 11, 12, Bairro Centro, no Distrito de Paranorte, onde funcionará como garagem dos maquinários/frota do Município lotados no Distrito Administrativo de Paranorte.**

Contratada: PABLO SARAIVA CAMARGO, brasileiro, solteiro, autônomo, pessoa física inscrita com CPF sob o nº 050.848.641-62 e RG nº 2157710-2 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Denilson de Brida, nº 525W, Centro, na cidade de Juara-MT

Valor: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Extrato de Contrato nº 193/2022

Data: 08/04/2022

Vigência: 08/04/2023

Licitação: Pregão n.º 022/2022

Objeto: O objeto do presente Contrato é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO**, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Contratada: W. K. F DEDETIZADORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 13.255.330/0001-70, estabelecida à Rua J, n.º 10, Quadra 3, Residencial Ilza Therezinha Picoli Pagot, CEP 78.056-714, Cuiabá – MT, neste ato representada pelo, Srº. Welton Luiz Fernandes, portador(a) da carteira de identidade n° 17933218 SSP/MT, CPF n° 032.123.451-01

Valor: R$ 105.274,10 (cento e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e dez centavos).

Extrato de Contrato nº 195/2022

Data: 14/04/2022

Vigência: 14/04/2023

Licitação: Pregão n.º 018/2021

Objeto: Este termo possui como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EM CLINICA GERAL, ATENDIMENTOS COMPLEMENTARES E DIÁRIOS, em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência anexo ao processo licitatório, assim especificado:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	PERIODO	V. UNIT	V.TOTAL
01	108686	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS EM CLINICO GERAL** PRESTACAO DE SERVIÇOS MÉDICOS QUE TENHA CERTIFICADO DE REGULARIDFADE DA PESSOA JURÍDICA NO CRM/MT DE CLÍNICA GERAL PARA REALIZAR ATENDIMENTO AMBULATORIAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS EM UNIDADE DESIGNADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	01 PROFISSIONAL	30 DIAS (MENSAL)	12 MESES	R$ 17.000,00	R$ 204.000,00

Contratada: LANER E BRITO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 35.175.046/0001-26,estabelecida na Rua Bauru, nº104-W, Centro, Juara/MT, neste ato representada pelo Sócio Administrador **Sr. Auro Renan de Assis Brito,** pessoa física, inscrita com o CPF sob o n. 046.120.309-07, e RG 92311902 SESP/PR

Valor: R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).

Extrato de Contrato nº 209/2022

Data: 19/04/2022

Vigência: 19/04/2023

Licitação: Dispensa n.º 030/2022

Objeto: O Objeto da presente contração é a **Locação dos imóvel sob matricula no CRI nº 553, lote nº 09 (nove) da quadra nº 91 (noventa e um), com área total de 525,00 m2, contendo salão comercial de 645 m2 , e lote n0 16 da quadra n0 91, matricula n0 555 do CRI, com área de 262,50 m2, localizada no centro de Juara/MT, locação destinada ao funcionamento do Setor de Patrimônio e Almoxarifado em atendimento a Secretaria Municipal de Administração.**

Contratada: DIRCEU DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, casado, pecuarista, pessoa física inscrita com CPF sob o nº 204.772.951-34 e RG nº 237.946 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Niterói, nº 560W, Centro, na cidade de Juara-MT

Valor: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

Extrato de Contrato nº 212/2022

Data: 29/04/2022

Vigência: 29/06/2022

Licitação: Dispensa n.º 031/2022

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO CAVALO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição**.**

Contratada: RETIFICADORA JUARA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 70.490.982/0001-22, localizada à Avenida Rio Arinos, n0 2568, Centro, representada pela Sra. Lucineide Dias Saporski, portadora do RG nº 496965 SSP/MT e CPF nº 791.704.631-15

Valor: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Extrato de Contrato nº 213/2022

Data: 29/04/2022

Vigência: 29/04/2023

Licitação: Tomada de Preço n.º 005/2022

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO/MANUTENÇÃO NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO GINASIO POLIESPORTIVO FERNANDO SEBASTIÃO SCHEFFER, NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA,** em Atendimento à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Juara-MT– Divisão de Atividades Esportivas**,**que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual**.**

Contratada: HUDSON THIAGO FORMIGONI ROANES - ME, inscrita no CNPJ n.º 38.174.658/0001-92, endereço à Rua Nivaldo Fracarolli, nº 167-E, Centro, CEP: 78.575-000, Centro, Juara/MT, neste ato representada por seu proprietário Sr. Hudson Thiago Formigoni Roanes, inscrito no CPF/MF sob o n.º 021.761.711-52, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.° 1717831-2 SSP/MT

Valor: R$ 52.689,87 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 035/2022.

Assunto: Aquisição de Medicamentos – Neostigmina Metilsufato, 05 mg/ml – solução injetável, ampôla 1 ml, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS, inscrito com o CNPJ sob o n. 33.744.332/0001-30, residente na Rua Para 5 Quadra 02, Jardim Paulista, CEP: 78.065-365, no Município de Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 17.970,00 (dezessete mil novecentos e setenta reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 035/2022, com fundamento no Art. 24, Inciso Iv, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 03 de maio de 2022.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 028/2022 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 204/2022, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 204/2022, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 028/2022, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 03/05/2022, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESMONTAGEM DA COBERTURA DA RUA 24 HORAS MEDINDO 2. 544 M2,**em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedora** a empresa: **HUDSON THIAGO FORMIGONI ROANES - ME** inscrita com CNPJ nº 38.174.658/0001-92, sendo vence-

dora com Valor Global de R$ 79.401,00 (setenta e nove mil quatrocentos e um reais).

Juara –MT, 03 de maio de 2022.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 036/2022.

Assunto: Contratação de empresa especializada para gestão, consultoria e Assessoria em telefonia fixa, móvel, para suprir as demandas e necessidades de todas as secretaria municipais que compõe a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração.

Interessada: Secretaria Municipal de Administração.

Contratada: CIVOX COMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA LTDA ME, inscrito com o CNPJ sob o n. 07.193.882/0001-06, residente na Rua São Paulo 5520 Sala 01, Zona II, CEP: 87.501-420, no Município de Umuarama/PR.

Valor Global: R$ 16.943,28 (dezesseis mil novecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 036/2022, com fundamento no Art. 24, Inciso Iv, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 03 de maio de 2022.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 35/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 35/2022

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **Aquisição de Medicamentos – Neostigmina Metilsufato, 05 mg/ml – solução injetável, ampôla 1 ml, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa **ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS**, inscrito com o CNPJ sob o n. 33.744.332/0001-30, residente na Rua Para 5 Quadra 02, Jardim Paulista, CEP: 78.065-365, no Município de Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 17.970,00 (dezessete mil novecentos e setenta reais)

Juara - MT 03 de maio de 2022.

Patrícia Alves da Silva Carlos Amadeu Sirena

Presidente Comissão Licitação Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.775/2022

Decreto nº 1.775, de 03 de maio de 2022.

Regulamenta Lei Municipal nº 2.951, 30 de novembro de 2021, que assegura desconto no IPTU ao doador de sangue no âmbito do município.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a necessidade de regulamentar a Lei Municipal nº 2.951 de 30 de novembro de 2021, que trata do desconto no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ao doador regular de sangue no âmbito do Município de Juara-MT.

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurado ao doador regular de sangue, mediante requerimento, o desconto de 10% (dez) por cento, no valor do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU**.

Parágrafo único. Considera-se doador regular de sangue aquele que realize, no mínimo, duas doações de sangue no ano anterior ao desconto pretendido, atestada pelo Hemocentro de Juara/MT, que deverá emitir declaração conforme o anexo II do presente decreto.

Art. 2º O desconto somente será concedido para um único imóvel de propriedade do doador de sangue, conforme cadastro do imóveis do Município.

§ 1º Caso o doador de sangue tenha mais de um imóvel cadastrado em seu nome, o desconto deverá incidir somente sobre o imóvel de residência do doador.

§ 2º O desconto previsto neste decreto será concedido somente para pagamento em quota única, até o vencimento da mesma.

Art. 3º A concessão e o gozo dos benefícios previstos na Lei Municipal nº 2.951/2021, ficam condicionados:

I - à apresentação de requerimento (anexo I);

II – Não haver, em nome do doador de sangue, débitos anteriores ao exercício do benefício;

III - estar com o cadastro devidamente atualizado.

Art. 4º Para obtenção do desconto previsto neste decreto, o proprietário do imóvel deverá requerer anualmente o desconto para o exercício, por meio de processo administrativo, contendo em sua abertura, requerimento com cópia dos comprovantes das doações realizadas (anexo II), sob pena de indeferimento sem análise do mérito.

Art. 5ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de maio de 2022.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

Anexo I

REQUERIMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT.

Divisão de Cadastro e Tributação		
Contribuinte:		
CPF/CNPJ:	RG/INSC. EST:	
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	UF:
Representante legal:		
CPF:	RG:	
Endereço:		
Complemento:		
Bairro:	Cidade:	UF:

Descrição do Imóvel			
MATRICULA	**QUADRA**	**LOTE**	**BAIRRO**

Venho através do presente, REQUERER de Vossa Senhoria os benefícios da Lei Municipal nº 2.951/2021, em relação ao IPTU do exercício **(ano)**. Declaro ainda ter ciência de todas as regras previstas para a obtenção do benefício, sobretudo no que se refere ao fato de que o descumprimento dos requisitos, acarretará automaticamente no indeferimento do pedido.
Juara/MT, _____ de _____de _____.

(Assinatura do Contribuinte ou Representante Legal)

PROTOCOLO – D.C.T
Nº _____/_____
Em, _____/_____/_____
Assinatura do Funcionário

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO DE JUARA/MT

REFERENTE A LEI MUNICIPAL Nº 2.951/2021

EU,_____, Matrícula nº _____, responsável pelo Hemocentro de Juara, **DECLARO**, para fins de cumprimento do disposto no *parágrafo único do art. 1º* da Lei Municipal nº 2.951 de 30 de novembro de 2021, que _____(Nome do Doador de Sangue), CPF nº_____ e RG. nº _____, Data de Nascimento: _____/_____/_____, compareceu no **HEMOCENTRO DE JUARA** para DOAÇÃO DE SANGUE, nas datas:

(dia) do (mes) de (ano);

(dia) do (mês) do (ano).

Totalizando no ano de _____(ano), _____ (quantidade de doações).

Sendo Assim, **firmo** a presentedeclaração em duas via de igual teor e forma, sendo entregue ao doador uma via, ficando a segunda via devidamente arquivada no Hemocentro.

Juara/MT, _____ de _____ de _____.

Doador de Sangue	**Responsável pelo Hemocentro** (carimbo e assinatura

LICITAÇÃO
EXTRATO ADITIVOS_ABRIL

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 118/2019.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:P. S. TARDIVO inscrita com o CNPJ sob o n.º 33.181.640/0001-02, localizada à Rua Joaçaba, n.º 877S, Jardim Primavera II, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, neste ato representada por seu proprietário o senhor **Paulo Sergio Tardivo**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Juara – Estado de Mato Grosso, portador da **C.I. RG. nº 16009339 SSP/MT e CPF n.º 013.915.141-90**2

Processo: Dispensa nº 004/2019.

Objeto: O presente aditivo tem como objeto o **REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO** dos valores do contrato em epígrafe, COM ALTERAÇÃO DE VALORES POR QUILÔMETROS PERCORRIDO, cujo serviço prestado trata-se de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ZONA RURAL) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Assinatura: 08/04/2022 Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 211/2019.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato

devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28.836.771/0001-32, localizada à Rua Amendoeiras, 568 - Setor Comercial - Sinop/MT, devidamente representada por seu proprietário o Sr. Maiko Brustolin, portador da Cédula de Identidade n.º 1314263-1 SSP/MT e CPF: 009.338.401-79

Processo: Tomada de Preço nº 016/2019.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA PARA 365 DIAS**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Memorando nº 150/SMC/2022), conforme justificativa de pedido de prorrogação contratual e cronograma Anexo ao processo,cujo objeto trata-se de **Contratação de Empresa de Obras e Serviços de Engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica com TSD e Drenagem Superficial de Águas Pluviais em Diversas Ruas do Bairro Parque Alvorada em Juara/MT**, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Projeto Básico, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual

Assinatura: 04/04/2022 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 042/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira: NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.797.967/0001-95, com sede à Rua Doutor Brasilio Vicente de Castro, n.º 111, 10º andar, Sala nº 1004, Campo Comprido, CEP: 81.200-526, no Município de Curitiba/PR, neste ato representada pelo **sócio administrativo Srº. RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, portador da Cédula de Identidade nº 4.086.763-5 SSP/PR e do CPF nº 574.460.249-68

Processo: Inexigibilidade nº 007/2021.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **PRORROGAÇÃO de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, sem acréscimo de valores,** conforme Memorando de solicitação nº 099/SMA/2022, com **Direito de uso por prazo determinado, mediante PAGAMENTO MENSAL ou ÚNICO pela utilização do SISTEMA denominado BANCO DE PREÇOS – com USUÁRIOS LIMITADOS de propriedade da CONTRATADA, para desempenho das atividades empresariais da CONTRATANTE,** qual seja,pesquisa e comparação de preços no sistema *on line* do "BANCO DE PREÇOS" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados

Assinatura: 22/04/2022 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraCONSTRUTORA BRIDGE LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 26.827.066/0001-43, localizada à Avenida dos Expedicionários, nº 576, CEP 78.675-000, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, representada pelo Sr. André Teixeira de Freitas Silveira, inscrito com CPF 968.934.781-00 e RG 849.986

Processo: Pregão nº 006/2022.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO PARA MAIS 30 DIAS**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Memorando nº 144/SMC/2022), conforme justificativa de pedido de prorrogação contratual e cronograma Anexo ao processo,cujo objeto trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E MEMORIAIS DISCRITIVOS DE UM APONTE DE CONCRETO SOBRE O RIO DOS PEIXES NA RODOVOIA ESTADUAL MT-160 NAS COORDENADAS 10º58'034"S E 57º05'15,68"W LOCALIZADO NA REGIAO 06 DA SINFRA/MT,** em atendimento a Secretaria Municipal de Cidade, prestado nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento.

Assinatura: 06/04/2022 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 193/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:W. K. F. DEDETIZADORA EIRELI, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 13.255.330/0001-70, com sede à Rua J, nº 10, Quadra 03, Residencial Ilza Therezinha Picoli Pagot, CEP: 78.056-714, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. Welton Luiz Fernandes, portador da C.I. RG. nº 17933218 SSP/MT e CPF/MF n.º 032.123.451-01

Processo: Pregão nº 022/2022.

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO**, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência anexo ao PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2022.

Assinatura: 13/04/2022 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraWILSON JACOB JUNIOR - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Apiaká, nº 470 E - Jardim Califórnia, Juara - Estado de Mato Grosso, inscrita no **CNPJ** – 35.400.267/0001-50, neste ato representada pelo Sr. WILSON JACOB JUNIOR, RG -1653615-0 SESP/MT e CPF: 055.051.721-99, **TELEFONE**: (66)98458-9239

Processo: Pregão nº 020/2020.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual,** sem Acréscimo de Valores, conforme solicitação e justificativa enviada pelo Secretário de Finanças através do Memorando nº 046/SMF/2022 anexo, cu-

jo objeto trata-se da **Contração de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Licença de Uso de Sistema WEB, sendo 02 (dois) Usuários que Possibilite o Acompanhamento e Gerenciamento das Informações Necessárias para Apuração do Índice de Participação - IPM Integrado ao Sistema Gestão e Controle do Simples Nacional, Relativo aos Contribuintes do Município de Juara/MT,** emAtendimento a Secretaria Municipal de Finanças,conforme especificações e condições técnicas constantes no edital e seus anexos**.**

Assinatura: 25/04/2022 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 059/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraFORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.936.958/0001-04, localizada à Avenida das Blumenau n.º 2385, Centro, no município de Sorriso - Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. Marcos Antonio Maia, inscrito no CPF sob o n.º 850.523.291-72

Processo: Pregão nº 033/2021.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual, sem Acréscimo de Valores,** conforme solicitação e justificativa enviada pelo Secretário de Finanças através do Memorando nº 047/SMF/2022 anexo, do qual trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM BUSSINESS INTELLIGENCE (BI) PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOLUÇÃO DE BI COM A CAPTAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS AUTOMATIZADA E PLATAFORMA PARA ACESSO A ANÁLISE DOS DADOS E DASHBOARDS EM AMBIENTE WEB E MOBILE (APP), PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA/MT,** emAtendimento a Secretaria Municipal de Finanças**.**

Assinatura: 25/04/2022 Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraMARCIA ANDREIA DOS SANTOS YAKABE PASSAGENS - ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 10.231.478/0001-86, localizada à Praça dos Colonizadores, Terminal Rodoviário, Telefone (66) 3556-4090, representada pela Sra. Márcia Andreia dos Santos Yakabe, proprietária, portadora do RG nº 16568095 SSP/MT e CPF nº 014.543.531-80

Processo: Pregão nº 020/2021.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual, sem Acréscimo de Valores,** conforme solicitação e justificativa enviada pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, através do Ofício nº 365/2022 – GP (anexo), do qual trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP ZERO QUILOMETRO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E GABINETE DO PREFEITO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão N° 020/2021/SECAD e na proposta vencedora**.

Assinatura: 29/04/2022

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 059/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraFORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.936.958/0001-04, localizada à Avenida das Blumenau n.º 2385, Centro, no município de Sorriso - Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. Marcos Antonio Maia, inscrito no CPF sob o n.º 850.523.291-72

Processo: Pregão nº 033/2021.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual, sem Acréscimo de Valores,** conforme solicitação e justificativa enviada pelo Secretário de Finanças através do Memorando nº 047/SMF/2022 anexo, do qual trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM BUSSINESS INTELLIGENCE (BI) PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOLUÇÃO DE BI COM A CAPTAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS AUTOMATIZADA E PLATAFORMA PARA ACESSO A ANÁLISE DOS DADOS E DASHBOARDS EM AMBIENTE WEB E MOBILE (APP), PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA/MT,** emAtendimento a Secretaria Municipal de Finanças,conforme especificações e condições técnicas constantes no Processo Licitatório – **PREGÃO Nº 033/2021**.

Assinatura: 25/04/2022 Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 210/2020.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraB. N. PASQUALOTTO ENGENHARIA ERELI - ME, inscrita no CNPJ n.º 26.238.103/0001-88, endereço Rua 20, Quadra 04, Lote 17, Setor C, Bairro Santa Terezinha, CEP: 78.089-604, com sede na cidade de Cuiabá – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. Igor Antonio de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o n.º 033.303.331-03, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.° 2635678-3 SSP/MT

Processo: Tomada de Preço nº 014/2020.

Objeto: Trata-se de **Contratação de Empresa Especializada para Construção do Centro Esportivo no Município de Juara/MT, conforme Contrato de Repasse nº 0329261-14/2010 / Ministério do Esporte / Caixa,** em Atendimento a Secretaria Municipal de Esporte Lazer e da Juventude**,** conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

Assinatura: 27/04/2022 Extrato do Quinto Termo a Ata de Registro de Preço nº 079/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraAUTO POSTO BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CPNJ sob o n.º 22.620.102/0001-42, localizada à Avenida José Alves Bezerra, 1338, Residencial Bandeirantes, CEP: 78. 575-000, no município de Juara/MT, neste ato representada pelo Sr. Diorges Mariano Rodrigues, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Juara, portador da C.I. RG. nº 17.11210-9 SSP/MT e CPF/MF n. 027.440.991-71

Processo: Pregão nº 092/2021.

Objeto: O presente aditivo refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro, com alteração de valor de itens específicos contidos no Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Combustível "Óleo Diesel S-10" para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Educação, **para os Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal, pactuado em Ata, devidamente autorizado pelo Gestor Municipal, conforme FC Nº 054/2022**.

Assinatura: 26/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraW. N. DIAGNÓSTICA EIRELI - EPP, com sede na Rua Antonio Correa, Nº 1.701 - Jardim Paulista - Cep 79050-210 - Campo Grande-MS, neste ato representada pela Srª. *Vanessa Bruno*, portador da Cédula de Identidade *38.670.408-9 SSP/SP*, inscrito no CPF sob o n. ***037.231-751-04***

Processo: Pregão nº 005/2020.

Objeto: Este instrumento tem como objeto **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual referente aos itens 01, 02 e 03, sem acréscimo de valores,** conforme solicitado via Ofício nº 436/2022-SMS/GS e seus anexos, cujo objeto trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde / UCT,** conforme especificações e condições técnicas que se encontram anexo ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

Assinatura: 25/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 155/2022.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraAUTO POSTO ARINOS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.798.923/0001-54, com sede na Avenida Rio Arinos, 968 W, Centro, na cidade de Juara/MT, neste ato representada pelo Sr. Giovanni Gouvea Gonçalves, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Juara/MT , portador da C. I. RG. nº 576974 SSP/MT e CPF/MF n.º 415.776.711-04T

Processo: Pregão nº 012/2021.

Objeto: O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10) para atender às necessidades da Administração Municipal, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2021.

Assinatura: 26/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 114/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraC. CANDIDO DE SOUZA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10. 584.549/0001-24, localizada à Avenida Rio Arinos, 3633S - Gleba Taquaral - CEP: 78.575-000, neste município de Juara, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu Proprietário o **Sr. Claudinei Cândido de Souza**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1548726-1 SSP/MT, , e CPF nº 974.183.401-25

Processo: Tomada dePreço nº 005/2021.

Objeto: Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA RIO ARINOS, em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade**, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes no edital e seus anexos.

Assinatura: 01/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraCASA DE APOIO PANTANAL EIRELI, inscrita com o CNPJ sob o n.º 32.965.160/0001-61, localizada à Tv. A, nº 0, Lote 15, Qd. 39, Bairro Dom Bosco - Cuiabá-MT, neste ato representada por seu proprietário a Sr. Ananda Leite Bispo Lucialdo, portador da Cédula de Identidade **RG: 1940206-6 SSP/MT** e CPF: **017.854.071-47**

Processo: Pregão nº 013/20

Objeto: O objeto do presente instrumento é a **PRORROGAÇÃO** de prazo sem alterações de valores, cujo objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa de Terceirização para a Prestação de Serviços Acessórios e Inerentes à Categorias Funcionais Abrangidas pelo Quadro de Pessoal em Extinção e de Motorista Escolar Zona Rural**, em Atendimento a Prefeitura Municipal de Juara, conforme Anexo I deste termo.

Assinatura: 01/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraR. ALECIO SACHETTI & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 09.233.246/0001-88, localizada à Avenida Rio Arinos, nº 767-S, Centro, Telefone (66) 3556-3122 / Cel. (66) 99921-3122, na Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, representada neste ato por seus sócios proprietários os **Srs. Rafael Alecio Sachetti**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.° 2171533-5 SSP/MT e CPF n.° 025.224. 371-43 **e Mateus Alecio Sachetti,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.° 2478499-0 SEJSPP/MT e CPF n.° 054.554.241-30

ambos residente e domiciliados na Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso

Processo: Dispensa nº 022/2021.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação da Vigência Contratual, sem Acréscimos de Valores,** conforme solicitação e justificativa da Secretária Municipal de Saúde – Ofício nº 454/2022 – SMS-GS, anexo, do qual trata-se de **Prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet através de fibra ótica, link dedicado e internet via rádio - plano empresa 400 mbps, compreendendo a manutenção da conexão, equipamentos em comodato e instalações para o Centro de COVID,** em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Juara/MT, conforme especificações e condições técnicas constantes no processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2021**.

Assinatura: 20/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraMARCIA ANDREIA DOS SANTOS YAKABE PASSAGENS - ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 10.231.478/0001-86, localizada à Praça dos Colonizadores, Terminal Rodoviário, Telefone (66) 3556-4090, representada pela Sra. Márcia Andreia dos Santos Yakabe, proprietária, portadora do RG nº 16568095 SSP/MT e CPF nº 014.543.531-80

Processo: Pregão nº 020/2021.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual, sem Acréscimo de Valores,** conforme solicitação e justificativa enviada pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, através do Ofício nº 365/2022 – GP (anexo), do qual trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP ZERO QUILOMETRO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E GABINETE DO PREFEITO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão N° 020/2021/SECAD e na proposta vencedora**.

Assinatura: 29/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 124/2020.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraN DOS SANTOS E SANTOS LTDA - ME, inscrita no CPNJ sob o n.º 12.671.096/0001-07, localizada à Rua Rio de Janeiro, 610-W, Centro, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, neste ato representada por seu Sócio Proprietário o Sr. Yehuds Fabio de Souza Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 25863282 SEJSP/MT e inscrito no CPF: 047.291.471-54.

Processo: Inexigibilidade nº 006/2020.

Objeto: O objeto do presente instrumento é manter os serviços contratados através de **Prorrogação do Prazo Contratual,** sem Acréscimo de Valores, conforme solicitação e justificativa do Ofício nº 128/SME/2022, anexo, cujo objeto trata-se da **Prestação de serviço de fornecimento de acesso à internet via rádio, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Rui Barbosa (Catuaí) e Escola Municipal Francisco Sampaio (Paranorte)**, conforme discriminação contida no Termo de Referência anexo ao Processo de Inexigibilidade nº 006/2020.

Assinatura: 01/04/2022

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 137/2020.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraPENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.697.300/0001-08, com sede na Rua das Primaveras nº 129N, 02 piso, Sala 04, Bairro Centro, CEP 78.450-000 no Município de Nova Mutum Estado de Mato Grosso

Processo: Dispensa nº 018/2020.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **Prorrogação da Vigência Contratual, Sem Acréscimo de Valores,** conforme solicitação e justificativa do Gabinete do Prefeito (Ofício nº 364/2022 – GP) e Secretaria Municipal de Administração, Memorando n.º 104/2022/SMA, ambos anexo, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE WEBSITE PARA ATENDER A PREFEITURA, LOCAÇÃO DE PAINEL GESTOR DE WEBSITE E HOSPEDAGEM DO WEBSITE E E-MAILS, LOCAÇÃO DE SOFTWARE OUVIDORIA ON LINE COM APP MÓVEL, ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA, TREINAMENTOS, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Processo Licitatório de **DISPENSA N. 018/2020/SECAD**, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Assinatura: 26/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 141/2020.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraJAMES MONTEIRO FERNANDES, inscrita com o CNPJ sob o n. **30.748.216/0001-09**, localizada à Av. Governador Dante Martins Oliveira, nº 3605, Sala 7, Bairro Carumbé, na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, representada por **JAMES MONTEIRO FERNANDES**, portador do RG: 690550 e CPF: 048.740.204-96, Telefone: (65)3365-0971; (69)99356-9779, Email: bongiobratti@gmail

Processo: Pregão nº 007/2020.

Objeto: Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EM CLINICA GERAL, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações constantes no Contrato nº 141/2020, originado do Pregão Presencial Nº. 007/2020.

Assinatura: 01/04/2022 Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 228/2020.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT,

e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraLEUNICE FRANK, brasileira, maior, amasiada, pessoa física inscrita com CPF sob o nº 012.463.611-08 e RG nº 1921049-3 SSP/MT, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Rio de Janeiro, s/n.º Centro, CEP: 78.575-000, no Município de Juara, Distrito de Paranorte/MT

Processo: Dispensa nº 066/2020.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual,** sem Acréscimo de Valores, conforme solicitação e justificativa do Gabinete do Prefeito, Ofício n.º 201/2022-GP, cujo objeto trata-se da **Locação de Imóvel no Distrito de Paranorte, onde funcionará a unidade da Agência Comunitária de Correios**, em atendimento ao Gabinete do Prefeito**,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Processo Licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 066/2021/SECAD,** e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Assinatura: 05/04/2022 Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 114/2021.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraC. CANDIDO DE SOUZA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.584.549/0001-24, localizada à Avenida Rio Arinos, 3633S - Gleba Taquaral - CEP: 78.575-000, neste município de Juara, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu Proprietário o **Sr. Claudinei Cândido de Souza**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1548726-1 SSP/MT, , e CPF nº 974.183.401-25

Processo: Tomada de Preço nº 005/2021.

Objeto: Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA RIO ARINOS, em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade**, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes no edital e seus anexos.

Assinatura: 26/04/2022 Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 165/2019.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraINVIOLÁVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 07.761.432/0001-64**, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro, nº 239-N, Bairro Centro, Cidade Juara/MT, representada neste ato por seu sócio, Sr° Alexandro Alves dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 714622-1 SSP/MT e CPF n.º 534.946.101-00, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT

Processo: Pregão nº 020/2019.

Objeto: Trata-se de **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Rondas e Vigilância com Monitoramento Eletrônico 24 Horas, por meio de Sistema Eletrônico de Alarmes, Via Rádio, GPRS, Telefone e Internet, com Instalação/Substituição/Manutenção do Sistema e Equipamentos**, em Atendimento as Diversas Secretarias Municipais**,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

Assinatura: 29/04/2022 Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 166/2019.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

ParceiraINVIOLÁVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 07.761.432/0001-64**, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro, nº 239-N, Bairro Centro, Cidade Juara/MT, representada neste ato por seu sócio, Sr° Alexandro Alves dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 714622-1 SSP/MT e CPF n.º 534.946.101-00, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT

Processo: Pregão nº 020/2019.

Objeto: Trata-se de **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Rondas e Vigilância com Monitoramento Eletrônico 24 Horas, por meio de Sistema Eletrônico de Alarmes, Via Rádio, GPRS, Telefone e Internet, com Instalação/Substituição/Manutenção do Sistema e Equipamentos**, em Atendimento as Diversas Secretarias Municipais**,** conforme especificações e condições técnicas constantes no processo licitatório e seus anexos.

Assinatura: 29/04/2022

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2022

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para gestão, consultoria e Assessoria em telefonia fixa, móvel, para suprir as demandas e necessidades de todas as secretaria municipais que compõe a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa **CIVOX COMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA LTDA ME**, inscrito com o CNPJ sob o n. 07.193.882/0001-06, residente na Rua São Paulo 5520 Sala 01, Zona II, CEP: 87.501-420, no Município de Umuarama/PR.

Valor Global: R$ 16.943,28 (dezesseis mil novecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos)

Juara - MT 03 de maio de 2022.

Patrícia Alves da Silva Carlos Amadeu Sirena

Presidente Comissão Licitação Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N.º 4.008/2022.

PORTARIA N.º 4.008/2022.

Designa o servidor público que menciona, na qualidade de Engenheiro Civil, para prestar suporte técnico e auxílio ao Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e; considerando a reativação do Consórcio Intermunicipal do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Juruena,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR o servidor público, DAVID GIMENES BELTRAME, investido na função de Engenheiro Civil Pleno do Consórcio Intermunicipal do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Juruena, Portaria n° 035/2021 de 05 de novembro de 2021, na qualidade de Engenheiro Civil, conforme registro profissional CREA/MT nº 42374, para prestar suporte técnico e auxílio ao Poder Executivo Municipal, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em apoio ao desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município de Juína e Região.

Art. 2.º Caberá ao servidor público designado, prestar suporte técnico, elaborar projetos, analisar projetos, fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia, emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e demais atribuições afetas a função de Engenheiro Civil designadas em Ordem de Serviço pelos Secretários Municipais a ser expedida para cada atividade.

Art. 3.º Caberá as Secretarias e Departamentos Municipais, dar apoio logístico necessário ao servidor público designado, visando o bom e fiel cumprimento da presente Portaria.

Art. 4.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de novembro de 2021.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 03 de maio de 2022.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 096, DE 03 DE MAIO DE 2.022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao Município de Juruena/MT;

RESOLVE:

ART. 1º. Nomear a Senhora **CINTIA LIMA CENTURIÃO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 324.237 SSP/AM e CPF nº. 060.164.578-25, para exercer a função de Fiscal dos Contratos firmados junto a Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias em especial a Portaria nº. 021, de 28 de Janeiro de 2022.

Juruena/MT, 03 de Maio de 2.022.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 108/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 108/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Nomeia o Senhor GERCILIO MENDES DA SILVA para o exercício do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Cultura e Turismo, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006, através da Lei Complementar n° 067/2022, de 25 de abril de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **GERCILIO MENDES DA SILVA,** Portador da cédula de Identidade RG n° 08288232 SEJSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 536.321.331-15, para o exercício do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 109/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Nomeia o Senhor CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO para o exercício do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Governo, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006, através da Lei Complementar n° 067/2022, de 25 de abril de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO,** Portador da cédula de Identidade RG n° 18018122 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 016.062.511-47, para o exercício do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2022, DE 03 DE ABRIL DE 2022

PORTARIA Nº 110/2022, DE 03 DE ABRIL DE 2022

"Nomeia o Senhor ADEVILSON DE OLIVEIRA MARTINS, para o exercício do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ADEVILSON DE OLIVEIRA MARTINS,** Portador da cédula de Identidade RG n° 001476522 SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 013.901.421-75, para o exercício do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete/Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 111/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Nomeia o Senhor ARTHUR PEREIRA LOURES DE LAET, para o exercício do Cargo em Comissão de Assessor Técnico, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ARTHUR PEREIRA LOURES DE LAET,** Portador da cédula de Identidade RG n° 2501593-1 SEJSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 050.800.661-99, para o exercício do cargo em Comissão de Assessor Técnico da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

PORTARIA Nº 112/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Nomeia o Servidor efetivo para exercício do Cargo em Comissão de AUDITOR PUBLICO INTERNO **do Município** de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Servidor Efetivo **DUILHO RABELO BOASCIVIS**, para o exercício do cargo em Comissão de **Auditor Público Interno** do Município, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução desta portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade ao qual o funcionário está subordinado, constante na lei orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022

Considerando a necessidade de "LOCAÇAO DE IMOVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE LAMBARI D'OESTE-MT", conforme projeto básico, será realizado um processo de contratação direta no valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensal, com o Senhor ENESIO VENTURA, inscrito no CPF nº 142.236.191-87.

Considerando, que o presente processo encontra-se em conformidade com a legislação pertinente de modo a atender ao disposto no art. 24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93 e Art. 26. Parágrafo único.

RATIFICO a presente Dispensa de Licitação, utilizando-se os créditos da dotação orçamentária constante no parecer contábil anexo ao processo de dispensa de licitação nº 18/2022, para a contratação em comento.

Depois de cumpridas as formalidades de praxe:

Publique-se;

Cumpra-se.

Lambari D'Oeste-MT, 02 de Maio de 2022.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

- Prefeito Municipal -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 19/2022

A Prefeitura municipal de Lambari D´Oeste - MT, através do Presidente da CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 19/2022, cujo objeto consiste na "LOCAÇAO DE IMOVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE LAMBARI D'OESTE-MT", Fica homologado em favor do senhor ENESIO VENTURA, inscrito no CPF sob o nº 142.236.

191-87, com o valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensal.

Lambari D'Oeste-MT, 02 de Maio de 2022.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Presidente da C.P.L

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Aviso de Homologação da Tomada de Preços nº 01/2022

Eu, Marcelo Vieira Vitorazzi, Prefeito do Município de Lambari d'Oeste, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica "HOMOLOGADA" a licitação na modalidade "Tomada de Preços nº 01/2022", tendo como objeto a "contratação de empresa especializada para recuperação de pavimento com microrrevestimento em ruas do perímetro urbano de Lambari d'Oeste – MT, em conformidade com os cronogramas físico financeiro, planilhas orçamentárias, projetos, memoriais descritivos e demais peças que são parte integrante do processo licitatório", foi homologada pelo Prefeito Municipal, Marcelo Vieira Vitorazzi em favor da empresa BALSAMO CONSTRUCOES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 25.220.650/0001-73, com endereço comercial na Rua Dois, s/nº, Quadra 09, Lote 12, Sala A, Bairro Sao Jose, CEP 78.080-540, Cuiabá/MT, com o valor global de R$ 970.914,92 (novecentos e setenta mil, novecentos e quatorze reais e noventa e dois centavos).

Lambari d'Oeste - MT, 03 de maio de 2022.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

- Prefeito Municipal -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2022

Considerando a necessidade de "LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DAS EVENTUAIS ATIVIDADES DE OFICINAS DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE – MT", conforme projeto básico, será realizado um processo de contratação direta no valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R$ 1.375,00 (mil e trezentos e setenta e cinco reais) mensal, com o Senhor LEANDRO MAFORTE AVILA, inscrito no CPF nº 056.777.081-86

Considerando, que o presente processo encontra-se em conformidade com a legislação pertinente de modo a atender ao disposto no art. 24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93 e Art. 26. Parágrafo único.

RATIFICO a presente Dispensa de Licitação, utilizando-se os créditos da dotação orçamentária constante no parecer contábil anexo ao processo de dispensa de licitação nº 18/2022, para a contratação em comento.

Depois de cumpridas as formalidades de praxe:

Publique-se;

Cumpra-se.

Lambari D'Oeste-MT, 02 de Maio de 2022.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

- Prefeito Municipal -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 18/2022

A Prefeitura municipal de Lambari D´Oeste - MT, através do Presidente da CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 18/2022, cujo objeto consiste na "LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DAS EVENTUAIS ATIVIDADES DE OFICINAS DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE – MT", Fica homologado em favor do senhor LEANDRO MAFORTE AVILA, inscrito no CPF sob o nº 056.777.081-86, com o valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R$ 1.375,00 (mil e trezentos e setenta e cinco reais) mensal.

Lambari D'Oeste-MT, 02 de Maio de 2022.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA N.º 059/2022 DE 27 DE ABRIL DE 2022 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EFETIVO ARIZON LUZ GOMES E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 059/2022 DE 27 DE ABRIL DE 2022

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EFETIVO ARIZON LUZ GOMES E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** licença prêmio pelo período de 03 (três) meses a partir do dia **01/05/2022,** tendo seu retorno dia **29/07/2022,** ao servidor **ARIZON LUZ GOMES,** portador do RG n.º 334292 SSP/MT e CPF n.º 372.167.592-49.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 27 de Abril de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

DECRETO Nº 046/2022

DECRETO Nº 046/2022

DATA: 25/04/2022

SÚMULA: "NOMEIA MEMBROS PARA SUBSTITUIR O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **Celso Luiz Padovani** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados novos membros para substituir vagas por desistência do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, FUNDEB, do Município de Marcelândia-MT, com mandato vigente até 31/12/2022, representando os diversos segmentos a seguir:

a) Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação Titular: **Joselina Bueno Barbosa dos Santos**

Titular: **Gislaine Prudenciano da Silva Morais**

Suplente: **Cleide Ribeiro Alves**

b) Professores da Educação Básica Pública

Titular: **Rosana Aparecida Slongo Ceron**

Titular: **Elizélia Paulino de Souza;**

Suplente: **Marcia Regina Modesto Franciscato**

c) Diretores das escolas básicas Púlicas Titular: **Priscila Maria Odilia Scatambulo Souza** Suplente: **Adriana Fardin Sauer** d) Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas Titular: **Jean Carlos da Silva Martins**

Suplente: **Igor Belusso Casagrande**

e) Pais de Alunos da Educação Básica Pública.

Titular: **Bruna Rosa dos santos**

Titular: **Joelma da Cruz Araujo Rodrigues** Suplente: **Antonia Clara Rodrigues Coelho dos Santos** f) Estudantes da Educação Básica Pública. Titular: **Michelle Veiga**

Titular: **Eloisa Blanc da Silva**

Suplente: **Anny Carolliny da Silva Bazarello Moraes**

g) Conselho Municipal de Educação

Titular: **Marcely Silva da Cruz**

Suplente: **Dirce Scamparini Sampaio**

h) Conselho Tutelar

Titular: **Montes dos Santos Amarantes**

Suplente: **Célia Gomes Ribeiro Martins** i) Organização da Sociedade Civil

Titular: **Claudiane Rodrigues Benínio Vieira**

Titular: **Fernanda do Nascimento Pinheiro**

Suplente**: Ana Maria Bueno Barbosa dos Santos**

j) Escolas do Campo

Titular: **Welington Bender**

Suplente: **Claudecir de Jesus Dorini**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 040/2022 de 31/03/2022 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de abril de 2021.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 047/2022

DECRETO Nº. 047/2022

DATA: 25/04/2022.

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA SUBSTITUIR SUPLENTES E TITULARES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÂO DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, MT, PARA MANDATO DE DOIS ANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Celso Luiz Padovani** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para substituir suplentes e titulares do Conselho Municipal de Educação, do Município de Marcelândia-MT, com mandato de 02 anos, representando os segmentos a seguir:

1. Professores da Rede Municipal.

Titular: Marcely Silva da Cruz

Suplente: Bruna Rosa dos Santos

Titular: Rosana Aparecida Slongo Ceron

Suplente: Ana Lucia Fernandes Marques

Titular: Marcia Rosalva da Silva Alves

Suplente: Dirce scamparini Sampaio

2. Professores de Rede Estadual

Titular: Marcia Regina Simionato

Suplente: Yara Garcia de Oliveira

3. Conselhos Escolares (categoria pais) da rede Pùblica de Ensino

Titular: Rosana Dias Valdez

Suplente: Adelaide Vieira Costa

Titular: Wesley Rodrigo Vieira

Suplente: Jhessyck Rhaiany Araujo Oliveira

Titular: Elizelia Paulino de Souza

Suplente: Debora Priscila Barbosa Andrade

4. Executivo Municipal

Titular: Gislaine Prudenciano da Silva Moraes

Suplente: Igor Belusso Casagrande

5. Sindicato dos Professores.

Titular: Jorge Marcos Lima Correia

Suplente: Sergio Picolloto

6. Instituições Privadas da Educação Básica

Titular: Edneia Aparecida Garieri dos Santos

Suplente: Vilson De Figueredo

7. Entidade Superior de Ensino

Titular: Suzana Barbosa

Suplente: Sandra Belusso Casagrande

8. Representante da OAB

Titular: Reginaldo Alves

Suplente: Paulo Cesar Barbosa dos Santos

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 039/2022 de 31/03/2022, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2022

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2022

DECRETO Nº 048/2022

DATA: 25/04/2022

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA SUBSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, MT, PARA MANDATO DE DOIS ANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.O Senhor **Celso Luiz Padovani** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para substituir suplentes e titulares do Conselho do Transporte Escolar do Município de Marcelândia - MT, ficando assim constituído em sua íntegra:

1. **Representante de Pais de Alunos: Titular:** Claudecir de Jesus Dorine **Suplente:** Reginaldo Costa Fagundes

2. **Representante de Alunos: Titular:** Raul Pedro da Silva **Suplente**: Maria Luciana da Silva

3. **Representante de Professores do Estado: Titular:** Jorge Marcos Lima Correia **Suplente:** Sérgio Picolloto

4. **Representante de Professores do Municipio: Titular:** Priscila Maria Scatambulo Souza **Suplente:** Ana Lucia Fernandes Marques

5. **Representante da Assessoria Pedagógica: Titular:** Marcos Roberto dos Santos **Suplente:** Maria Goreti Buldrin

6. **Representante do conselho do FUNDEB: Titular:** Vilson de Figueredo **Suplente:** Marcely Silva da Cruz

7. **Representante do poder executivo: Titular:** Wagner Cid da Cunha **Suplente:** José Carlos De Souza

8. **Representante do poder Legislativo: Titular:** Marcos Aurelio Ribeiro **Suplente:** Raimundo Israel Queiroz Francisco

9. **Representante de Motoristas do Transporte Escolar: Titular:** José Henrique Quiel **Suplente:** Rodrigo Pereira Canguçu

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 109/2021 e suas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de abril de 2022.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 074/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: RS MIDIA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 9.374,00** (Nove mil, trezentos e setenta e quatro reais).

Assinatura: 26/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, REAGENTES E ELENCO DA FARMÁCIA BÁSICA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT" de acordo com a planilha partes integrantes do Edital do respectivo PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2021. CONTRATADA: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETIVO: Reequilíbrio econômico-financeiro: **373628 - DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 2ML, CONTENDO DADOS DE IDENTIF., LOTE E VAL. POR AMPOLA. , VIA PARENTERAL (AMPOLA 2,000 MILILITRO),** fica acrescentado ao item o valor de **R$ 0,96 (noventa e seis centavos)**, cujo valor passará de **R$ 0,60** (sessenta centavos) por unidade, para **R$ 1,56** (um real e cinquenta e seis centavos);

Assinatura: 03/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4144 DE 03 DE MAIO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS – ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
ANA PAULA DOS SANTOS BENIGNO	02765273138	18	21º	Classificado (a)
MEIRE CHERLE CORREIA VITORINO	03131817135	18	22º	Classificado (a)
TAISE DORIGON SILVA	90627539220	18	23º	Classificado (a)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4141 DE 02 DE MAIO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2928 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 03/04/2019;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento e/ou CPF dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e certidão de regularidade eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Carteira de habilitação categoria “D” (caso cargo motorista);

16. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração constando endereço residencial;

18. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

21. Cópia ou número de inscrição do CPF e RG de pai e mãe;

22. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico, conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

23. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

24. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

25. Os exames admissionais a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

ANEXO II

CARGO – NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	POSIÇÃO	NOME	PTG	MTM	CGE	PONTOS	RESULTADO
1751	5º	ELOISA ROSA DE MACENA	54	20	20	94	Classificado(a)
1867	6°	LETICIA CANDIDO DE OLIVEIRA	60	20	12	92	Classificado(a)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA/MATUPÁ

Protocolo: 0311/2022; Nº das Licenças: LP 004/2022 e LI 004/2022; Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ; Atividade Licenciada: Pavimentação Urbana e Drenagem de Águas Pluviais Urbanas, Validade: 03/05/2025.

Protocolo: 0312/2022; Nº das Licenças: LP 005/2022 e LI 005/2022; Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ; Atividade Licenciada: Pavimentação Urbana e Drenagem de Águas Pluviais Urbanas, Validade: 03/05/2025.

Protocolo: 0313/2022; Nº das Licenças: LP 006/2022 e LI 006/2022; Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ; Atividade Licenciada: Pavimentação Urbana e Drenagem de Águas Pluviais Urbanas, Validade: 03/05/2025.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 014/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br “**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE EMULSÕES ASFÁLTICA RC-1C-E / RL-1C, PEDRA BRITADA E PEDRISCO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES**”, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A** INSCRITO NO CNPJ: 60.546.801/0031-02 com valor total de R$ 3.348.000,00.Matupá – MT, 03 de maio de 2022.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4143 DE 03 DE MAIO DE 2022

“CONVOCA OS OCUPANTES DA ZONA DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA 002 NA REGIÃO DA ZONA INDUSTRIAL E BAIRRO ZH2-006 PARA COMPARECER NA PREFEITURA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 1.095/2019 E DECRETO Nº 2.943/2019”

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o disposto no § 6º, do art. 5º, da Lei nº 1.095, de 12 de março de 2019 e § 2º, do art. 1º, do Decreto nº 2.943, de 12 de abril de 2019.

DECRETA

Art. 1°. Os ocupantes da Zona de Preservação Paisagística 002 na região da Zona Industrial e Bairro ZH2-006 devem comparecer na Prefeitura Municipal com vistas a proceder à regularização fundiária das ocupações habitacionais da região, nos termos da Lei nº 1.095/2019 e Decreto nº 2.943/2019.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4145 DE 03 DE MAIO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 003/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/01/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
DENIZE RODRIGUES DA SILVA CURTI	**01837093148**	17	57º	**Classificado (a)**
LORRANE SOUSA SANTOS	**05936274152**	17	58º	**Classificado (a)**
MABIA GONCALVES FERREIRA	**01743375239**	16	59º	**Classificado (a)**

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11014 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.

"Dispõe sobre ***Exoneração*** do Servidor, conforme Art. 42, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Sra. ***MARIA DE FATIMA PERIM****, com* Registro Geral de Identificação nº 19436173 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 027.362. 901-86, no quadro de servidores do Município de Matupá-MT, o **qual exercia o cargo de *NUTRICAO ESCOLAR,*** revogando a Portaria nº 4228 **de** 02 **de** março **de 2**015, **a partir de 01 de fevereiro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 11 de fevereiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 070/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 287,00** (Duzentos e oitenta e sete reais).

Assinatura: 26/04/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 071/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: DI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 28.496,00** (Vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

Assinatura: 26/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº. 153/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZH2-004 EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Contidas nos anexos do Edital 060/2020, TOMADA DE PREÇO 013/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços. CONTRATADA: CONSTRUTORA DETERRA LTDA

OBJETIVO: Fica alterada a *Cláusula Quinta – 05* que passa a vigorar com a seguinte redação:

5.1 - Cláusula Quinta – Vigência Do Contrato

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE JULHO DE 2022,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 02/05/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 072/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: ARUANAS INFORMATICA LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 9.300,00** (Nove mil e trezentos reais).

Assinatura: 26/04/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 073/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: DIGITALPAR INFORMATICA LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 5.198,00** (Cinco mil, cento e noventa e oito reais).

Assinatura: 26/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DAS 100 HORAS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO EQUIPAMENTO TRATOR CORTADOR DE GRAMA MZ54 HUSQVARNA ADQUIRIDO NO PREGÃO PRESENCIAL 03/2022 EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES, onde contratou-se a Empresa **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.887.033/0001-07 com um valor total de R$ 567,18. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de maio de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 077/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO DETRAN E POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICIPIO DE MATUPÁ", de acordo com a clausula 03 deste Contrato que são partes integrantes da respectiva Dispensa de Licitação 018/2022. CONTRATADA: NERI LUIZ DALLA VECCHIA

O valor global da Locação, objeto do presente Contrato, importa em valor máximo de **R$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais).**

Assinatura: 02/05/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 079/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO", de acordo com a clausula 03 deste Contrato que são partes integrantes da respectiva Dispensa de Licitação 019/2022. CONTRATADA: ANTONIO VANDELAR SCARTEZENI

O valor global da Locação, objeto do presente Contrato, importa em valor máximo de **R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).**

Assinatura: 02/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 036/2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, foi celebrado o presente ***TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 036/2022,*** tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **GUILHERME BENTO DA SILVA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 11.622.159/0001-64, localizada na Rua 14, nº 1616, Bairro Jardim das Flores, Matupá-MT, Telefone: (66) 9 9977-3156, representado por **GUILHERME BENTO DA SILVA** portador do CPF nª 537.921.221-20 e R.G. 1388201-5 SSP/MT, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme as cláusulas seguintes:

01 – SUPORTE LEGAL

01.1 – Esta rescisão contratual se fundamenta no Inciso II, do Artigo 79, da Lei 8.666/93, e suas alterações, e nos termos da Cláusula 15 do Contrato de Prestação de Serviço nº 036/2022.

02 – OBJETO DA RESCISÃO

02.1 – Constitui objeto desta rescisão o **"CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM DO TIPO CAPINAÇÃO DE GRAMA, LIMPEZA SUPERFICIAL DE TERRENO, PLANTIO E PODA DE GRAMA E PODA DE ARVORES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT",** conforme descrição que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 09/2022 do respectivo **Credenciamento nº 01/2022.**

03 – RESCISÃO

03.1 – A rescisão do presente termo se fundamenta na cláusula ***15 - Rescisão*** do Contrato e no ***artigo 79, inciso II, da Lei Federal 8.666/93:***

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Justifica-se a rescisão, em virtude de que a empresa detentora do contrato objeto da rescisão era a única participante do Credenciamento nº 01/2022, ratificado no dia 15/02/2022 e contratada no dia 23/02/2022. Entretanto, houve mais uma empresa Credenciada e ratificada no dia 19/04/2022.

Conforme o princípio do Credenciamento de divisão em partes iguais entre os participantes, entende-se necessário a rescisão amigável do contrato nº 036/2022 para redivisão do saldo remanescente em partes iguais entre os dois credenciados. A empresa prestadora de serviço do contrato nº 036/2022 comunicada da decisão de rescindir o contrato, também entendeu que se faz necessário tal rescisão.

Diante do exposto, seguindo os preceitos da Oportunidade e Conveniência, a Prefeitura Municipal de Matupá, representada pela autoridade superior municipal, decide **rescindir** de forma **amigável e por acordo entre as partes** o Contrato de Prestação de Serviço nº 036/2022, do **CREDENCIAMENTO Nº 01/2022.**

04 – DOMICÍLIO E FORO

04.1 – As partes elegem como domicilio legal, o Foro da Comarca de Matupá, para dirimir quaisquer litígios decorrentes desta Rescisão, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações posteriores, bem como as demais normas complementares.

Matupá/MT, 29 de abril de 2022.

_____

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

Contratante

_____

GUILHERME BENTO DA SILVA

CNPJ sob o nº. 11.622.159/0001-64

GUILHERME BENTO DA SILVA

CPF nº. 537.921.221-20

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 069/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: OLMI INFORMATICA LTDA – EPP

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 2.200,00** (Dois mil e duzentos reais).

Assinatura: 26/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
TERMO DE ANULAÇÃO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 036/2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, foi celebrado o presente *TERMO DE ANULAÇÃO DE SALDO DE EMPENHO DE CONTRATO,* tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, e de outro lado a empresa **GUILHERME BENTO DA SILVA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 11.622.159/0001-64, localizada na Rua 14, nº 1616, Bairro Jardim das Flores, Matupá-MT, Telefone: (66) 9 9977-3156, representado por **GUILHERME BENTO DA SILVA** portador do CPF nº. 537.921.221-20 e R.G. 1388201-5 SSP/MT,denominada **CONTRATADA**:

Cláusula 1 - Constitui objeto desta anulação parcial o**"CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM DO TIPO CAPINAÇÃO DE GRAMA, LIMPEZA SUPERFICIAL DE TERRENO, PLANTIO E PODA DE GRAMA E PODA DE ARVORES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT",** conforme descrição que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 09/2022 do respectivo **Credenciamento nº 01/2022.**

Cláusula 2 - Por este instrumento, as partes resolvem, na melhor forma de direito e para que produza seus efeitos legais, rescindir, como de fato rescindido têm, a **Nota de Empenho,** conforme solicitação da **Administração Municipal de Rescisão Contratual**:

Data	Empenho	Valor	Credor	Secretaria
23/02/2022	2386/2022	R$ 1.897,30	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Administração
23/02/2022	2387/2022	R$ 4.588,79	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Educação
23/02/2022	2388/2022	R$ 534,10	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Educação
23/02/2022	2389/2022	R$ 1.345,60	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Educação / Dep. De Esportes
23/02/2022	2390/2022	R$ 120,00	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Saúde
23/02/2022	2395/2022	R$ 34.432,42	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Obras
23/02/2022	2398/2022	R$ 18.032,82	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Educação
23/02/2022	4244/2022	R$ 5.590,24	GUILHERME BENTO DA SILVA	Secretaria Municipal de Obras

Cláusula 3 - Desta forma, em cumprimento as Normas do Tribunal de Contas do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as partes outorgam-se, recíproca e mutuamente, ampla em função da Nota de Empenho ora rescindido, a qualquer tempo e a que título for.

Matupá/MT, 29 de abril de 2022.

_____

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 075/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:*Constitui objeto deste Contrato"***PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1255-2021 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 024/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 013/2022.**

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA PRIMAVERA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA E REFRIGERACAO EIRELI

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 2.190,00** (Dois mil, cento e noventa reais).

Assinatura: 26/04/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 017/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, o **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE**". aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **M. A. DA S. DE SOUSA - ME** CNPJ:08.781.187/0001-10 com valor total de R$ 345.000,00. Matupá – MT, 03 de maio de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- *Pregoeira* –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 11166 DE 28 DE ABRIL DE 2022

"Dispõe sobre nomeação de Profissional Habilitado para Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a **SRA.TUELLEN KARINE TERUEL**, Engenheira Civil, CREA MT 030184, para acompanhamento e fiscalização do seguinte serviço de engenharia:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REFORMA DAS ESCOLAS ESTADUAIS ANTÔNIO OMETTO, BAIRRO UNIÃO, LUÍZA MIOTTO FERREIRA, CECÍLIA MEIRELES, JARDIM DAS FLORES E JONAS PINHEIRO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 059/2021 do respectivo Tomada de Preço nº 02/2021;

Art.2º O **presenteprofissional promoverá o acompanhamento e fiscalização** dos serviços**, onde emitirá parecer sobre o andamento dos serviços quando solicitado, efetuará medições para pagamento e** assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
LEI Nº 1.767, DE 03 DE MAIO DE 2022

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Extraordinária realizada no dia 03 de maio de 2022 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente, crédito adicional especial proveniente de excesso de arrecadação, na importância de R$ 715.862,35 (setecentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos) distribuídos nas seguintes dotações:

02 04 01 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

939 20.122.0002.2122.0000 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA ZONA RURAL 195.862,35

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1701

1 Recursos do Exercício Corrente

100 030 Abastecimento de Água Zona Rural

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

938 13.392.0007.2021.0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURA 520.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1701

1 Recursos do Exercício Corrente

100 033 CONVENIO DO ESTADO

Art. 2º. Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado recursos definidos pelo inciso II, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º. O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.707/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 03 de maio de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE Nº 21 DE 03 DE MAIO 2022.

PORTARIA DE Nº 21 DE 03 DE MAIO 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA FUNCIONÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, portadora do RG sob o n° MG-12588310 SSP e do CPF n° 012.340.766-40, residente e domiciliado na Rua Senador Henrique Della Roque nº 4026, Centro, cidade Mirassol D'Oeste - MT, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 127/2013(Lei criação Fundação).

RESOLVE

I – Conceder férias para os Funcionário: conforme tabela abaixo:

PROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS – MAIO 2022				
PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO	RETORNO	NOME	QUANT. DIAS
22/05/2020 A 21/05/2021	16/05/2022 A 14/06/2022	15/06/2022	LUIS CLAUDIO GOMES	30 DIAS

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

Presidente (a)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 20 DE 25 DE ABRIL DE 2022

PORTARIA Nº 20 DE 25 DE ABRIL DE 2022

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, portadora do RG sob o n° MG-12588310 e do CPF n° 012.340.766-40, residente e domiciliado na Rua Senador Henrique Della Roque n° 4.026, bairro Centro, cidade Mirassol D'Oeste-MT, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 127/2013(Lei criação Fundação);

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor Andreia de Souza, matricula n° 63, CPF n° 009.487.821-88 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 041/2022** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa **CEDIM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP**, com CNPJ nº 14.696.202/0001-24, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de raio-x, tomografia e mamografia.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 25 de abril de 2022.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

RH
PORTARIA Nº 242/2022

PORTARIA Nº 242 DE 03 DE MAIO DE 2022.

REGISTRA AFASTAMENTO DE SERVIDORES PARA RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE LABORAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º - Fica registrado afastamento dos servidores abaixo para recebimento de benefício de Auxilio Doença:

MAT	NOME DO SERVIDOR	DATA DE AFASTAMENTO
4510	VERA LUCIA GONCALVES	02/03/2022
211	MARIA ISABEL DE JESUS	11/03/2022
4455	PRISCILA ANTONIA DE OLIVEIRA	14/03/2022
1186	ROSANGELA ROSA DA SILVA	16/03/2022
1584	ADRIANA CRISTINA FERREIRA	21/03/2022
998	OSIAS FELIPE SANTIAGO	29/03/2022

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 03 de maio de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração e Planejamento

JKO/rpm

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2022 - FMSPSG

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2022 - FMSPSG

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RAIO-X, MAMOGRAFIA E TOMOGRAFIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE E A EMPRESA CEDIM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa à Av. Presidente Tancredo Neves, no 3.563, Centro, CEP 78.280-000, Mirassol D'Oeste - MT, inscrito no CNPJ sob o nº 17.683.906/0001-50, representado neste ato por seu Presidente(a), Sra. DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, casada, portador do RG no MG-12588310, inscrito no CPF sob n° 012.340. 766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique de La Roque n° 4.026, Bairro Centro, Cidade Mirassol D'Oeste – MT, doravante denominado de CONTRATANTE, a empresa **CEDIM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP** inscrita no CNPJ sob nº 14.696.202/0001-24, neste ato representado por seu representante o Sr.º **ANDRE WHILSON MILHOMEM DE MORAIS,** brasileiro**,** inscrito no CPF sob nº 017.068.781-33, doravante denominado de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei nº **8.666/93**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA E MAMOGRAFIA, com a finalidade de atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações e Art. 4º da Lei Federal 13.979/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1- A Contratada deverá prestar os serviços obrigatoriamente em espaço/sala destinada pela própria Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve para a realização dos procedimentos, espaço este localizado dentro das dependências da Fundação, a qual está situada na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 3.563, no município de Mirassol D'Oeste-MT, Cep: 78.280-000.

3.2 - A prestação dos serviços iniciará no dia seguinte a assinatura do contrato, devendo a empresa manter funcionários habilitados no local;

3.3 - A Contratada deverá realizar os procedimentos objeto do certame no Município de Mirassol D'Oeste-MT e em sala específica destinada pela própria Fundação para a realização dos serviços, conforme já mencionado no item 3.1, sendo que caberá exclusivamente a licitante a obrigação de aparelhar referida sala (localizada nas dependências da Fundação) com todos os móveis, equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais necessários para a fiel execução do objeto licitado, devendo ainda disponibilizar funcionários capacitados e em número suficiente para atender a demanda.

3.4- A Contratada deverá se responsabilizar pelo envio/entrega dos laudos diretamente no endereço da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve;

3.5 - O impresso padrão para a solicitação do procedimento deverá ser fornecido pela Contratante.

3.6 - Os equipamentos e também os materiais necessários para a prestação do serviço não poderão ser fornecidos em quantidade e marca de baixa qualidade, com deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer o uso ou a qualidade dos mesmos.

3.7- Durante a prestação do serviço a empresa também deverá observar as seguintes orientações:

a) Executar os serviços de acordo com as quantidades, as condições e os prazos estabelecidos no edital do pregão e seus anexos;

b) Executar os serviços em conformidade com a melhor técnica e com observância da legislação aplicável à matéria.

c) Tratar o paciente com respeito e cordialidade, sem a cobrança de qualquer valor adicional, sob qualquer título.

d)Manter o ambiente de trabalho em constante higiene e desinfecção.

3.8 - A Contratada deverá fornecer todo e qualquer tipo de insumo para todos os serviços solicitados: químicos, reveladores, materiais de escritório, bem como todos os EPIs necessários (aventais plumbliferos, protetores de tiróide, protetores de gônadas, óculos, luvas, etc.), sendo que os mesmos deverão ser permanentemente mantidos no setor. Também deverá ser fornecido uniforme e crachás de identificação para os seus funcionários, bem como o controle de exposição radiação - dosimetria, para todos os profissionais, assim como será de sua responsabilidade exames periódicos de seus funcionários acompanhados de PPRA e PCMSO.

3.9 - Também são obrigações da Contratada:

a) Enviar o Relatório dos Serviços Prestados ao gestor do contrato para apreciação, antes da emissão da nota fiscal/fatura, quando necessário;

b) Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

c) Disponibilizar funcionários habilitados para a prestação dos serviços;

d) Fornecer todos os equipamentos, aparelhos, reagentes, materiais e profissionais necessários para a prestação de serviços, os quais serão de inteira responsabilidade da contratada.

e) Aplicar e utilizar na execução dos serviços, equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade, com prazo de validade não expirado.

f) Substituir imediatamente os equipamentos e acessórios no caso de defeito, evitando a paralisação do atendimento aos usuários.

g) Dar treinamento e reciclagem periódicos aos funcionários com ênfase na qualidade de atendimento e constante atualização dos profissionais em sua área de autuação.

h) Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços oferecidos e os exames emitidos.

i) Promover a manutenção dos registros dos pacientes atendidos.

j) Sempre que solicitado, a empresa deverá prestar esclarecimentos e atender a reclamações que possam surgir durante a execução do contrato.

3.10 - Correrão por conta da contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto;

3.11 - Será recusado todo e qualquer serviço que não atenda as especificações do Instrumento Convocatório do presente contrato.

3.12 - Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;

3.13 - Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante, reparando ou corrigindo, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto do Contrato, de que é detentora (má qualidade do produto);

3.14 **-** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante**,** bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato,em especial ao descumprimento da entrega do produto solicitado, que deverá ser solucionado em período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior, o que deverá ser comprovado.

3.15 - Fornecer todos os dados necessários e solicitados ao responsável indicado pela Administração para o controle e fiscalização do cumprimento das cláusulas do Contrato;

3.16 - Comunicar imediatamente a Fundação acerca de qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;

3.17 - Adequar-se a qualquer alteração procedimental pertinente ao fornecimento do objeto, efetuada pela Administração Pública durante a vigência do Contrato, sob pena de rescisão.

3.18 - Somente aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do objeto adjudicado e somente quando determinado pela Contratante, devendo supressões acima desse limite, serem resultantes de acordo entre as partes, não cabendo, portanto, acréscimo de quantidades nas contratações dos órgãos e entidades sob pena de ilegalidade;

3.19 - Manter durante toda a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no Edital;

3.20 - Arcar com os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, frete, serviços, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, despesas com transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da presente Ata;

3.21 - Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos produtos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

3.22 - Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a Administração para a facilitação do fluxo operacional da realização dos serviços;

3.23 - Não efetuar o serviço sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada até o dia 10 do mês subsequente a entrega das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual será de 12 meses a contar da data da sua de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24h, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, procedendo conforme art. 87 da lei 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor global para a execução do contrato até 25 de abril de 2023, para aquisição dos produtos licitados é de R$ 1.318.160,00 (Um milhão, trezentos de dezoito mil, cento e sessenta reais).

Paragrafo Único – Fica acordado que a Contratada deverá conceder desconto de 20(vinte)% do valor unitário de cada exame a título de contra prestação pela utilização do espaço físico da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes deste contrato ocorrerão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Órgão 01: Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve; Unidade 02.13.01: Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve; Proj/Ativ 2191: Manutenção Com a Fundação Municipal; Fonte de Recurso: 100 Recurso Próprio; Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, designará, conforme Lei nº 8.666/93, fiscal de contrato para acompanhar a execução dos serviços, devendo ainda registrar as ocorrências em relatório e anexar ao processo do credenciado e dar ciência ao responsável pela Fundação.

11.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

12.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

12.2 - Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/93, as partes elegem de comum acordo o foro da comarca de Mirassol D´Oeste – MT, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja à que título será considerado fora de sua jurisdição.

12.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Mirassol D`Oeste – MT, 25 de abril de 2022.

_____

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

CONTRATANTE

_____

CEDIM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Assinatura:_____	Nome: _____ Assinatura:_____

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 235/2022

PORTARIA Nº 235 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DESLIGA DA FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Portaria nº 012/2022, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – Mirassol Previ, com base no §10 art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE

Artigo 1º – Desligar da folha de pagamento, a partir **01/05/2022** a servidora **AURELIA DA SILVA GREVE,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, por motivo de **APOSENTADORIA**,lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, conforme processo nº 2022.04.00002P.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de maio de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TP. 05/22

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 05/2022 Tipo de Licitação: Menor Preço Global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO ESPECIFICADAS NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO DE CONVÊNIO N. 0482-2021/SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS E INÍCIO DA SESSÃO: **23/05/2022 às 8h**. LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste. ARQUIVOS E INFORMAÇÕES NO SITE: www.mirassoldoeste.mt.gov.br/licitacoes/licitacoes ou no Setor de Licitações da Prefeitura na Rua Antonio Tavares n. 3310, Centro, fones: (0**65) 3241-5090/1012/9 99953-0883. HECTOR ALVARES BEZERRA – PREFEITO. M. D'Oeste, 04/05/2022.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 240/2022

PORTARIA Nº 240 DE 03 DE MAIO DE 2022.

DESLIGA DA FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Portaria nº 013/2022, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – Mirassol Previ, com base no §10 art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE

Artigo 1º – Desligar da folha de pagamento, a partir **01/05/2022** a servidora **APARECIDA ANDRE,** ocupante do cargo de **MERENDEIRA**, por motivo de **APOSENTADORIA**,lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, conforme processo nº 2022.04.00004P.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/05/2022.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de maio de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 236/2022

PORTARIA Nº 236 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DESLIGA DA FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Portaria nº 011/2022, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – Mirassol Previ, com base no §10 art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE

Artigo 1º – Desligar da folha de pagamento, a partir **01/05/2022** a servidora **RITA JULIA DE SOUZA ZOCAL,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, por motivo de **APOSENTADORIA**,lotada na Secretaria de Saúde, conforme processo nº 2022.04.00003P.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de maio de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
ERRATA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA 210/2022

Errata de retificação do artigo 1º da Portaria nº 210/2022 de 08 de abril de 2022 do Município de Mirassol D'Oeste publicado no dia 11 de abril de 2022 no jornal oficial eletrônico do Estado de Mato Grosso nº 3.958.

ONDE SE "LÊ" **" CONCEDER 90 (NOVENTA) DIAS DE CONVERSÃO DE LICENÇA PREMIO EM PECÚNIA "**

"LÊIA-SE" "CONCEDER 60 (SESSENTA) DIAS DE CONVERSÃO DE LICENÇA PREMIO EM PECÚNIA "

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação/Ratificação nº 14/2022. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU EM 03/05/2022** a Dispensa acima para: AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE LOCAÇAO SOFTWARE DO TIPO SOFTWARE SAUDE . Empresa: BIATIC ASSESSORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO E COMUNICACAO LTDA . CNPJ 27.197.452/0001-61 no valor total de R$17.220,00 (Dezessete mil duzentos e vinte reais). M. D' Oeste, 04/05/2022. Hector Alvares Bezerra – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

D E C L A R A Ç Ã O

O Prefeito Municipal do Município de Nobres/MT, **Sr. Leocir Hanel**, DECLARA para os devidos fins e efeitos legais, que na realização do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2021, não houve pregão presencial para realização das provas e sim uma seleção por contagem de pontos dos candidatos inscritos, realizados pela comissão organizadora nomeados pelo Decreto nº 686/2021.

Nobres, 02 de Dezembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO, para os devidos fins e efeitos legais, que a Prefeitura Municipal de Nobres, estado de Mato Grosso, não possui concurso sub judice, conforme EMENTA em anexo.

Não havendo candidatos remanescentes de concurso pretérito, em validade, e servidores em disponibilidade para as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2021.

Por ser expressão da verdade. Assino esta declaração.

Nobres – MT, 02 de Dezembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
1° COMUNICAÇÃO DE OBRA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PARA:

PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ 09.576.427/0001-07

Referente: COMUNICAÇÃO POR FALTA DE INÍCIO DE OBRA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES – MT, por meio deste fiscal, comunicar a empresa contratada PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ 09.576.427/0001-07, a qual possui vínculo contratual com esta Prefeitura por meio do Contrato N° 66/2021 de 23 de dezembro de 2021, referente a obra de "EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM GLORIA E AEROPORTO NO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, PARA ATENDER AO CONVENIO N° 889293/2019/MDR/CAIXA". A ordem de serviço foi emitida dia 12 de abril de 2022, ordenando que o início de obra se desse após 10 dias (prazo dado para empresa se mobilizar), a saber a obra deveria ter início no dia 22 de abril de 2022. Contudo, até a presente dada, 11 dias depois o previsto para início, a empresa ainda deu início a nenhum serviço da obra.

Mediante ao exposto acima, venho por meio desta COMUNICAR A EMPRESA a iniciar imediatamente a execução da obra, caso isso não ocorra no prazo de 3 dias a empresa será notificada e poderá ser penalizada com as medidas previstas em contrato. Além disso, a empresa fica COMUNICADA a adequar a obra ao cronograma físico-financeiro, considerando a data de início oficial no dia 22 de abril de 2022, num prazo de 30 dias a contar da presente data, sob as mesmas penas.

Atenciosamente.

MAGNO SILVA BAHIA

FISCAL DA OBRA

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 001/2021

NOTIFICAÇÃO 001/2021

EMPRESA NOTIFICADA:

RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS – EIRELI – CNPJ n.º 08.117.493/0001-56

OBJETO: Notificação Da Empresa **RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.117.493/0001-56, vencedora no Pregão Presencial n° 11/2021, que gerou a Ata de RP n° 117/2021, cujo objeto visa a futura e eventual**AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSILIOS DE COZINHA PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIASDA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT.** Devidamente firmado por sua representante legal Sra. Kathiany Almeida Sohn, portadora do CIRG n.º 1759528-2 SSP/MT e CPF n.º 017.013.161-02.

Dos Motivos da Notificação:

Foi encaminhado ao setor de licitações e contratos, C.I da secretaria municipal de Assistência Social, relatando quanto ao no cumprimento dos prazos de entrega das mercadorias por esta Empresa. Que conforme solicitado via Ordem de Fornecimento n° 1625/2022 emitida em 08/04/2022, sendo que até o dia 26/04/2022, a mercadoria não havia sido entregue, causando transtornos e atraso no atendimento às famílias carentes do município, atendidas pelos programas sociais.

Deste modo, com base na ata de Registro de Preço 64/2021, firmada com o município de Nobres/MT, em sua Quarta Clausula que diz:

4.1. O prazo de entrega dos itens registrados será de 05 (cinco) dias uteis, após o recebimento da solicitação, pedido ou autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.

4.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria solicitante, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado por cada Secretaria, em horário normal de expediente.

Portanto a partir desta data fica a empresa acima Notificada, que caso ocorra novamente o não cumprimento das obrigações pactuadas dentro dos prazos estabelecido, serão aplicadas as sanções cabíveis de acordo com a Cláusula Oitava que nos traz:

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8. 1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Diante dos fatos apresentados é evidente que a Empresa, ao participar do Certame, tem plena consciência das cláusulas ali estabelecida o que não resta dúvidas das obrigações pactuadas.

Considerando a disposição da Administração Pública em reavaliar à contratação em um novo estudo, à conveniência e oportunidade no que concerne ao objetivo do presente Processo Licitatório, com a possibilidade de se proceder com a sua readequação às necessidades da Administração;

No presente caso, em que o procedimento iniciou, compreende-se que os serviços essenciais não sejam interrompidos momentaneamente, devido à necessidade em atender pessoas eventualmente contempladas pelo Setor Social ou demais órgãos municipais. Sendo assim, por conveniência e oportunidade e, uma vez que não houve por parte da administração a intenção de prejudicar o andamento interno e externo do processo. Decide por **NOTIFICAR COM ADVERTÊNCIA**, com base e de acordo com as diretrizes previstas na Lei 8.666/1993, a Empresa Contratada para que a partir desta, com **PARA QUE CUMPRA COM OS *PRAZOS***, Contratuais. Considerando que, caso persista as ocorrências causando riscos e prejuízos a administração, será tomar as providências cabíveis, seguidas de multas e sanções.

Portanto, levando em consideração o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, fica a empresa ciente que poderá apresentar justificativas devidamente fundamentadas, sobre a irregularidades apontadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento desta, onde caberá ao Município de Nobres/MT aceitá-las.

Publica-se.

Nobres, 03 de maio de 2022

Leidinete Santana Patrícia dos Santos

Gerente de Sec. de ADM Fiscal de Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº. 270/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença prêmio conforme parecer jurídico a servidora municipal: **Marcieli Paulino Martins de Mello,** registro 1081 lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Auxiliar Consultório Odontológico/Assistente de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2018, conforme processo 3667/2021, compreendido de 04/05/2022 a 01/08/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de Maio de 2022.

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

ERRATA CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0034/2022

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0034/2022

ONDE SE LE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADA EM MINISTRAR AULAS DE JUDÔ DENOMINADO PROJETO JUDÔ RAÇA PARA CRIANÇAS DE 09 A 17 ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL DÉLIA GALDINA DUARTE, NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA – GIOVANNA ANDRADE SILVA DE DEUS - 99236486134, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001681/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 022/2022 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

LEIA SE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR AULAS DE JUDÔ, DENOMINADO PROJETO JUDÔ DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PARA CRIANÇAS DE 09 A 17 ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL DÉLIA GALDINA DUARTE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA – GIOVANNA ANDRADE SILVA DE DEUS - 99236486134, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001681/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 022/2022 AS CLAUSULAS A SEGUIR

DO FUNDAMENTO

As partes acima identificadas têm entre si, justos e acertadas, o presente contrato de prestação de serviço, com base no Processo Administrativo: 001681/2022 Dispensa de Licitação: 022/2022 aplicando-se a Lei Federal nº 8.666/93, e alterações Posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas clausulas seguintes e condições descritas no presente contrato.

ONDE SE LE

DO OBJETO

É objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADA EM MINISTRAR AULAS DE JUDÔ DENOMINADO PROJETO JUDÔ RAÇA PARA CRIANÇAS DE 09 A 17 ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL DÉLIA GALDINA DUARTE, NO MU-**

NICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, e acordo com as especificações e quantidades contidas no **Processo Administrativo: 001681/2022 Dispensa de Licitação: 022/2022.**

LEIA SE

DO OBJETO

É objeto do presente contrato a Contratação de Empresa especializada em ministrar Aulas de Judô, denominado PROJETO JUDÔ DESENVOLVIMENTO INFANTIL, para crianças de 09 a 17 anos da Escola Municipal Délia Galdina Duarte, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, e acordo com as especificações e quantidades contidas no **Processo Administrativo: 001681/2022 Dispensa de Licitação: 022/2022.**

DA VIGENCIA

3.1 O prazo de vigência do contrato é fixado em 04 (quatro) meses a contar a partir da assinatura do contrato.

ONDE SE LE

DO CONTRATADO

4.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Qtde	Und	Especificações	Valor (mensal)	Preço Total
01	4	Meses	Contratação de Empresa para prestação de serviços especializada em ministrar Aulas de Judô denominado **PROJETO JUDÔ RAÇA** para crianças de 09 a 17 anos da Escola Municipal Délia Galdina Duarte no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,do Livramento/MT,	**R$ 4. 000,00**	**R$ 16. 000,00**
TOTAL R$ 16.000,00 (Dezeseis Mil Reais)					

LEIA -SE

DO CONTRATADO

4.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Qtde	Und	Especificações	Valor (mensal)	Preço Total
01	04	Meses	Aulas De Judô – Crianças 09 A 17 Anos	Meses 04	R$ 16.000,00
TOTAL R$ 16 .000,00 (Dezesseis Mil Reais)					

Nossa Senhora do Livramento – MT, 29 de Abril de 2022.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa:**GIOVANNA ANDRADE SILVA DE DEUS – 99236486134**

CNPJ: 15.831.411/0001-04

Representada pela Senhora Giovanna Andrade Silva de Deus

RG: 1041893-8 SSP/MT e CPF: 992.364.861-34,

PORTARIA Nº. 227/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença prêmio conforme parecer jurídico a servidora municipal: **Paulina Marques de Souza,** registro 481 lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Professora do Ensino Fundamental I a IV, referente ao período aquisitivo de 2017/2021, conforme processo 69/2021 e 1559/2022, compreendido de 04/05/2022 a 01/08/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de Maio de 2022.

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 78 2021

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 78 2021

DISTRATO DO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA, RECONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPPPREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1636/2021.

Pelo Presente Termo torna RESCINDIDO o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA, RECONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPPPREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N.**

1636/2021., que entre si celebram A Prefeitura Mun. de Nossa Senhora do Livramento e a Contratada, aEmpresa **L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.686. 425/0001-64, com sede a Rua Concordia 767,S Bairro Jardim Primavera – município de Juara/MT, CEP: 78.575-000, neste ato representada pelo senhor Luís Fernando Pereira, portador da cédula de identidade nº 269. 98904 SESP/MT, inscrito no CPF nº 253.758.229-20, residente e domiciliado ROD. MT 338 KM 4,5 S/N Chácara dos Lagos – Zona Rural, município de Juara/MT que as partes adiante mencionadas, qualificadas e firmatárias celebram entre si, mediante o presente instrumento, distratando o contrato nº 78/2021**.**

I – PARTES DISTRATANTES.

O Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522. 791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município e a Empresa **L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.686.425/0001-64, com sede a Rua Concordia 767,S Bairro Jardim Primavera – município de Juara/MT, CEP: 78.575-000, neste ato representada pelo senhor Luís Fernando Pereira, portador da cédula de identidade nº 269.98904 SESP/MT, inscrito no CPF nº 253.758.229-20, residente e domiciliado ROD. MT 338 KM 4,5 S/N Chácara dos Lagos – Zona Rural, município de Juara/MT

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

1 – Fica rescindido, a **partir de 03de Maio de 2022** do **CONTRATO Nº 078/2021,** contrato é a prestação de serviço de Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de reforma, reconstrução, construção e manutenção de pontes de madeira (incluindo mão de obra e material) Termo de Referencia 094/2021 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021 - Processo Administrativo n.** 1636**/2021**com a Empresa **L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.686.425/0001-64.

2 – Com a assinatura deste Termo de Distrato, as partes dão-se por mutuamente desobrigadas, satisfeitas e quitadas, declarando sem qualquer efeito **CONTRATO Nº 078/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO MOTIVO DA RESCISÃO

A Administração Municipal dar por causa, Unilateral, a presente rescisão, por razões de interesse público, de alta relevância, com base legal no artigo 79, inciso I, da Lei Federal 8.666/93, em comum acordo com o inciso XII, do art. 78 da mesma Lei.

Motiva ainda o distrato o Parecer Jurídico nº 196/2022, elaborado pela Assessoria jurídica junto a Administração Municipal.

Aponta ainda como motivação a justificativa do Setor de Engenharia e *a* Empresa **L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.686.425/0001-64.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pelo presente instrumento de distrato unilateral, por razões de interesse público e de alta relevância e amplo conhecimento, esposadas nas considerações do preâmbulo do presente instrumento, como base na motivação exposta no processo administrativo n? 1765/ 2022 e 1708/2022, fica a sua eficácia convalidada a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do AMM/MT, TCE/MT e DOU.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO Por força desta rescisão, fica autorizada a baixa do empenho, e, as partes se declaram reciprocamente quitadas, não elidindo eventuais prejuízos apurados de processo a ser iniciado por conta

E por assim estarem, justas e acordadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de Maio de 2022

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa: L.F. PEREIRA ENGENHARIA EPP

CNPJ sob o nº 24.686.425/0001-64

Representada pelo senhor Luis Fernando Pereira

RG: nº 363949989-6 SSP/SP e CPF nº 253.758.229-20

ERRATA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 035 2022

ERRATA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 035 2022

ONDE SE LE

*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO***PARA CONSTRUÇÃO DO GUARDA CORPO NA PONTE DO CÓRREGO SANGRADOURO NESTE MUNICÍPIO. QUE CELEBRAM ENTRE A PREFEITURA DE NOSSA SENHRA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FASPEL CONSTRUTORA EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO 01401/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2022, AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

LEIA -SE

*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO***PARA CONSTRUÇÃO DO GUARDA CORPO NA PONTE DO CÓRREGO SANGRADOURO NESTE MUNICÍPIO. QUE CELEBRAM ENTRE A PREFEITURA DE NOSSA SENHRA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FALPER CONSTRUTORA EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO 01401/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2022, AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

- DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é *a COntratação De Empresa Especializada Em Serviço*para construção do Guarda Corpo na Ponte do Córrego Sangradouro neste Município*,* Conforme especificações e quantidades no Termo de Referência 09/2022 Processo Administrativo 1401/2022 Dispensa de Licitação 021/2022 Parecer Jurídico 203/2022.

1.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

S ESPECIFICAÇÕES TECNICAS DO BEM E/OU SERVIÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	*VALOR UNIT (R$)*	*VALOR TOTAL (R$)*

01	Administração de Obras	Mês (cód1)	*1*	4.656,34	4.656,34
02	Guarda-Corpo de Aço Galvanizado	M	*35*	740,90	25.931,50
03	Pintura com Tinta Alquidica em Superfície Metalica	M2	*102,50*	21,70	2.224,25
Total R$ 32.812,09 (Trinta e Dois Mil Oitocentos e Doze Centavos e Nove Centavos)					

4.7.2Execução de serviços de Construção de Guarda Corpo

Item	**Descrição/Especificação**	**DMT**	**Unid.**	**Quant**
1	Administração de Obras		Mês	1
2	Guarda-Corpo de Aço galvanizado de 1,10M, montantes tubulares de 1.1/4" espaçados de 1,20M, travessa superior de tubulares de 1,1/4" espaçados de 1,20M, travessa superior de 1.1/2", gradil formado por tubos horizontais de 1" e verticais de ¾", fixado com chumbador mecânico AF_04/2019_P		M	35,00
3	Pintura com tinta Alquidica de acabamento (esmalte sintético fosco), aplicada a rolo PI pincel sobre superfície metálica, (duas demão).		M²	102,50

DA VIGÊNCIA

7.1O prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) mês a partir da assinatura deste instrumento contratual.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 29 de Abril de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ONDE SE

CONTRATADO:

EMPRESA FASPEL CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ sob o nº **33.539.042/0001-54**

Representada pelo senhor Flavio Luiz Gonçalves de Oliveira

RG: nº 1.147.455-6 SEJUSP/MT e CPF nº 919.930.911-49,

LEIA SE

CONTRATADO:

EMPRESA FALPER CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ sob o nº **33.539.042/0001-54**

Representada pelo senhor Flavio Luiz Gonçalves de Oliveira

RG: nº 1.147.455-6 SEJUSP/MT e CPF nº 919.930.911-49,

PORTARIA Nº. 268/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) mês de licença prêmio conforme parecer jurídico ao servidor municipal: **Ismael Antônio de Oliveira Junior,** registro 601 lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Serviços Gerais/ Apoio de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo 2016/2018, compreendido de 04/05/2022 a 02/06/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de Maio de 2022.

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

ERRATA CONTRATO 028 2022

ERRATA CONTRATO 028 2022

ONDE SE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA A. S. SANTOS & LTDA EPP **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 587/2020,AS CLAUSULAS A SEGUIR.**

LEIA -SE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E AEMPRESA F. RICIERI PUBLICIDADE E EVENTOS EIRELI ME **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 587/2020,AS CLAUSULAS A SEGUIR.**

DO OBJETO

1.1 Objeto do presente contrato é a aquisição ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA 068/2020*** **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 - Processo Administrativo n.587/2020**

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA F. RICIERI PUBLICIDADE E EVENTOS EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.168.383/0001-86
Endereço:	Rua Dinamarca, 877, A Bairro:Centro , município de Cambe/PR CEP: 86.181-080
Contatos:	4 3154-4196 43 99196-7474 e mail: fricierilicitacoes@gmail.com
Representante:	Flavia Ricieri,

Razão Social	CPF/CNPJ	Lote	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
F RICIERI PARTICIPAÇÕES EIRELI	09168383000186	2	CONFECÇÃO DE BANNER COLORIDO EM LONA; TAMANHO 150X100 CM;	UN	MP	MP	190	R$ 65,00	12.350,00
		3	CONFECCAO DE BANNER (LONA) COLORIDO (TAM. 1,20M X 0,80M COLORIDO)	UN	MP	MP	175	R$ 48,00	8.400,00
		15	CONFECÇÃO DE BLOCO COM 100 UNIDADES DE CADASTRO DE HIPERTENSO E/OU DIABETICO (PAPEL BRANCO, FORMATO A4 20,0x15CM) FRENTE E VERSO (PAISAGEM).	UN	MP	MP	600	R$ 9,98	5.988,00
		32	CÓPIAS EM PRETO E BRANÇ0, EM PAPEL A4 - FRENTE E VERSO	UN	MP	MP	25.000	R$ 0,45	11.250,00
R$ 37.988,00 (Trinta e Sete Mil Novecentos e Oitenta e Oito Reais)									

– VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato com vigencia de 06 (seis) a partir de sua assinatura e prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 08 de Abril de2022.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

EMPRESA F. RICIERI PUBLICIDADE E EVENTOS EIRELI ME

pessoa jurídica de direito privado

CNPJ sob o nº 09.168.383/0001-86

Representado pela Senhora Flavia Ricieri,

RG: 7.177.094-0 SSP/PR e CPF nº 041.331.729-30,

PORTARIA Nº. 269/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença prêmio conforme parecer jurídico a servidora municipal: **Evanda Francisca da Silva,** registro 602 lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Serviços Gerais/Apoio de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2018, conforme processo 3755/2018, compreendido de 04/05/2022 a 01/08/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de Maio de 2022.

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1385/2022

EMENTA: *DECLARA E RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SÃO BRÁS. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São Brás, registrada no CNPJ/MF sob o nº 08.030.937/0001-11.

Art. 2º - Esta Lei outorga a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SÃO BRÁS - habilitação em receber incentivos de qualquer natureza, através da celebração de convênios e/ou parcerias com órgãos dos Poderes Públicos Municipais de Projetos sociais, econômicos, culturais, profissionalizantes, desportivos, ambientais e outros eventos de inclusão social.

Art. 3º - A entidade referida no art. 1º deverá apresentar ao Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de julho de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente, para o devido controle com os seguintes documentos:

I- Relatório anual de atividades do exercício anterior;

II- Atestado de funcionamento atualizado;

III- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV- Certidões Negativas, Municipal Estadual e Federal;

V- Balancete Contábil.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento, cópia do relatório circunstanciado.

Art. 4º - Será objeto de Lei revogando os efeitos da declaração de Utilidade Pública concedida à entidade, quando:

I - deixar de cumprir a exigência do art. 3º desta Lei;

II - substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos ou quando solicitados pela municipalidade, salvo este último por justo motivo;

III - alterar sua denominação e, dentro de 30 (trinta) dias contados da averbação no Registro Público, deixar de enviar a mesma à Administração Pública Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de maio de 2022

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICACAO DA PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 181/2022

RETIFICACAO DA PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 181/2022

Retifica-se a publicação da **portaria de fiscal de contrato nº 181/2022,** publicado em 05 de maio de 2022, ano XVII, nº 3.972, págs. 615 e 516, por motivos de erro de digitação e informações, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução de **CONTRATO Nº 041/2022**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **MARIA CLEUZA RODRIGUES**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, AFIM DE REVISAR O PROJETO GLOBAL DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL CONFORME PARECER TÉCNICO Nº 07/2022/COPROJ/SUPO/GBSAAF/SES-MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** nas condições e especificações contidas no Termo de Referência**,** nas condições e especificações contidas no termo de referência.com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020

Leia-se:

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução de **CONTRATO Nº 041/2022**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **P1 ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARIAL EIRELI,** tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, AFIM DE REVISAR O PROJETO GLOBAL DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL CONFORME PARECER TÉCNICO Nº 07/2022/COPROJ/SUPO/GBSAAF/SES-MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** nas condições e especificações contidas no Termo de Referência**,** nas condições e especificações contidas no termo de referência.com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes – MT, 03 de maio de 2022.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1383/2022

SÚMULA: *"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO LOA 2022 PARA ATENDER DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa LOA 2022, sancionado pela Lei Municipal n° 1.348/2021, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a atender despesas realizadas e não consolidadas contabilmente, na seguinte funcional programática:

09. Secretaria Municipal de Assistência Social

001. Fundo Municipal de Assistência Social – Gestão do SUAS

08. Assistência Social

244. Assistência Comunitária

0011. Compromisso Social

2.009. Manutenção da Secretária de Assist. Social

3.3.90.92 – Despesas de exercício anterior R$ 10.000,00

Meta Financeira: até R$ 10.000,00

Meta Física: Atender despesas de funerais e aquisição de urnas funerárias não empenhadas no exercício de 2021.

Fonte de Recursos: 2.500.000 – Recursos não vinculados de impostos

Artigo 2º. Para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no artigo anterior serão utilizados os recursos próprios vinculados a Sistema Único de Saúde SUS, pelo Superávit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do § 1º, Inciso I, do artigo 43 da Lei 4. 320/64.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de maio de 2022

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1381/2022

SÚMULA: *"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO LOA 2022 PARA ATENDER CIRURGIAS ELETIVAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa LOA 2022, sancionado pela Lei Municipal n° 1.348/2021, bem como, a atualização na Lei nº 1.327/2021 LDO/2022, o valor de até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a

atender despesas do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte funcional programática:

05. Secretaria Municipal de Saúde

003. Fundo Municipal de Saúde – Média e Alta Complexidade

10. Saúde

302. Média e Alta Complexidade

0021. Atenção à Saúde Média e Alta Complexidade

2.222. Custeio de cirurgias eletivas – Termo Cooperação Paranaíta

3.3.42.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 150. 000,00

Meta Financeira: R$ 150.000,00

Meta Física: Atender pacientes as despesas das cirurgias eletivas de de cirurgias pretendidas 60 procedimentos

Fonte de Recursos: 2.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos, despesas com ações e serviços públicos de saúde

Artigo 2º. Para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no artigo anterior serão utilizados os recursos próprios vinculados a Sistema Único de Saúde SUS, pelo Superávit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do § 1º, Inciso I, do artigo 43 da Lei 4. 320/64.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de maio de 2022

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1384/2022

***SÚMULA**: AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA LOA/ 2022 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO APRESENTADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior até o valor de R$ 9.596.241,24 (nove milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos),nos termos do artigo 43, §1° inciso I e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado pela Lei Municipal nº. 1.348/2021.

Art. 2º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Recursos Ordinário a importância de até R$ 1.359.256,72, na seguinte fonte e destinação de valores:

Fonte 2021	Discriminação dos Recursos Financeiros	Valores
00	Recursos Ordinários	1.359.256,72

Art. 3º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Recursos vinculado à Educação a importância de até R$ 2.529.473,57, na seguinte fonte e destinação de valores:

Fonte 2021	Discriminação dos Recursos Financeiros	Valores
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	1.893. 365,70
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	152. 970,14
19	Transferências do FUNDEB 40%	414. 045,16
22	Transferências de Convênios – Educação	69. 092,57

Art. 4º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Recursos vinculado à Saúde a importância de até R$ 4.044.329,86, na seguinte fonte e destinação de valores:

Fonte 2021	Discriminação dos Recursos Financeiros	Valores
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde	2.046. 089,03
23	Transferências de Convênios – Saúde	5. 227,47
26	Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, instituido pela LC n. 173/2020	8. 180,57
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS – Estado	192. 384,45
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	1.789. 849,77
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimentos	2. 598,57

Art. 5º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Recursos vinculado à Assistência Social a importância de até 290.185,96, na seguinte fonte e destinação de valores: na seguinte fonte e destinação de valores:

Fonte 2021	Discriminação dos Recursos Financeiros	Valores
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	205. 114,60
43	Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	85. 071,36

Art. 6º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Recursos de outras vinculações a importância de até R$ 1.372.995,13, na seguinte fonte e destinação de valores:

Fonte 2021	Discriminação dos Recursos Financeiros	Valores
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE	21. 740,46
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP	5. 769,31
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	802. 293,94
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	234. 336,77
33	Outras Transferência de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados a saúde ou educação)	308. 854,65

Art. 7º. O decreto de reforço orçamentário dos créditos abertos por esta lei, indicarão as dotações e funcionais programáticas que ocorrerão as suplementações orçamentárias, em igual teor e fontes mencionadas.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de maio de 2022

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1386/2022

***SUMULA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$: 10.000,00 (dez mil reais), destinados à Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2022 a seguinte dotação orçamentária para atender despesas de ação Realização de Concurso Público e Processo Seletivo:

Órgão: 01 – Câmara Municipal		
Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal		
Função: 01 – Legislativa		
Subfunção: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Legislativo em Ação		
Atividade: 2221 – Realização de Concurso Público e Processo Seletivo		
Fonte de Recursos: 0.1500.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos		
Natureza da Despesa:		
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
TOTAL GERAL	R$	**10.000,00**

Artigo 3º - Fica cobertura do respectivo Credito Adicional Especial, Anular-se-á a seguinte dotação orçamentaria do Orçamento Programa Vigente:

Órgão: 01 – Câmara Municipal		
Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal		
Função: 01 – Legislativa		
Subfunção: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Legislativo em Ação		
Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal		
Fonte de Recursos: 0.1500.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos		
Natureza da Despesa:		
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
TOTAL GERAL	R$	**10.000,00**

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização nas Leis Municipais nº 1327/2021 - LDO 2022 e Lei Municipal nº 1319/2021 - PPA 2022/2025, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de maio de 2022

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1382/2022

SÚMULA: *"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT A FIRMAR TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO COM O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA, AO PROGRAMA DE CIRURGIAS ELETIVAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Município de Nova Bandeirantes/MT autorizado a celebrar Termo de Adesão e Compromisso com o Município de Paranaíta/MT, para adesão ao Programa de Cirurgias Eletivas no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. O presente termo de adesão e compromisso com o Município de Paranaíta baseia-se na Lei Municipal 1208/2021 daquele Município que "Cria o Programa de Cirurgias Eletivas do Município de Paranaíta".

Art. 3º. O cofinanciamento realizado pelo Município de Nova Bandeirantes/MT, será através de Termo de Adesão, sendo os valores de cofinanciamento variáveis conforme o percentual de uso do programa de cirurgia eletivas, constando no termo de adesão as obrigações, as datas, prazos e valores para repasse dos recursos financeiros.

Art. 4º. Deverá constar no Termo de Adesão e Compromisso a ser realizado entre o Município de Nova Bandeirantes/MT e o Município de Paranaíta/MT a dotação orçamentária a qual suportará as despesas da realização das cirurgias eletivas.

05. Secretaria Municipal de Saúde

003. Fundo Municipal de Saúde – Média e Alta Complexidade

10. Saúde

302. Média e Alta Complexidade

0021. Atenção à Saúde Média e Alta Complexidade

2.222. Custeio de cirurgias eletivas – Termo Cooperação Paranaíta

3.3.42.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - R$ 150.000,00

Fonte de Recursos: 2.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos, despesas com ações e serviços públicos de saúde

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de maio de 2022

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
PORTARIA 1722022

PORTARIA N° 172/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2021.

"*DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO SENHOR TARCISIO ARAUJO VENTURA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto por Lei.

RESOLVE

Artigo 1º - Designar o Servidor Efetivo Senhor **TARCISIO ARAUJO VENTURA – MOTORISTA CAT D,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para desempenhar suas funções como Operador de Motoniveladora, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1952022

PORTARIA N° 195/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2021.

"*DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO SENHOR RONALDO SILVA DE ARAUJO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto por Lei.

RESOLVE

Artigo 1º - Designar o Servidor Efetivo Senhor **RONALDO SILVA DE ARAUJO – AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA,** lotado na Secretaria Mu-

nicipal de Infraestrutura, para desempenhar suas funções como Operador de Motoniveladora, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°018/ 2022

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°018/ 2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ZITA BEZERRA GUIMARÃES – ME.**

CNPJ: **13.187.568/0001-05.**

OBJETO: Prorrogação do **prazo de duração do Contrato Original por mais 30 (trinta) dias,** vigorando a partir **de 25 abril de 2022 á 25 de maio de 2022.**

ASSINATURA**: 22 de abril de 2022..**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°027/ 2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°027/ 2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **A. M. DE ABREU EIRELI**

CNPJ: 18.523.063/0001-98

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir 24 de fevereiro de 2022 a 24 de agosto de 2022.

ASSINATURA**: 23 de fevereiro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS CONTRAO RESULTADO PRELIMINAR CLASSIFICATORIO

DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR CLASSIFICATORIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia , Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 134, de 14 de março de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados **DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR CLASSIFICATORIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022**, conforme discriminado abaixo:

Aline Araújo Martins – Assistente Social

Recurso deferido.

Resposta Fundamentada:

Foi realizada revisão no cartão de respostas da candidata, e foi constatada um erro de leitura de duas questões de conhecimento especifico, será feita a correção na pontuação e divulgada no resultado final.

Conforme cópia do cartão de respostas enviada no e-mail do requerente (de acordo com o cadastro de sua inscrição).

Por essa razão, deferimos o recurso para alteração da pontuação da candidata.

Maria Aparecida Oliveira dos Santos – Agente de Limpeza Escolar

Recurso deferido.

Resposta Fundamentada:

Foi realizada revisão no cartão de respostas da candidata, e foi constatada um erro de leitura de uma questão de Língua Portuguesa, será feita a correção na pontuação e divulgada no resultado final.

Conforme cópia do cartão de respostas enviada no e-mail do requerente (de acordo com o cadastro de sua inscrição).

Por essa razão, deferimos o recurso para alteração da pontuação da candidata.

Nádia Pereira Khalaf – Técnico em Vigilância Sanitária

Recurso Deferido Parcialmente.

Resposta Fundamentada:

Foi realizada revisão no cartão de respostas da candidata, e de acordo com o subitem 7.1 do edital [...Cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta. Será atribuída pontuação 0,0 (zero), às questões com mais de uma opção assinalada...], foi também constatado um erro de leitura de uma questão de Matemática, será feita a correção na pontuação e divulgada no resultado final.

Conforme cópia do cartão de respostas enviada no e-mail do requerente (de acordo com o cadastro de sua inscrição).

Por essa razão, deferimos parcialmente o recurso para alteração da pontuação da candidata.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Brasilândia /MT, 03 de maio de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREVBRAS
PORTARIA 1382022

PORTARIA N° 138/2022, DE 016 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Efetiva srª SILVANDIRA MAIA CELESTINO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva **Srª SILVANDIRA MAIA CELESTINO – AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2019 /2020, a partir de 16 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 16 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1392022

PORTARIA N° 139/2022, DE 021 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias ao Servidor Efetivo srº Marcelo Ataides da Costa.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº Marcelo Ataides da Costa – AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2021 /2022, a partir de 21 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 21 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 21 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1402022

PORTARIA N° 140/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Exonera ocupante do cargo em comissão de Secretária Executiva.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar a senhora **MAYSA CRISTYELLY DA SILVA**, portadora da RG n° 213.528.9-5 SSP/MT e CPF n° 037.013.721,36 do cargo em provimento de comissão de **SECRETARIA EXECUTIVA,** a partir de 14 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 14 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1412022

PORTARIA N° 141/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Exonera ocupante do cargo em comissão de Chefe de Sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar a senhora **REGINA PEREIRA BEZERRA**, portadora da RG n° 187.180.1-1-5 SSP/MT e CPF n° 029.062.661,75 do cargo em provimento de comissão de **CHEFE DE SESSAO,** a partir de 14 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 14 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1422022

PORTARIA N° 142/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia ocupante do cargo Assessor Chefe de Gabinete".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora **MAYSA CRISTYELLY DA SILVA**, portadora da RG n° 213.528.9-5 SSP/MT e CPF n° 037.013.721,36, para exercer o cargo em provimento em comissão de **ASSESSOR CHEFE DE GABINETE,** lotada na secretaria Municipal de Administração**,** a partir de 15 de março de 2022**.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 15 de março de 2022.

.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA 1432022

PORTARIA N° 143/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia ocupante do cargo Secretaria Executiva".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora **REGINA PEREIRA BEZERRA**, portadora da RG n° 187.180.1-1-5 SSP/MT e CPF n° 029.062.661,75, para exercer o cargo em provimento em comissão de **Secretaria Executiva,** lotada na secretaria Municipal de Administração**,** a partir de 15 de março de 2022**.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 15 de março de 2022.

.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA 1442022

PORTARIA N° 144/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia Fiscal de Obras".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art.1° Nomear o Servidor Efetivo Sr. **SAULO NAKAMURA –** Engenheiro Civil**,** para **Fiscal de Obras**, responsável pela condução dos procedimentos no âmbito desta Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, do **Contrato nº 131/2021,** de acordo a Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019** a dar início aos serviços, cujo o **OBEJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº TC/PAC-0324/07- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE FUNASA,** Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo do tipo **MENOR PREÇO** pelo regime de empreitada **GLOBAL.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1452022 FERIAS IDENIZADAS

PORTARIA N° 145/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"*Dispõe a Indenização de férias a servidora Efetiva VIVIANE VENTURIN* ''

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º -. **Conceder** Servidora Efetiva **Srª VIVIANE VENTURIN – TECNICO EM CONTABILIDADE,** lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças o **pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2017/2018**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1462022

PORTARIA N° 146/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Exonera ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR CHEFE DE GABINETE.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar o senhor **LIDISNEI SILVA MARIANO**, portadora da RG n° 227.401-04 SSP/MT e CPF n° 040.970.201-37 do cargo em provimento de comissão de **ASSESSOR CHEFE DE GABINETE,** a partir de 14 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 14 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1472022

PORTARIA N° 147/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia ocupante do cargo Assessor de Comunicação".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor **LIDISNEI SILVA MARIANO**, portadora da RG n° 227.401-04 SSP/MT e CPF n° 040.970.201-37, para exercer o cargo em provimento em comissão de **Assessor de Comunicação,** lotado na secretaria Municipal de Administração**,** a partir de 15 de março de 2022**.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 15 de março de 2022.

.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA 1482022

PORTARIA N° 148/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA ADRIANA SANTANA ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **ADRIANA SANTANA,** sob o RG: 223.368.0-0/SSP/MT e CPF: 041.769.711.26, para exercer o cargo de **AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA**, lotada na Secretaria Municipal de infraestrutura a partir de 10 de março de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1492022

PORTARIA N° 149/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA ANDRELINA ROSA DOS SANTOS ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **ANDRELINA ROSA DOS SANTOS,** sob o RG: 166.242.1-1/SSP/MT e CPF: 020.143.421-05, para exercer o cargo de **AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA**, lotada na Secretaria Municipal de infraestrutura a partir de 10 de março de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1502022

PORTARIA N° 150/2022, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Exonera por Aposentadoria a Servidora Efetiva Senhora Olinda Rosa dos Santos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar a senhora **OLINDA ROSA DOS SANTOS**, portadora da RG n° 981.521 SSP/MT e CPF n° 773.769.191-04 do cargo Agente de Limpeza Escolar**,** a partir de 31 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 16 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1512022

PORTARIA N° 151/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª ZILDA MARIA DOS REIS MARQUES

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Zilda Maria dos Reis Marques	Auxiliar Administrativo	**Nível 12**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1532022

PORTARIA N° 153/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª TEREZINHA LIVRAMENTO OLIVEIRA AYRES

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nível**
TEREZINHA L.OLIVEIRA AYRES	Agente de limpeza Escolar	**Nível 10**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1542022

PORTARIA N° 154/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª JUSCIANI APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nível**
JUSCIANI APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA	Agente de limpeza Escolar	**Nível 04**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1552022

PORTARIA N° 155/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional o Servidor Efetivo srº JEAN CARLOS PEREIRA DE SOUZA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Economia e Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nível**
JEAN CARLOS PEREIRA DE SOUZA	TECNICO DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO	**Nível 07**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1562022

PORTARIA N° 156/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional o Servidor Efetivo srº VANDERLEY MOREIRA DOS ANJOS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Agricultura		
Nome	**Cargos**	**Nível**
VANDERLEY MOREIRA DOS ANJOS	Motorista Cat D	Nível 02

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1602022 FERIAS IDENIZADAS

PORTARIA N° 160/2022, DE 04 DE ABRIL DE 2022.

"*Dispõe a Indenização de férias a servidora Efetiva GISELLE MENDES ARAUJO SOUZA* ''

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º -. **Conceder** Servidora Efetiva **Srª GISELLE MENDES ARAUJO SOUZA – Técnico em Fiscalização e Arrecadação,** lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças o **pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2018/2019**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1612022

PORTARIA N° 161/2022, DE 04 DE ABRIL DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Efetiva srª EUZENI APARECIDA DE AVELAR.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva **Srª EUZENI APARECIDA DE AVELAR – Telefonista,** lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020 /2021, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1622022

PORTARIA N° 162/2022, DE 04 DE ABRIL DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Efetiva srª LUCINEIA DA CRUZ SANTOS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva **Srª LUCINEIA DA CRUZ SANTOS – Fiscal de Obras,** lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2019 /2020, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1652022 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N° 165/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO DO SERVIDOR EFETIVO RAFAEL SOUZA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-A, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder ao Servidor Efetivo Srº. **RAFAEL SOUZA SILVA – AGENTE VIGILANTE,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, a partir de 11 de abril de 2022, devendo retornar as suas atividades normais em 09 de julho de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1662022

PORTARIA N° 166/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Estável srª NOELMA DA SILVA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Estável **Srª NOELMA DA SILVA – Agente de Combate a Endemias,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020 /2021, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1672022

PORTARIA N° 167/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

"Concessão Abono Pecuniário ao servidor Efetivo senhor CELIO MARTINS DA SILVA".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.71, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° - Conceder ao Servidor Efetivo **Srº. CELIO MARTINS DA SILVA – MOTORISTA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Abono Pecuniário de 10 (dez) dias e 20 (vinte) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 à 01/01/2019, a partir de 18/04/2022**.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1682022

PORTARIA N° 168/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe a Indenização de férias ao Servidor Contratado srº VANDUIR JESUS MACHADO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Contratado **Srº VANDUIR JESUS MACHADO – CHEFE DE DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o **pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1692022

PORTARIA N° 169/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

"Concessão Abono Pecuniário a servidora Efetiva senhora NAYARA CAMPOS MASCARENHAS".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.71, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. NAYARA CAMPOS MASCARENHAS – NUTRICIONISTA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Abono Pecuniário de 10 (dez) dias e 20 (vinte) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 à 01/01/2019, a partir de 01/04/2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1702022

PORTARIA N° 170/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

"Concessão Abono Pecuniário a servidora Efetiva senhora LINDALVA PAULA MARQUES".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.71, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. LINDALVA PAULA MARQUES – TEC. ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,** exercendo a função de **TECNICO EM RAIO X** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Abono Pecuniário de 10 (dez) dias e 20 (vinte) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 à 01/01/2020, a partir de 01/04/2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1372022

PORTARIA N° 137/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

"Nomeia Fiscal de Obras".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art.1° Nomear o Servidor Efetivo Sr. **SAULO NAKAMURA –** Engenheiro Civil**,** para **Fiscal de Obras**, responsável pela condução dos procedimentos no âmbito desta Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, do **Contrato nº 117/2021,** de acordo a Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021** a dar início aos serviços, cujo o **OBEJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONTRUÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA CONFORME DETALHADO NO PLANO DE TRABALHO, CONVENIO SICONV Nº884117/2019 MINISTERIO DA DEFESA,** Projeto Básico e Especificações Técnicas Constantes da Tomada de Preços nº007/2021, do tipo **MENOR PREÇO** pelo regime de empreitada **GLOBAL.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 14 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1362022

PORTARIA N° 136/2022, 14 DE MARÇO DE 2022.

"Retornar de Afastamento O Servidor Efetivo ANDRE PESSOA''

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado ado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere no disposto no § 2º do Artigo 101-C da Lei Complementar nº. 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Retornar o Servidor Efetivo Srº. ***ANDRE PESSOA* – MOTORISTA**, lotado na Secretaria Municipal de Saude, que se encontrava de **AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**, a partir de 14 de março de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 14 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA 1352022

PORTARIA N° 135/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª DENIRDES XAVIER DA MATA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 48 da Lei Complementar nº. 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde,		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
DENIRDES XAVIER DA MATA	TEC EM ENFERMAGEM	**Nivel 4**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1742022

PORTARIA N° 174/2022, DE 11 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a exoneração da Senhora Danielle Grazziele Soehn da Costa do Cargo em Comissão de Secretaria Municipal de Educação e Desporto

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1°- Exonerar a Senhora **DANIELLE GRAZZIELE SOEHN DA COSTA**, portadora da **RG n° 187.778.80/SSP/MT** e **CPF n° 020.912.641.80**, do cargo de provimento em comissão de **Secretária Municipal de Educação e Desporto**, a partir de 11 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 028/2022 de de 20 de janeiro de 2022 .

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1332022

PORTARIA N° 133/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª DEBORA DE ARAUJO SILVA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 48 da Lei Complementar nº. 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Assistência Social,

Nome	Cargos	Classe
DEBORA DE ARAUJO SILVA	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA	**Classe B**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1322022

PORTARIA N° 132/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª DIVINA RODRIGUES DE FARIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 48 da Lei Complementar nº. 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Educação,		
Nome	**Cargos**	**Classe**
DIVINA RODRIGUES DE FARIAS	PROFESSORA	**Classe C**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1312022 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N° 131/2022, DE 10 DE MARÇO DE 2022.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO DO SERVIDOR EFETIVO VILSON FELIPE DA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-A, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder ao Servidor Efetivo Srº. **VILSON FELIPE DA SILVA – AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, a partir de 14 de março de 2022, devendo retornar as suas atividades normais em 11 de junho de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1302022

PORTARIA N° 130/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

"*Dispõe a Indenização de férias ao servidor Efetivo JOSE ANTONIO DOMINGOS CARDOSO ''*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º -. **Conceder** ao Servidor Efetivo **Srº JOSEANTONIO DOMINGOS CARDOSO –** exercendo o cargo em comissão de **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** o **pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2018/2019**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1292022 FERIAS IDENIZADAS

PORTARIA N° 129/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

"*Dispõe a Indenização de férias a servidora Efetiva JULIANA RITTA DE SOUZA BASSETTO ''*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º -. **Conceder** Servidora Efetiva **Srª JULIANA RITTA DE SOUZA BASSETTO – AGENTE ADMINISTRATIVO,** exercendo o cargo em co-

missão de **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** o **pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2019/2020**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1752022

PORTARIA N° 175/2022, DE 12 DE ABRIL DE 2022.

Nomeia ocupante do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação e Desporto.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor **JUNIOR APARECIDO DE OLIVEIRA**, portadora da RG n° 135.566.578 SSP/MT e CPF n° 002.302.181-053,para exercer o cargo em provimento de comissão de **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO** a partir de 12 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato

PREVBRAS
PORTARIA 1282022

PORTARIA N° 128/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

"*Dispõe a Indenização de férias a servidora Efetiva ANDREIA TEIXEIRA CAMPOS* ''

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º -. **Conceder** Servidora Efetiva **Srª *ANDREIA TEIXEIRA CAMPOS* – AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças o pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1272022

PORTARIA N° 127/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias ao Servidor Efetivo srº RAFAEL SOUZA SILVA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº RAFAEL SOUZA SILVA – AGENTE DE VIGILANCIA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2019 /2020, a partir de 02 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 02 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1762022

PORTARIA N° 176/2022, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

"Retifica a Portaria nº 163/2022 que Nomeia Responsáveis Financeiros pela conta Bancaria do Fundo Municipal de Cultura de Nova Brasilândia ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Item II do Art. 6º da Lei nº 059, de 29 de junho de 1998;

RESOLVE

Art.1° - Nomear Responsáveis Financeiros pela Conta Bancaria Agencia 0802 – Conta 92172-6 da Agencia Sicredi com o CNPJ 34.772.415/ 0001-03 do Fundo Municipal de Cultura de Nova Brasilândia, em cumprimento as finalidades previstas no Decreto nº 026/2021 de 12 de abril de 2021.

Gleysiana Souza Lutke

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Claudiana Niedack de Moura

Assessor Chefe de Departamento e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 189/2021 de 13 de abril de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de Abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1262022

PORTARIA N° 126/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Estável srª IVONETE FERREIRA PASSOS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Estável **Srª IVONETE FERREIRA PASSOS – AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020 /2021, a partir de 07 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 07 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1252022

PORTARIA N° 125/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Efetiva srª SANDRA LUIZA PEREIRA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva **Srª *SANDRA LUIZA PEREIRA* – ENFERMEIRA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2019 /2020, a partir de 07 de março de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 07 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1772022

PORTARIA N° 177/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Concessão de férias ao Servidor Efetivo srº SAULO NAKAMURA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº SAULO NAKAMURA – ENGENHEIRO CIVIL,** lotado na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2019 /2020, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1242022

PORTARIA N° 124/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Efetiva srª EVA MARIA DOS SANTOS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva **Srª *EVA MARIA DOS SANTOS* – AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020 /2021, a partir de 02 de março de 2022.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 02 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1232022

PORTARIA N° 123/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias ao Servidor Efetivo srº OZIMAR PACIFICO MIRANDA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº *OZIMAR PACIFICO MIRANDA* – OPERADOR DE PA CARREGADEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018 /2019, a partir de 02 de março de 2022.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 02 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1782022

PORTARIA N° 178/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe a Indenização de férias ao Servidor Efetivo srº VENICIOS DE ARAUJO VENTURA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Decreto nº 066/2018 de 20 de setembro de 2018;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº VENICIOS DE ARAUJO VENTURA – AGENTE ADMINISTRATIVO, no Cargo em Comissão de Controlador Interno** lotado na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, **o** pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1222022

PORTARIA N° 122/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias ao Servidor Efetivo srº HELIO BORGES.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº *HELIO BORGES* – OPERADOR DE MOTONIVELADORA, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018 /2019, a partir de 02 de março de 2022.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 02 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1212022

PORTARIA N° 121/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Concessão de férias ao Servidor Efetivo srº JACY JOSE PEREIRA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo **Srº *JACY JOSE PEREIRA* – AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020 /2021, a partir de 02 de março de 2022.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 02 de março de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de março de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1792022

PORTARIA N° 179/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Exonera Por Aposentadoria a Servidora Efetiva Srª CORINA PEREIRA DA SILVA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar Por Aposentadoria por Invalidez a senhora **CORINA PEREIRA DA SILVA**, portadora da RG n° 423.274 SSP/MT e CPF n° 446. 214.341-87 do Cargo de Professor de Pedagogia**,** a partir de 03 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 03 de abril de 2022.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1802022

PORTARIA N° 180/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Concessão de férias a Servidora Efetiva srª SIMONE MARIANA DE LIMA.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva **Srª SIMONE MARIANA DE LIMA – Agente de Limpeza Publica,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2020 /2021, a partir de 03 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1812022

PORTARIA N° 181/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

" Afastar a servidora efetiva srª Gabriela Avelar Mendes de Carvalho Pereira de Licença Maternidade".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Parágrafo Único do Artigo 16, da Lei nº 806, de 07 de abril de 2020.

RESOLVE

Artigo 1º - Afastar de **Licença Maternidade** a senhora efetiva **Srª Gabriela Avelar Mendes de Carvalho Pereira** – **Odontóloga** – lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1822022

PORTARIA N° 182/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Retificação da Portaria que Nomeia ocupante do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação e Desporto.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor **JUNIOR APARECIDO DE OLIVEIRA**, portador do RG n° 135.566.578 SSP/MT e CPF n° 002.302.181-053,para exercer o cargo em provimento de comissão de **SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO** a partir de 12 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA 2002022 CONTRATAÇÃO

PORTARIA N° 200/2022, DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA NIVEA VALERIA CASTILHO DA SILVA ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **NIVEA VALERIA CASTILHO DA SILVA,** sob o RG: 124.959.7-2/SSP/MG e CPF: 698.906.921-04, para exercer o cargo de **FISIOTERAPEUTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a partir de 02 de maio de 2022**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 02 de maio de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1852022

PORTARIA N° 185/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Exonerar os servidores da Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar os servidores abaixo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto**,** a partir de 30 de abril de 2022:

01 – ANA LUCIA DE LIMA

02 – MARIA APARECIDA DE JESUS

03 – SOLANGE HELENA PORTO

04 – ROSA CRISTIANE DA SILVA

05 –ROSIMEIRE DO NASCIMENTO BOLANDINI

06 – ROMILDA LEMES QUEIROZ ALMEIDA

07 – LEIDIANE TEIXEIRA C. FARIAS

08 – NATALIA KAROLINY OLIVEIRA DA COSTA

09 – WILSON FLORENTINO BORGES

10 – GREICIELLY FERNANDA GOMES DA SILVA

11 – ALDEMY GONÇALVES DE LIMA

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1862022

PORTARIA N° 186/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª VILMA BERNARDES DE CARVALHO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto		
Nome	**Cargos**	**Nível**
VILMA BERNARDES DE CARVALHO	PROFESSOR	Nível 08

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1872022

PORTARIA N° 187/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Enquadramento Funcional ao Servidor Efetivo srº HEMILSON PAULA DE SOUZA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no pará-

grafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
HEMILSON PAULA DE SOUZA	MOTORISTA	Nível 09

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1882022

PORTARIA N° 188/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª ANA CRISTINA SOARES

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
ANA CRISTINA SOARES	AGENTE ADMINISTRATIVO	Nível 03

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1892022

PORTARIA N° 189/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª LUCINEIA DA CRUZ SANTOS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Economia e Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nível**
LUCINEIA DA CRUZ SANTOS	FISCAL DE OBRAS E POSTURA	Nível 03

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1902022

PORTARIA N° 190/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª VALDETE ELENA PEIXOTO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nível**
VALDETE ELENA PEIXOTO	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA	Nível 07

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1912022

PORTARIA N° 191/2022, DE 18 DE ABRIL DE 2022.

Enquadramento Funcional ao Servidor Efetivo srº VALDIVINO CARDOSO DOMINGOS SOBRINHO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto		
Nome	**Cargos**	**Nível**
VALDIVINO CARDOSO DOMINGOS SOBRINHO	MOTORISTA	Nível 11

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021.

PREVBRAS
PORTARIA 1922022

PORTARIA N° 192/2022, DE 20 DE ABRIL DE 2022.

Exonera a pedido a Servidora Srª MARIELLY RODRIGUES DE SOUSA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o Artigo 47 Item I da Lei nº. 324, de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Art.1° Exonerar a pedido a senhora **MARIELLY RODRIGUES DE SOUSA**, portadora da RG n° 235.656.4-6 SSP/MT e CPF n° 047.165.861-89 do Cargo de NUTRICIONISTA**,** a partir de 20 de abril de 2022.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 20 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1932022

PORTARIA N° 193/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA GABRIELA ESCOBAR TRINDADE ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **GABRIELA ESCOBAR TRINDADE,** sob o RG: 201.828.8-0/SSP/MG e CPF: 052.201.081-40, para exercer o cargo de **NUTRICIONISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto partir de 12 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1992022

PORTARIA N° 199/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA JOSIANE DIAS DE OLIVEIRA ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **JOSIANE DIAS DE OLIVEIRA,** sob o RG: 269.704.1-4/SSP/MG e CPF: 059.457.151-07, para exercer o cargo de **AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto partir de 20 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1982022

PORTARIA N° 198/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA ELAINE QUEIROZ GONÇALVES VENTURA ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 789/2019 de 21 de dezembro de 2019, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora ELAINE QUEIROZ GONÇALVES VENTURA**,** sob o RG: 288.743.9-0/SSP/MG e CPF: 069.092.361-90, para exercer o cargo de **AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto partir de 25 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1942022

PORTARIA N° 194/2022, DE 20 DE ABRIL DE 2022.

" Afastar a servidora Contratada srª GESIANY MENDES ARAUJO de Licença Maternidade".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Parágrafo Único do Artigo 16, da Lei nº 806, de 07 de abril de 2020.

RESOLVE

Artigo 1º - Afastar de **Licença Maternidade** a senhora Contratada **Srª GESIANY MENDES ARAUJO** – fisioterapeuta– lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 18 de abril de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1972022

PORTARIA N° 197/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a Nomeação servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação, no âmbito do Poder Executivo do município de Nova Brasilândia, estado de Mato Grosso; e, dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA,Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso IV da Lei Orgânica do Município; e, Considerando o disposto no Art. 51 da Lei 8. 666/93, que determina o critério de formação da comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia os servidores abaixo nominados para compor a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo do Município de Nova Brasilândia, do Estado de Mato Grosso:

I. Presidente: Júlio Cesar Bonfim Lopes

II. 1º Membro: Ana Cristina Soares

III. 2º Membro: Cleuma Francisca de Jesus

§ 1º Na ausência do presidente da Comissão, o primeiro membro assumirá a função de presidente, e será convocado um membro suplente, para recompor a Comissão;

Art. 2º Faculta-se as entidades da administração pública indireta, adotar comissão própria de licitação, podendo tramitar seus procedimentos licitatórios pela administração direta, no âmbito do poder executivo municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, surgindo efeito partir 07/04/2022, revogando a portaria n º 119/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA 1962022

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

novabrasilandia@outlook.com.br

PORTARIA N° 196/2022, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

INSTITUI comissão de inventário dos bens da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1° - Fica nomeada a **Comissão de Inventário dos Bens** da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão de que trata este Artigo será composta pelos seguintes membros:

Presidente: CLEUMA FRANCISCA DE JESUS

Secretária: AMANDDA GIOVANA AMORIM SOUZA

Membros: JACY JOSE PEREIRA

Art. 2º - A Comissão contara com o apoio total de todos os secretários, chefes de setores e funcionários da Prefeitura, bem como dos materiais de expediente, funcionários e veículos que sejam necessários para o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - A Comissão deverá cumprir rigorosamente A instrução **Normativa IN - SPA – 001 – Controle Patrimonial de Bens Moveis**, que estabelece as normas e procedimentos relativos à Carga Patrimonial da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT.

Art. 4º - Fica expressamente proibido a partir desta data qualquer remanejamento de móveis de um setor para outro sem que previamente sejam informadas por escrito as Comissões de avaliação e reavaliação e inventário dos bens.

Art. 5º - Fica a Secretaria de Administração Geral incumbida de coordenar e fazer cumprir as determinações baixadas por esta portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2022.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 118 de 07 de março de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de abril de 2022.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 233/2022/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, a partir de 03 de maio de 2022, a Srª. Fabio Pereira de Oliveira, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador da Defesa Civil, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Departamento de Obras e Engenharia, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 04.122.0006.2044 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Obras e Engenharia, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 234/2022/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidato abaixo, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta Portaria, de acordo com o que dispõe a item 9.4 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2022 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
REGIANE DA SILVA VIEIRA	0001320	Professor III (pedagogia)

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 334/2022/GP/PMNG

Cópia e Original para Autenticação

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE no site http://www.tre-mt.jus.br;

3) Original e Cópia do CPF; Comprovante de situação Cadastral emitida no site da receita federal (http://receita.economia.gov.br).

4) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5) Comprovante de endereço atualizado;

6) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

7) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

8) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

9) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

10) Carteira de habilitação (no caso de exigência da função);

11) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

12) Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

13) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

14) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

15) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

16) Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 (quatorze) anos;

17) Cópia do CPF dos filhos declarados como dependentes;

18) Comprovante de conta salário no Banco Sicredi

19) Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões.

20) 01 foto 3X4 colorida e recente

O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa.

ADMINISTRATIVO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DISPENSA Nº 005/2022 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Guarita, em conformidade com Art. 75, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados a prorrogação do edital de licitação tendo em vista que nenhuma empresa encaminhou proposta para a presente Dispensa de Licitação, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM IMPRIMAÇÃO E TRATAMENTO SUPERFICIAL (TSD) COM CAPA SELANTE EM RUAS A SEREM PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA - MT (SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS)**.

Eventuais interessados deverão apresentar Proposta de Preço no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Portanto o limite para Apresentação da Proposta de Preço fica Prorrogado até o dia: 06/05/2022 às 17:00h.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, sito a Av. dos Migrantes, Travessa 01, nº. 10, Centro, Nova Guarita -MT – CEP – 78.508-000, no horário de 08:00h às 11:00h e das 13:00h as 17:00h, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao@novaguarita.mt.gov.br, até a data limite.

O Edital/Termo de Referência/Projeto Básico de Engenharia da Dispensa permanecem disponível no Site Oficial do Município através do www.novaguarita.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, junto a sede da Prefeitura Municipal, sito a Av. dos Migrantes, Travessa 01, nº. 30, Centro, Nova Guarita -MT – CEP – 78.508-000, no horário das 08:00h às 11:00h e das 13:00h as 17:00h, de segunda a sexta feira ou através do e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br.

Nova Guarita – MT, 03 de Maio de 2022.

Tatiane Trevisol

Agente de Contratação

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 231/2022/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, a partir de 03 de maio de 2022, a Srª. Mayara Karine Graff, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Comprador, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Departamento de Compras, Materiais e Almoxarifado, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 04.122.0001.2085 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Compras, Materiais e Almoxarifado, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 232/2022/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, a partir de 03 de maio de 2022, a Srª. Jeferson Balestrin, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Serviços Públicos, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 04.122.0006.2043 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Serviços Públicos, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
SEGUNDO TERMO ADITIVO PRAZO DE EXECUÇÃO - CONTRATO N.º 013/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CONTRATADA: **OESTE CONSTRUTORA EIRELI**

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o **PRAZO DE EXECUÇÃO por 60 (sessenta) dias**, **de 25/03/2022 até 24/05/2022.**

Nova Lacerda, em 20 de março de 2022

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2021, para atender as necessidades da Secretária Municipal de educação e cultura, considerando a Comunicação interna 033/2022 datada de 29/04/2022, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, **munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:**

1. Carteira de Identidade – RG;

2. Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

3. Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2020;

4. Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

5. Carteira de Trabalho;

6. Título Eleitoral;

7. Comprovante de Residência atualizado;

8. Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

9. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

10. Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

11. Declaração de não acúmulo de cargos;

12. Declaração de Bens;

13. Uma foto 3x4;

14. Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

15. Conta salário ou corrente no **Banco Brasil** – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente;

16. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT;

17. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

18. CNH (se for o caso); e,

19. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

20. Não receber proventos de aposentadoria ou benefícios juntos ao INSS;

Será impedido de assinar o contrato o candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências deste Edital normativo.

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 02 dias do mês de maio de 2022

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 012/2022

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO004/2021

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
527400	POLLYANE BATISTA DA ROCHA	08/07/1995	30,0	20,0	40,0	90,0	3,0	93,0	

PROCURADORIA JURÍDICA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL 044/2021 PARA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2021 – ITEM 07 E 08

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 044/2021

PROCESSO: 094/2021

Objeto: Contratação de empresa, por item, para ressolagem e vulcanização de pneus para suprir as necessidades à manutenção da frota do município.

O **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT**, através de seu gestor, considerando a DESISTÊNCIA da empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, assim como os Pareceres constantes dos autos, em conformidade com o artigo. 24, XI, da Lei 8.666/93, **CONVOCA** o licitante remanescente, na ordem de classificação, a empresa **EMPRESA JOSE MARGREITER-MT,** devidamente inscrita no CNPJ nº 10991187/0001-96, com sede as margens da rodovia BR, 163 km 22,5 s/n, Várzea Grande-MT, classificada em segundo lugar nos **Itens 07 e 08**, do certame, para, acaso, aceite as mesmas condições oferecidas pelo licitante desistente, apresentar a proposta reformulada junto com composição de custo. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, e quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. (s) 43 § 2° da Lei 123/2006, 64, § 2º e 81 da Lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a aquiescência da referida empresa e no fornecimento desses itens e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o próximo classificado, se houver, até que seja efetivada a contratação ou seja decidida pela revogação da licitação.

Nova Lacerda-MT, 03 de maio de 2022.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL 044/2021 PARA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2021 – ITENS 09, 10, 11, 15, 16, 18, 19, 22 E 23

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 044/2021

PROCESSO: 094/2021

Objeto: Contratação de empresa, por item, para ressolagem e vulcanização de pneus para suprir as necessidades à manutenção da frota do município.

O **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT**, através de seu gestor, considerando a DESISTÊNCIA da empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, assim como os Pareceres constantes dos autos, em conformidade com o artigo. 24, XI, da Lei 8.666/93, **CONVOCA** o licitante remanescente, na ordem de classificação, a empresa **EMPRESA LORENA ELI FISCHER** CNPJ N 26. 302.082/0001-12, com sede na Rua Otacílio José Santana nº 1375, Bairro São José, Pontes e Lacerda-MT, classificada em segundo lugar nos **Itens 09, 10, 11, 15, 16, 18, 19, 22 e 23**, do certame, para, acaso, aceite as mesmas condições oferecidas pelo licitante desistente, apresentar a proposta reformulada junto com composição de custo. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, e quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. (s) 43 § 2° da Lei 123/2006, 64, § 2º e 81 da Lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a aquiescência da referida empresa e no fornecimento desses itens e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o próximo classificado, se houver, até que seja efetivada a contratação ou seja decidida pela revogação da licitação.

Nova Lacerda-MT, 03 de maio de 2022.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
TERMO DE ACORDO BILATERAL DE DESISTÊNCIA DE ITEM DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 047/2021

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 044/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 047/2020.

Itens: 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 18, 19, 22 e 23

MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, pessoa jurídica de direito público, sediado a Rua 16 de Julho, 815 – Centro, Nova Lacerda • MT, inscrita no CNPJ: 01.614.519/0001•22, neste ato representado pelo Gestor do município, o **Sr. UILSON JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1033978-7 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 621.764.391-04, residente e domiciliado à Tulipa Negra, S/n, na cidade de Nova Lacerda – MT, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

A empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.976.860/0001-28, situada na Av. FEB, s/nº, quadra J-19, lote 12-E, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 78.115-865, neste ato representado por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA,** tem justo e acertado entre si, de forma amigável, o que se segue relativamente o presente Termo de Distrato da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 047/2020, ITENS 07, 08, 09, 10, 11, 15, 16, 18, 19, 22 e 23, REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL 044/2021**, **PROCESSO 094/2021**.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo que culminou como vencedora dos ítens, objeto da desistência, Pregão presencial 053/2021 a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, **originando a ATA DE REGISTRO DE PREÇO 047/2021,** decorrente do Processo de Licitação nº. 094/2021, - PREGÃO 044/2021, amigavelmente a partir de 16 de janeiro de 2022, **A DESISTÊNCIA DOS ITENS** descritos acima**,** pela empresa vencedora, consoante disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO– Em face da justificativa para a rescisão contratual da ATA apresentada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, é decorrente de investigações conduzida pelo Ministério Público, gerando dificuldades de fornecimento, falta de previsão de produção dos itens, em virtude da falta de insumos, surgindo a impossibilidade da continuidade da prestação do fornecimento ora contratada,

PARÁGRAFO SEGUNDO **-** Verificada a conveniência para a **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT**, e a inexistência de prejuízo às pessoas jurídicas da CONTRATANTE e da CONTRATADA, o presente termo amigável operar-se-á na forma da lei, e se justifica na medida em que a nova contratação para suprir o referido objeto sem majoração contratual ou ônus a este ente público.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A rescisão amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando as partes o

direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo de licitação – PREGÃO PRESENCIAL 044/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 047/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, nas esferas cíveis, administrativas e criminais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. As partes concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas e assentem não haver mais qualquer obrigação de ordem financeira.

E, por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Nova Lacerda-MT, 03 de maio de 2022

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

Presidente

PNEUS VIA NOBRE LTDA

REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ADESÃO 011/2022

ADESÃO Á ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021

DETENTORA (O): PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE-MT

EMPRESA: BEIRA RIO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

CNPJ: 27.331.125/0001-50

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CAMARAS, COLARINHOS, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT.**

VALOR: R$ 653.533,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS).

Nova Marilândia - MT, 03 de Maio de 2022.

BRUNA C. P. DADALT

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PORTARIA Nº. 130/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAR EM CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR ESCOLAR A SRA. ADRIANA CARVALHO RODRIGUES VASCONCELOS.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a Sra.*ADRIANA CARVALHO RODRIGUES VASCONCELOS* portadora do RG Nº 0926982-7 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 571.196.431-34 do cargo de *DIRETOR ESCOLAR* do município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 02 de Maio de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Maio de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 126/2022

Súmula: *"Nomeia os servidores públicos que receberão a Verba Indenizatória prevista pela Lei Municipal nº 1.224 de 07 de fevereiro de 2022 e dá outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto pelo art. 1º, Paragrafo Único da Lei Municipal nº 1.224 de 07 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor público JONAS MAXIMO DA SILVA, Assessor de Gabinete, para receber a Verba Indenizatória no valor de R$ 1. 500,00 de que trata a Lei Municipal nº 1.224 de 07 *de fevereiro de 2022.*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, em 03 de Maio de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 129/2022

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARTICULAR DA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE PROFESSORA A SRA SILMARA APARECIDA CORREIA.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA PARTICULAR

MAT	NOME	CPF	DATA DA SAÍDA
2169	SILMARA APARECIDA CORREIA	799.622.701-20	02/05/2022

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo V Seção VIII, Art. 87, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 02 de Maio de 2022, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Maio de 2022

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 128/2022

DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO SELETIVO DE ZELADOR O SR. GUSTAVO DA SILVA ANDRADE.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR a pedido do Cargo Seletivo o Sr. GUSTAVO DA SILVA ANDRADE portador do RG Nº 634375854 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 061.868.631-23 do cargo de *ZELADOR* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 03 de Maio de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Maio de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 125/2022

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FERIAS DE SERVIDORES REFERENTE MÊS DE MAIO.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA DE FÉRIAS

MAT	NOME	CPF	DATA DA SAÍDA	DATA DO RETORNO
2851	VALDIONIDA CANDIDO DE MADUREIRA DE ALMEIDA ALVES	016.181.331-36	02/05/2022	01/06/2022
2401	ALEXSANDRO OLIVEIRA BUCHS	043.143.291-06	02/05/2022	17/05/2022
2817	ANGELICA OLIVEIRA TOME	015.979.181-21	02/05/2022	01/06/2022
2596	VANESSA ALVES DE LIMA	024.555.221-99	18/05/2022	02/06/2022
2741	WELDER SOUZA CUNHA	037.865.001-77	04/05/2022	14/05/2022
2173	SILVIA MARIA ARANTES DO PINHO	206.988.101-63	05/05/2022	04/06/2022
2032	SILVIA MARIA ARANTES DO PINHO	206.988.101-63	05/05/2022	04/06/2022
2734	AMANDA JACINTO DOS SANTOS	061.565.281-64	09/05/2022	08/06/2022
2801	DRIELLI OLIVEIRA DE ALMEIDA NASCIMENTO	045.804.111-45	02/05/2022	17/05/2022
2261	DOUGLAS GESSO ROCHA	044.976.911-95	02/05/2022	01/06/2022
96	SEBASTIAO CEZAR PINTO	662.667.931-72	02/05/2022	01/06/2022
2842	VALDEIR SIQUEIRA DE ANDRADE	017.753.992-57	02/05/2022	01/06/2022
653	PROTASIO PAZZETTO	602.904.129-00	05/05/2022	04/06/2022
9	ALVONIR ILHA	841.011.641-34	02/05/2022	01/06/2022

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 02 de Maio de 2022, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se

Nova Maringá – MT, 03 de Maio de 2022

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2022 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2022

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 34/2022** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 10.718.935/0001-61,** pelo valor global de **R$ 8.958,11** ***(oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e onze centavos)*** o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 03 de maio de 2022 a 03 de agosto de 222

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
LEI N°. 1188/2022, DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO PROGRAMA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N°. 1188/2022.

DE 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO PROGRAMA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 35.715,91 (trinta e cinco mil, setecentos e quinze reais e noventa e um centavos), destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - O Crédito preconizado no artigo 1º desta Lei destinar-se-á a cobrir despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania,**pela inclusão da seguinte classificação funcional-programática:**

Órgão: **09 – S**ecretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.
Unidade: **002 – Fundo Municipal de Assistencia Social**.
Função: **08 – Assistencia Social**
Subfunção: **125 – Normatização e Fiscalização**
Programa: **0044 – Controleo Social – Secretaria Executiva dos Conselhos**
Atividade: **2088 – MANUTENÇÃO DO CMAS.**
Natureza da Despesa: Fonte: 5.00 – Recursos não Vinculados de Impostos. – 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistên-

cia Social – FNAS e 661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		
319004 – Contratação por Tempo Determinado	R$	500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	13.000,00
319013 – Obrigações Patronais – INSS	R$	2.000,00
319113 – Obrigações Patronais – RPPS	R$	2.000,00
339008 – Outros Beneficios Assistenciais	R$	500,00
339014 – Diárias – Civil	R$	3.000,00
339030 – Material de Consumo	R$	5.000,00
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$	2.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$	1.000,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	2.500,00
339040 - Serviços Tecnologia Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	R$	1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições	R$	1.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente	R$	1.715,91
TOTAL DA AÇÃO	R$	35.715,91

Artigo 3° - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parciais ou totais da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: **09 – S**ecretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.		
Unidade: **002 – Fundo Municipal de Assistencia Social**.		
Função: **08 – Assistencia Social**		
Subfunção: **125 – Normatização e Fiscalização**		
Programa: **0044 – Controleo Social – Secretaria Executiva dos Conselhos**		
Atividade: **2069 – MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.**		
Natureza da Despesa: Fonte: 5.00 – Recursos não Vinculados de Impostos.		
319004 – Contratação por Tempo Determinado	R$	500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	13.000,00
319013 – Obrigações Patronais – INSS	R$	2.000,00
319113 – Obrigações Patronais – RPPS	R$	2.000,00
339008 – Outros Beneficios Assistenciais	R$	500,00
339014 – Diárias – Civil	R$	3.000,00
339030 – Material de Consumo	R$	5.000,00
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$	2.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$	1.000,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	3.500,00
339093 – Indenizações e Restituições	R$	1.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente	R$	1.715,91
TOTAL DA AÇÃO	R$	35.715,91

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1137/2021 – PPA 2022/2025, Lei Municipal nº 1151/2021 – LDO 2022 e Lei Municipal nº 1157/2021 – LOA 2022, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde – MT, em 03 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LEI N. 1187/2022. "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR DÉBITO JUNTO APURADAS EM INSPEÇÃO ENERGISA, REFERENTE A DIFERENÇAS A

LEI N. 1187/2022.

DE 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR DÉBITO JUNTO A ENERGISA, DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA EM MATO GROSSO, REFERENTE A DIFERENÇAS APURADAS EM INSPEÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar o valor de R$ 141.126,01 (cento e quarenta e um mil, cento e vinte e seis reais e um centavos), à ENERGISA, Concessionária de Energia Elétrica em Mato Grosso, referente a consumo não faturado de energia elétrica em vias públicas.

Art. 2º. O valor referenciado no Art. 1º será parcelados em 32 (trinta e duas) parcelas, mensais e consecutivos, no valor de R$ 4.410,18 (quatro mil, quatrocentos e dez reais e dezoito centavos) a partir da aprovação desta Lei.

Art. 3º. O débito em questão originou-se de inspeção (recontagem) realizada pela concessionaria e autorizada pelo § 3º do Art. 21-E da Res. ANEEL n. 888/2020, no qual constatou consumos não faturados por essa municipalidade e com base no Art. 24-A, §3º do mesmo regulamento, sendo o período de apuração de Janeiro de 2019 a Fevereiro de 2021.

Art. 4º. Após a vigência da presente autorização será promovida a continuidade da tratativa administrativa com posterior formalização de compromisso junto a concessionário e inicio dos pagamentos.

Art. 5º. As despesas oriundas da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria no orçamento vigente:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Finanças		
Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete do Secretário de Finanças		
Função: 28 – Encargos Especiais		
Subfunção: 843 – Serviço da Dívida Interna		
Programa: 0015 – Administração da Dívida Interna		
Atividade: 2012 – Gestão da Dívida Fundada		
Fonte de Recursos: 1.500.00.00 – Recursos Ordinários		
Natureza da Despesa:		
4690.71.00.00.00– Principal da Dívida Contratual Resgatado	R$	141.126,01
TOTAL GERAL	**R$**	**141.126,01**

Art. 6º. Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS.

Prefeito Municipal

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2022

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2022

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 20/2022/PMNMV/GAB de 26 de Janeiro de 2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 26/2022, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **16/05/2022 às 08:30 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é ***o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS, ACESSORIOS E RECARGAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, EM UM PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da

Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria e do Decreto Municipal nº. 52/2022.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2022 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 03 de Maio de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 20/2022

Publique-se.

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 28/2022

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 28/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 28/2022

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 3096/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

CONTRATADO: GRAFICA CRIATIVA LTDA

CNPJ: 10.807.701/0001-90

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE TROFEUS E MEDALHAS PARA O CAMPEONATO ESTADUAL CATEGORIA MENORES-2022 E IRT BLITZ DE XADREZ NOVA MONTE VERDE-2022, ATENDENDO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LOTADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.**

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: O valor total bruto da aquisição deste contrato é **R$ 2.207,74** (dois mil, duzentos e sete reais e setenta e quatro centavos) *pagos em parcela única.*

VIGÊNCIA – 03 de maio de 2022 a 03 de julho de 2022

Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 20/2022

PUBLIQUE-SE.

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2022 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2022

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 28/2022** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **GRAFICA CRIATIVA LTDA, CNPJ: 10.807.701/0001-90,** pelo valor global de **R$ 2.207,74** ***(dois mil, duzentos e sete reais e setenta e quatro centavos)*** o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 03 de maio de 2022 a 03 de julho de 2022

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 095, FICA NOMEADA A SRA. JÚLIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, PARA O CARGO DE COORDENADORA DO CRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

DECRETO Nº 095, DE 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: FICA NOMEADA A SRA. **JÚLIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, PARA O CARGO DE COORDENADORA DO CRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Sra. **JÚLIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, para o cargo de Coordenadora do CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2022

PROCESSO Nº. 2183/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01(UM) *CARRO BAIXO, MOTOR 1.0 POTÊNCIA MINIMA DE 75 CV, CONFORME CONVÊNIO 0289/2021 FIRMADO COM A SEAF – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR*.

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, nomeada através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de Janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 15/2022, Processo Administrativo 2183/2022, foi declarado **DESERTO**, tendo em vista que não houve participantes interessados ao certame no dia 03 de Maio de 2022, às 08h:00min, conforme registro na ata da sessão do mesmo dia.

Nova Monte Verde-MT, 03 de Maio de 2022.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira Oficial

Decreto 019/2021

Publique-se.

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1519/2022

Pelo presente instrumento, nesta cidade de NOVA MONTE VERDE Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.465.556/0001-63, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na rua José Joaquim Vieira, nº. 101, Centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado as empresas: **GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.542.278/0001-60, estabelecida a Avenida Pedro Ludovico, nº s/n., Quadra A lote 03 Galpão 03, Jardim Ana Claudia, Anápolis, Goias/GO neste ato representada pelo Sr. Alessandro Correa de Oliveira, portador do CIRG nº. 24080713SSP/MT CPF Nº. 752.540. 859-91; **METALURGICA SILLOTT LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.531.033/0001-08, estabelecida a Rua Domingos Sanson, nº 150., Galpão 05, Vila Lalau, Jaraguá do Sul/SC, neste ato representada pelo Sra. Iara Rosani OTT, portador do CIRG nº. 2057374891 SSP/RS CPF Nº. 682.288.130-15; doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA",** nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº. 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2022**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE REFERENTE AO CONVENIO Nº 0566/2021, ATENDENDO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS

CNPJ sob o nº 21.542.278/0001-60

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
1	ABDOMINAL DUPLO, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 2", 1 ¼" E TUBO RETANGULAR DE 40X20MM, COM PAREDES DE 2MM, APOIO PARA OS PES EM POLIMERO DE PVC COM PROTECAO CONTRA UV, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA 100% POLIE	UNIDADE	PROPRIA	1	R$ 1. 790,00	R$ 1. 790,00
4	EXERCITADOR DE PERNAS DUPLO, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 1", 2" E 4", ESPESSURA DO ACO DE 2MM, BANCO ANATOMICO ESTAMPADO EM ACO CARBONO SAE 1020 ISENTO DE ESTOFAMENTO, ROLAMENTOS DE ESFERAS BLINDADOS TIPO 2RS, APOIO PARA O	UNIDADE	PROPRIA	1	R$ 3. 552,00	R$ 3. 552,00
6	PEITORAL DUPLO, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 1", 1 ¼", 2", 4" E TUBO RETANGULAR 50X30MM, ESPESSURA DO ACO DE 2MM A 3MM, MANIPULOS EM POLIMERO DE PVC COM PROTECAO UV, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA 100%, TAMP	UNIDADE	PROPRIA	1	R$ 6. 276,00	R$ 6. 276,00
8	SIMULADOR DE PERCURSO DUPLO, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 2", 1 ¼", ESPESSURA DO ACO DE 2MM A 3MM, PEDALEIRA EM ACO CARBONO SAE 1020 NA COR PRATA, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA 100%, TAMPOES EM ACO CARBONO	UNIDADE	PROPRIA	1	R$ 4. 975,00	R$ 4. 975,00
					Total	**R$ 16. 593,00**

METALURGICA SILLOTT LTDA

CNPJ sob o nº 42.531.033/0001-08

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
2	BICICLETA DUPLA, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 1", 1 ¼", 2 ½" E TUBO RETANGULAR DE 40X20MM, ESPESSURA DO ACO DE 2MM, PEDAL EM ALUMINIO COM ESFERAS PARA ROLAMENTO, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA 100% POLIESTER (CONFORME A	UNIDADE	VAXX	1	R$ 1. 300,00	R$ 1. 300,00
3	ESQUIADOR DUPLO, FABRICADO EM ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 1", 1 ½" E 2 ½" E TUBO RETANGULAR DE 50X30MM, ESPESSURA DO ACO DE 2MM, MANIPULOS EM POLIMERO DE PVC COM PROTECAO UV, PEDALEIRA EM ACO CARBONO SAE 1020. ALTURA 1,40M COMPRIMENTO 1,20M LARG	UNIDADE	VAXX	1	R$ 2. 325,00	R$ 2. 325,00
5	GIRO VERTICAL DUPLO, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 1", 2" E 3 ½", ESPESSURA DO ACO DE 2MM A 3MM, APOIO PARA AS MAOS EM ESFERAS DE BAQUELITE, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA 100% POLIESTER TAMPOES EM ACO CARBON	UNIDADE	VAXX	2	R$ 700,00	R$ 1. 400,00
7	PRANCHA LATERAL COM EXERCITADOR DE PERNAS, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO DE 1", 2" E 4", MANOPLAS E APOIO DOS PES EMBORRACHADOS, PEDALEIRA EM ALUMINIO E PINTURA ELETROSTATICA DE ALTA RESISTENCIA, TAMPOES EM ACO PARA PROTECAO DOS ROLAMENTOS. ALTU	UNIDADE	VAXX	1	R$ 950,00	R$ 950,00
9	TORRE ESCALADA, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE 1" E 4", ESPESSURA DO ACO DE 2MM A 3MM, MANIPULOS EM POLIMERO DE PVC COM PROTECAO UV, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA 100% POLIESTER), TAMPOES EM ACO CARBONO SAE 1020 PARA	UNIDADE	VAXX	1	R$ 1. 200,00	R$ 1. 200,00
10	TWIST DUPLO, FABRICADO COM TUBOS DE ACO CARBONO SAE 1020 DE DIAMETRO 1" E 4", ESPESSURA DO ACO DE 2MM A 3MM, MANIPULOS EM POLIMERO DE PVC COM PROTECAO UV, PEDALEIRA EM ACO CARBONO SAE 1020 NA COR PRATA, PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA	UNIDADE	VAXX	1	R$ 1. 500,00	R$ 1. 500,00
					Total	**R$ 8. 675,00**

1.2. A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Federal nº. 10.520/02.

2.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.3. Os Órgãos ou Entidades da administração pública municipal não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na ata de registro de preços decorrente deste certame.

2.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.5. O Município de NOVA MONTE VERDE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, por meio da Secretaria de Administração e Finanças.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 03/05/2022 até 03/05/2023.

3.2. Nos termos do §4º, do artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de NOVA MONTE VERDE não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2022**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA QUARTA

DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do produto solicitado e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

4.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais das referidas certidões:

a) Certidão do FGTS/CRF;

b) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais;

c) Dívida Ativa da União;

d) Certidão negativa de débito, relativos às contribuições previdenciárias.

4.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1. A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente, conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.2. A entrega dos produtos deverá ser feita no local indicado na solicitação pela Secretaria competente, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/ contratado e acatado pela Prefeitura.

5.3. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.3.1. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.3.2. No campo “Observação” da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.3.6. Se os itens forem fornecidos em caixas, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

5.3.7. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.3.8. No campo “Observação” da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.4. A PREFEITURA terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que o objeto deste Edital será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital e da proposta da Contratada;

b) Definitivamente, na forma do inciso I, alínea “b” do art. 73, da Lei nº. 8.666/93, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após a comprovação de adequação do objeto aos termos contratuais;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. A marca dos produtos cotados não poderá ser substituída no decorrer do contrato, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

5.7. O transporte e a descarga dos bens correrão por conta da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional a Prefeitura.

5.8. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

5.8.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Do Município:

6.1.1. Proceder ao pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.2. A fiscalização e acompanhamento do contrato serão de responsabilidade desta Prefeitura Municipal, através do fiscal de contrato responsável pelos produtos;

6.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.1.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.1.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado. Assim como não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato.

6.2. Da Detentora da Ata:

6.2.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

6.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na entrega sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93, sobre o valor do contrato/ARP.

8.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 8.2, “b”.

8.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento do produto, objeto desta licitação, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ARP;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002.

8.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

8.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos pelo município, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

8.5.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

8.5.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

8.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

8.7. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT.

8.8. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas (DOC TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM) as sanções administrativas previstas no item 8.2, “c” e “d”, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

8.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.9.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.9.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.9.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº. 9.784, de 1999.

8.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

8.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.15. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Durante o período de validade, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

9.3. A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

9.4. À contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão dos preços registrados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

9.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.7.1. Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas (DOC/TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO ORÇAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2022**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS COMUNICAÇÕES

14.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2022** a proposta das empresas: **GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS CNPJ nº 21.542.278/0001-60, METALURGICA SILLOTT LTDA** CNPJ **nº 42.531.033/0001-08,** classificadas no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de NOVA MONTE VERDE – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

NOVA MONTE VERDE - MT, 03 de maio de 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS

CNPJ nº 21.542.278/0001-60

METALURGICA SILLOTT LTDA

CNPJ nº 42.531.033/0001-08

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1519/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE REFERENTE AO CONVENIO Nº 0566/2021, ATENDENDO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº. 16/2022 sagra-se vencedoras do Certame Licitatório realizado na Plataforma da BLL no dia 20 de abril de 2022 às 08:30 horas as seguintes:

EMPRESA:
Ø **GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS**, inscrita no **CNPJ nº 21.542.278/0001-60**, para um Valor Total de **R$ 16.593,00** (dezesseis mil, quinhentos e noventa e três reais);
Ø **METALURGICA SILLOTT LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 42.531.033/0001-08**, para um Valor Total de **R$ 2.325,00** (dois mil trezentos e vinte e cinco reais);
Compromissos estes assumidos para os produtos a serem fornecidos, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
LEI N°.1189/2022, "DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI N°.1189/2022.

DE 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído ao servidor público de provimento efetivo, quando nomeado para o exercício do cargo de Secretário Municipal, o direito à percepção de remuneração de 43% (quarenta e três inteiro por cento), sobre os vencimentos.

I - O servidor público de provimento efetivo poderá optar entre receber os vencimentos acrescidos de 43% (quarenta e três inteiro por cento) sobre os vencimentos, ou receber apenas o salário do cargo de Secretário Municipal.

Art. 2º. Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Nova Monte Verde-MT, 02 de maio de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS.

Prefeito Municipal

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2022

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2022

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 3106/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

CONTRATADO: SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI

CNPJ: 10.18.935/0001-61

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: O valor total bruto da aquisição deste contrato é **R$ 8. 958,11 (oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e onze centavos) pagos em parcela única.**

VIGÊNCIA – 03 de maio de 2022 a 03 de julho de 222

Nova Monte Verde-MT, 03 de maio de 2022

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 20/2022

PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
DECRETO Nº 4139 DE 02 DE MAIO DE 2022 - REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 4139 DE 02 DE MAIO DE 2022

" Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público".

JOAO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4136 de 18 de abril de 2.022 que dispõem sobre a convocação dos candidatos aprovados;

CONSIDERANDO que os Candidatos(as) ora nomeados preenche todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo referido Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, o candidato com a respectiva função abaixo relacionada.

CARGO NOME DO CANDIDATO

PROFESSOR – LIC. PLENA	**MIRIAM JOYCE DE SOUZA AZEVEDO**
PROFESSOR – LIC. PLENA	**LENON CARUZO LOSANO**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se; Cumpra-se;

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Nova Nazaré-MT

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 30/2022

DISPENSA Nº 015/2022

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré-MT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, **RATIFICAR** e **AUTORIZAR** a execução do objeto do Processo Administrativo nº 030/2022, de Dispensa de Licitação nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, **DETERMINAR** a publicação em sítio eletrônico oficial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE COPEIRAGEM.

EMPRESA VENCEDORA: ROSILENE ALVES FERREIRA 77394585115, inscrita no CNPJ nº 46.095.289/0001-70 com sede à RUA D-5, Nº 190, BAIRRO GUARUJA, AGUA BOA-MT.

VALOR TOTAL: R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 12 meses.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS: ELEMENTO: 3.3.90.00. 00, CÓDIGO REDUZIDO: 129.

Nova Nazaré MT, 03 de maio de 2022.

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
DECRETO Nº 4140 DE 03 DE MAIO DE 2022

DECRETO Nº 4140 DE 03 DE MAIO DE 2022

" Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público".

JOAO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4136 de 18 de abril de 2.022 que dispõem sobre a convocação dos candidatos aprovados;

CONSIDERANDO que a Candidata ora nomeada preenche todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo referido Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, o candidato com a respectiva função abaixo relacionada.

CARGO NOME DO CANDIDATO

ALIMENTADOR DO APLIC	**TAIS APARECIDA VIGNOLI LEÃO**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se; Cumpra-se;

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Nova Nazaré-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL QUE TEM COMO "DISTRATANTE" O MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE-MT E "DISTRATADA" A Senhora ROSILENE ALVESFERREIRA.

O MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**,** doravante denominado simplesmente **DISTRATANTE**, e, por outro lado a **Senhora ROSILENE ALVESFERREIRA**, brasileira, portadora do CPF N° 773.945.851-15 e RG N° 987766 SSP-MT, doravante denominada **DISTRATADA** resolvem celebrar a presente Rescisão Contratual, consoante a Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações e através do presente instrumento, o que a seguir declara, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1. Fica rescindido de **forma amigável** o **contrato nº 010/2022** que tinha por objeto **prestação de serviços como Instrutora de Cursos junto ao CRAS-PAIF** das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min de segunda a sexta feira**, conforme clausula primeira do contrato nº 010/2022.**

1.2. A presente rescisão é motivada por ato amigável, por acordo entre as partes e fundamentada nos termos do Artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e ainda de acordo com a Cláusula 7ª, inciso 7.1 do Contrato originário.

1.3. A **DISTRATANTE** promoverá a partir desta data a anulação total do saldo restante do empenho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

2.1. Declaram as partes, que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

2.2. Fica eleito o foro da Comarca de Agua Boa–MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

E por assim estarem, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Nova Nazaré-MT, 03 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DISTRATANTE

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

ROSILENE ALVES FERREIRA

CPF Nº 773.945.851-15

……..……..

JULIANA FERREIRA DE RESENDE

Fiscal do contrato

Testemunhas:

_____

_____

NOME:..... NOME:.....

CPF:..... CPF:.....

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 102 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA MUNICIPAL N.º 102 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora JESUINA MARIA DOS SANTOS SOUZA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS,** lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 02 de Maio de 2022 e término em 30 de Julho de 2022**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art. 3º - - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 02 de Maio de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 018/2022/PMNO

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT-CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.**DATA DA SESSAO**: 03/05/2022 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET POR PONTO VIA FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE 750Mbps FULL COM IP VALIDO DESTINADO AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**LICITANTE VENCEDOR:** A.D. CIRIACO DA SILVA TELECOMUNICAÇÕES **VALOR GLOBAL:** R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) Nova Olímpia/MT, 03 de maio de 2022.

Eliete Silva

Port. 281/2021

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N. º 101 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE MEMBROS PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O PERÍODO DE 02/05/2022 A 02/05/2023. "

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal Interino de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72 Inciso IV da Lei Orgânica, expede a seguinte Portaria, resolvendo, e ainda, CONSIDERANDO, o disposto no inciso XVI, artigo 6º da Lei N. º 8.666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como membros da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, **no período de 02 de maio de 2022 a 02 de maio de 2023**, para efeitos de instrução e julgamento de processos licitatórios nas modalidades previstos na Lei Federal N. º 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

Nome	CPF	Função
Givaldo Valerio dos Santos Filho	023.713.554-02	presidente
Elaine Graciely Zanata	929.381.241-04	secretario
Ronaldo Da Rocha Santos	616.522.701-59	membro

Art. 2º - Os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados através da presente portaria deverá cumprir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da imparcialidade, da moralidade, da probidade administrativa e também, os princípios constitucionais e demais diplomas legais que regem a matéria.

Art. 3º - Os membros da Comissão Permanente de Licitações só serão remunerados, a critério da administração municipal, por se tratar de serviço de relevante interesse público administrativo.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário, **em especial a contida na PORTARIA MUNICIPAL N. º 041 DE 18 DE MARÇO DE 2022.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Lucileia Luna Furquim

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Maria Lucia Mendes

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Gabriela Karina Pessoa da Silva Soares

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Magna Santos Ribeiro

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO EXTRATOS ADITIVOS CONTRATOS TEMPÓRÁRIOS
029-030-031-032-033-035-036-038-039--041-042-044-045-048-051-054/2022

Aviso de Retificação

Fica retificada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.964 de 20 de abril 2022, págs. 538, 539,540,541,542,543 e 549 referente aos seguintes atos:

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2022

Onde se lê

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3.604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2.146,68 (dois mil cento e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1 O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2.162,74 (dois mil cento e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais,

que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 392,32 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 392,32 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 392,32 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 392,32 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 392,32 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2022

Onde se lê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 589,25 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

Leia- sê:

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2022

EXTRATO – 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2022

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR, para atender as demandas das Unidades Básicas de Saúde do município de Nova Santa Helena/MT.

REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhado os preços dos Itens de nº 1, 3, 5, 6 e 7 descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 003/2022, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados os descritos a seguir: ITEM: 01 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,56 e ITEM: 03 – NOVO VALOR UNITÁRIO: 4,90, ITEM: 05 – NOVO VALOR UNITÁRIO: 6,34, ITEM: 06 – NOVO VALOR UNITÁRIO: 4,57 e ITEM: 07 – NOVO VALOR UNITÁRIO: 7,16. Data de Assinatura: 03/05/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, com data de abertura prevista para o dia 19 de maio de 2022, às 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Mu-

nicipal, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Execução da Obra do Centro de Referência em Assistência Social no Município de Nova Santa Helena/MT, Numa Dimensão Total de 292,42 Metros Quadrados. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no site da Prefeitura Municipal, www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: SIC – Serviço de Informação ao Cidadão – Licitações e Contratos - Editais).

Nova Santa Helena/MT, em 03 de maio de 2022.

EDINALVA NUNES

Presidente da CPL

Publique-se

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Jessica Aparecida de Oliveira

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Marcia Cristina dos Santos

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Alessandra Bortolin do Santos

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Leticia Mayara Silva Santos

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Franciele Cristina de Oliveira

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Daniela Priscila Duarte de Oliveira

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Ana Flavia Ramos Moraes

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 403,05 (dois mil quatrocentos e três reais e cinco centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Daiane Santos Santana

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Taviane da Silva Monteiro

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Geziane de Souza Lopes

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Elam Carla Rodrigues Totti

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1. O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 3. 604,57 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: Thiago de Oliveira Oneda

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o disposto na Cláusula Quarta, em cumprimento a adequação da Lei Municipal 1034/2022, de 12 de abril de 2022, que autoriza o poder executivo a conceder 16,30% de correção salarial aos professores da educação municipal.

TERMO ADITIVADO: Alteração da Cláusula de Remuneração

2.1 O Valor a ser pago pelos serviços prestados passa a ser de R$ 2. 162,74 (dois mil cento e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente o vencido e descontos conforme legislação.

2.2. A alteração no valor pago ocorre em face de reajuste salarial.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/04/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

LEI Nº 1007/2022

LEI Nº 1007/2022

DATA: 27 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE NOVA UBIRATÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com **a** ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE NOVA UBIRATÃ, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.514.631/0001-03, com sede na Av. Getúlio Vargas, 197, Sala B, no Município de Nova Ubiratã-MT, neste ato representada pela Presidente Sra. Raimunda Silva Lopes, inscrita no CPF n° 020.862. 691-37.

Art. 2º - O Poder Executivo irá fomentar a realização das atividades com apoio ao custeio parcial das despesas com aluguel, água, luz, e outras despesas operacionais, mediante repasse de recursos financeiros no valor total de R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) que serão repassados em 09 (nove) parcelas mensais de R$ 3.055,60 (três mil e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) cada, sendo paga até no máximo ao quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Único - O Termo de Fomento terá o objetivo de atender despesas conforme Plano de Trabalho do Projeto apresentado.

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE NOVA UBIRATÃ, deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em conforme disposto na Instrução Normativa 006/2009 até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada repasse, sendo que a prestação de contas da parcela do último mês, ou seja, dezembro de 2022 deverá ser realizada dentro da vigência do Termo de Fomento.

§1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos no caput, instruídas com a documentação disposta no item 9.2 da Instrução Normativa 006/2009.

§ 2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade fomentada.

Art. 4º - As despesas de que trata esta lei correrá por conta da dotação orçamentária contida no Orçamento de 2022, sendo:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

03.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

03.001.04 – ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.001.04.122.0005 – APOIO A ENTIDADES GOV. E NÃO GOVERNAMENTAIS

03.001.04.122.0005.1002 – APOIO OUTRAS ESF. DO GOV. ENT. NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 5º - O Termo de Fomento celebrado por meio desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo e acordo entre as partes.

Art. 6º - Caberá ao Poder Executivo, através do departamento competente a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Art. 7º - A celebração do Termo de Fomento mencionado no art. 1ºencontra-se amparo no art. 17 da Lei Federal 13.019/2014 e sua formalização ocorre em decorrência de inexigibilidade de chamamento conforme disposto no art. 31, inciso II do mesmo diploma legal.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 186/2022

PORTARIA Nº. 186/2022

DATA: 02 DE MAIO DE 2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDOR(A) ELI APARECIDA VIAN POZZATO".

O SRº. EDEGAR JOSE BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E,

Considerando o art. 107, da Lei Complementar 061/2013 de 27 de maio de 2.013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

Resolve,

Art. 1° - Averbar o tempo de contribuição, conforme as Certidões de Tempo de Contribuição Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição nº 016145210001-00, emitida pelo INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social, em favor do Sra. **ELI APARECIDA VIAN POZZATO**, residente e domiciliado neste município, portador do RG nº. 6507395 SSP-MT inscrito no CPF nº. 785.345421-04, servidor EFETIVO, no cargo de PROFESSOR III – 30 NIVEL POS GRADUADO - CLASSE E, NIVEL XXIII, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o nº. 41, conforme processo Administrativo de Averbação nº 003/2022.

Art. 2º - O total de tempo a ser averbado compreende seguintes as Certidões de Tempo de Contribuição:

CTC	DIAS	ANOS	Atividade
TOTAL CTC INSS 016145210001-00	**214**	**0 ano,7 meses, 4 dias**	**Geral**
TOTAL CTC INSS 016145210001-00	**2981**	**8 anos, 2 meses, 1 dias**	**Geral**
TOTAL A SER AVERBADO	**3195**	**08 anos ,9 meses, 5 dias**	**Geral**

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA, EM 02 DE MAIO DE 2.022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1005/2022

LEI Nº 1005/2022

DATA: 27 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: "AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ A OUTORGAR CESSÃO DE DIREITO DE USO DE EQUIPAMENTOS DE DOMÍNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder para a Associação dos Moradores de Projeto de Assentamento Cedro Rosa, CNPJ nº 12.317.649/0001-10, localizada na Estrada do Macaco - Assentamento Cedro Rosa, zona rural de Nova Ubiratã – MT, mediante contrato de cessão de uso não oneroso, o uso dos seguintes equipamentos de domínio público:

Número da Placa / SÉRIE	Descrição do Item	Estado de Conservação
ACBH001772	Col de For New Pecus BS Semi BR FIx c/ Carenagem	Novo
22625	Plaina Traseira Hidráulica Multiuso Cor Vermelha – Modelo PAT 500	Novo
751313	Plantadeira 3 linhas	Bom
751260	Grade Aradora	Bom
751333	Trator Agrícola 75 a 80 CV	Bom
751273	Distribuidora de Calcário	Bom

Art. 2º. A Associação beneficiada com os itens acima descritos será a Associação dos Moradores do P. A Cedro Rosa - AMPACER, CNPJ nº 12. 317.649/0001-10, localizada no PA – Cedro Rosa, Estrada do Macaco, Travessão do Meio KM 19, Zona Rural de Nova Ubiratã - MT.

Art. 3º. O uso concedido destina-se a implantação de atividades afins da Concessionária, para atender a necessidade da agricultura familiar daquela localidade.

Art. 4º. Os equipamentos a serem concedidos reverterão ao patrimônio do Município se, em qualquer tempo, cessar sua utilização no fim especificado no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º. A cessão de uso será outorgada pelo prazo de três (03) anos, podendo ser prorrogado a juízo da municipalidade, mediante Lei.

Art. 6º. A cessão de uso será outorgada por Contrato de Cessão de Direito de Uso, no qual, além dos dispositivos supra, constará a obrigação da Concessionária de manter e conservar os equipamentos em permanentes condições de uso, sem ônus ao erário público municipal.

Art. 7º A Associação deverá anualmente apresentar Laudo de vistoria das condições gerais dos equipamentos, sendo pré-requisito o resultado final do Laudo, “em boas condições de uso”.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1008/2022

LEI Nº 1008/2022

DATA: 27 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE TRIVELATO ARTES E CIDADANIA - ATAC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação de Trivelato Artes e Cidadania - ATAC, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 18.376.650/0001-00, com sede na Rua Marta Krindges, s/n, Bairro: Jardim Morocó II, na cidade de Santa Rita do Trivelato - MT.

Art. 2º - O Poder Executivo irá fomentar a manutenção das despesas do Projeto Samba Menino para crianças e adolescentes da sede do Município de Nova Ubiratã - MT, visando promover aprendizado básico musical.

Parágrafo Único - O Fomento mencionado no *caput* será realizado mediante repasse de recursos financeiros no valor total de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) que serão repassados em 08 (oito) parcelas mensais de R$ 5.500 (cinco mil e quinhentos reais) cada, iniciando o fomento no mês de Maio e findando-se em Dezembro de 2022, na forma de Termo de Fomento, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 3º - A **Associação de Trivelato Artes e Cidadania - ATAC** deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em conforme disposto na Instrução Normativa 006/2009 até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento de cada repasse, sendo que a prestação de contas da parcela do último mês, ou seja, Dezembro de 2022 deverá ser realizada dentro do exercício de 2022.

§1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos no caput, instruídas com a documentação disposta no item 9.2 da Instrução Normativa 006/2009.

§ 2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada

Art. 4º - As despesas de que trata esta lei correrá por conta da dotação orçamentária contida no Orçamento de 2022.

Art. 5º - O Termo de Fomento celebrado por meio desta lei terá vigência até 31 de Dezembro de 2022, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo e acordo entre as partes.

Art. 6º - Caberá ao Poder Executivo, através do departamento competente a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Art. 7º - A celebração do Termo de Fomento mencionado no art. 1ºencontra-se amparo no art. 17 da Lei Federal 13.019/2014 e sua formalização ocorre em decorrência de inexigibilidade de chamamento conforme disposto no art. 31, inciso II do mesmo diploma legal.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1009/2022

LEI Nº 1009/2022

DATA: 27 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PRO ASFALTO MT 130 TRECHO ENTRE RIOS NOVA UBIRATÃ - MT, MEDIANTE TERMO DE FOMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria por meio de Termo de Fomento com objetivo de consecução de finalidades de interesse público e recíproco mediante transferência de recursos financeiros para a organização da sociedade civil denominada ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PRO ASFALTO MT 130 TRECHO ENTRE RIOS NOVA UBIRATÃ - MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 22.679. 920/0001-10, situada na Rua dos Cedris, Quadra 81, Distrito de Entre Rios, Nova Ubiratã – MT, representado pelo presidente Sr. Rodrigo Miguel Mick, portador do RG nº 3076953854 e inscrito no CPF/MF sob o n° 984. 964.170-34.

Art. 2º O Fomento mediante transferência financeira, tem como finalidade unificar apoio no desenvolvimento de ações voltadas a implantação e pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual - MT 130, face a existência do interesse público na melhoria logística do município.

Parágrafo único. *Em face ao disposto no caput fica autorizado o município aplicar recursos municipais em parceria a ser celebrada com a organização sociedade civil proponente para desenvolvimento de projetos de responsabilidade de outros entes federados.*

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conforme disposições previstas no art. 1° e 2° repassar recursos financeiros no valor total de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo o valor pago em 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) cada, iniciando o fomento no mês de maio e findando-se em setembro de 2022.

Parágrafo único. *O objetivo do repasse financeiro previsto no caput deste artigo deverá ser aplicado no custeio parcial para elaboração de projetos de engenharia para obra de pavimentação asfáltica da rodovia estadual MT - 130.*

Art. 4º A ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PRO ASFALTO MT 130 TRECHO ENTRE RIOS NOVA UBIRATÃ - MT, ficará responsável pela prestação de contas à Administração Municipal dos recursos recebidos previstos no art. 3° conforme disposto na Instrução Normativa 006/2009 no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da data de pagamento da parcela.

§1º A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos no *caput*, instruídas com a documentação disposta no item 9.2 da Instrução Normativa 006/2009.

§2º A Prestação de Contas deverá ser efetuada anteriormente ao próximo pagamento sob pena de retenção dos repasses futuros.

§3º A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo, através do departamento competente a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Art. 6º As despesas de que trata esta lei correrá por conta da dotação orçamentária contida no Orçamento de 2022.

Art. 7º O Termo de Fomento celebrado por meio desta lei terá vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2022.

Art. 8º A celebração do Termo de Fomento mencionado no art. 1ºencontra-se amparo no art. 17 da Lei Federal 13.019/2014 e sua formalização ocorre em decorrência de inexigibilidade de chamamento conforme disposto no art. 31, inciso II do mesmo diploma legal.

Art. 9º A ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PRO ASFALTO MT 130 TRECHO ENTRE RIOS NOVA UBIRATÃ - MT, em face do recebimento dos recursos público deverá observar as disposições existentes em normas pertinentes aplicáveis ao caso para fins de utilização dos recursos recebidos.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI MUNICIPAL Nº. 1004/2022.

LEI MUNICIPAL Nº. 1004/2022.

DATA: 25 DE ABRIL DE 2022.

SUMULA: DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS DADOS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT, NA PÁGINA OFICIAL DA PREFEITURA NA INTERNET, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROCEDÊNCIA: VEREADORA CRISTIANE LAZARIN FEIJÓ: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO MUNICIPAL Nº 004/2022 E AUTÓGRAFO DE LEI Nº 024/2022

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Executivo Municipal deverá disponibilizar em sua página oficial na internet, um ícone para acesso público contendo os seguintes dados dos Conselhos Municipais:

I – Nome dos integrantes titulares e suplentes, assim como o cargo e instituição ou órgão que cada membro representa;

II – Dados para contato com o conselho (telefone, e-mail e endereço);

III – Calendário anual contendo as datas de reuniões a realizar-se;

IV – Horário e endereço do local onde ocorrem as reuniões;

V - Arquivos contendo as atas das reuniões e resoluções aprovadas.

Parágrafo único. Os arquivos citados no inciso V deverão ser disponibilizados no ícone “Conselhos Municipais” no site da Prefeitura Municipal até 30 (trinta) dias após confeccionados.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, 25 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 25/04/2022.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1006/2022

LEI Nº 1006/2022

DATA: 27 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: "AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ A OUTORGAR CESSÃO DE DIREITO DE USO DE EQUIPAMENTOS DE DOMÍNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder para a Associação dos Beneficiários Pro Asfalto MT 130 Trecho Entre Rios, CNPJ nº 22.679.920/0001-10, localizada na Av. Airton Sena, Quadra 116, Lote 02, Distrito de Entre Rios, Nova Ubiratã – MT, mediante contrato de cessão de uso não oneroso, o uso dos seguintes equipamentos de domínio público:

Número da Placa	Descrição do Item	Estado de Conservação
22623	Plaina Traseira Hidráulica Multiuso Cor Vermelha – Modelo PAT 500	Novo

Art. 2º. A Associação beneficiada com o item acima descrito será a Associação dos Beneficiários Pro Asfalto MT 130 Trecho Entre Rios, CNPJ nº 22.679.920/0001-10, localizada na Av. Airton Sena, Quadra 116, Lote 02, Distrito de Entre Rios, Nova Ubiratã – MT.

Art. 3º. O uso concedido destina-se a implantação de atividades afins da cessionária, para atender a necessidade da agricultura familiar daquela localidade.

Art. 4º. O equipamento a ser concedido reverterá ao patrimônio do Município se, em qualquer tempo, cessar sua utilização no fim especificado no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º. A cessão de uso será outorgada pelo prazo de três (03) anos, podendo ser prorrogado a juízo da municipalidade, mediante Lei.

Art. 6º. A cessão de uso será outorgada por Contrato de Cessão de Direito de Uso, no qual, além dos dispositivos supra, constará a obrigação da Cessionária de manter e conservar os equipamentos em permanentes condições de uso, sem ônus ao erário público municipal.

Art. 7º A Associação deverá anualmente apresentar Laudo de vistoria das condições gerais dos equipamentos, sendo pré-requisito o resultado final do Laudo, "em boas condições de uso".

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1011/2022

LEI MUNICIPAL Nº 1011/2022

DATA: 28 DE ABRIL DE 2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro mil reais)**, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusões de dotações e fontes de recursos não consignadas no Orçamento vigente:

Órgão: 11 SEC. INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO E CULTURA

Unidade: 002 Departamento de Cultura

Função: 13 Cultura

Subfunção: 392 Difusão Cultural

Programa: 0015 - Incentivando a Cultura

Projeto/Atividade: 2014 - Manutenção de Ativ. do Departamento de Cultura

Natureza de Despesa:

3350.41.0000 – Contribuições.....
..R$ 44.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.....
..R$ 44.000,00

TOTAL GERAL..... R$ 44.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no Artigo 1º, serão utilizados os recursos provenientes de Anulação Total ou Parcial de Dotações em conformidade do artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64.

Órgão: 11 SEC. INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO E CULTURA

Unidade: 002 Departamento de Cultura

Função: 13 Cultura

Subfunção: 392 Difusão Cultural

Programa: 0015 - Incentivando a Cultura

Projeto/Atividade: 2059 - Apoio a Eventos Culturais e Folclóricos

Natureza de Despesa:

(Red. 633) 3390.39.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R$ 44.000,00

Fonte de Recurso:

0.1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.....
...R$ 44.000,00

TOTAL GERAL..... R$ 44.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reforços orçamentários nos créditos abertos no Artigo 1º, nos termos §1º inciso I e III do artigo 43, da Lei federal 4.320/64, até o limite estabelecido no artigo 1º da Lei Municipal 970/2021 de 09 de novembro de 2021.

Art. 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 951/2021 de 31 de Agosto de 2021 – PPA 2022/2025, Lei Municipal nº 962/2021 de 14 de Outubro de 2021 – LDO 2022 e Lei Municipal nº 971/2021 de 09 de Novembro de 2021 – LOA 2022, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE ABRIL DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 28/04/2022.

FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 765/2022

PORTARIA N.º 765/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 28 de abril de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Edimar Bento da Silva**, Professor, Matrícula Funcional 3993, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 18/4/2022 a 17/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 764/2022

PORTARIA N.º 764/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 1990/2021 que dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviços nº 53/2.021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Pantanal Gestão e Tecnologia Ltda** que tem por objeto *Adesão a Ata de Registro de Preços nº 033/2021, oriunda do Pregão Presencial 033/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, que tem por objeto o registro de preço para prestação do serviço de gestão de compras e materiais de construção em geral, com objetivo de atender as necessidades das secretarias municipais do município de Nova Xavantina-MT* – **Pregão Presencial nº 054/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º O inciso XIII do art. 1º da Portaria n.º 1990/2021 que "nomeia os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) técnico do **Contrato de Prestação de Serviços nº 53/2.021**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria" passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

.....

Art. 1º .....

.....

XIII – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

.....

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 754/2022

PORTARIA N.º 754/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Antonio Cirqueira Alves**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 165, Secretaria Municipal da Educação, referente ao período aquisitivo de 1/2/2021 a 31/1/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 25/4/2022 a 24/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 29 de abril de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 755/2022

PORTARIA N.º 755/2022

Revoga em todos os seus termos a Portaria n.º 737/20222 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Revogar em todos os seus termos a Portaria n.º 737/2022 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Marta Aparecida de Melo****, Fiscal Sanitário, Matrícula Funcional 3413, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/7/2020 a 2/7/2021.*"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.405, DE 3 DE MAIO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.405, DE 3 DE MAIO DE 2022

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.396/2022 que autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros a terceiros e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Xavantina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n.º 2.396, de 26 de abril de 2022, passa a vigorar com a seguinte retificação:

"Art. 1º .....

Onde se lê:

"que será realizada no **período de 5 a 7 de maio de 2022."**

Leia-se:

"que será realizada no **período de 4 a 7 de maio de 2022.**"

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 3 de maio de 2022

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
COVID-19: PORTARIA N.º 768/2022

PORTARIA N.º 768/2022

Dispõe sobre isolamento(s) social/afastamento(s) de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população novaxavantinense;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Xavantina deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **resolve**:

Art. 1º De acordo com *Atestado Médico,* determinar, como medida preventiva, o isolamento/afastamento social do(a) servidor(a) público(a) municipal **Aliane Borges Leal**, Médico Veterinário, Matrícula Funcional 4631, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo período compreendido de 27/4/2022 a 3/5/2022.

Art. 2º O(a) servidor(a) em isolamento social/afastamento será submetido a nova perícia médica, quando da expiração do período de isolamento/afastamento para verificar a necessidade de continuidade do isolamento/afastamento ou aptidão para retornar ao exercício do cargo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.403, DE 3 DE MAIO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.403, DE 3 DE MAIO DE 2022

*Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 1.189/2006**, e dá outras providências.***

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O Artigo 14, da lei Municipal n.º 1.189, de 02 de outubro de 2006, passa a vigorar a partir desta data com a seguinte redação:

"**Art. 14.** As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do art. 13 serão de **14,92% (quatorze vírgula noventa e dois por cento), referente ao custo normal e 2,00 % (dois por cento) referente a taxa de administração, totalizando 16,92% (dezesseis vírgula noventa e dois por cento) para o Município** e 14% (quatorze por cento) para os segurados, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição"

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 3 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.402, DE 3 DE MAIO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.402, DE 3 DE MAIO DE 2022

*** PROJETO DE LEI Nº 006 DE 18 DE ABRIL DE 2022**

Denomina Logradouro Público Municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Gross, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o estacionamento das ambulâncias localizado na parte externa do Hospital Municipal Drº Daércio Oliveira de Morais com a seguinte denominação:

ESTACIONAMENTO DAS AMBULÂNCIAS – ROMÃO BARBOSA SILVA

Art. 2º O Poder Executivo Municipal terá prazo de 30 (trinta) dias contados da sanção da presente Lei, para fixar placa denominativa no local.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 3 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

*** Projeto de lei de autoria e redação do Legislativo Municipal.**

RH
COMUNICADO DE NÃO COMPARECIMENTO

O Município de Nova Xavantina - MT, através da Gerência de Gestão de Pessoas torna público que a candidata **REGIANE BATISTA DOS SANTOS** não compareceu para providências de contratação dentro do prazo legal **(20/04/2022 A 30/04/2022),** a mesma foi convocada através do 08º Edital de convocação com data de 19 de abril de 2022, publicada em 20 de abril de 2022 no Diário Oficial dos Municípios - AMM, edição de nº. 3. 964, no site www.novaxavantinamt.com.br, no Mural Oficial Público na Sede da Prefeitura Municipal, bem como entramos em contato aplicativo de whatsapp, para exercer o cargo de **TÉCNICO EDUCACIONAL DO DESENVOLVIMENTO INFALTIL - TEDI .**

De acordo com o Artigo 18 § 4º da Lei Municipal nº 2.340/2021, bem como, o item nº. 11.3. do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2021, por não comparecer para providências (entrega de documentos) de contratação dentro do prazo legal **torna-se sem efeito a respectiva convocação.**

Nova xavantina, MT, 03 de maio de 2022.

Ingrid Sandy Martins Gomes Leandro César Esteves

Gerente da Gestão de Pessoas Assistente Administrativo

COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO
RESULTADO PRELIMINAR PROVA OBJETIVA - EDITAL Nº 01/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2021

RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

A Comissão Interna do Processo Seletivo Público nº 01/2021, torna público o resultado preliminar (passível de recurso) das provas objetivas, para os cargos de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, conforme apresentado abaixo:

NOME DO CANDIDATO	VAGA	Língua Portuguesa 10 questões	Noções de Administração Pública 10 questões	Conhecimentos Específicos 10 questões	Total de Pontos
SHEILA ROSA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	3	1	6	**4**
LUCIANA DA SILVA CARDOSO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	2	1	5	**3,25**
LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	3	0	5	**3,25**
LUCIANE FERREIRA CABRAL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	2	4	2	**2,5**
BIANCA ROCHA DO SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
VILMAÍRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
JOSENEIA NAVES DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	1	2	9	**5,25**
MÁRCIA BARBOSA HONÓRIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	3	1	8	**5**
ABIQUEYLA XAVIER KLOSINSKI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	3	0	7	**4,25**
ANETUSA CORTEZ GOMES DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	3	2	4	**3,25**
GLEICILANE BARBOSA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	3	1	5	**3,5**
GLEIBIANE GONÇALVES LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	2	5	2	**2,75**
SUELLEN SOUZA ARAÚJO AZEVEDO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	2	0	7	**4**
GLEICA GONÇALVES LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	2	2	4	**3**
ANDRE LUIZ PEREIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	2	0	5	**3**
NAYARA OLIVEIRA FERNANDES BERTÉ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	1	2	3	**2,25**
ANDRÉIA QUIRINO DE SOUZA SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	1	2	2	**1,75**
NILVA MENDIS ARAUJO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	3	1	1	**1,5**
TAYNARA ALVES DOS SANTOS SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	1	4	**2,25**
ANA PAULA RIBEIRO DOS PASSOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
FRANCIELLE PAULA PRICINOTE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
MARENILDA RODRIGUES DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
FERNANDA BERNARDINA NOGUEIRA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	3	2	7	**4,75**
PAMALLA KAROLAYNE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	3	0	7	**4,25**
ROSICLEIA NAZARE ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	1	3	5	**3,5**

BEATRYZ ARRUDA DE SOUZA RODRIGUES CAMPOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	2	1	5	**3,25**
TAMURAIA FERREIRA PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	0	0	4	**2**
AGHIZA ZAMARA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
ELIZABETHE VICTORINO GONÇALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
ÉRICA DE SOUZA SANTANA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	2	2	6	**4**
ROSIMEIRE BEZERRA ALVES WITTER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	3	2	3	**2,75**
LOREN LAY LIMA DE MENDONCA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	2	0	5	**3**
ANA CLAUDIA AMANCIO SANTANA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
WALISSON BARBOSA CARVALHO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
BEATRIZ MAIA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	4	1	5	**3,75**
ANA LÍDIA DIONÍZIA LUZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	2	2	5	**3,5**
CRISTIANE RIBEIRO DA COSTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	1	3	5	**3,5**
GISELE AMORIM SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	2	3	4	**3,25**
SHIRLEY FERREIRA ROSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	2	0	7	**4**
ANA CRISTINA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	2	1	5	**3,25**
DANIELLA CAMARGO OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	1	1	6	**3,5**
LUCIANA BEZERRA ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	3	0	3	**2,25**
EDIVANIA SILVA LEMOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	2	2	2	**2**
LUCILENE DUARTE DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	1	2	3	**2,25**
LUCICLEIA PAIVA BORGES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	1	1	1	**1**
LEIDIANE FEDRIGO NOGUEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
DYEGO NATTANN MARTINS TELES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	1	2	3	**2,25**
THAÍS APARECIDA DA SILVA FERNANDES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
ALEXANDRE SILVA DO NASCIMENTO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	2	6	**4,5**
BRUNA FERREIRA QUEIROZ	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	3	5	**4,25**
TANIA CHRISTINA SCHOSSLER DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	3	5	**4,25**
JAQUELINE FARIAS GOMES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	3	1	8	**5**
LUAN BENTO DE OLIVEIRA FARIAS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	3	6	**4,25**
GRACIELLE RIBEIRO DOS REIS BARBOSA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	1	6	**4,25**
NICOLLE MESQUITA CORREIA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	3	3	5	**4**
FABIANE BRUNA DOS SANTOS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	2	6	**4**
MARCILENE MOREIRA MARTINS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	1	1	8	**4,5**
TONI DJEIMISON SOUZA SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	1	7	**4,25**
LUCAS COELHO DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	3	2	5	**3,75**
HISVETISLANIA COSTA SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	1	3	6	**4**
IRENI MARQUES DA SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	2	5	**3,5**
LÉIA SANTOS SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	1	2	6	**3,75**
RICARDO FRANKLHIN ALVES GUILHERME	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	3	2	**2,75**
WERICA RODRIGUES FERNANDES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	3	3	2	**2,5**
MÁRCIA ANTÔNIO DA SILVA CARDOSO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	1	7	**3,75**
GISELE PEREIRA FONSECA LOPES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	1	4	**2,75**
GUILHERME HENRIQUE SOUZA BRITO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	3	1	3	**2,5**
MARIA PEREIRA DE LIMA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	1	2	3	**2,25**

RUTE DE OLIVEIRA SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	3	3	**2,25**
FERNANDA CRISTINA NERES LIMA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	1	1	3	**2**
JULIA GABRIELY LIMA DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	1	2	**1,75**
ANA PAULA MARTINS SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
FABIANA SOUZA GALVÃO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
GISLENE PEREIRA FONSECA OLIVEIRA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
JOAO BERTO DE SOUZA NETO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
KARLA LOPES RIBEIRO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
MANASSÉS DA SILVA BORGES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
MONNIQUEM PAULA DO NASCIMENTO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**

Nada mais havendo a declarar, essa Comissão assina a presente.

Nova Xavantina - MT, 02 de maio de 2022.

Lilian Rocha - Presidente da Comissão

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.632, DE 2 DE MAIO DE 2022.

DECRETO N.º 4.632, DE 2 DE MAIO DE 2022.

Declara ponto facultativo e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando que no dia 22 de abril de 2022, os órgãos públicos decretaram ponto facultativo, exceto a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina;

Considerando que no período de 4 a 7 de maio de 2022, será realizado no nosso município o evento *Exponova Nova Xavantina*;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública; **Decreta:**

Art. 1º Declarar ***ponto facultativo*** no dia **6 de maio de 2022 (sexta-feira),** nos órgãos da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Excluem-se do ponto facultativo de que trata o *caput* deste artigo, os seguintes serviços:

I - os inerentes ao Hospital Municipal Dr. *Daércio de Oliveira Morais* e os órgãos a ele vinculados;

II – os da limpeza urbana;

III – os escalonamentos de trabalho de acordo com a demanda de cada Secretaria.

Art. 2º Excepcionalmente, **no dia 5 de maio de 2022** (quinta-feira), o **expediente será das 12 às 18 horas**, na sede da Prefeitura Municipal e nas sedes das seguintes Secretarias: de Educação, de Esportes e Lazer, de Assistência Social, de Saúde, de Meio Ambiente e Desenvolvimento e de Turismo e Cultura.

Art. 3º A Administração Municipal se reserva ao direito de convocar quaisquer servidor(a) público(a) municipal para desempenhar suas atribuições no ponto facultativo de que trata o art. 1º deste decreto, sem que isso acarrete ônus para o município.

Art. 4º Ficará sob a responsabilidade de cada Secretário(a), Chefe de Direção, Gerente e Chefe de Divisão a divulgação e afixação de comunicado informando os horários de expediente e funcionamento de cada setor, bem como oficiar previamente a Gerência de Gestão de Pessoas os escalonamentos de trabalho dos servidores de cada órgão.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 766/2022

PORTARIA N.º 766/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 28 de abril de 2022, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Jeane Henrrique Policarpo**, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção de Infraestrutura, Matrícula Funcional 3887, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 25/4/2022 a 9/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.636, DE 2 DE MAIO DE 2022.

DECRETO N.º 4.636, DE 2 DE MAIO DE 2022.

Revoga em todos os seus termos o Decreto n.º 4.609/2022 que dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o Ofício nº 119/2022/SMA/GGP da Gerência de Gestão de Pessoas; **Decreta**:

Art. 1º Revoga em todos os seus termos o Decreto n.º 4.609, de 19 de abril de 2022 que "*Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **Carolline Rezende Malvina**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4374, da Classe/Nível D/1 para a Classe/Nível D/2, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 4/2019 a 4/2022.*"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 762/2022

PORTARIA N.º 762/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Vera Lúcia Alves Teixeira**, Atendente, Matrícula Funcional 3813, Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/4/2013 a 14/4/2018.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 9/5/2022 a 8/6/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 752/2022

PORTARIA N.º 752/2022

*Dispõe sobre a exoneração de **Aline Katiuscia dos Anjos Souza**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e demais legislação que trata da matéria; considerando Notificação: CGM/Nº 020/2022; **resolve**:

Art. 1º Exonerar **Aline Katiuscia dos Anjos Souza**, que exercia a função comissionada de *Chefe da Direção Epidemiológica da COVID-19,* junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 671/2022.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 29 de abril de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.637, DE 2 DE MAIO DE 2022.

DECRETO N.º 4.637, DE 2 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 4.495, de 14 de fevereiro de 2022, que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação*; e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que foi realizado o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 35/2022*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 35/2022***; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) servidor(a) público(a) municipal**Zenailde Aparecida Alves Cerqueira Marques**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 1040, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento (1º Adicional de Qualificação – curso técnico), para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/4/2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 4621/2022.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 763/2022

PORTARIA N.º 763/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servido-*

res Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Selma Maria Honostório**, Atendente, Matrícula Funcional 3813, Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 29/9/2014 a 28/9/2019.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 27/4/2022 a 25/4/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 753/2022

PORTARIA N.º 753/2022

*Dispõe sobre a exoneração de **Danillo Camargo Oliveira**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e demais legislação que trata da matéria; Considerando NOTIFICAÇÃO: CGM/Nº 020/2022; **resolve**:

Art. 1º Exonerar Danillo Camargo Oliveira, que exercia a função em confiança de Chefe da Direção de Gestão – Responsável Técnico COVID-19, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 22/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de janeiro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.401, DE 3 DE MAIO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.401, DE 3 DE MAIO DE 2022

*** PROJETO DE LEI Nº 009 DE 25 DE ABRIL DE 2022**

Altera o Anexo da Lei Municipal nº 2.355/2021 e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Gross, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O anexo IV da Lei Municipal nº 2.355/2021 que dispõe sobre a Consolidação da Organização e Estrutura Administrativa dos Serviços da Câmara Municipal de Nova Xavantina, e do plano de cargos e remuneração, Cria e Classifica Cargos, aprova Quadro de Pessoal e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação.

ANEXO IV

I - Comissões e Funções Gratificadas				
Símbolo	**Cargo**	**Requisitos**	**Nº de Vaga**	**Gratificação servidor Efetivo e/ou Comissionado**
GF	Membros da Comissão Permanente de Assessoramento de Compras e Licitação	Ter conhecimento sobre Administração Pública, Contratos Administrativos e Licitações.	04	R$ 1.050,80
GF	Presidente da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	Ser servidor efetivo, e, ter curso superior, e conhecimento em Administração Pública.	01	R$ 1.576,20 Por Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, e enquanto durar
GF	Membros da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	Ser servidor efetivo, e ter curso superior, e conhecimento em Administração Pública.	03	R$ 1.050,80 Por Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, e enquanto durar
GF	Membros da Comissões Temporárias	Ser servidor efetivo, e ter curso superior, e conhecimento em Administração Pública.	De acordo com a complexidade do ato ou procedimento	R$ 1.050,80
GF	Tesoureiro(a)	Ser servidor efetivo, ter curso superior.	01	R$ 1.050,80
GF	Agente de Compras	Ser servidor efetivo, e ter curso superior, reputação ilibada e conhecimento sobre Administração Pública e Licitações e Contratos Administrativos (lei 14.133/21.	01	R$ 1.050,80

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022 e revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 3 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

*** Projeto de lei de autoria e redação do Legislativo Municipal.**

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 023/2022

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **J NASSER EVENTOS E PUBLICIDADES EIRELI**, Inscrito no **CNPJ n.º 06.183.350/0001-17**. O presente contrato tem por objeto a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2022, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 015/2022, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, QUE TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO DOS EVENTOS, COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato é deR$ 271.640,00 (duzentos e setenta e um mil seiscentos e quarenta reais).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 756/2022

PORTARIA N.º 756/2022

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviços n.º 023/2.022**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **J Nasser Eventos e Publicidade Eirelli** que tem por objeto *adesão a Ata de Registro de Preços nº 011/2022, oriunda do Pregão Presencial 015/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, que tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada para organização e pós-produção dos eventos, com objetivo de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura* – **Pregão Presencial nº 010/2.022***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) técnico do **Contrato de Prestação de Serviços n.º 023/2.022**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

III – Sueli de Fátima Ribeiro da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 1000.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* **do Contrato de Prestação de Serviços n.º 023/2.022** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 759/2022

PORTARIA N.º 759/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marina Silva dos Santos**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 49, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/8/2020 a 1/8/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/5/2022 a 14/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 767/2022

PORTARIA N.º 767/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 28 de abril de 2022, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Pamela Rodrigues dos Santos**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4294, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Gabinete e Assessorias, pelo período de 26/4/2022 a 9/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 771/2022

PORTARIA N.º 771/2022

Dispõe sobre a nomeação de ***Andressa Medrado Mesquita****, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2018**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público;

Por fim, considerando que o(a) candidato(a) foi aprovado(a) em Concurso Público Municipal, ficando classificado(a) em 25º lugar para o cargo de ***Assistente Administrativo***;

Por fim, considerando a viabilidade do pleito conforme o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 36/2022***; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Andressa Medrado Mesquita***, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de ***Assistente Administrativo***, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.340/2021 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang | **Prefeito Municipal**

COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA - EDITAL Nº 01/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2021

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

A Comissão Interna do Processo Seletivo Público nº 01/2021, verificou inconsistência no sistema de leitura dos gabaritos, e por tal fato, torna pública a RETIFICAÇÃO (passível de recurso) do resultado preliminar das provas objetivas, para os cargos de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, conforme apresentado abaixo:

Nome do Candidato	VAGA	Língua Portuguesa	Noções de Administração Pública	Conhecimentos Específicos	Total de Pontos
SHEILA ROSA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	5	4	6	5,25
LUCIANA DA SILVA CARDOSO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	6	4	5	5
LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	3	3	5	4
LUCIANE FERREIRA CABRAL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	6	6	2	4
BIANCA ROCHA DO SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
VILMAÍRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 01 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
JOSENEIA NAVES DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	4	7	9	7,25
ABIQUEYLA XAVIER KLOSINSKI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	8	6	7	7
MÁRCIA BARBOSA HONÓRIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	7	4	8	6,75
SUELLEN SOUZA ARAÚJO AZEVEDO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	6	4	7	6
ANETUSA CORTEZ GOMES DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	7	4	4	4,75
TAYNARA ALVES DOS SANTOS SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	6	3	4	4,25
ANDRE LUIZ PEREIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	4	2	5	4
GLEICA GONÇALVES LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	6	2	4	4
GLEICILANE BARBOSA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	2	4	5	4
GLEIBIANE GONÇALVES LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	3	3	3	3
NAYARA OLIVEIRA FERNANDES BERTÉ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	4	2	3	3
ANDRÉIA QUIRINO DE SOUZA SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	4	2	2	2,5
NILVA MENDIS ARAUJO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	2	1	1	1,25
ANA PAULA RIBEIRO DOS PASSOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
FRANCIELLE PAULA PRICINOTE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
MARENILDA RODRIGUES DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 02 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
FERNANDA BERNARDINA NOGUEIRA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	6	5	7	6,25
PAMALLA KAROLAYNE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	6	4	7	6
BEATRYZ ARRUDA DE SOUZA RODRIGUES CAMPOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	7	4	5	5,25
TAMURAIA FERREIRA PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	5	6	4	4,75
ROSICLEIA NAZARE ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	5	2	5	4,25
AGHIZA ZAMARA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
ELIZABETHE VICTORINO GONÇALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 03 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	0
ÉRICA DE SOUZA SANTANA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	6	9	6	6,75
LOREN LAY LIMA DE MENDONCA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	7	2	5	4,75

ROSIMEIRE BEZERRA ALVES WITTER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	3	4	3	**3,25**
ANA CLAUDIA AMANCIO SANTANA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
WALISSON BARBOSA CARVALHO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 04 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
SHIRLEY FERREIRA ROSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	7	3	7	**6**
CRISTIANE RIBEIRO DA COSTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	6	6	5	**5,5**
BEATRIZ MAIA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	5	5	5	**5**
DYEGO NATTAN MARTINS TELES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	5	5	5	**5**
DANIELLA CAMARGO OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	6	1	6	**4,75**
LUCIANA BEZERRA ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	5	5	3	**4**
ANA CRISTINA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	3	3	5	**4**
GISELE AMORIM SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	4	3	4	**3,75**
LUCICLEIA PAIVA BORGES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	7	5	1	**3,5**
LUCILENE DUARTE DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	7	1	3	**3,5**
ANA LÍDIA DIONÍZIA LUZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	1	2	5	**3,25**
EDIVANIA SILVA LEMOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	5	1	2	**2,5**
LEIDIANE FEDRIGO NOGUEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
THAÍS APARECIDA DA SILVA FERNANDES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS 05 - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
MARCILENE MOREIRA MARTINS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	7	10	8	**8,25**
JAQUELINE FARIAS GOMES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	9	8	**7,5**
TONI DJEIMISON SOUZA SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	6	5	7	**6,25**
TANIA CHRISTINA SCHOSSLER DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	8	6	5	**6**
HISVETISLANIA COSTA SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	6	6	**5,75**
LUAN BENTO DE OLIVEIRA FARIAS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	6	6	**5,75**
ALEXANDRE SILVA DO NASCIMENTO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	6	4	6	**5,5**
LÉIA SANTOS SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	6	4	6	**5,5**
BRUNA FERREIRA QUEIROZ	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	6	5	5	**5,25**
GRACIELLE RIBEIRO DOS REIS BARBOSA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	7	2	6	**5,25**
RICARDO FRANKLHIN ALVES GUILHERME	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	4	6	**5,25**
FABIANE BRUNA DOS SANTOS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	3	6	**5**
LUCAS COELHO DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	7	3	5	**5**
NICOLLE MESQUITA CORREIA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	6	4	5	**5**
MÁRCIA ANTÔNIO DA SILVA CARDOSO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	3	7	**4,75**
IRENI MARQUES DA SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	3	5	**4,25**
GISELE PEREIRA FONSECA LOPES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	2	4	4	**3,5**
JULIA GABRIELY LIMA DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	5	2	**3,25**
MARIA PEREIRA DE LIMA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	3	3	**3,25**
FERNANDA CRISTINA NERES LIMA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	1	3	**3**
GUILHERME HENRIQUE SOUZA BRITO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	4	2	3	**3**
WERICA RODRIGUES FERNANDES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	5	3	2	**3**
RUTE DE OLIVEIRA SOUZA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	3	1	3	**2,5**
ANA PAULA MARTINS SILVA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
FABIANA SOUZA GALVÃO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
GISLENE PEREIRA FONSECA OLIVEIRA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**

JOAO BERTO DE SOUZA NETO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
KARLA LOPES RIBEIRO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
MANASSÉS DA SILVA BORGES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**
MONNIQUEM PAULA DO NASCIMENTO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	0	0	0	**0**

Nada mais havendo a declarar, essa Comissão assina a presente.

Nova Xavantina - MT, 03 de maio de 2022.

Lilian Rocha - Presidente da Comissão

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 769/2022

PORTARIA N.º 769/2022

*Dispõe sobre a nomeação de **Luzia Vieira da Silva**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2017**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público;

Por fim, considerando que o(a) candidato(a) foi aprovado(a) em Concurso Público Municipal, ficando classificado(a) em 10º lugar para o cargo de ***Técnica de Enfermagem***;

Por fim, considerando a viabilidade do pleito conforme o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 36/2022***; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Luzia Vieira da Silva***, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de ***Técnica de Enfermagem***, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.340/2021 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 772/2022

PORTARIA N.º 772/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Daniela Benassi Carreta**, Odontóloga, Matrícula Funcional 691, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/4/2021 a 15/4/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 23/5/2022 a 1/6/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 760/2022

PORTARIA N.º 760/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Thamyrys Nakayra Cândido Barzotto**, fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3407, Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2020 a 2/11/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 11/5/2022 a 20/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/ 2022

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**GREONYS SILVA DOS REIS,** inscrita no **CNPJ nº 34.086.064/0001-79**. O objeto REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, LAVANDERIA E EQUIPAMENTOS, ATENDENDO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM COMODATO DE DOSADORES AUTOMÁTICOS. A presente Ata de Registro de preço terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2.022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2.022 - objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E SEGURANÇA DO TRABALHO**. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 04/05/2.022 às 12h00 (horário de Brasília - DF); DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 18/05/2.022 às 08h30 (horário de Brasília - DF); DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 18/05/2.022 às 08h30 (horário de Brasília - DF); INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 18/05/2.022 às 09h00 (horário de Brasília - DF). Nos termos do art. 4º- G da Lei nº 13.979/20, ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e sites https://www.novaxavantina.mt.gov.br/Publicacoes/Li... e www.bll.org.br . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br .

Nova Xavantina – MT, 03 de maio de 2.022.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial.

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 761/2022

PORTARIA N.º 761/2022

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Tainara Cardoso Farias**, Agente Comunitário de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 3928, Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/12/2014 a 15/12/2019.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/5/2022 a 31/5/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.635, DE 2 DE MAIO DE 2022.

DECRETO N.º 4.635, DE 2 DE MAIO DE 2022.

Revoga em todos os seus termos o Decreto n.º 4.597/2022 que dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 4.495, de 14 de fevereiro de 2022, que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação*; e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o Ofício nº 119/2022/SMA/GGP da Gerência de Gestão de Pessoas; **Decreta**:

Art. 1º Revogar em todos os seus termos o Decreto n.º 4.597, de 19 de abril de 2022 que "*Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) servidor(a) público(a) municipal **Adriana Stefani Trindade**,Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4375, lotado(a) junto a Procuradoria Geral, a importância equivalente a 30% (trinta por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento (1º Adicional de Qualificação – Graduação), para todos os efeitos legais.*"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

RH
COMUNICADO DE NÃO COMPARECIMENTO

O Município de Nova Xavantina - MT, através da Gerência de Gestão de Pessoas torna público que a candidata **JESSIKA DE ARAUJO BEZERRA** não compareceu para providências de contratação dentro do prazo legal **(20/04/2022 A 30/04/2022),** a mesma foi convocada através do 08º Edital de convocação com data de 19 de abril de 2022, publicada em 20 de abril de 2022 no Diário Oficial dos Municípios - AMM, edição de nº. 3.964, no site www.novaxavantinamt.com.br, no Mural Oficial Público na Sede da Prefeitura Municipal, bem como entramos em contato aplicativo de whatsapp, para exercer o cargo de **TÉCNICO EDUCACIONAL DO DESENVOLVIMENTO INFALTIL - TEDI .**

De acordo com o Artigo 18 § 4º da Lei Municipal nº 2.340/2021, bem como, o item nº. 11.3. do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2021, por não comparecer para providências (entrega de documentos) de contratação dentro do prazo legal **torna-se sem efeito a respectiva convocação.**

Nova xavantina, MT, 03 de maio de 2022.

Ingrid Sandy Martins Gomes Leandro César Esteves

Gerente da Gestão de Pessoas Assistente Administrativo

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 758/2022

PORTARIA N.º 758/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marta Rezende Gomes**, Atendente, Matrícula Funcional 3686, Secretaria Municipal da Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 3/7/2020 a 2/7/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/5/2022 a 31/5/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 757/2022

PORTARIA N.º 757/2022

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 11/2022**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Cooperativa de Trabalho Vale do Teles Pires** que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços manutenção predial e outros, com fornecimento de mão de obra e respectivos equipamentos de proteção e fardamentos do tipo, pedreiro, ajudante de pedreiro, eletricista, auxiliar de eletricista, pintor, jardineiro, assentador de tubos, serviço de entregas rápidas, serralheiro, auxiliar de serralheiro, auxiliar de serviços gerais, agente administrativo, motorista, monitor escolar e operador de maquinas no município de Nova Xavantina* – **Pregão Presencial nº 3/2022***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) técnico da **Ata de Registro de Preços nº 11/2022**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Herick Bruno Mattos Santos, Divisão de Terras, Matrícula Funcional 4258;

II – Vyvyanne Antunes Tolotti, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4103;

III – Samara Maria dos Reis Dantas, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4261;

IV – Leandro Cesar Esteves, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4390;

V – José Silveira Dias, Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Matricula Funcional 4272;

VI – Aliane Borges Leal, Médico Veterinário, Matrícula Funcional 4631;

VII – Vanderlene Maria de Oliveira, Gerência de Serviços e Conservação, Matrícula Funcional 1178;

VIII – Moises Correia de Oliveira, Apoio Administrativo Educacional – transporte – profissionalizante;

IX – Valdir Camilo da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 1055;

X – Luis Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XI – Antonio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

XII – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

XIII – Mauricio Franca da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 4325;

XIV – Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional – Vigilância – não profissionalizado, Matrícula Funcional 3327;

XV – Airson Caetano de Moura, Gerencia de Eventos, Matrícula Funcional 810;

XVI – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

XV – Eliane Silveira Dias, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3652;

XVI – Lilian da Rocha, Direção de Gestão Administrativa em Saúde, Matrícula Funcional 3889;

XVII – Thiago Jocelio Moreira Sales, Fiscal Sanitário, Matrícula Funcional 3410;

XVIII – Caroline Rezende Malvina, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4374;

XIX – Luciana Bavaresco, Enfermeira, Matrícula Funcional 3430;

XX – Daianna Jessica Rocha Batista, Gerencia RT de Enfermagem Hospitalar, Matrícula Funcional 4453;

XXI – Katia Regina Batista, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3616;

XXII – Afannazio Jazadji Ferreira Berto, Enfermeiro, Matrícula Funcional 4124.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* **do Ata de Registro de Preços nº 11/2022** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2022

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES,** inscrita no **CNPJ nº 21.679.098/0001-25**. O objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREDIAL E OUTROS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E FARDAMENTOS DO TIPO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA, PINTOR, JARDINEIRO, ASSENTADOR DE TUBOS, SERVIÇO DE ENTREGAS RÁPIDAS, SERRA-

LHEIRO, AUXILIAR DE SERRALHEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AGENTE ADMINISTRATIVO, MOTORISTA, MONITOR ESCOLAR E OPERADOR DE MAQUINAS NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. A presente Ata de Registro de preço terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 770/2022

PORTARIA N.º 770/2022

*Dispõe sobre a nomeação de **Naiara Correa Santos**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2018**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público;

Por fim, considerando que o(a) candidato(a) foi aprovado(a) em Concurso Público Municipal, ficando classificado(a) em 24º lugar para o cargo de ***Assistente Administrativo***;

Por fim, considerando a viabilidade do pleito conforme o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 36/2022***; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Naiara Correa Santos***, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de ***Assistente Administrativo***, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.340/2021 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de maio de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.404 DE 3 DE MAIO DE 2022

LEI MUNICIPAL N.º 2.404 DE 3 DE MAIO DE 2022

Autoriza abertura de créditos adicionais especial dentro do orçamento vigente e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano de 2.022, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964, com a finalidade de criar dotações orçamentárias, no valor de R$ 287.000,00 (Duzentos e oitenta e sete mil reais) destinado a custear despesas relativas a aquisição de caminhonete, na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL).

Art. 2º O crédito adicional especial definido no artigo 1º, terá a seguinte classificação orçamentária:

06 — Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

06.001 — Esporte e Lazer

27 — Desporto e Lazer

27.812 — Desporto Comunitário

27.812.0011 — Desenvolvimento das Atividades da Secretaria de Esportes e Lazer

27.812.0011.1062 — Aquisição de Caminhonete

4.4.90.52.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente....R$ 287.000,00

Art. 3º O Crédito adicional especial de que trata o artigo 1º será coberto pelo excesso de arrecadação, em conformidade com o inciso II do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e pela anulação parcial da dotação orçamentária 06.001.27.812.0011.1018.4.4.90.51.00.00.00, em conformidade com o inciso III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

Art. 4º O Crédito adicional especial de que trata o artigo 1º, será detalhado pelas seguintes fontes:

1.5.00.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos.....R$ 27.000,00

1.7.01.000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.....R$ 260.000,00

Art. 5º Fica atualizado o Demonstrativo "Quadro de Detalhamento da Despesa" anexo da Lei nº 2.334 de 14 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2022 atualizando os elementos de despesas na fonte de recurso conforme acima relacionado.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 3 de maio de 2022

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUMPS
ATA 100 - FUMPS-CONSELHO CURADOR

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois as treze horas e trinta minutos, no gabinete do prefeito municipal houve uma eleição dos novos membros do conselho curador, aonde ficou eleitos os servidores efetivos os senhores Juliano Gamba e Jonathan giesi, e a senhora melissa raimundi Rodrigues, e mantendo as membros Clarice Rezer e aurelegia. Estiveram presentes na reunião os membros do comitê de investimentos na oportunidade foi definido, o presidente o senhor Juliano gambá, os membros sendo ele Clarice rezer , aureligia , melissa, e o senhor João Carlos de oliveira. Finalizamos a reunião explicando as funções do conselho curador, e falando sobre a certificação dos novos membros encera-se a presente Ata que após lida e assinada por mim melissa raimundi Rodrigues

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 021/2022

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Leandro Souza de Carvalho

Objetivo: Prestação de serviços na função de motorista Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura**.**

Vínculo Legal: 1.374/2022

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: motorista

Valor Global R$: **R$ 20.153,69,20 (Vinte mil cento e cinqüenta e três reais e vinte centavos**).

Data assinatura: 03/05/2022

Vigência: DE 03/05/2022 A 02/05/2023.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Leandro Souza de Carvalho**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N°141/2022

PORTARIA N°141/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora**: Rita Aparecida Vieira,** brasileira, maior, portadora do RG n°0929648-4 SSP/MS e do CPF n°535.736.411-72, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Zeladora,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021 e 2021/2022, a partir do dia 03/05/2022 à 01/06/2022, com retorno aos trabalhos no dia 02/06/2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de maio de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N°143/2022

PORTARIA N°143/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora**: Cleide David Marcilio,** brasileira, maior, portadora do RG n°11597801 SSP/MT e do CPF n°823.123.381-49, lotada na **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer,** no cargo de Apoio Administrativo Educacional**,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir do dia 03/05/2022 à 01/06/2022, com retorno aos trabalhos no dia 02/06/2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de maio de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

TABELA VTN-ANO 2022

Com base no estudo apresentado podemos aferir com 95% de probabilidade e com um intervalo de confiança de 85% de que os valores de terra nua transacionados no município de Novo Horizonte do Norte/MT com base em 01 de janeiro de 2022 a 20 de Abril de 2022 foram conforme tabela abaixo segundo sua aptidão agrícola:

Tabela 20: Valores obtidos para o valor de terra nua conforme as classes de aptidão das áreas. Os valores de Máximo e Mínimo representam com segurança 80% das áreas estimadas.

I II III IV V VI

LAVOURA PASTAGEM

PASTAGEM

PRESERVAÇÃO

	APTIDÃO BOA	APTIDÃO REGULAR	APTIDÃO RESTRITA	PLANTADA NATURAL E SILVICULTURA	DA FAUNA E FLORA
MAX.	R$ 9.989,03	R$ 8.879,14	R$ 7.769,24	R$ 5.549,46 R$ 3.884,62	R$ 2.219,78
MÉDIA	R$ 9.239,91	R$ 8.213,26	R$ 7.186,60	R$ 5.133,29 R$ 3.593,30	R$ 2.053,31
MIN.	R$ 8.490,80	R$ 7.547,38	R$ 6.603,95	R$ 4.717,11 R$ 3.301,98	R$ 1.886,84

Opcionalmente à tabela o valor de VTN poderá ser calculado com base na fórmula obtida pela análise de regressão juntamente com a tabela de índice do Método de Kozma.

$VTN = 5463{,}4\ x + 173{,}95$

Em que:

x é a média ponderada dos valores obtidos utilizando a Tabela de KOZMA.

Portando o valor do VTN 2022 de novo Horizonte do Norte/MT:

Ano	Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Aptidão Regular	Lavoura Aptidão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna ou Flora
2. 022	R$ 9.239,91	R$ 8.213,26	R$ 7.186,60	R$ 5.133,29	R$ 3.593,30	R$ 2.053,31

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPA

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 020/2022

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Valdir Fernandes Couto

Objetivo: Prestação de serviços na função de motorista Lotado na Secretaria Municipal de Educação**.**

Vínculo Legal: 1.374/2022

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: motorista

Valor Global R$: **R$ 20.153,69,20 (Vinte mil cento e cinqüenta e três reais e vinte centavos**).

Data assinatura: 03/05/2022

Vigência: DE 03/05/2022 A 02/05/2023.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Valdir Fernandes Couto**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA N°142/2022

PORTARIA N°142/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora**: Rosangela do Nacimento,** brasileira, maior, portadora do RG n°00143342-5 SSP/MT e do CPF n°006.152.591-03, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir do dia 03/05/2022 à 17/05/2022, com retorno aos trabalhos no dia 18/05/2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de maio de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA/LICITACAO
ERRATA AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP 011/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 014/2022 EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME E EPP

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através do pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial para registro de preços 011/2022 cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Produtos do Gênero Alimentício, Higiene e Limpeza, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos, para atendimento das diversas Secretarias Municipais e seus respectivos Departamentos,** conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital, onde se sagraram vencedoras do certame as empresas:

Onde lê: Edson Mariano Oliveira - ME, inscrita no **CNPJ: 23.345.837/0001-78,** com proposta no valor global de ***R$ 1.715.998,23 (um milhão setecentos e quinze mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos*)**.

Le se: Edson Mariano Oliveira - ME, inscrita no **CNPJ: 23.345.837/0001-78,** com proposta no valor global de ***R$ 2.296,637,10 (dois milhões duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e dez centavos).***

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, disponível também no portal da transparência deste município no endereço eletrônico http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de maio de 2022.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA N°140/2022

PORTARIA N°140/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Art. 1º- Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias ao Servidor**: Half Bronner Rodrigues,** brasileiro, maior, portador do RG n°1765394-0, SSP/MT e do CPF n°031.386.841-73 lotado **na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento,** no cargo de **Agente Administrativo,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021 e 2021/2022, a partir do dia 03/05/2022 à 27/05/2022, com retorno aos trabalhos no dia 28/05/2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de maio de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETÍCIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração

e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2022
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada **por sua Pregoeira Oficial,** designada pela Portaria nº. 247/2021, de 01/10/2021, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **17/05/2022,** às 14H00, para REGISTRO DE PREÇOS para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICIPIO DE NOVO MUNDO – MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 03 de maio de 2022.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira Oficial

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2022
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2022

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 008/2022, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE NOTEBOOKS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS "TELES PIRES", "ÁGUA AZUL" E ESCOLA ESTADUAL "ANDRÉ ANTÔNIO MAGGI" DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT.**

Novo Mundo – MT, em 03 de maio de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2022
PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2022

Tendo em vista o resultado do julgamento das propostas da licitação realizada sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 008/2022, devidamente lavrado em ata, adjudico o seu objeto ao licitante COPTEC COPIADORA LTDA com o valor de R$ R$ R$ 85.073,67 (oitenta e cinco mil setenta e três reais e sessenta e sete centavos) para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS "TELES PIRES", "ÁGUA AZUL" E ESCOLA ESTADUAL "ANDRÉ ANTÔNIO MAGGI" DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT. Por terem sido classificadas no certame DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Novo Mundo – MT, em 03 de maio de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, torna público licitação **às 14h00 horas (Brasília) do dia 16/05/2022, credenciamento** das **13h30 às 14h00**. Os envelopes **nº 01 e 02 deverão ser entregues até às 14h00, na Sala de Licitações. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA INTERMEDIAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE 03 (TRÊS) BANDA MUSICAL DE NÍVEL REGIONAL PARA APRESENTAÇÃO DURANTE DA REALIZAÇÃO DO EVENTO "EXPONOVO 2022, QUE SERÁ REALIZADO DE 19 À 21 DE MAIO DE 2022 NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT.** Edital disponível nositio: **https://www.novosaojoaquim.mt.gov.br/Transparencia...**. **INFORMAÇÕES:** Informações pelo fone (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 03 de maio de 2022.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2022

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP COM TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS REGIONAIS CONFORME LEIS 147/14 – 123/06 E DECRETO MUNICIPAL 08/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, torna público licitação **às 08h00 horas (Brasília) do dia 16/05/2022, credenciamento** das **07h30 às 08h00**. Os envelopes **nº 01 e 02 deverão ser entregues até às 08h00, na Sala de Licitações. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PÃES, BOLOS, LANCHES E OUTROS PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E LANCHONETE PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Edital disponível nositio: **https://www.novosaojoaquim.mt.gov.br/Transparencia...**. **INFORMAÇÕES:** Informações pelo fone (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 03 de maio de 2022.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO

EDITAL Nº 03/2022

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Presidente da CPL **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria nº 024/2020 de 17 de Janeiro de 2020, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 03/2022** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** regido pela Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto:** Constitui objeto da Presente Licitação a contratação de Empresa de engenharia sob o regime de empreitada para **Construção da Praça Flamboyant**, localizado na avenida bandeirantes na rodovia MT - 130 Município de Paranatinga/MT, com recursos financeiro do Plano de Ação nº 09032021 – 009924/2021 – Ministério da Economia (Emenda Parlamentar 2O212547OOO3 e Contrapartida Financeira do Município de Paranatinga/MT, a pedido da Secretaria de

Obras e Serviços Urbanos. **Data de Abertura: Dia 19/05/2022. Às 08:00 h (horário local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, maisInformações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Paranatinga, MT, 03 de maio de 2022. Devenilson da Silva Presidente da CPL Portaria 024/2019

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 156 DE 03 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 156 DE 03 DE MAIO DE 2022.

"COMISSÃO ESPECIAL PARA APURAR OCORRÊNCIAS DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM OS DEVIDOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

I- **NOMEAR** os membros da Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, referente Contrato n. 100/2021, dos serviços de "Casa de Apoio" – Empresa MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO – ME – CNPJ 11.276.497/0001-91 para prestação de serviços de Hospedagem, Transporte e Fornecimento de Refeições, composta pelos seguintes membros:

DENI MARTINS BORGES - Presidente - inscrita no CPF nº 702.931.471-91. OSCALINO PEREIRA DE OLIVEIRA - Secretário – inscrito no CPF nº 320.328.701-34. ALINI APARECIDA CATTANI - Membro - inscrita no CPF nº 058.762.831-69

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2022

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público aos interessados a homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2022** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** regido pela Lei nº 8. 666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada para **Execução de Reforma e Ampliação do telhado da Prefeitura Municipal, com recursos financeiros do Tesouro Municipal,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital.

EMPRESA VENCEDORA: J & A CONSTRUTORA EIRELI – EPP CNPJ: 36.078.886/0001-33.

VALOR TOTAL: R$ 248.883,59 (duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 03 de maio de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 153 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 153 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. ERVANIA DE SOUZA**, Matrícula 5476, inscrita no CPF/MF sob o 956.73.001-49, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao Decreto n. 1764 de 29 de maio de 2020, publicado em 02 de junho de 2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, |Ano XV, n. 3.491.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2016/2021	02/05/2022 À 30/07/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 02 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 152 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 152 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. VERA LUCIA RODRIGUES MESSIAS DA SILVA**, Matrícula 3819, inscrita no CPF/MF sob o 000.075.041-79, ocupante do Cargo Efetivo de "**TÉCNICO DE ENFERMAGEM"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao Decreto n. 1764 de 29 de maio de 2020, publicado em 02 de junho de 2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, |Ano XV, n. 3.491.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2011/2016	02/05/2022 À 15/06/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 02 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 151 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 151 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal **Sr. JAMILSON FRANCISCO DE SOUZA**, Matrícula 1777, portador do RG sob o nº 1138537-5 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 906.600.801-68, ocupante do Cargo Efetivo de "**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA)"**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao Decreto n. 1764 de 29 de maio de 2020, publicado em 02 de junho de 2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, |Ano XV, n. 3.491.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2017	02/05/2022 À 30/07/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 02 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 150 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 150 DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal **Sr. KENNEDY DE OLIVEIRA MACAÚBAS,** Matrícula 5383, inscrito no RG n. 874.489 SSP/MT e CPF/MF sob o nº 550.542.261-68, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE ADMINISTRATIVO I"**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao Decreto n. 1764 de 29 de maio de 2020, publicado em 02 de junho de 2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XV, n. 3.491.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2016/2021	02/05/2022 À 15/06/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 02 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2363/2022

LEI Nº 2363/2022

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL NA LOA/2022 POR ANULAÇÃO E REMANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 20 - Agricultura.

Sub Função: 608 – Promoção da produção Agropecuária.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1308 – Construção de Câmara Fria.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 164. 700,00

Total.....R$ 164. 700,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo I:

Anulação de:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 04 - Administração.

Sub Função: 127 – Ordenamento Territorial.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1126 – Regularização Fundiária.

Elemento de Despesa:

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 90. 000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 20 - Agricultura.

Sub Função: 608 – Promoção da produção Agropecuária.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1132 – Fomento as ampliações da produção das cadeias produtivas.

Elemento de Despesa:

3390.32.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 74. 700,00

Total.....R$ 164. 700,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQEUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 155 DE 03 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 155 DE 03 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ASSINAR DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - DESIGNAR o Sr. **GEUVAIR MARQUES DE MOURA**, brasileiro, portador do RG nº 15425517 SSP/MT e do CPF nº 993.407.041-34, residente e domiciliada neste Município de Paranatinga/MT, ocupante do cargo de Gerente Geral do Almoxerifado Central, para **ACUMULAR** as atribuições do Secretário de Transportes, na ausência do titular Sr. **NABOR DO REIS** do dia **01 a 20 de maio de 2022**.

Parágrafo Único - Considera-se ausência, o fato de estar em gozo de férias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo eficácia entre os dias **01 a 20 de maio de 2022,** revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2362/2022

LEI Nº 2362/2022

"INCLUI NA LEI Nº 2258/2021 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2022, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 20 - Agricultura.

Sub Função: 608 – Promoção da produção Agropecuária.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1308 – Construção de Câmara Fria.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 164. 700,00

Total.....R$ 164. 700,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo I:

Anulação de:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 04 - Administração.

Sub Função: 127 – Ordenamento Territorial.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1126 – Regularização Fundiária.

Elemento de Despesa:

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 90. 000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 20 - Agricultura.

Sub Função: 608 – Promoção da produção Agropecuária.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1132 – Fomento as ampliações da produção das cadeias produtivas.

Elemento de Despesa:

3390.32.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 74. 700,00

Total.....R$ 164. 700,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQEUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2361/2022

LEI Nº 2361/2022

“INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 20 - Agricultura.

Sub Função: 608 – Promoção da produção Agropecuária.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1308 – Construção de Câmara Fria.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 164. 700,00

Total.....R$ 164. 700,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo I:

Anulação de:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 04 - Administração.

Sub Função: 127 – Ordenamento Territorial.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1126 – Regularização Fundiária.

Elemento de Despesa:

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 90. 000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Agricultura.

Unidade: 002 - Departamento de Agricultura.

Função: 20 - Agricultura.

Sub Função: 608 – Promoção da produção Agropecuária.

Programa: 0009 – Agricultura Familiar.

Projeto/Atividade: 1132 – Fomento as ampliações da produção das cadeias produtivas.

Elemento de Despesa:

3390.32.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Sem código de acompanhamento.....R$ 74. 700,00

Total.....R$ 164. 700,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQEUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2360/2022

LEI Nº 2360/2022

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade: 002 - Departamento de Educação.

Função: 12 - Educação.

Sub Função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Responsabilidade de Todos.

Projeto/Atividade: 1307 - Construção de Escola com 6 salas no Município de Paranatinga.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 Obras e Instalações.

Fonte: 1.571.000000 – Transferência do Estado ref. á Convenio e Inst. Cong. Vinculado à Educação.....R$ 4.057.324,10

Fonte: 1.500.100100 – Receitas de Imp. Transf. de Impostos – Educação. .....R$ 120.217,71

Total.....R$ 4.177. 541,81

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do exercício corrente e na fonte do Convênio Proposta nº 1745-2021/Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/ TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 1.571.000000 – Transferência do Estado ref. á Convenio e Inst. Cong. Vinculado à Educação.....R$ 4.057.324,10

Fonte: 1.500.100100 – Receitas de Imp. Transf. de Impostos – Educação. .....R$ 120.217,71

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 4.177.541,81

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQEUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2359/2022

LEI Nº 2359/2022

“INCLUI NA LEI Nº 2258/2021 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2022, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade: 002 - Departamento de Educação.

Função: 12 - Educação.

Sub Função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Responsabilidade de Todos.

Projeto/Atividade: 1307 - Construção de Escola com 6 salas no Município de Paranatinga.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 Obras e Instalações.

Fonte: 1.571.000000 – Transferência do Estado ref. á Convenio e Inst. Cong. Vinculado à Educação.....R$ 4.057.324,10

Fonte: 1.500.100100 – Receitas de Imp. Transf. de Impostos – Educação. .....R$ 120.217,71

Total.....R$ 4.177. 541,81

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do exercício corrente e na fonte do Convênio Proposta nº 1745-2021/Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/ TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 1.571.000000 – Transferência do Estado ref. á Convenio e Inst. Cong. Vinculado à Educação.....R$ 4.057.324,10

Fonte: 1.500.100100 – Receitas de Imp. Transf. de Impostos – Educação. .....R$ 120.217,71

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 4.177.541,81

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQEUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 04 AO CONTRATO Nº 031/2018.

Processo: Pregão Presencial nº 17/2018.

Contrato: nº 031/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: XINGU ASSESORIA EM REDES LTDA - EPP, CNPJ 13.825.008/0001-39.

Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Pessoa Jurídica visando à **Prestação de serviços de acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores (internet), por meio Físico (Par Metálico/Fibra Ótica/Cabos/Modems/Roteadores), com capacidade de 02 (dois) Mbps de Velocidade,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT, conforme descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Do prazo: 01/04/2022 até o dia 31/03/2023.

Do valor mensal: R$: 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais).

Do valor total: R$: 163.680,00 (cento e sessenta e três mil seiscentos e oitenta reais).

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Total
1	494730	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO GARAGEM DA EDUCACAO), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio Físico (Par Metálico/Fibra Ótica/Cabos/Modems/Roteadores)	MENSAL	12,00	R$: 510,00	R$: 6. 120,00
2	494750	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M CEREMECE CEREPSE XAVANTE (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
3	494743	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M JOSE PIRES ULUKO BACAIR (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
4	494751	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M NOVO PROGRESSO XAVANTE (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
5	494745	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M SALA ANEXA OTAVIO K BACAIR (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
6	494746	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M SALA ANEXA PAIKUM BACAIRI (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
7	494748	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M SALA ANEXA VICENTE KAIA BA (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
8	494732	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M.C ALCIDES VISONE (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
9	494734	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M.C EUZEBIO DE QUEIROZ (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
10	494738	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M.C GERALDO JOSE DELAI (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
11	494737	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M.C PARA SALA ANEXA BOA V (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
12	494741	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARA E.M.C PONTAL DO PIRANHA (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
13	494753	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO PARAE.M ARIMATEIA XAVANTE (Zona Rural), acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00
14	494731	Prestacao de servicos de (INTERNET 2 MBPS LINK DEDICADO. E.M.C.LUCIO CATARINA VALVERDE Zona Rural), acesso contÝnuo atravÚs de circuito dedicado Ó rede mundial de computadores por meio de radio frequencia 5.8 GHS, na area rural	MENSAL	12,00	R$: 1. 010,00	R$: 12. 120,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 01 de abril de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2358/2022

LEI Nº 2358/2022

“INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade: 002 - Departamento de Educação.

Função: 12 - Educação.

Sub Função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Responsabilidade de Todos.

Projeto/Atividade: 1307 - Construção de Escola com 6 salas no Município de Paranatinga.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 Obras e Instalações.

Fonte: 1.571.000000 – Transferência do Estado ref. á Convenio e Inst. Cong. Vinculado à Educação.....R$ 4.057.324,10

Fonte: 1.500.100100 – Receitas de Imp. Transf. de Impostos – Educação. .....R$ 120.217,71

Total.....R$ 4.177. 541,81

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do exercício corrente e na fonte do Convênio Proposta nº 1745-2021/Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 1.571.000000 – Transferência do Estado ref. á Convenio e Inst. Cong. Vinculado à Educação.....R$ 4.057.324,10

Fonte: 1.500.100100 – Receitas de Imp. Transf. de Impostos – Educação. .....R$ 120.217,71

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 4.177.541,81

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQEUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2103/2022

DECRETO Nº 2103/2022

"INSTITUI FORMA DE VENCIMENTO, DESCONTO E PARCELAMENTO PARA O IPTU DO EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 230 E ART. 231 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA:

D E C R E T A:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2022 será lançado da seguinte forma:

I - à vista, na primeira antecipação até 31 de maio de 2022;

II - à vista, na segunda antecipação até 30 de junho de 2022;

III - à vista, na terceira antecipação até 29 de julho de 2022;

IV - Parcelado em até 05 (cinco) vezes com vencimento da 1ª (primeira) parcela em 31 de agosto de 2022.

Art. 2º - Será concedido desconto no pagamento do IPTU do exercício de 2022, aos contribuintes que efetuarem o pagamento à vista até as datas dos seus respectivos vencimentos:

I - 20% (vinte por cento) para o pagamento à vista na primeira antecipação;

II - 10% (dez por cento) para o pagamento à vista na segunda antecipação;

III - 5% (cinco por cento) para o pagamento à vista na terceira antecipação.

Art. 3º - A data de vencimento da primeira parcela do IPTU do exercício de 2022 será dia 31 de agosto de 2022 e o vencimento das demais parcelas será conforme especificado no quadro abaixo:

Parcela	DATA DE VENCIMENTO
1ª parcela	31 de agosto de 2022
2ª parcela	30 de setembro de 2022
3ª parcela	29 de outubro de 2022
4ª parcela	30 de novembro de 2022
5ª parcela	30 de dezembro de 2022

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas para o pagamento do IPTU para pessoa física será de R$ 96,25 (noventa e seis reais e vinte e cinco centavos) e para pessoas jurídicas de R$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais).

Art. 4º - Será emitido Documento de Arrecadação Municipal - DAM, através de boleto com a Cota Única e as parcelas, para os imóveis prediais o que será enviado para o endereço do contribuinte que constar no Cadastro Imobiliário do Município.

Parágrafo Único - Os contribuintes que não receberem o boleto referente ao IPTU do seu imóvel predial até 31 de maio de 2022, deverão retirar o Documento de Arrecadação Municipal - DAM na Prefeitura Municipal de Paranatinga, no Setor de Tributação ou através do site www.paranatinga.mt.gov.br, para fazer jus ao desconto concedido.

Art. 5º - O contribuinte que não concordar com o valor do lançamento do IPTU do exercício de 2022, poderá requerer revisão até 30 (trinta dias) após a data de emissão do boleto.

§ 1º - O pedido de revisão, devidamente fundamentado e instruído com a documentação comprobatória das alegações, deverá ser protocolizado no Setor de Tributos do município.

§ 2º - Se o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo, for parcial ou integralmente procedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento da Cota Única com o desconto previsto neste Decreto sem juros e sem multa.

§ 3º - Se o pedido de revisão for considerado improcedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte à decisão, para pagamento sem desconto e sem acréscimo de juros e multa.

§ 4º O pedido de revisão protocolizado fora do prazo previsto no caput deste artigo não será objeto de análise, mas a autoridade competente poderá rever o lançamento, de ofício, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§ 5º No caso previsto no § 4º deste artigo, se a autoridade competente mantiver o lançamento, será exigido o pagamento do imposto, sem desconto e com a incidência de juros e multa moratórios, nos termos da Lei nº 1828 de 06 de dezembro de 2019.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, em 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2021

Processo: Pregão Presencial nº 30/2021.

Ata de Registro de Preço nº 030/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: OLMI INFORMÁTICA LTDA – EPP CNPJ: 00.789.321/0001-17.

Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Nabor dos Reis – Secretário Municipal de Transportes – Portaria nº 152/2018 - Ao tempo que expresso meus cordiais cumprimentos e no uso de minhas atribuições legais, conferidas na Portaria Nº 152/2018 como Secretário Municipal de Transporte, venho pelo presente reiterar o oficio 1501/2021, onde solicitamos a Vossa Senhoria, aquisição dos materiais de consumo listado abaixo, que se fazem necessários para desempenhar os trabalhos desta Secretaria. Pagamento com recursos próprios. Justifica-se a aquisição dos itens abaixo, pois são para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transporte. Thainá Loula – Assessora Jurídica – OAB-MT nº 24728 – Portaria nº 129/2019 - Apresentou-se nota fiscal demonstrando o aumento dos produtos, inviabilizando o cumprimento do pactuado, e projetando os custos em cima do produto com valor atualizado, verifica-se que o aumento de 50% do valor é adequado para ambas as partes. Após a análise das notas fiscais trazidas, e dos valores apontados pela empresa OLMI INFORMÁTICA LTDA verificou-se que houve aumento dos itens e agora apresenta o cálculo demonstrando a projeção do aumentando o patamar por item, tal solicitação demonstra-se cabível. Deste modo, dispõe este departamento, em respaldo aos fundamentos legais supracitados, a possibilidade de realizar a revisão de preço dos itens listados no 030/2021.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Valor Reequilibrado
8	497897	FREEZER CAPACIDADE 534 LITROS, 2 TAMPAS HORIZONTAL, CLASSIC	UNIDADE	R$: 3.179,00	R$: 3.814,00 – 20%
5	335636	ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS REFORÇADAS MEDINDO 1,98X0,98X0,30 COM PINTURA EM EPOXI	UNIDADE	R$: 270,00	R$: 324,00 – 25%

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 27 de abril de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 154 DE 03 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 154 DE 03 DE MAIO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, o servidor**Sr. JEFFERSON ANDRÉ DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF/MF sob o nº 051.009.541-08 e portador do RG sob o nº 26034182 SSP/MT, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"**, a partir do dia 04 de maio de 2022.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 03 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 149/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 149/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2021, Termo de Homologação Decreto nº 1900 de 05 de fevereiro 2021 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 08 de fevereiro de 2021, para realização de perícia médica entrega dos documentos exigidos para contratação.

1 – DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO.

1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão 06 (seis) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar 02 (duas) cópias da seguinte documentação para sua contratação: I. 02 fotos 3x4 recentes. II. 02 Cópias dos documentos abaixo: III. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino; IV. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais); V. Certidão de Nascimento ou Casamento; VI. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; VII. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou; VIII. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos; IX. Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista. X. Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP. XI. Certidão de quitação eleitoral. XII. Certidão Negativa Civil e Criminal. XIII. Declaração de bens. XIV. Declaração de não acúmulo de cargo público. XV. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho; XVI. Número de conta bancária do Banco do Brasil.

Os candidatos deverão apresentar-se para realização de Exame Admissional, munidos da Carteira de Identidade, bem como dos seguintes exames:

URINA TIPO I; HEMOGRAMA COMPLETO; PROTOPARASITOLÓGICO; VDRL. XVII. Copia acompanhada do original dos títulos que tenha declarado no ato da inscrição. 1.2. Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários definidos nesta Portaria, serão desclassificados neste chamamento, sendo reclassificados. 1.3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. 1.4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 02 de maio de 2022.

JOSIMAR MARQUE BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: Agente Adm II – Urbana Secretaria Municipal de Saúde	
Ordem	**Candidato**
10	MICAELA DE FRANÇA PEREIRA
11	DAVID MAIK JESUS DE SOUZA

OUVIDORIA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMS N° 010, DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Resolução CMS n° 010, de 28 de abril de 2022.

O Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga, no uso de suas atribuições legais que lhe confere através da Lei Orgânica de 8080 de 17/07/1990 e 8.142 de 28/12/1990, a lei complementar 22/09/1992, em consonância com a Lei Municipal Nº 197/2006, em reunião extraordinária, realizada em 28 de abril de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a Emenda Parlamentar Estadual – Aquisição de Ambulância – Deputado Estadual – Thiago Silva no valor de R$ 150.000,00.

RESSALVA:

I – Todos os gastos deverão ser apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde ao Conselho, mediante Relatório de Execução da Emenda.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, cumpra-se e publica-se.

Paranatinga-MT, 28/04/2022.

Luciane Cristina Nunes

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo:

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

03 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 03/2022.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 203/2022/SME.

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022 realizada por meio do Decreto nº 089/2022, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

MONITOR – SME EDUCAÇÃO – DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PLANALTO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0015480	GENICLEIA GONÇALVES SALDANHA	1º

Justificativa: Para atender as necessidades da unidade de ensino EM Francisco Ferreira Gonçalves.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 006/2022 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS REFERENTES AO CONTRATO 109/2021

I. RELATÓRIO.

Trata-se de solicitação de providências efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças, través do Ofício nº 050/2022/PMPP/SMF, em virtude do não empenhamento do contrato n° 109/2021, cujo objeto consiste na CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY na Vila Garça Branca, ao valor de R$ 113.583,83 (cento e treze mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

Devendo ser destacado que o referido contrato é resultante da Tomada de Preços nº 08/2021, procedimento licitatório realizado para execução do objeto do convênio 0094-2018 celebrado junto ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo de Mato Grosso.

Eis o relatório necessário.

II. DA ANÁLISE DOS FATOS.

Conforme extrai-se das informações advindas da Secretaria Municipal de Finanças, no ano de 2018 o município de Pedra Preta firmou convênio junto ao FUNDED/MT, no valor de R$ 100.630,80 (cem mil, seiscentos e trinta reais e oitenta centavos), sem considerar a contrapartida, para CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY na Vila Garça Branca.

Neste sentido, destaca-se que ao assumir a atual Gestão o Governo Municipal se deparou com a necessidade de executar o objeto conveniado, uma vez que mesmo após três anos o referido convênio ainda não havia sido executado.

Neste contexto, através da Tomada de Preços 08/2021 foi contratada a obra de construção do CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY que constitui objeto do ajuste firmado junto ao FUNDED/MT. Registrando-se que o objeto licitado foi adjudicado à empresa DBR FERREIRA EIRELI, formalizando-se o contrato nº 08/2021, no valor de R$ 113.583,83 (cento e treze mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

Entretanto, apesar de a referida adjudicação e a formalização do correspondente contrato terem ocorrido no mês de novembro de 2021, registra-se que não houve o empenhamento da referida despesa.

Por outro lado, registra-se que a obra foi iniciada e encontra-se em execução, havendo, desta forma, a necessidade de que seja providenciado o necessário empenhamento da despesa corresponde para que seja possível concluir a construção da obra conveniada.

III. CONCLUSÃO.

CONSIDERANDO os fatos expostos na precisão constituem falha sistêmica de controle interno no âmbito do sistema de contratações públicas, caracterizada pela emissão de ordem de serviços sem o prévio empenhamento da despesa correspondente;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização das despesas referentes à execução do contrato n° 109/2021, com vistas a possibilitar a necessária prestação de contas relativa ao convênio 0094-2018 celebrado junto ao FUNDED/MT,

DECIDO

Fica autorizada a emissão de nota de empenho referente à execução da despesa contratada através da Tomada de Preços 08/2021, conforme descrito no contrato 109/2021; Determino à Secretaria Geral e Coordenadoria Administrativa do Poder Executivo Municipal que proceda à análise preliminar dos fatos elencados na presente decisão situação o cumprimento das formalidades legais necessárias à homologação da inexigibilidade 005/2022.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

=Prefeito Municipal=

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 231/2022 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E

PASSEIOS PÚBLICOS EM DIVERSAS VIAS DO LOTEAMENTO MONTE OREBE

DE 03 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação do projeto de pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização e passeios públicos em diversas vias do Loteamento Monte Orebe, no Município de Pedra Preta/MT - área a pavimentar: 8. 822,00m²,declarando que o projeto foi elaborado, analisado e aprovado dentro das leis federais. e estaduais, NBR's, orientações técnicas e instrução de serviços vigentes, na qual está Secretaria de Estado-Sinfra segue à risca, respeitando ainda todos os acórdãos do tribunal de contas do estado, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Por meio desta Portaria, através do setor de engenharia do Município de Pedra Preta/MT, tornar público a aprovação do projeto de **pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização e passeios públicos em diversas vias do Loteamento Monte Orebe, no Município de Pedra Preta/MT - área a pavimentar: 8.822,00m²,** conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS PÚBLICOS EM DIVERSAS VIAS DO LOTEAMENTO MONTE OREBE, NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT - ÁREA A PAVIMENTAR: 8.822,00M²**	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: VÂNGEO BUENO DE SÁ ENGENHEIRO CIVIL – CREA MT 029738

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): VITOR CÉSAR SILVA ITACARAMBI, ENGENHEIRO CIVIL – CREA MT 036582.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

PREFEITO MUNICIPAL

VITOR CÉSAR SILVA ITACARAMBI

ENGENHEIRO CIVIL – CREA MT 036582.

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

II - TERMO DE RETIFICAÇÃO DO ANEXO DO EDITAL E DATA TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022.

II - TERMO DE RETIFICAÇÃO DO ANEXO DO EDITAL E DATA

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022.

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, juntamente com sua equipe técnica e Comissão Permanente de Licitação a vista do Termo de Retificação DO ANEXO DO EDITAL (JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA), DA TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022, por motivo de acrescentar novas qualificações, especialidades.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide RETIFICAR e PUBLICAR NOVA JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e publicar nova data da Tomada de Preço 002/2022 que tem como objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de sondagem.

Onde se lê:

Data da Abertura: Dia 16/05/2022 ÀS 13hrs00min.

Leia-se:

Data da Abertura: Dia 19/05/2022 ÀS 13hrs00min.

Pedra Preta MT, 03 de Maio de 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA (Portaria 203/2022) Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

03 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 413/2022/Gestão do SUS e solicitação do Secretário de Finanças.

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022 realizada por meio do Decreto nº 089/2022 e 095/2022, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

AGENTE ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO GERAL – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000280	RENATO AVANCI DIAS	1º
0008380	ÁLVARO GONÇALVES DE OLIVEIRA	2º
0012300	THIAGO RASADOR VOLPE	3º
0003450	ELIER AVELINO DOS ANJOS FILHO	4º
0000550	RONDYNELLE AQUINO PINHEIRO DA SILVA	5º
0009360	JOVENILDA VIEIRA COELHO DE ARAUJO	6º
0015780	IGOR AUGUSTO DOS SANTOS NASCIMENTO	7º
0015790	SARAH BEATRIZ DOS SANTOS GUIMARÃES DA SILVA	8º
0007930	PAULA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO COSTA	9º
0002380	MARCELA DA SILVA	10º
0011620	EDNAN GABRIEL DUARTE DODO	11º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, sendo: 01 (um) para trabalhar na Secretaria de Saúde devido encerramento do contrato da senhora Francielle Fonseca de Souza, 01 (um) para trabalhar no Faturamento Hospitalar devido encerramento de contrato da senhora Gabriella Leticia Lyra de Souza, 02 (dois) para trabalhar na Farmácia Hospitalar no período Diurno e Noturno, 01 (um) Farmácia Hospitalar devido encerramento do contrato do senhor Paulo F. Braga de Lima (06/05), 01 (um) para Farmácia Municipal, 02 (dois) para Central de Regulação, 01 (um) no Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e 01 (um) Diretoria Hospitalar/Faturamento, 01 (um) para atender a necessidade da Secretaria de Finanças.

AGENTE ADMINISTRATIVO/RECEPÇÃO UNIDADES DE SAÚDE OU HOSPITAL MUNICIPAL – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0011950	ELIAS DE JESUS SILVA	1º

0001410	MARINA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	2º
0002870	GEONE ALVES	3º
0000410	GABRIELLA LETÍCIA LYRA DE SOUZA	4º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, sendo: 01 (um) para a recepção da Secretaria de Saúde, devido encerramento do contrato da senhora Adriana de Jesus Silva, 01 (um) para a recepção da Vigilância Sanitária devido encerramento do contrato da senhora Aline Carmo de Oliveira, 01 (um) para a recepção do PSF da Cohab devido encerramento do contrato do senhor Geone Alves (04/05), 01 (um) para a recepção Hospitalar devido encerramento do contrato da senhora Jenniffer Neto Martins Arruda (05/05).

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0011910	ALINE BUENO BORGES	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido encerramento de contrato do senhor Renan Borges de Souza em 13/05/2022.

ALMOXARIFE – ADMINISTRAÇÃO GERAL – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0014320	KATIA JOHANDRA GONÇALVES DE SOUZA	2º
0015660	JÉSSICA DUARTE DE MEDEIROS	3º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido encerramento de contrato dos senhores David André Souza Carvalho e Natalia Ribeiro Correia Araujo Curione em 04/05/2022.

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0014120	LEILA LIMA DE SOUZA	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido encerramento de contrato da senhora Maria Gislaine dos Santos Ferreira de Jesus Ramos em 18/04/2022.

BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO – 20 HORAS – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0010810	MEIRE NUNES DE OLIVEIRA	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde.

BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO – 40 HORAS – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0014890	ANDRESSA CONCEIÇÃO CONTÓ	1º
0000620	NAYARA CRISTINA METELLO ALVES	2º
0006500	ANA FLÁVIA RODRIGUES CONTÓ	3º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, sendo as 03 vagas devido encerramento do contrato dos senhores Gustavo Duran Porto em (03/05), Nayara Cristina Metello Alves (02/05) e Rafael de Melo Silva (31/05).

CONTÍNUA/MERENDEIRA – ADMINISTRAÇÃO GERAL – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000090	SORAIA MOREIRA ALVES	1º
0004980	KELLEN CRISTINA PERROT	2º
0011750	LAUDICÉIA SANTANA DA SILVA	3º
0000010	IVANA RAQUEL DAS NEVES OLIVEIRA	4º
0012920	GENILDA DE LIMA	5º
0002550	SEBASTIANA FRANCISCA DIAS	6º

Justificativa: Em atendimento As necessidades da Secretaria de Saúde, sendo as 06 (seis) vagas devido o encerramento de contrato das servidoras Ivana Raquel das Neves Oliveira (02/05), Laudicéia Santana da Silva (30/04), Layana Aparecida Horta Vieira (14/05), Soraia Moreira Alves (02/05), Vera Lucia Pardinho de Arruda (30/04) e Shara Barbosa de Mendonça (09/05).

ENFERMEIRO – PERÍODO DIURNO – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0002630	GLEICE KELLY DE CASTRO	1º
0009280	LAURO FERNANDO RIBEIRO	2º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, sendo 01 (um) vaga devido encerramento do contrato da senhora Gleice Kelly de Castro (09/05) e da senhora Elis Rergina Trindade de Lima Guimarães (06/05).

FISIOTERAPEUTA – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000040	NÉRIA PEREIRA MUNIS	1º
0007710	KAROLAINE SOUZA DE OLIVEIRA	2º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, sendo 01 (um) vaga devido encerramento do contrato da senhora Claudine Almeida Oliveira (01/03) e em substituição a servidora Cristine Conceição Lira Winck que encontra-se de Licença sem Remuneração.

MÉDICO DE PSFS – SM SAÚDE – ASSENTAMENTO E DEMAIS COMUNIDADES

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0015820	VALTER MOREIRA XAVIER JUNIOR	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido encerramento do contrato do senhor Valter Moreira Xavier Junior (03/05).

MÉDICO DE PSFS – SM SAÚDE – URBANO OU RURAL/UNIDADE DE SAÚDE – ASSENTAMENTOS E DEMAIS COMUNIDADES RURAIS

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0011450	BLAUDE GABRIEL JACOBINA DA CRUZ ARAUJO	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido encerramento do contrato da senhora Janaina Nardy Martins (09/05).

ODONTÓLOGO – SM SAÚDE – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA VILA GARÇA BRANCA

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0004350	GABRIELY OLIVEIRA BARROS	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido encerramento do contrato da senhora Esthella Carolyne Pereira (07/05).

ODONTÓLOGO – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0001780	JÉSSIKA LUIZA FREITAS FERREIRA	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, devido afastamento de Licença sem Remuneração da servidora Carla Mariane Moraes Pereira.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0003720	ROSIMEIRE PEREIRA DA SILVA	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, em atendimento ao encerramento de contrato da senhora Rosimeire Pereira da Silva (15/05).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – PERÍODO DIURNO – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0003980	SONIA TRINDADE	1º
0005550	AMANDA FONSECA LACERDA	2º
0002800	ÂNGELA DE CARVALHO SOUZA	3º
0000590	GEISIANE RODRIGUES CANDIDO	4º
0011110	SIMONY ANCHIETA DOS SANTOS	5º
0002740	ZILDA FERREIRA ROCHA HORTA	6º
0004920	VANICE PEREIRA LOPES	7º
0005320	ELZA DE FARIA DAMACENO	8º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, em atendimento ao encerramento de contrato dos servidores: Ângela de Carvalho Souza (06/05), Helena Mikaelly Santos Rodrigues (05/05), Katia Regina Alves da Silva (06/05), Rozenir Gomes Santana (30/04), Vanice Pereira Lopes (06/05) e 01 (um) candidato para suprir a demanda do Hospital Municipal.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – PERÍODO NOTURNO – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000120	JOSE LEONARDO ALVES DA SILVA	1º
0001510	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA FERNANDES	2º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, em atendimento ao afastamento para o INSS da senhora Regiane Gregório Abdo e devido ao remanejamento de servidora Edilene Bezerra Pereira para o PSF.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SM SAÚDE – POSTO DE SAÚDE SÃO JOSÉ DO PLANALTO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0007920	CLEIDIONICE DOS SANTOS	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, em atendimento ao encerramento do contrato da senhora Cleidionice dos Santos (02/05).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0006290	MARINILDA DA SILVA LOPES	1º
0009220	KATIA REGINA ALVES DA SILVA	2º
0012460	EVELIN RAIANE GOMES FERREIRA	3º
0001760	MARIA DO CARMO DE SOUZA LOPES	4º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, em atendimento ao encerramento do contrato das senhoras: Antônia Aurilene Barbosa (05/05), Maria do Carmo de Souza Lopes (13/05), Marinilda da Silva Lopes (04/05) e Sônia Trindade (04/05).

TÉCNICO EM RADIOLOGIA – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0016540	PAULO RORGE LIMA DA SILVA	1º
0014260	MARIA EVANI TEIXEIRA	2º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, sendo 01 (um) em atendimento ao afastamento de Licença sem Remuneração do servidor Edson Carpena Bertinetti e 01 (um) para cobertura de férias.

MOTORISTA – SM SAÚDE – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA VILA GARÇA BRANCA

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0011430	WELITON RORIZ DE AZEVEDO	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, visto que o PSF se encontra em localidade distante da cidade e necessita do profissional para realização do transporte dos pacientes.

MOTORISTA – SM SAÚDE – POSTO DE SAÚDE DÃO JOSÉ DO PLANALTO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0003640	FERNANDO SALDANHA	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, visto que o PSF se encontra em localidade distante da cidade e necessita do profissional para realização do transporte dos pacientes e devido encerramento do contrato do senhor Fernando Saldanha.

MOTORISTA – SM SAÚDE – SEDE DO MUNICIPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0016190	ROBERTO LIMEIRA DA SILVA	1º

Justificativa: Em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde, em atendimento ao encerramento do contrato do senhor Sidelvan Cicero dos Santos (01/05).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2022

Processo nº:	**11/2022**
Modalidade:	**PREGÃO SRP**
Forma:	**ELETRÔNICA**
Tipo:	**MENOR PREÇO POR ITEM**
Objeto:	**Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de acordo com o Anexo IV – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.**

No uso do princípio da **AUTO TUTELA**, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide **RETIFICAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008-2022 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS:.**

ONDE SE LÊ:

Fornecedor: BR DANTAI DISTRIBUIDOR HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 10.761.735/0001-91

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
7	AMBROXOL, CLORIDRATO 3 MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB NATULAB	4.000,00	R$ 2,1500	R$ 8.600,0000
47	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	20.000,00	R$ 0,0900	R$ 1.800,0000
48	OLEO MINERAL 100ML	FRASC	FARMAX FARMAX	1.500,00	R$ 2,7700	R$ 4.155,0000
52	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	JRD JRD	3.000,00	R$ 0,3400	R$ 1.020,0000
80	CINARIZINA 75 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	50.000,00	R$ 0,2000	R$ 10.000,0000
81	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PHARLAB PHARLAB	60.000,00	R$ 0,1100	R$ 6.600,0000
82	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA MEDQUIMICA	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
90	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MERCK MERCK	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
108	CARBAMAZEPINA 200 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	50.000,00	R$ 0,1800	R$ 9.000,0000
118	FENOBARBITAL 100 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	35.000,00	R$ 0,1600	R$ 5.600,0000
119	FENOBARBITAL 40 MG/ML GOTAS, FRASCO DE 20 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	CRISTALIA CRISTALIA	200,00	R$ 5,5300	R$ 1.106,0000
124	ACETILCISTEINA 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3ML;	AMPOLA	GEOLAB GEOLAB	1.500,00	R$ 1,8300	R$ 2.745,0000
125	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 5ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	20.000,00	R$ 4,7400	R$ 94.800,0000
129	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 1.000 ML;	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 5,9600	R$ 11.920,0000
148	CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	UNIAO UNIAO	10.000,00	R$ 2,4500	R$ 24.500,0000
149	FENTANILA CITRATO 50 MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 2ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 1,7100	R$ 1.710,0000
152	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 0,3700	R$ 740,0000
153	CLORETO DE SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	BOLSFR	JP JP	6.000,00	R$ 3,9900	R$ 23.940,0000
160	SUXAMETONIO CLORETO 500 MG PÓ LIOFILO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 22,1100	R$ 44.220,0000
162	AMIODARONA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML.	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,0900	R$ 10.450,0000
163	CLORIDRATO BAMIFILINA 300 MG	COMPRI	CHIESI CHIESI	2.000,00	R$ 1,4900	R$ 2.980,0000
164	CLORIDRATO BAMIFILINA 600 MG	COMPRI	CHIESI CHIESI	3.000,00	R$ 2,3700	R$ 7.110,0000
165	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA 5MG/ML + GLICOSE 8% - AMPOLA 4 ML.	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 4,5900	R$ 9.180,0000
166	CEFEPIMA,CLORIDRATO 2 G PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 20,7200	R$ 103.600,0000
168	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,6100	R$ 7.220,0000
169	CLORIDTATO DE LIDOCAINA + EPINEFRINA 20 MG/ML + 1:200.000 UI SOLUÇÃO INJETAVEL - FRASCO 20 ML.	FRASC	CRISTALIA CRISTALIA	1.200,00	R$ 9,6200	R$ 11.544,0000
173	ONDASETRONA , CLORIDRATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	FRESENIUS FRESENIUS	10.000,00	R$ 3,2600	R$ 32.600,0000
177	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 1,0200	R$ 5.100,0000
179	DESLANOSIDEO 0,2MG/2ML - SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2ML	AMP2ML	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 2,5900	R$ 2.590,0000
181	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	BLAU BLAU	16.000,00	R$ 0,7300	R$ 11.680,0000
182	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL -AMPOLA 1 ML IM.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	4.000,00	R$ 2,0500	R$ 8.200,0000
183	DIMENIDRINATO 3 MG, PIRIDOXINA 5 MG, GLICOSE 100 MG, FRUTOSE 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML- EV.	AMPOLA	NYCOMED NYCOMED	6.000,00	R$ 3,3600	R$ 20.160,0000
184	ISOSORBIDA, DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRI	ACHE ACHE	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000
185	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	100.000,00	R$ 1,6300	R$ 163.000,0000
190	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	BLAU BLAU	2.000,00	R$ 41,3000	R$ 82.600,0000
193	ETILEFRINA 10MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 4,1300	R$ 4.130,0000
197	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.000,00	R$ 1,5100	R$ 7.550,0000

198	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 7,5500	R$ 15.100,0000
199	DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2,5 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	18.000,00	R$ 1,6600	R$ 29.880,0000
200	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	30.000,00	R$ 0,7400	R$ 22.200,0000
201	GLICERINA 12 % CLISTER - FRASCO 500 ML	FRASC	JP JP	1.000,00	R$ 7,0500	R$ 7.050,0000
202	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	10.000,00	R$ 0,4200	R$ 4.200,0000
203	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 1000 ML	BOLSAA	JP JP	1.000,00	R$ 7,3000	R$ 7.300,0000
206	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	ISOFARMA ISOFARMA	16.000,00	R$ 0,5300	R$ 8.480,0000
207	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 2,2000	R$ 4.400,0000
211	HEPARINA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,5900	R$ 34.770,0000
216	MANITOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 % SISTEMA FECHADO 250 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	5.000,00	R$ 5,4200	R$ 27.100,0000
219	OCITOCINA 5UI/ML -AMPOLA 1 ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	8.000,00	R$ 2,1100	R$ 16.880,0000
222	PETIDINA 50MG/ML -AMPOLA 2 ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 5,4800	R$ 10.960,0000
226	RINGER LACTATO, SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	FRASC	HALEXISTAR HALEXISTAR	3.000,00	R$ 3,6400	R$ 10.920,0000
227	RINGER SIMPLES, SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	3.000,00	R$ 4,3300	R$ 12.990,0000
228	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 20 MG/ML SOLUÇÃO ENDOVENOSA -AMPOLA 5ML	AMPOLA	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 15,3800	R$ 153.800,0000
229	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 1,8700	R$ 18.700,0000
230	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 3,4800	R$ 34.800,0000
234	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	800,00	R$ 3,6500	R$ 2.920,0000
235	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	NOVAFARMA NOVAFARMA	10.000,00	R$ 1,2300	R$ 12.300,0000
236	SULFATO DE MAGNESIO 50% SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 9,0300	R$ 18.060,0000

237	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 3,7800	R$ 3.780,0000
238	MORFINA, SULFATO 10 MG COMPRIMIDO	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	500,00	R$ 0,7600	R$ 380,0000
239	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	3.000,00	R$ 2,6800	R$ 8.040,0000
240	MORFINA, SULFATO 30 MG COMPRIMIDO	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	500,00	R$ 2,1900	R$ 1.095,0000
248	DEXAMETASONA0,1 MG/ML ELIXIR, FRASCO 120ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	FARMACE FARMACE	5.000,00	R$ 2,5200	R$ 12.600,0000
256	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 200 MG- CAPSULA.	CPS	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,2100	R$ 12.100,0000
257	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOLIZADO 200 MG - ENVELOPE.	ENVE	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,3400	R$ 13.400,0000
259	PENTOXIFILINA INJETAVEL 20 MG/ML,CAIXA COM 50 AMPOLAS COM 5ML DE SOLUÇÃO DE USO INTRAVENOSO.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 2,4000	R$ 4.800,0000
261	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	AUROBINDO AUROBINDO	8.000,00	R$ 0,5900	R$ 4.720,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.271.155,00

Fornecedor: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.652.030/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
3	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUÁRIA.	COMPRI	HIPOLABOR CX C/ 500 1134301590024 HIPOFOL DE- MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
13	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM LACRE DE SEGURANÇA + DILUENTE + SERINGA DOSADORA ACONDICIONADOS DENTRO DA EMBALAGEM	FRASC	PRATI DONADUZZI 1256801850081 CX C/ 50 GE- NERICO DEMAIS CONDI-ÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 5,4000	R$ 5.400,0000
21	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	BRAINFARMA CX C/ 1 1558405130030 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	400,00	R$ 2,1000	R$ 840,0000
24	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%) - BISNAGA 10G, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201900220021 DEXAGRE-EN DEMAIS CONDIÇÕES CON-	10.000,00	R$ 1,0500	R$ 10.500,0000

			FORME EDITAL.			
28	GUACO (MIKANIA GLOMERATA S.) 35 MG/ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRI- MARIA E SECUNDARIA.	FRASC	NATULAB CX C/ 50 1384100320142 XAROPE DE GUACO DEMAIS CON-DI-ÇÕES CONFORME EDITAL.	600,00	R$ 2,6600	R$ 1.596,0000
35	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR CX C 20 1057100860035 PLABEL DE- MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	8.000,00	R$ 0,0800	R$ 640,0000
37	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C/ 20 1558403080028 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1500	R$ 150,0000
41	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL, BISNAGA 80G., EMBALA-GEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SE-CUNDÁRIA	TUBO	HIPOLABOR CX C/ 50 1134301790023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	1.000,00	R$ 6,3000	R$ 6.300,0000
43	NEOMICINA + BACITRACINA 5 + 250 MG/G POMADA BISNAGA DE10G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	BELFAR CX C 1 1057100820025 BACINA DE-MAIS CONDIÇÕES CON-FOR-ME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,4500	R$ 14.500,0000
45	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA COM 60G EMBALA-GEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SE-CUNDÁRIA	BISNA	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201901220023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	3.000,00	R$ 3,6000	R$ 10.800,0000
49	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA, EMBALAGEM EM BLISTER/CARTELA COM NO MÁXIMO 1.000 CAPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SE-CUNDÁ- RIA	COMPRI	GLOBO PT C 56 1053501720126 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	55.000,00	R$ 0,1000	R$ 5.500,0000
53	PERMETRINA 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60 ML COM LACRE DE SEGU-RANÇA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	IFAL CX C/ 50 1353100020084 PIOLIXINA DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	500,00	R$ 2,1500	R$ 1.075,0000
56	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL CX C 500 1071402370044 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	5.000,00	R$ 0,0600	R$ 300,0000
68	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁ-RIA	COMPRI	CELLERA CX C/ 4 1044001570030 ENDROS-TAN DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
72	ANLODIPINO BENSILATO 10MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁ-RIA	COMPRI	GEOLAB CX C 500 1542302430086 BESILAPIN DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0600	R$ 3.600,0000
74	ATENOLOL 50MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	VITAMEDIC CX C/30 1039201680093 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
88	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CIMED CX C/ 30 1438101460145 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1200	R$ 2.400,0000
89	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MED QUIMICA CX C/ 500 1091700930042 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	150.000,00	R$ 0,0300	R$ 4.500,0000
94	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁ-RIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 30 1037005050027 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	300.000,00	R$ 0,0500	R$ 15.000,0000
99	NIFEDIPINO 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C 30 1558401690031 NEO FEDIPI-NA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	50.000,00	R$ 0,1100	R$ 5.500,0000
100	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUN-DARIA	COMPRI	GEOLAB CX C 600 1542300170044 POLOL DE-MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	100.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.000,0000
122	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUN-DARIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 20 1037003210027 PROFERGAN DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1300	R$ 2.600,0000
127	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LETICINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA FRASCO 100ML	FRASC	HADASSAH CX C/30 81196230001 DERMATROL DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	10.000,00	R$ 3,3000	R$ 33.000,0000
176	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPRI	PRATI D CX C 500 1256803100101 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,2600	R$ 260,0000

Valor Total Homologado - R$ 142.641,00

Fornecedor: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 07.847.837/0001-10

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total

85	FUROSEMIDA 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PRO-POS-TA ANEXADA	100. 000,00	R$ 0,0600	R$ 6. 000,0000
91	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁ-RIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANE-XADA	2. 000,00	R$ 0,1600	R$ 320,0000
95	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SE-CUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PRO-POS-TA ANEXADA	100. 000,00	R$ 0,0800	R$ 8. 000,0000
101	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANDOZ DE ACORDO COM A PROPOSTA ANE-XADA	50. 000,00	R$ 0,0700	R$ 3. 500,0000
104	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 250 MG COMPRIMIDO, EM-BALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRI-MARIA E SECUDARIA.	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANE-XADA	10. 000,00	R$ 0,2200	R$ 2. 200,0000
105	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EM-BALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRI-MARIA E SECUNDARIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANE-XADA	20. 000,00	R$ 0,4900	R$ 9. 800,0000
132	ALBUMINA HUMANA 20%, INJETÁVEL - FRASCO 50 ML	FRASCA	BLAU DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100,00	R$ 142,9400	R$ 14. 294,0000
178	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL (10 MG/G) 1% POMADA - BIS-NAGA 30G	BISNA	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10. 000,00	R$ 13,3500	R$ 133. 500,0000

Valor Total Homologado - R$ 177.614,00

Fornecedor: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI -ME CNPJ/CPF: 09.315.996/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
27	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	CPS	medquimica	10. 000,00	R$ 0,4600	R$ 4. 600,0000
29	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	teuto	80. 000,00	R$ 0,1600	R$ 12. 800,0000
61	SIMETICONA 75MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 15 ML , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	e.m.s	1. 000,00	R$ 1,3600	R$ 1. 360,0000
255	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 100 MG - CAPSULA	CPS	repoflor	10. 000,00	R$ 0,6000	R$ 6. 000,0000

Valor Total Homologado - R$ 24.760,00

Fornecedor: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 41.511.821/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

5	ALBENDAZOL 400 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMI-DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI Com-primido	10. 000,00	R$ 0,3300	R$ 3. 300,0000
16	ESCOPOLAMINA , BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 6,67MG/ML + 333,4 MG/ML, FRAS-CO 20 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR FRASCO	800,00	R$ 5,9000	R$ 4. 720,0000
40	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA COM 50G, COM 10 APLICADORES POR BISNAGA SELADOS INDIVIDUALMENTE	TUBO	PRATI TU-BO	2. 000,00	R$ 4,9900	R$ 9. 980,0000
44	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL,FRASCO COM 50 ML COM LACRE DE SEGU-RANÇA, COM CONTAGOTAS, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALA-GEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI FRASCO	500,00	R$ 4,0600	R$ 2. 030,0000
51	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMI-DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	80. 000,00	R$ 0,1000	R$ 8. 000,0000
63	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	20. 000,00	R$ 0,1700	R$ 3. 400,0000
97	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	20. 000,00	R$ 0,3400	R$ 6. 800,0000
98	METILDOPA 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	15. 000,00	R$ 0,8500	R$ 12. 750,0000
110	CARBONATO DE LITIO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COM-PRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	HIPOLABOR Comprimido	5. 000,00	R$ 0,3100	R$ 1. 550,0000
128	ADENOSINA 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	1. 000,00	R$ 9,8400	R$ 9. 840,0000
170	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/G (2%) GELÉIA - BISNAGA 30G	BISNA	PHARLAB Bisnaga	10. 000,00	R$ 2,1800	R$ 21. 800,0000
174	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	5. 000,00	R$ 1,8000	R$ 9. 000,0000
191	EPINEFRINA 1 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	8. 000,00	R$ 1,2700	R$ 10. 160,0000

Valor Total Homologado - R$ 103.330,00

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
6	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 10ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI DONA- DUZZI GENERI-	3. 000,00	R$ 0,9400	R$ 2. 820,0000

			CO			
10	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125MG COMPRIMIDO , EM- BALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRI- MÁRIA E SE- CUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GE- NERI- CO	10. 000,00	R$ 1,1800	R$ 11. 800,0000
11	AMOXICILINA 50 MG/ ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML COM LA- CRE DE SEGURANÇA, COM COPO DOSADOR GRADUADO, EMBALA- GEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	PRATI DONA- DUZZI GENERI- CO	2. 000,00	R$ 2,6500	R$ 5. 300,0000
30	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO DE 30ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB IBU- PROTRAT	1. 000,00	R$ 1,5500	R$ 1. 550,0000
34	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML, FRASCO DE 30 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB HEL- MILAB	800,00	R$ 1,4000	R$ 1. 120,0000
60	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, ENVELOPE DE 27,9G; EMBALAGEM COM NO MÁXI- MO 1.000 SACHE, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	ENVE	NATULAB HI- DRAPLEX	30. 000,00	R$ 0,6900	R$ 20. 700,0000
70	ALOPURINOL 300MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONA- DUZZI GENERI- CO	5. 000,00	R$ 0,3000	R$ 1. 500,0000
71	AMIODARONA 200MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GE- NERICO	20. 000,00	R$ 0,3200	R$ 6. 400,0000
75	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM- PRIMI- DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONA- DUZZI GENERI- CO	120. 000,00	R$ 0,0400	R$ 4. 800,0000
86	GLIBENCLAMIDA 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM- PRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA GLICONIL	130. 000,00	R$ 0,0300	R$ 3. 900,0000
113	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁ- XIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LON- GACTIL	20. 000,00	R$ 0,3400	R$ 6. 800,0000
114	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXI- MO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	CRISTALIA LON- GACTIL	10. 000,00	R$ 0,2500	R$ 2. 500,0000
120	HALOPERIDOL 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA HA- LO	100. 000,00	R$ 0,2600	R$ 26. 000,0000
121	LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 CP, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LE- VOZINE	3. 000,00	R$ 0,4400	R$ 1. 320,0000
130	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE ENDOVENOSO 10ML;	FRASC	FARMACE FAR- MA- CE -AGUA PARA IN- JECAO IV	50. 000,00	R$ 0,4500	R$ 22. 500,0000
241	SULFATO DE NEOMICINA 5MG + BACITRACINA 250 UI/G - POMADA 50G	BISNA	PRATI DONA- DUZZI GENERI- CO	5. 000,00	R$ 7,4000	R$ 37. 000,0000
249	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRI	RANBAXY GE- NERICO	10. 000,00	R$ 0,3100	R$ 3. 100,0000
250	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO + FOSFATO DE SODIO DIBASICO 16+6% - ENEMA 130 ML.	FRASC	NATULAB L- ENEMA	5. 000,00	R$ 5,5000	R$ 27. 500,0000

Valor Total Homologado - R$ 186.610,00 Fornecedor: DROGAFONTE LTDA CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. To-tal
12	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM- PRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	UNICHEM(SP) CAP	80. 000,00	R$ 0,1900	R$ 15. 200,0000
107	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA- S(SP) CPR	35. 000,00	R$ 0,2200	R$ 7. 700,0000
126	ACIDO TRANEXANICO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML;	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	4. 000,00	R$ 4,6500	R$ 18. 600,0000
141	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML -5ML	AMP1	MYLAN(ES) F/ A	1. 000,00	R$ 14,5000	R$ 14. 500,0000
151	CLINDAMICINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	3. 000,00	R$ 4,9800	R$ 14. 940,0000
192	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMONIO 50MG/G, GEL - 30G.	BISNAG	BIOLAB SA- NU(SP) BIS	200,00	R$ 18,3800	R$ 3. 676,0000
214	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	5. 000,00	R$ 6,2000	R$ 31. 000,0000
220	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	BLAU FAR- MAC(SP) F/A	20. 000,00	R$ 14,5000	R$ 290. 000,0000
232	SUFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G CREME DERMATOLÓGICO - POTE 400G	POT400	PRATI DO- NAD(PR) POT	2. 000,00	R$ 31,1700	R$ 62. 340,0000
242	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	10. 000,00	R$ 1,6700	R$ 16. 700,0000
244	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	3. 000,00	R$ 1,7500	R$ 5. 250,0000
252	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	2. 000,00	R$ 7,2500	R$ 14. 500,0000

Valor Total Homologado - R$ 494.406,00

Fornecedor: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 28.093.678/0001-85

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
15	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL- GOTAS, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	MARIOL UND	500,00	R$ 1,4000	R$ 700,0000
38	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/24	1.000,00	R$ 0,3700	R$ 370,0000
194	FENILEFRINA + TETRACAÍNA 1 + 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO 10 ML	FRASC	ALLERGAN UND	300,00	R$ 10,0000	R$ 3.000,0000
260	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA	COMPRI	E.M.S CX C/30	3.000,00	R$ 0,1900	R$ 570,0000

Valor Total Homologado - R$ 4.640,00

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 25.034.906/0001-58

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
8	AMBROXOL, CLORIDRATO 6 MG/ML XAROPE- FRASCO, DE 100 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	BRASTERAPICA 4,00	4.000,00	R$ 2,4200	R$ 9.680,0000
67	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	COMPRI	BRASTERAPICA BRASTERAPICA	150.000,00	R$ 0,0400	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 15.680,00

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 42.092.374/0001-24

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
9	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML OU MAIS, COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	E.m.s E. m. s	1.000,00	R$ 14,5000	R$ 14.500,0000
26	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	Farmace Farmace	12.000,00	R$ 1,2400	R$ 14.880,0000
31	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamedic Vitamedic	8.000,00	R$ 0,3900	R$ 3.120,0000
73	ANLODIPINO BENSILATO 5MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	80.000,00	R$ 0,0300	R$ 2.400,0000
96	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	200.000,00	R$ 0,0800	R$ 16.000,0000
111	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Geolab Geolab	30.000,00	R$ 0,0500	R$ 1.500,0000
115	DIAZEPAM 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Nova Qui- mica Nova Quimica	20.000,00	R$ 0,0600	R$ 1.200,0000
131	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 500 ML	FRASC	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 3,3000	R$ 6.600,0000
143	BROMOPRIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Fresenius Fresenius	25.000,00	R$ 3,5900	R$ 89.750,0000
144	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	25.000,00	R$ 3,2200	R$ 80.500,0000
154	CLORETO DE SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLFRA	Eurofarma Eurofarma	6.000,00	R$ 4,7600	R$ 28.560,0000
156	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	B250ML	Eurofarma Eurofarma	65.000,00	R$ 3,7000	R$ 240.500,0000
157	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	B500ML	Eurofarma Eurofarma	60.000,00	R$ 3,8800	R$ 232.800,0000
158	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 1000 ML	B1000	Eurofarma Eurofarma	20.000,00	R$ 5,9000	R$ 118.000,0000
180	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Santisa Santisa	5.000,00	R$ 0,6800	R$ 3.400,0000
204	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	B250ML	Fresenius Fresenius	3.000,00	R$ 3,8600	R$ 11.580,0000
205	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLSAA	Fresenius Fresenius	5.000,00	R$ 3,5800	R$ 17.900,0000
209	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	5.000,00	R$ 4,7000	R$ 23.500,0000
217	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- BOLSA 100ML	BOLSA	Farmace Farmace	5.000,00	R$ 6,2300	R$ 31.150,0000
221	OXACILINA SÓDICA 500 MG- PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Nova Far- ma Nova Farma	18.000,00	R$ 1,0500	R$ 18.900,0000
223	PROPOFOL 10MG/ML - FRASCO 20 ML	FRASCO	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000

224	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETAVEL - FRASCO 20ML	AMP1	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
231	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 125 MG PO PARA SOLUCÃO INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	AMP1	Fresenius Fresenius	3.000,00	R$ 8,9800	R$ 26.940,0000
243	TENOXICAN 20 MG PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	FRASCO	Eurofarma Eurofarma	30.000,00	R$ 6,8700	R$ 206.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.245.780,00

Fornecedor: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 01.571.702/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
167	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 100 ML	BOLSA	isofarma bolsa	8.000,00	R$ 20,0000	R$ 160.000,0000
213	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 150 ML	BOLSAA	halexistar bolsa	2.000,00	R$ 24,5000	R$ 49.000,0000
258	FLUCONAZOL 2MG/ML, BOLSA DE SISTEMA FECHADO COM 100ML DE SOLUÇÃO USO INTRAVENOSO + ENVELOPE (EMBALAGEM HOSPITALAR.	BOLSAA	isofarma bolsa	10.000,00	R$ 18,0000	R$ 180.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 389.000,00

Fornecedor: INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ/CPF: 32.138.304/0001-06

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
246	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	hypofarma Ampola	16.000,00	R$ 1,1200	R$ 17.920,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.920,00

Fornecedor: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO ,EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 2,9800	R$ 2.086,0000
2	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURAN- ÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 4,6300	R$ 3.241,0000
4	ACICLOVIR 50MG/G, POMADA, BISNAGA DE 10G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Cimed Cimed	200,00	R$ 2,4500	R$ 490,0000
14	AZITROMICINA 500 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,5800	R$ 17.400,0000
19	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASCO	Teuto Teuto	1.200,00	R$ 6,9900	R$ 8.388,0000
20	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	40.000,00	R$ 0,3100	R$ 12.400,0000
22	CETOCONAZOL 20MG/ML (2%) SHAMPOO, FRASCO 100ML;, EM EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Cimed Cimed	400,00	R$ 5,0900	R$ 2.036,0000
23	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXI- MO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	20.000,00	R$ 0,1800	R$ 3.600,0000
25	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML XAROPE, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100 ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO	FRASC	Hipolabor Hipolabor	5.000,00	R$ 1,7900	R$ 8.950,0000
33	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Loratamed	3.000,00	R$ 2,5700	R$ 7.710,0000
36	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 4MG/ML, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Mariol Mariol	1.000,00	R$ 0,9900	R$ 990,0000
42	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Hipolabor Hipolabor	300,00	R$ 2,3200	R$ 696,0000
46	NITROFURANTOINA 100MG CAPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 CÁPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SEGUDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
57	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Sanval Sanval	30.000,00	R$ 0,1400	R$ 4.200,0000
58	PREDNISOLONA 3MG/ML XAROPE, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 50 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	800,00	R$ 4,4500	R$ 3.560,0000
65	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamed Vitamed	50.000,00	R$ 0,0300	R$ 1.500,0000
69	ALOPURINOL 100MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	3.000,00	R$ 0,1400	R$ 420,0000
78	CARVEDILOL COMPRIMIDO 6,25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1000	R$ 3.000,0000
83	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	1Farma/Cimed 1Farma/Cimed	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000

87	GLIMEPIRIDA 2MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	20.000,00	R$ 0,0700	R$ 1.400,0000
102	SINVASTATINA 40MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1200	R$ 3.600,0000
103	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 50MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	FRASC	Hipolabor Hi- polabor	500,00	R$ 4,3500	R$ 2.175,0000
106	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	70.000,00	R$ 0,0600	R$ 4.200,0000
109	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Sanval Sanval	200,00	R$ 8,9900	R$ 1.798,0000
112	CLONAZEPAM, SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG /ML, FRASCO DE 20ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 2,5500	R$ 1.275,0000
116	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Santisa Santiazepam	80.000,00	R$ 0,0700	R$ 5.600,0000
117	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	Teuto Teuto	80.000,00	R$ 0,1100	R$ 8.800,0000
123	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	CX30	Teuto Teuto	60.000,00	R$ 0,0700	R$ 4.200,0000
135	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,6100	R$ 43.050,0000
136	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,0000	R$ 40.000,0000
140	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML	FRASC	Teuto Teuto	5.000,00	R$ 1,1700	R$ 5.850,0000
146	CEFALOTINA SODICA 1 G PÓ PARA SOLUCÃO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	Blau Cefariston	6.000,00	R$ 5,5200	R$ 33.120,0000
147	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Blau Blau	15.000,00	R$ 4,9900	R$ 74.850,0000
161	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	FRASCO	Teuto Teuto	1.000,00	R$ 4,8900	R$ 4.890,0000
175	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 2ML.	AMPOLA	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 1,2600	R$ 12.600,0000
186	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	500,00	R$ 7,5300	R$ 3.765,0000
215	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	2.000,00	R$ 7,1600	R$ 14.320,0000
218	NITROPRUSSIATO DE SODIO 25 MG/ML, SOLUCÃO INJETAVEL.	AMPOLA	Hypofarma Nitrop	1.000,00	R$ 24,4900	R$ 24.490,0000
247	LIDOCAINA SPRAY 100 MG/ML FRASCO 50ML	FRASC	Hipolabor Hipolabor	5.000,00	R$ 59,9900	R$ 299.950,0000
253	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO 4G + 500 MG INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Fresenius Kabi Fresenius Kabi	30.000,00	R$ 24,6700	R$ 740.100,0000
254	PROTAMINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Cellera Protamina	10.000,00	R$ 3,1900	R$ 31.900,0000
262	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Cimed Cimed	4.000,00	R$ 0,1100	R$ 440,0000
263	OLANZAPINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	4.000,00	R$ 0,5400	R$ 2.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.450.400,00

Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME CNPJ/CPF: 19.391.064/0001-99

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. To-tal
50	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	FARMACE FARMACE	15.000,00	R$ 1,1200	R$ 16.800,0000
155	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 100 ML	BOLSA	FARMACE FARMACE	120.000,00	R$ 2,8900	R$ 346.800,0000
159	CLORETO DE SODIO 20% SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	AMP10M	FARMACE FARMACE	2.000,00	R$ 0,4400	R$ 880,0000
188	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	2.000,00	R$ 23,7300	R$ 47.460,0000

Valor Total Homologado - R$ 411.940,00 Fornecedor: MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI CNPJ/CPF: 09.676.256/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 34.772.843/0001-28

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ/CPF: 24.484.451/0001-00

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
39	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML,SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EM- BALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUN- DÁRIA	FRASC	BELFAR BEL- FAR	1. 000,00	R$ 5,8500	R$ 5. 850,0000
79	CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPOCASTANUM) 250MG, CÁPSULA, EMBALA- GEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUN- DÁRIA	CPS	LEDAL QUI- MI- CA LE- DAL QUIMI- CA	5. 000,00	R$ 0,4600	R$ 2. 300,0000
137	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100. 000 UI, INJ	FRASCO	BALU BALU	2. 000,00	R$ 5,7000	R$ 11. 400,0000
195	FENITOINA 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5. 000,00	R$ 2,9700	R$ 14. 850,0000
245	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3 + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	NOVARTIS NOVARTIS	100,00	R$ 46,0000	R$ 4. 600,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.000,00

Fornecedor: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
62	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALA- GEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	ELOFAR ELO- FAR	600,00	R$ 9,0000	R$ 5. 400,0000
84	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	EMS EMS	60. 000,00	R$ 0,2000	R$ 12. 000,0000
138	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI - G CRISTALINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETAVEL.	FRASCO	BLAU BLAU	3. 000,00	R$ 11,2400	R$ 33. 720,0000
171	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML - 20ML - SOLUCAO INJETAVEL	FRASCO	HYPOFARMA HYPOFARMA	5. 500,00	R$ 5,9500	R$ 32. 725,0000
189	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MY- LAN	6. 000,00	R$ 26,4900	R$ 158. 940,0000
196	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/ EV - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2. 000,00	R$ 3,1900	R$ 6. 380,0000
210	HEPARINA 5.000 UI/0,25ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 0,25 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1. 000,00	R$ 12,4400	R$ 12. 440,0000
225	RETINOL + AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL 10.000 UI + 25 + 5 + 5 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	LATINOFARMA LATINOFARMA	100,00	R$ 12,8900	R$ 1. 289,0000
251	IMIPENEM + CILASTATINA SODICA 500 MG+ 500MG PÓ LIOFILO PARA INJETAVEL FRASCO AMPOLA.	FRASCO	FRESENIUS KABI FRESE- NIUS KABI	10. 000,00	R$ 22,8400	R$ 228. 400,0000

Valor Total Homologado - R$ 491.294,00

Fornecedor: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF: 22.862.531/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
17	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT.D)500 MG + 400 UI , COMPRIMIDO, EM- BALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUN- DÁ- RIA	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	40. 000,00	R$ 0,0500	R$ 2. 000,0000
18	CARBONATO DE CALCIO 500 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COM- PRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	10. 000,00	R$ 0,0500	R$ 500,0000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EMEMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 6,7000	R$ 5. 360,0000
54	POLIVITAMINA LIQUIDO (VITAMINA A 3000UI+ VITAMINA B1 2MG/ML+ VITAMINA B3 1,5 MG/ ML+ VITAMINA B5 10 MG/ML + VITAMINA B6 2MG/ML + VITAMINA B8 0,2 MG/ML + VITAMINA C 80MG/ML + VITAMINA D2 900UI/ML) , FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	ARTE NATIVA ARTE NATIVA	800,00	R$ 7,8900	R$ 6. 312,0000
64	SULFATO FERROSO (25MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, EM- BA- LAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 0,8900	R$ 712,0000
76	CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM- PRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10. 000,00	R$ 0,1100	R$ 1. 100,0000
77	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10. 000,00	R$ 0,1000	R$ 1. 000,0000

Valor Total Homologado - R$ 16.984,00

LEIA –SE:

Fornecedor: BR DANTAI DISTRIBUIDOR HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 10.761.735/0001-91

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
80	CINARIZINA 75 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	50.000,00	R$ 0,2000	R$ 10.000,0000
82	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA MEDQUIMICA	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
108	CARBAMAZEPINA 200 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	50.000,00	R$ 0,1800	R$ 9.000,0000
124	ACETILCISTEINA 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3ML;	AMPOLA	GEOLAB GEOLAB	1.500,00	R$ 1,8300	R$ 2.745,0000
129	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 1.000 ML;	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 5,9600	R$ 11.920,0000
148	CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	UNIAO UNIAO	10.000,00	R$ 2,4500	R$ 24.500,0000
149	FENTANILA CITRATO 50 MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 2ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 1,7100	R$ 1.710,0000
152	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 0,3700	R$ 740,0000
166	CEFEPIMA,CLORIDRATO 2 G PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 20,7200	R$ 103.600,0000
177	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 1,0200	R$ 5.100,0000
181	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	BLAU BLAU	16.000,00	R$ 0,7300	R$ 11.680,0000
183	DIMENIDRINATO 3 MG, PIRIDOXINA 5 MG, GLICOSE 100 MG, FRUTOSE 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML- EV.	AMPOLA	NYCOMED NYCOMED	6.000,00	R$ 3,3600	R$ 20.160,0000
184	ISOSORBIDA, DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRI	ACHE ACHE	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000
190	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	BLAU BLAU	2.000,00	R$ 41,3000	R$ 82.600,0000
197	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.000,00	R$ 1,5100	R$ 7.550,0000
198	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 7,5500	R$ 15.100,0000
200	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	30.000,00	R$ 0,7400	R$ 22.200,0000
206	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	ISOFARMA ISOFARMA	16.000,00	R$ 0,5300	R$ 8.480,0000
207	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 2,2000	R$ 4.400,0000
211	HEPARINA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,5900	R$ 34.770,0000
216	MANITOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 % SISTEMA FECHADO 250 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	5.000,00	R$ 5,4200	R$ 27.100,0000
229	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 1,8700	R$ 18.700,0000
230	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 3,4800	R$ 34.800,0000
235	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	NOVAFARMA NOVAFARMA	10.000,00	R$ 1,2300	R$ 12.300,0000
237	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 3,7800	R$ 3.780,0000
256	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 200 MG- CAPSULA.	CPS	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,2100	R$ 12.100,0000
257	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOLIZADO 200 MG - ENVELOPE.	ENVE	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,3400	R$ 13.400,0000
259	PENTOXIFILINA INJETAVEL 20 MG/ML,CAIXA COM 50 AMPOLAS COM 5ML DE SOLUÇÃO DE USO INTRAVENOSO.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 2,4000	R$ 4.800,0000
261	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	AUROBINDO AUROBINDO	8.000,00	R$ 0,5900	R$ 4.720,0000

Valor Total Homologado - R$ 523.055,00

Fornecedor: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.652.030/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUARIA.	COMPRI	HIPOLABOR CX C/ 500 1134301590024 HIPOFOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
13	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM LACRE DE SEGURANÇA + DILUENTE + SERINGA DOSADORA ACONDICIONADOS DENTRO DA EMBALAGEM	FRASC	PRATI DONADUZZI 1256801850081 CX C/ 50 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 5,4000	R$ 5.400,0000
21	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	BRAINFARMA CX C/ 1 1558405130030 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	400,00	R$ 2,1000	R$ 840,0000
24	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%) - BISNAGA 10G, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201900220021 DEXAGREEN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,0500	R$ 10.500,0000

35	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR CX C 20 1057100860035 PLABEL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	8.000,00	R$ 0,0800	R$ 640,0000
37	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C/ 20 1558403080028 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1500	R$ 150,0000
41	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL, BISNAGA 80G , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	HIPOLABOR CX C/ 50 1134301790023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 6,3000	R$ 6.300,0000
43	NEOMICINA + BACITRACINA 5 + 250 MG/G POMADA BISNAGA DE10G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	BELFAR CX C 1 1057100820025 BACINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,4500	R$ 14.500,0000
45	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA COM 60G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201901220023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	3.000,00	R$ 3,6000	R$ 10.800,0000
53	PERMETRINA 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60 ML COM LACRE DE SEGURANÇA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	IFAL CX C/ 50 1353100020084 PIOLIXINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	500,00	R$ 2,1500	R$ 1.075,0000
56	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL CX C 500 1071402370044 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	5.000,00	R$ 0,0600	R$ 300,0000
68	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CELLERA CX C/ 4 1044001570030 ENDROSTAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
72	ANLODIPINO BENSILATO 10MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 500 1542302430086 BESILAPIN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0600	R$ 3.600,0000
74	ATENOLOL 50MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	VITAMEDIC CX C/30 1039201680093 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
88	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CIMED CX C/ 30 1438101460145 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1200	R$ 2.400,0000
89	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MED QUIMICA CX C/ 500 1091700930042 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	150.000,00	R$ 0,0300	R$ 4.500,0000
94	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 30 1037005050027 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	300.000,00	R$ 0,0500	R$ 15.000,0000
99	NIFEDIPINO 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C 30 1558401690031 NEO FEDIPINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	50.000,00	R$ 0,1100	R$ 5.500,0000
100	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDARIA	COMPRI	GEOLAB CX C 600 1542300170044 POLOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	100.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.000,0000
122	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDARIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 20 1037003210027 PROFERGAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1300	R$ 2.600,0000
127	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LETICINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA FRASCO 100ML	FRASC	HADASSAH CX C/30 81196230001 DERMATROL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 3,3000	R$ 33.000,0000
176	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPRI	PRATI D CX C 500 1256803100101 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,2600	R$ 260,0000

Valor Total Homologado - R$ 135.545,00

Fornecedor: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 07.847.837/0001-10

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
85	FUROSEMIDA 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0600	R$ 6.000,0000
91	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	2.000,00	R$ 0,1600	R$ 320,0000
95	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0800	R$ 8.000,0000
101	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANDOZ DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	50.000,00	R$ 0,0700	R$ 3.500,0000

104	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
105	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	20.000,00	R$ 0,4900	R$ 9.800,0000
132	ALBUMINA HUMANA 20%, INJETÁVEL - FRASCO 50 ML	FRASCA	BLAU DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100,00	R$ 142,9400	R$ 14.294,0000
178	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL (10 MG/G) 1% POMADA - BISNAGA 30G	BISNA	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 13,3500	R$ 133.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 177.614,00

Fornecedor: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI -ME

CNPJ/CPF: 09.315.996/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
29	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	teuto	80.000,00	R$ 0,1600	R$ 12.800,0000
255	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 100 MG - CAPSULA	CPS	repoflor	10.000,00	R$ 0,6000	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 18.800,00

Fornecedor: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 41.511.821/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	ALBENDAZOL 400 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI Comprimido	10.000,00	R$ 0,3300	R$ 3.300,0000
40	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA COM 50G, COM 10 APLICADORES POR BISNAGA SELADOS INDIVIDUALMENTE	TUBO	PRATI TUBO	2.000,00	R$ 4,9900	R$ 9.980,0000
44	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL,FRASCO COM 50 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM CONTAGOTAS, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI FRASCO	500,00	R$ 4,0600	R$ 2.030,0000
51	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	80.000,00	R$ 0,1000	R$ 8.000,0000
63	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	20.000,00	R$ 0,1700	R$ 3.400,0000
97	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	20.000,00	R$ 0,3400	R$ 6.800,0000
98	METILDOPA 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	15.000,00	R$ 0,8500	R$ 12.750,0000
110	CARBONATO DE LITIO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	HIPOLABOR Comprimido	5.000,00	R$ 0,3100	R$ 1.550,0000
128	ADENOSINA 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	1.000,00	R$ 9,8400	R$ 9.840,0000
170	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/G (2%) GELÉIA - BISNAGA 30G	BISNA	PHARLAB Bisnaga	10.000,00	R$ 2,1800	R$ 21.800,0000
174	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	5.000,00	R$ 1,8000	R$ 9.000,0000
191	EPINEFRINA 1 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	8.000,00	R$ 1,2700	R$ 10.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 98.610,00

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 10ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI DONADUZZI GENERICO	3.000,00	R$ 0,9400	R$ 2.820,0000
10	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	10.000,00	R$ 1,1800	R$ 11.800,0000
11	AMOXICILINA 50 MG/ ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM COPO DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	PRATI DONADUZZI GENERICO	2.000,00	R$ 2,6500	R$ 5.300,0000
30	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO DE 30ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB IBUPROTRAT	1.000,00	R$ 1,5500	R$ 1.550,0000
34	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML, FRASCO DE 30 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB HELMILAB	800,00	R$ 1,4000	R$ 1.120,0000
71	AMIODARONA 200MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	20.000,00	R$ 0,3200	R$ 6.400,0000
75	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONADUZZI GENERICO	120.000,00	R$ 0,0400	R$ 4.800,0000
86	GLIBENCLAMIDA 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA GLICONIL	130.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.900,0000
114	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	CRISTALIA LONGACTIL	10.000,00	R$ 0,2500	R$ 2.500,0000

249	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRI	RANBAXY GENERICO	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 43.290,00

Fornecedor: DROGAFONTE LTDA

CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
12	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	UNICHEM(SP) CAP	80.000,00	R$ 0,1900	R$ 15.200,0000
107	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA-S(SP) CPR	35.000,00	R$ 0,2200	R$ 7.700,0000
126	ACIDO TRANEXANICO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML;	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	4.000,00	R$ 4,6500	R$ 18.600,0000
141	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML -5ML	AMP1	MYLAN(ES) F/A	1.000,00	R$ 14,5000	R$ 14.500,0000
192	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMONIO 50MG/G, GEL - 30G.	BISNAG	BIOLAB SA-NU(SP) BIS	200,00	R$ 18,3800	R$ 3.676,0000
214	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	5.000,00	R$ 6,2000	R$ 31.000,0000
220	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	BLAU FAR-MAC(SP) F/A	20.000,00	R$ 14,5000	R$ 290.000,0000
232	SUFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G CREME DERMATOLÓGICO - POTE 400G	POT400	PRATI DO-NAD(PR) POT	2.000,00	R$ 31,1700	R$ 62.340,0000
242	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	10.000,00	R$ 1,6700	R$ 16.700,0000
244	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	3.000,00	R$ 1,7500	R$ 5.250,0000
252	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	2.000,00	R$ 7,2500	R$ 14.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 479.466,00

Fornecedor: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 28.093.678/0001-85

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
38	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/24	1.000,00	R$ 0,3700	R$ 370,0000
194	FENILEFRINA + TETRACAÍNA 1 + 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO 10 ML	FRASC	ALLERGAN UND	300,00	R$ 10,0000	R$ 3.000,0000
260	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA	COMPRI	E.M.S CX C/30	3.000,00	R$ 0,1900	R$ 570,0000

Valor Total Homologado - R$ 3.940,00

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 25.034.906/0001-58

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
67	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	BRASTERAPICA BRASTERAPICA	150.000,00	R$ 0,0400	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 6.000,00

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 42.092.374/0001-24

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
9	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML OU MAIS, COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	E.m.s E.m.s	1.000,00	R$ 14,5000	R$ 14.500,0000
31	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamedic Vitamedic	8.000,00	R$ 0,3900	R$ 3.120,0000
73	ANLODIPINO BENSILATO 5MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	80.000,00	R$ 0,0300	R$ 2.400,0000
96	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	200.000,00	R$ 0,0800	R$ 16.000,0000

111	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Geolab Geolab	30.000,00	R$ 0,0500	R$ 1.500,0000
115	DIAZEPAM 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Nova Quimica Nova Quimica	20.000,00	R$ 0,0600	R$ 1.200,0000
131	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 500 ML	FRASC	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 3,3000	R$ 6.600,0000
144	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	25.000,00	R$ 3,2200	R$ 80.500,0000
180	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Santisa Santisa	5.000,00	R$ 0,6800	R$ 3.400,0000
205	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLSAA	Fresenius Fresenius	5.000,00	R$ 3,5800	R$ 17.900,0000
209	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	5.000,00	R$ 4,7000	R$ 23.500,0000
221	OXACILINA SÓDICA 500 MG- PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Nova Farma Nova Farma	18.000,00	R$ 1,0500	R$ 18.900,0000
223	PROPOFOL 10MG/ML - FRASCO 20 ML	FRASCO	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
224	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETAVEL - FRASCO 20ML	AMP1	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
231	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 125 MG PO PARA SOLUCÃO INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	AMP1	Fresenius Fresenius	3.000,00	R$ 8,9800	R$ 26.940,0000
243	TENOXICAN 20 MG PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	FRASCO	Eurofarma Eurofarma	30.000,00	R$ 6,8700	R$ 206.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 478.560,00

Fornecedor: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

CNPJ/CPF: 01.571.702/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
167	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 100 ML	BOLSA	isofarma bolsa	8.000,00	R$ 20,0000	R$ 160.000,0000
213	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 150 ML	BOLSAA	halexistar bolsa	2.000,00	R$ 24,5000	R$ 49.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 209.000,00

Fornecedor: INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ/CPF: 32.138.304/0001-06

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
246	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	hypofarma Ampola	16.000,00	R$ 1,1200	R$ 17.920,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.920,00

Fornecedor: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 2,9800	R$ 2.086,0000
2	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 4,6300	R$ 3.241,0000
4	ACICLOVIR 50MG/G, POMADA, BISNAGA DE 10G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Cimed Cimed	200,00	R$ 2,4500	R$ 490,0000
14	AZITROMICINA 500 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,5800	R$ 17.400,0000
19	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASCO	Teuto Teuto	1.200,00	R$ 6,9900	R$ 8.388,0000
20	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	40.000,00	R$ 0,3100	R$ 12.400,0000
22	CETOCONAZOL 20MG/ML (2%) SHAMPOO, FRASCO 100ML;, EM EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Cimed Cimed	400,00	R$ 5,0900	R$ 2.036,0000
23	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	20.000,00	R$ 0,1800	R$ 3.600,0000
33	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Loratamed	3.000,00	R$ 2,5700	R$ 7.710,0000
36	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 4MG/ML, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Mariol Mariol	1.000,00	R$ 0,9900	R$ 990,0000
42	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Hipolabor Hipolabor	300,00	R$ 2,3200	R$ 696,0000
46	NITROFURANTOINA 100MG CAPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 CÁPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SEGUDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
57	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Sanval Sanval	30.000,00	R$ 0,1400	R$ 4.200,0000

58	PREDNISOLONA 3MG/ML XAROPE, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 50 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	800,00	R$ 4,4500	R$ 3.560,0000
65	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamed Vitamed	50.000,00	R$ 0,0300	R$ 1.500,0000
83	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	1Farma/Cimed 1Farma/Cimed	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
87	GLIMEPIRIDA 2MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	20.000,00	R$ 0,0700	R$ 1.400,0000
102	SINVASTATINA 40MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1200	R$ 3.600,0000
103	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 50MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 4,3500	R$ 2.175,0000
106	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	70.000,00	R$ 0,0600	R$ 4.200,0000
109	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Sanval Sanval	200,00	R$ 8,9900	R$ 1.798,0000
112	CLONAZEPAM, SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG /ML, FRASCO DE 20ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 2,5500	R$ 1.275,0000
116	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Santisa Santiazepam	80.000,00	R$ 0,0700	R$ 5.600,0000
117	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	Teuto Teuto	80.000,00	R$ 0,1100	R$ 8.800,0000
123	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	CX30	Teuto Teuto	60.000,00	R$ 0,0700	R$ 4.200,0000
135	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,6100	R$ 43.050,0000
136	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,0000	R$ 40.000,0000
140	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML	FRASC	Teuto Teuto	5.000,00	R$ 1,1700	R$ 5.850,0000
146	CEFALOTINA SODICA 1 G PÓ PARA SOLUCÃO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	Blau Cefariston	6.000,00	R$ 5,5200	R$ 33.120,0000
147	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Blau Blau	15.000,00	R$ 4,9900	R$ 74.850,0000
161	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	FRASCO	Teuto Teuto	1.000,00	R$ 4,8900	R$ 4.890,0000
175	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 2ML.	AMPOLA	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 1,2600	R$ 12.600,0000
186	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	500,00	R$ 7,5300	R$ 3.765,0000
215	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	2.000,00	R$ 7,1600	R$ 14.320,0000
253	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO 4G + 500 MG INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Fresenius Kabi Fresenius Kabi	30.000,00	R$ 24,6700	R$ 740.100,0000
254	PROTAMINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Cellera Protamina	10.000,00	R$ 3,1900	R$ 31.900,0000
262	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Cimed Cimed	4.000,00	R$ 0,1100	R$ 440,0000
263	OLANZAPINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	4.000,00	R$ 0,5400	R$ 2.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.113.590,00

Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME

CNPJ/CPF: 19.391.064/0001-99

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
188	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	2.000,00	R$ 23,7300	R$ 47.460,0000

Valor Total Homologado - R$ 47.460,00

Fornecedor: MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI

CNPJ/CPF: 09.676.256/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 34.772.843/0001-28

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

CNPJ/CPF: 24.484.451/0001-00

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
39	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML,SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR BELFAR	1.000,00	R$ 5,8500	R$ 5.850,0000
79	CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPOCASTANUM) 250MG, CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	CPS	LEDAL QUIMICA LEDAL QUIMICA	5.000,00	R$ 0,4600	R$ 2.300,0000
137	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100.000 UI, INJ	FRASCO	BALU BALU	2.000,00	R$ 5,7000	R$ 11.400,0000
195	FENITOINA 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,9700	R$ 14.850,0000
245	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3 + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	NOVARTIS NOVARTIS	100,00	R$ 46,0000	R$ 4.600,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.000,00

Fornecedor: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
84	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	EMS EMS	60.000,00	R$ 0,2000	R$ 12.000,0000
189	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	6.000,00	R$ 26,4900	R$ 158.940,0000
196	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/ EV - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,1900	R$ 6.380,0000
251	IMIPENEM + CILASTATINA SODICA 500 MG+ 500MG PÓ LIOFILO PARA INJETAVEL FRASCO AMPOLA.	FRASCO	FRESENIUS KABI FRESENIUS KABI	10.000,00	R$ 22,8400	R$ 228.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 405.720,00

Fornecedor: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/CPF: 22.862.531/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
17	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT.D)500 MG + 400 UI , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	40.000,00	R$ 0,0500	R$ 2.000,0000
18	CARBONATO DE CALCIO 500 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	10.000,00	R$ 0,0500	R$ 500,0000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EMEMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 6,7000	R$ 5.360,0000
54	POLIVITAMINA LIQUIDO (VITAMINA A 3000UI+ VITAMINA B1 2MG/ML+ VITAMINA B3 1,5 MG/ML+ VITAMINA B5 10 MG/ML + VITAMINA B6 2MG/ML + VITAMINA B8 0,2 MG/ML + VITAMINA C 80MG/ML + VITAMINA D2 900UI/ML) , FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	ARTE NATIVA ARTE NATIVA	800,00	R$ 7,8900	R$ 6.312,0000
76	CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1100	R$ 1.100,0000
77	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1000	R$ 1.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 16.272,00

PEDRA PRETA, 03 DE MAIO DE 2022.

_____

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

Portaria 203/2022

_____

FERNANDO ARANTES CORRÊA DA COSTA

Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços

Portaria Nº. 409/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2022

O Município de Pedra Preta/MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, por intermédio de sua **Chefe do Departamento de Licitação e Contratos a Srª RITHYENE GOMES DA SILVA**, designada pela Portaria nº 203/2022 de 14 de abril de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida

pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 124, de 6 de Agosto de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 08 de Agosto de 2019, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei n°999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, à Lei Federal n.º 8.666/93, e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo Pregoeiro(a) do Município Senhor **FERNANDO ARANTES CORREA DA COSTA**, para tanto nomeados Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 206/2022 de 18 de Abril de 2022, **que às 13:00 hrs do dia 16/05/2022,** realizará **LICITAÇÃO** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2022**, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto**: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de expediente,** conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital**;** os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486- 4400- Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 03 de Maio de 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

(Portaria Nº 203/2022)

EXTRATO DE COMPRAS DIRETAS Nº 132/2022 À 142/2022

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no mês de abril entre os dias 01/04/2022 à 30/04/2022, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.

Solicitação	Data	Reduzido	Fornecedor	Descrição	Quantidade	Destinação	Valor	Dotação Orçamentária
879	01/04/2022	102	04.411.198/0001-57 - GESTOR PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	1-ELABORAÇÃO DE CROQUI DE SUBSTITUIÇÕES EM FORMATO A1 COM IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS, REFERÊNCIAS, COORDENADAS E P O T Ê N C I A D A S L U M I N Á R I A S ; . ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO CROQUI (PROJETO EXECUTIVO) DAS SUBSTITUIÇÕES DAS LUMINÁRIAS. QUADRO RESUMO COMPOSTO POR NOME DAS VIAS, POTÊNCIAS, QUANTITATIVOS E TIPOS DE VIAS A SUBSTITUIR; . DISPONIBILIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO COM COORDENADAS, REGISTRO FOTOGRAFICOS E DEMAIS INFORMAÇÕES DIAGNOSTICAS EM CAMPO PERTINENTE AO PROJETO. PARA ATENDER AS ORIENTAÇÕES DA CARTILHA DE ORIENTAÇÃO AOS MUNICIPIOS, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA MT ILUMINADO.	1	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	17.600,00	05.001.15.452.0004.2.036.3.3.90.39.00.00.
880	01/04/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	4-PREGABALINA 150MG COM 28 COMPRIMIDOS; 8-CALDE KM 30 COMP; 4-COLFLEX 30 SACHES; 2-DULOXETINA 60 MG COM 60 COMPRIMIDOS	18	Secretaria Municipal de Saúde	1.897,60	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
913	04/04/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	6-TOPIRAMATO 100 MG , EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDO; 2-CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG- CAIXA COM 60 COMP; 3-UNINALTREX 50MG CAIXAS COM 30 COMP; 3-QUET XR 50MG - HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA CX COM 30 COMP; 6-FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA; 3-ALPRAZOLAM 2 MG COM 30 COMPRIMIDOS.	23	Secretaria Municipal de Saúde	1.148,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
1006	14/04/2022	288	25.117.548/0001-47 - LOPES E DISSEGNA LTDA - ME	2-URNA FUNERARIA INFANTIL	2	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	2.000,00	08.001.08.244.0010.2.114.3.3.90.30.00.00.
1011	18/04/2022	71	06.159.325/0001-06 - VALOR AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	1-SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE AUDITORIA EXTERNA E INDEPENDENTE PARA AUDITAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTABEIS REFRENTES AO EXERCICIO DE 2021.	1	Secretaria Municipal de Finanças	45.500,00	04.001.04.123.0001.2.014.3.3.90.39.00.00.
1016	18/04/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	4-PREGABALINA 100MG COM 30 COMPLIMIDOS; 4-PREGABALINA 150MG COM30 COMPRIMIDOS; 6-BACLOFENO 10MG C/20 COMP; 6-TRAMADOL, 100 MG COM 10 CPR.	20	Secretaria Municipal de Saúde	1.262,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
1017	18/04/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-TOPIRAMATO 50 MG COM 60 COMPR; 3-TOPIRAMATO 100 MG , EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDO.	6	Secretaria Municipal de Saúde	285,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
1028	20/04/2022	383	13.759.813/0002-92 - SINGULAR DROGARIA E MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA	8-VORICONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG com 14 comprimidos ,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	8	Secretaria Municipal de Saúde	3.280,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.

1055	25/04/2022	40	77.941.490/0119-47 - GAZIN IND. E COM. DE MOVEIS E ELETRODOMESTICO LTDA	1-APARELHO CELULAR TAMANHO DE TELA 6,5", MEMORIA INTERNA 128GB; DUAL CHIP DUAL SIM; MEMORIA RAM 4 GB; BATERIA 5000MAH	1	Secretaria Geral e Coordenação Administrativa	1.795,00	03.001.04.122.0001.2.009.4.4.90.52.00.00.
1119	28/04/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	6-CARBOLITIUM 300MG	6	Secretaria Municipal de Saúde	231,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
1120	28/04/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	2-SOMALGIN CARDIO 100MG C/ 60 COMP.; 3-BRILINTA 90 MG COM 60 COMPRIMIDOS; 3-ROSUVASTATINA 20MG C/ 30CPR; 3-SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG COM 30 COMPRIMIDOS; 6-SUSTRATE 10 MG COM 50 COMPRIMIDOS; 2-ISORDIL SUBLINGUAL 5 MG COM 30 COMPRIMIDOS	19	Secretaria Municipal de Saúde	1.307,67	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.

PORTARIA Nº 233/2022 - NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - VILMAR GREGÓRIO GARCIA

DE 03 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Iranice Santana Cardoso do cargo de Secretário Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art.1º Nomear**o** senhor VILMAR GREGÓRIO GARCIA, para o cargo de Secretário Municipal de Educação para atuar na Secretaria Municipal de Educação do Município de Pedra Preta – MT.

Art.3ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 03 de maio de 2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 232/2022 - DESIGNAÇÃO RICARDO MOREIRA DE OLIVEIRA

DE 03 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO de Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício Circular nº 18/2022 expedido pela Presidência do Tribunal de Contas de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor RICARDO MOREIRA DE OLIVEIRA, lotado de cargo de contador sob matrícula nº 5303, para atuar como representante do município de Pedra Preta junto ao grupo de estudos destinado a avaliar os sistemas contábeis e fiscais dos jurisdicionados do TCE/MT.

Art. 2º Os serviços a que se referem o caput do artigo anterior serão prestados sem custos para a administração municipal.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

CONTRATO Nº 035/2022 - OLMI INFORMATICA LTDA EPP

CONTRATO Nº 035/2022.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: OLMI INFORMATICA LTDA EPP	
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2022 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2022.	**DATA: 29/04/2022**
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual Aquisição de geladeiras por meio de convênio do ministério da saúde, recurso de emenda parlamentar para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde. Nº da proposta: 1465.260000/1150-01.	
VALOR: **R$ 31.196,00 (Trinta e um mil cento e noventa e seis reais).**	
VIGÊNCIA: 29/04/2022 a 29/04/2023.	
DOTAÇÃO: Red: 400 Orgão/Unidade: 11.001 Secretaria Municipal de saúde Função/Subfunção: 10.302 saúde/assistência hospitalar e ambulatorial. Programa/Projeto Atividade: 2061 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Fonte Recurso: 3 - RECURSOS DA SAUDE	

PORTARIA Nº 234/2022 - REVOGAÇÃO TOTAL DA PORTARIA DE Nº 204/2022

DE 03 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a Revogação Total da Portaria de nº 204/2022 de 14 de abril de 2022.

***NELSON ANTONIO ORLATO*,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1° Revogar de inteiro teor a Portaria Nº 204/2022 de 14 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2019 - COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL ESTADO DE MATO GROSSO

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL ESTADO DE MATO GROSSO	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2018.	**DATA:** 08/04/2022
1.1 OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação para mais **12 (doze)** meses, estendendo-se até o dia 21/03/2023.	
convalidação: Ficam convalidados os atos eventualmente praticados a partir de 21/03/2022 até a assinatura do presente aditivo	

TERMO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2022

Processo nº:	**11/2022**
Modalidade:	**PREGÃO SRP**
Forma:	**ELETRÔNICA**
Tipo:	**MENOR PREÇO POR ITEM**
Objeto:	**Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de acordo com o Anexo IV – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.**

No uso do princípio da **AUTO TUTELA**, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide **RETIFICAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008-2022 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS:.**

ONDE SE LÊ:

Fornecedor: BR DANTAI DISTRIBUIDOR HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 10.761.735/0001-91

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
7	AMBROXOL, CLORIDRATO 3 MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB NATULAB	4.000,00	R$ 2,1500	R$ 8.600,0000
47	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	20.000,00	R$ 0,0900	R$ 1.800,0000
48	OLEO MINERAL 100ML	FRASC	FARMAX FARMAX	1.500,00	R$ 2,7700	R$ 4.155,0000
52	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	JRD JRD	3.000,00	R$ 0,3400	R$ 1.020,0000
80	CINARIZINA 75 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	50.000,00	R$ 0,2000	R$ 10.000,0000
81	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PHARLAB PHARLAB	60.000,00	R$ 0,1100	R$ 6.600,0000
82	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA MEDQUIMICA	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
90	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MERCK MERCK	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
108	CARBAMAZEPINA 200 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	50.000,00	R$ 0,1800	R$ 9.000,0000
118	FENOBARBITAL 100 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	35.000,00	R$ 0,1600	R$ 5.600,0000
119	FENOBARBITAL 40 MG/ML GOTAS, FRASCO DE 20 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	CRISTALIA CRISTALIA	200,00	R$ 5,5300	R$ 1.106,0000
124	ACETILCISTEINA 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3ML;	AMPOLA	GEOLAB GEOLAB	1.500,00	R$ 1,8300	R$ 2.745,0000
125	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 5ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	20.000,00	R$ 4,7400	R$ 94.800,0000
129	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 1.000 ML;	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 5,9600	R$ 11.920,0000
148	CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	UNIAO UNIAO	10.000,00	R$ 2,4500	R$ 24.500,0000
149	FENTANILA CITRATO 50 MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 2ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 1,7100	R$ 1.710,0000
152	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 0,3700	R$ 740,0000
153	CLORETO DE SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	BOLSFR	JP JP	6.000,00	R$ 3,9900	R$ 23.940,0000
160	SUXAMETONIO CLORETO 500 MG PÓ LIOFILO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	UNIAO UNI-	2.	R$	R$ 44.

			AO	000,00	22,1100	220,0000
162	AMIODARONA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML.	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5. 000,00	R$ 2,0900	R$ 10. 450,0000
163	CLORIDRATO BAMIFILINA 300 MG	COMPRI	CHIESI CHIE-SI	2. 000,00	R$ 1,4900	R$ 2. 980,0000
164	CLORIDRATO BAMIFILINA 600 MG	COMPRI	CHIESI CHIE-SI	3. 000,00	R$ 2,3700	R$ 7. 110,0000
165	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA 5MG/ML + GLICOSE 8% - AMPOLA 4 ML.	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2. 000,00	R$ 4,5900	R$ 9. 180,0000
166	CEFEPIMA,CLORIDRATO 2 G PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	TEUTO TEU-TO	5. 000,00	R$ 20,7200	R$ 103. 600,0000
168	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2. 000,00	R$ 3,6100	R$ 7. 220,0000
169	CLORIDTATO DE LIDOCAINA + EPINEFRINA 20 MG/ML + 1:200.000 UI SOLUÇÃO INJE-TAVEL - FRASCO 20 ML.	FRASC	CRISTALIA CRISTALIA	1. 200,00	R$ 9,6200	R$ 11. 544,0000
173	ONDASETRONA , CLORIDRATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	FRESENIUS FRESENIUS	10. 000,00	R$ 3,2600	R$ 32. 600,0000
177	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO TEU-TO	5. 000,00	R$ 1,0200	R$ 5. 100,0000
179	DESLANOSIDEO 0,2MG/2ML - SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2ML	AMP2ML	UNIAO UNI-AO	1. 000,00	R$ 2,5900	R$ 2. 590,0000
181	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	BLAU BLAU	16. 000,00	R$ 0,7300	R$ 11. 680,0000
182	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL -AMPOLA 1 ML IM.	AMPOLA	UNIAO UNI-AO	4. 000,00	R$ 2,0500	R$ 8. 200,0000
183	DIMENIDRINATO 3 MG, PIRIDOXINA 5 MG, GLICOSE 100 MG, FRUTOSE 100 MG/ML SO-LUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML- EV.	AMPOLA	NYCOMED NYCOMED	6. 000,00	R$ 3,3600	R$ 20. 160,0000
184	ISOSORBIDA, DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRI	ACHE ACHE	10. 000,00	R$ 0,3100	R$ 3. 100,0000
185	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	100. 000,00	R$ 1,6300	R$ 163. 000,0000
190	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	BLAU BLAU	2. 000,00	R$ 41,3000	R$ 82. 600,0000
193	ETILEFRINA 10MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	UNIAO UNI-AO	1. 000,00	R$ 4,1300	R$ 4. 130,0000
197	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	5. 000,00	R$ 1,5100	R$ 7. 550,0000
198	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2. 000,00	R$ 7,5500	R$ 15. 100,0000
199	DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2,5 ML	AMPOLA	TEUTO TEU-TO	18. 000,00	R$ 1,6600	R$ 29. 880,0000
200	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	30. 000,00	R$ 0,7400	R$ 22. 200,0000
201	GLICERINA 12 % CLISTER - FRASCO 500 ML	FRASC	JP JP	1. 000,00	R$ 7,0500	R$ 7. 050,0000
202	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	10. 000,00	R$ 0,4200	R$ 4. 200,0000
203	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 1000 ML	BOLSAA	JP JP	1. 000,00	R$ 7,3000	R$ 7. 300,0000
206	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	ISOFARMA ISOFARMA	16. 000,00	R$ 0,5300	R$ 8. 480,0000
207	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2. 000,00	R$ 2,2000	R$ 4. 400,0000
211	HEPARINA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML	FRASCO	BLAU BLAU	3. 000,00	R$ 11,5900	R$ 34. 770,0000
216	MANITOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 % SISTEMA FECHADO 250 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	5. 000,00	R$ 5,4200	R$ 27. 100,0000
219	OCITOCINA 5UI/ML -AMPOLA 1 ML	AMPOLA	UNIAO UNI-AO	8. 000,00	R$ 2,1100	R$ 16. 880,0000
222	PETIDINA 50MG/ML -AMPOLA 2 ML	AMPOLA	UNIAO UNI-AO	2. 000,00	R$ 5,4800	R$ 10. 960,0000
226	RINGER LACTATO, SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	FRASC	HALEXISTAR HALEXISTAR	3. 000,00	R$ 3,6400	R$ 10. 920,0000
227	RINGER SIMPLES, SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	3. 000,00	R$ 4,3300	R$ 12. 990,0000
228	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 20 MG/ML SOLUÇÃO ENDOVENOSA -AMPOLA 5ML	AMPOLA	BLAU BLAU	10. 000,00	R$ 15,3800	R$ 153. 800,0000
229	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10. 000,00	R$ 1,8700	R$ 18. 700,0000
230	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10. 000,00	R$ 3,4800	R$ 34. 800,0000
234	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	800,00	R$ 3,6500	R$ 2. 920,0000
235	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	NOVAFARMA NOVAFARMA	10. 000,00	R$ 1,2300	R$ 12. 300,0000
236	SULFATO DE MAGNESIO 50% SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2. 000,00	R$ 9,0300	R$ 18. 060,0000
237	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1. 000,00	R$ 3,7800	R$ 3. 780,0000
238	MORFINA, SULFATO 10 MG COMPRIMIDO	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	500,00	R$ 0,7600	R$ 380,0000
239	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	3. 000,00	R$ 2,6800	R$ 8. 040,0000
240	MORFINA, SULFATO 30 MG COMPRIMIDO	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	500,00	R$ 2,1900	R$ 1. 095,0000

248	DEXAMETASONA0,1 MG/ML ELIXIR, FRASCO 120ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	FARMACE FARMACE	5.000,00	R$ 2,5200	R$ 12.600,0000
256	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 200 MG- CAPSULA.	CPS	CIFARMA CI-FARMA	10.000,00	R$ 1,2100	R$ 12.100,0000
257	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOLIZADO 200 MG - ENVELOPE.	ENVE	CIFARMA CI-FARMA	10.000,00	R$ 1,3400	R$ 13.400,0000
259	PENTOXIFILINA INJETAVEL 20 MG/ML,CAIXA COM 50 AMPOLAS COM 5ML DE SOLUÇÃO DE USO INTRAVENOSO.	AMPOLA	UNIAO UNI-AO	2.000,00	R$ 2,4000	R$ 4.800,0000
261	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	AUROBINDO AUROBINDO	8.000,00	R$ 0,5900	R$ 4.720,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.271.155,00

Fornecedor: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.652.030/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
3	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUARIA.	COMPRI	HIPOLABOR CX C/ 500 1134301590024 HIPOFOL DE- MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
13	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM LACRE DE SEGURANÇA + DILUENTE + SERINGA DOSADORA ACONDICIONADOS DENTRO DA EMBALAGEM	FRASC	PRATI DONADUZZI 1256801850081 CX C/ 50 GE- NERICO DEMAIS CONDI-ÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 5,4000	R$ 5.400,0000
21	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	BRAINFARMA CX C/ 1 1558405130030 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	400,00	R$ 2,1000	R$ 840,0000
24	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%) - BISNAGA 10G, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201900220021 DEXAGRE-EN DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,0500	R$ 10.500,0000
28	GUACO (MIKANIA GLOMERATA S.) 35 MG/ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRI- MÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	NATULAB CX C/ 50 1384100320142 XAROPE DE GUACO DEMAIS CONDI-ÇÕES CONFORME EDITAL.	600,00	R$ 2,6600	R$ 1.596,0000
35	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR CX C 20 1057100860035 PLABEL DE- MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	8.000,00	R$ 0,0800	R$ 640,0000
37	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C/ 20 1558403080028 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1500	R$ 150,0000
41	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL, BISNAGA 80G., EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	HIPOLABOR CX C/ 50 1134301790023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 6,3000	R$ 6.300,0000
43	NEOMICINA + BACITRACINA 5 + 250 MG/G POMADA BISNAGA DE10G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	BELFAR CX C 1 1057100820025 BACINA DE-MAIS CONDIÇÕES CON-FOR-ME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,4500	R$ 14.500,0000
45	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA COM 60G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201901220023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	3.000,00	R$ 3,6000	R$ 10.800,0000
49	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA, EMBALAGEM EM BLISTER/CARTELA COM NO MÁXIMO 1.000 CAPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁ- RIA	COMPRI	GLOBO PT C 56 1053501720126 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	55.000,00	R$ 0,1000	R$ 5.500,0000
53	PERMETRINA 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60 ML COM LACRE DE SEGURANÇA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	IFAL CX C/ 50 1353100020084 PIOLIXINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	500,00	R$ 2,1500	R$ 1.075,0000
56	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL CX C 500 1071402370044 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	5.000,00	R$ 0,0600	R$ 300,0000
68	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CELLERA CX C/ 4 1044001570030 ENDROS-TAN DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
72	ANLODIPINO BENSILATO 10MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 500 1542302430086 BESILAPIN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0600	R$ 3.600,0000
74	ATENOLOL 50MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	VITAMEDIC CX C/30 1039201680093 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000

88	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CIMED CX C/ 30 1438101460145 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1200	R$ 2.400,0000
89	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MED QUIMICA CX C/ 500 1091700930042 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	150.000,00	R$ 0,0300	R$ 4.500,0000
94	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 30 1037005050027 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	300.000,00	R$ 0,0500	R$ 15.000,0000
99	NIFEDIPINO 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C 30 1558401690031 NEO FEDIPINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	50.000,00	R$ 0,1100	R$ 5.500,0000
100	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDARIA	COMPRI	GEOLAB CX C 600 1542300170044 POLOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	100.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.000,0000
122	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDARIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 20 1037003210027 PROFERGAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1300	R$ 2.600,0000
127	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LETICINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA FRASCO 100ML	FRASC	HADASSAH CX C/30 81196230001 DERMATROL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 3,3000	R$ 33.000,0000
176	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPRI	PRATI D CX C 500 1256803100101 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,2600	R$ 260,0000

Valor Total Homologado - R$ 142.641,00

Fornecedor: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 07.847.837/0001-10

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
85	FUROSEMIDA 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOS-TA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0600	R$ 6.000,0000
91	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	2.000,00	R$ 0,1600	R$ 320,0000
95	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOS-TA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0800	R$ 8.000,0000
101	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANDOZ DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	50.000,00	R$ 0,0700	R$ 3.500,0000
104	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
105	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	20.000,00	R$ 0,4900	R$ 9.800,0000
132	ALBUMINA HUMANA 20%, INJETÁVEL - FRASCO 50 ML	FRASCA	BLAU DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100,00	R$ 142,9400	R$ 14.294,0000
178	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL (10 MG/G) 1% POMADA - BISNAGA 30G	BISNA	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 13,3500	R$ 133.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 177.614,00

Fornecedor: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI -ME CNPJ/CPF: 09.315.996/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
27	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	CPS	medquimica	10.000,00	R$ 0,4600	R$ 4.600,0000
29	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	teuto	80.000,00	R$ 0,1600	R$ 12.800,0000
61	SIMETICONA 75MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 15 ML , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	e.m.s	1.000,00	R$ 1,3600	R$ 1.360,0000
255	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 100 MG - CAPSULA	CPS	repoflor	10.000,00	R$ 0,6000	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 24.760,00

Fornecedor: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 41.511.821/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

5	ALBENDAZOL 400 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI Comprimido	10.000,00	R$ 0,3300	R$ 3.300,0000
16	ESCOPOLAMINA , BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 6,67MG/ML + 333,4 MG/ML, FRASCO 20 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR FRASCO	800,00	R$ 5,9000	R$ 4.720,0000
40	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA COM 50G, COM 10 APLICADORES POR BISNAGA SELADOS INDIVIDUALMENTE	TUBO	PRATI TUBO	2.000,00	R$ 4,9900	R$ 9.980,0000
44	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL,FRASCO COM 50 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM CONTAGOTAS, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI FRASCO	500,00	R$ 4,0600	R$ 2.030,0000
51	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	80.000,00	R$ 0,1000	R$ 8.000,0000
63	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	20.000,00	R$ 0,1700	R$ 3.400,0000
97	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	20.000,00	R$ 0,3400	R$ 6.800,0000
98	METILDOPA 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	15.000,00	R$ 0,8500	R$ 12.750,0000
110	CARBONATO DE LITIO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	HIPOLABOR Comprimido	5.000,00	R$ 0,3100	R$ 1.550,0000
128	ADENOSINA 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	1.000,00	R$ 9,8400	R$ 9.840,0000
170	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/G (2%) GELÉIA - BISNAGA 30G	BISNA	PHARLAB Bisnaga	10.000,00	R$ 2,1800	R$ 21.800,0000
174	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	5.000,00	R$ 1,8000	R$ 9.000,0000
191	EPINEFRINA 1 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	8.000,00	R$ 1,2700	R$ 10.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 103.330,00

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
6	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 10ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	3.000,00	R$ 0,9400	R$ 2.820,0000
10	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125MG COMPRIMIDO , EM- BALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SE-CUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GE- NERICO	10.000,00	R$ 1,1800	R$ 11.800,0000
11	AMOXICILINA 50 MG/ ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML COM LA- CRE DE SEGURANÇA, COM COPO DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	2.000,00	R$ 2,6500	R$ 5.300,0000
30	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO DE 30ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB IBU-PROTRAT	1.000,00	R$ 1,5500	R$ 1.550,0000
34	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML, FRASCO DE 30 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB HEL-MILAB	800,00	R$ 1,4000	R$ 1.120,0000
60	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, ENVELOPE DE 27,9G; EMBALAGEM COM NO MÁXI-MO 1.000 SACHE, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	ENVE	NATULAB HI-DRAPLEX	30.000,00	R$ 0,6900	R$ 20.700,0000
70	ALOPURINOL 300MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	5.000,00	R$ 0,3000	R$ 1.500,0000
71	AMIODARONA 200MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI-MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GE-NERICO	20.000,00	R$ 0,3200	R$ 6.400,0000
75	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMI- DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	120.000,00	R$ 0,0400	R$ 4.800,0000
86	GLIBENCLAMIDA 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM-PRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA GLICONIL	130.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.900,0000
113	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁ-XIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LON-GACTIL	20.000,00	R$ 0,3400	R$ 6.800,0000
114	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXI-MO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	CRISTALIA LON-GACTIL	10.000,00	R$ 0,2500	R$ 2.500,0000
120	HALOPERIDOL 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI-MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA HA-LO	100.000,00	R$ 0,2600	R$ 26.000,0000
121	LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 CP, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LE-VOZINE	3.000,00	R$ 0,4400	R$ 1.320,0000
130	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE ENDOVENOSO 10ML;	FRASC	FARMACE FAR- MACE -AGUA PARA INJECAO IV	50.000,00	R$ 0,4500	R$ 22.500,0000
241	SULFATO DE NEOMICINA 5MG + BACITRACINA 250 UI/G - POMADA 50G	BISNA	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	5.000,00	R$ 7,4000	R$ 37.000,0000
249	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRI	RANBAXY GE-NERICO	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000
250	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO + FOSFATO DE SODIO DIBASICO 16+6% - ENEMA	FRASC	NATULAB L-ENEMA	5.000,00	R$ 5,5000	R$ 27.500,0000

	130 ML.					

Valor Total Homologado - R$ 186.610,00 Fornecedor: DROGAFONTE LTDA CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. To-tal
12	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM-PRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	UNICHEM(SP) CAP	80. 000,00	R$ 0,1900	R$ 15. 200,0000
107	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA-S(SP) CPR	35. 000,00	R$ 0,2200	R$ 7. 700,0000
126	ACIDO TRANEXANICO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML;	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	4. 000,00	R$ 4,6500	R$ 18. 600,0000
141	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML -5ML	AMP1	MYLAN(ES) F/A	1. 000,00	R$ 14,5000	R$ 14. 500,0000
151	CLINDAMICINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	3. 000,00	R$ 4,9800	R$ 14. 940,0000
192	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMONIO 50MG/G, GEL - 30G.	BISNAG	BIOLAB SA-NU(SP) BIS	200,00	R$ 18,3800	R$ 3. 676,0000
214	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	5. 000,00	R$ 6,2000	R$ 31. 000,0000
220	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	BLAU FAR-MAC(SP) F/A	20. 000,00	R$ 14,5000	R$ 290. 000,0000
232	SUFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G CREME DERMATOLÓGICO - POTE 400G	POT400	PRATI DO-NAD(PR) POT	2. 000,00	R$ 31,1700	R$ 62. 340,0000
242	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	10. 000,00	R$ 1,6700	R$ 16. 700,0000
244	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	3. 000,00	R$ 1,7500	R$ 5. 250,0000
252	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	2. 000,00	R$ 7,2500	R$ 14. 500,0000

Valor Total Homologado - R$ 494.406,00

Fornecedor: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 28.093.678/0001-85

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
15	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL- GOTAS, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	MARIOL UND	500,00	R$ 1,4000	R$ 700,0000
38	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM-PRIMI- DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/24	1. 000,00	R$ 0,3700	R$ 370,0000
194	FENILEFRINA + TETRACAÍNA 1 + 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO 10 ML	FRASC	ALLERGAN UND	300,00	R$ 10,0000	R$ 3. 000,0000
260	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMI-DOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA	COMPRI	E.M.S CX C/30	3. 000,00	R$ 0,1900	R$ 570,0000

Valor Total Homologado - R$ 4.640,00

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 25.034.906/0001-58

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
8	AMBROXOL, CLORIDRATO 6 MG/ML XAROPE- FRASCO, DE 100 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	BRASTERAPICA 4,00	4. 000,00	R$ 2,4200	R$ 9. 680,0000
67	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	COMPRI	BRASTERAPICA BRASTERAPICA	150. 000,00	R$ 0,0400	R$ 6. 000,0000

Valor Total Homologado - R$ 15.680,00

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 42.092.374/0001-24

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
9	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRAS-CO COM 75 ML OU MAIS, COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EM-BALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	E.m.s E. m. s	1. 000,00	R$ 14,5000	R$ 14. 500,0000
26	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	Farmace Farmace	12. 000,00	R$ 1,2400	R$ 14. 880,0000
31	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamedic Vitamedic	8. 000,00	R$ 0,3900	R$ 3. 120,0000
73	ANLODIPINO BENSILATO 5MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM-PRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	80. 000,00	R$ 0,0300	R$ 2. 400,0000
96	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	200. 000,00	R$ 0,0800	R$ 16. 000,0000

111	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Geolab Geolab	30.000,00	R$ 0,0500	R$ 1.500,0000

115	DIAZEPAM 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Nova Qui- mica Nova Quimica	20.000,00	R$ 0,0600	R$ 1.200,0000
131	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 500 ML	FRASC	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 3,3000	R$ 6.600,0000
143	BROMOPRIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Fresenius Fresenius	25.000,00	R$ 3,5900	R$ 89.750,0000
144	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJE-TÁ-VEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	25.000,00	R$ 3,2200	R$ 80.500,0000
154	CLORETO DE SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLFRA	Eurofarma Eurofarma	6.000,00	R$ 4,7600	R$ 28.560,0000
156	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	B250ML	Eurofarma Eurofarma	65.000,00	R$ 3,7000	R$ 240.500,0000
157	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	B500ML	Eurofarma Eurofarma	60.000,00	R$ 3,8800	R$ 232.800,0000
158	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 1000 ML	B1000	Eurofarma Eurofarma	20.000,00	R$ 5,9000	R$ 118.000,0000
180	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Santisa Santisa	5.000,00	R$ 0,6800	R$ 3.400,0000
204	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	B250ML	Fresenius Fresenius	3.000,00	R$ 3,8600	R$ 11.580,0000
205	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLSAA	Fresenius Fresenius	5.000,00	R$ 3,5800	R$ 17.900,0000
209	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	5.000,00	R$ 4,7000	R$ 23.500,0000
217	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- BOLSA 100ML	BOLSA	Farmace Farmace	5.000,00	R$ 6,2300	R$ 31.150,0000
221	OXACILINA SÓDICA 500 MG- PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Nova Far- ma Nova Farma	18.000,00	R$ 1,0500	R$ 18.900,0000
223	PROPOFOL 10MG/ML - FRASCO 20 ML	FRASCO	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
224	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETAVEL - FRASCO 20ML	AMP1	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
231	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 125 MG PO PARA SOLUCÃO INJETA-VEL - FRASCO AMPOLA	AMP1	Fresenius Fresenius	3.000,00	R$ 8,9800	R$ 26.940,0000
243	TENOXICAN 20 MG PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	FRASCO	Eurofarma Eurofarma	30.000,00	R$ 6,8700	R$ 206.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.245.780,00

Fornecedor: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 01.571.702/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
167	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 100 ML	BOLSA	isofarma bolsa	8.000,00	R$ 20,0000	R$ 160.000,0000
213	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 150 ML	BOLSAA	halexistar bolsa	2.000,00	R$ 24,5000	R$ 49.000,0000
258	FLUCONAZOL 2MG/ML, BOLSA DE SISTEMA FECHADO COM 100ML DE SOLUÇÃO USO IN-TRAVENOSO + ENVELOPE (EMBALAGEM HOSPITALAR.	BOLSAA	isofarma bolsa	10.000,00	R$ 18,0000	R$ 180.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 389.000,00

Fornecedor: INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ/CPF: 32.138.304/0001-06

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
246	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	hypofarma Ampola	16.000,00	R$ 1,1200	R$ 17.920,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.920,00

Fornecedor: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 2,9800	R$ 2.086,0000
2	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURAN- ÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 4,6300	R$ 3.241,0000
4	ACICLOVIR 50MG/G, POMADA, BISNAGA DE 10G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Cimed Cimed	200,00	R$ 2,4500	R$ 490,0000
14	AZITROMICINA 500 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,5800	R$ 17.400,0000
19	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASCO	Teuto Teuto	1.200,00	R$ 6,9900	R$ 8.388,0000

20	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	40.000,00	R$ 0,3100	R$ 12.400,0000

22	CETOCONAZOL 20MG/ML (2%) SHAMPOO, FRASCO 100ML;, EM EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Cimed Cimed	400,00	R$ 5,0900	R$ 2.036,0000
23	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXI- MO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	20.000,00	R$ 0,1800	R$ 3.600,0000
25	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML XAROPE, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100 ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO	FRASC	Hipolabor Hipolabor	5.000,00	R$ 1,7900	R$ 8.950,0000
33	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Loratamed	3.000,00	R$ 2,5700	R$ 7.710,0000
36	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 4MG/ML, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Mariol Mariol	1.000,00	R$ 0,9900	R$ 990,0000
42	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Hipolabor Hipolabor	300,00	R$ 2,3200	R$ 696,0000
46	NITROFURANTOINA 100MG CAPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 CÁPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SEGUDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
57	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Sanval Sanval	30.000,00	R$ 0,1400	R$ 4.200,0000
58	PREDNISOLONA 3MG/ML XAROPE, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 50 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	800,00	R$ 4,4500	R$ 3.560,0000
65	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamed Vitamed	50.000,00	R$ 0,0300	R$ 1.500,0000
69	ALOPURINOL 100MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	3.000,00	R$ 0,1400	R$ 420,0000
78	CARVEDILOL COMPRIMIDO 6,25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1000	R$ 3.000,0000
83	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	1Farma/Cimed 1Farma/Cimed	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
87	GLIMEPIRIDA 2MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	20.000,00	R$ 0,0700	R$ 1.400,0000
102	SINVASTATINA 40MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1200	R$ 3.600,0000
103	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 50MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 4,3500	R$ 2.175,0000
106	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	70.000,00	R$ 0,0600	R$ 4.200,0000
109	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Sanval Sanval	200,00	R$ 8,9900	R$ 1.798,0000
112	CLONAZEPAM, SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG /ML, FRASCO DE 20ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 2,5500	R$ 1.275,0000
116	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Santisa Santiazepam	80.000,00	R$ 0,0700	R$ 5.600,0000
117	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	80.000,00	R$ 0,1100	R$ 8.800,0000
123	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	CX30	Teuto Teuto	60.000,00	R$ 0,0700	R$ 4.200,0000
135	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,6100	R$ 43.050,0000
136	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,0000	R$ 40.000,0000
140	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML	FRASC	Teuto Teuto	5.000,00	R$ 1,1700	R$ 5.850,0000
146	CEFALOTINA SODICA 1 G PÓ PARA SOLUCÃO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	Blau Cefariston	6.000,00	R$ 5,5200	R$ 33.120,0000
147	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Blau Blau	15.000,00	R$ 4,9900	R$ 74.850,0000
161	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	FRASCO	Teuto Teuto	1.000,00	R$ 4,8900	R$ 4.890,0000
175	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 2ML.	AMPOLA	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 1,2600	R$ 12.600,0000
186	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	500,00	R$ 7,5300	R$ 3.765,0000
215	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	2.000,00	R$ 7,1600	R$ 14.320,0000
218	NITROPRUSSIATO DE SODIO 25 MG/ML, SOLUCÃO INJETAVEL.	AMPOLA	Hypofarma Nitrop	1.000,00	R$ 24,4900	R$ 24.490,0000
247	LIDOCAINA SPRAY 100 MG/ML FRASCO 50ML	FRASC	Hipolabor Hipolabor	5.000,00	R$ 59,9900	R$ 299.950,0000
253	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO 4G + 500 MG INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Fresenius Kabi Fresenius Kabi	30.000,00	R$ 24,6700	R$ 740.100,0000

254	PROTAMINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Cellera Protamina	10.000,00	R$ 3,1900	R$ 31.900,0000
262	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Cimed Cimed	4.000,00	R$ 0,1100	R$ 440,0000
263	OLANZAPINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	4.000,00	R$ 0,5400	R$ 2.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.450.400,00

Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME CNPJ/CPF: 19.391.064/0001-99

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. To-tal
50	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	FARMACE FARMACE	15.000,00	R$ 1,1200	R$ 16.800,0000
155	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 100 ML	BOLSA	FARMACE FARMACE	120.000,00	R$ 2,8900	R$ 346.800,0000
159	CLORETO DE SODIO 20% SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	AMP10M	FARMACE FARMACE	2.000,00	R$ 0,4400	R$ 880,0000
188	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	2.000,00	R$ 23,7300	R$ 47.460,0000

Valor Total Homologado - R$ 411.940,00 Fornecedor: MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI CNPJ/CPF: 09.676.256/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 34.772.843/0001-28

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ/CPF: 24.484.451/0001-00

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
39	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML,SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR BELFAR	1.000,00	R$ 5,8500	R$ 5.850,0000
79	CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPOCASTANUM) 250MG, CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	CPS	LEDAL QUIMICA LEDAL QUIMICA	5.000,00	R$ 0,4600	R$ 2.300,0000
137	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100.000 UI, INJ	FRASCO	BALU BALU	2.000,00	R$ 5,7000	R$ 11.400,0000
195	FENITOINA 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,9700	R$ 14.850,0000
245	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3 + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	NOVARTIS NOVARTIS	100,00	R$ 46,0000	R$ 4.600,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.000,00

Fornecedor: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
62	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	ELOFAR ELOFAR	600,00	R$ 9,0000	R$ 5.400,0000
84	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	EMS EMS	60.000,00	R$ 0,2000	R$ 12.000,0000
138	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI - G CRISTALINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETAVEL.	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,2400	R$ 33.720,0000
171	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML - 20ML - SOLUCAO INJETAVEL	FRASCO	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.500,00	R$ 5,9500	R$ 32.725,0000
189	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	6.000,00	R$ 26,4900	R$ 158.940,0000
196	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/ EV - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,1900	R$ 6.380,0000
210	HEPARINA 5.000 UI/0,25ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 0,25 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 12,4400	R$ 12.440,0000
225	RETINOL + AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL 10.000 UI + 25 + 5 + 5 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	LATINOFARMA LATINOFARMA	100,00	R$ 12,8900	R$ 1.289,0000
251	IMIPENEM + CILASTATINA SODICA 500 MG+ 500MG PÓ LIOFILO PARA INJETAVEL FRASCO AMPOLA.	FRASCO	FRESENIUS KABI FRESENIUS KABI	10.000,00	R$ 22,8400	R$ 228.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 491.294,00

Fornecedor: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF: 22.862.531/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
17	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT.D)500 MG + 400 UI , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	40.000,00	R$ 0,0500	R$ 2.000,0000
18	CARBONATO DE CALCIO 500 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	10.000,00	R$ 0,0500	R$ 500,0000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EMEMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 6,7000	R$ 5.360,0000
54	POLIVITAMINA LIQUIDO (VITAMINA A 3000UI+ VITAMINA B1 2MG/ML+ VITAMINA B3 1,5 MG/ML+ VITAMINA B5 10 MG/ML + VITAMINA B6 2MG/ML + VITAMINA B8 0,2 MG/ML + VITAMINA C 80MG/ML + VITAMINA D2 900UI/ML) , FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	ARTE NATIVA ARTE NATIVA	800,00	R$ 7,8900	R$ 6.312,0000
64	SULFATO FERROSO (25MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 0,8900	R$ 712,0000
76	CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1100	R$ 1.100,0000
77	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1000	R$ 1.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 16.984,00

LEIA –SE:

Fornecedor: BR DANTAI DISTRIBUIDOR HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 10.761.735/0001-91

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
80	CINARIZINA 75 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	50.000,00	R$ 0,2000	R$ 10.000,0000
82	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA MEDQUIMICA	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
108	CARBAMAZEPINA 200 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM,COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	50.000,00	R$ 0,1800	R$ 9.000,0000
124	ACETILCISTEINA 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3ML;	AMPOLA	GEOLAB GEOLAB	1.500,00	R$ 1,8300	R$ 2.745,0000
129	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 1.000 ML;	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 5,9600	R$ 11.920,0000
148	CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	UNIAO UNIAO	10.000,00	R$ 2,4500	R$ 24.500,0000
149	FENTANILA CITRATO 50 MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 2ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 1,7100	R$ 1.710,0000
152	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 0,3700	R$ 740,0000
166	CEFEPIMA,CLORIDRATO 2 G PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 20,7200	R$ 103.600,0000
177	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 1,0200	R$ 5.100,0000
181	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	BLAU BLAU	16.000,00	R$ 0,7300	R$ 11.680,0000
183	DIMENIDRINATO 3 MG, PIRIDOXINA 5 MG, GLICOSE 100 MG, FRUTOSE 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML- EV.	AMPOLA	NYCOMED NYCOMED	6.000,00	R$ 3,3600	R$ 20.160,0000
184	ISOSORBIDA, DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRI	ACHE ACHE	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000
190	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	BLAU BLAU	2.000,00	R$ 41,3000	R$ 82.600,0000
197	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.000,00	R$ 1,5100	R$ 7.550,0000
198	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 7,5500	R$ 15.100,0000
200	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	30.000,00	R$ 0,7400	R$ 22.200,0000
206	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	ISOFARMA ISOFARMA	16.000,00	R$ 0,5300	R$ 8.480,0000
207	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 2,2000	R$ 4.400,0000
211	HEPARINA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,5900	R$ 34.770,0000
216	MANITOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 % SISTEMA FECHADO 250 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	5.000,00	R$ 5,4200	R$ 27.100,0000
229	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 1,8700	R$ 18.700,0000
230	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 3,4800	R$ 34.800,0000

235	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	NOVAFARMA NOVAFARMA	10.000,00	R$ 1,2300	R$ 12.300,0000
237	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 3,7800	R$ 3.780,0000
256	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 200 MG- CAPSULA.	CPS	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,2100	R$ 12.100,0000
257	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOLIZADO 200 MG - ENVELOPE.	ENVE	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,3400	R$ 13.400,0000
259	PENTOXIFILINA INJETAVEL 20 MG/ML,CAIXA COM 50 AMPOLAS COM 5ML DE SOLUÇÃO DE USO INTRAVENOSO.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 2,4000	R$ 4.800,0000
261	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	AUROBINDO AUROBINDO	8.000,00	R$ 0,5900	R$ 4.720,0000

Valor Total Homologado - R$ 523.055,00

Fornecedor: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.652.030/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUARIA.	COMPRI	HIPOLABOR CX C/ 500 1134301590024 HIPOFOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
13	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM LACRE DE SEGURANÇA + DILUENTE + SERINGA DOSADORA ACONDICIONADOS DENTRO DA EMBALAGEM	FRASC	PRATI DONADUZZI 1256801850081 CX C/ 50 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 5,4000	R$ 5.400,0000
21	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	BRAINFARMA CX C/ 1 1558405130030 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	400,00	R$ 2,1000	R$ 840,0000
24	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%) - BISNAGA 10G, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201900220021 DEXAGREEN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,0500	R$ 10.500,0000
35	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR CX C 20 1057100860035 PLABEL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	8.000,00	R$ 0,0800	R$ 640,0000
37	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C/ 20 1558403080028 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1500	R$ 150,0000
41	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL, BISNAGA 80G., EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	HIPOLABOR CX C/ 50 1134301790023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 6,3000	R$ 6.300,0000
43	NEOMICINA + BACITRACINA 5 + 250 MG/G POMADA BISNAGA DE10G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	BELFAR CX C 1 1057100820025 BACINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,4500	R$ 14.500,0000
45	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA COM 60G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201901220023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	3.000,00	R$ 3,6000	R$ 10.800,0000
53	PERMETRINA 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60 ML COM LACRE DE SEGURANÇA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	IFAL CX C/ 50 1353100020084 PIOLIXINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	500,00	R$ 2,1500	R$ 1.075,0000
56	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL CX C 500 1071402370044 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	5.000,00	R$ 0,0600	R$ 300,0000
68	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CELLERA CX C/ 4 1044001570030 ENDROSTAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
72	ANLODIPINO BENSILATO 10MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 500 1542302430086 BESILAPIN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0600	R$ 3.600,0000
74	ATENOLOL 50MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	VITAMEDIC CX C/30 1039201680093 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
88	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CIMED CX C/ 30 1438101460145 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1200	R$ 2.400,0000
89	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MED QUIMICA CX C/ 500 1091700930042 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	150.000,00	R$ 0,0300	R$ 4.500,0000
94	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 30 1037005050027 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	300.000,00	R$ 0,0500	R$ 15.000,0000
99	NIFEDIPINO 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C 30 1558401690031 NEO FEDIPI-	50.000,00	R$ 0,1100	R$ 5.500,0000

			NA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.			
100	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDARIA	COMPRI	GEOLAB CX C 600 1542300170044 POLOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	100.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.000,0000
122	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDARIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 20 1037003210027 PROFERGAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1300	R$ 2.600,0000
127	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LETICINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA FRASCO 100ML	FRASC	HADASSAH CX C/30 811962300O1 DERMATROL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 3,3000	R$ 33.000,0000
176	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPRI	PRATI D CX C 500 1256803100101 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,2600	R$ 260,0000

Valor Total Homologado - R$ 135.545,00

Fornecedor: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 07.847.837/0001-10

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
85	FUROSEMIDA 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0600	R$ 6.000,0000
91	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	2.000,00	R$ 0,1600	R$ 320,0000
95	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0800	R$ 8.000,0000
101	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANDOZ DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	50.000,00	R$ 0,0700	R$ 3.500,0000
104	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
105	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	20.000,00	R$ 0,4900	R$ 9.800,0000
132	ALBUMINA HUMANA 20%, INJETÁVEL - FRASCO 50 ML	FRASCA	BLAU DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100,00	R$ 142,9400	R$ 14.294,0000
178	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL (10 MG/G) 1% POMADA - BISNAGA 30G	BISNA	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 13,3500	R$ 133.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 177.614,00

Fornecedor: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI -ME

CNPJ/CPF: 09.315.996/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
29	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	teuto	80.000,00	R$ 0,1600	R$ 12.800,0000
255	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 100 MG - CAPSULA	CPS	repoflor	10.000,00	R$ 0,6000	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 18.800,00

Fornecedor: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 41.511.821/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	ALBENDAZOL 400 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI Comprimido	10.000,00	R$ 0,3300	R$ 3.300,0000
40	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA COM 50G, COM 10 APLICADORES POR BISNAGA SELADOS INDIVIDUALMENTE	TUBO	PRATI TUBO	2.000,00	R$ 4,9900	R$ 9.980,0000
44	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL,FRASCO COM 50 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM CONTAGOTAS, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI FRASCO	500,00	R$ 4,0600	R$ 2.030,0000
51	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	80.000,00	R$ 0,1000	R$ 8.000,0000
63	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	20.000,00	R$ 0,1700	R$ 3.400,0000
97	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	20.000,00	R$ 0,3400	R$ 6.800,0000
98	METILDOPA 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	15.000,00	R$ 0,8500	R$ 12.750,0000
110	CARBONATO DE LITIO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	HIPOLABOR Comprimido	5.000,00	R$ 0,3100	R$ 1.550,0000

128	ADENOSINA 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	1.000,00	R$ 9,8400	R$ 9.840,0000
170	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/G (2%) GELÉIA - BISNAGA 30G	BISNA	PHARLAB Bisnaga	10.000,00	R$ 2,1800	R$ 21.800,0000
174	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	5.000,00	R$ 1,8000	R$ 9.000,0000
191	EPINEFRINA 1 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	8.000,00	R$ 1,2700	R$ 10.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 98.610,00

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 10ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI DONADUZZI GENERICO	3.000,00	R$ 0,9400	R$ 2.820,0000
10	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	10.000,00	R$ 1,1800	R$ 11.800,0000
11	AMOXICILINA 50 MG/ ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM COPO DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	PRATI DONADUZZI GENERICO	2.000,00	R$ 2,6500	R$ 5.300,0000
30	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO DE 30ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB IBUPROTRAT	1.000,00	R$ 1,5500	R$ 1.550,0000
34	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML, FRASCO DE 30 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB HELMILAB	800,00	R$ 1,4000	R$ 1.120,0000
71	AMIODARONA 200MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	20.000,00	R$ 0,3200	R$ 6.400,0000
75	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONADUZZI GENERICO	120.000,00	R$ 0,0400	R$ 4.800,0000
86	GLIBENCLAMIDA 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA GLICONIL	130.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.900,0000
114	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LONGACTIL	10.000,00	R$ 0,2500	R$ 2.500,0000
249	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRI	RANBAXY GENERICO	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 43.290,00

Fornecedor: DROGAFONTE LTDA

CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
12	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	UNICHEM(SP) CAP	80.000,00	R$ 0,1900	R$ 15.200,0000
107	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIAS(SP) CPR	35.000,00	R$ 0,2200	R$ 7.700,0000
126	ACIDO TRANEXANICO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML;	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	4.000,00	R$ 4,6500	R$ 18.600,0000
141	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML -5ML	AMP1	MYLAN(ES) F/A	1.000,00	R$ 14,5000	R$ 14.500,0000
192	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMONIO 50MG/G, GEL - 30G.	BISNAG	BIOLAB SANU(SP) BIS	200,00	R$ 18,3800	R$ 3.676,0000
214	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	5.000,00	R$ 6,2000	R$ 31.000,0000
220	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	BLAU FARMAC(SP) F/A	20.000,00	R$ 14,5000	R$ 290.000,0000
232	SUFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G CREME DERMATOLÓGICO - POTE 400G	POT400	PRATI DONAD(PR) POT	2.000,00	R$ 31,1700	R$ 62.340,0000
242	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	10.000,00	R$ 1,6700	R$ 16.700,0000
244	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	3.000,00	R$ 1,7500	R$ 5.250,0000
252	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	2.000,00	R$ 7,2500	R$ 14.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 479.466,00

Fornecedor: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 28.093.678/0001-85

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
38	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/24	1.000,00	R$ 0,3700	R$ 370,0000
194	FENILEFRINA + TETRACAÍNA 1 + 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO 10 ML	FRASC	ALLERGAN UND	300,00	R$ 10,0000	R$ 3.000,0000
260	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA	COMPRI	E.M.S CX C/30	3.000,00	R$ 0,1900	R$ 570,0000

Valor Total Homologado - R$ 3.940,00

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 25.034.906/0001-58

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
67	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	BRASTERAPICA BRASTERAPICA	150. 000,00	R$ 0,0400	R$ 6. 000,0000

Valor Total Homologado - R$ 6.000,00

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 42.092.374/0001-24

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
9	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML OU MAIS, COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	E.m.s E.m. s	1. 000,00	R$ 14,5000	R$ 14. 500,0000
31	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamedic Vitamedic	8. 000,00	R$ 0,3900	R$ 3. 120,0000
73	ANLODIPINO BENSILATO 5MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	80. 000,00	R$ 0,0300	R$ 2. 400,0000
96	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	200. 000,00	R$ 0,0800	R$ 16. 000,0000
111	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Geolab Geolab	30. 000,00	R$ 0,0500	R$ 1. 500,0000
115	DIAZEPAM 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Nova Quimica Nova Quimica	20. 000,00	R$ 0,0600	R$ 1. 200,0000
131	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 500 ML	FRASC	Fresenius Fresenius	2. 000,00	R$ 3,3000	R$ 6. 600,0000
144	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	25. 000,00	R$ 3,2200	R$ 80. 500,0000
180	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Santisa Santisa	5. 000,00	R$ 0,6800	R$ 3. 400,0000
205	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLSAA	Fresenius Fresenius	5. 000,00	R$ 3,5800	R$ 17. 900,0000
209	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	5. 000,00	R$ 4,7000	R$ 23. 500,0000
221	OXACILINA SÓDICA 500 MG- PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Nova Farma Nova Farma	18. 000,00	R$ 1,0500	R$ 18. 900,0000
223	PROPOFOL 10MG/ML - FRASCO 20 ML	FRASCO	Fresenius Fresenius	2. 000,00	R$ 14,0000	R$ 28. 000,0000
224	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETAVEL - FRASCO 20ML	AMP1	Fresenius Fresenius	2. 000,00	R$ 14,0000	R$ 28. 000,0000
231	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 125 MG PO PARA SOLUCÃO INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	AMP1	Fresenius Fresenius	3. 000,00	R$ 8,9800	R$ 26. 940,0000
243	TENOXICAN 20 MG PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	FRASCO	Eurofarma Eurofarma	30. 000,00	R$ 6,8700	R$ 206. 100,0000

Valor Total Homologado - R$ 478.560,00

Fornecedor: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

CNPJ/CPF: 01.571.702/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
167	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 100 ML	BOLSA	isofarma bolsa	8. 000,00	R$ 20,0000	R$ 160. 000,0000
213	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 150 ML	BOLSAA	halexistar bolsa	2. 000,00	R$ 24,5000	R$ 49.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 209.000,00

Fornecedor: INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ/CPF: 32.138.304/0001-06

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
246	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	hypofarma Ampola	16. 000,00	R$ 1,1200	R$ 17. 920,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.920,00

Fornecedor: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO ,,EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 2,9800	R$ 2.086,0000
2	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 4,6300	R$ 3.241,0000
4	ACICLOVIR 50MG/G, POMADA, BISNAGA DE 10G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Cimed Cimed	200,00	R$ 2,4500	R$ 490,0000
14	AZITROMICINA 500 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,5800	R$ 17.400,0000
19	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASCO	Teuto Teuto	1.200,00	R$ 6,9900	R$ 8.388,0000
20	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	40.000,00	R$ 0,3100	R$ 12.400,0000
22	CETOCONAZOL 20MG/ML (2%) SHAMPOO, FRASCO 100ML;, EM EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Cimed Cimed	400,00	R$ 5,0900	R$ 2.036,0000
23	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	20.000,00	R$ 0,1800	R$ 3.600,0000
33	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Loratamed	3.000,00	R$ 2,5700	R$ 7.710,0000
36	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 4MG/ML, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Mariol Mariol	1.000,00	R$ 0,9900	R$ 990,0000
42	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Hipolabor Hipolabor	300,00	R$ 2,3200	R$ 696,0000
46	NITROFURANTOINA 100MG CAPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 CÁPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SEGUDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
57	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Sanval Sanval	30.000,00	R$ 0,1400	R$ 4.200,0000
58	PREDNISOLONA 3MG/ML XAROPE, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 50 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	800,00	R$ 4,4500	R$ 3.560,0000
65	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamed Vitamed	50.000,00	R$ 0,0300	R$ 1.500,0000
83	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	1Farma/Cimed 1Farma/Cimed	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
87	GLIMEPIRIDA 2MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	20.000,00	R$ 0,0700	R$ 1.400,0000
102	SINVASTATINA 40MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1200	R$ 3.600,0000
103	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 50MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 4,3500	R$ 2.175,0000
106	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	70.000,00	R$ 0,0600	R$ 4.200,0000
109	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Sanval Sanval	200,00	R$ 8,9900	R$ 1.798,0000
112	CLONAZEPAM, SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG /ML, FRASCO DE 20ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 2,5500	R$ 1.275,0000
116	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Santisa Santiazepam	80.000,00	R$ 0,0700	R$ 5.600,0000
117	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	Teuto Teuto	80.000,00	R$ 0,1100	R$ 8.800,0000
123	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	CX30	Teuto Teuto	60.000,00	R$ 0,0700	R$ 4.200,0000
135	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,6100	R$ 43.050,0000
136	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,0000	R$ 40.000,0000
140	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML	FRASC	Teuto Teuto	5.000,00	R$ 1,1700	R$ 5.850,0000
146	CEFALOTINA SODICA 1 G PÓ PARA SOLUCÃO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	Blau Cefariston	6.000,00	R$ 5,5200	R$ 33.120,0000
147	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Blau Blau	15.000,00	R$ 4,9900	R$ 74.850,0000
161	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	FRASCO	Teuto Teuto	1.000,00	R$ 4,8900	R$ 4.890,0000
175	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 2ML.	AMPOLA	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 1,2600	R$ 12.600,0000
186	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	500,00	R$ 7,5300	R$ 3.765,0000
215	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	2.000,00	R$ 7,1600	R$ 14.320,0000
253	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO 4G + 500 MG INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Fresenius Kabi Fresenius Kabi	30.000,00	R$ 24,6700	R$ 740.100,0000
254	PROTAMINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Cellera Protamina	10.000,00	R$ 3,1900	R$ 31.900,0000
262	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUDÁRIA.	COMPRI	Cimed Cimed	4.000,00	R$ 0,1100	R$ 440,0000

263	OLANZAPINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	4.000,00	R$ 0,5400	R$ 2.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.113.590,00

Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME

CNPJ/CPF: 19.391.064/0001-99

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
188	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	2.000,00	R$ 23,7300	R$ 47.460,0000

Valor Total Homologado - R$ 47.460,00

Fornecedor: MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI

CNPJ/CPF: 09.676.256/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 34.772.843/0001-28

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

CNPJ/CPF: 24.484.451/0001-00

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
39	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML,SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	BELFAR BELFAR	1.000,00	R$ 5,8500	R$ 5.850,0000
79	CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPOCASTANUM) 250MG, CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	CPS	LEDAL QUIMICA LEDAL QUIMICA	5.000,00	R$ 0,4600	R$ 2.300,0000
137	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100.000 UI, INJ	FRASCO	BALU BALU	2.000,00	R$ 5,7000	R$ 11.400,0000
195	FENITOINA 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,9700	R$ 14.850,0000
245	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3 + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	NOVARTIS NOVARTIS	100,00	R$ 46,0000	R$ 4.600,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.000,00

Fornecedor: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
84	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	EMS EMS	60.000,00	R$ 0,2000	R$ 12.000,0000
189	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	6.000,00	R$ 26,4900	R$ 158.940,0000
196	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/ EV - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,1900	R$ 6.380,0000
251	IMIPENEM + CILASTATINA SODICA 500 MG+ 500MG PÓ LIOFILO PARA INJETAVEL FRASCO AMPOLA.	FRASCO	FRESENIUS KABI FRESENIUS KABI	10.000,00	R$ 22,8400	R$ 228.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 405.720,00

Fornecedor: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/CPF: 22.862.531/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
17	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT.D)500 MG + 400 UI , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	40.000,00	R$ 0,0500	R$ 2.000,0000
18	CARBONATO DE CALCIO 500 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	10.000,00	R$ 0,0500	R$ 500,0000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EMEMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 6,7000	R$ 5.360,0000
54	POLIVITAMINA LIQUIDO (VITAMINA A 3000UI+ VITAMINA B1 2MG/ML+ VITAMINA B3 1,5 MG/ML+ VITAMINA B5 10 MG/ML + VITAMINA B6 2MG/ML + VITAMINA B8 0,2 MG/ML + VITAMINA C	FRASC	ARTE NATIVA	800,00	R$ 7,8900	R$ 6.312,0000

	80MG/ML + VITAMINA D2 900UI/ML) , FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUDARIA.		ARTE NATIVA			
76	CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1100	R$ 1.100,0000
77	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1000	R$ 1.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 16.272,00

PEDRA PRETA, 03 DE MAIO DE 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

Portaria 203/2022

FERNANDO ARANTES CORRÊA DA COSTA

Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços

Portaria Nº. 409/2021

TERMO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2022

Processo nº:	**11/2022**
Modalidade:	**PREGÃO SRP**
Forma:	**ELETRÔNICA**
Tipo:	**MENOR PREÇO POR ITEM**
Objeto:	**Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de acordo com o Anexo IV – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.**

No uso do princípio da **AUTO TUTELA**, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide **RETIFICAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008-2022 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS:.**

ONDE SE LÊ:

Fornecedor: BR DANTAI DISTRIBUIDOR HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 10.761.735/0001-91

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
7	AMBROXOL, CLORIDRATO 3 MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB NATULAB	4.000,00	R$ 2,1500	R$ 8.600,0000
47	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	20.000,00	R$ 0,0900	R$ 1.800,0000
48	OLEO MINERAL 100ML	FRASC	FARMAX FARMAX	1.500,00	R$ 2,7700	R$ 4.155,0000
52	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	JRD JRD	3.000,00	R$ 0,3400	R$ 1.020,0000
80	CINARIZINA 75 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	50.000,00	R$ 0,2000	R$ 10.000,0000
81	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PHARLAB PHARLAB	60.000,00	R$ 0,1100	R$ 6.600,0000
82	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA MEDQUIMICA	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
90	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MERCK MERCK	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
108	CARBAMAZEPINA 200 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	50.000,00	R$ 0,1800	R$ 9.000,0000
118	FENOBARBITAL 100 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	35.000,00	R$ 0,1600	R$ 5.600,0000

119	FENOBARBITAL 40 MG/ML GOTAS, FRASCO DE 20 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	CRISTALIA CRISTALIA	200,00	R$ 5,5300	R$ 1.106,0000
124	ACETILCISTEINA 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3ML;	AMPOLA	GEOLAB GEOLAB	1.500,00	R$ 1,8300	R$ 2.745,0000
125	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 5ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	20.000,00	R$ 4,7400	R$ 94.800,0000
129	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 1.000 ML;	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 5,9600	R$ 11.920,0000

148	CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	UNIAO UNIAO	10.000,00	R$ 2,4500	R$ 24.500,0000
149	FENTANILA CITRATO 50 MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 2ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 1,7100	R$ 1.710,0000
152	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 0,3700	R$ 740,0000
153	CLORETO DE SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	BOLSFR	JP JP	6.000,00	R$ 3,9900	R$ 23.940,0000
160	SUXAMETONIO CLORETO 500 MG PÓ LIOFILO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 22,1100	R$ 44.220,0000
162	AMIODARONA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3 ML.	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,0900	R$ 10.450,0000
163	CLORIDRATO BAMIFILINA 300 MG	COMPRI	CHIESI CHIESI	2.000,00	R$ 1,4900	R$ 2.980,0000
164	CLORIDRATO BAMIFILINA 600 MG	COMPRI	CHIESI CHIESI	3.000,00	R$ 2,3700	R$ 7.110,0000
165	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA 5MG/ML + GLICOSE 8% - AMPOLA 4 ML.	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 4,5900	R$ 9.180,0000
166	CEFEPIMA,CLORIDRATO 2 G PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 20,7200	R$ 103.600,0000
168	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,6100	R$ 7.220,0000
169	CLORIDTATO DE LIDOCAINA + EPINEFRINA 20 MG/ML + 1:200.000 UI SOLUÇÃO INJETAVEL - FRASCO 20 ML.	FRASC	CRISTALIA CRISTALIA	1.200,00	R$ 9,6200	R$ 11.544,0000
173	ONDASETRONA , CLORIDRATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	FRESENIUS FRESENIUS	10.000,00	R$ 3,2600	R$ 32.600,0000
177	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 1,0200	R$ 5.100,0000
179	DESLANOSIDEO 0,2MG/2ML - SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2ML	AMP2ML	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 2,5900	R$ 2.590,0000
181	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	BLAU BLAU	16.000,00	R$ 0,7300	R$ 11.680,0000
182	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL -AMPOLA 1 ML IM.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	4.000,00	R$ 2,0500	R$ 8.200,0000
183	DIMENIDRINATO 3 MG, PIRIDOXINA 5 MG, GLICOSE 100 MG, FRUTOSE 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML- EV.	AMPOLA	NYCOMED NYCOMED	6.000,00	R$ 3,3600	R$ 20.160,0000
184	ISOSORBIDA, DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRI	ACHE ACHE	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000
185	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	100.000,00	R$ 1,6300	R$ 163.000,0000
190	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	BLAU BLAU	2.000,00	R$ 41,3000	R$ 82.600,0000
193	ETILEFRINA 10MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 4,1300	R$ 4.130,0000
197	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.000,00	R$ 1,5100	R$ 7.550,0000
198	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 7,5500	R$ 15.100,0000
199	DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2,5 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	18.000,00	R$ 1,6600	R$ 29.880,0000
200	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	30.000,00	R$ 0,7400	R$ 22.200,0000
201	GLICERINA 12 % CLISTER - FRASCO 500 ML	FRASC	JP JP	1.000,00	R$ 7,0500	R$ 7.050,0000
202	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	10.000,00	R$ 0,4200	R$ 4.200,0000
203	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 1000 ML	BOLSAA	JP JP	1.000,00	R$ 7,3000	R$ 7.300,0000
206	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	ISOFARMA ISOFARMA	16.000,00	R$ 0,5300	R$ 8.480,0000
207	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 2,2000	R$ 4.400,0000
211	HEPARINA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,5900	R$ 34.770,0000
216	MANITOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 % SISTEMA FECHADO 250 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	5.000,00	R$ 5,4200	R$ 27.100,0000
219	OCITOCINA 5UI/ML -AMPOLA 1 ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	8.000,00	R$ 2,1100	R$ 16.880,0000
222	PETIDINA 50MG/ML -AMPOLA 2 ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 5,4800	R$ 10.960,0000
226	RINGER LACTATO, SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	FRASC	HALEXISTAR HALEXISTAR	3.000,00	R$ 3,6400	R$ 10.920,0000
227	RINGER SIMPLES, SÓDICO SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	3.000,00	R$ 4,3300	R$ 12.990,0000
228	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 20 MG/ML SOLUÇÃO ENDOVENOSA -AMPOLA 5ML	AMPOLA	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 15,3800	R$ 153.800,0000

229	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 1,8700	R$ 18.700,0000
230	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 3,4800	R$ 34.800,0000
234	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	800,00	R$ 3,6500	R$ 2.920,0000
235	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	NOVAFARMA NOVAFARMA	10.000,00	R$ 1,2300	R$ 12.300,0000
236	SULFATO DE MAGNESIO 50% SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 9,0300	R$ 18.060,0000

237	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 3,7800	R$ 3.780,0000
238	MORFINA, SULFATO 10 MG COMPRIMIDO	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	500,00	R$ 0,7600	R$ 380,0000
239	MORFINA, SULFATO 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	3.000,00	R$ 2,6800	R$ 8.040,0000
240	MORFINA, SULFATO 30 MG COMPRIMIDO	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	500,00	R$ 2,1900	R$ 1.095,0000
248	DEXAMETASONA0,1 MG/ML ELIXIR, FRASCO 120ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	FARMACE FARMACE	5.000,00	R$ 2,5200	R$ 12.600,0000
256	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 200 MG- CAPSULA.	CPS	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,2100	R$ 12.100,0000
257	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOLIZADO 200 MG - ENVELOPE.	ENVE	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,3400	R$ 13.400,0000
259	PENTOXIFILINA INJETAVEL 20 MG/ML,CAIXA COM 50 AMPOLAS COM 5ML DE SOLUÇÃO DE USO INTRAVENOSO.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 2,4000	R$ 4.800,0000
261	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	AUROBINDO AUROBINDO	8.000,00	R$ 0,5900	R$ 4.720,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.271.155,00

Fornecedor: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.652.030/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
3	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUARIA.	COMPRI	HIPOLABOR CX C/ 500 1134301590024 HIPOFOL DE- MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
13	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM LACRE DE SEGURANÇA + DILUENTE + SERINGA DOSADORA ACONDICIONADOS DENTRO DA EMBALAGEM	FRASC	PRATI DONADUZZI 1256801850081 CX C/ 50 GE- NERICO DEMAIS CONDI-ÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 5,4000	R$ 5.400,0000
21	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	BRAINFARMA CX C/ 1 1558405130030 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	400,00	R$ 2,1000	R$ 840,0000
24	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%) - BISNAGA 10G, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201900220021 DEXAGREEN DEMAIS CONDIÇÕES CON-FORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,0500	R$ 10.500,0000
28	GUACO (MIKANIA GLOMERATA S.) 35 MG/ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML,EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRI- MÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	NATULAB CX C/ 50 1384100320142 XAROPE DE GUACO DEMAIS CONDI-ÇÕES CONFORME EDITAL.	600,00	R$ 2,6600	R$ 1.596,0000
35	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR CX C 20 1057100860035 PLABEL DE- MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	8.000,00	R$ 0,0800	R$ 640,0000
37	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C/ 20 1558403080028 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1500	R$ 150,0000
41	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL, BISNAGA 80G,, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	HIPOLABOR CX C/ 50 1134301790023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 6,3000	R$ 6.300,0000
43	NEOMICINA + BACITRACINA 5 + 250 MG/G POMADA BISNAGA DE10G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	BELFAR CX C 1 1057100820025 BACINA DE-MAIS CONDIÇÕES CONFOR-ME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,4500	R$ 14.500,0000
45	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA COM 60G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201901220023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	3.000,00	R$ 3,6000	R$ 10.800,0000
49	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA, EMBALAGEM EM BLISTER/CARTELA COM NO MÁXIMO 1.000 CAPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁ- RIA	COMPRI	GLOBO PT C 56 1053501720126 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	55.000,00	R$ 0,1000	R$ 5.500,0000

53	PERMETRINA 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60 ML COM LACRE DE SEGURANÇA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	IFAL CX C/ 50 1353100020084 PIOLIXINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	500,00	R$ 2,1500	R$ 1.075,0000
56	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL CX C 500 1071402370044 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	5.000,00	R$ 0,0600	R$ 300,0000
68	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CELLERA CX C/ 4 1044001570030 ENDROSTAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000
72	ANLODIPINO BENSILATO 10MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 500 1542302430086 BESILAPIN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0600	R$ 3.600,0000
74	ATENOLOL 50MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	VITAMEDIC CX C/30 1039201680093 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
88	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CIMED CX C/ 30 1438101460145 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1200	R$ 2.400,0000
89	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MED QUIMICA CX C/ 500 1091700930042 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	150.000,00	R$ 0,0300	R$ 4.500,0000
94	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 30 1037005050027 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	300.000,00	R$ 0,0500	R$ 15.000,0000
99	NIFEDIPINO 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C 30 1558401690031 NEO FEDIPINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	50.000,00	R$ 0,1100	R$ 5.500,0000
100	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 600 1542300170044 POLOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	100.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.000,0000
122	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 20 1037003210027 PROFERGAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1300	R$ 2.600,0000
127	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LETICINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA FRASCO 100ML	FRASC	HADASSAH CX C/30 81196230001 DERMATROL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 3,3000	R$ 33.000,0000
176	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPRI	PRATI D CX C 500 1256803100101 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,2600	R$ 260,0000

Valor Total Homologado - R$ 142.641,00

Fornecedor: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 07.847.837/0001-10

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
85	FUROSEMIDA 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0600	R$ 6.000,0000
91	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	2.000,00	R$ 0,1600	R$ 320,0000
95	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0800	R$ 8.000,0000
101	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANDOZ DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	50.000,00	R$ 0,0700	R$ 3.500,0000
104	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
105	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	20.000,00	R$ 0,4900	R$ 9.800,0000
132	ALBUMINA HUMANA 20%, INJETÁVEL - FRASCO 50 ML	FRASCA	BLAU DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100,00	R$ 142,9400	R$ 14.294,0000
178	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL (10 MG/G) 1% POMADA - BISNAGA 30G	BISNA	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 13,3500	R$ 133.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 177.614,00

Fornecedor: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI -ME CNPJ/CPF: 09.315.996/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
27	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	CPS	medquimica	10.000,00	R$ 0,4600	R$ 4.600,0000
29	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	teuto	80.000,00	R$ 0,1600	R$ 12.800,0000
61	SIMETICONA 75MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 15 ML , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	e.m.s	1.000,00	R$ 1,3600	R$ 1.360,0000
255	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 100 MG - CAPSULA	CPS	repoflor	10.000,00	R$ 0,6000	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 24.760,00

Fornecedor: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 41.511.821/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

5	ALBENDAZOL 400 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI Comprimido	10.000,00	R$ 0,3300	R$ 3.300,0000
16	ESCOPOLAMINA , BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 6,67MG/ML + 333,4 MG/ML, FRASCO 20 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR FRASCO	800,00	R$ 5,9000	R$ 4.720,0000
40	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA COM 50G, COM 10 APLICADORES POR BISNAGA SELADOS INDIVIDUALMENTE	TUBO	PRATI TUBO	2.000,00	R$ 4,9900	R$ 9.980,0000
44	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL,FRASCO COM 50 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM CONTAGOTAS, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI FRASCO	500,00	R$ 4,0600	R$ 2.030,0000
51	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	80.000,00	R$ 0,1000	R$ 8.000,0000
63	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	20.000,00	R$ 0,1700	R$ 3.400,0000
97	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	20.000,00	R$ 0,3400	R$ 6.800,0000
98	METILDOPA 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	15.000,00	R$ 0,8500	R$ 12.750,0000
110	CARBONATO DE LITIO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	HIPOLABOR Comprimido	5.000,00	R$ 0,3100	R$ 1.550,0000
128	ADENOSINA 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	1.000,00	R$ 9,8400	R$ 9.840,0000
170	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/G (2%) GELÉIA - BISNAGA 30G	BISNA	PHARLAB Bisnaga	10.000,00	R$ 2,1800	R$ 21.800,0000
174	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	5.000,00	R$ 1,8000	R$ 9.000,0000
191	EPINEFRINA 1 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	8.000,00	R$ 1,2700	R$ 10.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 103.330,00

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
6	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 10ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	3.000,00	R$ 0,9400	R$ 2.820,0000
10	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125MG COMPRIMIDO , EM- BALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GE- NERICO	10.000,00	R$ 1,1800	R$ 11.800,0000
11	AMOXICILINA 50 MG/ ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML COM LA- CRE DE SEGURANÇA, COM COPO DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	2.000,00	R$ 2,6500	R$ 5.300,0000
30	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO DE 30ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB IBUPROTRAT	1.000,00	R$ 1,5500	R$ 1.550,0000
34	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML, FRASCO DE 30 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB HELMILAB	800,00	R$ 1,4000	R$ 1.120,0000
60	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, ENVELOPE DE 27,9G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 SACHE, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	ENVE	NATULAB HIDRAPLEX	30.000,00	R$ 0,6900	R$ 20.700,0000
70	ALOPURINOL 300MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	5.000,00	R$ 0,3000	R$ 1.500,0000
71	AMIODARONA 200MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	20.000,00	R$ 0,3200	R$ 6.400,0000
75	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMI- DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONA- DUZZI GENERICO	120.000,00	R$ 0,0400	R$ 4.800,0000
86	GLIBENCLAMIDA 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA GLICONIL	130.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.900,0000

113	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁ- XIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LON- GACTIL	20. 000,00	R$ 0,3400	R$ 6. 800,0000
114	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXI- MO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	CRISTALIA LON- GACTIL	10. 000,00	R$ 0,2500	R$ 2. 500,0000
120	HALOPERIDOL 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA HA- LO	100. 000,00	R$ 0,2600	R$ 26. 000,0000
121	LEVOMEPROMAZINA MALEATO 25MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 CP, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA LE- VOZINE	3. 000,00	R$ 0,4400	R$ 1. 320,0000
130	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE ENDOVENOSO 10ML;	FRASC	FARMACE FAR- MA- CE -AGUA PARA IN- JECAO IV	50. 000,00	R$ 0,4500	R$ 22. 500,0000
241	SULFATO DE NEOMICINA 5MG + BACITRACINA 250 UI/G - POMADA 50G	BISNA	PRATI DONA- DUZZI GENERI- CO	5. 000,00	R$ 7,4000	R$ 37. 000,0000
249	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRI	RANBAXY GE- NERICO	10. 000,00	R$ 0,3100	R$ 3. 100,0000
250	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO + FOSFATO DE SODIO DIBASICO 16+6% - ENEMA 130 ML.	FRASC	NATULAB L- ENEMA	5. 000,00	R$ 5,5000	R$ 27. 500,0000

Valor Total Homologado - R$ 186.610,00 Fornecedor: DROGAFONTE LTDA CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. To-tal
12	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM-PRI- MIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	UNICHEM(SP) CAP	80. 000,00	R$ 0,1900	R$ 15. 200,0000
107	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA- S(SP) CPR	35. 000,00	R$ 0,2200	R$ 7. 700,0000
126	ACIDO TRANEXANICO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML;	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	4. 000,00	R$ 4,6500	R$ 18. 600,0000
141	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML -5ML	AMP1	MYLAN(ES) F/ A	1. 000,00	R$ 14,5000	R$ 14. 500,0000
151	CLINDAMICINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	3. 000,00	R$ 4,9800	R$ 14. 940,0000
192	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMONIO 50MG/G, GEL - 30G.	BISNAG	BIOLAB SA- NU(SP) BIS	200,00	R$ 18,3800	R$ 3. 676,0000
214	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	5. 000,00	R$ 6,2000	R$ 31. 000,0000
220	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	BLAU FAR- MAC(SP) F/A	20. 000,00	R$ 14,5000	R$ 290. 000,0000
232	SUFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G CREME DERMATOLÓGICO - POTE 400G	POT400	PRATI DO- NAD(PR) POT	2. 000,00	R$ 31,1700	R$ 62. 340,0000
242	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	10. 000,00	R$ 1,6700	R$ 16. 700,0000
244	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	3. 000,00	R$ 1,7500	R$ 5. 250,0000
252	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR- M(MG) AMP	2. 000,00	R$ 7,2500	R$ 14. 500,0000

Valor Total Homologado - R$ 494.406,00

Fornecedor: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 28.093.678/0001-85

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
15	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL- GOTAS, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	MARIOL UND	500,00	R$ 1,4000	R$ 700,0000
38	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COM-PRIMI- DOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/24	1. 000,00	R$ 0,3700	R$ 370,0000
194	FENILEFRINA + TETRACAÍNA 1 + 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO 10 ML	FRASC	ALLERGAN UND	300,00	R$ 10,0000	R$ 3. 000,0000
260	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMI-DOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA	COMPRI	E.M.S CX C/30	3. 000,00	R$ 0,1900	R$ 570,0000

Valor Total Homologado - R$ 4.640,00

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 25.034.906/0001-58

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
8	AMBROXOL, CLORIDRATO 6 MG/ML XAROPE- FRASCO, DE 100 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	BRASTERAPICA 4,00	4. 000,00	R$ 2,4200	R$ 9. 680,0000
67	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1. 000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	COMPRI	BRASTERAPICA BRASTERAPICA	150. 000,00	R$ 0,0400	R$ 6. 000,0000

Valor Total Homologado - R$ 15.680,00

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 42.092.374/0001-24

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal
9	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML OU MAIS, COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	E.m.s E. m. s	1. 000,00	R$ 14,5000	R$ 14. 500,0000
26	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	Farmace Farmace	12. 000,00	R$ 1,2400	R$ 14. 880,0000
31	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamedic Vitamedic	8. 000,00	R$ 0,3900	R$ 3. 120,0000
73	ANLODIPINO BENSILATO 5MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	80. 000,00	R$ 0,0300	R$ 2. 400,0000
96	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	200. 000,00	R$ 0,0800	R$ 16. 000,0000
111	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Geolab Geolab	30. 000,00	R$ 0,0500	R$ 1. 500,0000
115	DIAZEPAM 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Nova Qui- mica Nova Quimica	20. 000,00	R$ 0,0600	R$ 1. 200,0000
131	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 500 ML	FRASC	Fresenius Fresenius	2. 000,00	R$ 3,3000	R$ 6. 600,0000
143	BROMOPRIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Fresenius Fresenius	25. 000,00	R$ 3,5900	R$ 89. 750,0000
144	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	25. 000,00	R$ 3,2200	R$ 80. 500,0000
154	CLORETO DE SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLFRA	Eurofarma Eurofarma	6. 000,00	R$ 4,7600	R$ 28. 560,0000
156	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	B250ML	Eurofarma Eurofarma	65. 000,00	R$ 3,7000	R$ 240. 500,0000
157	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	B500ML	Eurofarma Eurofarma	60. 000,00	R$ 3,8800	R$ 232. 800,0000
158	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 1000 ML	B1000	Eurofarma Eurofarma	20. 000,00	R$ 5,9000	R$ 118. 000,0000
180	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Santisa Santisa	5. 000,00	R$ 0,6800	R$ 3. 400,0000
204	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250 ML	B250ML	Fresenius Fresenius	3. 000,00	R$ 3,8600	R$ 11. 580,0000
205	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLSAA	Fresenius Fresenius	5. 000,00	R$ 3,5800	R$ 17. 900,0000
209	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	5. 000,00	R$ 4,7000	R$ 23. 500,0000
217	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- BOLSA 100ML	BOLSA	Farmace Farmace	5. 000,00	R$ 6,2300	R$ 31. 150,0000
221	OXACILINA SÓDICA 500 MG- PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Nova Far- ma Nova Farma	18. 000,00	R$ 1,0500	R$ 18. 900,0000
223	PROPOFOL 10MG/ML - FRASCO 20 ML	FRASCO	Fresenius Fresenius	2. 000,00	R$ 14,0000	R$ 28. 000,0000
224	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETAVEL - FRASCO 20ML	AMP1	Fresenius Fresenius	2. 000,00	R$ 14,0000	R$ 28. 000,0000
231	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 125 MG PO PARA SOLUCÃO INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	AMP1	Fresenius Fresenius	3. 000,00	R$ 8,9800	R$ 26. 940,0000
243	TENOXICAN 20 MG PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	FRASCO	Eurofarma Eurofarma	30. 000,00	R$ 6,8700	R$ 206. 100,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.245.780,00

Fornecedor: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 01.571.702/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal
167	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 100 ML	BOLSA	isofarma bolsa	8. 000,00	R$ 20,0000	R$ 160. 000,0000
213	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 150 ML	BOLSAA	halexistar bolsa	2. 000,00	R$ 24,5000	R$ 49. 000,0000
258	FLUCONAZOL 2MG/ML, BOLSA DE SISTEMA FECHADO COM 100ML DE SOLUÇÃO USO INTRAVENOSO + ENVELOPE (EMBALAGEM HOSPITALAR.	BOLSAA	isofarma bolsa	10. 000,00	R$ 18,0000	R$ 180. 000,0000

Valor Total Homologado - R$ 389.000,00

Fornecedor: INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ/CPF: 32.138.304/0001-06

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
246	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL - AM-	AMPOLA	hypofarma Am-	16.	R$	R$ 17.

	POLA 2ML		pola	000,00	1,1200	920,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.920,00

Fornecedor: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 2,9800	R$ 2.086,0000
2	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURAN- ÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 4,6300	R$ 3.241,0000
4	ACICLOVIR 50MG/G, POMADA, BISNAGA DE 10G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	TUBO	Cimed Cimed	200,00	R$ 2,4500	R$ 490,0000
14	AZITROMICINA 500 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,5800	R$ 17.400,0000
19	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASCO	Teuto Teuto	1.200,00	R$ 6,9900	R$ 8.388,0000
20	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	40.000,00	R$ 0,3100	R$ 12.400,0000
22	CETOCONAZOL 20MG/ML (2%) SHAMPOO, FRASCO 100ML;, EM EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Cimed Cimed	400,00	R$ 5,0900	R$ 2.036,0000
23	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXI- MO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	20.000,00	R$ 0,1800	R$ 3.600,0000
25	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML XAROPE, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100 ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO	FRASC	Hipolabor Hipolabor	5.000,00	R$ 1,7900	R$ 8.950,0000
33	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Loratamed	3.000,00	R$ 2,5700	R$ 7.710,0000
36	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 4MG/ML, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Mariol Mariol	1.000,00	R$ 0,9900	R$ 990,0000
42	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Hipolabor Hipolabor	300,00	R$ 2,3200	R$ 696,0000
46	NITROFURANTOINA 100MG CAPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 CÁPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SEGUDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
57	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Sanval Sanval	30.000,00	R$ 0,1400	R$ 4.200,0000
58	PREDNISOLONA 3MG/ML XAROPE, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 50 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	800,00	R$ 4,4500	R$ 3.560,0000
65	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamed Vitamed	50.000,00	R$ 0,0300	R$ 1.500,0000
69	ALOPURINOL 100MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	3.000,00	R$ 0,1400	R$ 420,0000
78	CARVEDILOL COMPRIMIDO 6,25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1000	R$ 3.000,0000
83	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	1Farma/Cimed 1Farma/Cimed	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
87	GLIMEPIRIDA 2MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	20.000,00	R$ 0,0700	R$ 1.400,0000
102	SINVASTATINA 40MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1200	R$ 3.600,0000
103	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 50MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 4,3500	R$ 2.175,0000
106	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	70.000,00	R$ 0,0600	R$ 4.200,0000
109	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	Sanval Sanval	200,00	R$ 8,9900	R$ 1.798,0000
112	CLONAZEPAM, SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG /ML, FRASCO DE 20ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 2,5500	R$ 1.275,0000
116	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Santisa Santiazepam	80.000,00	R$ 0,0700	R$ 5.600,0000
117	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	Teuto Teuto	80.000,00	R$ 0,1100	R$ 8.800,0000
123	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	CX30	Teuto Teuto	60.000,00	R$ 0,0700	R$ 4.200,0000
135	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,6100	R$ 43.050,0000
136	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,0000	R$ 40.000,0000

140	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML	FRASC	Teuto Teuto	5.000,00	R$ 1,1700	R$ 5.850,0000
146	CEFALOTINA SODICA 1 G PÓ PARA SOLUCÃO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	Blau Cefariston	6.000,00	R$ 5,5200	R$ 33.120,0000
147	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Blau Blau	15.000,00	R$ 4,9900	R$ 74.850,0000
161	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	FRASCO	Teuto Teuto	1.000,00	R$ 4,8900	R$ 4.890,0000
175	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 2ML.	AMPOLA	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 1,2600	R$ 12.600,0000
186	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	500,00	R$ 7,5300	R$ 3.765,0000
215	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	2.000,00	R$ 7,1600	R$ 14.320,0000
218	NITROPRUSSIATO DE SODIO 25 MG/ML, SOLUCÃO INJETAVEL.	AMPOLA	Hypofarma Nitrop	1.000,00	R$ 24,4900	R$ 24.490,0000
247	LIDOCAINA SPRAY 100 MG/ML FRASCO 50ML	FRASC	Hipolabor Hipolabor	5.000,00	R$ 59,9900	R$ 299.950,0000
253	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO 4G + 500 MG INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Fresenius Kabi Fresenius Kabi	30.000,00	R$ 24,6700	R$ 740.100,0000
254	PROTAMINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Cellera Protamina	10.000,00	R$ 3,1900	R$ 31.900,0000
262	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Cimed Cimed	4.000,00	R$ 0,1100	R$ 440,0000
263	OLANZAPINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	4.000,00	R$ 0,5400	R$ 2.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.450.400,00

Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME CNPJ/CPF: 19.391.064/0001-99

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. To-tal
50	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	FARMACE FARMACE	15.000,00	R$ 1,1200	R$ 16.800,0000
155	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 100 ML	BOLSA	FARMACE FARMACE	120.000,00	R$ 2,8900	R$ 346.800,0000
159	CLORETO DE SODIO 20% SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 10 ML	AMP10M	FARMACE FARMACE	2.000,00	R$ 0,4400	R$ 880,0000
188	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	2.000,00	R$ 23,7300	R$ 47.460,0000

Valor Total Homologado - R$ 411.940,00 Fornecedor: MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI CNPJ/CPF: 09.676.256/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 34.772.843/0001-28

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To- tal

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ/CPF: 24.484.451/0001-00

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. To-tal
39	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML,SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR BELFAR	1.000,00	R$ 5,8500	R$ 5.850,0000
79	CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPOCASTANUM) 250MG, CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA	CPS	LEDAL QUI- MICA LE- DAL QUIMICA	5.000,00	R$ 0,4600	R$ 2.300,0000
137	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100.000 UI, INJ	FRASCO	BALU BALU	2.000,00	R$ 5,7000	R$ 11.400,0000
195	FENITOINA 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,9700	R$ 14.850,0000
245	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3 + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	NOVARTIS NOVARTIS	100,00	R$ 46,0000	R$ 4.600,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.000,00

Fornecedor: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
62	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	FRASC	ELOFAR ELOFAR	600,00	R$ 9,0000	R$ 5.400,0000
84	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	EMS EMS	60.000,00	R$ 0,2000	R$ 12.000,0000
138	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI - G CRISTALINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETAVEL.	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,2400	R$ 33.720,0000
171	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML - 20ML - SOLUCAO INJETAVEL	FRASCO	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.500,00	R$ 5,9500	R$ 32.725,0000
189	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	6.000,00	R$ 26,4900	R$ 158.940,0000
196	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/ EV - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,1900	R$ 6.380,0000
210	HEPARINA 5.000 UI/0,25ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 0,25 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 12,4400	R$ 12.440,0000
225	RETINOL + AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL 10.000 UI + 25 + 5 + 5 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	LATINOFARMA LATINOFARMA	100,00	R$ 12,8900	R$ 1.289,0000
251	IMIPENEM + CILASTATINA SODICA 500 MG+ 500MG PÓ LIOFILO PARA INJETAVEL FRASCO AMPOLA.	FRASCO	FRESENIUS KABI FRESENIUS KABI	10.000,00	R$ 22,8400	R$ 228.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 491.294,00

Fornecedor: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF: 22.862.531/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	ValorUnit.	Valor. Total
17	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT.D)500 MG + 400 UI , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	40.000,00	R$ 0,0500	R$ 2.000,0000
18	CARBONATO DE CALCIO 500 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	10.000,00	R$ 0,0500	R$ 500,0000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EMEMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 6,7000	R$ 5.360,0000
54	POLIVITAMINA LIQUIDO (VITAMINA A 3000UI+ VITAMINA B1 2MG/ML+ VITAMINA B3 1,5 MG/ML+ VITAMINA B5 10 MG/ML + VITAMINA B6 2MG/ML + VITAMINA B8 0,2 MG/ML + VITAMINA C 80MG/ML + VITAMINA D2 900UI/ML) , FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	ARTE NATIVA ARTE NATIVA	800,00	R$ 7,8900	R$ 6.312,0000
64	SULFATO FERROSO (25MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 0,8900	R$ 712,0000
76	CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1100	R$ 1.100,0000
77	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1000	R$ 1.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 16.984,00

LEIA –SE:

Fornecedor: BR DANTAI DISTRIBUIDOR HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 10.761.735/0001-91

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
80	CINARIZINA 75 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NEOQUIMA NEOQUIMA	50.000,00	R$ 0,2000	R$ 10.000,0000
82	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA MEDQUIMICA	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
108	CARBAMAZEPINA 200 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIA CRISTALIA	50.000,00	R$ 0,1800	R$ 9.000,0000
124	ACETILCISTEINA 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 3ML;	AMPOLA	GEOLAB GEOLAB	1.500,00	R$ 1,8300	R$ 2.745,0000
129	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 1.000 ML;	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 5,9600	R$ 11.920,0000
148	CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	UNIAO UNIAO	10.000,00	R$ 2,4500	R$ 24.500,0000
149	FENTANILA CITRATO 50 MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 2ML	AMPOLA	UNIAO UNIAO	1.000,00	R$ 1,7100	R$ 1.710,0000
152	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	EQUIPLEX EQUIPLEX	2.000,00	R$ 0,3700	R$ 740,0000
166	CEFEPIMA,CLORIDRATO 2 G PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 20,7200	R$ 103.600,0000
177	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	TEUTO TEUTO	5.000,00	R$ 1,0200	R$ 5.100,0000
181	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	BLAU BLAU	16.000,00	R$ 0,7300	R$ 11.680,0000
183	DIMENIDRINATO 3 MG, PIRIDOXINA 5 MG, GLICOSE 100 MG, FRUTOSE 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML- EV.	AMPOLA	NYCOMED NYCOMED	6.000,00	R$ 3,3600	R$ 20.160,0000

184	ISOSORBIDA, DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRI	ACHE ACHE	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000
190	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	BLAU BLAU	2.000,00	R$ 41,3000	R$ 82.600,0000
197	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HYPOFARMA HYPOFARMA	5.000,00	R$ 1,5100	R$ 7.550,0000
198	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	2.000,00	R$ 7,5500	R$ 15.100,0000
200	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	FARMACE FARMACE	30.000,00	R$ 0,7400	R$ 22.200,0000
206	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	AMPOLA	ISOFARMA ISOFARMA	16.000,00	R$ 0,5300	R$ 8.480,0000
207	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HALEXISTAR HALEXISTAR	2.000,00	R$ 2,2000	R$ 4.400,0000
211	HEPARINA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML	FRASCO	BLAU BLAU	3.000,00	R$ 11,5900	R$ 34.770,0000
216	MANITOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 % SISTEMA FECHADO 250 ML	FRASC	EQUIPLEX EQUIPLEX	5.000,00	R$ 5,4200	R$ 27.100,0000
229	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 1,8700	R$ 18.700,0000
230	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO	BLAU BLAU	10.000,00	R$ 3,4800	R$ 34.800,0000
235	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	NOVAFARMA NOVAFARMA	10.000,00	R$ 1,2300	R$ 12.300,0000
237	MORFINA, SULFATO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	1.000,00	R$ 3,7800	R$ 3.780,0000
256	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 200 MG- CAPSULA.	CPS	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,2100	R$ 12.100,0000
257	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOLIZADO 200 MG - ENVELOPE.	ENVE	CIFARMA CIFARMA	10.000,00	R$ 1,3400	R$ 13.400,0000
259	PENTOXIFILINA INJETAVEL 20 MG/ML,CAIXA COM 50 AMPOLAS COM 5ML DE SOLUÇÃO DE USO INTRAVENOSO.	AMPOLA	UNIAO UNIAO	2.000,00	R$ 2,4000	R$ 4.800,0000
261	QUETIAPINA 100 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	AUROBINDO AUROBINDO	8.000,00	R$ 0,5900	R$ 4.720,0000

Valor Total Homologado - R$ 523.055,00

Fornecedor: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.652.030/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUARIA.	COMPRI	HIPOLABOR CX C/ 500 1134301590024 HIPOFOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
13	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM LACRE DE SEGURANÇA + DILUENTE + SERINGA DOSADORA ACONDICIONADOS DENTRO DA EMBALAGEM	FRASC	PRATI DONADUZZI 1256801850081 CX C/ 50 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 5,4000	R$ 5.400,0000
21	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	BRAINFARMA CX C/ 1 1558405130030 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	400,00	R$ 2,1000	R$ 840,0000
24	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%) - BISNAGA 10G, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201900220021 DEXAGREEN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,0500	R$ 10.500,0000
35	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR CX C 20 1057100860035 PLABEL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	8.000,00	R$ 0,0800	R$ 640,0000
37	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C/ 20 1558403080028 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,1500	R$ 150,0000
41	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME VAGINAL, BISNAGA 80G,, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	HIPOLABOR CX C/ 50 1134301790023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 6,3000	R$ 6.300,0000
43	NEOMICINA + BACITRACINA 5 + 250 MG/G POMADA BISNAGA DE10G; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	BELFAR CX C 1 1057100820025 BACINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 1,4500	R$ 14.500,0000
45	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA COM 60G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	BISNA	GREEN PHARMA CX C/ 50 1201901220023 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	3.000,00	R$ 3,6000	R$ 10.800,0000
53	PERMETRINA 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60 ML COM LACRE DE SEGURANÇA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	IFAL CX C/ 50 1353100020084 PIOLIXINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	500,00	R$ 2,1500	R$ 1.075,0000
56	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL CX C 500 1071402370044 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	5.000,00	R$ 0,0600	R$ 300,0000
68	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CELLERA CX C/ 4 1044001570030 ENDROSTAN	1.000,00	R$ 0,1800	R$ 180,0000

			DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.			
72	ANLODIPINO BENSILATO 10MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 500 1542302430086 BESILAPIN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	60.000,00	R$ 0,0600	R$ 3.600,0000
74	ATENOLOL 50MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	VITAMEDIC CX C/30 1039201680093 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	200.000,00	R$ 0,0600	R$ 12.000,0000
88	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CIMED CX C/ 30 1438101460145 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1200	R$ 2.400,0000
89	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MED QUIMICA CX C/ 500 1091700930042 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	150.000,00	R$ 0,0300	R$ 4.500,0000
94	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 30 1037005050027 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	300.000,00	R$ 0,0500	R$ 15.000,0000
99	NIFEDIPINO 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BRAINFARMA CX C 30 1558401690031 NEO FEDIPINA DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	50.000,00	R$ 0,1100	R$ 5.500,0000
100	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	GEOLAB CX C 600 1542300170044 POLOL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	100.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.000,0000
122	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/ 20 1037003210027 PROFERGAN DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	20.000,00	R$ 0,1300	R$ 2.600,0000
127	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LETICINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA FRASCO 100ML	FRASC	HADASSAH CX C/30 81196230001 DERMATROL DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	10.000,00	R$ 3,3000	R$ 33.000,0000
176	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPRI	PRATI D CX C 500 1256803100101 GENERICO DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME EDITAL.	1.000,00	R$ 0,2600	R$ 260,0000

Valor Total Homologado - R$ 135.545,00

Fornecedor: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 07.847.837/0001-10

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
85	FUROSEMIDA 40 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0600	R$ 6.000,0000
91	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	2.000,00	R$ 0,1600	R$ 320,0000
95	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI-DONADUZZI DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100.000,00	R$ 0,0800	R$ 8.000,0000
101	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANDOZ DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	50.000,00	R$ 0,0700	R$ 3.500,0000
104	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
105	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	20.000,00	R$ 0,4900	R$ 9.800,0000
132	ALBUMINA HUMANA 20%, INJETÁVEL - FRASCO 50 ML	FRASCA	BLAU DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	100,00	R$ 142,9400	R$ 14.294,0000
178	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL (10 MG/G) 1% POMADA - BISNAGA 30G	BISNA	ABBOTT DE ACORDO COM A PROPOSTA ANEXADA	10.000,00	R$ 13,3500	R$ 133.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 177.614,00

Fornecedor: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI -ME

CNPJ/CPF: 09.315.996/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
29	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	teuto	80.000,00	R$ 0,1600	R$ 12.800,0000
255	SACCHAROMYCES BOULARDII LIOFILIZADO 100 MG - CAPSULA	CPS	repoflor	10.000,00	R$ 0,6000	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 18.800,00

Fornecedor: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 41.511.821/0001-70

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	ALBENDAZOL 400 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI Comprimido	10.000,00	R$ 0,3300	R$ 3.300,0000
40	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA COM 50G, COM 10 APLICADORES POR BISNAGA SELADOS INDIVIDUALMENTE	TUBO	PRATI TUBO	2.000,00	R$ 4,9900	R$ 9.980,0000
44	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL,FRASCO COM 50 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM CONTAGOTAS, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI FRASCO	500,00	R$ 4,0600	R$ 2.030,0000
51	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	80.000,00	R$ 0,1000	R$ 8.000,0000
63	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	BELFAR Comprimido	20.000,00	R$ 0,1700	R$ 3.400,0000
97	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	20.000,00	R$ 0,3400	R$ 6.800,0000
98	METILDOPA 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SANVAL Comprimido	15.000,00	R$ 0,8500	R$ 12.750,0000
110	CARBONATO DE LITIO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	HIPOLABOR Comprimido	5.000,00	R$ 0,3100	R$ 1.550,0000
128	ADENOSINA 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	1.000,00	R$ 9,8400	R$ 9.840,0000
170	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20 MG/G (2%) GELÉIA - BISNAGA 30G	BISNA	PHARLAB Bisnaga	10.000,00	R$ 2,1800	R$ 21.800,0000
174	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	5.000,00	R$ 1,8000	R$ 9.000,0000
191	EPINEFRINA 1 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	HIPOLABOR Ampola	8.000,00	R$ 1,2700	R$ 10.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 98.610,00

Fornecedor: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 10ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	PRATI DONADUZZI GENERICO	3.000,00	R$ 0,9400	R$ 2.820,0000
10	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	10.000,00	R$ 1,1800	R$ 11.800,0000
11	AMOXICILINA 50 MG/ ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM COPO DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	PRATI DONADUZZI GENERICO	2.000,00	R$ 2,6500	R$ 5.300,0000
30	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO DE 30ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB IBUPROTRAT	1.000,00	R$ 1,5500	R$ 1.550,0000
34	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML, FRASCO DE 30 ML EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	NATULAB HELMILAB	800,00	R$ 1,4000	R$ 1.120,0000
71	AMIODARONA 200MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	RANBAXY GENERICO	20.000,00	R$ 0,3200	R$ 6.400,0000
75	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	PRATI DONADUZZI GENERICO	120.000,00	R$ 0,0400	R$ 4.800,0000
86	GLIBENCLAMIDA 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	MEDQUIMICA GLICONIL	130.000,00	R$ 0,0300	R$ 3.900,0000
114	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	CRISTALIA LONGACTIL	10.000,00	R$ 0,2500	R$ 2.500,0000
249	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRI	RANBAXY GENERICO	10.000,00	R$ 0,3100	R$ 3.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 43.290,00

Fornecedor: DROGAFONTE LTDA

CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
12	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	UNICHEM(SP) CAP	80.000,00	R$ 0,1900	R$ 15.200,0000
107	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	CRISTALIAS(SP) CPR	35.000,00	R$ 0,2200	R$ 7.700,0000
126	ACIDO TRANEXANICO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML;	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	4.000,00	R$ 4,6500	R$ 18.600,0000
141	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML -5ML	AMP1	MYLAN(ES) F/A	1.000,00	R$ 14,5000	R$ 14.500,0000
192	ESCINA 10 MG/G + SALICILATO DE DIETILAMONIO 50MG/G, GEL - 30G.	BISNAG	BIOLAB SANU(SP) BIS	200,00	R$ 18,3800	R$ 3.676,0000
214	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	HIPOLABORM(MG) AMP	5.000,00	R$ 6,2000	R$ 31.000,0000
220	OMEPRAZOL 40 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	BLAU FARMAC(SP) F/A	20.000,00	R$ 14,5000	R$ 290.000,0000
232	SUFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G CREME DERMATOLÓGICO - POTE 400G	POT400	PRATI DONAD(PR) POT	2.000,00	R$ 31,1700	R$ 62.340,0000

242	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	10.000,00	R$ 1,6700	R$ 16.700,0000
244	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	3.000,00	R$ 1,7500	R$ 5.250,0000
252	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA	HIPOLABOR-M(MG) AMP	2.000,00	R$ 7,2500	R$ 14.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 479.466,00

Fornecedor: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 28.093.678/0001-85

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
38	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	TEUTO CX C/24	1.000,00	R$ 0,3700	R$ 370,0000
194	FENILEFRINA + TETRACAÍNA 1 + 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO 10 ML	FRASC	ALLERGAN UND	300,00	R$ 10,0000	R$ 3.000,0000
260	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO, EMBALEGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA	COMPRI	E.M.S CX C/30	3.000,00	R$ 0,1900	R$ 570,0000

Valor Total Homologado - R$ 3.940,00

Fornecedor: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 25.034.906/0001-58

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
67	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA.	COMPRI	BRASTERAPICA BRASTERAPICA	150.000,00	R$ 0,0400	R$ 6.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 6.000,00

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 42.092.374/0001-24

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
9	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML OU MAIS, COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	E.m.s E.m.s	1.000,00	R$ 14,5000	R$ 14.500,0000
31	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamedic Vitamedic	8.000,00	R$ 0,3900	R$ 3.120,0000
73	ANLODIPINO BENSILATO 5MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	80.000,00	R$ 0,0300	R$ 2.400,0000
96	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Geolab Geolab	200.000,00	R$ 0,0800	R$ 16.000,0000
111	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDARIA	COMPRI	Geolab Geolab	30.000,00	R$ 0,0500	R$ 1.500,0000
115	DIAZEPAM 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Nova Quimica Nova Quimica	20.000,00	R$ 0,0600	R$ 1.200,0000
131	AGUA DESTILADA (AGUA PARA INJEÇÃO) - DILUENTE INJETAVEL ENDOVENOSO 500 ML	FRASC	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 3,3000	R$ 6.600,0000
144	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	25.000,00	R$ 3,2200	R$ 80.500,0000
180	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2 ML	AMPOLA	Santisa Santisa	5.000,00	R$ 0,6800	R$ 3.400,0000
205	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500 ML	BOLSAA	Fresenius Fresenius	5.000,00	R$ 3,5800	R$ 17.900,0000
209	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2 MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	Hypofarma Hypofarma	5.000,00	R$ 4,7000	R$ 23.500,0000
221	OXACILINA SÓDICA 500 MG- PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Nova Farma Nova Farma	18.000,00	R$ 1,0500	R$ 18.900,0000
223	PROPOFOL 10MG/ML - FRASCO 20 ML	FRASCO	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
224	PROPOFOL 10 MG/ML EMULSÃO INJETAVEL - FRASCO 20ML	AMP1	Fresenius Fresenius	2.000,00	R$ 14,0000	R$ 28.000,0000
231	SUCCINATO SODICO DE METILPREDNISOLONA 125 MG PO PARA SOLUCÃO INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	AMP1	Fresenius Fresenius	3.000,00	R$ 8,9800	R$ 26.940,0000
243	TENOXICAN 20 MG PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	FRASCO	Eurofarma Eurofarma	30.000,00	R$ 6,8700	R$ 206.100,0000

Valor Total Homologado - R$ 478.560,00

Fornecedor: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

CNPJ/CPF: 01.571.702/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
167	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 100 ML	BOLSA	isofarma bolsa	8.000,00	R$ 20,0000	R$ 160.000,0000
213	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 150 ML	BOLSAA	halexistar bolsa	2.000,00	R$ 24,5000	R$ 49.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 209.000,00

Fornecedor: INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ/CPF: 32.138.304/0001-06

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
246	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	AMPOLA	hypofarma Ampola	16.000,00	R$ 1,1200	R$ 17.920,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.920,00

Fornecedor: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 2,9800	R$ 2.086,0000
2	ACEBROFILINA 10 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120 ML COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Cimed	700,00	R$ 4,6300	R$ 3.241,0000
4	ACICLOVIR 50MG/G, POMADA, BISNAGA DE 10G EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 BISNAGA, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Cimed Cimed	200,00	R$ 2,4500	R$ 490,0000
14	AZITROMICINA 500 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,5800	R$ 17.400,0000
19	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASCO	Teuto Teuto	1.200,00	R$ 6,9900	R$ 8.388,0000
20	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	40.000,00	R$ 0,3100	R$ 12.400,0000
22	CETOCONAZOL 20MG/ML (2%) SHAMPOO, FRASCO 100ML;, EM EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Cimed Cimed	400,00	R$ 5,0900	R$ 2.036,0000
23	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	20.000,00	R$ 0,1800	R$ 3.600,0000
33	LORATADINA 1MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Cimed Loratamed	3.000,00	R$ 2,5700	R$ 7.710,0000
36	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 4MG/ML, FRASCO DE 10 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Mariol Mariol	1.000,00	R$ 0,9900	R$ 990,0000
42	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 TUBOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	TUBO	Hipolabor Hipolabor	300,00	R$ 2,3200	R$ 696,0000
46	NITROFURANTOINA 100MG CAPSULA, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 CÁPSULAS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SEGUDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
57	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Sanval Sanval	30.000,00	R$ 0,1400	R$ 4.200,0000
58	PREDNISOLONA 3MG/ML XAROPE, FRASCO DE 60 ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 50 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	800,00	R$ 4,4500	R$ 3.560,0000
65	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Vitamed Vitamed	50.000,00	R$ 0,0300	R$ 1.500,0000
83	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	1Farma/Cimed 1Farma/Cimed	60.000,00	R$ 0,0500	R$ 3.000,0000
87	GLIMEPIRIDA 2MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	20.000,00	R$ 0,0700	R$ 1.400,0000
102	SINVASTATINA 40MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Cimed Cimed	30.000,00	R$ 0,1200	R$ 3.600,0000
103	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SODIO) 50MG/ML XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 4,3500	R$ 2.175,0000
106	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Teuto Teuto	70.000,00	R$ 0,0600	R$ 4.200,0000
109	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Sanval Sanval	200,00	R$ 8,9900	R$ 1.798,0000
112	CLONAZEPAM, SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG /ML, FRASCO DE 20ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	Hipolabor Hipolabor	500,00	R$ 2,5500	R$ 1.275,0000
116	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	Santisa Santiazepam	80.000,00	R$ 0,0700	R$ 5.600,0000
117	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	COMPRI	Teuto Teuto	80.000,00	R$ 0,1100	R$ 8.800,0000
123	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUNDÁRIA.	CX30	Teuto Teuto	60.000,00	R$ 0,0700	R$ 4.200,0000
135	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,6100	R$ 43.050,0000
136	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Teuto Bepeben	5.000,00	R$ 8,0000	R$ 40.000,0000

140	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20ML	FRASC	Teuto Teuto	5.000,00	R$ 1,1700	R$ 5.850,0000
146	CEFALOTINA SODICA 1 G PÓ PARA SOLUCÃO INJETAVEL FRASCO AMPOLA	AMP1	Blau Cefariston	6.000,00	R$ 5,5200	R$ 33.120,0000
147	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - ENDOVENOSO - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Blau Blau	15.000,00	R$ 4,9900	R$ 74.850,0000
161	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2 ML	FRASCO	Teuto Teuto	1.000,00	R$ 4,8900	R$ 4.890,0000
175	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL- AMPOLA 2ML.	AMPOLA	Teuto Teuto	10.000,00	R$ 1,2600	R$ 12.600,0000
186	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	500,00	R$ 7,5300	R$ 3.765,0000
215	MIDAZOLAM, MALEATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	Teuto Teuto	2.000,00	R$ 7,1600	R$ 14.320,0000
253	PIPERACILINA SODICA + TAZOBACTAM SODICO 4G + 500 MG INJETAVEL - FRASCO AMPOLA	FRASCO	Fresenius Kabi Fresenius Kabi	30.000,00	R$ 24,6700	R$ 740.100,0000
254	PROTAMINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	Cellera Protamina	10.000,00	R$ 3,1900	R$ 31.900,0000
262	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Cimed Cimed	4.000,00	R$ 0,1100	R$ 440,0000
263	OLANZAPINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi	4.000,00	R$ 0,5400	R$ 2.160,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.113.590,00

Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME

CNPJ/CPF: 19.391.064/0001-99

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
188	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	2.000,00	R$ 23,7300	R$ 47.460,0000

Valor Total Homologado - R$ 47.460,00

Fornecedor: MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI

CNPJ/CPF: 09.676.256/0001-98

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 34.772.843/0001-28

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Fornecedor: RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

CNPJ/CPF: 24.484.451/0001-00

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
39	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40MG/ML,SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML OU MAIS COM LACRE DE SEGURANÇA, COM DOSADOR GRADUADO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	BELFAR BELFAR	1.000,00	R$ 5,8500	R$ 5.850,0000
79	CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPOCASTANUM) 250MG, CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	CPS	LEDAL QUIMICA LEDAL QUIMICA	5.000,00	R$ 0,4600	R$ 2.300,0000
137	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100.000 UI, INJ	FRASCO	BALU BALU	2.000,00	R$ 5,7000	R$ 11.400,0000
195	FENITOINA 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	HIPOLABOR HIPOLABOR	5.000,00	R$ 2,9700	R$ 14.850,0000
245	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3 + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA - BISNAGA 3,5 G	BISNA	NOVARTIS NOVARTIS	100,00	R$ 46,0000	R$ 4.600,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.000,00

Fornecedor: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/CPF: 06.065.614/0001-38

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
84	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	EMS EMS	60.000,00	R$ 0,2000	R$ 12.000,0000
189	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML EV/SC SERINGA	SERING	MYLAN MYLAN	6.000,00	R$ 26,4900	R$ 158.940,0000
196	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/ EV - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	CRISTALIA CRISTALIA	2.000,00	R$ 3,1900	R$ 6.380,0000

251	IMIPENEM + CILASTATINA SODICA 500 MG+ 500MG PÓ LIOFILO PARA INJETAVEL FRASCO AMPOLA.	FRASCO	FRESENIUS KABI FRESENIUS KABI	10.000,00	R$ 22,8400	R$ 228.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 405.720,00

Fornecedor: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ/CPF: 22.862.531/0001-26

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
17	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT.D)500 MG + 400 UI , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	40.000,00	R$ 0,0500	R$ 2.000,0000
18	CARBONATO DE CALCIO 500 MG - COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	COMPRI	SOINVIE SOINVIE	10.000,00	R$ 0,0500	R$ 500,0000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EMEMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	FRASC	SOINVIE SOINVIE	800,00	R$ 6,7000	R$ 5.360,0000
54	POLIVITAMINA LIQUIDO (VITAMINA A 3000UI+ VITAMINA B1 2MG/ML+ VITAMINA B3 1,5 MG/ML+ VITAMINA B5 10 MG/ML + VITAMINA B6 2MG/ML + VITAMINA B8 0,2 MG/ML + VITAMINA C 80MG/ML + VITAMINA D2 900UI/ML) , FRASCO DE 100ML; EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA E SECUDARIA.	FRASC	ARTE NATIVA ARTE NATIVA	800,00	R$ 7,8900	R$ 6.312,0000
76	CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1100	R$ 1.100,0000
77	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	COMPRI	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA	10.000,00	R$ 0,1000	R$ 1.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 16.272,00

PEDRA PRETA, 03 DE MAIO DE 2022.

_____

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

Portaria 203/2022

_____

FERNANDO ARANTES CORRÊA DA COSTA

Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços

Portaria Nº. 409/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 015/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2022

1. PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, por intermédio de seu **PREGOEIRO OFICIAL,** designado pela **Portaria Municipal n° 239 de 07 de fevereiro de 2022,** torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO,** sob a forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** conforme descrito neste Edital e seus Anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 006, de 15/02/2010, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

2. DO OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ESCRITÓRIO E COPA E COZINHA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA"**.

3. DA RETIFICAÇÃO: 3.1. Fica alterada a descrição do Lote 7, Item 308522,constante no **Termo de Referência (Anexo I)** e **Modelo de Proposta (Anexo II)** do Edital, apresentando-se da seguinte forma;

Seq.	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
7	308522	**GELADEIRA, FROST FREE, BRANCA, DUPLEX, CAPACIDADE MINIMA 400 LITROS, COR BRANCA, TRAVA NA PORTA DO CONGELADOR, PRATELEIRA NO CONGELADOR REMOVIVEL, CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA, CLASSIFICACAO DE CONSUMO SELO PROCEL, RECIPIENTE PARA GUARDAR GELO, PRATELEIRAS NA PORTA, ILUMINACAO INTERNA, GAVETAO DE LEGUMES, PORTA GARRAFAS CAPACIDADE MINIMA DE PARA 4, PORTA OVOS REMOVIVEL CAPACIDADE MINIMA PARA 12, DEGELO DO FREEZER AUTOMATICO, CONTROLE DE TEMPERATURA DO REFRIGERADOR, CONTROLE DE TEMPERATURA DO FREEZER, PES COM RODAS NIVELADORAS, PRATELEIRAS/CESTOS, TEMPERATURA UNIFORME, TENSAO 127 V, COM GARANTIA DE 12 MESES DO FABRICANTE.**	un - unidade	40	R$ 3.723,15	R$ 148.926,00

4. DA RATIFICAÇÃO:

4.1. Ficam ratificadas as demais disposições originárias.

Peixoto de Azevedo MT, 03 de maio de 2022.

THIAGO PEREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 014/2022 tendo por OBJETO**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGAS DE CILINDRO DE OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL E NITROGÊNIO LÍQUIDO REFRIGERADO EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA"**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Maurício Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG 3.462. 335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 014/2022 homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) vencedora(s) que incidirá no valor do(s) Produto(s), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 014/2022; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **OXIGÊNIO DOIS IRMÃOS EIRELI**, com o CNPJ **13.657.269/0001-97**, visando o fornecimento do(s) Produto(s) constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE,

MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da empresa **OXIGÊNIO DOIS IRMÃOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o Nº **13.657.269/0001-97,** localizada na Estrada Lucila, Núcleo Colonial Celeste, Bairro Angélica, cidade de Sinop/MT, CEP 78.559-899, representada pelo seu proprietário senhor Ailton José Alves, CPF nº 651.807.801-44, RG sob o nº 889404 SSP/MT, residente e domiciliado na Avenida dos Guarantãs, nº 468, Bairro Jardim Maringá, cidade de Sinop/MT.

Planilha demonstrativa dos preços:

OXIGENIO DOIS IRMAOS EIRELI

CNPJ: 13.657.269/0001-97

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
311242	OXIGENIO GASOSO MEDICINAL PPU 1M³	METRO CUBICO	OXIGENIO DOIS IRMAOS	200,0000	155,9000	R$ 31.180,00
311243	OXIGENIO GASOSO MEDICINAL 10M³ ONU 1072	METRO CUBICO	OXIGENIO DOIS IRMAOS	10000,0000	34,9000	R$ 349.000,00
311244	NITROGENIO LIQUIDO REFRIGERADO ONU 1977	LITRO	OXIGENIO DOIS IRMAOS	5000,0000	48,5500	R$ 242.750,00

Total Fornecedor: R$ 622.930,00

Total Geral: R$ 622.930,00 (seiscentos e vinte e dois mil e novecentos e trinta reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) Produto(s) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da data de assinatura da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

5.1. A Gerencia da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a(s) empresa(s) signatária(s) deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) Produto(s).

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados está incluída todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. A(s) aquisição(ões) do(s) Produto(s) deste instrumento serão efetuadas através de Nota de Autorização de Despesa, emitida pelo Setor de Compras**,** contendo: o nº do pregão, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de emissão.

7.2. O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s):

a) PROVISIORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Quarta do presente contrato;

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Quarta do presente contrato, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos no(s) Produto(s), o fornecedor será informado para corrigi-lo em até 48 (quarenta e oito) horas, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) Produto(s) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O(s) Produto(s) deverão ser entregues no depósito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, situado na Rua Emílio Médici, S/N, Alvorada, Anexo a UPA, no Município de Peixoto de Azevedo/MT – CEP: 78530-000, conforme condições presentes no Termo de Referência Anexo I. Fica a cargo

do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação dos Produto(s) do veículo até o local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento:

8.1.1 O fornecimento deverá ocorrer em dias agendados, sendo no mínimo, 2 vezes por semana. Sendo que o primeiro fornecimento se dará no prazo máximo de 5 dias do aceite da Nota de Autorização de Despesa, emitida pelo Departamento de Compras, com a estimativa do quantitativo mensal a ser entregue de forma parcelada.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo:

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta;

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/Nota de Autorização de Despesa.

8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ Nota de Autorização de Despesa, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) Produto(s), o esgotamento do(s) Produto(s) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) Produto(s) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.8. O(s) Produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela vencedora no local determinado no Termo de Referência, no dia e horário previamente agendado.

8.9. O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade.

8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência:

8.10.1. Em se verificando problemas na entrega do(s) Produto(s), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.11. O(s) Produto(s), a cada Nota de Autorização de Despesa, deverão ser executados de forma parcelada no local indicado no Item 8.8 desta ARP.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor:

10.4.1. Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada cópias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência:

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

12.1. A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir o(s) Produto(s) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal**, conforme a seguir:

Dotação orçamentária:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	SAÚDE	
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA	
Programa	0020	ATENÇÃO BÁSICA	
Proj./Ativ.	2049	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
Dotação	411	339.030	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	1602000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal Blocos de Custeio	
		REGISTRO DE PREÇOS	
Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	SAÚDE	
Subfunção	305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Programa	0022	AÇÕES DE SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS-COVID-19	
Proj./Ativ.	20440	MANUTENÇÃO DE DESPESAS COM COVID-19 – SEC. DE SAÚDE	
Dotação	622	339.030	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	1602000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal Blocos de Custeio	
		REGISTRO DE PREÇOS	
Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	SAÚDE	
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0019	ATENDIMENTO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Proj./Ativ.	20430	MANUTENÇÃO DA UPA 24 HORAS	
Dotação	545	339.030	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	15001002	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS-SAÚDE	
		REGISTRO DE PREÇOS	

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma:

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) Produto(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

16.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

16.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

16.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos;

16.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

16.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

16.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa.

16.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT.

16.7. Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município.

16.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Eletrônico nº 014/2022, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº 014/2022 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento do(s) Produto(s);

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência:

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Município e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

23.2. E por estarem de acordo, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 03 de maio de 2022.

Município de Peixoto de Azevedo-MT

Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022– RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna-se **Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR PARA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 897650/2020/MDR/CAIXA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS".** A sessão foi declarada DESERTA. Peixoto de Azevedo-MT, 03 de maio 2022.

LELIA LAURA DA SILVA

Presidente Suplente – CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N°130/2022

PORTARIA N0 130/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE **ADEJIANE MARTINS FERREIRA ALVES** PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **ADEJIANE MARTINS FERREIRA ALVES,** para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Cultura e Turismo do Município de Planalto da Serra-MT.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 03 de maio de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO

TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO

Pelo presente instrumento, ENTIDADE: O Município de Planalto da Serra - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 37.465. 176/0001-29, neste ato representado pelo Srº. NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal, portador do RG. nº. 369842 SSP/MT e CPF nº. 800.449.481-15, e de outro lado**, JUVENIL DA SILVA SANTANA** brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Planalto da Serra – MT, portador do RG. nº 18963455 SESP-MT, CPF. 049.715.271-17, residente em Planalto da Serra - Mt, doravante denominado VOLUNTÁRIO, resolvem distratar a pedido o presente Contrato nos termos, da Lei n.º 9. 608, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é o DISTRATO do contrato de trabalho voluntário de prestação de serviços entre as partes citadas, de comum acordo, nos termos da Lei n.º 9.608.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Este instrumento entra em vigor no dia 31 março de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO:

E por estarem assim, de pleno acordo, assinam as partes o presente termo de distrato em 02 (duas vias) de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas maiores capazes, que também o assinam.

Planalto da Serra MT, 31 de março de 2022.

Natal Alves De Assis Sobrinho Juvenil da Silva Santana

Prefeito de Planalto da Serra Voluntário

CPF:800.449.481-15

Testemunhas: Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 004/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 004/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: KG ENGENHARIA-ME - KAIKE GOMES DA SILVA, CNPJ 35.524.143/0001-87

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 17 de abril de 2022 a 17 de junho de 2022.

Poconé/MT, 13 de abril de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 004/2022, de 17/01/2022, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA, GÁS E GELO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT. são:

Vencedores:

Licitante	CNPJ/CPF
ANNY DOWAN MARTINS SILVA EIRELI	26.831.314/0001-20
ELIZANGELA PINTO DE QUEIROZ DALLA NORA ME	07.802.637/0001-40

POCONÉ, 2 de Maio de 2022

Erasmo Paulo de LimaPregoeiro

PORTARIA Nº 124/2022

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR a pedido o Senhor*MARLON JOSÉ DE PADUA,* inscrito no CPF nº 204.446.641-49 do cargo deDIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS, desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 02 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 034/2022

Ata de Registro de preço n° 034/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI,CNPJ nº. 26.148.070/0001-85

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social	05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2020.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2022.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2024.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2023.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.241.0007.2049.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2045.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2040.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2054.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2055.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0007.2041.3.3.90.30.1.500.0000000

	05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.241.0006.2035.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2028.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2032.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2034.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2040.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Educação	06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.500.1001000 06.001.12.122.0008.2057.3.3.90.30.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.600.0000000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.30.1.600.0000000

Valor Registrado: R$ 278.928,45

Período: 12 meses

Poconé/MT, 02 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N° 002/2022.

TERMO DE FOMENTO: 002/2022.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Prefeitura Municipal de Poconé

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS REAPROVEITÁVEIS DE POCONÉ - COOPONÉ, CNPJ sob Nº 15.317.311/0001-56

OBJETO: estabelecer as condições para a execução do **Projeto RECICLAR PARA VIVER**, conforme Plano de Trabalho anexo a esse instrumento.

VALOR: R$ 12.000,00 (doze reais)

DOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

619 – 11.001.18.542.0019.211.3.3.90.391.500.00000

Vigência: 12 meses

Poconé, 02 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal

PARECER CME Nº 002/2022.

EXAMINA A SOLICITAÇÃO DE PARECER REFERENTE

A VALIDAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DA

EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

I – Histórico - Protocolado no Conselho Municipal de Educação o expediente contendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação para validação da Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Como o município conta com Sistema Municipal de Ensino a partir da Lei Nº 1.833/2016 o Conselho Municipal de Educação tem a responsabilidade por esta análise e aprovação verificando o atendimento a BNCC.

II – Fundamentação – A Matriz Curricular é o documento que define a atuação pedagógica da unidade escolar e possibilita a visualização de todo o processo educativo. Sua elaboração deve partir do estudo de documentos oficiais como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Resolução do CNE/CEB Nº 05/09 e o Parecer CNE/CEB Nº 20/09 que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Resolução do CNE/CEB Nº 02/018 que define diretrizes para matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e a Base Nacional Comum Curricular/2018 – BNCC, que é um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a terem assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com os Planos Nacional e Municipal de Educação.

Com a antecipação do acesso ao Ensino Fundamental para 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender crianças de 0 a 5 anos e 11 meses (zero aos cinco anos e onze meses), sendo o ensino obrigatório para crianças de 4 e 5 anos após a Emenda Constitucional Nº 059/2009 que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 (quatro aos dezessete) anos, o que foi incluído na LDB em 2013 e que leva a Matriz Curricular a necessidade de contemplar as novas exigências propostas pela implementação da BNCC e pela (re) elaboração do Documento Curricular Referencial (DCRC), com os campos interligados aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento potencializados nas experiências das

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ POCONÉ – MT.

Rua Tiradentes - S/Nº - Centro - CEP: 78.175.000

crianças a partir de suas vivências no cotidiano e nas práticas mediadas pelos professores.

As concepções apresentadas respaldam-se no Documento de Referência Curricular de Mato Grosso, referem-se a etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais delineando ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino como a reelaboração de seus Projetos Pedagógicos, a fim de adequá-los ao disposto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC/2017 que se identifica ao Currículo na comunhão de valores orientados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais reconhecendo que a educação tem compromisso com a formação e o desenvolvimento humano e oportuniza aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos alunos e também com os desafios da sociedade. Contudo, para que isso ocorra é preciso considerar as diferentes infâncias, adolescências, culturas e potencialidades presentes no cotidiano das nossas instituições de ensino, cientes que a maior transformação da dinâmica do trabalho educativo somente acontecerá por meio do currículo escolar inclusivo e com-

preendido como forma de materializar o conjunto de conhecimentos necessários e fundamentais para o desenvolvimento da criança e do jovem.

III – Conclusão – Considerando suas competências o Conselho Municipal de Educação aprova e valida a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais e nos Anos Finais nos estabelecimentos de ensino componentes do Sistema Municipal de Ensino de Poconé/MT conforme em anexo (Matriz Curricular da Educação Infantil e Matriz Curricular do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais).

Poconé, 20 de abril de 2022.

Jozenil Proença Moraes Dalprá

Presidente do Conselho Municipal de Educação

João Clarindo da Silva

Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação

MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

AMPARO LEGAL	EDUCAÇÃO INFANTIL/ATENDIMENTO EM REGIME PARCIAL ORGANIZAÇÃO CURRICULAR		C.H.D.	C.H.S.	C.H.A.
			4 h	20 h	800 h
LDB 9394/96 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 05/09 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/2017	DIREITOS DE APRENDIZAGEM CONVIVER-BRINCAR-PARTICIPAR-EXPLORAR-EXPRESSAR-CONHECER-SE CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS 1. O EU, O OUTRO E NÓS 2. CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS. 3. TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS. 4. ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO. 5. ESPAÇOS. TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.	EIXOS ESTRUTURANTES BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES	Números de Dias Letivos = 200 Carga Horária Semanal = 20 horas Carga Horária Anual = 800 horas Carga Horária Diária = 4 horas Duração da Aula = 60 minutos		

De acordo com a BNCC, os **DIREITOS DE APRENDIZAGEM** – CONVIVER, EXPLORAR, PARTICIPAR, BRINCAR, EXPRESSAR E CONHECER-SE – e os **CAMPOS DE EXPERIÊNCIA substituem as áreas do conhecimento que devem ser inseridos de forma integrada e articulada nos aspectos da vida cidadã em todas as atividades curriculares de forma globalizada.**

_____ **ORNELLA R. PROENÇA MORAES FALCÃO** Secretária Municipal de Educação

AMPARO LEGAL	EDUCAÇÃO INFANTIL/ATENDIMENTO EM REGIME PARCIAL ORGANIZAÇÃO CURRICULAR		C.H.D.	C.H.S.	C.H.A.
			8 h	20 h	1600 h
LDB 9394/96 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 05/09 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/2017	DIREITOS DE APRENDIZAGEM CONVIVER-BRINCAR-PARTICIPAR-EXPLORAR-EXPRESSAR-CONHECER-SE CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS 1. O EU, O OUTRO E NÓS. 2. CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS. 3. TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS. 4. ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO. 5. ESPAÇOS. TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.	EIXOS ESTRUTURANTES BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES	Números de Dias Letivos = 200 Carga Horária Semanal = 20 horas Carga Horária Anual = 800 horas Carga Horária Diária = 4 horas Duração da Aula = 60 minutos		

De acordo com a BNCC, os **DIREITOS DE APRENDIZAGEM** – CONVIVER, EXPLORAR, PARTICIPAR, BRINCAR, EXPRESSAR E CONHECER-SE – e os **CAMPOS DE EXPERIÊNCIA substituem as áreas do conhecimento que devem ser inseridos de forma integrada e articulada nos aspectos da vida cidadã em todas as atividades curriculares de forma globalizada.**

_____ **ORNELLA R. PROENÇA MORAES FALCÃO** Secretária Municipal de Educação

MATRIZ CURRICULAR – ANOS INICIAIS – 2022/2023

	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
LDB 9394/96 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 07/2010 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/2017	1. LINGUAGENS	LINGUA PORTUGUESA	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240
		ARTE	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	2. MATEMATICA	MATEMÁTICA	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
	3. CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
	4. CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
		HISTÓRIA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	CARGA HORÁRIA ANUAL		20	800	20	800	20	800	20	800	20	800
Números de Dias Letivos (anual) = 200 dias Números de Dias Letivos (semanal) = 05 dias Carga Horária Semanal = 20 horas Carga Horária Anual = 800 horas Carga Horária Diária = 04 horas Duração de Aula = 60 minutos		_____ ORNELLA R. PROENÇA MORAES FALCÃO Secretária Municipal de Educação										

MATRIZ CURRICULAR – ANOS FINAIS – 2022/2023

	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
LDB 9394/96 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 07/2010	1. LINGUAGENS	LINGUA PORTUGUESA	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/ 2017		ARTE	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
		L. ESTRANGEIRA	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	2. MATEMATICA	MATEMÁTICA	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
	3. CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
	4. CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
		HISTÓRIA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	CARGA HORÁRIA ANUAL		**20**	**800**	**20**	**800**	**20**	**800**	**20**	**800**	**20**	**800**
Números de Dias Letivos (anual) = 200 dias **Números de Dias Letivos (semanal) = 05 dias** **Carga Horária Semanal = 20 horas** **Carga Horária Anual = 800 horas** **Carga Horária Diária = 04 horas** **Duração de Aula = 60 minutos**												

ORNELLA R. PROENÇA MORAES FALCÃO
Secretária Municipal de Educação

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 033/2022

Ata de Registro de preço n° 033/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/ 2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, CNPJ nº. 21.058.617/0001-39

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social	05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2020.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2022.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2024.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2023.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.241.0007.2049.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2045.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2040.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2054.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2055.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0007.2041.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.241.0006.2035.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2028.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2032.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2034.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2040.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Educação	06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.500.1001000 06.001.12.122.0008.2057.3.3.90.30.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.600.0000000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.30.1.600.0000000

Valor Registrado: R$ 278.928,45 (duzentos e setenta e oito mil novecentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 02 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 032/2022

Ata de Registro de preço n° 032/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/ 2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS - EIRELI, CNPJ nº. 19.496.182/0001-61

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social	05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2020.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2022.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2024.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2023.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.241.0007.2049.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.660.0000000

	05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2045.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2040.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2054.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2055.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0007.2041.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.241.0006.2035.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2037.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2028.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2031.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2032.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2033.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2034.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.243.0006.2040.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Educação	06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.550.0000000 06.002.12.361.0008.2073.3.3.90.30.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.2072.3.3.90.30.1.500.1001000 06.002.12.365.0008.2071.3.3.90.30.1.500.1001000 06.001.12.122.0008.2057.3.3.90.30.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.600.0000000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.30.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2092.3.3.90.30.1.600.0000000

Valor Registrado: R$ 555.580,95 (quinhentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 02 de maio de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 022/2022

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Finlândia, s/n, bairro Maria Joaquina I, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 18/05/2022, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 03 de maio de 2022.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 098/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 098/GP/2022 De 03 de Maio de 2022.

“Concede Licença Maternidade à servidora”.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 097/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 097/GP/2022 De 03 de Maio de 2022.

“Altera a Portaria nº 080/GP/2022, de 14 de Abril de 2022”.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
RESCISÃO CONTRATUAL AMIGAVEL

RESCISÃO CONTRATUAL AMIGAVEL

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2022

PROCESSO Nº 002/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

Objeto: O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável da Ata de Registro de Preço n° 002/2022, cuja finalidade é o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fazer o transporte dos alunos da educação básica da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pontal do Araguaia-MT, celebrada no dia 07 de fevereiro de 2022.

Partes: Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia e CAPITAL TRANSPORTES, COMÉRCIO E ASSESSORIA EIRELI

Data da assinatura: 07 de fevereiro de 2022.

Data de encerramento: 22 de abril de 2022.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 096/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 096/GP/2022 De 03 de Maio de 2022.

“Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado e dá outras providências”.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 095/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 095/GP/2022 De 03 de Maio de 2022.

"Concede Licença para Tratamento de Doença à Servidor".

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 094/GP/2022

EXTRATO DA PORTARIA Nº 094/GP/2022 Em 03 de Maio de 2022.

"Adia Período de Gozo de Férias Regulamentares de Servidor(a)".

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
NOTIFICAÇÃO Nº001/2022- EMPRESSA BARRACON CONSTRUTORA EIRELI

NOTIFICAÇÃO 001/2022

Ilmo. Sra.

CIRILA FRANCYELLI BATISTA DA SILVA

Representante Legal

BARRACON CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ nº 07.129,333/0001-64,

Prezado Senhora,

Fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO** a paralização sem justificativa das obras objeto do contrato nº 12/2022, vez que a ordem de serviço foi dada no dia 08 de março de 2022 . Todavia a **NOTIFICANTE** foi informada que desde a ordem de serviço Vossa Senhoria não prosseguiu na execução da obra, infringindo assim o contrato firmado entre as partes, mormente a **Cláusula Primeira – Do Objeto**, o que pode ocasionar um prejuízo ao erário de montante ainda incalculável, em caso de recalcitrância de Vossa Senhoria no cumprimento Contrato Administrativo mencionado em linhas volvidas.

Em razão da irregularidade apontada, vê-se que **a Notificada não está honrando o avençado no contrato nº 12/2022 e que, segundo a CLÁUSULA QUARTA – PRAZO**, tendo em mira que após a ordem de serviço nenhum avanço foi realizado, portanto ainda não foi dado nenhuma medição até a data de hoje, tal demora está acarretando inúmeros contratempos a municipalidade.

Cabe ainda asseverar, que o Contrato, encerra na data de 22 de maio de 2022, desta feita, mantendo-se os atuais termos, teremos dificuldade de justificar a necessidade de eventual prorrogação do contrato.

Ressalta-se que a situação acima narrada enseja a aplicação de diversas penalidades, contidas na Cláusula Oitava do Contrato nº 12/2022, assim dispõe quanto as penalidades:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e, suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o que preceitua a Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega da obra.

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato.

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa.

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Município de Ponte Branca de Ponte Branca – MT, por prazo não superior a dois anos.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.4 – De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contadosda intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente 8.6 – A multa definida na alínea "a" do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea "b" do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

8.7 – A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

Diante do exposto, **notificamos** Vossa Senhoria que, em virtude do não cumprimento da obrigação pactuada no contrato nº 12/2022, restou configurada a inexecução total das obrigações assumidas no contrato, estando a obra sequer iniciada, sem qualquer justificativa plausível, caracterizando-se as condutas vedadas pela legislação vigente, não restando alternativa ao Município senão aplicar as penalidades contratuais pactuadas, além de todas as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, caso Vossa Senhoria não comece as obras no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do contrato.

Ressalta-se por derradeiro, a ausência de conclusão da obra nos termos avençados no contrato n° **12/2022**, acarretará o ajuizamento de ações cíveis e criminais, bem como a proibição de contratar com a administração pública em geral por 5 (cinco) anos.

Por fim, informa que é facultada a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação deste ato, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, aos 03 de maio de 2022.

CLENEI PARREIRA DA SILV

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
DECRETO Nº36/2022

DECRETO Nº36, DE20 DEABRIL DE 2022

"Institui e designa os membros pertinentes à Comissão Organizadora e Executora das Medidas Exigidas (COEME)."

CLENEI PARREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência:

DECRETA

Art. 1º - Fica instituído os membros pertinentes à Comissão Organizadora e Executora das Medidas Exigidas (COEME), nas seguintes etapas, com os seguintes representantes:

Etapa Modalidade	Representantes
Educação Infantil	Marilza Gomes de Lima - Coordenadora Pedagógica E M Pingo de Gente Zilda Borges da Silva – Professora – E M Pingo de Gente Marine Regina Correa da Silva Ribeiro – Professora/ E M Pingo de Gente
Ensino Fundamental	Simone Bento de Resende - Coordenadora Pedagógica E M Pe. Humberto Angeloni Aglimar Carvalho de Morais – Professora / E M Pe. Humberto Angeloni Clayton Alves Figueiredo - Professor / E M Pe. Humberto Angeloni
Ensino Médio	Leila Domingos Ferreira – SINTEP Vicente Martins Freitas – Professor / E E São Domingos Sávio Elda Sousa e Silva - Professora / E E São Domingos Sávio
Equipe Técnica de Apoio	Adao Pereira Oliveira – Secretário de Educação / Diretor Lúcia Moreira Nogueira Pissolato – Professora/Assessora Flávia Sousa Vieira – TA / E M Pe. Humberto Angeloni Terezinha de Jesus Nogueira – Poder Executivo Cairo Roberto da Silva – Poder Executivo Marizete Domingues Plácido D'Oliveira – SINTEP – subsede Ponte Branca Silvane Pena da Silva – Rep. dos pais das Escolas da Rede Municipal Maria da Conceição Ferreira – Educação Especial.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 20 de Abril de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº793/2022

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº793, DE 02 DE MAIO DE 2022

"Fixa o subsídio dos Servidores de Carreira da Câmara Municipal, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER a toda população do município, que **APROVOU** e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores de Carreira da Câmara Municipal de Ponte Branca, reajuste em seus vencimentos o percentual de21,57 % (vinte e um inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento).

Parágrafo Primeiro – O percentual acima citado se compõe de: 11,73% (onze inteiros e setenta e três centésimos por cento), com base no Indicador Econômico Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC dos últimos 12 (doze) meses, divulgado pelo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - IBGE, e 9,84% (nove inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), correspondente a reajuste salarial.

Parágrafo Segundo – Os vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, ficam a partir do mês de março de 2022, fixados de acordo com as Tabelas I, II, III, e IV, desta lei complementar.

Parágrafo Terceiro - As tabelas referidas no Parágrafo anterior serão atualizadas anualmente, em março a partir de 2017, com base no Indicador Econômico INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pela **(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - IBGE**, de acordo com a nova redação do Art. 5º, § 5º, da Lei Municipal Nº 423 de 27 de dezembro de 2010, alterado pela Lei Complementar Nº 566 de 18 de maio de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei complementar correrão à conta do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3° - Serão considerados os Artigos, Parágrafos, Incisos, Alíneas e Itens da Lei Municipal Nº 423/2010, de 27 de dezembro de 2010, que "Dispõe sobre a Criação e Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ponte Branca/ MT", em especial os Art. 5º, § 4º e § 5º, e Art. 38, § 1º e § 2º, e suas edições complementares: Lei Nº. 482, de 25 de março de 2013, Lei Nº 489, de 26 de junho de 2013, Lei Nº 509, de 16 de maio de 2014, Lei Nº 530 de 06 de maio de 2015, Lei Nº 566 de 18 de maio de 2016, Lei Nº 590 de 04 de maio de 2017, Lei Nº 606 de 23 de novembro 2017, Lei Nº 622 de 17 de maio de 2018, Lei Nº 656 de 05 de junho de 2019, e Lei Nº 699 de 13 de abril de 2020.

Art. 5º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dois dias do mês de Maio de dois mil e vinte e dois.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO §3º DO ART. 75 DA LEI N. 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca - MT, com registro no CNPJ/MF sob o n. 03.503.638/0001-33 com sede na Av. Coronel Belmiro Nogueira da Silva, nº 300, bairro Centro, Ponte Branca – MT, Tel: (66) 3466-1311, neste ato, representada pela Presidente de Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 01 de 05 Janeiro de 2022, torna público que tem interesse em contratação de empresa ou pessoa física especializada para confecção de 100 (cem) unidades de camisetas para campanha de 18 de maio (Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual), oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 06/05/2022 as 17:00hr

A proposta deverá ser entregue no Setor de Compras, situada no endereço acima mencionado, ou por e-mail: prefeiturapb.compras@hotmail.com, das 8h às 17h.

Ponte Branca - MT, 03 de Maio de 2022

Terezinha de Jesus Nogueira

Chefe do Departamento de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 128/2022 VACÂNCIA CONCEDIDA A NADINE PAULA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 128/2022

02/05/2022

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e, consubstanciado no Artigo 52, inciso VI e no Artigo 55, inciso IV, ambos da Lei Municipal nº 148/1992, atendendo pedido do interessado,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica declarado vago o cargo público efetivo de carreira de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO I, até então ocupado pela servidora titular es-

tável – senhora: NADINE PAULA DOS SANTOS, brasileira, casada, portadora da CIRG 1027018 SESDC/RO, CPF 012.697.562-06, matrícula funcional 1226, por motivo da posse da citada servidora em outro cargo público efetivo de carreira inacumulável, pertencente ao Quadro de Servidores da Segurança Pública (SEAP-PA).

Artigo 2º - A vacância concedida na forma do artigo 1º desta Portaria é pelo prazo de 03 (três) anos, a contar do dia 02/05/2022 em razão de posse da referida servidora em outro cargo público efetivo de carreira inacumulável.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 02 de maio de 2022.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 126/2022 LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR

PORTARIA Nº 126/2022

25/04/2022

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 124 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder **LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR** (Sem remuneração) ao servidor efetivo Sr. **ANTONIO DIAS GUIMARAES**, Motorista II, portador da CIRG 701309 SSP/MT, CPF 513.956.901-97, matrícula funcional nº 1072, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária e Epidemiológica), **durante o período de 02 (dois) anos. Tendo inicio em: 01/05/2022 e, termino em 29/04/2024. Retornando às suas atividades normais dia 30/04/2024.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor em **01/05/2022** revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 24 de Abril de 2022.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 129/2022 NOMEAR ENCARREGADA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 129/2022 02/05/2022

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições conferidas pelo artigo 44º, incisos VI e, IX da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **FRANCIELLY SOARES DE SOUZA**,portadora da CIRG 2903523-6 SSP/MT, CPF 069.923.941-93, para o exercício do Cargo Comissionado de **ENCARREGADA ADMINISTRATIVA**,responsável pela alimentação e manutenção de dados, gestão e controle do patrimônio, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, do município de Porto Alegre do Norte – MT.

Art. 2º. – A remuneração da nomeada no artigo 1º desta Portaria, será a estabelecida no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores públicos de Porto Alegre do Norte - MT (Lei 307/98 e alterações).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte-MT, 02 de maio de 2022.

P u b l i q u e – s e

R e g i s t r e – s e

C u m p r a – s e.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 131/2022 NOMEIA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO TRABALHO DE CAMPO DO PROGRAMA TITULA BRASIL,

PORTARIA Nº 131/2022 02/05/2022

"NOMEIA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO TRABALHO DE CAMPO DO PROGRAMA TITULA BRASIL, NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT."

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições conferidas pelo artigo 44º, incisos VI e, IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a instituição do Programa Titula Brasil, pela Portaria Conjunta nº 1, de 02 de Dezembro de 2020, da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 26, de 04 de Dezembro de 2020, que estabelece as diretrizes do Programa Titula Brasil;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 105, de 29 de janeiro de 2021, que regulamenta os procedimentos para celebração de parcerias com os municípios e implementação dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária – NMRF para a execução do Programa Titula Brasil;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o servidor publico municipal, Senhor **JOSE FERREIRA DE SOUZA** portador da CIRG 1634727 SSP/GO, CPF 454.039.701.00, Matricula Funcional nº 11, efetivo no cargo de Vigilante, para o exercício do Cargo Comissionado de **ENCARREGADO ADMINISTRATIVO**, responsável pelo trabalho de campo do **PROGRAMA TITULA BRASIL** no município de Porto Alegre do Norte – MT.

Art. 2º. – A remuneração do nomeado no artigo 1º desta Portaria, será a estabelecida no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores públicos de Porto Alegre do Norte - MT (Lei 307/98 e alterações).

Art. 3º - A lotação do servidor será na Secretaria Municipal de Agricultura e Comércio.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte-MT, 02 de maio de 2022.

P u b l i q u e – s e

R e g i s t r e – s e

C u m p r a – s e.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 130/2022 NOMEIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DO SISTEMA DO INCRA DO PROGRAMA TITULA BRASIL

PORTARIA Nº 130/2022 02/05/2022

"NOMEIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DO SISTEMA DO INCRA DO PROGRAMA TITULA BRASIL, NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT."

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições conferidas pelo artigo 44º, incisos VI e, IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a instituição do Programa Titula Brasil, pela Portaria Conjunta nº 1, de 02 de Dezembro de 2020, da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 26, de 04 de Dezembro de 2020, que estabelece as diretrizes do Programa Titula Brasil;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 105, de 29 de janeiro de 2021, que regulamenta os procedimentos para celebração de parcerias com os municípios e implementação dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária – NMRF para a execução do Programa Titula Brasil;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a servidora publica municipal, Senhora **LUZIA PEREIRA SALGADO** portadora da CIRG 0687123 2ª VIA SSP/MT, CPF 545.891. 261-68, Matricula Funcional nº 48, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para o exercício do Cargo Comissionado de **ENCARREGADA ADMINISTRATIVA**, com acesso junto ao INCRA e seráresponsável pela alimentação do sistema e execução do **PROGRAMA TITULA BRASIL**, para regulamentação dos parceleiros do município de Porto Alegre do Norte – MT.

Art. 2º. – A remuneração da nomeada no artigo 1º desta Portaria, será a estabelecida no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores públicos de Porto Alegre do Norte - MT (Lei 307/98 e alterações).

Art. 3º - A lotação da servidora será na Secretaria Municipal de Agricultura e Comércio.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte-MT, 02 de maio de 2022.

P u b l i q u e – s e

R e g i s t r e – s e

C u m p r a – s e.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 15/2018

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 15/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018. Presente Aditivo tem por objeto a quinta prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Original partir de ate 02/05/2022 até 02/01/2023. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT/Contratante e EMPRESA VALDELÍCIO MOREIRA TOBIAS – ME, inscrita no CNPJ sob o nº14.286.925/0001-55/Contratado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇO14/2022

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022.

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **Abertura do Pregão Presencial 13/2022,** DO OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NA REDE DE INFORMÁTICA E INSTALAÇÃO DE CFTV DE MONITORAMENTO** No seguinte local, data e horário: Local: sala de licitações-**Data**: **16/05/2022**–Horário: 09:00 horas-**Porto Esperidião-MT, 03 de Maio de 2022 - RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.**

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 03/2022

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 03/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 03/2022 referente ao objeto definido como **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM "JOÃO BOSCO E GABRIEL".**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: JGWI ENTRETENIMENTO LTDA-ME CNPJ: 27.411. 541/0001-69

VALOR TOTAL: R$: 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Porto Esperidião-MT, 03 de maio de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 01/2022

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 01/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a Ratificação da inexigibilidade 01/2022 – referente ao objeto definido como contratação de um show artístico "**KAROL KAILLER"**.

O VALOR DE: 25.000,00 (vinte cinco mil reais)-Porto Esperidião-MT, 03 de maio de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 02/2022

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 02/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a Ratificação da inexigibilidade 02/2022 – referente ao objeto definido como contratação de um show artístico "**BANDA ALTO ASTRAL"**, O VALOR TOTAL DE: 105. 000,00 (cento e cinco mil reais).

Porto Esperidião-MT, 03 de maio de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 04/2022

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 04/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a Ratificação da inexigibilidade 04/2022 – referente ao objeto definido como contratação de um show artístico "**CEZAR E PAULINHO"**, no dia 15/05/2022.

Porto Esperidião-MT, 03 de maio de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RESULTADO DE JULGAMENTO N° 006/2022 - INEXIGIBILIDADE N° 006/2021 - CREDENDIAMENTO N° 001/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 111/2021

INEXIGIBILIDADE N.º 005/2021

CREDENCIAMENTO N° 001/2021

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 006/2022

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 001/2021, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 02/05/2022 as 08:00h (oito horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 160 de 28 de janeiro de 2022, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Brasília, n°. 809, Jardim das Américas, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – Marcio Jose Felix Pardim 00392854139, portador do CNPJ Nº: 45.771.673/0001-83, Ocupação: ARTESÃO DE CIMENTO,** email: felixmmhf@gmail.com, Telefone:(66) 99902-6751, Endereço: Rua Delza Fernandes, n°194, Bairro Irantinópolis II, Poxoréu/MT. **2 – Jonas Alves Dias 01172942170,** portador do CNPJ N°: 44.607.633/0001-38, Ocupação: CALCETEIRO, email: microempreendedormei123@gmail.com, Telefone: (66) 99967-9124, Endereço: Rua T-2 S/N Jardim Popular, Poxoréu/MT. : **3 – Maria Aparecida Souza dos Santos 01704402140, portador do CNPJ Nº: 45.755.007/0001-51, Ocupação: SERVIÇOS GERAIS,** email: aparecidapox16@gmail.com, Telefone:(66) 99721-0172, Endereço: Avenida Marechal Rondon, n°75, Bairro Irantinópolis II, Poxoréu/MT. Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 02 de maio de 2022.

Tatianne Pereira da Silva Santos

Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 025/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2022

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada através Portaria n.º 014 de 01 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 018/2018, de 24 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no Regime de Registro de Preço, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA COMPOR OS ITENS DA CESTA BÁSICA, PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL; AUXÍLIO ALIMENTO, DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

Data da abertura da sessão pública: 17 de maio **de 2022**

Horário: 09:00 - **horas** - horário de Brasília)

Endereço: LICITANET – Licitações On-line (www.licitanet.com.br)

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital na LICITANET – Licitações On-line, até a data e horário da abertura da sessão pública.

Poxoréu-MT, 03 de maio de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO N° 012/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2022

PREGÃO ELETRONICO N° 012/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada através Portaria n.º 002 de 01 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 018/2018, de 24 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no Regime de Registro de Preço, que tem por objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOM VOLANTE,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

Data da abertura da sessão pública: 16 de maio de 2022.

Horário: 09:00 - **horas** - horário de Brasília)

Endereço: LICITANET – Licitações On-line (www.licitanet.com.br)

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital na LICITANET – Licitações On-line, até a data e horário da abertura da sessão pública.

Poxoréu-MT, 03 de maio de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 10/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 10/2022

PROCESSO SELETIVO/CONTAGEM DE PONTOS Nº. 001/2022

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.

º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 25/02/2022, homologado em 25/02/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar as copias das seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

COZINHEIRA (SEDE)

Classificação	Nome	CPF	
10°	MARIA APARECIDA FERREIRA SANTOS PASSOS LOPES	020.XXX.XXX-64	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de maio de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 031/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 24 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE CAPACIDADE DE 12m³, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS, TRANSPORTES DE MATERIAIS, LIMPEZA E COLETA DE ENTULHOS,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 16/05/2022, A PARTIR DAS 7h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível** nomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 03 de maio 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 042/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 042/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/12/2021, homologado em 28/12/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

OPERADOR DE MÁQUINA. PÁ CARREGADEIRA

Classificação	Nome	CPF
01°	Francisco Filho Ajala	955.XXX.XXX-53
02º	Arivaldo Gonçalves de Almeida	204.XXX.XXX-72

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03 de maio de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N° 001/2022

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Poxoréu , em cumprimento ao que dispõe o artigo 109, I, alínea "b" da Lei Federal n°8.666/93, torna público o aviso de julgamento da proposta de preços da Tomada de Preços nº 001/2022, Processo nº 009/2022, que tem por objeto: CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO, SOBRE O RIO AREIA MT-270 - ENTR. MT-458 NO MUNICÍPIO DE POXORÉU. A saber: empresa vencedora: **POTENGI CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. º 15.024.938/0001-19, no valor global de **R$ 2. 444.258,66 (**dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

Poxoréu/MT, 29 de abril de 2022.

TATIANNE PEREIRA DA SILVA SANTOS PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, DE 03 DE MAIO DE 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
VACARIA FLORESTAL LTDA	07.605.893/0001-48	9879/00010/2022
VACARIA FLORESTAL LTDA	07.605.893/0001-48	9879/00011/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: PAULO DINIZ DA SILVA Matrícula: 00000063
Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 1212019

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 03 DE MAIO DE 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
VICENTE ANTONIO DE MELLO	045.289.051-91	9879/00006/2022
VICENTE ANTONIO DE MELLO	045.289.051-91	9879/00007/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: PAULO DINIZ DA SILVA Matrícula: 00000063
Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 1212019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PORTARIA N°.106/2022 DATA: 25 DE ABRIL DE 2022 "EXONERA RESPONSÁVEL PELA CASA DA CRIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N°.106/2022

DATA: 25 DE ABRIL DE 2022

"EXONERA RESPONSÁVEL PELA CASA DA CRIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonera a Senhora **TELMA LAURA RODRIGUES DA SILVA**, brasileira, portadora do RG nº 15708861 SSP/MT, e inscrita no CPF nº 021.000.311-12, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, do cargo de **RESPONSÁVEL PELA CASA DA CRIANÇA,** deste Município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n. 208/2021 e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 25 DE ABRIL DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

LEI Nº 955/2022 DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022. "ALTERA PARTE DO ARTIGO 1º ALINEA "A" DA LEI 771/2017 E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI Nº 955/2022

DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022.

"ALTERA PARTE DO ARTIGO 1º ALINEA "A" DA LEI 771/2017 E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o nome da "ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOÃO BONIFACIO PIRES" situado na Av. Principal, Praça da Igreja Católica, Centro, Distrito de Novo Paraíso, para "ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MANOEL DA SILVA ROCHA".

Art. 2º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 03 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

LEI N°954/2022 DATA: 03 DE MAIO DE 2022 "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 24.772.113/0001-73
GABINETE DA PREFEITA

LEI N°954/2022
DATA: 03 DE MAIO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Créditos Adicionais Suplementar conforme art. 41, inciso I e II da lei 4.320/64, por Excesso de Arrecadação até o limite de R$ 603.779,30 (Seiscentos e três mil setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos) do valor total do Orçamento da Despesa autorizado pela Lei Municipal nº 932/2021, observado o objeto de sua vinculação (fontes de recursos):

Grupo| Fonte| Destinação Recursos	Descrição	Valor R$
1.621.000000	Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	603.779,30
TOTAL GERAL		**603.779,30**

Parágrafo Único – O limite constante do *caput* do artigo foi encontrado conforme o comportamento da tendência de arrecadação do exercício prevista no § 3º do art. 43 e §1º, inciso II da Lei Federal 4.320/64, cuja memória de cálculo consta abaixo:

Fonte de Recursos: 621 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado							
Descrição da Receita	Orçado	Arrecadado	Valor da Arrecadação mensal	Tendência da Arrecadação	Valor Arrecadado (+) Tendência (-) Orçado	Valor dos Créditos Abertos por Excesso na Fonte	Total do Provável Excesso de Arrecadação na Fonte
	(A)	(B)	(C)	D = (C * 9)	E = (B+D-A)	(F)	G = (E -F)
Programa PAICI	58.500,00	24.358,13	14.608,13	131.473,17	97.331,30	0,00	97.331,30
Programa de Atenção Básica	230.000,00	559.112,00	19.704,00	177.336,00	506.448,00	0,00	506.448,00
Total	**288.500,00**	**583.470,13**	**34.312,13**	**308.809,17**	**603.779,30**	**0,00**	**603.779,30**

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada até 31/03/2021 – Fonte Saúde Estado

Art. 2º. Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no § único do artigo 1º, conforme § 1º e do artigo 43 da Lei 4.320/64 Inciso II, os resultantes do Excesso de Arrecadação por fonte de recursos.

§1º. Para finalidade, ficam alterados os anexos conforme a Lei 941/2022, incluindo as despesas a seguir detalhadas:

Unidade	Função	Sub Função	Programa	Ação	Nome Elemento	Código	Fonte	Ficha	Saldo
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10 - SAÚDE	301 - Atenção Básica	0130 - ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	20887 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	621	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0268	406.448,00
DIVISAO DE SAÚDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0079 - BLOCO DA ATENÇÃO BASICA	20026 - MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	MATERIAL DE CONSUMO	621	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0190	100.000,00
DIVISAO DE SAÚDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	21021 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO PAICI	Contribuições	621	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0761	97.331,30
TOTAL									603.779,30

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL
EM, 03 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO
Prefeita Municipal

ANEXO DA LEI N. 953/2022 LEI N°953/2022, DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**
ATIVO			**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.628.885,95 D	8.870.428,06 D	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.733.853,84 C	1.473.962,07 C
Créditos a Curto Prazo	2.390.216,88 D	2.360.416,88 D	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	89.976,54 C	89.976,54 C
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00 D	0,00 D	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	143.203,29 C	559.167,24 D
Estoques	1.738,53 D	40.316,55 D	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	753.697,48 C	753.697,48 C
VPD Pagas Antecipadamente	0,00 D	0,00 D	Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00 C	0,00 C
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**15.020.841,36 D**	**11.271.161,49 D**	Provisões a Curto Prazo	0,00 C	0,00 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Demais Obrigações a Curto Prazo	919.295,09 C	1.105.401,89 C
Realizável a Longo Prazo	4.587.700,44 D	2.342.634,17 D	**TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE**	**3.640.026,24 C**	**2.863.870,74 C**
Créditos a Longo Prazo	4.587.700,44 D	2.342.634,17 D	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00 D	0,00 D	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	4.635.600,49 C	4.635.600,49 C
Estoques	0,00 D	0,00 D	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.267.820,06 C	1.507.915,96 C
VPD pagas antecipadamente	0,00 D	0,00 D	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	252.095,89 C	252.095,89 C
Investimentos	0,00 D	0,00 D	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00 C	0,00 C
Imobilizado	11.117.897,06 D	11.879.913,67 D	Provisões a Longo Prazo	0,00 C	0,00 C
Intangível	0,00 D	0,00 D	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00 C	0,00 C
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.705.597,50 D**	**14.222.547,84 D**	Resultado Diferido	0,00 C	0,00 C
			TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**8.155.516,44 C**	**6.395.612,34 C**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00 C	0,00 C
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00 C	0,00 C
			Reservas de Capital	0,00 C	0,00 C
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00 C	0,00 C
			Reservas de Lucros	0,00 C	0,00 C
			Demais Reservas	0,00 C	0,00 C
			Resultados Acumulados	18.930.896,18 C	16.234.226,25 C
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00 C	0,00 C
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**18.930.896,18 C**	**16.234.226,25 C**
TOTAL DO ATIVO	**30.726.438,86 D**	**25.493.709,33 D**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**30.726.438,86 C**	**25.493.709,33 C**

CO359 - 1 - Centi ® e-Assinatura: kApo$Z58teX
Emitido em 03/03/2022 16:09 por sandra.silva
Página 1 de 4
Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!
1 / 8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**
ATIVO (I)			**PASSIVO (II)**		
Ativo Financeiro	17.168.527,83	11.814.481,98	Passivo Financeiro	5.460.406,72	5.611.624,46
Ativo Permanente	11.203.163,34	22.918.276,12	Passivo Permanente	6.101.988,34	5.613.660,88
TOTAL DO ATIVO	**28.371.691,17**	**34.732.758,10**	**TOTAL DO PASSIVO**	**11.562.395,06**	**11.225.285,34**
Deficit	**0,00**	**0,00**	**Superavit**	**16.809.296,11**	**23.507.472,76**
SALDO PATRIMONIAL	**28.371.691,17**	**34.732.758,10**	**SALDO PATRIMONIAL**	**28.371.691,17**	**34.732.758,10**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00	Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**0,00**	**0,00**	**TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**0,00**	**0,00**

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2021)	Exercício Anterior (2020)
ATIVO FINANCEIRO		
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	20.087,86	7.440,43
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE	1.315,69	0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.492,10
FETHAB- RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	15.619,99	0,00
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	1.789.799,22	2.134.011,79
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.896.971,81	1.110.678,78
RECURSOS ORDINÁRIOS	9.383.197,46	6.332.592,91
RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	256.394,23	285.322,78
SERVIÇOS DE SAÚDE	7.770,30	7.764,58
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.943,05	125.009,22
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	102.840,83	229.240,16
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	187.829,07	340.156,49

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2021)	Exercício Anterior (2020)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO	298.113,55	113,26
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	234.833,66	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - EDUCAÇÃO	204.237,55	2.132,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE	7.788,59	7.939,83
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	1.130.026,10	309,22
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA)	830.150,30	194.225,85
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	414.318,51	15.375,72
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	366.290,06	1.016.676,83
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS (ATIVO FINANCEIRO)	**17.168.527,83**	**11.814.481,98**
PASSIVO FINANCEIRO		
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE	430,10	99.330,10
FETHAB- RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	26.526,20	37.355,48
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	304.317,83	337.704,86
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	759.817,55	518.075,71
RECURSOS ORDINÁRIOS	440.229,12	1.520.064,22
RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	3.620,70	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.528,45
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	29.441,95	23.453,82
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	153.068,39	325.058,34
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO	50.530,15	550,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	816.787,29	1.234.833,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE	- 16.844,63	- 985,85
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	739.868,02	410.995,09
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA)	1.412.916,10	603.154,96
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	739.697,95	500.505,62
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS (PASSIVO FINANCEIRO)	**5.460.406,72**	**5.611.624,46**
RESULTADO		
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	20.087,86	7.440,43
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE	885,59	- 99.330,10
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.492,10
FETHAB- RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	- 10.906,21	- 37.355,48
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	1.485.481,39	1.796.306,93
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.137.154,26	592.603,07
RECURSOS ORDINÁRIOS	8.942.968,34	4.812.528,69
RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	252.773,53	285.322,78
SERVIÇOS DE SAÚDE	7.770,30	7.764,58
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.943,05	123.480,77

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013

R$ 1,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2021)	Exercício Anterior (2020)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	73.398,88	205.786,34
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	34.760,68	15.098,15
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO	247.583,40	- 436,74
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	- 581.953,63	- 1.234.833,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - EDUCAÇÃO	204.237,55	2.132,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE	24.633,22	8.925,68
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	390.158,08	- 410.685,87
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA)	- 582.765,80	- 408.929,11
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	- 325.379,44	- 485.129,90
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	366.290,06	1.016.676,83
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS (RESULTADO)	**11.708.121,11**	**6.202.857,52**

LUZIA NUNES BRANDAO
PREFEITO (A)
CPF: 904.195.101-68

JAQUELINE FILGUEIRA COSTA
TESOUREIRA
CPF: 019.521.261-42

JUVENAIDE SOARES MIRANDA
CONTADORA - CRC 012662O - MT
CPF: 823.957.641-91

CO359 - 1 - Centi ® e-Assinatura: kApo$Z58teX
Emitido em 03/03/2022 16:09 por sandra.silva
Página 4 de 4
Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!
4 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: Outros Documentos.pdf
Hash (SHA256): /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Tamanho do Documento: 199219 bytes
Data de Recebimento do Documento: 03/03/2022 17:16:32
Status do Documento: Assinado
Link de Validação: http://validador.assinepelainternet.com.br
Código de Validação: 7899415

Signatário JUVENAIDE SOARES MIRANDA

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_605_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 10:43:34
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
IP de Origem do Acesso: 45.236.213.52
Operadora do IP de Origem: 45.236.213.52

Informações do Signatário

CPF: 823.957.641-91
E-mail: jsm_rc@hotmail.com
Telefone: (66)99988-9015
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 10:35:29 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 208544491
Data: 04/03/2022 10:43:32

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

5 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

Signatário VILSON DE ASSIS LOURENCO CAIADO

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_606_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 11:13:41
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
IP de Origem do Acesso: 45.236.213.52
Operadora do IP de Origem: 45.236.213.52

Informações do Signatário

CPF: 945.755.761-15
E-mail: assiscaiado1999@hotmail.com
Telefone: (66)99999-4972
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 11:13:11 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 212120053
Data: 04/03/2022 11:13:39

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

6 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

Signatário JAQUELINE FILGUEIRA COSTA

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_608_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 12:42:15
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
Local da Assinatura: 357J+77 Ribeirão Cascalheira, MT, Brazil
Geolocalização Aproximada: latitude=-12.9368064, longitude=-51.8193152
IP de Origem do Acesso: 45.236.213.52
Operadora do IP de Origem: 45.236.213.52

Informações do Signatário

CPF: 019.521.261-42
E-mail: jakelinefilgueira@hotmail.com
Telefone: (66)99641-3889
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 12:41:42 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 212159410
Data: 04/03/2022 12:42:13

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

7 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

Signatário LUZIA NUNES BRANDAO

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_607_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 14:14:53
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
Local da Assinatura: 357H+VQ Ribeirão Cascalheira, MT, Brazil
Geolocalização Aproximada: latitude=-12.9353471, longitude=-51.8205924
IP de Origem do Acesso: 45.236.215.87
Operadora do IP de Origem: 45.236.215.87

Informações do Signatário

CPF: 904.195.101-68
E-mail: prefeiturarc@gmail.com
Telefone: (66)99694-5010
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 14:14:08 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 212205573
Data: 04/03/2022 14:14:51

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

8 / 8

LEI N°953/2022, DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ. 24.772.113/0001-73
GABINETE DA PREFEITA

LEI N°953/2022,
DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64, ao orçamento financeiro do exercício de 2021, por Superávit Financeiro em favor de todas as Secretarias para cobertura orçamentária de despesas que não estão previstas ou foram subestimadas no orçamento de 2022.

§ 1º - A autorização de que trata o caput deste artigo permite a abertura de créditos especiais por superávit até o montante de no valor de 4.902.600,00 **(Quatro milhões e novecentos e dois mil e seiscentos reais)**

§2º - Para finalidade, ficam alterados os anexos conforme a Lei 941/2022, incluindo as despesas a seguir detalhadas:

Avenida Padre João Bosco, n.º 2067 Fone: (66) 3489-1838
E-mail: prefeiturarc@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ. 24.772.113/0001-73
GABINETE DA PREFEITA

Unidade	Função	Sub Função	Programa	Ação	Nome Elemento	Código	Fonte	Ficha	Saldo
GABINETE DO PREFEITO	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20004 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS DO GAB. PREFEITO	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0016	130.000,00
GABINETE DO PREFEITO	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20004 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS DO GAB. PREFEITO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0021	380.000,00
GABINETE DO PREFEITO	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20004 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS DO GAB. PREFEITO	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0022	12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20009 - MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0051	12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20009 - MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0048	1.600.600,00
GABINETE DO SECRETARIO	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0145 - GESTÃO EDUCACIONAL	20034 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DO GAB. SEC. DE EDUCAÇÃO	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0077	12.000,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência Comunitária	0262 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	20019 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.GAB.SEC.BEM ESTAR	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0145	12.000,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência Comunitária	0262 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	20020 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.ASSISTÊNCIA SOCIAL	Equipamentos e Materiais Permanentes	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0158	60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	20 - AGRICULTURA	122 - Administração Geral	0210 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGRÍCOLA	20250 - MANUT/ENCARGOS COM O SERV. DE AGRICULTURA	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0374	12.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20025 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0517	10.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20025 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	Equipamentos e Materiais Permanentes	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0524	185.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20025 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0518	50.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20025 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0520	25.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20025 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0521	600.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20025 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0523	12.000,00
DIVISAO DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção	0079 - BLOCO DA	20026 - MANUT/ENCARGOS	OUTROS SERVIÇOS	500	RECURSOS NÃO	0192	50.000,00

Avenida Padre João Bosco, n.º 2067 Fone: (66) 3489-1838
E-mail: prefeiturarc@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ. 24.772.113/0001-73
GABINETE DA PREFEITA

		Básica	ATENÇÃO BASICA	COM PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		VINCULADOS DE IMPOSTOS		
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	17 - SANEAMENTO	605 - Abastecimento	0200 - CAPTAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	20045 - MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DE ÁGUA E ESGOTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0493	280.000,00
DIVISAO DE DESPORTO E LAZER	27 - DESPORTO E LAZER	812 - Desporto Comunitário	0272 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR	20133 - MANUT/ENCARG COM OS SERVIÇOS DE DESPORTO	MATERIAL DE CONSUMO	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0504	25.000,00
DIVISAO DE DESPORTO E LAZER	27 - DESPORTO E LAZER	812 - Desporto Comunitário	0272 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR	20133 - MANUT/ENCARG COM OS SERVIÇOS DE DESPORTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0507	65.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	26 - TRANSPORTE	782 - Transporte Rodoviário	0260 - ESTRADAS VICINAIS	20051 - MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0419	400.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	23 - COMERCIO E SERVICOS	605 - Abastecimento	0220 - FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS	20050 - MANUT/ENC.COM OS SERV. DE INDUST.COM. DE ABASTECIMENTO	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0389	12.000,00
DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	18 - GESTAO AMBIENTAL	541 - Preservação e Conservação Ambiental	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20017 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0350	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE	301 - Atenção Básica	0119 - GESTÃO DE SAÚDE	20262 - MANUTENCAO DO CONVENIO COM O CISMA	Contribuições	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0540	80.000,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	841 - Refinanciamento da Divida Interna	0056 - GESTÃO FINANCEIRA	10412 - AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA	Principal da Divida Contratual Resgatado	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0432	650.000,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	04 - ADMINISTRACAO	123 - Administração Financeira	0056 - GESTÃO FINANCEIRA	20014 - MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0093	180.000,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	04 - ADMINISTRACAO	123 - Administração Financeira	0056 - GESTÃO FINANCEIRA	20014 - MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0094	12.000,00
DIVISAO DE CULTURA	13 - CULTURA	392 - Difusão Cultural	0170 - PROMOÇÃO E EVENTOS CULTURAIS	20043 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE PROG. CULTURAIS	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0312	12.000,00
DIVISAO DE TRANSITO	26 - TRANSPORTE	782 - Transporte Rodoviário	0263 - TRÂNSITO URBANO	20279 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A DIVISAO DE TRANSITO	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0668	12.000,00
				TOTAL					**4.902.600,00**

Avenida Padre João Bosco, n.º 2067 Fone: (66) 3489-1838
E-mail: prefeiturarc@gmail.com

Art. 2°. Para a cobertura do Crédito Adicional mencionado no Art. 1°, será utilizado como recurso, aquele definido nos termos do Art. 43, § 1°, inciso I, da Lei 4.320/64, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior **ANEXO** na fonte de recursos:

Id Exercício	Fonte de Recursos	Destinação de Recursos
3 - Recursos de Exercícios Anteriores	00 – Recursos Ordinários	000000 – Sem destinação de Recursos

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL
EM, 03 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ. 24.772.113/0001-73
GABINETE DA PREFEITA

Avenida Padre João Bosco, n.º 2067 Fone: (66) 3489-1838
E-mail: prefeiturarc@gmail.com

PORTARIA Nº 103/2022 DATA: 19 DE ABRIL DE 2022 "EXONERA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 103/2022

DATA: 19 DE ABRIL DE 2022

"EXONERA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAISE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração devidamente assinado pela servidora a partir do dia 01 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **SEBASTIANA ALVES GAMA CAMARGO,** portadora do RG nº 0696871 SSP/MT e sob CPF nº 003.915.351-70, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotada na Secretaria Municipal de Educaçãodeste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 19 DE ABRIL DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N°.109/2022 DATA: 03 DE MAIO DE 2022 "EXONERA CHEFE DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N°.109/2022

DATA: 03 DE MAIO DE 2022

"EXONERA CHEFE DE DEPARTAMENTO EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **ROGÉRIO MARCOS DOS REIS MARQUES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1159130-7 SJ/MT, e inscrito no CPF nº 694.476.406-72, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO**,** deste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n.034/2021 e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 03 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 108/2022 DATA: 03 DE MAIO DE 2022 "NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 108/2022

DATA: 03 DE MAIO DE 2022

"NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomear o Senhor **RODRIGO DO CARMO DINIZ,** brasileiro, portador do RG nº 4529441 SSP/GO, e inscrito no CPF nº016922181-40, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal da obra: REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA ESTRADA VICINAL DE ACESSO À ALDEIA PIMENTEL BARBOSA COM 18 METROS DE COMPRIMENTO E 5 METROS DE LARGURA, referente ao Processo Licitatório n.18/2022, Carta Convite n.01/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 03 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

LEI N°952/2022, DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI N°952/2022,
DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64, ao orçamento financeiro do exercício de 2022, por Superávit Financeiro em favor de todas as Secretarias Municipais para dispor de cobertura orçamentária para o pagamento da folha dos servidores da rede municipal no exercício.

§ 1º - A autorização de que trata o caput deste artigo permite a abertura de créditos especiais por superávit até o montante de no valor de **R$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de reais)**.

§ 2º - Para finalidade, ficam alterados os anexos conforme a Lei 941/2022, incluindo as despesas a seguir detalhadas:

Grupo | Fonte | Destinação Recursos	Código Elemento	Nome Elemento
2.500.0000000	3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado
2.500.0000000	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
2.500.0000000	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais
2.500.0000000	3.1.90.94.00	Indenizações Trabalhistas
2.500.0000000	3.1.91.13.00	Obrigações Patronais - Operações Intra-orçamentárias

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Especial por Superávit mencionado no Art. 1º, será utilizado como recurso aquele definido nos termos do Art. 43 §1º, inciso I, da Lei 4.320/64 apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior anexo, na fonte e detalhamento da fonte de recursos abaixo, de acordo com o Anexo Único da Resolução Normativa 43/2013, itens 7 e 9 do TCE-MT.

Id Exercício	Fonte de Recursos	Destinação de Recursos
3 - Recursos de Exercícios Anteriores	00 – Recursos Ordinários	000000 – Sem destinação de Recursos

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL
EM, 03 DE MAIO DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO
Prefeita Municipal

PORTARIA N°.107/2022 DATA: 25 DE ABRIL DE 2022 "NOMEIA RESPONSÁVEL PELA CASA DA CRIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N°.107/2022

DATA: 25 DE ABRIL DE 2022

"NOMEIA RESPONSÁVEL PELA CASA DA CRIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia a Senhora **THAIANA RIBEIRO VIANA**, brasileira, portadora do RG nº 2571836-3 SSP/AM, e inscrita no CPF nº 012.235.802-37, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, para o cargo de **RESPONSÁVEL PELA CASA DA CRIANÇA,** deste Município. Sem remuneração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 25 DE ABRIL DE 2022.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

ANEXO DA LEI N°952/2022, DATA DE: 03 DE MAIO DE 2022. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**
ATIVO			**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.628.885,95 D	8.870.428,06 D	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.733.853,84 C	1.473.962,07 C
Créditos a Curto Prazo	2.390.216,88 D	2.360.416,88 D	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	89.976,54 C	89.976,54 C
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00 D	0,00 D	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	143.203,29 C	559.167,24 D
Estoques	1.738,53 D	40.316,55 D	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	753.697,48 C	753.697,48 C
VPD Pagas Antecipadamente	0,00 D	0,00 D	Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00 C	0,00 C
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**15.020.841,36 D**	**11.271.161,49 D**	Provisões a Curto Prazo	0,00 C	0,00 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Demais Obrigações a Curto Prazo	919.295,09 C	1.105.401,89 C
Realizável a Longo Prazo	4.587.700,44 D	2.342.634,17 D	**TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE**	**3.640.026,24 C**	**2.863.870,74 C**
Créditos a Longo Prazo	4.587.700,44 D	2.342.634,17 D	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00 D	0,00 D	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	4.635.600,49 C	4.635.600,49 C
Estoques	0,00 D	0,00 D	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.267.820,06 C	1.507.915,96 C
VPD pagas antecipadamente	0,00 D	0,00 D	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	252.095,89 C	252.095,89 C
Investimentos	0,00 D	0,00 D	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00 C	0,00 C
Imobilizado	11.117.897,06 D	11.879.913,67 D	Provisões a Longo Prazo	0,00 C	0,00 C
Intangível	0,00 D	0,00 D	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00 C	0,00 C
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.705.597,50 D**	**14.222.547,84 D**	Resultado Diferido	0,00 C	0,00 C
			TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**8.155.516,44 C**	**6.395.612,34 C**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00 C	0,00 C
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00 C	0,00 C
			Reservas de Capital	0,00 C	0,00 C
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00 C	0,00 C
			Reservas de Lucros	0,00 C	0,00 C
			Demais Reservas	0,00 C	0,00 C
			Resultados Acumulados	18.930.896,18 C	16.234.226,25 C
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00 C	0,00 C
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**18.930.896,18 C**	**16.234.226,25 C**
TOTAL DO ATIVO	**30.726.438,86 D**	**25.493.709,33 D**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**30.726.438,86 C**	**25.493.709,33 C**

CO359 - 1 - Centi ® e-Assinatura: kApo$Z58teX Emitido em 03/03/2022 16:09 por sandra.silva Página 1 de 4
Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!
1 / 8

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)					
ATIVOS			**PASSIVOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**
ATIVO (I)			**PASSIVO (II)**		
Ativo Financeiro	17.168.527,83	11.814.481,98	Passivo Financeiro	5.460.406,72	5.611.624,46
Ativo Permanente	11.203.163,34	22.918.276,12	Passivo Permanente	6.101.988,34	5.613.660,88
TOTAL DO ATIVO	**28.371.691,17**	**34.732.758,10**	**TOTAL DO PASSIVO**	**11.562.395,06**	**11.225.285,34**
Deficit	**0,00**	**0,00**	**Superavit**	**16.809.296,11**	**23.507.472,76**
SALDO PATRIMONIAL	**28.371.691,17**	**34.732.758,10**	**SALDO PATRIMONIAL**	**28.371.691,17**	**34.732.758,10**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)					
ATIVOS			**PASSIVOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual (2021)**	**Exercício Anterior (2020)**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00	Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**0,00**	**0,00**	**TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**0,00**	**0,00**

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2021)	Exercício Anterior (2020)
ATIVO FINANCEIRO		
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	20.087,86	7.440,43
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE	1.315,69	0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.492,10
FETHAB- RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	15.619,99	0,00
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	1.789.799,22	2.134.011,79
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.896.971,81	1.110.678,78
RECURSOS ORDINÁRIOS	9.383.197,46	6.332.592,91
RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	256.394,23	285.322,78
SERVIÇOS DE SAÚDE	7.770,30	7.764,58
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.943,05	125.009,22
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	102.840,83	229.240,16
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	187.829,07	340.156,49

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2021)	Exercício Anterior (2020)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO	298.113,55	113,26
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	234.833,66	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - EDUCAÇÃO	204.237,55	2.132,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE	7.788,59	7.939,83
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	1.130.026,10	309,22
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA)	830.150,30	194.225,85
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	414.318,51	15.375,72
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	366.290,06	1.016.676,83
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS (ATIVO FINANCEIRO)	**17.168.527,83**	**11.814.481,98**
PASSIVO FINANCEIRO		
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE	430,10	99.330,10
FETHAB- RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	26.526,20	37.355,48
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	304.317,83	337.704,86
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	759.817,55	518.075,71
RECURSOS ORDINÁRIOS	440.229,12	1.520.064,22
RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	3.620,70	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.528,45
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	29.441,95	23.453,82
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	153.068,39	325.058,34
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO	50.530,15	550,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	816.787,29	1.234.833,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE	- 16.844,63	- 985,85
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	739.868,02	410.995,09
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA)	1.412.916,10	603.154,96
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	739.697,95	500.505,62
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS (PASSIVO FINANCEIRO)	**5.460.406,72**	**5.611.624,46**
RESULTADO		
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	20.087,86	7.440,43
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE	885,59	- 99.330,10
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.492,10
FETHAB- RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	- 10.906,21	- 37.355,48
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	1.485.481,39	1.796.306,93
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.137.154,26	592.603,07
RECURSOS ORDINÁRIOS	8.942.968,34	4.812.528,69
RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	252.773,53	285.322,78
SERVIÇOS DE SAÚDE	7.770,30	7.764,58
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.943,05	123.480,77

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2021

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013

R$ 1,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2021)	Exercício Anterior (2020)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	73.398,88	205.786,34
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	34.760,68	15.098,15
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO	247.583,40	- 436,74
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	- 581.953,63	- 1.234.833,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - EDUCAÇÃO	204.237,55	2.132,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE	24.633,22	8.925,68
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	390.158,08	- 410.685,87
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA)	- 582.765,80	- 408.929,11
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	- 325.379,44	- 485.129,90
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	366.290,06	1.016.676,83
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS (RESULTADO)	**11.708.121,11**	**6.202.857,52**

LUZIA NUNES BRANDAO
PREFEITO (A)
CPF: 904.195.101-68

JAQUELINE FILGUEIRA COSTA
TESOUREIRA
CPF: 019.521.261-42

JUVENAIDE SOARES MIRANDA
CONTADORA - CRC 012662O - MT
CPF: 823.957.641-91

CO359 - 1 - Centi ® e-Assinatura: kApo$Z58teX
Emitido em 03/03/2022 16:09 por sandra.silva
Página 4 de 4
Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!
4 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: Outros Documentos.pdf
Hash (SHA256): /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Tamanho do Documento: 199219 bytes
Data de Recebimento do Documento: 03/03/2022 17:16:32
Status do Documento: Assinado
Link de Validação: http://validador.assinepelainternet.com.br
Código de Validação: 7899415

Signatário JUVENAIDE SOARES MIRANDA

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_605_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 10:43:34
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
IP de Origem do Acesso: 45.236.213.52
Operadora do IP de Origem: 45.236.213.52

Informações do Signatário

CPF: 823.957.641-91
E-mail: jsm_rc@hotmail.com
Telefone: (66)99988-9015
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 10:35:29 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 208544491
Data: 04/03/2022 10:43:32

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

5 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

Signatário VILSON DE ASSIS LOURENCO CAIADO

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_606_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 11:13:41
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
IP de Origem do Acesso: 45.236.213.52
Operadora do IP de Origem: 45.236.213.52

Informações do Signatário

CPF: 945.755.761-15
E-mail: assiscaiado1999@hotmail.com
Telefone: (66)99999-4972
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 11:13:11 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 212120053
Data: 04/03/2022 11:13:39

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

6 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

Signatário JAQUELINE FILGUEIRA COSTA

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_608_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 12:42:15
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
Local da Assinatura: 357J+77 Ribeirão Cascalheira, MT, Brazil
Geolocalização Aproximada: latitude=-12.9368064, longitude=-51.8193152
IP de Origem do Acesso: 45.236.213.52
Operadora do IP de Origem: 45.236.213.52

Informações do Signatário

CPF: 019.521.261-42
E-mail: jakelinefilgueira@hotmail.com
Telefone: (66)99641-3889
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 12:41:42 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 212159410
Data: 04/03/2022 12:42:13

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz6lUdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

7 / 8

Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900

Signatário LUZIA NUNES BRANDAO

Status da Assinatura: VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_607_626_1726311136411398.pdf.api
Data da Assinatura: 04/03/2022 14:14:53
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: ASSINANTE
Local da Assinatura: 357H+VQ Ribeirão Cascalheira, MT, Brazil
Geolocalização Aproximada: latitude=-12.9353471, longitude=-51.8205924
IP de Origem do Acesso: 45.236.215.87
Operadora do IP de Origem: 45.236.215.87

Informações do Signatário

CPF: 904.195.101-68
E-mail: prefeiturarc@gmail.com
Telefone: (66)99694-5010
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 14:14:08 do dia 04/03/2022

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status: VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 212205573
Data: 04/03/2022 14:14:51

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001
Hash do documento: /guNNdjstHz61UdBSW6qyUgUQ05t+9z+/h305HZIjD0=
Valide seu documento clicando aqui!

8 / 8

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2022

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2022

Sistema de Registro de Preços

O Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de criação de mídias em texto, áudio e vídeo e assessoria em comunicação de Marketing, conforme termo de referência. Sagrou-se vencedora do certame a empresa: MIX AGÊNCIA DE PUBLICAÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 18.626.541/0001-95, no valor global de R$ 193.200,00 (cento e noventa e três mil e duzentos reais).

Ribeirão Cascalheira-MT, 14 de Abril de 2022.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2022

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022.

"EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME-EPP"

DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, por intermédio da Secretaria Municipal de Rio Branco/MT, através da pregoeira e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação em epígrafe para o objeto de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS TEMPORARIO DE ELETRICISTA, DEMANDA DA SECRETARIA MUNICPAL RIO BRANCO/MT, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, designada para ser realizada no dia 04/03/2022 às 08:00, foi declarada DESERTA face à ausência de interessados, motivo pelo qual o prazo foi reaberto, ficando designada a sessão pública para o dia 17/05/2022, às 08:00, podendo os interessados retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.riobranco.mt.gov.br ou e-mail: riobranco@gmail.mt.gov.br e obter maiores informações pelo telefone (65) 3257-1146.

Rio Branco – MT, 04 de maio de 2022.

_____

Vanderléia Rodrigues Alves

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 07/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 123/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 07/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 202/2022, cujo Objeto:**"Futura e Eventual Locação de máquinas e veículos do tipo: Moto Niveladora, Caminhão Prancha, Caminhão Pipa 15.000 litros, Caminhonete e Ônibus Trailer para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras."**

Sagrou-se vencedora dos itens 01 e 02 a empresa: RONDOMAQ MOTTERLE EIRELI CNPJ: 08.983.460/0001-99, com a PROPOSTA final no valor total de R$ 419.640,00 (quatrocentos e dezenove mil seiscentos e quarenta reais), vencedora dos itens 03 e 05 a empresa: J&R TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 40.962.544/0001-59, com a PROPOSTA final no valor total de R$ 565.800,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil e oitocentos reais), e se consagrada vencedora do item 04 a empresa: LEO EVENTOS EIRELI-ME CNPJ: 27.976.111/0001-94, com a PROPOSTA final no valor total de R$ 171.840,00 (cento e setenta e um mil oitocentos e quarenta reais),Adjudicando-lhe a licitação.

Rondolândia – MT, 03 de Maio de 2022.

Keila Taiane

Pregoeira

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 06/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 123/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 06/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 106/2022, cujo Objeto:**"Futura e Eventual Locação de máquinas do tipo: Pá Carregadeira, Retroescavadeira, e Veículos do tipo: Caminhão Melosa, Caminhão de Lixo e Caminhão Pipa de 18.000 Litros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras."**

Sagrou-se consagrada vencedora dos itens 01, 02 e 03 a empresa: J&R TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 40.962.544/0001-59, com a PROPOSTA no valor total de R$ 703.200,00 (setecentos e três mil e duzentos reais) e vencedora do itens 04 e 05 a empresa: LEO EVENTOS EIRELI-ME CNPJ: 27.976.111/0001-94, com a PROPOSTA no valor total de R$ 429.600,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e seiscentos reais). Adjudicando-lhe a licitação.

Rondolândia – MT, 03 de Maio de 2022.

Keila Taiane

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO

Nº 32/2022 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, informa que, fica RETIFICADO o objeto do aviso de Licitação. ONDE SE LE: "CONSTRUÇÃO DA PRAÇA FRANCISCO CLARION, LOCALIZADA O BAIRRO CONJUNTO SÃO JOSÉ – RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER ANEXO AO EDITAL".

LEIA –SE: "TROCA DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RONDONÓPOLIS ANEXO AO EDITAL". No mais, ficam mantidas a data da Sessão Pública e as demais condições do Edital e seus Anexos da Tomada de Preço em epígrafe.

Rondonópolis-MT, 03 de Maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 39/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 19 (dezenove) de maio de 2022, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Construção da Praça Francisco Clarion, localizada o bairro Conjunto São José – Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das *13:00 às 17:00 horas* em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 02 de Maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 03/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 25, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2022**, com fulcro no *Parecer Jurídico n.º 168/2022/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD*, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante: **ALLIAGE S/A INDUSTRIAS MÉDICO ODONTOLÓGICA**, com endereço na Rodovia Abrão Assed, nº 0, Recreio Anhanguera, CEP: 14.097-500, Ribeirão Preto/SP, **inscrito no CNPJ: 55.979.736/0001-45.**

FORNECIMENTO DE TRANSDUTOR LINEAR MODELO L741 PARA ULTRASSOM, PARA ATENDER A DEMANDA DO CEADAS-SMS.

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal A Gazeta,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 26 de abril 2022.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito de Rondonópolis

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2022.

O Município de Rondonópolis-MT, através do Pregoeiro, torna público que realizará a licitação em epígrafepara: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais laboratoriais (reagente cromogênico) que serão utilizados junto ao Laboratório de Água, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde deste Município,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos**.** Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **bllcompras.com**, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico. Bem como, no site **www.rondonopolis.mt.gov.br** menu: **Empresa**opção: **Licitações**, e na Prefeitura, Departamento de Compras, Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, telefone para contato (66) 3411-5739, **Abertura das Propostas: 17/05/2022 às 09h30 (horário de Brasília)** em sessão pública nos termos do Edital e seus anexos.

Rondonópolis-MT, 03 de maio de 2022.

Adriana Portela de Oliveira

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 32/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. prefeito municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua comissão permanente de licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 20 (vinte) de maio de 2022, na sala de licitações da secretaria municipal de administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Construção da Praça Francisco Clarion, localizada o Bairro Conjunto São José – Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da prefeitura municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das *13:00 às 17:00 horas* em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 02 de Maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 32/2022.

O Município de Rondonópolis-MT, através do Pregoeiro, torna público que realizará a licitação em epígrafepara: ***aquisição de ônibus para atender a* Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo,**conforme edital e seus anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **bllcompras.com**, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico. Bem como, no site **www.rondonopolis.mt.gov.br** menu: **Empresa**opção: **Licitações**, e na Prefeitura, Departamento de Compras, Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, telefone para contato (66) 3411-5739, **Abertura das Propostas: 17/05/2022 às 09h00 (horário de Brasília)** em sessão pública nos termos do Edital e seus anexos.

Rondonópolis-MT, 02 de maio de 2022.

José Edilson Gonçalves

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2022.

O Município de Rondonópolis-MT, através do Pregoeiro, torna público que realizará a licitação em epígrafepara: ***aquisição de trator agrícola, visando desenvolver ações para otimizar e aumentar a produção agrícola e pecuária aos pequenos produtores rurais, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, (Convênio SU-***

DAM),conforme edital e seus anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **bllcompras.com**, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico. Bem como, no site **www.rondonopolis.mt.gov.br** menu: **Empresa**opção: **Licitações**, e na Prefeitura, Departamento de Compras, Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, telefone para contato (66) 3411-5739, **Abertura das Propostas: 18/05/2022 às 09h00 (horário de Brasília)** em sessão pública nos termos do Edital e seus anexos.

Rondonópolis-MT, 03 de maio de 2022.

José Edilson Gonçalves

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2022"

A Prefeitura Municipal De Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de concorrência pública nº 03/2022, tendo como objeto: Construção De Creche Tipo 01 Padrão Fnde, Localizada No Residencial Edelmina Querubim, Rondonópolis/Mt – Cep 78700-000", Conforme Projeto Básico, Justificativa De Qualificação Técnica E Justificativa De Qualificação Econômica Financeira Parte Integrante Do Projeto Básico Encaminhado Pela Secretaria Municipal De Educação Anexo Ao Edital, que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participante, a comissão de licitação julgou Habilitados os seguintes licitantes: Ml Engenharia Ltda – Me e V.L.F. Rossoni Eireli E estando Inabilitada a seguinte empresa: Novari Construtora E Incorporadora Ltda, não atendeu o item 4.4 do Edital, apresentando seus atestados em cópia simples e não atendeu o itens 1.158.3, alínea c, 1.158.8 e 1.158.9 subitem b) alínea 2 da Justificativa de Qualificação Técnica. A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo recursal, proceder-se-á abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia 10/05/2021, às 14:00 horas, no mesmo local da abertura, no caso de recurso administrativo o dia da abertura ficará suspenso e ao final do recurso será publicado a nova data de abertura das propostas.

Rondonópolis-MT, 03 de maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2022.

O Município de Rondonópolis-MT, através da Pregoeira, torna público que realizará a licitação em epígrafepara **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e periféricos odontológicos e outros destinados à implementação das equipes de Saúde Bucal junto à Rede Municipal de Saúde,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos**.**Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **bllcompras.com**, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico, bem como, no site **www.rondonopolis.mt.gov.br** menu: **Empresa**opção: **Licitações**, e na Prefeitura, Departamento de Compras, Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, telefone para contato (66) 3411-5739, **Abertura das Propostas: 18/05/2022 às 09h30 (horário de Brasília)** em sessão pública nos termos do Edital e seus anexos.

Rondonópolis-MT, 03 de maio de 2022.

Adriana Portela de Oliveira

Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2022"

A Prefeitura Municipal De Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 30/2022, tendo como objeto: "Urbanização Da Avenida Dos Estudantes Trecho 1 E 2, No Município De Rondonópolis - Mt, Conforme Projeto Básico, Justificativa De Qualificação Técnica E Justificativa De Qualificação Econômica Financeira Parte Integrante Do Projeto Básico Enviado Pela Secretaria Municipal De Infraestrutura De Rondonópolis Anexo Ao Edital", que após a análise detalhada das documentações e proposta apresentada pelas empresas participantes, foi considerada Habilitada, Classificada E Vencedora Deste Procedimento Licitatório, a empresa: Evolution Negócios Empresarias Ltda, que apresentou o preço global de R$ 2. 414.964,90 (dois milhões quatrocentos e quatorze mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).

Rondonópolis-MT, 03 de maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

III AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 14:00 horas do dia 19 (dezenove) de Maio de 2022, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "REFORMA DA PRAÇA ROSA BORORO NA ÁREA INSTITUCIONAL 2, QUADRA 26, RUA PAPUIO, ESQUINA COM A RUA ARAM, LOTEAMENTO ROSA BORORO, MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE RONDONÓPOLIS ANEXO AO EDITAL".

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 03 de Maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022"

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de concorrência pública nº 04/2022, tendo como objeto: Construção da Creche no Jardim Monte Libano, localizada na Avenida Cassimiro de Abreu, s/n, Jar-

dim Monte Libano, neste município, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação anexo ao edital que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participante, temos que as empresas J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli e ML Engenharia Ltda – ME, estão **habilitadas**, para próxima fase do certame. e a empresa Grupo Novari Engenharia e Construções, está **Inabilitada**, para próxima fase do certame. A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, sobre o prazo recursal de 05 dias uteis, proceder-se-á abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia 11/05/2022, às 14:00 horas, no mesmo local da abertura, no caso de recurso administrativo o dia da abertura ficará suspenso e ao final do recurso será publicado a nova data de abertura das propostas.

Rondonópolis-MT, 03 de maio de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 55/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso V, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 55/2022**, com fulcro no parecer jurídico **185/2022/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD** que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **COMPREAKI COM. VAREJ. DE ALIMENTOS EIRELI**, situada na Rua São Sebastião, 1627, Parque São Jorge, Rondonópolis-MT, **CNPJ: 29.316.501/0001.63.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICÍOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 979.907,73 (NOVECENTOS E SETENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E SETE REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal A Gazeta,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 56/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 56/2022**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA DEMOLIÇÃO DE CASAS PARA O PROLONGAMENTO DA AVENIDA BANDEIRANTES.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 88.772,78 (OITENTA E OITO MIL, SETECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal A Gazeta,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 02 de maio de 2022.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 068 - 2022

PORTARIA 068/2022

de 03 de Maio de 2022

"Dispõe sobre a regularização fundiária das quadras 01 a 13 do Bairro Aeroporto."

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.465/2017 que estabelece normas e procedimentos para implantação de regularização fundiária de núcleos urbanos informais;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018 que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana - Reurb;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 023/2022 que estabelece normas e procedimentos para implantação fundiária de núcleos urbanos informais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado a abertura de processo administrativo para fins de regularização da primeira etapa do Bairro Aeroporto nesta Urbe, que recairá sobre os imóveis das quadras 01 a 13.

Art. 2º. Com a finalidade de coordenar o projeto de regularização, fica designado o servidor(a) **Selma Anzil da Silva**, com matricula funcional 30187.

Art. 3º. Fica designada a Assistente Social **Tamirys Suellen Anzil da Silva**, para desenvolverem os trabalhos necessários a fim de viabilizar o projeto de regularização.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 149/2019.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 03 de Maio de 2022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito de Rosário Oeste - MT

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 022 - 2022

DECRETO N.º 022/2022

de 02 de Maio de 2022

"Dispõe sobre o cancelamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, e da outras providencias."

ALEX STEVES BERTO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda,

CONSIDERANDO, os artigos 68 a 70 do Decreto N.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que *"Dispõe sobre a unificação dos recursos de Caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providencias"* e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, o art. 206, § 5º, I, do Código Civil Brasileiro, Lei Federal N.º 10.406 de 10 de Janeiro de 2002;

CONSIDERANDO, o MCASP 9ª edição, válido a partir do exercício de 2022, Nota Técnica SEI nº 51737/2021/ME;

CONSIDERANDO, padronização de fontes de recursos no leiaute do APLIC-TCE/MT 2022;

CONSIDERANDO, a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de Decreto o cancelamento de restos a pagar não processados.

DECRETA:

Art. 1 º - Fica autorizado o Cancelado o Empenho de Resto a Pagar nº 5283/2021 no valor de R$ 40.000,86, para alteração de fontes de Recursos:

EMPENHO	ANO	TIPO	DATA	CREDOR	NÃO PROCESSADO (a liquidar)
5283	2021	2	01/04/2021	MARCO ANTONIO MAGALHAES DOS SANTOS	40.000,86

Art. 2º - Fica o Departamento de Contabilidade Municipal, autorizado e responsável pelos devidos registros, efetuados na forma deste Decreto, à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade, com fundamento a Lei N.º 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, em 02 de Maio de 2022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 023 - 2022

DECRETO Nº 023/2022,

de 03 de Maio de 2022.

"Dispõe sobre a regularização fundiária das quadras 01 a 13 do Bairro Aeroporto."

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.465/2017 que estabelece normas e procedimentos para implantação de regularização fundiária de núcleos urbanos informais;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018 que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana - Reurb;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal exige celeridade e eficiência no serviço público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos núcleos urbanos informais existente no Município.

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465/2017 permite a regularização parcial de núcleos urbanos informais.

DECRETA:

Art. 1º. O presente Decreto tem por finalidade a regularização do Bairro Aeroporto nesta Urbe, que recairá sobre os imóveis desta localidade delimitados entre as das quadras 01 a 13.

Art. 2º. Com a finalidade de dar maior eficiência ao processo de regularização será nomeado um servidor para coordenar o projeto de regularização.

§ 1º. Para viabilizar o projeto o servidor poderá requerer as informações necessárias em todos os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, por meio de ofícios ou requerimentos diretos, ou qualquer outro meio legalmente disponível.

§ 2º. O Coordenador deverá buscar meios, na forma desta Lei, para certificar que o núcleo urbano informal surgiu entes de 23 de dezembro de 2016.

Art. 3º. O projeto de regularização deve conter o mínimo exigido no art. 30 do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 4º. Para classificar da Reub e indicar as políticas públicas sociais essências serão designadas assistentes sociais para fazer o levantamento das condições sociais da comunidade, podendo para tanto se utilizarem de todos os meios necessários para cumprimento da missão, inclusive formulários.

§ 1º. A equipe técnica deverá buscar informações sobre o funcionamento das escolas, creches, postos de saúde, praças, e demais equipamentos públicos, para fins de informar o funcionamento e a necessidade de melhorias, caso exista.

§ 3º. Inexistindo os equipamentos públicos essenciais mencionados no § 1º, a equipe técnica buscará informação da existência de imóveis que tenham sido destinados a tal finalidade.

§ 4º. Ao fim dos trabalhos a equipe de assistente social dever fazer relatório e concluir pela classificação da Reurb e indicar as políticas sociais essências que a comunidade necessita, se for o caso.

Art. 5º. A regularização das construções será feita em outra etapa a depender de disponibilidade orçamentária.

Art. 6º. Os trabalhos do projeto da Reub devem seguir o procedimento estabelecido na Lei Federal nº 13.465/2017 e **no Decreto Federal nº 9.310/2018.**

Art. 7º. Para viabilização do projeto fica autorizada a contratação de equipe técnica necessária a elaboração de plantas, levantamentos, projetos, memoriais e estudos, enfim todos os profissionais que se fizerem necessários.

Art. 8º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 027/2019.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 03 de Maio de 2.022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 069 - 2022

PORTARIA N.º 069/2022

de 03 de Maio de 2022

"Dispõe sobre nomeação de servidor(a) efetivo(a) de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica, e dá outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado para o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ocupado, a seguinte pessoa:

a) **ANA CLAUDIA PRADO GOSME** – para o cargo de Secretario (a) Executivo (a) da Ouvidoria Municipal – DAS 06, lotado na Secretaria Municipal de Governo;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 03 de Maio de 2.022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 070 - 2022

PORTARIA 070/2022

de 03 de Maio e 2022.

"Dispõe sobre nomeação de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Rosário Oeste(MT) e dá outras providencias ."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, Sr. ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art.1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de rosário Oeste (MT), as pessoas abaixo relacionadas:

NOME	ÓRGÃO	CARGO
Jose George Bezerra Ribeiro	Secretaria de Administração	Presidente
Aparecida Antonia de Almeida	Complexo Assistencial e Educacional Espírita Maria de Nazaré	Vice Presidente
Nalvanei da S. Jacinto Figueiredo	Secretaria Municipal de Saúde	Suplente da Vice Presidente
Alcilene Teixeira de Araujo	Secretaria Municipal de Educação	Secretária
Heloana Maria Jacob	Associação de pais e Amigos dos excepcionais - APAE	Suplente da Secretária
Evellyn Elorraine de Almeida Gomes	Igreja Católica	Tesoureiro
Elka Izabel de Araújo	Secretaria Municipal de Assistência Social	Suplente de Tesoureiro

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º. Cumpra-se e publique-se, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 03 Maio de 2022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 099/2022 DE 03 DE MAIO DE 2022

PORTARIA N.º 099/2022 DE 03 DE MAIO DE 2022

CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.95, § 4º da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO: o vencimento do período aquisitivo 2011/2016 e o requerimento solicitando a referida indenização do servidor de que se trata esta Portaria. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder indenização de Licença de Prêmio por Assiduidade O servidor: **NORIVAL ROSA CARDOSO,** Cargo Efetivo de GUARDA NOTURNO, Órgão Unidade: Sec. Municipais Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2011/2016, referente á 90 dias.

Art. 2º - A Conversão em espécie da Licença Prêmio ora indenizada será concedida em parcela única juntamente com os vencimentos do mês de Maio /2022.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima mencionada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Maio de 2022.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 033/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

POR PRAZO DETERMINADO – Nº 033/2022

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Sr.ª **Maria Aparecida de Campos Linco,** brasileira, Divorciada, portadora do RG n.º0360412-8SSP-MT e do CPF n.º 001.529.371-88 residente e domiciliada na Rua Pastor Benedito S/N° , Bairro Boa Esperança, CEP 78.270-000, SALTO DO CÉU-MT.,

doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO A CONTRATADA prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: MERENDEIRA, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal De Educação, Cult, Desporto e Lazer.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal De Educação, Cult, Desporto e Lazer, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **03/05/2022 a 03/05/2023.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.265,00 (Um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) como salário base pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito O CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão a CONTRATADA nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

A Contratada terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: MERENDEIRA

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

A CONTRATADA vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social- INSS para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 06 - Secretaria Mun. De Educação, Cult, Desporto e Lazer

Unidade: 060002 – Departamento de Administração Escolar

Projeto Atividade: 306– Alimentação e Nutrição

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

Maria Aparecida de Campos Linco

CPF Nº 001.529.371-88

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

Para fins de restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante na Ata de Registro de Preços nº 016/2021 (em todos os itens), proveniente do Pregão Presencial nº 023/2021, respectivamente a empresa PANTANAL

LOCAÇÕES EMPREENDIMENTOS EIRELI-ME CNPJ: 20.098.658/0001-95 e a Prefeitura de Salto do Céu – MT, pactuaram para a justa remuneração da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS em todos os itens da ata supramencionada, sendo o percentual de 15,52% (quinze vírgula cinquenta e dois por cento) sobre o valor registrado de cada item constante da Ata de Registro de Preços n° 016/20211 conforme manifestação favorável expressa no Parecer Jurídico n° 038/2022 exarado pela Procuradoria Municipal. Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c & 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.648 de 27/05/98 e cláusula oitava, parágrafos primeiro, segundo e terceiro (dos preços registrados) da Ata de Registro de Preços nº 016/202, conforme a seguir.

Fica retificado os preços praticados no período de **01/04/2022 à 02/08/2022**, com o valor a ser praticado a partir desta data.

ITEM	KM/RODADO POR DIA	UND	DESCRIÇÃO	VALOR/KM	+ 15,52% VALOR KM ATUALIZADO
01	152 KM	KM	Saída do centro de Salto do Céu, com destino a fazenda Monte Belo e vice verso. Com capacidade para transportar no mínimo 44 passageiros. As despesas com o motorista, combustível, manutenção (peças, pneus, etc), limpeza do veículo, IPVA e tributos de qualquer natureza, relacionadas com a prestação dos serviços será por conta do proponente vencedor contratado.	R$ 4,40	**R$ 5,08**
02	148 KM	KM	Saída do centro de Salto do Céu, com destino a fazenda do Sr. Mozart e vice verso. Com capacidade para transportar no mínimo 44 passageiros. As despesas com o motorista, combustível, manutenção (peças, pneus, etc), limpeza do veículo, IPVA e tributos de qualquer natureza, relacionadas com a prestação dos serviços será por conta do proponente vencedor contratado.	R$ 4,60	**R$ 5,31**
03	236 KM	KM	Saída do centro de Salto do Céu, com destino a Comunidade do Sepotuba e vice verso. Com capacidade para transportar no mínimo 44 passageiros. As despesas com o motorista, combustível, manutenção (peças, pneus, etc), limpeza do veículo, IPVA e tributos de qualquer natureza, relacionadas com a prestação dos serviços será por conta do proponente vencedor contratado.	R$ 3,95	**R$ 4,56**
04	54 KM	KM	Saída da Fazenda Boa Esperança com chegada ao Sítio do Sr. Vardinho, e vice verso. Com capacidade para transportar no mínimo 08 e no máximo 30 passageiros. As despesas com o motorista, combustível, manutenção (peças, pneus, etc), limpeza do veículo, IPVA e tributos de qualquer natureza, relacionadas com a prestação dos serviços será por conta do proponente vencedor contratado.	R$ 4,95	**R$ 5,71**

Salto do Céu – MT, 31 de Março 2022**.**

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

- Prefeito -

PANTANAL LOCAÇÕES EMPREENDIMENTOS EIRELI-ME

CNPJ: 20.098.658/0001-95

JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA

CPF: 785.609.931-34

Procurador

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº007 REFERENTE AO CONTRATO Nº 044/2021

TERMO DE RESCISÃO Nº007

REFERENTE AO CONTRATO Nº 044/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Auxiliar de SERVIÇOS GERAIS; FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU E A SENHORA CARMELINDA APARECIDA GODOI DALBÉM, PARA FINS ESPECIFICOS.

Ao decimo nono dia do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, para a celebração do presente Termo de Rescisão Contratual as seguintes Partes: ***DISTRATANTE:*** *O Município de Salto do Céu, estado de Mato de Grosso, pessoa Jurídica de direito Público, com sede Administrativa, sito, a Rua Carlos Laet, nº 11, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, representado neste ato por seu Excelentíssimo Sr. Prefeito* ***MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA****, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º M-4.503.432 SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 609.632.046-53, e de outro lado figurado como* ***DISTRATADO*** Sr.ª **Carmelinda Aparecida Godoi Dalbém,** brasileira, Casada, portadora do RG n.º 1694727-4/SESP-MT e do CPF n.º 011.896.321-01, residente e domiciliada na RUA JOÃO PAULO II, S/N, BOA ESPERANÇA, CEP 78.270-000, SALTO DO CÉU-MT. *têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, onde resolvem rescindir o* ***Contrato de Nº 044/2021*** *de Prestação de Serviços, com fundamento no Art. 8º, Inciso II da Lei Municipal nº 644 de 13 de Novembro de 2019, mediante as cláusulas a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1 - O presente Termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº **044/2021** de Prestação de Serviçoscelebrado em **05/08/2021,** de forma Amigável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

2 – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO:

3 – Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Rio Branco – MT.

3-1 - E por estarem assim justos e convencionados, após lido e achado conforme o presente, as partes assinam em 02 (duas) vias de igual teor, comprometendo-se, na presença de duas testemunhas, a cumprirem na integra as cláusulas avençadas.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

- Prefeito -

DISTRATANTE

Carmelinda Aparecida Godoi Dalbém

CPF Nº 011.896.321-01

DISTRATADA

Testemunhas:

1_____
____

RG. Nº _____

CPF. N.º _____

2_____

____

RG. Nº _____

CPF. N.º _____

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 101/2022 DE 04 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N.º 101/2022 DE 04 DE MAIO DE 2022.

DESIGNA O SERVIDOR VALDEIR APARECIDO BASTOS, A RESPONSABILIDADE DE REALIZAR AS TAREFAS INERENTES AO CARGO DE ASSESSORIA DE COMPRAS, POR PERÍODO DETERMINADO, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: o período de férias da Servidora Thais Souza Silva tendo sido iniciado na data de 01/05/2022 até 30/05/2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o servidor **VALDEIR APARECIDO BASTOS**, atualmente exercendo o cargo comissionado de secretario mun. de adm. e planejamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a responsabilidade de executar as tarefas inerentes ao cargo de Assessora de Compras, junto à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º. O prazo da designação disposto nesta Portaria não excederá a data do dia 30/05/2022, na qual se dará juntamente com o término da Férias da Servidora Thais Souza Silva.

Art. 3º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo com os competentes registros.

Art. 4º. A investidura da presente designação não acarretará qualquer ônus ao Município, bem como o Secretário designado receberá o salário do cargo de origem

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Maio de 2022.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2022

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o Registro de preços para **AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU-MT**, do tipo**MENOR PREÇO/ITEM,** em atendimento as Secretarias deste município, conforme planilha de itens no Termo de Referência **ANEXO I** deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00min, do dia 17/05/2022**. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 as 16:00hs). Email: licitacao2saltodoceu@gmail.com.

Salto do Céu - MT, 03 de Maio de 2022.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresas Especializadas para prestar Serviços Técnicos Especializados em Manutenção Preventiva e Corretiva através dos **SERVIÇOS DE TORNO** para aplicação nos veículos leves/pesados como também para as máquinas da frota do patrimônio da Prefeitura de Salto do Céu – MT**, do tipo MAIOR DESCONTO POR ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira, torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa: METALÚRGICA SENIOR LTDA CNPJ: 37.519.258/0001-09 vencedora de todos os itens deste certame com percentual de desconto para cada item descrito no relatório final emitido pelo sistema anexo ao procedimento e em sua proposta de preços.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio 2022.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 032/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

POR PRAZO DETERMINADO – Nº 032/2022

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Sr.ª **Patricia Alves do Nascimento,** brasileira, Casada, portadora do RG n.º2504525-3SSP-MT e do CPF n.º 110.349.166-02 residente e domiciliada na Rua Pastor Benedito P S/N° , Bairro Boa Esperança, CEP 78.270-000, SALTO DO CÉU-MT., doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO A CONTRATADA prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Auxiliar de Serviços Gerais, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporári-

os. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal De Educação, Cult, Desporto e Lazer.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal De Educação, Cult, Desporto e Lazer, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **03/05/2022 a 03/05/2023.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.265,00 (Um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) como salário base pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito O CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão a CONTRATADA nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

A Contratada terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

A CONTRATADA vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social- INSS para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 06 - Secretaria Mun. De Educação, Cult, Desporto e Lazer

Unidade: 060002 – Departamento de Administração Escolar

Projeto Atividade: 2036– Manutenção com Departamento de Administração Escolar

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

Patricia Alves do Nascimento

CPF Nº 110.349.166-02

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 034/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

POR PRAZO DETERMINADO – Nº 034/2022

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Sr.ª **Ivonete Manasses de Souza,** brasileira, Casada, portadora do RG n.º1602962-3SSP-MT e do CPF n.º 018.504.431-06 residente e domiciliada na Rua Pastor Benedito P S/N° , Bairro Boa Esperança, CEP 78.270-000, SALTO DO CÉU-MT., doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO A CONTRATADA prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Zelador(a), em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal

da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal De Educação, Cult, Desporto e Lazer.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal De Educação, Cult, Desporto e Lazer, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **03/05/2022 a 03/05/2023.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.265,00 (Um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) como salário base pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito O CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão a CONTRATADA nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

A Contratada terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: ZELADOR(A)

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

A CONTRATADA vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social- INSS para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 06 - Secretaria Mun. De Educação, Cult, Desporto e Lazer

Unidade: 060002 – Departamento de Administração Escolar

Projeto Atividade: 2036– Manutenção com Departamento de Administração Escolar

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

Ivonete Manasses de Souza

CPF Nº 018.504.431-06

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO

PREFEITURA DE SALTO DO CÉU - MT

AVISO DE ADESÃO Nº 004/2022

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2021 – PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021, PROCESSO Nº 2249/2021 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA DE GOIÁS-GO

A Prefeitura de Salto do Céu – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a adesão a Ata de Registro de Preços Nº. 022/2021, proveniente do Pregão Presencial Nº. 022/2021, Processo nº 2249/2021, realizado pela Prefeitura de Gameleira de Goiás-GO; que teve como vencedora a empresa HOME COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 38.730.394/0001-06, cujo objeto é: A presente licitação tem por objeto a aquisição de (2) veículo tipo ambulância, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Gameleira de Goiás no transporte de pacientes. Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT, fará adesão a ARP contratação aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância zero km com as descrições constantes do objeto da Ata supramencionada. Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT,

fará adesão ao ITEM 1/1, para aquisição de 01 (um) veículo tipo **AMBULÂNCIA ZERO KM** em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Salto do Céu-MT.

Salto do Céu – MT 03 de Maio de 2022.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DA PORTARIA 098/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022

ERRATA DA PORTARIA 098/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022

O Departamento de Recursos Humanos de Salto do Céu/MT,vem por meio da presente, retificar a publicação da Portaria nº 098/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 03 de Maio de 2022, em virtude do equívoco na redação do Art. 3º; "Secretaria Municipal de Saúde".

Diante disso, com a presente retificação, a nº 098/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022, passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA N.º098/2022

DE 02 DE MAIO DE 2022

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA TATIANE LAET PINHEIRO ZANOL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: Em anexo atestado medico, datado no dia 26 de Abril de 2022, Protocolado em 29 de Abril de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade à Servidora **TATIANE LAET PINHEIRO ZANOL** de **180** (**cento e oitenta**) dias, a partir de **25/04/2022 a 22/10/2022**, de acordo com a Legislação pertinente em vigor.

Art. 2º. Caberá aos órgãos competentes do Poder Executiva a providência quanto ao registro funcional, controle de pagamento, substituição e demais atos consequentes, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das correspondentes dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Saúde, no corrente exercício suplementado se necessárias, de acordo com a Legislação específica vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 02 de Maio de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 079/SAD/2022

PORTARIA N° 079/SAD/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para o servidor efetivo o **Sr. EDIVALDO DE SOUSA MELO,** inscrito no **CPF: 267.051.922-91**, Matrícula **358**, a partir do dia **02/05/2022** a **30/06/2022**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 078/SAD/2022

PORTARIA N° 078/SAD/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para a servidora efetiva a **Sra. MARIA DE JESUS PEREIRA DOS SANTOS,** inscrito no **CPF: 581.960. 481-49**, Matrícula **57**, a partir do dia **02/05/2022** a **30/07/2022**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 081/SAD/2022

PORTARIA N° 081/SAD/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para a servidora efetiva a **Sra. IDALINA BATISTA MENDONÇA COSTA,** inscrito no **CPF: 000.918. 431-70**, Matrícula **518**, a partir do dia **02/05/2022** a **30/06/2022**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 077/SAD/2022

PORTARIA N° 077/SAD/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA DE SAÚDE-AUXILIO DOÊNÇA PARA SERVIDORA EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

CONSIDERANDO de acordo com o atestado médico apresentado no departamento de Recursos Humanos da servidora Efetiva da Prefeitura Municipal.

Art. 1 ° - Fica concedido a licença de saúde por incapacidade ao serviço, no período de 01/04/2022 até o dia 05/05/2022, a servidora em cargo efetivo a Sra. **NILVA MARTINS CAZUMBA SANTOS**, inscrito no CPF: **889. 441.155-91**, matricula 67, ocupante do Cargo de **PROFESSOR DE 01 A 04**, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2022.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 29 DE ABRIL DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 050/2022

DECRETO MUNICIPAL N° 050/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o Servidor em cargo de Comissão, o Sr. **IVANEIS DE SOUZA SANTOS,** inscrito no **CPF: 011.203.711-98**, no cargo de **COORDENADOR DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº076/SAD/2022

PORTARIA Nº076/SAD/2022 DE 29 DE ABRIL DE 2022

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que cabe à a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscalizados.

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos fiscalizada do contrato nº 026/2022 são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **ROMILDA PINTO FIGUEIREDO e** Fiscal Substituto, **RENATA BARBOSA DOS REIS** como Fiscal do contrato 026/2022, que tem como O objeto do presente **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE CONSUMO NA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Eletrônico nº 006/2021, Processo Licitatório nº 039/2021.

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do contrato nº 026/2022.

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 29 DE ABRIL DE 2022.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 082/SAD/2022

PORTARIA N° 082/SAD/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APLICAÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO ASFÁLTICO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Santa Cruz do Xingu/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO

PROJETO DE **Conservação de Pavimento - Aquisição de Material para Aplicação de Microrrevestimento Asfáltico do município de Santa Cruz do Xingu - MT**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APLICAÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO ASFÁLTICO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT META FÍSICA: 63.376,26 M²	AXEL SALLAS LOPES CREA: 121.663.720-2

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Marcos Aurelio R Santana Mulari

CREA: MT048050

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

MARCOS AURELIO R SANTANA MULARI

Engenheiro Civil CREA

MT048050

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 080/SAD/2022

PORTARIA N° 080/SAD/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

A Prefeita de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para a servidora efetiva a **Sra. EVALINA RIBEIRO,** inscrito no **CPF: 012.809.551-20**, Matrícula **587**, a partir do dia **02/05/2022** a **31/05/2022**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 051/2022

DECRETO MUNICIPAL N° 051/2022 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o Servidor em cargo de Comissão, o Sr. **SÉRGIO ALVES DOS SANTOS,** inscrito no **CPF: 750.955.301-63**, no cargo de **SUB DIRETOR DE PRONTO ATENDIMENTO,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 02 DE MAIO DE 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0172/2022,

DE 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELAINE ALVARENGA VIANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora ELAINE ALVARENGA VIANA, portadora do RG nº 19193882 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 027.331.841.13, no período de 09/05/2022 a 23/05/2022, referente ao período aquisitivo 12/01/2021 a 11/01/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de Maio de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N°028/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO N°002/2022

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem, por meio deste, RETIFICAR o Aviso de Licitação do Processo administrativo de Adesão de Ata n°002/2022 Pregão n° 028/2022, cujo objeto é a "**AQUISIÇÃO DE VEICULO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL REFERENTE AO CONVÊNIO N° 0927-2021, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**", conforme segue abaixo:

a) Fica alterada a redação do **Aviso de Licitação**, conforme segue:

- ONDE SE LÊ:

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 1200001/2021/PMNO, oriunda do Pregão Eletrônico n°001/2021, da Prefeitura Municipal de Nova Olimpia - MT, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO Nº 004/2022,** visando a"**AQUISIÇÃO DE VEICULO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL REFERENTE AO CONVÊNIO N° 0927-2021, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**", de acordo com a legislação específica vigente.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ **28.258.221/0001-83**, localizada na Av. Alexandre Ferronato, nº 60, centro, Sinop - MT.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 105,084,72 (cento e cinco mil e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, sendo que foi aderido o seguinte item:

ITEM	COD TCE	DESCRIÇÃO DO BEM	UND.	QTDE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	260051-0	VEICULO, TIPO PICK-UP CABINE DUPLA ANO MODELO 21/2021, ZERO KM – DE FABRICAÇÃO NACIONAL COMBUSTIVEL ALCOOL/GASOLINA COM AR CONDICIONADO VIDROS ELETRICOS E TRAVA ELETRICA, DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA,POTENCIA MÁXIMA (CV): 101,0 (G) A 6000RPM/109 (E) A 6250 RPM, TORQUE MÁXIMO (KGF.M): 13,7 (G) / 14,2 (E) A 3.500 RPM ALTURA DO VEICULO (MM): 1.607 CAPACIDADE DA CAÇAMBA (LITROS): 1.354 CAPACIDADE DE CARGA (KG): 720 COMPRIMENTO DO VEICULO (MM): 4.474 ENTRE -EIXOS (MM): 2.737 LARGURA DO VEICULO (MM): 1,73 2 TANQUES DE COMBUSTIVEL (LITROS): 55 AIR BAG LATERAL ALÇA DE SEGUGANÇA LADO PASSAGEIRO ALERTA DE USO DO CINTO DE SEGURANÇA PASSAGEIROS APOIO DE CABEÇA TRASEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS (LATERAIS E CENTRAL) RETRÁVEIS DE 3 PONTOS GANCH UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO CADEIRA CRIANÇA (ISOFIX) PROTETOR DE CÁRTER PORTAS.AIRBEG DUPLO (MOTORISTA PASSAGEIRO) ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA APOIA-PÉ PARA MOTORISTA APOIOS DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA AR-CONDICIONADO CIN.	UNI.	01	R$ 105.084,72	R$ 105.084,72
VALOR TOTAL						R$ 105.084,72

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de maio de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

- LEIA-SE:

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 120001/2021/PMNO, oriunda do Pregão Eletrônico n°001/2021, da Prefeitura Municipal de Nova Olimpia - MT, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO Nº 002/2022,** visando a**"AQUISIÇÃO DE VEICULO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL REFERENTE AO CONVÊNIO N° 0927-2021, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**", de acordo com a legislação específica vigente.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ **28.258.221/0001-83**, localizada na Av. Alexandre Ferronato, nº 60, centro, Sinop - MT.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 105,084,72 (cento e cinco mil e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, sendo que foi aderido o seguinte item:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UND.	QTDE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	VEICULO, TIPO PICK-UP CABINE DUPLA ANO MODELO 21/2021, ZERO KM – DE FABRICAÇÃO NACIONAL COMBUSTIVEL ALCOOL/GASOLINA COM AR CONDICIONADO VIDROS ELETRICOS E TRAVA ELETRICA, DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA,POTENCIA MÁXIMA (CV): 101,0 (G) A 6000RPM/109 (E) A 6250 RPM, TORQUE MÁXIMO (KGF.M): 13,7 (G) / 14,2 (E) A 3.500 RPM ALTURA DO VEICULO (MM): 1.607 CAPACIDADE DA CAÇAMBA (LITROS): 1.354 CAPACIDADE DE CARGA (KG): 720 COMPRIMENTO DO VEICULO (MM): 4.474 ENTRE -EIXOS (MM): 2.737 LARGURA DO VEICULO (MM): 1,73 2 TANQUES DE COMBUSTIVEL (LITROS): 55 AIR BAG LATERAL ALÇA DE SEGUGANÇA LADO PASSAGEIRO ALERTA DE USO DO CINTO DE SEGURANÇA PASSAGEIROS APOIO DE CABEÇA TRASEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS (LATERAIS E CENTRAL) RETRÁVEIS DE 3 PONTOS GANCH UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO CADEIRA CRIANÇA (ISOFIX) PROTETOR DE CÁRTER PORTAS.AIRBEG DUPLO (MOTORISTA PASSAGEIRO) ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA APOIA-PÉ PARA MOTORISTA APOIOS DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA AR-CONDICIONADO CIN.	UNI.	01	R$ 105.084,72	R$ 105.084,72
VALOR TOTAL					R$ 105.084,72

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de maio de 2022.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de maio de 2022.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0169/2022

DE 02 DE MAIO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. JUCELINO JONES SALVALAIO NO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear o Sr**. JUCELINO JONES SALVALAIO**, portador do RG nº 13R 1.851.966 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 582.918.149.53, no cargo comissãode **CHEFE DE DEPARTAMENTO**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 02 DE MAIO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0171/2022,

DE 03 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ALINE CRISTINA NERIS DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora ALINE CRISTINA NERIS DA SILVA, portadora do RG nº 24037826 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 041. 746.861.06, no período de 09/05/2022 a 22/05/2022, referente ao período aquisitivo 13/01/2021 a 12/01/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de Maio de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 05/2022 DO PROCESSO SELETIVO 01/2022.

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2022**, realizado no dia 03/04/2022 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

m) CNH (motoristas e operador de maquinas)

TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITOR	CLAS
DAILZE DA SILVA DE ALMEIDA	2º

ZELADOR DE LIMPEZA	CLAS
IRENE APARECIDA NOBREGA DOS SANTOS	1º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0168/2022,

DE 02 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBREA EXONERAÇÃO (APOSENTADORIA) DA SERVIDORA TEODOZIA KOSS DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar (aposentadoria) a Sra. **TEODOZIA KOSS**, portadora do RG nº 1.867.841 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 340.525.779. 49, do cargo efetivo de técnico em desenvolvimento educacional - monitor Classe A, Nível 04, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura por motivo de Aposentadoria.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE MAIO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0170/2022 DE 3 DE MAIO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2022 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **PATRICIA REGINA DA SILVA**, inscrita no CPF nº 021.073.221-04, como Fiscal do **CONTRATO Nº 027/2022** cujo objeto é: **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REALIZAR DIAGNOSTICO TECNICO DE POTENCIALIDADE TURISTICA DO SALTO MAGESSI, EM SANTA RITA DO TRIVELATO. FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24,**

INCISO XIII, DA LEI Nº 8.666/93. Empresa SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 03.534.450/0001-52.

Art. 2º. *A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 3 DE MAIO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA- MT, CNPJ 15. 031.669/0001-18, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona **rural** do município nas seguintes coordenadas 10**º26'25,833"S E 50º32'40,019W"**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA- MT, CNPJ 15. 031.669/0001-18, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona **rural** do município nas seguintes coordenadas 10**º26'25,833"S E 50º32'40,019W"**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 05/2022/CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santo Afonso-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a **LEI MUNICIPAL Nº 501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021**, em reunião realizada no dia 26 de Abril de 2022 para Aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santo Afonso-MT.

RESOLVE:

Art.1º Fica **Aprovado** pelo Conselho Municipal de Assistência Social, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santo Afonso-MT.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Santo Afonso-MT, 26 de Abril de 2022.

_____

Rozinalva Dias Da Rocha

995.608.791-20

Presidente CMAS

EXTRATO DE CONTRATO 053/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2022

OBJETO CONTRATUAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE, E DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: NEUZA DE FATIMA BARBOSA-ME

CNPJ: 09.814.411/0001-95

ASSINATURA: 27/04/2022

VENCIMENTO: 27/04/2023

VALOR TOTAL: R$ 62.131,72 (sessenta e um mil e cento e trinta um reais e setenta e dois centavos)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 054/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2022

OBJETO CONTRATUAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE, E DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 26.148.070/0001-85

ASSINATURA: 27/04/2022

VENCIMENTO: 27/04/2023

VALOR TOTAL: R$ 5.068,66 (Cinco mil e sessenta oito reais e sessenta e seis centavos)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA SERVIÇOS COM

PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SANTO

AFONSO-MT EM JORNAL FISICO DE CIRCULAÇÃO LOCAL/ REGIONAL.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: ÀS 08:00 HORAS, DO DIA 06/05/2022.

EDITAL COMPLETO: MURAL DA PREFEI9TURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, § 3º DA LEI 14.133/2021

INTERESSADA: ELZA ERMITA

SANTO AFONSO – MT, 02 DE MAIO DE 2022.

Roseane Dias da Silva

Setor de Licitações e contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2022

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 002/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/ nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **NEIVA SCARPATT MERCADO-ME**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 30.867.045/0001-29, estabelecida à Av. Pedro Alvares Cabral, nº 100 , Bairro: Centro, CEP: 78.425-000, Santo Afonso-MT, representada neste ato por sua proprietária , Sra. Neiva Scarpatt, brasileira , solteira, comerciante, residente à Av. Pedro Alvares Cabral, nº 100 , Bairro: Centro, CEP: 78.425-000, Santo Afonso-MT, portador da Cédula de Identidade n. 12263184-SSP/MT e CPF n. 843.635.331-53, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 002/2022 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.** conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 002/2022,** com fundamento nas Leis n**º** 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de limpeza, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 002/2022** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: NEIVA SCARPATT MERCADO-ME

Nome: NEIVA SCARPATT MERCADO-ME **CNPJ:** 30.867.045/0001-29 **Inscrição Estadual: 13.728.913-8 Endereço:** Pedro Alvares Cabral, nº100, bairro centro **Cidade/Estado: Santo Afonso-MT CEP:** 78.425-000 **Telefones: (65) 98472-5925 E-mail: Representante Legal:**Neiva Scarpatt **RG:** 12263184-SSP/MT **CPF:** 843.635.331-53

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

	Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	27356	ALCOOL 96%, 1LT	VISA	un	60,0000	R$6,9900	R$ 419,40
2	23706	ALCOOL EM GEL 500 ML	VISA	un	473,0000	R$6,3200	R$ 2.989,36
3	27357	AMACIANTE PARA ROUPA, EM FRASCO DE 02 (DOIS) LITROS.	EPORT	un	167,0000	R$4,2900	R$ 716,43
4	27362	BANDEJA DE INOX GRANDE, NO TAMANHO MÍNIMO DE 50X40 CM.	PICOLI	un	13,0000	R$13,9900	R$ 181,87
5	27363	BATERIA - PILHA 9 WOLTS SIZE - 522	CATOVAL	un	107,0000	R$6,1500	R$ 658,05
6	27367	CERA LIQUIDA COR BRANCA, AUTO BRILHO, INCOLOR, PARA PISO FRIO, DISPENSANDO O USO DE ENCERADEIRA, EMBALAGEM COM 750 ML.	POLILAR	FR750MLT	545,0000	R$3,6000	R$ 1.962,00
7	27368	CERA LIQUIDA COR VERMELHA, AUTO BRILHO, INCOLOR, PARA PISO FRIO, DISPENSANDO O USO DE ENCERADEIRA, EMBALAGEM COM 750 ML.	POLILAR	FR750MLT	120,0000	R$2,9900	R$ 358,80
8	27370	COLHER DE ALUMINIO, DIMENSAO - CABO DE 37 CM. EM ALUMINIO RESISTENTE PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	LDA	un	24,0000	R$2,2500	R$ 54,00
9	22650	COLHER DESCARTAVEL C/50 UNIDADE	MINIPLAST	PC 50 UN	45,0000	R$2,4500	R$ 110,25
10	22652	COLHER SOBREMESA DESCARTAVEL C/50 UNIDADE	MINIPLAST	PC 50 UN	20,0000	R$2,4500	R$ 49,00
11	27371	COPO DE VIDRO ALTO, PARA AGUA, TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 400 ML.	AMERICANA	un	27,0000	R$0,9900	R$ 26,73
12	27372	COPO PLASTICO DESCARTAVEL COM CAPACIDADE PARA 200 ML, EM POLIPROPILENO (PP) EMBALAGEM EM TIRAS COM 100 UNIDADES. PRODUZIDOS EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT.	MINIPLAST	PACOTE	1130,0000	R$3,9000	R$ 4.407,00

13	27374	CORDA PARA VARAL 15MT VARAL DE AÇO VESTIDO EM PVC	MINIPLAST	un	11,0000	R$2,8900	R$ 31,79
14	27377	DESODORIZADOR DE AR CHEIRO DE TALCO AEROSOL 400ML COMPOSIÇÃO: INGREDIENTE ATIVO, SOLUBILIZANTE, COADJUVANTES, PERFUME E BUTANO/ PROPANO. INFORMAÇÃO ADICIONAL: CONTROLA OS ODORES DESAGRADÁVEIS CAUSADOS POR FUNGOS E BACTÉRIAS. REFRESCA E PERFUMA O AMBI	EPORT	FR400MLT	368,0000	R$8,6900	R$ 3.197,92
15	27379	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO, GLICERINADO, INDICADO PARA LAVAGEM MANUAL DE LOUÇAS, TALHERES, COPOS E UTENSÍLIOS EM COZINHAS E LIMPEZA EM GERAL. EMBALAGEM COM 500 ML.	YPE	FR 500 ML	1652,0000	R$1,4900	R$ 2.461,48
16	27382	ESPONJA PARA LAVAGEM DE LOUÇAS E LIMPEZA EM GERAL DUPLA FACE, SINTÉTICA PARA LIMPEZA - ESPUMA DE POLIURETANO, COM ABRASIVO EM UMA FACE, ANTIBACTÉRIAS; FORMATO QUADRADO. MEDIDAS APROXIMADAS (VARIÁVEL 10%): 12 CM X 8 CM X 2 CM DE ESPESSURA.	ASSOLAN	PC 4 UN	614,0000	R$0,8900	R$ 546,46
17	27383	EXTENSAO COM ENTRADAS PARA TOMADA DE COMPUTADORES	EXTENSÃO	un	29,0000	R$4,4900	R$ 130,21
18	27385	FACA DE COZINHA EM AÇO INOX, COM LAMINA DE 25CM, COM FIO LISO, CABO ANATÔMICO, DE POLIPROPILENO COM ANTIBACTERIANO QUE INIBE O CRESCIMENTO DE BACTÉRIAS E FUNGOS	TRAMONTINA	un	22,0000	R$1,9900	R$ 43,78
19	27384	FACA DE MESA EM ACO INOX. CABO EM ALUMÍNIO MACIÇO, COMPRIMENTO: LÂMINA 15,0 CM / CABO 12,5 CM / TOTAL 27,5 CM.	TRAMONTINA	un	29,0000	R$1,9000	R$ 55,10
20	27386	FITA ADESIVA PARA FRALDA 19MM X 20M	UNITERN	un	25,0000	R$1,8900	R$ 47,25
21	27387	FLANELA PARA LIMPEZA 100 % ALGODÃO, PELUCIADA EM AMBOS OS LADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE (VARIÁVEL 10%) 40X30CM NA COR LARANJA.	ALKLIN	un	262,0000	R$1,2500	R$ 327,50
22	27388	GARFO EM INOX COMUM	TRAMONTINA	un	34,0000	R$1,9900	R$ 67,66

23	27389	GARRAFA PARA CAFE, DE INOX 1,8 LITROS COM CAPACIDADE PARA CONSERVAÇÃO DE NO MÍNIMO 06 HORAS.	TEMOLAR	un	25,0000	R$19,9000	R$ 497,50
24	27390	GARRAFA TÉRMICA 5 L	TEMOLAR	un	24,0000	R$29,9900	R$ 719,76
25	27391	GUARDANAPO DE PAPEL NO TAMANHO 50 X 31 CM, TAMANHO PEQUENO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	MILI	PC 50 FL	240,0000	R$0,9900	R$ 237,60
26	27399	LIMPA ALUMINIO PRODUTO LÍQUIDO PARA LIMPEZA DE ALUMÍNIO, EMBALAGEM PLÁSTICO DE 500 ML, COM TAMPA DOSADORA. COMPOSIÇÃO: TENSO ATIVA NÃO TÓXICO, BIODEGRADÁVEL, SABÃO COADJUVANTE, CORANTE, ÁGUA, GLICERINA E ÁCIDO SULFÔNICO	EPORT	FR 0,500ML	521,0000	R$1,5900	R$ 828,39
27	27400	LIMPADOR MULTIUSO PARA LIMPEZA PESADA, IDEAL PARA LIMPEZA DE GRANDES SUPERFÍCIES (LAVÁVEIS) COMO PISOS E AZULEJOS DE COZINHAS E BANHEIROS. EMBALAGEM COM 500 ML.	UAV	FR 500 ML	392,0000	R$3,5000	R$ 1.372,00
28	27402	LIXEIRA EM PLASTICO GRANDE COM TAMPA, RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS.	SÃO MATEUS	un	37,0000	R$7,9900	R$ 295,63
29	27403	LIXEIRA EM PLASTICO MÉDIA COM TAMPA, RESISTENTE.	SÃO MATEUS	un	53,0000	R$8,9900	R$ 476,47
30	27404	LIXEIRA EM PLASTICO PEQUENA COM TAMPA, RESISTENTE.	SÃO MATEUS	un	38,0000	R$7,9900	R$ 303,62
31	27401	LIXEIRO EM PLASTICO RESISTENTE, COM PEDAL, DE 7 LITROS.	SÃO MATEUS	un	7,0000	R$7,4900	R$ 52,43
32	27405	LUSTRA MOVEIS, CREMOSO, FRASCO DE MATERIAL RESISTENTE COM 200 ML	BRAVO	un	36,0000	R$3,7500	R$ 135,00
33	5638	MASCARA TRIPLA C/50 ELASTICA	PLASTIC	CX 50 UN	42,0000	R$0,9900	R$ 41,58
34	27408	PA PARA LIXO DE PLASTICO COM CABO DOBRÁVEL PARA FACILITAR O ARMAZENAMENTO DO LIXO; POSSUI APOIO PARA FIRMAR A PÁ COM O PÉ, DEIXANDO AS DUAS MÃOS LIVRES PARA O MANUSEIO DA VASSOURA DE CABO GRANDE.	CONDOR	un	34,0000	R$4,4900	R$ 152,66
35	27407	PA PARA LIXO DE PLASTICO COM CABO DOBRÁVEL PARA FACILITAR O ARMAZENAMENTO DO LIXO; POSSUI APOIO PARA FIRMAR A PÁ COM O PÉ, DEIXANDO AS DUAS MÃOS LIVRES PARA O MANUSEIO DA VASSOURA.	CONDOR	un	38,0000	R$2,9900	R$ 113,62
36	27411	PANELA DE ALUMINIO DE 10 LTS	PICOLI	un	3,0000	R$55,9900	R$ 167,97
37	27409	PAPEL ALUMINIO, ROLO DE 30 CM X 7,5M. PARA EMBALAGEM E PREPARO DE ALIMENTOS. ALUMÍNIO RECICLÁVEL E NÃO PERECÍVEL.	WLDA	un	70,0000	R$3,7500	R$ 262,50
38	27416	PARES DE LUVA COMUM	WISH	un	136,0000	R$2,9900	R$ 406,64
39	27417	PARES DE LUVA DE BORRACHA CANO LONGO, TAMANHOS DIVERSOS.	WISH	un	112,0000	R$3,9900	R$ 446,88
40	27418	PARES DE LUVA DE COURO CANO LONGO TA,ANHOS DIVERSOS	WISH	un	3,0000	R$4,4900	R$ 13,47
41	27423	PILHA ALCALINA 3 A (PALITO)	RAYOVAK	CRTL4UND	186,0000	R$4,9900	R$ 928,14
42	27422	PILHA ALCALINA C (MÉDIA)	RAYOVAK	un	25,0000	R$4,9900	R$ 124,75
43	27420	PILHA ALCALINA D (GRANDE)	DURACELL	un	73,0000	R$4,9900	R$ 364,27
44	27425	PRATOS DESCARTÁVEIS EM POLIESTIRENO GRANDE. PACOTE COM 10 UNIDADES. TAMANHO MÍNIMO; 21 CM DE DIÂMETRO.	COPOZAN	PCT10UND	465,0000	R$2,1500	R$ 999,75
45	27427	RASTELO GRANDE DE GRAMPO 16 DENTES COM CABO DE MADEIRA.	AGUIA BRANCA	un	54,0000	R$10,0000	R$ 540,00
46	27429	REMOVEDOR DE SUJEIRAS, 5 LITROS	PERFECT	GL 5 L	212,0000	R$19,4900	R$ 4.131,88
47	27435	SABONETE LIQUIDO COMUM COM HIDRATANTE 500 ML	PALMOLIVE	un	197,0000	R$8,4900	R$ 1.672,53
48	27437	SACO DE FIBRA DE LIMPEZA EM GERAL	VALBENE	un	264,0000	R$3,8500	R$ 1.016,40
49	27440	SACO PARA LIXO DE USO DOMESTICO, DE POLIETILENO COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS NA COR PRETA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 05 UNIDA-	CARLITOS	PACOTE5UND	718,0000	R$3,2400	R$ 2.326,32

		DES. O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT.					
50	27441	SACOLA PLASTICA 35X45 CM DE 1 KL	PLASMEL	un	96,0000	R$13,6900	R$ 1.314,24
51	27442	SODA CAUSTICA, (COMUM) CONCENTRACAO DE 99% (NAOH), EMBALAGENS DE 1 KG CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS.	SOLDA BEL	un	40,0000	R$14,9000	R$ 596,00
52	27446	VASSOURA PARA LIMPEZA DE PISOS DIVERSOS, CORREDORES E PÁTIOS EM GERAL, CERDAS MACIAS DE NYLON, BASE EM POLIPROPILENO, FIXAÇÃO DO CABO COM SISTEMA DE ROSCA, CABO DE MADEIRA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 120 CM	CONDOR	un	80,0000	R$8,8500	R$ 708,00
53	27445	VASSOURA PARA VASCULHAR TETO, CABO DE MADEIRA.	CONDOR	un	43,0000	R$9,9900	R$ 429,57
54	27448	XICARA DE CHA COM PIRES DE PORCELANA	ASTRAL	un	51,0000	R$2,9900	R$ 152,49
55	33720	DESINFETANTE - AGENTE DESINFETANTE QUE ELIMINA GERMES E BACTERIAS,ALQUIL BENZENO, SULFONATO DE SODIO 2L	EPORT	FR 2 L	1138,0000	R$3,9900	R$ 4.540,62
56	33730	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 200 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 115CM X 0,12MM, NA COR PRETA, PESANDO APROXIMADAMENTE 800 GRAMAS	CARLITOS	PACOTE5UND	125,0000	R$4,3900	R$ 548,75
57	33978	PAPEL FILME - EM PVC ESTIRAVEL, TRANSPARENTE, CLORETO DE POLIVINILA, LARGURA 28CM, COMPRIMENTO 30M.	BORTA	un	24,0000	R$3,5000	R$ 84,00
58	33982	NAFITALINA, CLORETO DE BENZALCONIO E ESSENCIA DE EUCALIPTO, EM CAIXA COM 50G	ZAELI	un	4,0000	R$1,2500	R$ 5,00
59	34119	LIXEIRA EM PLASTICO GRANDE COM TAMPA, RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS.	SÃO MATEUS	un	33,0000	R$9,9900	R$ 329,67
60	34123	PARES DE LUVAS DESCARTAVEIS - 100% LATEX NATURAL, ESTERIL, DESCARTAVEL, LUBRIFICADA COM MATERIAL HIPOALERGICO E INODORO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICA, AMBIDESTRA, BOA ELASTICIDADE EMBALADA AOS PARES, RESISTENTE A TRACAO, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, UNIFORME SEM FALHAS.	WISH	CX 50 PAR	18,0000	R$2,4500	R$ 44,10
61	34125	PILHA ALCALINA 12 WOLTS A23	RAYOVAK	un	74,0000	R$4,9900	R$ 369,26
62	34132	SABAO EM PO, PARA LIMPEZA EM GERAL, CAIXA COM 800 GRAMA.	TIXAN	un	844,0000	R$6,1500	R$ 5.190,60
63	34133	TOUCA DESCARTAVEL - CONFECCIONADA EM FIBRA SINTÉTICA,DESCARTÁVEL, FORMATO ANATOMICO, COM TOTAL CAPACIDADE DE VENTILACAO, COM RESISTENCIA.	TAUGE	PACOTE	21,0000	R$6,6400	R$ 139,44
64	34135	TOALHA DE ROSTO - TOALHA DE ROSTO - MEDINDO (50X70) CM, NAS CORES VARIADAS, COMPOSTO POR NO MINIMO 90% DE ALGODAO	SANTISPI	un	142,0000	R$3,9800	R$ 565,16
65	34136	TOALHA DE BANHO - 90% ALGODAO E 10% POLIESTER, MEDINDO 70X1,40CM, NAS CORES VARIADAS.	SANTISPI	un	12,0000	R$19,8500	R$ 238,20
66	34137	LENCOL BRANCO COMUM DE SOLTEIRO	CASA	un	68,0000	R$20,3300	R$ 1.382,44
67	34153	CANECAS - DE ALUMINIO, COM CAPACIDADE PARA 3 LT, COM ALCA REFORCADA	UNITERN	un	19,0000	R$3,4500	R$ 65,55
68	34218	LA DE ACO - BIODEGRADÁVEL, SEM PERFUME, EMBALAGEM COM PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 60 (SESSENTA) GRAMAS. PACOTE COM 08 UNIDADES	BOMBRIL	PC 8 UN	112,0000	R$1,2500	R$ 140,00
69	34221	ISOPOR 5 LT ESPESSURA 3CM	ISOESTE	un	7,0000	R$7,6500	R$ 53,55
70	34222	ISOPOR GRANDE 17 LT	ISOESTE	un	5,0000	R$19,2500	R$ 96,25
71	34223	ISOPOR MEDIO 7 LT	ISOESTE	un	7,0000	R$10,4900	R$ 73,43

Valor Total: R$ 54.536,12 (cinquenta e quatro mil e quinhentos e trinta e seis reais e doze centavos)

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de limpeza deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de limpeza fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de limpeza nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante. **6.5**. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de limpeza, e a emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de limpeza, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de limpeza, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE LIMPEZA, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças

serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro)

colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10. 520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 002/2022**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Santo Afonso/MT, 26 de abril de 2022

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

NEIVA SCARPATT MERCADO-ME

CNPJ: 30.867.045/0001-29

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2022

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 002/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **JOSEFA VIEIRA DA SILVA** , devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.119.768/0001-01, estabelecida à Rua dos tucanos, nº 173 , Bairro: Gleba União, CEP: 78.425-000, Santo Afonso-MT, representada neste ato por sua proprietária , Sra. Josefa Vieira da Silva , brasileira , casada, comerciante, residente à Rua dos tucanos, nº 173 , Bairro: Gleba União, CEP: 78.425-000, Santo Afonso-MT, portador da Cédula de Identidade n. 740772 SSP/MT e CPF n. 487.665.001-25, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 002/2022 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.** conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 002/2022,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de limpeza, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 002/2022** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: JOSEFA VIEIRA DA SILVA

Nome: JOSEFA VIEIRA DA SILVA **CNPJ:** 40.119.768/0001-01 **Inscrição Estadual: 13.847.910-0 Endereço:** Rua Tucanos, nº 173, bairro Gleba União **Cidade/Estado: Santo Afonso-MT CEP:** 78.425-000 **Telefones: (65) 3343-1289 E-mail: senarafaela@hotmail.com Representante Legal:**Josefa Vieira da Silva **RG:** 740772-SSP/MT **CPF:** 487.665.001-25

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

	Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	27373	COPO PLASTICO DESCARTAVEL COM CAPACIDADE PARA 50 ML, EM POLIPROPILENO (PP) EMBALAGEM EM TIRAS COM 100 UNIDADES. PRODUZIDOS EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT.		PACOTE	680,0000	R$2,3500	R$ 1.598,00
2	27410	PANO DE PRATO: PANO DE COPA EM TECIDO 100% ALGODÃO SACO ALVEJADO MEDINDO 66X40CM.		un	267,0000	R$4,1900	R$ 1.118,73
3	27415	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, FOLHAS DUPLAS DE ALTA QUALIDADE. 100% CELULOSE FIBRA VIRGEM, MEDINDO: LARGURA 22,5CM, COMPRIMENTO: 20,5 CM, EMBALADO EM PACOTE COM 025 ROLOS.		un	190,0000	R$3,8900	R$ 739,10
4	27424	PRATO DE VIDRO FUNDO		un	7,0000	R$4,8900	R$ 34,23
5	27434	SABONETE COMUM COM 90 GRAMAS, COM FRAGRÂNCIA VARIADAS, PERFUMADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.		un	161,0000	R$1,1900	R$ 191,59
6	27436	SACO DE PANO DE CHAO ALVEJADO		un	191,0000	R$5,8900	R$ 1.124,99
7	27447	VASSOURA PIACAVA.		un	21,0000	R$11,9800	R$ 251,58
8	33670	SABAO EM BARRA - TIPO GLICERINADO NEUTRO MULTIUSO, EM BARRA DE 200 GRAMAS, DE 1º QUALIDADE. COMPOSICAO: SEBO BOVINO, HIDROXIO DE SODIO, GLICERINA, BRANQUEADOR OPTICO, AGUA, CARGAS, SEQUESTRANTES E CORANTES. EMBALAGEM DE PLASTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.		PACOTE5UND	320,0000	R$1,8900	R$ 604,80
9	33687	ALCOOL ETILICO A 70% - CONCENTRACAO/DOSAGEM A 70%, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, INDICACAO DE USO: ANTISSEPTICO, DESINFETANTE		BB 5 L	248,0000	R$8,9900	R$ 2.229,52
10	34126	PILHA ALCALINA 2A PEQUENA POCOTE C/04.		CRTL4UND	115,0000	R$1,7900	R$ 205,85
11	34139	ESCOVAO COM BUCHA PARA LIMPEZA DE AZULEIJOS		un	75,0000	R$2,9800	R$ 223,50

Valor Total: R$ 8.321,89 (Oito mil e trezentos e vinte um reais e oitenta nove centavos)

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de limpeza deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de limpeza fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de limpeza nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante. **6.5**. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de limpeza, e a emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o “CONTRATANTE”. **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao “CONTRATANTE”, rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de limpeza, os responsáveis da “CONTRATADA” deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo “CONTRATANTE”. **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de limpeza, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela

Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE LIMPEZA, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças

serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 002/2022**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos,

que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Santo Afonso/MT, 26 de abril de 2022

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

JOSEFA VIEIRA DA SILVA

CNPJ: 40.119.768/0001-01

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 020/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DO PROJETO MUSICAL

SOCIAL SOM + EU COM ÊNFASE EM AULA DE VIOLÃO E BATERIA, REALIZANDO

ATENDIMENTOS AOS ALUNOS DO SCFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E

FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS OFERTADOS NO CRAS – CENTRO DE

REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE SANTO AFONSO – MT.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: ÀS 08:00 HORAS, DO DIA 06/05/2022.

EDITAL COMPLETO: MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, § 3º DA LEI 14.133/2021

INTERESSADA: FERDINANDO DE JESUS

SANTO AFONSO – MT, 02 DE MAIO DE 2022.

Roseane Dias da Silva

Setor de Licitações e contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/2022

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 002/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/ nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI** , devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.610.106/0001-11, estabelecida à Rua Deputado Murilo Domingos, Bairro Centro, nº 505, Santo Afonso/MT representada neste ato pelo seu proprietário, Sr. Enilton Antônio Tavares, residente à Rua Padre Anchieta , nº 465, Bairro Centro, Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade n. 14564521 SSP/MT e CPF n. 959.192.011-34, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 002/2022 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.** conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 002/2022,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de limpeza, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 002/2022** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI

Nome: SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI **CNPJ:** 14.610.106/0001-11 **Inscrição Estadual: 13.579.684-9 Endereço:** Rua Deputado Murilo Domingos, Bairro Centro, nº 505 **Cidade/Estado: Santo Afonso-MT CEP:** 78.425-000 **Telefones: (65) 3312-1137 (65) 98472-6611 E-mail: Representante Legal:**Enilton Antônio Tavares **RG:** 14564521 SSP/MT **CPF:** 959.192.011-34

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

	Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	27354	AGUA SANITARIA 5 LITRO: PRODUTO PARA LIMPEZA A BASE DE HIPOCLORITO DE ODIO E AGUA, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,00% P/P E 2,5% P/P. PRODUTO BIODEGRADAVEL, BACTERICIDA E GERMICIDA. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR: ROTULO INDICANDO DATA DE VALIDADE, DAD	EPORT	FR 5 L	809,0000	R$11,4500	R$ 9.263,05
2	27358	AVENTAL DE PROTEÇÃO DE PLÁSTICO, SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO PLÁSTICO TIPO VINIL SEM FORRO, MODELO FRONTAL, ILHOSES AFIXADOS, TIRANTES NA CINTURA E NOS OMBROS PARA AJUSTES.	6,99	un	103,0000	R$6,9900	R$ 719,97
3	27359	BACIA EM MATERIAL DE PLÁSTICO RESISTENTE, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 LITROS.	ARQPLAST	un	35,0000	R$9,9900	R$ 349,65
4	27360	BALDE EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA EM METAL OU PLÁSTICO RESISTENTE, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 LITROS.	ARQPLAST	un	87,0000	R$8,9500	R$ 778,65
5	27365	CAIXA TÉRMICA 32 LITROS COM ESTRUTURA INTERNA E EXTERNA INJETADAS, TAMPA SOPRADA E ISOLAMENTO.	SOPRANO	un	3,0000	R$61,0000	R$ 183,00
6	27369	COADOR DE PANO PARA CAFE, TAMANHO GRANDE Nº 14.	GUAPEX	un	121,0000	R$2,1400	R$ 258,94
7	6432	COPO PLASTICO DESCARTAVEL COM CAPACIDADE PARA 180 ML, EM POLIPROPILENO (PP) EMBALAGEM EM TIRAS COM 100 UNIDADES. PRODUZIDOS EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT.	MINIPLAST	PC 100 UN	1850,0000	R$4,4900	R$ 8.306,50
8	27375	COTONETES ATOXICOS, FLEXIVEIS E INQUEBRAVEIS, COM 100 % ALGODAO, CAIXA COM 75 UNIDADES.	COTTON	CX75UND	104,0000	R$1,9500	R$ 202,80
9	27380	ESCOVA DE LAVAR ROUPAS: ESCOVA PARA LIMPEZA COM CERDAS FLEXIVEIS, LEVE DE USAR, COM CABO PARA MANIPULAÇÃO, TENDO COMO DIMENSÕES APROXIMADAMENTE DE 9,5 X 4,5 X 2,5 CM.	CONDOR	un	74,0000	R$1,9900	R$ 147,26
10	6541	GARFO DESCARTAVEIS C/50 UNIDADE	PRAFESTA	PC 50 UN	65,0000	R$2,4500	R$ 159,25
11	27395	ISQUEIRO CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, DIMENSÕES 7,5 CM, PESO APROXIMADAMENTE DE 10 GRAMAS, COM ACENDEDOR, GÁS EMBUTIDO, DESCARTÁVEL.	BIC	un	81,0000	R$2,9800	R$ 241,38
12	27426	PRENDEDOR DE ROUPA: RESISTENTE, EM MADEIRA. EMBALAGEM: PLÁSTICA CONTENDO 12 UNIDADES.	PARANA	DUZIA	125,0000	R$1,7500	R$ 218,75
13	27438	SACO PARA LIXO DE USO DOMESTICO, DE POLIETILENO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS NA COR PRETA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 UNIDADES. O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT.	PLUMA	PCT10UND	581,0000	R$2,3000	R$ 1.336,30
14	27439	SACO PARA LIXO DE USO DOMESTICO, DE POLIETILENO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS NA COR PRETA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 UNIDADES. O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT.	PLUMA	PCT10UND	572,0000	R$2,8500	R$ 1.630,20
15	27444	VASSOURA DE PELO BASE.	SAO PEDRO	un	27,0000	R$7,8500	R$ 211,95
16	33723	INSETICIDA DOMESTICO - AEROSOL, BAIXA TOXIDADE, COM SOLVENTE A BASE DE AGUA, SEM CFC, SBP	BUZZOF	un	90,0000	R$7,4900	R$ 674,10
17	33974	BOTA DE BORRACHA - EM PVC, INTERIOR FORRADO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO, NA COR BRANCA,TAMANHO VARIADOS	VULCABRAS	PAR	57,0000	R$29,9000	R$ 1.704,30
18	34121	PAPEL TOALHA, PACOTE COM 2 ROLOS DE 50MT CADA, NA COR BRANCA.	KLASS	PACOTE2RL	482,0000	R$3,8000	R$ 1.831,60
19	34127	PULVERIZADOR DE ALCOOL LIQUIDO - EM PLASTICO, PARA CAPACIDADE PARA 500ML, EM COM BICO EM PLASTICO	PALISAD	un	70,0000	R$8,9900	R$ 629,30
20	34134	SAPATO DE PROTECAO - POLIURETANO, 33 A 49, HIGIENE	CRIVAL	PAR	16,0000	R$63,5000	R$ 1.016,00
21	34219	RECARGA DE GÁS P13 (13KL)	LIQUIGAS	un	400,0000	R$119,9900	R$ 47.996,00

Valor Total: R$ 77.858,95 (Setenta e sete mil e oitocentos e cinquenta oito reais e noventa cinco centavos)

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de limpeza deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de limpeza fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de limpeza nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante. **6.5**. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de limpeza, e a emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de limpeza, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de limpeza, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE

LIMPEZA, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 002/2022**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Santo Afonso/MT, 26 de abril de 2022

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI

devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.610.106/0001-11

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 024/2022

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 004/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 27 dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **G.C FIGUEIREDO – ME ,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 86.739.737/0001-46, estabelecida à Rua Nort, n° 1021, Bairro Vila Nova, Arenápolis – MT, representada neste ato pelo seu proprietário, Sr. Gilson Cesar Figueiredo, residente à Av. Papa Paulo VI, S/N° - Vila Nova, Município de Arenápolis/MT, portador da Cédula de Identidade n.0658323-7 SSP/MT e CPF n. 458.261.701-82 , chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 004/2022 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE , E DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.** conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 004/2022,** com fundamento nas Leis n**º** 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de limpeza, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 004/2022** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: G.C FIGUEIREDO – ME

Nome:G.C FIGUEIREDO – ME CNPJ: 86.739.737/0001-46 **Inscrição Estadual: 13.151.470-9 Endereço:** Rua Nort, n° 1021, Bairro Vila Nova **Cidade/Estado: Arenapolis-MT CEP:** 78.420-000 **Telefones: (65) 3343-1171 E-mail: Representante Legal:**Gilson Cesar Figueiredo, residente à Av. Papa Paulo VI, S/N° - Vila Nova **RG:** 0658323-7 SSP/MT **CPF:** 458.261.701-82

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

	Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	27459	ALFINETE COM CABECA 50GRS Nº 24 CAIXA COM 100 UNIDADES	JOCAR OFFICE	CX 100 UN	20,0000	R$4,9000	R$ 98,00
2	27460	ALMOFADA PARA CARIMBO NA COR AZUL E PRETA COMPOSICAO DA TINTA: AGUA, CORANTES ORGANICOS, GLICOL E CONSERVANTES. COMPOSICAO DO ESTOJO: FLANDRES, RESINA TERMOPLASTICA, TECIDO DE ALGODAO E FELTRO, NAO CONTEM ALCOOL.	MASTERPRINT	un	30,0000	R$3,9500	R$ 118,50
3	27462	APAGADOR PARA QUADRO NEGRO COM PORTA GIZ	STALO	un	24,0000	R$4,5000	R$ 108,00
4	27463	APONTADOR PARA LAPIS, MANUAL, EM METAL COM UM FURO CONICO, LAMINA DE ACO INOXIDAVEL, SEM DEFORMACOES, AFIADA, FIXADA POR PARAFUSO	TRIS	CX 12 UN	57,0000	R$16,0000	R$ 912,00
5	27474	BOLAS DE ISOPOR GRANDE	ECO	un	99,0000	R$3,1000	R$ 306,90
6	27475	BOLAS DE ISOPOR MEDIA	ECO	un	270,0000	R$1,5000	R$ 405,00
7	27479	BOMBA PARA ENCHER BOLA	PENALTY	un	16,0000	R$16,9000	R$ 270,40
8	27482	CADERNO DE CAPA DURA, 200MM X 275, UMA MATERIA, 96 FLS.	CREDEAL	un	514,0000	R$5,7500	R$ 2.955,50
9	27483	CADERNO PEQUENO SEM ARAME, FLEXIVEL – 96 FOLHAS, PAUTADO	CREDEAL	un	34,0000	R$2,3000	R$ 78,20
10	27484	CADERNOS 10 MATERIAS, CAPA DURA, 200 FOLHAS, 200MM X 275 M.	CREDEAL	un	24,0000	R$9,9500	R$ 238,80
11	27487	CAIXA ARQUIVO MORTO DE PLASTICOS	POLIBRAS	un	225,0000	R$4,9500	R$ 1.113,75
12	27488	CAIXA ARQUIVO MORTO, DE PAPELAO	POLIBRAS	un	365,0000	R$3,0000	R$ 1.095,00
13	27492	CANETA MARCA TEXTO, NAS CORES VARIADAS TIPO FLUORESCENTE	MASTERPRINT	CX 12 UN	51,0000	R$10,5000	R$ 535,50
14	27494	CANETAS CORRETIVA CONTEM SOLVENTES ALIFATICOS E PIGMENTOS, PONTA METALICA 8 ML	MASTERPRINT	un	70,0000	R$2,5000	R$ 175,00
15	27495	CANETINHAS HIDROGRAFICAS, TINTA LAVAVEL, TAMPA VENTILAVEL, PONTA RESISTENTE, NAO TOXICA. COMPOSICAO: RESINAS TEMOPLASTICAS, CORANTES ORGANICOS, SOLVENTES. PACOTE COM 12 UNIDADES	LÉO LÉO	CX 12 UN	362,0000	R$3,7500	R$ 1.357,50
16	27498	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP DESKJET 3635 Nº664 ORIGINAL OU COMPATIVEL	MASTERPRINT	un	10,0000	R$76,0000	R$ 760,00
17	27510	CLIPE PARA PAPEL, EM METAL GALVANIZADO, NUMERA 4/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CHAPARRAU	CX 50 UN	79,0000	R$1,8500	R$ 146,15
18	27509	CLIPE PARA PAPEL, EM METAL GALVANIZADO, NUMERO 2/0, CAIXA COM 100 UNIDADES	CHAPARRAU	CX 100 UN	85,0000	R$1,8500	R$ 157,25
19	27507	CLIPE PARA PAPEL, EM METAL GALVANIZADO, NUMERO 3/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CHAPARRAU	CX 50 UN	81,0000	R$1,8500	R$ 149,85
20	27513	COLA BRANCA, 1 KG, LAVAVEL NAO TOXICA, SEGURANCA INMETRO	KOALA	FR 1 KG	61,0000	R$8,9000	R$ 542,90
21	27515	COLA BRANCA, LIQUIDA A BASE DE PVA, DISPERSA EM SOLUCAO AQUOSA, COM PLASTIFICANTES, PARA COLAGEM DE PAPEL, PAPELAO E MATERIAIS POROSOS EM GERAL, QUE TENHA COMO RESULTADO EM UMA PELICULA TRANSPARENTE, DE ALTA RESISTENCIA E SECAGEM RAPIDA, LAVAVEL, AT	KOALA	CX 12 UN	64,0000	R$20,0000	R$ 1.280,00
22	27517	COLA PARA ISOPOR 40 G CAIXA COM 12 UNIDADES	ACRILEX	CX 12 UN	30,0000	R$22,0000	R$ 660,00
23	27523	ENVELOPE 160 X 240, 75 G, SACO OURO CAIXA COM 250 UNID	SCRITY	CX250UND	63,0000	R$39,9000	R$ 2.513,70
24	27524	ENVELOPE 200 X 280 MM, 75G, SACO OURO CAIXA COM 250 UNID.	SCRITY	CX250UND	57,0000	R$49,9000	R$ 2.844,30
25	27525	ENVELOPE 229MM X 324 MM, 80G, SACO OURO CAIXA COM 250 UNID.	SCRITY	CX250UND	57,0000	R$59,9000	R$ 3.414,30
26	27527	EXTRATOR DE GRAMPOS ESPATULA, FEITO COM METAL INOX.	MASTERPRINT	un	29,0000	R$1,7000	R$ 49,30
27	27532	FITA DUPLA FACE ,LINEAR DE PROTEÇÃO SILICONIZADA, SUPORTE DE POLIPROPILENO E ADESIVO ACRILICO A BASE DE AGUA , ADESIVOP NÃO REMOVIVEL . 12MM X 30 M	ALDEBRAS	un	117,0000	R$3,4500	R$ 403,65
28	27534	FITAS ADESIVAS, COR TRANSPARENTE, ROLO COM APROXIMADAMENTE 12 MM X 40 M, FILME DE POLIPROPILENO, ADESIVO ACRILICO.	3M	un	190,0000	R$0,9500	R$ 180,50
29	27535	FITAS ADESIVAS, COR TRANSPARENTE, ROLO COM APROXIMADAMENTE 48 MM X 45 M. FILME DE POLIPROPILENO, ADESIVO ACRILICO.	3M	un	214,0000	R$3,8500	R$ 823,90
30	27536	FITILHO DE PLASTICO CORES A DISPOSICAO	RAIO DE SOL	RL 50 M	85,0000	R$1,7500	R$ 148,75
31	27541	GIZ DE CERA, TAMANHO PEQUENO, CORES VARIADAS, EM CAIXA COM 12 UNIDADES	LEO LEO	un	190,0000	R$2,6500	R$ 503,50
32	27542	GIZ ESCOLAR BRANCO CAIXA COM 50 PALITOS	DELTA	CX 50 UN	80,0000	R$2,9000	R$ 232,00
33	27543	GIZ ESCOLAR COLORIDO CAIXA COM 50 PALITOS	DELTA	CX 50 UN	80,0000	R$3,5000	R$ 280,00
34	27547	GRAMPEADOR PARA PAPEL, EM METAL, MANUAL, DIMENSOES APROXIMADAS: 19 X 4 CM, PARA GRAMPOS 26/6	MASTERPRINT	un	59,0000	R$17,0000	R$ 1.003,00
35	27549	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 26/6, CAIXA COM 5000 UNIDADES	MASTERPRINT	CX 5000 UN	67,0000	R$4,7000	R$ 314,90
36	27553	ISOPOR 5 MM, ALTURA 1 METRO, COMPRIMENTO, 50 CM	ECO	un	65,0000	R$1,7500	R$ 113,75
37	27555	LAPIS DE COR, CORES FORTES E VIBRANTES COMPOSICAO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA. CAIXA COM 12 CORES	VMP	CX 12 UN	400,0000	R$2,9500	R$ 1.180,00

38	27557	LAPISEIRA 0.9 MM	LEO LEO	un	12,0000	R$3,5000	R$ 42,00
39	27558	LIVRO ATA CAPA PRETA PLASTIFICADA 100 FOLHAS	TILIBRA	un	26,0000	R$7,5000	R$ 195,00
40	27559	LIVRO PONTO 4 ASSINATURAS 100 FLS	TILIBRA	un	10,0000	R$12,0000	R$ 120,00
41	27560	LIVRO PONTO, FORMATO, 153 X 216 MM, 160 FOLHAS	TILIBRA	un	12,0000	R$9,5000	R$ 114,00
42	27564	PALITO DE PICOLE COM PONTA REDONDA	THEOTO	PC 100 UN	180,0000	R$3,4000	R$ 612,00
43	27565	PALITO TIPO CHURRASCO 25 CM	THEOTO	CX 100 UN	60,0000	R$4,8000	R$ 288,00
44	27567	PAPEL CAMURCA FLS 65CM X45CM	SISTEM	un	770,0000	R$0,6500	R$ 500,50
45	27568	PAPEL CARTAO CORES A DISPOSICAO	VMP	un	860,0000	R$0,9800	R$ 842,80
46	27569	PAPEL CONTACTIL, COR TRANSPARENTE, 25 M	COLACRIL	RL 25 M	16,0000	R$64,0000	R$ 1.024,00
47	27574	PAPEL MICROONDULADO CORES A DISPOSICAO	VMP	un	800,0000	R$1,3500	R$ 1.080,00
48	27576	PAPEL PARANA 100 GRS	VMP	un	90,0000	R$5,0000	R$ 450,00
49	4511	PAPEL PARDO BOBINA	SÃO CARLOS	BOBINA	9,0000	R$49,9000	R$ 449,10
50	27577	PAPEL SEDA CORES A DISPOSICAO	VMP	un	1910,0000	R$0,2700	R$ 515,70
51	27578	PAPEL VERGE A4 C/50FLS	SISTEM	un	130,0000	R$11,0000	R$ 1.430,00
52	27579	PASTA CATALOGO NA COR PRETA, COM 50 PLASTICOS.	DAC	un	44,0000	R$12,0000	R$ 528,00
53	27580	PASTA DE DEDOS, PARA MANUSEAR PAPEIS, NAO TOXICO, PESO LIQUIDO 12 G. COMPOSICAO: GLICOIS, ACIDO GRAXO E ESSENCIA.	BRW	un	22,0000	R$2,5000	R$ 55,00
54	27581	PASTA DE PLASTICO COM ELASTICO TRANSPARENTE COM ABAS E ELASTICO LOMBO. 2 CM, FORMATO 335X245 MM. TAMANHO MEDIA	POLIBRAS	un	196,0000	R$3,1500	R$ 617,40
55	27582	PASTA DE PLASTICO COM ELASTICO TRANSPARENTE COM ABAS E ELASTICO LOMBO. 4 CM, FORMATO TAMANHO GRANDE	POLIBRAS	un	100,0000	R$4,2500	R$ 425,00
56	27583	PASTA GRAMPO TRILHO, FINA EM PLASTICO TRANSPARENTE.	DAC	un	100,0000	R$1,8000	R$ 180,00
57	27584	PASTA REGISTRADOR AZ OFICIO LOMBO LARGO TIGRADA USUAL CAIXA COM 20 PASTAS	FRAMA	CX 20 UN	19,0000	R$225,0000	R$ 4.275,00
58	27585	PASTA SUSPENSA FINO, CADA PASTA ACOMPANHA: 01 VISOR, 01 ETIQUETA, 01 GRAMPO PLASTICO E 02 HASTES PLASTICAS. NA COR PARDA	DELLO	un	420,0000	R$1,9500	R$ 819,00
59	27586	PEN DRIVE 16 GB DT101	MAXPRINT	un	16,0000	R$20,9000	R$ 334,40
60	27589	PERCEVEJO CAIXA COM 100 UNIDADES	BRW	CX 100 UN	26,0000	R$1,7500	R$ 45,50
61	27592	PERFURADOR, PERFURA ATE 100 FOLHAS - CORPO DE ACO- BASE DE BORRACHA- NAO TOXICO	MASTERPRINT	un	4,0000	R$78,0000	R$ 312,00
62	27593	PERFURADOR, PERFURA ATE 40 FOLHAS - CORPO DE ACO- BASE DE BO	MASTERPRINT	un	11,0000	R$38,0000	R$ 418,00
63	27594	PINCEL ATOMICO PONTA FINA, CORES A DISPOSICAO CAIXA COM 12 UNIDADES	BRW	CX 12 UN	42,0000	R$15,9000	R$ 667,80
64	27595	PINCEL CHATO N° 0 AMARELO	TIGRE	un	75,0000	R$1,0500	R$ 78,75
65	27596	PINCEL CHATO N° 04 AMARELO	TIGRE	un	75,0000	R$1,1000	R$ 82,50
66	27597	PINCEL CHATO N° 06 AMARELO	TIGRE	un	75,0000	R$1,1500	R$ 86,25
67	27598	PINCEL CHATO N° 14 AMARELO	TIGRE	un	75,0000	R$1,4500	R$ 108,75
68	27599	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, CORES A DISPOSICAO CAIXA COM 12 UNIDADES	BRW	CX 12 UN	42,0000	R$15,9000	R$ 667,80
69	27600	PINCEL PARA QUADRO BRANCO CORES A DISPOSICAO CAIXA COM 12 UNIDADES	BRW	CX 12 UN	33,0000	R$17,0000	R$ 561,00
70	27605	PORTA CANETA DE PLASTICO	WALEU	un	16,0000	R$4,6500	R$ 74,40
71	27607	BASE DE ALCOOL,	BRW	un	38,0000	R$4,9500	R$ 188,10
		CORANTES, RESINAS,					
		SOLVENTES E ADITIVOS NAS					
		CORES: AZUL, VERMELHO,					
		VERDE E PRETO 40ML					
72	27611	REGUA DE MADEIRA DE 01 METRO	STALO	un	24,0000	R$8,3000	R$ 199,20
		REGUA EM POLIESTIRENO					
73	27609	TRANSPARENTE, LARGURA 25 MM, ESPESSURA 01 MM, 30	ACRIMET	un	256,0000	R$0,6500	R$ 166,40
		CM					
74	27614	TESOURA DE PICOTAR	JOCAR OFFICE	un	14,0000	R$5,4000	R$ 75,60
		TESOURA ESCOLAR DE AÇO					
75	27615	INOX 13 cm, SEM PONTA- PRODUTO NACIONAL COM CABO DE PLÁSTICO. CAIXA C/	JOCAR OFFICE	un	4,0000	R$49,0000	R$ 196,00

		36					
76	27618	TINTA GUACHE 15ML CAIXA COM 6 UNIDADES	LEO LEO	CX 6 UN	110,0000	R$2,9900	R$ 328,90
77	27619	TINTA GUACHE 500 ML CORES A DISPOSICAO	LEO LEO	un	220,0000	R$4,4500	R$ 979,00
78	27620	TINTA PARA TECIDO 37 ML CAIXA COM 12 POTES	ACRILEX	CX 12 UN	70,0000	R$28,0000	R$ 1.960,00
		TONER Nº CE285A -					
79	27625	IMPRESSORA HP LASER JET M1132 ORIGINAL E	MASTERPRINT	un	68,0000	R$32,0000	R$ 2.176,00
		COMPATÍVEL					
80	34031	ALFINETE COM CABECA	ACC	CX 50 G	16,0000	R$3,9500	R$ 63,20
81	34038	CADERNO GRANDE CAPA DURA 96FL P/ DESENHO	CREDEAL	un	400,0000	R$5,9500	R$ 2.380,00
		CADERNO BROCHURA COM					
		96 FLS - CADERNO CAPA					
82	34039	DURA, UNIVERSITARIO, CAPA	CREDEAL	un	160,0000	R$1,9800	R$ 316,80
		SIMPLES, PESANDO 90G/M2,					
		PESANDO 56G/M2, 1 MATERIA					
		CADERNO DE CALIGRAFIA -					
		CADERNO DE CALIGRAFIA -					
		GRAMPEADO,MEDINDO (140X					
83	34040	200)MM,COM CAPA COLORIDA, PESANDO	CREDEAL	un	190,0000	R$0,8800	R$ 167,20
		90G/M2,COM 40					
		FOLHAS,PESANDO					
		56G/M2,VIGENTE					
		CADERNO DE 12 MATERIAS					
		CAPA DURA, TAMANHO					
84	34041	200X275 MM, 144 FOLHAS	CREDEAL	un	50,0000	R$11,4500	R$ 572,50
		PAUTADAS, PAPEL					
		APERGAMINHADO, 56 GR.					
85	34042	CAPA PARA ENCADERNACAO - DE PVC, A4	LASSANE	un	1000,0000	R$0,4700	R$ 470,00
		CAPAS PARA					
86	34043	ENCADERNACAO (FRENTE E	LASSANE	un	100,0000	R$0,7500	R$ 75,00
		VERSO)					
87	34044	CALCULADORA GRANDE	CLASSE	un	2,0000	R$19,0000	R$ 38,00
88	34045	CALCULADORA MEDIA	CLASSE	un	10,0000	R$12,5000	R$ 125,00
		COLA DE SILICONE FRIA -					
		PARA COLAR MATERIAIS EM					
89	34054	PLASTICO, VIDRO E ALUMINIO,DEVENDO SER	JOCCAR OFICE	un	30,0000	R$34,9000	R$ 1.047,00
		FORNECIDO EM TUBO DE					
		280GR, CAIXA COM 12 UNID.					
		COLA GLITTER ALTO RELEVO					
90	34055	- CAIXA C/12UNID, EM EMBALAGEM APROPRIADA DE	ACRILEX	CX 12 UN	65,0000	R$11,0000	R$ 715,00
91	34057	COLA TEKBOND ENSTANTANEA 1/2/3	TEKBOND	un	60,0000	R$5,9500	R$ 357,00
92	34065	DUREX LARGO - FITA ADESIVA - POLIPROPILENO, MEDINDO 12MMX30M, NA COR INCOLOR, DUREX	3M	un	35,0000	R$3,4500	R$ 120,75
93	34067	ELASTICO - CONFECCIONADO EM ELASTICO - ESPESSURAS DIFERENTES.	SÃO JOSE	un	35,0000	R$3,1500	R$ 110,25
94	34070	ESPIRAIS CRISTAL P/ ENCADERNACAO	ENCAPLAST	un	1100,0000	R$0,4800	R$ 528,00
95	34078	PLASTICO COLORIDO PARA MESA, ROLO	PRIME	un	8,0000	R$21,0000	R$ 168,00
96	34081	FOLHA DE PAPEL ALMACO COM PAUTA E MARGEM, NA COR BRANCA, PACOTE COM 400FLS.	CREDEAL	CX400UND	8,0000	R$34,9000	R$ 279,20
97	34084	FORMAS PARA CORTA E.V.A - TAMANHOS DIFERENTES.	LEOART	un	20,0000	R$10,9000	R$ 218,00
98	34086	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 106/8, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CHAPARRAL	CX 5000 UN	19,0000	R$15,0000	R$ 285,00
99	34090	TINTA EM SPRAY - TIPO ESMALTE SINTETICO, NAS CORES VARIADAS	KALA	un	65,0000	R$14,5000	R$ 942,50
100	34093	MASSA DE MODELAR CAIXA PEQUENA - EM BASTAO, CORES DIVERSAS, ACONDICIONADA EM CAIXA COM 180 GRAMAS	LELO LEO	CX 12 UN	150,0000	R$2,4500	R$ 367,50
101	34095	MARCADOR DE PAGINAS - TIPO ADESIVO REPOSICIONAVEIS,MEDINDO (25,00 X 43,00)MM,COM 50 FLAGS, CORES DIVERSAS	BRW	PC 20 FL	22,0000	R$2,8500	R$ 62,70
102	34104	KIT MAUSE TECLADO SEM FIO 2,4 GHZ	MAX PRINT	un	10,0000	R$89,9000	R$ 899,00
103	34106	PAPEL - COLOR SET, FORMATO A4, COLORIDO	VMP	un	1100,0000	R$0,7800	R$ 858,00

104	34110	PASTA DE PLASTICO FINA COM ELASTICO	DAC	un	550,0000	R$2,4300	R$ 1.336,50
105	34256	BARBANTE N° 6/KG, ROLO.	EUROROMA	un	22,0000	R$7,9000	R$ 173,80
106	34259	PLASTICO TRANSPARENTE PARA MESA, ROLO	PRIME	un	8,0000	R$24,0000	R$ 192,00
107	34292	CLIPE PARA PAPEL, EM METAL GALVANIZADO, NUMERA 6/0, CAIXA COM 25 UNIDADES	CHAPARRAU	CX 25 UN	79,0000	R$1,9500	R$ 154,05
108	34293	CLIPE PARA PAPEL, EM METAL GALVANIZADO, NUMERA 8/0, CAIXA COM 25 UNIDADES	CHAPARRAU	CX 25 UN	57,0000	R$1,7500	R$ 99,75
109	34294	FOLHA DE ISOPOR FINO (10mm)	ECO	un	160,0000	R$2,9500	R$ 472,00
110	34295	FOLHA DE ISOPOR GROSSO (40mm)	ECO	un	160,0000	R$10,2000	R$ 1.632,00
111	34296	FOLHA DE ISOPOR MEDIO (25mm)	ECO	un	190,0000	R$6,5500	R$ 1.244,50

Valor Total: R$ 68.208,80 (sessenta e oito mil e duzentos e oito reais e oitenta centavos)

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de limpeza deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de limpeza fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante. **6.5**. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de limpeza, e a emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o “CONTRATANTE”. **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao “CONTRATANTE”, rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de limpeza, os responsáveis da “CONTRATADA” deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo “CONTRATANTE”. **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de limpeza, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 004/2022**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/MT, 27 de abril de 2022

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

G.C FIGUEIREDO – ME

CNPJ 86.739.737/0001-46

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

EXTRATO DE CONTRATO 048/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2022

OBJETO CONTRATUAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI

CNPJ: 14.610.106/0001-11

ASSINATURA: 26/04/2022

VENCIMENTO: 26/04/2023

VALOR TOTAL: R$ 77.858,95 (Setenta e sete mil e oitocentos e cinquenta oito reais e noventa cinco centavos)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 049/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2022

OBJETO CONTRATUAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: NEIVA SCARPATT MERCADO-ME

CNPJ: 30.867.045/0001-29

ASSINATURA: 26/04/2022

VENCIMENTO: 26/04/2023

VALOR TOTAL: R$ 54.536,12 (cinquenta e quatro mil e quinhentos e trinta e seis reais e doze centavos

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 025/2022

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 004/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 27 dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/ nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **NEUZA DE FATIMA BARBOSA ME ,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.814.411/0001-95, estabelecida à Av. Sebastião Jacinto, n° 214, Bairro Centro, Santo Afonso – MT, representada neste ato por sua proprietária, Sra. Neuza de Fatima Barbosa, residente à Av. Sebastião Jacinto, n° 214, Bairro Centro, Santo Afonso – MT, portador da Cédula de Identidade n.1541415-9 SSP/MT e CPF n. 522.461.401-53 , chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 004/2022 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE , E DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.** conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 004/2022,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de limpeza, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 004/2022** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: NEUZA DE FATIMA BARBOSA ME

Nome:NEUZA DE FATIMA BARBOSA CNPJ: 09.814.411/0001-95 **Inscrição Estadual:13.357.853-4 Endereço:** , residente à Av. Sebastião Jacinto, n° 214, Bairro Centro **Cidade/Estado: Santo Afonso-MT CEP:** 78.425-000 **Telefones: (65) 3343-1289 / (65) 98411-3134 E-mail: nailtonpaes@uol.com.br Representante Legal:** Neuza de Fatima Barbosa **RG:** 1541415-9 SSP/MT **CPF:** 522.461.401-53

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

	Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	27461	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	RADEX	un	30,0000	R$4,4900	R$ 134,70
2	27464	BALAO CANUDO, CORES A DISPOSICAO 50X1	PIC PIC	PC 100 UN	113,0000	R$8,4000	R$ 949,20
3	27650	BALAO LISO Nº7 CORES A DISPOSICAO	PIC PIC	PC 100 UN	248,0000	R$5,4000	R$ 1. 339,20

4	9981	BAMBOLE	PENTAGOL	un	90,0000	R$2,4800	R$ 223,20
5	27468	BASTAO DE COLA QUENTE SILICONE TRANSPARENTE FINA	VMP	PC 1 KG	46,0000	R$29,9000	R$ 1.375,40
6	27469	BASTAO DE COLA QUENTE SILICONE TRANSPARENTE GROSSA	VMP	PC 1 KG	52,0000	R$29,9000	R$ 1.554,80
7	27476	BOLAS DE ISOPOR PEQUENA	STYROFORM	un	670,0000	R$0,1900	R$ 127,30
8	27496	CARTOLINAS FORMATO: 50 X 66 CM, CORES SORTIDAS.	VMP	un	750,0000	R$0,5900	R$ 442,50
9	27499	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP DESKJET 3635 Nº664 XL ORIGINAL OU COMPATIVEL	MASTER PRINTE	un	10,0000	R$79,9000	R$ 799,00
10	27518	CORRETIVO LIQUIDO A BASE D` AGUA 18 ML ATOXICO CAIXA COM 12 UNIDADES	MAXI	CX 12 UN	9,0000	R$18,0000	R$ 162,00
11	27522	E.V.A CORES A DISPOSICAO	VMP	un	1470,0000	R$1,6500	R$ 2.425,50
12	27545	GRAMPEADOR GALVANIZADO, 106/8	BRW	un	5,0000	R$19,4800	R$ 97,40
13	27556	LAPIS PARA ESCRITA, PRETO, MALEAVEL, APONTADO, FORMATO CILINDRICO OU SEXTAVADO, GRAFITE RESISTENTE, COM DUREZA HB, Nº 2, CORPO DO LAPIS CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO, SENDO UTILIZADO NO MINIMO 40% DE MATERIAL RECICLADO POS- CONSUMO. DIMENSOES ACEITAV	BRW	CX 50 UN	56,0000	R$16,5000	R$ 924,00
14	27566	PAPEL A4 210 X 297 MM, 500 FOLHAS 75 G/M² CAIXA COM 10 UNIDADES	SLIM	CX 10 UN	166,0000	R$188,0000	R$ 31.208,00
15	7635	PAPEL MANTEIGA	VMP	un	90,0000	R$0,5000	R$ 45,00
16	27601	PISTOLA APLICADORA COLA QUENTE FINA	JOCAR	un	45,0000	R$7,4900	R$ 337,05
17	27602	PISTOLA APLICADORA COLA QUENTE GROSSA	JOCAR	un	68,0000	R$14,0000	R$ 952,00
18	27616	TESOURA MEDIA DE METAL, CABO PLASTICO EMBORRACHADO COM FORMATO ANATOMICO. MAIS CONFORTO E SEGURANCA 19 CM	BRW	un	41,0000	R$3,9900	R$ 163,59
19	27621	TNT 50 METROS CORES A DISPOSICAO	SANTA FE	RL 50 M	51,0000	R$79,0000	R$ 4.029,00
20	27622	TONER HP LASERJET P1102W ORIGINAL OU COMPATIVEL	MASTER PRINTE	un	15,0000	R$29,9000	R$ 448,50
21	27623	TONER Nº 283 A- IMPRESSORA HP LASERJET MFP M125 A ORIGINAL E COMPATIVEL	MASTER PRINTE	un	10,0000	R$30,5000	R$ 305,00
22	27627	TONER Nº MFC 8480 DN - - IMPRESSORA BROTHER ORIGINAL E COMPATIVEL	MASTER PRINTE	un	35,0000	R$39,9000	R$ 1.396,50
23	27629	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET 1018 ORIGINAL OU COMPATIVEL	MASTER PRINTE	un	10,0000	R$33,9000	R$ 339,00
24	27630	TONER PARA IMPRESSORA LASERJET M1212NF MFP	MASTER PRINTE	un	14,0000	R$33,9000	R$ 474,60
25	27631	TONER PARA IMPRESSORA SANSUMG ML 2165 ORIGINAL OU COMPATIVEL	MASTER PRINTE	un	14,0000	R$46,8000	R$ 655,20
26	34032	ALFINETE SEM CABECA	BRW	CX 50 G	16,0000	R$3,9900	R$ 63,84
27	34035	BALAO METALICO N° 7	PIC PIC	PC 100 UN	65,0000	R$9,7000	R$ 630,50
28	34048	CANETA GEL DOURADA OURO / PRATA C/CRIP	LYKE	un	12,0000	R$6,8800	R$ 82,56
29	34049	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - BROTHER TONER TN-1060	MASTER PRINTE	un	20,0000	R$23,9500	R$ 479,00
30	34058	TONER P/HP LASERJET PRO MFP M426 DW	MASTER PRINTE	un	20,0000	R$39,0000	R$ 780,00
31	34059	CORTADOR DE ISOPOR - ELETRICO, MEDINDO 30 X 20 CM APROXIMADAMENTE, COM CAPACIDADE DE CORTE DE= 5 FOLHAS APROXIMADAMENTE, PARA FUNCIONAR EM 110V	STYROFORM	un	4,0000	R$148,0000	R$ 592,00
32	34063	CHAVEIRO - PLASTICO, ARGOLA, ETIQUETA	WALEU	PC 100 UN	4,0000	R$21,9500	R$ 87,80
33	34071	E.V.A COM GLITER	VMP	un	750,0000	R$3,4500	R$ 2.587,50
34	34092	LAPIS PRETO GROSSO (ED. ESPECIAL) CAIXA 50 UNIDADE	LEO E LEO	CX 50 UN	130,0000	R$1,1400	R$ 148,20
35	34097	MARCADOR - DE QUADRO BRANCO BOARD MASTER C/ REFIL	LEO E LEO	un	26,0000	R$3,9800	R$ 103,48
36	34102	LINHA - 100% ALGODAO,TUBO PARA COSTURA EM OVERLOQUE,NA CORES DIFERENTES ,PARA COSTURA.	SÃO JOSÉ	m	48,0000	R$1,9900	R$ 95,52
37	34107	PAPEL - ADESIVO FOTOGRAFICO, CAIXA COM 50 FOLHAS	MASTER PRINTE	RESMA	119,0000	R$24,9000	R$ 2.963,10
38	34108	PAPEL FOTOGRAFICO CAIXA COM 50 FOLHAS	MASTER PRINTE	CX 50 UN	76,0000	R$15,7500	R$ 1.197,00
39	34109	PAPEL - LINHO, FORMATO A4, 220G/M2, NA COR BRANCA	MASTER PRINTE	RESMA	20,0000	R$12,5000	R$ 250,00
40	34257	COLA BASTAO CAIXA C/12	BRW	un	37,0000	R$13,5000	R$ 499,50
41	34258	LASTEX - CHATO 4MM N? 6. LARGURA APROX.: 4MM COMPRIMENTO: 100 METROS COMPOSICAO: 69% POLIESTER E 31% LASTEX ELASTICOS DE ALTA RESIST? NCIA E DURABILIDADE PARA CONFECCAO E ARTESANATO.	SÃO JOSÉ	RL 50 M	12,0000	R$1,2900	R$ 15,48
42	34260	TONER P/ BROTHER HL5340D, CONJUNTO	MASTER PRINTE	un	10,0000	R$54,9000	R$ 549,00
43	34265	BLOCO DE PAPEL PARA ANOTACOES - BLOCO PARA ANOTACOES,COM 50 FOLHAS,PAPEL 75G,MEDINDO (7,5 X 7,5)CM,IMPRESSAO 4X0 CORES, AUTO ADESIVO.	LEO E LEO	un	20,0000	R$4,9800	R$ 99,60

Valor Total: R$ 62.131,72 (sessenta e um mil e cento e trinta um reais e setenta e dois centavos)

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de limpeza deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de limpeza fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante. **6.5**. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de limpeza, e a emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de limpeza, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de limpeza, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 004/2022**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos,

que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/MT, 27 de abril de 2022

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

NEUZA DE FATIMA BARBOSA ME

CNPJ 09.814.411/0001-95

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

EXTRATO DE CONTRATO 050/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2022

OBJETO CONTRATUAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: JOSEFA VIEIRA DA SILVA

CNPJ: 40.119.768/0001-01

ASSINATURA: 26/04/2022

VENCIMENTO: 26/04/2023

VALOR TOTAL: R$ 8.321,89 (Oito mil e trezentos e vinte um reais e oitenta nove centavos)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 026/2022

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 004/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 27 dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério

da Fazenda sob o n.022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI ,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 26.148.070/0001-85, estabelecida à Rua Comandante Costa, n° 14, Bairro Centro- Sul, Várzea Grande – MT, representada neste ato pelo seu representante legal, Sr. Davi Antônio Neto, residente à Rua Capitão Costa, n° 11, Bairro Centro Sul, Várzea Grande – MT, portador da Cédula de Identidade n.5375680 SPTC/GO e CPF n. 551.557.315-34 , chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 004/2022 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE , E DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.** conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 004/2022,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de limpeza, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 004/2022** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

Nome:MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI CNPJ: 26.148.070/0001-85 **Inscrição Estadual: 13.648.990-7 Endereço:** Rua Comandante Costa, n° 14, Bairro Centro- Sul **Cidade/Estado:** Várzea Grande – MT **CEP:** 78.125-499 **Telefones: (65) 3023-4606 / (65) 9290-7878 E-mail: Representante Legal:** Davi Antônio Neton **RG:** 5375680 SPTC/GO **CPF:** 551.557.315-34

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

	Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	27457	AGENDA PARA ANOTACOES	TAMOIO	un	2,0000	R$9,9800	R$ 19,96
2	27480	BORRACHA PARA LAPIS, COR BRANCA, SEM CORANTE, MACIA, CAPACIDADE PARA APAGAR ESCRITAS SEM MANCHAS NO PAPEL, DIMENSOES 31 X 22 X 05 MM CAIXA	RED BOR	CX 50 UN	27,0000	R$7,8000	R$ 210,60
3	27516	COLA BRANCA,ODOR CARACTERISTICO E MEDIA VISCOSIDADE, QUE APOS SECO APRESENTA UMA PELICULA TRANSPARENTE /1KG. COMPOSICAO: EMULSAO AQUOSA A BASE DE ACETATO DE POLIVINILA (PVA)	PIRA	FR 1 KG	42,0000	R$9,0000	R$ 378,00
4	27570	PAPEL CREPOM CORES A DISPOSICAO	VMP	un	350,0000	R$0,8500	R$ 297,50
5	27587	PEN DRIVE 32 GB DT101	MULTILASER	un	14,0000	R$36,0000	R$ 504,00
6	14433	PRANCHETA 320MM X 220MM	STALO	un	5,0000	R$4,0000	R$ 20,00
7	34046	CANETA ESFEROGRAFICA, TINTA COR PRETA, AZUL E VERMELHA , PONTA MEDIA, CORPO EM PLASTICO TRANSPARENTE COM 01 ORIFICIO PARA VENTILACAO, TAMPAS ENCAIXADAS SOB PRESSAO, CARGA FIXADA EM PONTA RIGIDA COM CALCO, ESFERA DE TUNGSTENIO, TRACO UNIFORME, SEM FALHAS OU EXCESSO DE TINTA CAIXA COM 50 UNIDADES.	INJEXPEN	CX 50 UN	32,0000	R$20,0000	R$ 640,00
8	34079	QUADRO BRANCO TAMANHO GRANDE MOLDURA DE MADEIRA	GUEDES	un	14,0000	R$149,9000	R$ 2.098,60
9	34261	LACOS PRONTOS CORES DIVERSAS 12X240MM, PACOTE	VMP	un	15,0000	R$4,0000	R$ 60,00
10	34264	CARTOLINAS LAMINADAS	VMP	un	700,0000	R$1,2000	R$ 840,00

Valor Total: R$ 5.068,66 (Cinco mil e sessenta oito reais e sessenta e seis centavos)

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de limpeza deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de limpeza fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante. **6.5**. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de limpeza, e a emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de limpeza, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de limpeza, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 004/2022**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos,

que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/MT, 27 de abril de 2022

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

CNPJ 26.148.070/0001-85

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

EXTRATO DE CONTRATO 052/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2022

OBJETO CONTRATUAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE, E DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: G.C FIGUEIREDO-ME

CNPJ: 86.739.737/0001-46

ASSINATURA: 27/04/2022

VENCIMENTO: 27/04/2023

VALOR TOTAL: 68.208,80 (Sessenta e oito mil e duzentos e oito reais e oitenta centavos)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 511 DE 03 DE MAIO DE 2022

Cria verba indenizatória para desempenho de atividade delegada, nos termos que especifica, aos Policiais Militares e Corpo de Bombeiros que exercerem atividade no âmbito Municipal por meio de termo de cooperação celebrado entre o município de Santo Afonso e a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

Art. 1º – Fica criada verba indenizatória para desempenho de atividade delegada, nos termos especificados nesta lei, a ser mensalmente paga conforme escala de trabalho apresentanda mensalmente, aos integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro, que exercerão atividade de segurança delegada no Município de Santo Afonso nos moldes do Termo de Cooperação celebrado com o Estado de Mato Grosso através da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

§ 1º. A verba indenizatória para desempenho da atividade delegada de que trata o caput deste artigo tem como objetivo reembolsar despesas de alimentação durante o desempenho da atividade, deslocamento, manutenção do fardamento e ainda, gastos necessários à manutenção da boa apresentação pessoal exigida para o fiel cumprimento da atividade em questão.

§ 2º. O pagamento da verba indenizatória para desempenho de atividade delegada conforme descrito no art. 1º ocorrerá na forma e valores abaixo discriminados e não poderá ser paga ao servidor público estadual que já estiver no cumprimento da sua carga horária de trabalho exigida pela SESP – Secretaria Estadual de Segurança Pública:

I **-** Aos Subtenentes e Sargentos: R$ 28 (vinte e oito reais) por hora trabalhada nos dias de semana e R$ 30,00 (trinta reais) por hora trabalhada nos dias de final de semana e feriados, limitado a 8 (oito) horas/dia e 90 (noventa) horas/mês conforme especifica; II **-** Aos Cabos e Soldados: R$ 27,00 (vinte e sete reais) por hora trabalhada nos dias de semana e R$

29,00 (vinte e nove reais) por hora trabalhada nos dias de final de semana e feriados, limitado a 8 (oito) horas/dia e 90 (noventa) horas/mês conforme especifica;

§ 3º. A verba indenizatória deverá ser paga diretamente via transferência bancária ao servidor público estadual em conta corrente individual indicada pelo mesmo com destinação específica ao disposto na referida lei, mediante apresentação da escala de trabalho assinada e carimbara pelo supervisor de grau maior do referido batalhão à qual o servidor se encontra lotado;

Art. 2º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2022 e subsequentes, suplementadas se necessário;

PARAGRAFO ÚNICO– Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA;

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a decidir sobre os dias que os referidos servidores estaduais executarão sua jornada de trabalho através da atividade delegada, podendo ser solicitados para: Reforço da segurança pública rotineiro, em eventos, palestras, execução de cursos de qualificação, treinamento de equipes públicas e implantação de projetos sociais para ações no município de Santo Afonso.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Santo Afonso/MT, aos 03 dias do mês de Maio do ano de 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO- MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA N.º 001/2022

AVISO DE LICITAÇÃO **CONCORRENCIA N.º 001/2022** PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2022A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leverger - MT, através da sua Presidente da CPL e membros, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade CONCORRENCIA 001/2022, objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, conforme Projeto Básico e demais Anexo deste Edital, que dele fazem parte integrante, independente de sua transcrição.A sessão será realizada às **09h00min do dia 26 de julho de 2022**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br*.Santo Antonio do Leverger – MT,18 de Abril de 2022.Lidiane Batista de Rezende Presidente CPL Portaria 037/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 004/2022

Ato de homologação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2022

OBJETO: Registros de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço em torno, solda e hidráulica, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste e suas secretarias.

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/1993 e 10.520/2002, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

H. A. FIGUEIRA - ME, CNPJ: 10.954.176/0001-36, vencedora com o valor **total de R$ 1.022.375,00 (um milhão vinte e dois mil trezentos e setenta e cinco reais).**

ITEM	COD.TCE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
01	00058145	Serviços Técnicos Especializados em Torno geral para Veículos leves	HORA	500	R$ 202,25	R$ 101.125,00
02	228212-7	Serviços Técnicos Especializados em Torno geral para Veículos pesados tipo caminhões, ônibus e van	HORA	500	R$ 227,25	R$ 113.625,00
03	00034561	Serviços Técnicos Especializados em Torno geral para maquinas pesadas	HORA	500	R$ 227,25	R$ 113.625,00
04	00058145	Serviços Técnicos Especializados em Solda Geral para Veículos leves	HORA	500	R$ 193,67	R$ 96.835,00
05	228212-7	Serviços Técnicos Especializados em Solda Geral para Veículos pesados tipo caminhões, ônibus e van	HORA	500	R$ 243,33	R$ 121.665,00
06	00034561	Serviços Técnicos Especializados em Solda Geral para maquinas pesadas	HORA	500	R$ 243,33	R$ 121.665,00
07	293404-3	Serviços Técnicos Especializados em hidráulica Geral para Veículos leves	HORA	500	R$ 213,67	R$ 106.835,00
08	00024401	Serviços Técnicos Especializados em hidráulica Geral para Veículos pesados tipo caminhões, ônibus e van	HORA	500	R$ 247,00	R$ 123.500,00
09	00036571	Serviços Técnicos Especializados em hidráulica Geral para maquinas pesadas	HORA	500	R$ 247,00	R$ 123.500,00

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de maio de 2022.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

- PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº 193/2022 DE: 03 DE MAIO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º -CONCEDER LICENÇA sem vencimentos, a pedido, da servidora pública efetiva Srª **CLAUDILENE OLIVEIRA SANTOS**, em 03/05/2022, por 03 (três) anos, do Cargo de PROFESSORA, conforme Lei Municipal nº 762/2020.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE MAIO DE 2022.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 194/2022 DE: 03 DE MAIO DE 2022

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **SELMA DE FÁTIMA MARIANO SIQUEIRA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) efetivo (a) **SELMA DE FÁTIMA MARIANO SIQUEIRA,** em 03/05/2022 a 01/06/2022, com período aquisitivo de 15/04/2021 a 14/04/2022, com retorno as suas atividades em 02 de Junho de 2022.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE MAIO DE 2022

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

JURÍDICO
LEI N° 889/2022

LEI N° 889/2022

DE: 03 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, no orçamento corrente, e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, com a criação de novos elementos de despesa e Projetos/ Atividades às peças orçamentárias correntes no valor de **R$ 2.110.129,93** (**dois milhões, cento e dez mil e cento e vinte e nove reais e noventa e três centavos**), que passa a viger com a seguinte dotação/fichas orçamentária:

ORGÃO – 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

UNIDADE – 01 – Gabinete Secretaria Municipal de Educação e Cultura

FUNÇÃO – 12 – Educação

Subfunação – 361 – Ensino Fundamental

PROGRAMA – 5007 – Gestão Educação e Cultura

PROJETO –– 1169 – Reforma e Construção de Quadra Poli esportiva na Escola

Estadual Vanderlei Cecatto.

ELEMNTO DE DES. – 44.90.51 Obras e Instalações

Fonte – 571 - Estado (excesso) ----------R$ 2. 029.177,44

Fonte – 500 – Município Supevit ex. 2021----------R$ 80. 952,49

TOTAL R$ 2.110.129,93

Art. 2º - O Crédito aberto no artigo anterior será suportado e coberto com recursos de **SUPERAVIT FINANCEIRO** apurado no Balanço do exercício anterior, a partir das Fontes acima verificadas totalizando R$ 2.110.129,93 (dois milhões, cento e dez mil e cento e vinte e nove reais e noventa e três centavos).

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE MAIO DE 2022.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

JURÍDICO
DECRETO Nº 024/2022

DECRETO Nº 024/2022

DE: 03 DE MAIO DE 2.022.

“CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para o Fortalecimento do SUS no município,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental (doravante **1ª CMSM**), a ser realizada, presencialmente, no dia 05 de maio de 2022 (quinta-feira), tendo como tema central: “**A Política de Saúde Mental como Direito: Pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços da atenção psicossocial no SUS**”.

Artigo 2º - A 1ª CMSM tem comoeixo principal: “*Fortalecer e garantir Políticas Públicas: o SUS, o cuidado de saúde mental em liberdade e o respeito aos Direitos Humanos”,* que será dividido em quatro subeixos, sendo: 1) Cuidado em Liberdade como Garantia de Direito à Cidadania; 2) Gestão, financiamento, formação e participação social na garantia de serviços de saúde mental; 3) Política de saúde mental e os princípios do SUS: Universalidade, Integralidade e Equidade; 4) Impactos na saúde mental da população e os desafios para o cuidado psicossocial durante e pós-pandemia.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM 03 DE MAIO DE 2.022.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2022

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, no valor de R$ 14. 122,50 (catorze mil cento e vinte e dois reais e cinqüenta centavos), tendo como objeto a **Aquisição de materiais para o centro de reabilitação e fisioterapia, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de: **FERROEQUIPA EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS LTDA – CNPJ: 40.817.943/0001-26,** com sede na Rua Altamiro Guimarães nº 384, centro, Icara, SC, CEP: 88.820-000 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 03 de maio de 2022.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

Ato de homologação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Produtos Alimentícios para merenda escolar no intuito de atender a demanda dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de educação.

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/1993 e 10.520/2002, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

MONTORO CARVALHO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ: 37.674.131/0001-64, vencedor dos itens nº 1,3,4,5,12,13,14,15,16,19,20,22,25,26,27,28,31,32,33,35,39,40,41,42,43, 44,45,46,47,48,50,51,52,53,54,55,57,58,59,60,61,62,63,64,66,67,68,69,7 0,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,88,89,90,91,92,93,95, 97,98,102,03 com o valor total de **R$ 1.057.709,80 (um milhão, cinqüenta e sete mil, setecentos e nove reais e oitenta centavos).**

ALLIANÇA COMERCIO DE ARTIGOS PARA FESTAS EIRELI, CNPJ: 14.264.433/0001-69, vencedor dos itens nº 2,7,8,9,10,11,17,18,21,23,29,30,34,36,38,49 com o valor total de **R$87. 480,70**(oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais e setenta centavos).

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de maio de 2022.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

- PREFEITO MUNICIPAL-

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Produtos Alimentícios para merenda escolar no intuito de atender a demanda dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de educação.

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, na conformidade do Art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, adjudica o objeto licitado a;

MONTORO CARVALHO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ: 37.674.131/0001-64, vencedor dos itens nº 1,3,4,5,12,13,14,15,16,19,20,22,25,26,27,28,31,32,33,35,39,40,41,42,43, 44,45,46,47,48,50,51,52,53,54,55,57,58,59,60,61,62,63,64,66,67,68,69,7 0,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,88,89,90,91,92,93,95, 97,98,102,03 com o valor total de **R$ 1.057.709,80 (um milhão, cinqüenta e sete mil, setecentos e nove reais e oitenta centavos).**

ALLIANÇA COMERCIO DE ARTIGOS PARA FESTAS EIRELI, CNPJ: 14.264.433/0001-69, vencedor dos itens nº 2,7,8,9,10,11,17,18,21,23,29,30,34,36,38,49 com o valor total de **R$87. 480,70**(oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais e setenta centavos).

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de maio de 2022.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 004/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2022

OBJETO: Registros de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço em torno, solda e hidráulica, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste e suas secretarias.

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, na conformidade do Art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, adjudica o objeto licitado a;

H. A. FIGUEIRA - ME, CNPJ: 10.954.176/0001-36, vencedora com o valor total de **R$ 1.022.375,00** (um milhão vinte e dois mil trezentos e setenta e cinco reais).

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
01	00058145	Serviços Técnicos Especializados em Torno geral para Veículos leves	HORA	500	R$ 202,25	R$ 101.125,00
02	228212-7	Serviços Técnicos Especializados em Torno geral para Veículos pesados tipo caminhões, ônibus e van	HORA	500	R$ 227,25	R$ 113.625,00
03	00034561	Serviços Técnicos Especializados em Torno geral para maquinas pesadas	HORA	500	R$ 227,25	R$ 113.625,00
04	00058145	Serviços Técnicos Especializados em Solda Geral para Veículos leves	HORA	500	R$ 193,67	R$ 96.835,00
05	228212-7	Serviços Técnicos Especializados em Solda Geral para Veículos pesados tipo caminhões, ônibus e van	HORA	500	R$ 243,33	R$ 121.665,00
06	00034561	Serviços Técnicos Especializados em Solda Geral para maquinas pesadas	HORA	500	R$ 243,33	R$ 121.665,00
07	293404-3	Serviços Técnicos Especializados em hidráulica Geral para Veículos leves	HORA	500	R$ 213,67	R$ 106.835,00
08	00024401	Serviços Técnicos Especializados em hidráulica Geral para Veículos pesados tipo caminhões, ônibus e van	HORA	500	R$ 247,00	R$ 123.500,00
09	00036571	Serviços Técnicos Especializados em hidráulica Geral para maquinas pesadas	HORA	500	R$ 247,00	R$ 123.500,00

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de maio de 2022.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022.

Acha-se aberta a Licitação abaixo descrita:

TOMADA DE PREÇO N° 004/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2022.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com base na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, o aviso de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022** do tipo Menor Preço, a critério de julgamento Menor Preço Global, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MELHORIA, EFICIENTIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE RUAS E AVENIDAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA – MT**, "Conforme Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitário, Edital e Minuta de Contrato em Anexo".Recebimento dos envelopes: **09h00min (horário de Brasília), dia 19/05/2022**, local prédio da Prefeitura Municipal, situado na Av. Araguaia, 248, Centro. Os envelopes referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS serão recebidos pelo Presidente da Comissão de Licitação marcado para o dia, hora e endereço mencionado. O Edital e seus anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado junto a Divisão de Licitação ou pelo **site: saofelixdoaraguaia.mt.gov.br** ou ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.com;** Ou pelo fone (66) 3522-1606; ramal 35.

São Félix do Araguaia - MT em 03 de maio de 2022.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
SEGUNDO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO REFERENCIA: PROCESSO LICITATÓRIO N. º 003/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. º 001/2020 CONTRATO N. º 05/2020

SEGUNDO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Referencia:

Processo Licitatório n. º 003/2020

Pregão Eletrônico SRP n. º 001/2020

Contrato n. º 05/2020

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**, com sede à Av. Araguaia nº. 248 - Centro, São Félix do Araguaia - MT - Inscrito no CNPJ sob Nº 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, e de outro a empresa **VILSON PEREIRA DOS SANTOS - TRANSPORTE ME, inscrita no CNPJ sob nº10. 677.306/0001-30**, com sede no Sitio Bom Jesus, s/nº, Setor Escolinha, PA Dom Pedro, São Félix do Araguaia - MT representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. **VILSON PEREIRA DOS SANTOS**, portador da carteira de identidade n.º 2435045- SSP/PA e do CPF de n.º 874.104. 431-20, firmam o **SEGUNDO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO N°. 05/2020,** Processo Licitatório de n. ° 03/2020 , Pregão Eletrônico SRP n°. 05/2020**,** nos termos da Lei n°. 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente termo tem como objeto o segundo reequilibro econômico financeiro dos **serviços de Transporte Escolar, linhas adicionais e ônibus reserva, para a rede de Ensino Público da Secretaria de Educação, Desporto, Lazer e Cultura do Município de São Félix do Araguaia - MT .**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILIBRIO

Fica alterado a cláusula primeira do contrato original n. º 05/2020, item 1. 2, conforme o quadro a seguir:

ITEM	ROTAS	VALOR UNITÁRIO POR KM DO PRIMEIRO REEQUILÍBRIO	PERCENTUAL DO PRESENTE REEQUILÍBRIO	VALOR UNITÁRIO POR KM COM O REAJUSTE
01	ônibus reserva com a finalidade de somente quando solicitado para substituir veículo de frota municipal que estiver em manutenção, e somente durante período de manutenção.	R$ 5,2934	10% (dez por cento)	R$ 5,82274
02	rota capão verde: transportar para capão verde - escola Osvaldo borges, transportar para trevo do macaco – escola Sebastião marques, extensões da escola municipal de educação básica de pontinópolis, São Félix do Araguaia – MT.	R$ 4,6949	22% (vinte e dois por cento)	R$ 5,72778
03	rota carnauba: transportar para a escola em carnaúba, extensão da escola municipal de educação básica luiza lira de amorim da vila são sebastião/São Félix do Araguaia - MT.	R$ 4,788	20% (vinte por cento)	R$ 5,7456
06	rota fazenda princesa: transportar para a escola. municipal de educação básica alberto nunes da silveira / espigão do leste /São Félix do Araguaia - MT.	R$ 5,32	10% (dez por cento)	R$ 5,852
09	rota vila são sebastião: transportar para a escola. municipal de educação basica luiza lira de amorim da vila são sebastião - sede, São Félix do Araguaia - MT.	R$ 4,655	23% (vinte e três por cento)	R$ 5,72565

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do presente termo, conforme § único do Art. 61 da lei 8.666/93;

6.2. E, por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo de aditivo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por 2 (duas) testemunhas.

São Félix do Araguaia - MT, 03 de maio de 2022.

PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA- MT JANAILZA TAVEIRA LEITE	**VILSON PEREIRA DOS SANTOS - TRANSPORTE ME** VILSON PEREIRA DOS SANTOS

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE
PORTARIA Nº 482/2022, DE 29/04/2022 - DESIGNAÇÃO DE GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA COMO GESTOR DA USC/SEFAZ, NO ÂMBITO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 493/2019/SEFAZ

PORTARIA Nº 482, DE 29 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a designação do Servidor Público Efetivo no cargo de Fiscal de Tributos, GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA, como Gestor responsável perante a Unidade de Serviços Conveniada da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (USC/SEFAZ-MT), no âmbito do Termo de Cooperação nº 493/2019/SEFAZ.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

I - a assinatura do Termo de Cooperação nº 493/2019/SEFAZ firmado em 13 de janeiro de 2020 entre o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda e o Município de São Félix do Araguaia (MT); e

II - a necessidade de designar servidor efetivo como gestor responsável pela USC/SEFAZ.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público **Gilmar Barreira de Almeida,** efetivo no cargo de Fiscal de Tributos desde 14 de fevereiro de 2008, matrícula funcional nº 881, inscrito no CPF nº 555.127.121-87 e Identidade RG nº 878.155 - SSP-MT, como Gestor da Unidade de Serviços Conveniada da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (USC/SEFAZ-MT).

Art. 2º O servidor ora designado responderá pelas atribuições previstas no Termo de Cooperação nº 493/2019/SEFAZ, firmado em 13 de janeiro de 2020 entre o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda e o Município de São Félix do Araguaia (MT).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), em 29 de abril de 2022.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 210/2022

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 210/2022, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: VALDENIZA RIBEIRO DA SILVA BORGES, Brasileira, Casada, Assistente Social, inscrita no CPF sob o nº 034.531.641-05 e Identidade RG nº 6.279.455 - PC-GO, 2ª Via expedida em 26/03/2018, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Sete, nº 78 - Próximo da Praça das Palmeiras - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 210/2022

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 03/05/2022

VIGÊNCIA: De 04/05/2022 a 04/08/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3.648,51 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos)

FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: CAPS - Centro de Atenção Psicossocial - Secretaria de Saúde

DOTAÇÃO: 05 - Secretaria Municipal de Saúde / 02 - Fundo Municipal de Saúde / 2.054 - Manutenção e Encargos com o Fundo Municipal de Saúde / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PSS Nº 01/2022 - PORTARIA Nº 513/2022, DE 02/05/2022 - NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022 PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES

PORTARIA Nº 513, DE 2 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a designação de membros da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 para Conselheiros Tutelares e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

I - a Lei Complementar Municipal (LCM) nº 118, de 6 de maio de 2019, que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, e dá outras providências."

II - que atualmente o Conselho Tutelar está com apenas 4 (quatro) membros titulares, e não há nenhum candidato suplente, em razão da renúncia de Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes;

III - que, além de um membro titular para posse imediata, há também necessidade de recompor a lista de suplentes, para substituição dos titulares em caso de férias, licenças, renúncias ou outros casos de vacância, em face de nova eleição estar prevista apenas para meados de 2023 e do atual mandato dos Conselheiros terminar apenas em 10 de janeiro de 2024; e

IV - a necessidade de recompor a equipe de Conselheiros Tutelares, posto que o número de membros deve ser igual a 5 (cinco), conforme previsão no art. 132 da Lei Ordinária Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a redação dada pela Lei Ordinária Federal nº 13.824, de 9 de maio de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros constantes do quadro abaixo, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, com vistas à seleção de candidatos a Conselheiros Tutelares, para vaga de Conselheiro Tutelar Titular e Conselheiros Tutelares Suplentes, objetivando atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público:

NOME	Função na Comissão	Cargo no Município	Nível de Escolaridade	Área de Atuação
Thamy Azambuja Almeida	Presidente	Honorífico, como vice-presidente do CMDCA	Superior	Iniciativa Privada – Terceiro Setor
Edilene Silva de Siqueira	Secretária	Psicóloga – Contrato Temporário com o Município	Superior	Saúde
Danilo Schembek Souza	Membro de Apoio	Procurador Jurídico – Servidor Efetivo	Especialização	Procuradoria Jurídica
Junio de Souza Alves	Membro de Apoio	Psicólogo – Servidor Efetivo	Especialização	Assistência Social
Luciana Nasciutti Curado	Membro – Presidente do CMDCA	Psicóloga – Servidora Efetiva	Especialização	Saúde

Art. 2º A Comissão Organizadora terá responsabilidade de cumprir as determinações:

I - da Lei Orgânica Municipal;

II - do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 (PSS nº 01/2022);

III - da Lei Municipal de Contratação Temporária nº 583, de 1º de novembro de 2007 e alterações posteriores;

IV - do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) sobre contratações temporárias e sobre a remessa de documentos ao Sistema APLIC;

V - da Lei Complementar Municipal (LCM) nº 118, de 6 de maio de 2019, que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, e dá outras providências.";

VI - da Lei Ordinária Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a redação dada pela Lei Ordinária Federal nº 13.824, de 9 de maio de 2019;

VII - previstas nas Resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);

VIII - disciplinadas nas Resoluções aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); e

IX - demais legislação sobre contratações temporárias.

Art. 3º A Comissão Organizadora terá as seguintes atribuições:

I - elaborar o edital de abertura do PSS nº 01/2022;

II - providenciar os seguintes documentos para envio ao sistema APLIC, **antes da publicação do edital de abertura do PSS nº 01/2022**, conforme dispõe o item 3.1 do Capítulo III do Manual de Triagem do TCE-MT:

a) justificativa para abertura do processo seletivo simplificado e autorização da autoridade competente;

b) cópia da publicação do resultado do certame licitatório ou dispensa/inexigibilidade que originou a contratação da empresa responsável pela realização do processo seletivo simplificado, ou declaração assinada pela Presidente da Comissão Organizadora, de que o certame está sendo realizado pela própria Prefeitura, nos termos do Anexo XLV do Manual de triagem;

c) cópia da lei que regulamenta a contração temporária no Município;

d) cópia da lei que autoriza a realização do processo seletivo simplificado;

e) demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a despesa entrará em vigor, bem como nos dois exercícios subsequentes, conforme Anexo XLII do Manual de Triagem;

f) declaração do ordenador de despesa da adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO;

g) comprovante de publicação do ato administrativo que designa a comissão, na Imprensa Oficial;

h) declaração assinada pelo responsável sobre a existência ou não de candidatos remanescentes de certames pretéritos, em validade, bem como sobre a existência ou não de servidores em disponibilidade para a função objeto da contratação;

i) demonstrativo analítico do lotacionograma atualizado, demonstrando somente as vagas a serem preenchidas pelo processo seletivo simplificado, com informação do número de vagas criadas em lei, número de vagas ocupadas e disponíveis, conforme Anexo XLIII do Manual de Triagem;

j) cópia, na íntegra, do edital de abertura do processo seletivo simplificado; e

k) justificativa do não-encaminhamento de documentos, conforme Anexo XLV do Manual de Triagem.

III - Publicar, na íntegra, o edital de abertura do PSS nº 01/2022 no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM, *site* https://diariomunicipal.org/mt/

amm/edicoes/), no *site* do Município, qual seja www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br, no mural da sede da Prefeitura, no mural da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, no mural da sede do Conselho Tutelar;

IV - providenciar os seguintes documentos para envio ao sistema APLIC, **após a publicação do edital de abertura do PSS nº 01/2022 na imprensa oficial (Jornal da AMM)**, conforme dispõe o item 3.1 do Capítulo III do Manual de Triagem do TCE-MT:

a) comprovante da publicação do edital de abertura do processo seletivo simplificado, na Imprensa Oficial; e

b) parecer da unidade de controle interno.

V - encaminhar todos os documentos citados nas alíneas "a" a "k" do Inciso VIII e "a" e "b" do Inciso X para o responsável pelo envio das cargas tempestivas do sistema APLIC, imediatamente após a publicação do edital de abertura do PSS nº 01/2022 no Diário Oficial (Jornal da AMM);

VI - acompanhar para que o responsável pelo sistema APLIC encaminhe a documentação citada no Inciso XV até o 3º dia útil após a publicação do edital de abertura do PSS nº 01/2022 no Diário Oficial (Jornal da AMM);

VII - receber e deliberar sobre os recursos interpostos contra o edital de abertura do PSS nº 01/2022;

VIII - elaborar e publicar no Diário Oficial eventuais editais complementares ao edital de abertura, encaminhando ao responsável pelo sistema APLIC, imediatamente após a publicação, os seguintes documentos, conforme dispõe o item 3.2 do Capítulo III do Manual de Triagem do TCE-MT:

a) cópia do edital complementar; e

b) publicação do edital complementar no Diário Oficial.

IX - acompanhar para que o responsável pelo sistema APLIC encaminhe a documentação citada no Inciso XVIII até o 3º dia útil após a publicação do edital complementar no Diário Oficial;

X - tomar as providências necessárias para o recebimento das inscrições;

XI - imediatamente após o término das inscrições, elaborar o edital de homologação das inscrições, publicando-o no Diário Oficial;

XII - receber e deliberar sobre os recursos impetrados contra o edital de homologação das inscrições expedindo, se for o caso, edital complementar;

XIII - publicar no Diário Oficial o edital complementar de resposta aos recursos contra o edital de homologação das inscrições, reeditando-o já com as alterações, se for o caso;

XIV - elaborar as avaliações (prova objetiva, prova de títulos, entrevista, produção escrita, avaliação psicológica e outras);

XV - imprimir, acondicionar e lacrar os conjuntos de avaliações, de acordo com a distribuição dos candidatos;

XVI - tomar as providências para a aplicação das provas, como:

a) disponibilizar salas de aula suficientes para distribuir os candidatos inscritos;

b) contratar fiscais de sala, coordenadores, fiscais de corredor e outros profissionais;

c) dar ciência ao Ministério Público, à Polícia Militar e à Secretaria Municipal de Saúde sobre os locais, dia e horário de aplicação das provas; e

d) praticar demais atos para o bom andamento do certame.

XVII - publicar no Diário Oficial, no dia útil seguinte à aplicação das provas, o gabarito preliminar das provas objetivas, através de Edital Complementar;

XVIII - receber, deliberar e publicar no Diário Oficial eventuais recursos interpostos contra o gabarito preliminar;

XIX - elaborar e publicar no Diário Oficial edital com retificação do gabarito, se for o caso e, em ato concomitante, publicar no Diário Oficial edital contendo relação de candidatos aprovados e classificados;

XX - receber, deliberar e publicar no Diário Oficial eventuais recursos interpostos contra a relação de candidatos aprovados e classificados;

XXI - responder recursos contra o resultado da Avaliação Psicológica, com publicação no Diário Oficial;

XXII - elaborar o edital do resultado final do PSS nº 01/2022, publicando-o no Diário Oficial e demais locais, para ampla publicidade e transparência;

XXIII - elaborar e publicar no Diário Oficial Decreto de Homologação do Resultado Final do PSS nº 01/2022; e

XXIV - imediatamente após a publicação do Decreto de Homologação do Resultado Final, encaminhar ao responsável pelo sistema APLIC os seguintes documentos, conforme dispõe o item 3.3 do Capítulo III do Manual de Triagem do TCE-MT:

a) cópia do edital de homologação das inscrições;

b) comprovante da publicação do edital de homologação das inscrições na Imprensa Oficial;

c) cópia da decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições;

d) comprovante da publicação da decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições, na Imprensa Oficial;

e) comprovante de publicação da relação dos candidatos aprovados e classificados, destacando as pessoas com necessidades especiais, na Imprensa Oficial;

f) cópia da decisão quanto aos recursos interpostos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados;

g) comprovante da publicação da decisão quanto aos recursos interpostos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados, na Imprensa Oficial;

h) comprovante de residência dos candidatos inscritos tempestivo à data da seleção para Agentes Comunitários de Saúde;

i) cópia do edital de resultado final do processo seletivo simplificado na Imprensa Oficial;

j) comprovante de publicação do resultado final do processo seletivo simplificado na Imprensa Oficial;

k) cópia do ato de homologação (Decreto) do processo seletivo simplificado;

l) comprovante de publicação do ato de homologação (Decreto) do processo seletivo simplificado na Imprensa Oficial; e

m) justificativa do não-encaminhamento de documentos, conforme Anexo XLV do Manual de Triagem do TCE-MT.

Art. 4º A Comissão Organizadora deverá acompanhar para que o responsável pelo sistema APLIC encaminhe a documentação citada no Inciso XXIX, até o 5º dia útil após a publicação no Diário Oficial (Jornal da AMM), do Decreto de Homologação do Resultado Final do PSS nº 01/2022;

Art. 5º A Comissão ora designada poderá requerer auxílio das unidades administrativas do Executivo Municipal, em especial da Secretaria de Administração e Planejamento, do Departamento de Administração de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do responsável pelo envio de documentos ao sistema APLIC, da Unidade de Controle Interno, da Contabilidade e da Assessoria e/ou Procuradoria Jurídica.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), em 2 de maio de 2022.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 209/2022

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 209/2022, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: CAMYLLA SAMANTHA FREIRES FONSECA, Brasileira, Casada, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 038.261. 101-29 e Identidade RG nº 5.332.397 - PC-GO, 2ª Via expedida em 08/09/ 2016, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Sete, nº 92 - Próximo do Mercado Bezerra - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 209/2022

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 02/05/2022

VIGÊNCIA: De 02/05/2022 a 01/08/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.822,29 (mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: UBS I - Vila - Secretaria de Saúde

DOTAÇÃO: 05 - Secretaria Municipal de Saúde / 02 - Fundo Municipal de Saúde / 2.086 - Manutenção e Encargos com Saúde da Família - PSF / 3. 1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº013/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº013/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2022

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUCIONAIS DE FACHADA E CONFECÇAO DE PLACAS INSTITUCIONAIS DE IDENTIFICAÇAO, INFORMAÇAO, INAUGURAÇAO DE OBRAS, ADVERTENCIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS ESTABELECIDOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO. "RECURSO PRÓPRIO; POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".

Rua/Avenida Dom Pedro Casaldaliga, s/n, Bairro Vila Nova. CEP: 78. 670-000 – São Félix do Araguaia – Mato Grosso. TEL.: (66) 98419-7955/ (66) 99522-1515. E-MAIL: graficaprintexmt@gmail.com representado neste ato pelo Sr. EDIVANDER HURTADO COUTO, CPF: 048.786.011-08 e RG.: 2173702-9 SSP/MT, residente na Av. Dom Pedro Casaldáliga, s/nº Vila Nova, São Félix do Araguaia – MT**,.**

***VALOR GLOBAL: R$*** **R$ 49.348,00 (quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais).**

PRAZO DE VIGENCIA: 12 (MESES). FUNDAMENTO **LEGAL**: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21 Dispensa de licitação no caso de outros serviços e compras;

São Félix do Araguaia - MT, em 03 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
TERMO DE SUPRESSÃO DO ITEM 168 DO CONTRATO N. º 132/2021 - TEM 168 – METFORMINA, CLORIDRATO – 850 MG

TERMO DE SUPRESSÃO DO ITEM 168 DO CONTRATO N. º 132/2021

Referência: Processo n. º 062/2021

Pregão Eletrônico SRP n. º 033/2021

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**, com sede à Av. Araguaia nº. 248 - Centro, São Félix do Araguaia - MT - Inscrito no CNPJ sob Nº 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, e de outro a empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ: 07.847.837/0001-10, Avenida Anápolis, s/n, Qd. 29-A, Lt. 06, Vila Brasília, CEP: 74.911-360 – Aparecida de Goiânia – GO, telefone (62) 3088-9700, e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br, representada pelo Sr. **SIDNEY DE CASTRO PEREIRA,** portador do CPF nº 383. 337.831-04, resolvem celebrar o presente **TERMO DE SUPRESSÃO DO ITEM 168 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 132/2021**, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O objeto do presente termo é a supressão do item 168 – METFORMINA, CLORIDRATO – 850 MG do Contrato Administrativo n. 132/2021, por acordo entre as partes e considerada a conveniência e oportunidade da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O contrato está sendo suprimido de acordo com o inciso II, parágrafo 2º do artigo 65 da Lei n. º 8666/93 e previsão constante nas cláusulas do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do presente termo, conforme § único do Art. 61 da lei 8.666/93;

3.2. E, por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo de aditivo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por 2 (duas) testemunhas.

São Félix do Araguaia - MT, 03 de maio de 2022.

PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT JANAILZA TAVEIRA LEITE	**CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA** SIDNEY DE CASTRO PEREIRA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
PORTARIA N. º 515 03 DE MAIO DE 2022

PORTARIA N. º 515 03 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUCIONAIS DE FACHADA E CONFECÇAO DE PLACAS INSTITUCIONAIS DE IDENTIFICAÇAO, INFORMAÇAO, INAUGURAÇAO DE OBRAS, ADVERTENCIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS ESTABELECIDOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO. "RECURSO PRÓPRIO; POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n. ° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, **Sra**: **Conceição Aparecida de Almeida Salustiano**, contrato/matrícula: **22-1,** para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 058/2022**, Processo Licitatório **n. º 035/2022,** Dispensa de Licitação n. **º 013/2022**

.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUCIONAIS DE FACHADA E CONFECÇAO DE PLACAS INSTITUCIONAIS DE IDENTIFICAÇAO, INFORMAÇAO, INAUGURAÇAO DE OBRAS, ADVERTENCIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS ESTABELECIDOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO. "RECURSO PRÓPRIO; POR DISPENSA DE LICITAÇÃO".

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** Emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** Submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** Enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** Encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Félix do Araguaia - MT, 03 de MAIO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO- INEXIGIBILDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/ 2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2022

O prefeito municipal de São Jose do Povo – MT**, Ivanildo Vilela da Silva**, Respaldado no inciso I e II do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação direta, através da inexigibilidade de licitação, **LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA ATENDER IDOSOS 02 (DUAS) VEZES POR SEMANA NA REALIZAÇÃO DE HIDROGISNASTICA E MAIS 08 (OITO) EVENTOS EVENTUAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NA JUSTIFICATIVA.,** a inexigibilidade de licitação se justifica sempre que houver impossibilidade jurídica de competição. O art. 25 da Lei nº 8.666/1993 reúne situações descritas genericamente como de inviabilidade de competição de forma exemplificativa. Favorecida: **ANTONIO FERREIRA DE MOURA; 41.212.053/0001-53** valor **Total** R$ **49. 692,0000** (Quarenta e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Dois Reais) Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais. São Jose do Povo – MT, 03 de Maio de 2022.

_____

Ivanildo Vilela da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

PREFEITO MUNICIPAL IVANILDO VILELA DA SILVA, Prefeito Municipal de São José do Povo, através do presente, autoriza a empresa **ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA-ME,** a iniciar a obra da "**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL**, **HERMÍLIO J. BARRETO,** na Zona Urbana do Município de São Jose do Povo-MT.", conforme Tomada de Preço **01/2022**, Contrato de Prestação de Serviços **nº 54/2022**, com prazo de 90(noventa) dias, a partir do dia 02 de Maio de 2022.

São José do Povo – MT; 02 de Maio de 2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°84/2021 PREGÃO PRESENCIAL N°15/2021

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº84/2021 DO PREGÃO N°15/2021, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E LENO TRANSPORTES LTDA. As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS – Fica aditado no que se concede a Clausula Quinta alterando a vigência do contrato por mais 04 (quatro) meses que passa a ser até o dia 01 de Setembro de 2022.

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo – MT, 29 de Abril de 2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°54/2022 TOMADA DE PREÇO N°01/2022

CONTRATO (A) – ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA-ME

OBJETO – Contratação de Empresa Especializada objetivando a REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL, HERMÍLIO J. BARRETO na Zona Urbana do Município de São Jose do Povo-MT.

VALOR TOTAL- O valor total do presente contrato é de **R$141. 711,76(cento e quarenta e um mil setecentos e onze reais e setenta e seis centavos).**

DA VIGÊNCIA- A vigência inicia no dia 02 de Maio de 2022 e se encerra no dia 31 de Dezembro de 2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°56/2022 PREGÃO PRESENCIAL SRP N°09/2022

CONTRATO (A) – VINICIUS MEDEIROS ERRERA-ME

OBJETO – Constitui objeto deste contrato, a contratação de um (a) profissional professor de Educação física para trabalhar com esporte coletivo, com crianças e adolescentes do município de são José do Povo-MT.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R$ 40. 666,00(quarenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais).**

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência de 12 meses iniciando no dia 02 de Maio de 2022 a 02 de Maio de 2023, Podendo ser prorrogado nos termos do art.57 da lei n° 8.666/93.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA N°55/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO N°25/2022

CONTRATO (A) – VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO-ME

OBJETO – Constitui Objeto deste contrato, Aquisição de gás de cozinha, para suprir as necessidades das secretarias municipais de São José do Povo-MT.

VALOR TOTAL- O valor total de **R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).**

DA VIGÊNCIA- O presente Contrato terá vigência de 12 meses, iniciando no dia 02 de Maio de 2022 a 02 de Maio de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N.º 163/2022

RETIFICA A PORTARIA N.º 158/2022

ONDE SE LÊ, COMO FISCAL SUPLENTE: ROSANGELA APARECIDA DE MELO STUGINSKI

LEIA-SE: ROSANA APARECIDA DE MELO STUGINSKI

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 105/2021, 106/2021, 107/2021, 108/2021, 109/2021, 110/2021, 111/2021, 112/2021, 113/2021, 114/2021, 115/2021, 116/2021, 117/2021, 118/2021, 119/2021, 120/2021, 121/2021, 122/2021, 123/2021, 124/2021, 125/2021, 126/2021, E 127/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **SANDRA MARIA NASCIMENTO TOMAZ** e **ROSANA APARECIDA DE MELO STUGINSKI**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização, das Atas de Registro de Preços, relacionados ao Pregão Eletrônico nº 022/2021, descritos abaixo:

ATA Nº	EMPRESA	CNPJ
105/2021	COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL LTDA	37.479.359/0001-01
106/2021	COMERCIAL LUAR LTDA – ME	02.545.557/0001-33
107/2021	ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS – ME	05.774.463/0001-24
108/2021	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – EPP	19.808.881/0001-08
109/2021	MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI	26.148.070/0001-85
110/2021	SINOMEDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES	10.317.320/0001-23
111/2021	MUNDIAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI	34.837.660/0001-43
112/2021	FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	22.803.038/0001-35
113/2021	VALE DOS TAPAJÓS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	36.960.961/0001-95
114/2021	AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	37.152.127/0001-36

115/2021	ZOOM COMERCIAL EIRELI	39.518.890/0001-63
116/2021	JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA – ME	23.720.752/0001-22
117/2021	CF COMÉRCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÕES DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA	37.200.096/0001-41
118/2021	UNHA E COR COSMÉTICOS – EIRELI	17.513.233/0002-71
119/2021	UP DENT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO COMERCIAL LTDA	20.306.488/0001-97
120/2021	NONATO DA SILVA E CIA LTDA	11.753.137/0001-33
121/2021	MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – EPP	12.811.487/0001-71
122/2021	SCAPOLE MALHAS LTDA	07.677.098/0001-65
123/2021	KARLA KAROLINE FONTES MENESES	37.937.325/0001-05
124/2021	SJ COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA	10.614.788/0001-80
125/2021	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	28.719.518/0001-07
126/2021	C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES	37.970.604/0001-70
127/2021	MR LICITAÇÕES LTDA	41.687.100/0001-15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 02 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022

AVISO DE RESULTADO

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA APLICAÇÃO DE MICROREVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO NAS AVENIDAS MARAVILHA SOLA PORTILHO E PEDRO COELHO PORTILHO.

Data de Abertura: 03/05/2022

Empresa Vencedora: **BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI** apresentou proposta de preço de R$ 794.343,15 (setecentos e noventa e quatro mil trezentos e quarenta e três reais e quinze centavos)

São José do Rio Claro - MT, 03 de maio de 2022.

Douglas Roberto Tuni

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO JULGAMENTO - PREGÃO ELETRONICO Nº 016-2022

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: 100 SPORTS ERELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 29761115000180, **com o** valor total de R$ 14.023,50 (quatorze mil e vinte e três reais e cinquenta centavos), e a empresa: EXITUS COMERCIAL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 29761115000180, com o valor total de R$ 2.780,00 (dois mil e setecentos e oitenta reais), e a empresa: P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 21395275000141, com o valor total de R$ 5.763,36 (cinco mil e setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), e a empresa: GERAÇÃO 2000 CAL. CONF. E MAT. ESPORTIVOS EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03449844000102, **com o** valor total de R$ 80,00 (oitenta reais), e a empresa: FERNANDO VENANCIO DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o n.º 42000534000168, com o valor total de R$ 112,00 (cento e doze reais)São José do Rio Claro – MT, 03 de maio de 2022. Levi Ribeiro – Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO N.º 162/2022

RETIFICA A PORTARIA N.º 157/2022

ONDE SE LÊ, COMO FISCAL SUPLENTE: ROSANGELA APARECIDA DE MELO STUGINSKI

LEIA-SE: ROSANA APARECIDA DE MELO STUGINSKI

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 093/2021, 094/2021, 095/2021, 096/2021, 097/2021, 098/2021, 099/2021, 100/2021 E 101/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **SANDRA MARIA NASCIMENTO TOMAZ** e **ROSANA APARECIDA DE MELO STUGINSKI**, como Fiscal Titular e Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização, das Atas de Registro de Preços, relacionados ao Pregão Eletrônico nº 15/2021, descritos abaixo:

ATA Nº	EMPRESA	CNPJ
093/2021	LIVRARIA E PAPELARIA KIEFER LTDA - ME	11.922.197/0001-32
094/2021	ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS – ME	05.774.463/0001-24
095/2021	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – EPP	19.808.881/0001-08
096/2021	MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI	26.148.070/0001-85
097/2021	MARIA ALICE DA SILVA EIRELI	14.284.593/0001-70
098/2021	R M DOS REIS COMERCIAL - ME	33.947.168/0001-68
099/2021	J. F. A. KOCH & CIA LTDA	35.730.364/0001-01
100/2021	COMERCIAL ATITUDE EIRELI	19.705.786/0001-70
101/2021	PRIMUS MAGAZINE LTDA	42.165.422/0001-67

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 02 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0011/2022

CHAMAMENTO PUBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 002/2021

AVISO DE RESULTADO

Objeto da Licitação: **Credenciamento de empresas que tenham interesse na prestação de serviços de exames e diagnóstico por imagem, na especialidade de ULTRASSONOGRAFIA para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do município de São José do Rio Claro-MT.**

Empresas Credenciadas: **MB ARAUJO ME**, inscrita no CNPJ: 15.128. 550/0001-68.

São José do Rio Claro-MT, 03 de MAIO de 2022.

_____

Douglas Roberto Tuni

Presidente CPL

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 172/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora **EMILY EDUARDA LINHAR VELOSO**para o cargo comissionado de Chefe de divisão a partir de 2 de maio de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 3 de maio de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 030/2022 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de São José do Rio Claro-MT, através da sua pregoeira oficial, torna público aos interessados, que o pregão eletrônico 030/2022, **contratação de empresa operadora de cartões magnéticos via web ou sistema informatizado via web, para o gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças e acessórios para manutenção dos veículos e máquinas das secretarias municipais de São José do Rio Claro – MT,** sofreu retificações.

1) ONDE SE – LÊ: XIV– QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo de vigência de no máximo 90 dias.

2) LEIA-SE:

a**)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo de vigência de no máximo 90 dias.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c) Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (**ME ou EPP**):

d) Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; **ou**;

e) declaração simplificada do último imposto de renda.

f) O **balanço patrimonial**, as **demonstrações contábeis** e o **balanço de abertura** deverão estar **assinados pelos administradores** das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado;

Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública às **09h00min (Horário de Brasilia), do dia 17 de maio de 2022**, pela plataforma da BLL.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.saojosedorioclaro.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3386-1482. Tatiane Ilma Grolli Baggio-Pregoeira Oficial.03 de maio de 2022.São José do Rio Claro-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 026/2022 – Processo Administrativo nº 2143/2022

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **Processo Administrativo n° 2143/2022** Adesão à Ata de Registro de Preço nº **291/2021** referente ao Pregão Presencial **nº 085/2021**, realizada pela **Prefeitura Municipal de CONFRESA/MT** através da Comissão Geral de Licitação.

Objeto: ESSA ADESÃO VISA à eventual e futura CONTRATAÇÃO **de** empresa para a prestação de serviços em locação de palco, som arquibancada, equipamentos audiovisuais, show pirotécnico e banheiro químico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, junto ao Município de São Jose do Xingu - MT**.**

NT PROMOTORA DE EVENTOS LTDA, inscrita no C.N.P.J./ MF sob o n. º 42.180.015/0001-29, estabelecida na Av. Ayrton Sena, nº 229, Centro, CEP 78.652-000 - CONFRESA - MT**.**

São José do Xingu – MT, 03 de maio de 2022.

Mural da Prefeitura Municipal

São José do Xingu/MT

PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

Denilson Antônio P. M. Silva

Pregoeiro Municipal

Dec. 082/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora MARIA JOSE DA ROCHA, no período de 02 a 31/05/2022, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 147 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do Artigo 21 da Lei nº 1.508/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Senhora ELAINE APARECIDA MARTINEZ, portadora do RG nº 34672436-3 e do CPF nº 911.782.821-04 para o cargo de Conselheira Tutelar em substituição os conselheiros que estarão de férias nos períodos descriminado:

CONSELHEIRO TUTELAR	PERÍODO	
AGNALDO ANTONIO DE SOUZA	02/05/2022	31/05/2022
LEONICE BERTOLI CAPALLETTE	01/06/2022	30/06/2022
JOSE MARCOS BATISTA CARDOSO	01/07/2022	30/07/2022
ANA DA SILVA MARTINEZ ALFREDO	01/08/2022	30/08/2022
FLAVIO DA SILVA PENHA	31/08/2022	29/09/2022

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao Senhor AGNALDO ANTONIO DE SOUZA, no período de 02 a 31/05/2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor ANTONIO GARIBALDI, no período de 02 a 31/05/2022, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor ANDRE LUIZ LOPES DOS SANTOS, no período de 02 a 31/05/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 152 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora JAQUELINE BATISTA ALVARES, no período de 02 a 31/05/2022, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 153 DE 02 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converte dez dias em abono pecuniário ao servidor EDSON MARQUES COSTA, no período de 02 a 21/05/2022, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Processo de Licitação 053/2022 na Modalidade **Pregão Eletrônico 17/2022,**OBJETO: ***"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GÁS."***Sendo as empresas vencedoras:

CENTRAL COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA – CNPJ: 46.113.372/0001-25; perfazendo um valor de **R$ 87.644,00 (oitenta e sete mil e seiscentos e quarenta e quatro reais); L. C. DE OLIVEIRA GIACHETO – CNPJ: 04.230.015/0001-05;** perfazendo um valor de **R$ 90.560,00 (noventa mil e quinhentos e sessenta reais); TOTAL GERAL DO PROCESSO – R$ 178.204,00 (cento e setenta e oito mil e duzentos e quatro reais).**

Homologado em 03/05/2022. JAMIS SILVA BOLANDIN – Prefeito. Vanessa da Rocha Avelino (Portaria 304/2021) – Pregoeira. PMSJQM, 03/05/2022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º Termo Aditivo do Contrato **Nº 001/2019**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **ASSOCIAÇÃO PRO SAUDE DE QUATRO MARCOS**; **Objeto**:Prestação deserviços médicos hospitalares de Urgência e Emergência em Pronto Atendimento (PA) em regime de 24 horas, no Hospital Municipal de São José dos Quatro Marcos atendendo a população do município. **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até **30/04/2023.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato de Ata de Registro de Preço nº 16/2022

Processo: nº 52/2022 – Pregão Eletrônico nº 16/2022

Assinada em 02/05/2022

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos CNPJ: 15.024.029/0001-80

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT'S DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA, DE NATALIDADE E HIGIENE PESSOAL."

Fornecedor: COMERCIAL LUAR EIRELI

CNPJ: 02.545.557/0001-33

Valor Total: R$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)

Fornecedor: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 26.148.070/0001-85

Valor Total: R$ 38.480,00 (trinta e oito mil e quatrocentos e oitenta reais)

Fornecedor: CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA

CNPJ: 10.430.444/0001-10

Valor Total: R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de maio de 2022.

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato de Ata de Registro de Preço nº 15/2022

Processo: nº 51/2022 – Pregão Eletrônico nº 15/2022

Assinada em 02/05/2022

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos CNPJ: 15.024.029/0001-80

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ENSAIOS DE SOLO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA."

Fornecedor: M. CRISTINA DE MATOS BRANCO SERVICOS E CONSULTORIA

CNPJ: 36.312.741/0001-55

Valor Total: R$ R$ 487.272,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e duzentos e setenta e dois reais);

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de maio de 2022.

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 59/2022, firmado em 25/04/2022. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** FACULDADE DE QUATRO MARCOS – FQM, pelo **ESTAGIÁRIO**, **CAROLINA PORTO REQUENA**, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT. **Objeto:** Estágio nas Dependências da Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos. **Vigência:** 31/12/2022. **Valor Mensal:** R$ 850,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº059/2022 "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, Senhor **Elson Farias de Sousa**, no uso e gozo das atribuições que lhe conferidas por lei e considerando a necessidade de realização da Instauração do Processo Administrativo, cria a Comissão para acompanhar todo o processo.

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com fundamento nos arts. 190 e 192 da Lei Complementar Municipal nº 008/2008, em desfavor da servidora **SOLIMAR PEREIRA LUZ**, ocupante do cargo efetivo de professora pedagoga, matrícula nº 1143, por ter, em tese, no dia 06/04/2022, ter proferido palavras baixo calão e de forma agressiva em desfavor do gestor municipal, no grupo de WhatsApp dos profissionais da rede municipal de educação.

Art. 2º - **MAURO COELHO DE ALMEIDA**

MATRICULA Nº 148 – PRESIDENTE

DANILA COSTA AMORIM

MATRICULA Nº 535 - MEMBRO

RAQUEL ALVES DOS SANTO

MATRICULA Nº 111 - MEMBRO

Art. 3º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, em conformidade com art. 198,da Lei Complementar Municipal nº 008/2008 a contar da publicação desta Portaria, para que a Comissão constituída elabore o Relatório Final de Conclusão das atividades realizadas.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada - MT, 02 de maio de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 249/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 26/04/2022 com término em 24/07/2022,* do período *aquisitivo de 12/06/2016 à 11/06/2021, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **ROSA MARIA SANTOS,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 807, admitida em 12/06/2006, nocargo de ***Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura,* lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura,** de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 26/04/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 04 de Maio de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 250/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 22 (vinte e dois) dias, iniciando-se em 02/05/2022*, com término em 23/05/2022*, *restante do período aquisitivo de 03/12/2017 a 02/12/2018, ao* senhor ***NEWTON TOLEDO BRESSAN JUNIOR*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1428, no cargo de **Técnico de Nível Superior III – Engenheiro Civil**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02/05/2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Maio de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 245/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – **REENQUADRAR NA CLASSE B – Nível 05**, por erro na progressão vertical realizada anteriormente, o Senhor **CICERO OLIVEIRA DA SILVA,** servidor efetivo, com matrícula no RH nº. 954, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA,** lotado **na Secretaria Municipal de** Educação e Cultura desta Prefeitura.

Artigo 2º. – Em razão do reenquadramento, a remuneração mensal do servidor supracitado passará a ser de R$: 2.191,76 (Dois Mil, Cento e Noventa e Um Reais, Setenta e Seis Centavos).

Artigo 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Maio de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 243/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO sIMPLIFICADO Nº 002/2022 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Nomear os servidores***marciana maximo cowaski, KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES CAVALARI, TIAGO DOS SANTOS e thaise guimarães lima,***sob presidência da primeira, para comporem a **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2022–** ***Secretaria Municipal de Saúde*** do Município de Tabaporã - MT.

Nome do servidor	Função na Comissão	Cargo Efetivo	Número da Matrícula	Titulação
Marciana Maximo Cowaski	Presidente	Especialista da Saúde II – Psicóloga	1842	Nível Superior
Kátia Aparecida de Paula Gomes	Secretária	Técnico da Saúde I - Escriturário	43	Nível Médio
Tiago dos Santos	Membro Titular	Agente da Saúde I – Agente de Combate a Endemias	1249	Nível Superior
Thaise Guimarães Lima	Membro Suplente	Especialista da Saúde I – Nutricionista	1396	Nível Superior

Artigo 2º. - A presente comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do presente Processo Seletivo Simplificado 002/2022 - Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Artigo 3º. - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado deverá promover a divulgação do edital de chamamento e encarregar-se do recebimento das inscrições, seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Artigo 4º. - Compete ao presidente desta comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria, bem como se encarregar da organização do local onde serão realizadas as provas.

Artigo 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 242/2022.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Maio de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 244/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora **ANTÔNIA DOMINGOS DA SILVA RIBEIRO RODRIGUES** servidora efetiva, admitida em 21/05/2008, com matrícula no RH nº. 1110 no cargo Agente de Apoio à Saúde I – Trabalhadora de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde deste Município, **Readaptação Funcional,** passando a mesmo a desempenhar a função de Recepcionista em uma das unidades de saúde do município conforme Perícia Médica realizada na data de 14/04/2022 e assinada pelo Médico Dr. Antônio Maro Pena CRM-MT 9351.

Artigo 2º - A servidora em epígrafe deverá realizar nova perícia médica em setembro de 2022.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 14/04/2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Maio de 2.022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 246/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 04/05/2022 com término em 02/07/2022**,** *do período* ***aquisitivo de 14/08/2013 à 13/08/2018, sem prejuízo de sua remuneração*** ao Senhor **CLAUDINEI RAMPI DIAS**, servidor efetivo, admitido em 14/08/2013, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 1492, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal**,** de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Maio de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 248/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/05/2022**, com término em 31/05/2022****,** *referente ao período aquisitivo de 15/01/2020 à 14/01/2021,* ao senhor ***JONATAN CORDEIRO*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1505, no cargo de **Agente de Ma-**

nutenção – Vigia, **lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02/05/2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Maio de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2022

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2022 de 11/01/2022, no uso de suas atribuições, torna público que no Dia **27/04/2022 as 08hr00min** aconteceu o Julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL n° 017/2022** - do tipo **Menor Preço por quilômetro rodado (por km trabalhado)**para o **REGISTRO DE PREÇOS,** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR ATENDENDO O TRANSPORTE DE ALUNOS NAS LINHAS ESCOLARES "ESTRADAS" DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT, SUPRINDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** de acordo com o ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA do Edital, como **DESERTA**. por ausência de participantes/interessados para concorrer ao certame..

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 03 de Maio de 2022.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0100/2022 EM RAZAO DE VALOR

GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº0100/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PLACA DE HOMENAGEM - EM ACRÍLICO 5MM COM BASE DE 10 MM E 15CM DE ALTUTA (HONRA AO MÉRITO), o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 03 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

DECRETO N.º 128 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

DECRETO N.º 128 DE 26 DE ABRIL DE 2022.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DAS RODOVIAS MT 480/339, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, especialmente pela **Lei n.º 5.712** de **26 de abril de 2022.**

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito especial no valor de R$ 3.001.197,62 (três milhões, um mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

Órgão:	09 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	
Un. Orçamentária:	020903 Manutenção e Infraestrutura	
Função:	26 – Transporte	
Sub-Função:	782 – Transporte Rodoviário	
Programa:	0026 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural	
Atividade:	2914 Manutenção de Vias Municipais e Estaduais Rurais	
Fonte:	2.501.0000000 – Recursos Próprios	
Elemento:	44.50.42.99 Auxílios	R$3.001.197,62

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º A natureza de despesa criada no Art. 4º desta Lei, ficam inseridas na Lei Municipal Lei nº 5.530/2021 – Plano Plurianual – PPA/2022-2025 e sua alteração Lei nº 5.632/2021 e na Lei nº 5.549/2021 – Lei de diretrizes orçamentárias – LDO e sua alteração Lei nº 5.634/2021 e na Lei nº 5.608/2021 – Lei Orçamentária Anual – LOA e sua alteração Lei nº 5.635/2021.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e seis** dias do mês de **abril** do ano de **dois mil e vinte e dois, 45º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Magno César Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalida-

de Pregão Eletrônico nº 034/2022, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, PARA ATENDER OS EVENTOS FESTIVOS, CULTURAIS E INSTITUCIONAIS (CAMPANHAS, POSSES, INAUGURAÇÕES, PALESTRAS E PROPAGANDAS), DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 03.05.2022. Joyce Keilly Gonçalves - Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 028/2022, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, (MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, AR CONDICIONADO INCLUINDO INSTALAÇÃO, DENTRE OUTROS), A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 03.05.2022. Márcia Dourado Ferreira - Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – N° 035/2021– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021

AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – N° 035/2021– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS,** para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e suprir necessidades das demais Secretarias do município,conforme **especificações** constantes do Anexo I **do Edital do Pregão Eletrônico**, através do Departamento de Licitações e Contratos, com fulcro nas disposições contidas no Art.21, inciso II, Paragrafo único do Decreto Federal nº 7.892/2013 e ainda, na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços citada acima, torna público o **cancelamento dos Itens: 97 e 112** registrado em favor do fornecedor **COMERCIAL ARENA SUTIL EIRELI** inscrita no **CNPJ sob o nº 21.207.506/0001-46**, tendo em vista o pedido de desistência da empresa em fornecer os produtos, os quais foram acatados pelas Secretarias ordenadoras de despesas. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 03 de Maio de 2022. Janine Cristina Gruber Nogueira-Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0104/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº0104/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS (ADUBOS) A FIM ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE EXPERIMENTAL DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. , o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 03 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 009 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA Nº 009 DE 02 DE MAIO DE 2022.

"Define os requisitos para funcionamento do comércio local na data de 07/05/2022".

CONSIDERANDO o ofício nº 011/2022 Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra (ACITS) que solicita o funcionamento do comércio local no dia 07/05/2022, véspera do dia das mães, até as 18h00;

CONSIDERANDO os impactos sofridos no comércio local, nos últimos 02 (dois) anos em decorrência da pandemia de importância internacional COVID-19;

CONSIDERANDO que a ação visa potencializar e fomentar o comércio local, gerando emprego e renda;

CONSIDERANDO que o Município tem o compromisso em contribuir para que a atividade empresarial aconteça, fomentando a geração de emprego e renda;

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o artigo 167 da Lei Complementar nº 16 de 24 de junho de 1996, e o artigo 6º da Lei Complementar nº 2928 de 03 de julho de 2008, e o artigo 4º, inciso II da Lei Complementar nº 258 de 16 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços na data de 07/05/2022 (sábado) no período compreendido entre as 07:00 horas até as 18:00 horas.

§1º Para o funcionamento na data e período descrito no caput não serão cobrados encargos adicionais.

§2º Deverão ser observadas :

a) as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à pertubação do sossego público;

b) as restrições advindas de contrato, regulamento condominial ou outro negócio jurídico, bem como as decorrentes das normas de direito real, incluindo as de direito de vizinhança;

c) as disposições em leis trabalhistas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

ANGELA NASCIMENTO DA SILVA

Secretária Municipal de Fazenda.

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0105/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administra-

tivo nº0105/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO., o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 03 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 023-2022 - PROCESSO SELETIVO 001-2021 -SEMAS E MEIO AMBIENTE

EDITAL COMPLEMENTAR 023/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito, Senhor Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados mediante o resultado final Homologado mediante o Edital Complementar nº. 015/2021, publicado no Diário Oficial de Contas, ano 10 nº. 2195 em 18/05/2021 e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XVI nº. 3730 de 18/05/2021, referente ao Processo Seletivo nº 001/2021 de 05/03/2021, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação.

1. Para que compareçam diretamente no Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias 04/05/2022 e 05/05/2022 das 08h00 às 11h00 e 13h00 às 16h00, com os documentos relacionados no item 2 conforme abaixo relacionados:

1155-MOTORISTA							
QT	INSC	NOME DO INSCRITO	Documento	DATA NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
19	3041	VALDENI DOS SANTOS	18413889	18/03/1986	15	60	CLASSIFICADO
20	3435	JONAS APARECIDO NINFA DE ARANTES	1771929-1 SSP/MT	16/05/1986	15	60	CLASSIFICADO
21	3775	MAXZIEL GERMANO DOS SANTOS	18495680	27/09/1986	15	60	CLASSIFICADO

770 – ORIENTADOR SOCIAL – SEMAS							
QT	INSC	NOME DO INSCRITO	Documento	DATA NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
14	29	MARIANA GOMES GRANVILLE	2184004-0 SSP/MT	25/09/1997	16	64	CLASSIFICADO

2. Para entregar os documentos: Dia 04/05/2022 e 05/05/2022 das 08h00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e o exame admissional será definido posteriormente.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues no Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos (ORIGINAIS E CÓPIAS) abaixo relacionados:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registo Profissional e certidão negativa de débitos do respetivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para o cargo de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Possuir curso de Transporte de Emergência, reconhecidos pelo DETRAN;

i.4) Possuir curso de Transporte de Passageiros (Movimento Operações de Produtos Especiais -

MOPE) e Transporte Escolar, reconhecidos pelo DETRAN;

i.5) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não a cúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangaradaserra.mt.gov.br;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site https://www.receita.fazenda.gov.br/;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

2.3 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

2.4 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

2.5 O candidato terá 02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto nos itens 1 e 2 deste edital, nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

2.6 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Maio de 2022.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2022

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2022-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MOTOR 1.0 FLEX 80 CV. TRANSMISSÃO MANUAL/ANO/MODELO 21/22, conforme CONVÊNIO nº 0931/2021-Fundo de Desenvolvimento DESPORTIVO - FUNDED-MT,A FIM DE ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA DE ESPORTES,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 17 de maio de 2022 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL – www.bll.org.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **04 de maio de 2022,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra-MT, **03 de maio de 2022**. Márcia Dourado Ferreira - Pregoeira.

SAMAE
AVISO DE ANULAÇÃO - DISPENSA Nº 002/2022 EM RAZÃO DE VALOR

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Compras, torna público para conhecimento dos interessados, a ANULAÇÃO do Processo Administrativo Nº 002/2022, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMAIL COR-**

PORATIVO COM 30 GB DE ARMAZENAMENTO E MÓDULO GERENCIADOR PARA SER UTILIZADO POR SERVIDORES DO SAMAE.

Tangará da Serra, 03 de Maio de 2022.

ADRIANO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

SETOR DE COMPRAS/SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 035/2022, do tipo: **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE PROCESSADORA MÓVEL, PARA PRODUÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 40 À 60 TON/HORA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 03.05.2022. Janine Cristina Gruber Nogueira - Pregoeira.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PGE Nº 023/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2022/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL DE LIMPEZA GERAL,** a empresa: **SJ COMÉRCIO DE UTILIDADES – EIRELLI, CNPJ: 10.614.788/0001-80,** para os itens: 07 e 09; **MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ: 12.811.487/0001-71,** para os itens: 10, 15, 16, 20, 22, 23, 29, 33, 43,52 e 59; **ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO, CNPJ: 13.559.782/0001-45,** para os itens: 50 e 51; **SUL BRASIL ATACADISTA LIMITADA, CNPJ: 27.245.852/0001-03,** para o item: 08; **OMEGA PRODUTOS E SERVIOS EIRELI, CNPJ: 31.354.105/0001-72,** para os itens: 12, 13 e 27; **VANESCA SILVA BATISTA, CNPJ: 37.261.083/0001-82,** para os itens: 18 e 41.

Tangará da Serra/MT, 03 de Maio de 2022.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0102/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº0102/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PLACAS SOLARES NO CME DONA MARIQUINHA TAVARES., o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 03 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 037-2022 - PROCESSO SELETIVO 002-2021- SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 037/2022

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2021, publicado em 28/12/2021 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 3885 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 29/12/2021 ano 10 nº. 2357, destinado à contratação para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer Departamento de Gestão de Pessoas e Processos, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, no dia 04/05/2022 às 08h00, visando a atribuição de turmas e/ou aulas e posteriormente, dar sequência ao item 2 do presente edital.

CARGO: 790- AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
159	121	ALINE PARECIDA DA SILVA	23332123	13/01/1996	16	64	CLASSIFICADO
160	1456	ANATANYELLY BANDEIRA DE SOUZA	31069991	01/09/2003	16	64	CLASSIFICADO
161	489	CLEUZA MARIA CAETANO DUARTE	16411307 SSP	26/02/1964	15	60	CLASSIFICADO
162	1842	LUCIA ALVES DE CARVALHO	07850140	31/10/1964	15	60	CLASSIFICADO
163	2029	MARILZA DAS DORES DA SILVA		15/09/1973	15	60	CLASSIFICADO
164	1176	EDNEIDE TEOTONIO DA SILVA	2000004051950	09/01/1975	15	60	CLASSIFICADO
165	2186	ORLANDA BONIFACIA DA SILVA	16697979	18/11/1977	15	60	CLASSIFICADO
166	1463	NOEMI CORRÊA DA SILVA	87187136	17/12/1978	15	60	CLASSIFICADO
167	2267	GIRLENE LOURENÇO DA SILVA	19665717	13/02/1986	15	60	CLASSIFICADO
168	3464	MARIA DE FÁTIMA GALEANO SILVERIO	1245841	09/06/1964	14	56	CLASSIFICADO
169	2745	PAULINA DIAS	9002367	26/06/1966	14	56	CLASSIFICADO
170	1032	IRINETE DA COSTA	20183704	02/10/1979	14	56	CLASSIFICADO
171	118	SIMONE MATHIAS DE CARVALHO	1428776-5	01/06/1982	14	56	CLASSIFICADO

CARGO: 1113- AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA RURAL - CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
8	2704	RODRIGO FRANCISCO SOARES	31702228	27/06/1986	22	88	CLASSIFICADO

CARGO: 578- AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE - ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
94	3356	MAYARA LEITE ELIZEU	2301887-9	27/01/1993	23	92	CLASSIFICADO
95	1513	JULIANE BORGES BONFIM	22579621 SSP	18/03/1993	23	92	CLASSIFICADO
96	1987	CAMILA NOGUEIRA DE LIMA	24569054	22/08/1993	23	92	CLASSIFICADO
97	451	RENATA APARECIDA SILVA LIMA	2470179-3	12/10/1993	23	92	CLASSIFICADO
98	1919	PRISCILA DA ROCHA LIMA	22587233	19/10/1993	23	92	CLASSIFICADO
99	2061	KESSY CAROLINE MENDES PEREIRA	22410724	24/01/1994	23	92	CLASSIFICADO
100	3350	JOSIANE RODRIGUÊS FRANÇA	19891334	04/02/1994	23	92	CLASSIFICADO
101	2870	VALÉRIA FÁTIMA PERÉZ DA SILVA ANDREOTTI	24821756	06/03/1994	23	92	CLASSIFICADO
102	1128	VERONICA DOS SANTOS FERREIRA	22169504	24/08/1994	23	92	CLASSIFICADO
103	233	CAMILA MANOELA DA SILVA	26299461 SSP MT	24/10/1995	23	92	CLASSIFICADO
104	2825	MAYARA MENDONÇA DA SILVA	27041530	16/04/1996	23	92	CLASSIFICADO
105	3387	AYLA TATHYELE VIEIRA	25651579	16/06/1996	23	92	CLASSIFICADO
106	2285	THAIANI JAQUELINE PEREIRA ALVES	22284630	26/06/1996	23	92	CLASSIFICADO
107	782	MICHELE DE SOUZA	22515380	07/08/1996	23	92	CLASSIFICADO
108	2924	YARA MEIRA	26597381	25/09/1996	23	92	CLASSIFICADO
109	554	LARISSA KAROLINA DA SILVA ZANARDI COSTA	22281436	21/10/1996	23	92	CLASSIFICADO

CARGO: 1110- AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE - ZONA RURAL – CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
16	2723	MARLY INÁCIO DA SILVA	1854494-0	17/11/1987	21	84	CLASSIFICADO

CARGO: 658- PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
51	1893	LUANA FRANAVIA DE SOUZA PINTO	23568178	01/09/1990	17	68	CLASSIFICADO
52	1144	RODRIGO LEMES DO NASCIMENTO	20926898 SSPMT	04/06/1992	17	68	CLASSIFICADO

2. Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias 04/05/2022 e 05/05/2022 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o exame admissional será definido posteriormente.

Documentos a serem entregues:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangarada-serra.mt.gov.br;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site https://www.receita.fazenda.gov.br/;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2 O candidato terá 02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital, nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Maio de 2022.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0103/2022 EM RAZAO DE VALOR

GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº0103/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SALGADOS FRITOS/ASSADOS E BOLO SIMPLES, PARA COFFEE BREAK., o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 03 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.712, DE 26 DE ABRIL DE 2022.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.712, DE **26** DE **ABRIL DE 2022.**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DAS RODOVIAS MT 480/339, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com transferência de recursos financeiros na ordem de R$ 3.001. 197,62 (três milhões um mil cento e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) à Associação Dos Produtores da Rodovia MT- 480/339, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05. 682.036/0001-16, com sede na Rua José de Oliveira, nº 172-N, Centro, no Município de Tangará da Serra-MT, Cep 78.300-122, conforme ata e comprovante de endereço anexo.

§ 1º A transferência de recursos financeiros a que se refere o *caput* será efetuada em 03 (três) parcelas, sendo cada parcela condicionada a medição, a qual deve ser igual ou superior ao valor da parcela.

§ 2º As medições poderão ocorrer mediante provocação das partes, caso aconteça e seja insuficiente será marcada nova data, até que seja atingido a metragem suficiente para o pagamento da parcela.

§ 3º O pagamento das parcelas será da seguinte forma: primeira parcela no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) após realizada a obra e medição; segunda parcela de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) após realizada a obra e medição, e a terceira parcela de R$ 1.001.197,62 (um milhão e um mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), após o término da obra a medição final.

§ 4º À celebração do presente Termo de Convênio deverá ser realizado nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 2º O Termo de Convênio previsto nesta Lei deverá ser utilizado para realização de pavimentação asfáltica da Rodovia MT-339, Trecho Estaca 0,00 a Estaca 1.650 – 33,0 Km (trinta e três) quilômetros, Sub Trecho: Estaca 1.100 até a Estaca 1.650, equivalente a 11,0 (onze) quilômetros, sentido Município de Tangará da Serra ao Município de Rio Branco.

Parágrafo único. A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos conjuntamente com a medição da obra, para fazer jus ao recebimento da parcela.

Art. 3º O não cumprimento de qualquer condição prevista nesta Lei ou no Termo de Convênio e ainda a não aprovação dos relatórios de prestação de contas, obrigará a entidade beneficiada a ressarcir integralmente aos cofres públicos os valores recebidos, corrigidos pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, bem como será a mesma considerada inadimplente e terá suspensa a concessão de novas modalidades de apoio, sem prejuízos de outras medidas julgadas necessárias pelo Município de Tangará da Serra.

Parágrafo único. A recusa ou omissão da beneficiária quanto ao ressarcimento de que trata o *caput*, ensejará a consequente inscrição do débito decorrente na dívida ativa do Município.

Art. 4º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito especial no valor de R$ 3.001.197,62 (três milhões, um mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

Órgão:	09 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	
Un. Orçamentária:	020903 Manutenção e Infraestrutura	
Função:	26 – Transporte	
Sub-Função:	782 – Transporte Rodoviário	
Programa:	0026 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural	
Atividade:	2914 Manutenção de Vias Municipais e Estaduais Rurais	
Fonte:	2.501.0000000 – Recursos Próprios	
Elemento:	44.50.42.99 Auxílios	R$3.001.197,62

Art. 5º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 6º A natureza de despesa criada no Art. 4º desta Lei, ficam inseridas na Lei Municipal Lei nº 5.530/2021 – Plano Plurianual – PPA/2022-2025 e sua alteração Lei nº 5.632/2021 e na Lei nº 5.549/2021 – Lei de diretrizes orçamentárias – LDO e sua alteração Lei nº 5.634/2021 e na Lei nº 5.608/2021 – Lei Orçamentária Anual – LOA e sua alteração Lei nº 5.635/2021.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e seis** dias do mês de **abril** do ano de **dois mil e vinte e dois, 45º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Magno César Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0101/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº0101/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE – RSS (CLASSIFICADOS EM GRUPO A/B/E).**, o fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 03 de Maio de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 041/2022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2022

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 071/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 17/05/2022

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO E O SISTEMA MEDIADOR ESTARÃO DISPONÍVEL NO SITE **WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA**

NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 03 DE MAIO DE 2022.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.692/2022

SÚMULA: ***"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR COM A*** *ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE – AATNN,* ***CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"****.*

O SENHOR PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, para aquisição de óleo diesel, mediante Termo de Convênio com a **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.801.228/0001-62, do Município de Terra Nova do Norte/MT.

Artigo 2º - O Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes para o repasse do importe de R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas, em conta de titularidade da Associação e para fins exclusivos do presente Convênio, da seguinte maneira:

MÊS	META	VALOR
MARÇO	O repasse será de	R$ 23.500,00
ABRIL	O repasse será de	R$ 23.500,00
MAIO	O repasse será de	R$ 23.500,00
JUNHO	O repasse será de	R$ 23.500,00
JULHO	O repasse será de	R$ 23.500,00
AGOSTO	O repasse será de	R$ 23.500,00
SETEMBRO	O repasse será de	R$ 23.500,00
OUTUBRO	O repasse será de	R$ 23.500,00
NOVEMBRO	O repasse será de	R$ 23.500,00
DEZEMBRO	O repasse será de	R$ 23.500,00

§1º - O valor mencionado no caput do artigo 2º será divido entre 141 (cento e quarenta e um) alunos, custeando as despesas com transporte para a cidade de Guarantã do Norte/MT.

§2º - O repasse financeiro de que dispõe este artigo serão destinados ao custeio do transporte escolar dos universitários, especificamente, para a aquisição de óleo diesel.

Artigo 3º - O Orçamento anual do município disporá a dotação específica visando atender a despesa autorizada no art. 2º desta Lei. O Orçamento anual do município disporá a dotação específica visando atender a despesa autorizada no art. 1º desta Lei, mediante credito adicional suplementar nos termos do art. 41, I, da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) à seguinte dotação orçamentaria:

Órgão: 04 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade: 001 – DEP. DE DESENVOLVIMENTO EDUC. E EDUCAÇÃO INCLUSIV.
Função: 12 – EDUCAÇÃO
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR
Programa: 0010 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS
Projeto: 2155 – APOIO AOS ESTUDANTES NIVEL SUPERIOR
Natureza da Despesa:
0710 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES

Artigo 4º - Para fazer face ao crédito aberto no artigo anterior, fica o município autorizado a reduzir dotações, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, às seguintes dotações orçamentárias:

04 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Desporto

12.361.0010.2122 – Manutenção e Encargos da secretaria de Educação, Cultura e Desporto

339039.00.00 (0105) – Outros Serviços Pessoa Jurídica..... ..R$ 10.000,00

12.365.0010.1064 – Reforma Readequação e Ampliação de Creches

449051.00.00(0094) – Obras e Instalaçoes..... ..R$ 10.000,00

12.361.0010.2119 – Manutenção da Quota do Salario Educação

449052.00.00(0096) – Equipto e mat. Permanente - ..... .R$ 50.000,00

12.365.0010.2158 – Manutenção e Encargos com Educação Infantil

339039.00.00(0127) – Outros Serviços Pessoa Jurídica..... ....R$ 5.000,00

13.392.0012.2098 – Manutenção e Encargos com Departamento de Cultura

339039.00.00(0495) – Outros Serviços Pessoa Jurídica..... ....R$ 6.000,00

12.361.0010.2180 – Manutenção do Pessoal de Apoio – Rec. Próprios

319011.00.00(0119) – Venctos e Vantagens Fixas..... R$152.330,20

Artigo 5º - A **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN** deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, conforme previsto em Termo de Convênio, cuja minuta segue anexa a esta lei.

§1º - A Prestação de Contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, nos prazos previstos, instruídas de acordo com as Cláusulas do Termo de Convênio.

§2º - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade Conveniada.

Artigo 6º - Caberá ao Município e ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a Março de 2022.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2021 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019/2022

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Realizado em 16 de janeiro de 2022 e homologado através do Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 003/2021 - G, de 28 de janeiro de 2022; **CONVOCA** pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para o preenchimento de vaga existente, conforme relação abaixo:

AUXILIAR DE NUTRIÇÃO - E. M. MINUANO (ESCOLA DO CAMPO)

CLASSIFICAÇÃO	NOME	LOTAÇÃO
02º CLASSIFICADO	RAFAELA OLIVEIRA SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OCandidato convocado através do Edital terá o prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, 27 de abril de 2022, para tomar posse no referido cargo.

O candidato deverá apresentar-se no departamento de Recursos Humano dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia dos seguintes documentos.

Documento de Identidade; (01 copia); CPF (01 copia); Atestado Medico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Titulo de eleitor; (01 copia); Certidão eleitoral; Qualificação cadastral junto ao eSocial (http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral) PIS ou PASEP (01 copia); Certidão de nascimento ou de casamento; (01 copia); Comprovante de endereço; Comprovante de Escolaridade e respectivo registro do órgão fiscalizador; (01 copia); Certidão Negativa da Justiça (civil e criminal); Declaração de que responde ou não, a sindicância e/ou processo administrativo disciplinar; Declaração de Bens e valores que compõem seu patrimônio; Declaração de não acumulo ilegal cargo publico; Declaração que não foi exonerado com justa causa, no período de 5 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; Certidão Negativa de Debito Fiscal junto ao município; Conta Corrente; (Banco do Brasil) CTPS (carteira de trabalho) Uma foto 3x4 recente.

A falta de quaisquer documentos e bem como não apresentação de conformidade com o Edital, implicara na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT. 27 de abril de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.691/2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1. 051/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Revoga a cessão de uso de bem móvel concedida pela Lei Municipal nº 1.051 de 26 de dezembro de 2012, bem como o Convênio nº 03/2012, retornando a posse do Município o referido bem.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal, Terra Nova do Norte/MT, aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.693/2022

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar Emenda Impositiva mediante crédito especial, e dá outras providências"

O SENHOR PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar emenda impositiva do projeto 1.135 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Esportivos para repasse de recursos de até 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º. Para atender o autorizado no artigo anterior, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais) para repasse a Associação Esporte Clube, inscrita no CNPJ nº 03.129.558/0001-60, para a aquisição de materiais e demais despesas com competição esportiva, conforme plano de trabalho a ser apresetado pela Associação, nos termos do artigo 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, sob a seguinte rubrica orçamentária:

04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

04.007 – Departamento de desporto

04.007.27 – Desporto e Lazer

04.007.27.812 – Desporto Comunitário

04.007.27.812 .0020 – Emenda parlamentar impositiva

04.007.27.812 .0020 1.145 – Repasse a Associaçao ..... –

337041-00 – Contribuições .....R$ 10.000,00

Art. 3º. Para atender ao disposto no artigo 3º, fica o poder executivo autorizado a reduzir valor, nos termos do Art 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64 a seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

04.007 – Departamento de desporto

04.007.27 – Desporto e Lazer

04.007.27.812 – Desporto Comunitário

04.007.27.812 .0020 – Emenda parlamentar impositiva

04.007.27.812 .0020 1.135..–Aquisiçao de Equiptos e materiais esportivos –

449052-00(786)– Equipto e Mat. Permanente..... R$ 10.000,00.

Art. 4º. O projeto criado no artigo 2º fica incluso no PPA 2018-2022 – Lei nº 1.648 de 13 de dezembro de 2021, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.653 de 11 de novembro de 2021 para o exercício de 2022.

Art. 5º. A Associação União Esporte Clube deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o término da vigência do Termo de Colaboração, em conformidade com o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

§ 1º. A Prestação de Contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os documentos constantes no Termo de Parceria firmado com a entidade.

§ 2º. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

§ 3º. Em caso de reprovação da prestação de contas ou de sua omissão, o Município de Terra Nova do Norte estará proibido de firmar futuras parcerias e/ou convênio com a entidade beneficiária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2022

SÚMULA: Altera o §4° do artigo 31-A da Lei Complementar 30/2013, e dá outras providências.

O SENHOR PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Altera o §4° do artigo 31-A daLei Complementar nº 30/2013, que passará a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II

DA FUNÇÃO GRATIFICADA DO CONTROLADOR INTERNO COM ATUAÇÃO EM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Art. 31-A – *(omissis)*

§ 4 – *Os serviços serão realizados em favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Peixoto de Azevedo com jornada de 20 (vinte) horas mensais, as quais serão compensadas pelo servidor público municipal durante finais de semana junto a Prefeitura de Terra Nova do Norte, para o efetivo cumprimento das 40 horas semanais a que está adstrito.*

Art. 2º. Fica dispensada apresentação de Estudo de Impacto Orçamentário e financeiro, para edição desta norma na medida em que não haverá dispêndio de recursos, para celebração do Termo de Cooperação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias em especial a Lei Complementar nº 91/2021 e Lei Complementar nº 98/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT, aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 170 DE 02 DE MAIO DE 2022.

PORTARIA N° 170 DE 0**2 de maio de 2022**.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **Infraestrutura Urbana em obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais, Sinalização Viária E CALÇADA em trechos de Vias Urbanas do bairro setor 06 zona Industrial,** NO MUNICÍPIO DE **TERRA NOVA DO NORTE/MT**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL, DE **TERRA NOVA DO NORTE/MT**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELAPRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **Terra Nova do Norte/**MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE **Infraestrutura Urbana em Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais, Sinalização Viária e Calçada em Vias Urbanas, nos trechos das Avenidas Manoel Ramos e Rio Grande do Sul, do Bairro Setor 06 Zona Industrial, no Município de Terra Nova do Norte/MT**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	**Infraestrutura Urbana em Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais, Sinalização Viária e Calçada em Vias Urbanas, nos trechos das Avenidas Manoel Ramos e Rio Grande do Sul, do Bairro Setor 06 Zona Industrial, no Município de Terra Nova do Norte/MT, com área total de execução de 26.115,05m², sendo:** **1-Pavimentação Asfáltica em TSD (vias sem revestimento do Bairro Setor 06 Zona Industrial):** T1- AVENIDA MANOEL RAMOS (TRECHO 01) - (Pista Dupla LD – Entre Avenida Mato Grosso e Rodovia BR-163); T2- AVENIDA MANOEL RAMOS (TRECHO 02) - (Pista Dupla LE – Entre Avenida Mato Grosso e Rodovia BR-163); T3- AVENIDA MANOEL RAMOS (TRECHO 03) - (Pista Simples – Entre Avenida Mato Grosso e Rodovia BR-163); T4- AVENIDA RIO GRANDE DO SUL (TRECHO 01) - (Pista Dupla LE – Entre Avenida Manoel Ramos e Avenida Norberto Schwantes); T5- AVENIDA RIO GRANDE DO SUL (TRECHO 02) - (Pista Dupla LD – Entre Avenida Manoel Ramos e Avenida Norberto Schwantes); T6- AVENIDA RIO GRANDE DO SUL (TRECHO 03) - (Pista Dupla LD – Entre Rotatória e Avenida Norberto Schwantes); T7- LIMPA-RODAS 01 (LR.01 - AVENIDA DOS MIGRANTES); T8- LIMPA-RODAS 02 (LR.02 - AVENIDA DOS MIGRANTES); T9- LIMPA-RODAS 03 (LR.03 - AVENIDA DOS MIGRANTES); T10- ROTATORIA DA AV. RIO GRANDE DO SUL; T11- LIMPA-RODAS 04 (LR.04 - RUA PRIMAVERAS); T12- LIMPA-RODAS 05 (LR.05 - RUA DAS MANGUEIRAS); T13- LIMPA-RODAS 06 (LR.06 - RUA DAS ORQUÍDEAS); T14- LIMPA-RODAS 07 (LR.07 - RUA MANDUCARU); T15- LIMPA-RODAS 08 (LR.08 - RUA SAMAMBAIA); T16- RETORNO 01 - CANTEIRO CENTRAL (AV. MANOEL RAMOS); T17- RETORNO 02 - CANTEIRO CENTRAL (AV. MANOEL RAMOS); T18- RETORNO 03 - CANTEIRO CENTRAL (AV. MANOEL RAMOS); T19- RETORNO 04 - CANTEIRO CENTRAL (AV. MANOEL RAMOS);	**Kley Willian Arévalo Costa.** **Eng. Civil CREA/MT 09768.** **RNP: 1200759567** **Responsável Técnico - Projetos e Orçamento da Obra.**

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: GENIVALDO GOMES

CREA: MT022431 – RNP: 1209829274

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Terra Nova do Norte/MT, 02 de maio de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte

GENIVALDO GOMES

Engenheiro Civil – CREA-MT 022431

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2022

SÚMULA: "Dispõe sobre o cancelamento de créditos tributários e não tributários municipais inscritos em dívida ativa e dá outras providências".

O SENHOR PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam cancelados os créditos tributários e não tributários devidamente constituídos e inscritos em dívida ativa, que não estejam em fase de cobrança judicial, consolidados por cadastro ou inscrição e vencidos até 31 de dezembro de 2014, por terem sido atingidos pela prescrição extintiva (art. 146, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, art. 173 e 174 do Código Tributário Nacional e art. 315 e seguintes da Lei Complementar nº 33/2014).

§1º. O cancelamento não atingirá os débitos que sejam objetos de execuções fiscais já ajuizadas pelo Município, bem como as Certidões da Dívida Ativa inclusas no protesto de títulos e documentos.

§2º. A consolidação se dará por cadastro ou inscrição mobiliária ou imobiliária ou inscrição individual de cada contribuinte em cada ano fiscal.

§3º. O cancelamento aludido no *caput* não abrange dívidas quitadas, nem permite a repetição de quantias já recolhidas.

Art. 2º. Fica facultado ao Poder Executivo Municipal não ajuizar execução fiscal para cobrança de créditos inscritos em Dívida Ativa, desde que não prescritos, cujo valor principal lançado em cada ano fiscal atinja o valor igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais).

§1º. O Poder Executivo Municipal poderá, a qualquer momento, desde que não prescrito o seu direito, ajuizar o débito fiscal dos créditos cuja cobrança se encontrava suspensa na forma do *caput*, quando surgirem novos débitos de responsabilidade do contribuinte que, somados aos débitos dos exercícios anteriores ultrapassem o valor previsto no *caput*, devidamente atualizado.

§2º. O não ajuizamento autorizado por esta Lei Complementar não implica na baixa e cancelamento do débito e da inscrição em Dívida Ativa, ressalvados os casos de prescrição.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Terra Nova do Norte/MT, aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

DECRETO Nº 048, DE 03 DE MAIO DE 2022.

DECRETO Nº 048, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre medidas para o enfrentamento da pandemia do COVID-19 e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Torixoréu-MT,** Senhor **Thiago Timo Oliveira,** no uso de suas atribuições conferidas por lei, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e ainda com fundamentos nas demais fontes de direito:

CONSIDERANDO que a imunização já realizada no Município de Torixoréu-MT é **atualmente de 95,94%** da população vacinável, conforme dados da Secretaria Estadual de Saúde, disponíveis no link: ;

CONSIDERANDO a estabilização do número de casos ativos e a diminuição das internações;

CONSIDERANDO os avanços alcançados no tratamento da doença, bem como a necessidade de retomar as atividades socioeconômicas;

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do instrumento de ponderação quando ocorrer conflitos entre princípios constitucionais, liberdade/educação(individual) e saúde pública/vida (coletivo), onde após a subsunção do fato como direito, deve predominar toda a segurança da coletividade;

CONSIDERANDO o princípio da juridicidade;

D E C R E T A :

Art. 1º – O uso de máscara de proteção individual passa a ser facultativo em todo o território do Município de Torixoréu-MT, ficando sobre a responsabilidade de cada cidadão ou do responsável legal dispor sobre a utilização da máscara, sua colocação e retirada.

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto no caput não se aplica à pessoa que se encontre com sintomas gripais, diagnosticada com Covid-19 ou com suspeita de estar contaminada.

Art. 2º O uso de máscaras será dispensado no caso de pessoas com deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, bem como, no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade (redação constante na Lei Federal n. º 13.979/2020).

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu-MT, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de maio de 2.022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

LEI Nº1179 DE 28 DE ABRIL DE 2022.

LEI Nº1179 DE 28 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a autorização de abertura de ***Crédito Adicional Especial*** *no orçamento corrente, e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2022/2025, e LDO/2022, e dá outras providências*.

O **Prefeito Municipal de Torixoréu/MT**, Senhor **THIAGO TIMO OLIVEIRA, faz saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de novo Projeto/Atividade no orçamento corrente, no valor de **R$ 151.281,00** (Cento e Cinquenta e Hum Mil e Duzentos e oitenta e Um Reais), conforme dotação orçamentária a seguir:

05 – Secretaria Municipal de Viação e Obras

05-001 – Serviços Públicos

25.752.4040.2XXX – MANUTENÇÃO E MELHORIA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

339030.00.00 – Material de Consumo

Fonte: 1.751.000000..... R$ 111.281,00

339039.00.00 – Pessoa Jurídica

Fonte: 1.751.000000..... R$ 40.000,00

Total.....R$ 151.281,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão pela indicação de recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado na receita 124150010000 – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, conforme o §1º, inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de **R$ 151.281,00**.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00, **(PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu/MT, 28 de abril de 2022.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2022

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: RODOBENS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº: 65.993.453/0026-60

Endereço: Rua João Pedro Moreira de Carvalho, nº 105 - Distrito Industrial Norte – Sinop/MT.

Objeto: Contratação de Empresa autorizada da marca Toyota, para Aquisição de Peças genuínas e Serviços especializados para realização de: a) Revisão de 20.000 km do veículo Caminhonete Toyota de Placa RAR9D83; b) Revisão de 30.000 km do veículo Caminhonete Toyota de Placa RCB5B16, os quais se encontram em garantia do fabricante.

Justificativa: Justifica-se a real necessidade de contratação de empresa especializada para fornecimento de peças genuínas e dos serviços necessários à realização de revisão de garantia dos Veículos de Placas RAR9D83 e RCB5B16, com concessionária autorizada mais próxima do município de União do Sul-MT.

Valor total estimado: R$ 11.046,38 (onze mil e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Forma de pagamento: O pagamento será à vista, após a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada no disposto no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, por se tratar de contratação de serviços e peças genuínas de valor abaixo do limite legal para dispensa licitatória, estabelecido pela lei e decreto acima mencionados, bem ainda por se tratar de proponente idônea, autorizada da marca Toyota e devidamente habilitada.

Embasamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Decisão: RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 025/2022.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 03 de Maio de 2022.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

LEI Nº 673/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022.

Autor: Poder Executivo

"Dispõe sobre a aquisição de terrenos urbanos no Distrito de Adrianópolis e da outras providências."

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à aquisição e 04 (quatro) terrenos urbanos, com medição de 1.500,00 m² no geral, tendo como frente 12,00 m, tendo lado direito 30,00 m, tendo lado esquerdo 63,84 m e fundos 36,00 m. Com valor total de R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) onde cada terreno custa R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais). Destinado a Construção do Barracão da Secretaria Municipal de Infraestrutura para garagem dos maquinários e implementos e outras existentes no Distrito.

Artigo 2º - As informações acima citadas são de acordo com relatório técnico apresentado pelo setor de engenharia deste município que segue em anexo: memorial descritivo, laudo de avaliação com relatório fotográfico, croqui da área e contrato de compra e venda do proprietário atual.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos - MT, 03 de Maio de 2022.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI Nº 4.891/2022

Dispõe sobre a alteração do nome da Rua da Atlântica localizada no Loteamento Santa Terezinha I e II e a Rua Atlântica, localizada no Loteamento Vila Arthur para Rua Maurício Apolônio da Silva (saudoso Zico), de acordo com a lei n.º 3.625/2011, que regulamenta arruamento e dá nomes às vias públicas do município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Maurício Apolônio da Silva (saudoso Zico), a atual Rua da Atlântica localizada no Loteamento Santa Terezinha I e II e a Rua Atlântica localizada no Loteamento Vila Arthur, de acordo com a lei n.º 3.625/2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 05 de abril de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Cleyton Nassarden Guerra

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N. 02/2022

Processo n° 785552/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem nas ruas: Tulipas, Travessa da Fernanda, das Palmas, 7, Maria Quitéria de Medeiros, B, Santos Dumont, Projetada C, Antônio Sotero de Almeida, Coronel José Augusto Gomes, das Papoulas, das Rosas, Beco 1 e S/D localizadas no Bairro Altos do Boa Vista no Município de Várzea Grande/MT. Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 12.12 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** as informações da Equipe técnica da Secretaria de Viação e Obras, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA HABILITADA** a licitante: **A I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI (EPP)** CNPJ nº 24.683.120/0001-07 e **DECLARA INABILITADAS** as licitantes: **MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA** CNPJ nº 06.232.484/0001-80 e **UNIDAS CONSTRUTORA LTDA** CNPJ nº 01.865.426/0001-70.O presente documento encontra-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 26 de abril de 2022. **Silvia Mara Gonçalves -** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº04/2022

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, através do **Processo nº 803911/2022**, comunica a contratação de empresa capacitada para a disponibilização de acesso a banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados pela Administração Pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, através da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022, com a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA** - CNPJ: 07.797.967/0001-95, cujo valor contratado totaliza a importância global de R$ 43.460,00 (Quarenta e três mil e quatrocentos e sessenta reais), com vigência de 12 (doze) meses contados da publicação.O presente documento encontra-se disponível no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/3965. Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2022. ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA PROC/GERAL/PMVG 05/2022

Dispõe sobre autorização excepcional ao servidor Ricardo Siqueira Costa, e dá outras providências.

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR, Procurador-Geral do Município de Várzea Grande – MT, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII e XXIV, do art. 8º, da Lei Municipal Complementar n.° 3.753/2012 e art. 5º do Decreto Municipal n° 102, de 08 de outubro de 2021; e

CONSIDERANDO a importância do princípio da eficiência para a Administração Pública, constante no art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a necessidade de motivar e comprometer as pessoas, bem como buscar a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores;

CONSIDERANDO as vantagens e benefícios diretos e indiretos resultantes do teletrabalho para a administração pública, para o servidor e para a sociedade;

CONSIDERANDO que a Lei Nacional n.º 12.551/2011 equipara os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos;

CONSIDERANDO a experiência bem-sucedida nos órgãos do Poder Judiciário de todo país, como Supremo Tribunal Federal, Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho, Tribunal eleitora, Ministérios Públicos e União, Tribunais de Contas e dos Estados; bem como Poder Executivo, como Governo Federal, Governos Estaduais, como Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do sul, além de Prefeituras como a do Rio de Janeiro; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 801.351/2022, o qual demonstra a saúde fragilizada do servidor RICARDO SIQUEIRA DA COSTA, que foi diagnosticado com cardiopatia grave (comorbidade permanente e de prevenção contínua), desde de 24/04/2007 e "neoplasia maligna do tecido conjuntivo e de outros tecidos moles" – CID C49, diagnosticada em 21/01/2019, sendo desde então submetido a tratamento continuado e permanente, bem como a necessidade do referido servidor prestar assistência ao seu pai Francisco Ferreira da Costa, 92 anos de idade, portador de Demência Senil, doença degenerativa semelhante ao Mal de Alzheimer, que necessita de cuidados em tempo integral.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor RICARDO SIQUEIRA COSTA, matrícula n° 39.889, Procurador Municipal efetivo, lotado na Procuradoria-Geral do Município de Várzea Grande - PROCON, a cumprir sua jornada integral em regime de teletrabalho, durante prazo de 03 (três) meses, no período de 02/04/2022 a 02/07/2022, mediante observância das seguintes regras:

I - definição pela Chefia imediata do servidor supracitado do Plano de Trabalho e do procedimento de aferição de produtividade e resultados;

II - assinatura do Plano de Trabalho e do Termo de Ciência e Responsabilidade pelo servidor;

III - acompanhamento e avaliação da produtividade e resultados pela Chefia imediata do servidor supracitado; e

IV - o servidor supracitado deverá atender às convocações para comparecimento sempre que sua presença física for necessária.

Art. 2º Está Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/04/2022.

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR

Procurador-Geral de Várzea Grande.

OAB/MT nº 11.785

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N. 03/2022 - MENOR PREÇO GLOBAL

Processo n° 789458/2022. O Município de Várzea Grande-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001- 10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Viação e Obras, o Senhor Luiz Celso Morais de Oliveira, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria n. 07/2021, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA** do tipo "**MENOR PREÇO"**, critério de julgamento **"MENOR PREÇO GLOBAL"** sob o regime de execução indireta de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, cujo objetoé **a Contratação de empresa especializada para Construção de Estação de Tratamento de Água Potável com capacidade para 125 litros/segundo, na Rod. MT 050, Bairro Jardim Botânico na localidade do distrito de Bonsucesso em Várzea Grande/MT**. Com realização prevista para o dia 10 de maio de 2022, às 08h30min (horário local), **foi prorrogada** para o dia **08 de junho de 2022**, às 08h30min (horário local), endereço: **Sala de Licitações da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Bairro Água Limpa – Várzea Grande/MT.** Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em vista a 3ª Retificação ao Edital e Projeto básico. O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande/MT, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande – MT, de 03 de maio de 2022. **Luiz Celso Morais de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

LEI Nº 4.889/2022

Dispõe sobre a criação de banco de dados de pessoas com deficiência para inclusão social no mercado de trabalho, no município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica criado no município de Várzea Grande o Banco de Dados de Pessoas com Deficiência para a inclusão social, com o intuito de facilitar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Art. 2º De forma a visar à concretização do objetivo desta Lei serão adotadas as seguintes ações:

I – verificar o número de pessoas com deficiência e alimentar o banco de dados;

II – realizar a triagem do currículo dessas pessoas;

III – proporcionar às pessoas qualificadas a oportunidade de ocuparem seu espaço no mercado de trabalho; e

IV – encaminhar para a qualificação profissional os que necessitam de capacitação.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social a operacionalização do disposto nesta Lei.

Art. 4º Para a implementação da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a Secretaria Municipal de Assistência Social poderá estabelecer ações, convênios e parcerias com órgãos públicos e entidades de direito público ou privado para a realização da capacitação profissional.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 29 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Eucaris Terezinha de Arruda Barros

LEI Nº 4.887/2022

Dispõe sobre a criação do Programa “Educação no Trânsito” nas escolas da rede pública municipal no âmbito do município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído o Programa ‘‘Educação no Trânsito’’, nas escolas da rede pública municipal de ensino, no âmbito do município de Várzea Grande.

Art. 2º O Programa consiste na realização de seminários, palestras, teatros, jogral ou outras atividades lúdicas, dinâmicas de grupos, simpósio ou qualquer forma de explanação referente à educação, à prevenção e à segurança no trânsito.

§ 1º O Programa, independentemente da modalidade de explanação, ocorrerá anualmente.

§ 2º Será facultada à direção da escola municipal a escolha da modalidade e o responsável pela abordagem do tema “Educação no Trânsito”, sendo admitida a substituição dos educadores por profissionais ou pessoas estranhas à escola, mas que estejam diretamente ligadas ao objetivo desta Lei.

§ 3º Para atingir o fim pedagógico da proposta as explanações serão adaptadas conforme o grau acadêmico e a idade dos alunos matriculados no ensino fundamental.

Art. 3º O Programa ‘‘Educação no Trânsito’’ tem entre outros, os seguintes objetivos:

I – levar os alunos a refletirem sobre a importância da faixa de pedestre, de respeitar o semáforo e o uso de cinto de segurança.

II – romper com o ciclo de violência no trânsito e minimizar acidentes; e

III – estimular a memorização dos alunos por meio da exposição das principais placas de sinalização durante as explanações a serem desenvolvidas no Programa “Educação no Trânsito”.

Art. 4º A implementação do Programa ‘‘Educação no Trânsito’’ nas escolas da rede municipal de ensino não exclui de maneira alguma a autonomia pertinente à respectiva grade curricular e ao seu projeto político-pedagógico.

Art. 5º A participação de profissionais habilitados ou órgãos especializados não ensejará qualquer ônus ao Poder Executivo, uma vez que as atividades desenvolvidas ao Programa serão realizadas por voluntários.

Parágrafo único: A execução do Programa poderá contar com a participação efetiva da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana com ou sem o apoio das demais secretarias.

Art. 6º Sem prejuízo do parágrafo único do artigo antecedente o Programa poderá contar com o apoio e participação da Guarda Municipal, Polícia Militar, Detran-VG, sociedade em Geral e/ou ONG’s.

Art. 7º As escolas públicas municipais deverão fazer anualmente um balanço geral de tudo o que foi desenvolvido relativamente ao Programa ‘‘Educação no Trânsito’’, inclusive apresentando os resultados aos alunos, pais e comunidade em geral.

Parágrafo único: No balanço anual apresentado pela escola deverão constar as estratégias a serem desenvolvidas no ano subsequente, em prol da melhoria do referido programa.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal regulamentará no que couber a presente Lei.

Art. 9º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 29 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Rosemary Souza Prado

LEI Nº 4.883/2022

Dispõe sobre a criação da Copa Interbairros de Futebol Feminino e Masculino, no âmbito do município de Várzea Grande-MT e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituída a “Copa Interbairros de Futebol Feminino e Masculino” no âmbito do município de Várzea Grande.

Art. 2º Consiste na realização de uma copa de futebol das categorias feminino e masculino entre os bairros localizados no município de Várzea Grande, em local a ser definido pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O programa ocorrerá anualmente e a rodada será definida de acordo com o número de inscrições realizadas.

Art. 3º A participação no programa dependerá do preenchimento dos seguintes requisitos:

I – ter entre 14 a 18 anos de idade;

II – estar regularmente matriculado (a) no ensino fundamental, médio, superior e/ou curso técnico profissionalizante;

III – apresentar atestado de vacinação da COVID-19; e

IV – os participantes menores deverão apresentar com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis ao início dos jogos o termo de consentimento e autorização dos pais ao órgão responsável pelo planejamento.

Art. 4º A Copa Interbairros de Futebol Feminino e Masculino tem, entre outros, os seguintes objetivos:

I – promover a interação entre jovens e adolescentes através do esporte;

II – estimular a adesão do futebol entre o público feminino;

III – minimizar índices de evasão escolar de jovens e adolescentes;

IV – incentivar a formação de novos talentos; e

V – construir uma juventude sadia, que tenha por valor a capacidade de conviver com as diferenças do seu semelhante.

Art. 5º Para garantir a segurança dos jogadores, da equipe de arbitragem, dirigentes, os jogos poderão contar com a participação da Polícia Militar, Guarda Municipal, Detran-VG, SEMOB e demais órgãos conforme a regulamentação do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Os custos da execução da Copa correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Sem prejuízo da participação orçamentária do Município, os jogos poderão ocorrer por meio da participação de voluntários e por meio de doações de empresários, ONG’s, entidades filantrópicas e do público em geral.

Art. 8º Durante a realização dos jogos que serão igualmente divulgados pelos meios disponíveis, os doadores serão autorizados a promoverem,

em local definido, a instalação de engenhos de publicidade e propaganda nos termos do art. 63, inciso I da lei complementar n.º 4.699/2021.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará no que couber a presente Lei Municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 22 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Rosemary Souza Prado

LEI Nº 4.882/2022

Dispõe sobre o Programa "Tô na Orla", no âmbito do município de Várzea Grande-MT e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica criado o Programa "Tô na Orla", no âmbito do município de Várzea Grande-MT, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, de cunho recreativo, instituído em caráter permanente na Orla da Alameda Júlio Muller.

Art. 2º São objetivos do Programa "Tô na Orla", promover e consolidar o lazer, entretenimento e esporte como direito social, guiado pelos princípios da democratização e inclusão social, valorizando e garantindo a acessibilidade das ações recreativas, em coparticipação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Várzea Grande-MT.

§ 1º A programação das atividades desenvolvidas pelo Programa "Tô na Orla" deverá ter início aos sábados, às 14:00 horas e término às 20:00 horas e aos domingos e feriados das 08:00 às 20:00 horas.

§ 2º Nos horários das atividades desenvolvidas pelo programa "Tô na Orla" a via deverá ser fechada desde a Av. da FEB, até o Condomínio MRV, para exibição de shows artísticos, prática de caminhada, passeios ciclísticos, patinação, desenvolvimento de brincadeiras e outras atividades correlatas.

§ 3º A GM-Guarda Municipal deverá estar presente no local para apoiar e fazer os devidos monitoramentos.

Art. 3º O espaço de que trata o artigo primeiro poderá ser utilizado por comerciantes ambulantes para expor seus produtos, cujo cadastro deverá ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 22 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Fabio José Tardin

LEI Nº 4.872/2022

Dispõe sobre a exibição de publicidade informativa antidrogas, consumo exagerado de bebidas alcoólicas, uso de narguilé e cigarros eletrônicos em shows e eventos e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica obrigado aos produtores de eventos, a exibição de vídeos educativos antidrogas, consumo exagerado de bebidas alcoólicas, uso de narguilé e cigarros eletrônicos, para fins de combate ao uso de substâncias alucinógenas ou entorpecentes, na abertura de todos os shows artísticos e eventos culturais no município de Várzea Grande-MT.

§1º Entendem-se como eventos culturais sessões de cinema, shows musicais diversos e festas regionais.

§2º Os vídeos de que trata o "*caput*" deste artigo deverão ter a duração de no mínimo 03 (três) minutos.

§3º A projeção do vídeo educativo deverá ser feita em telas capazes de permitir a visualização de seu conteúdo para todo o público do local onde se realizará o show ou evento cultural, utilizando-se de linguagem de fácil entendimento e texto de ampla divulgação da nocividade das substâncias contidas nos produtos de que se trata.

Art. 2º A criação dos vídeos educativos será de responsabilidade dos produtores dos shows ou eventos culturais realizados no município de Várzea Grande-MT.

Art. 3º Nas informações a serem veiculadas nos vídeos educativos de que trata a presente Lei deverão ser abordados os seguintes temas:

I – nocividade e doenças ocasionadas pelo uso do narguilé e do cigarro eletrônico;

II – a consequência do uso de drogas lícitas e ilícitas;

III – as consequências do uso do álcool e sua relação próxima com a prostituição e acidentes;

IV – os dependentes de drogas e as chances de recuperação; e

V – as consequências do uso excessivo do álcool e sua relação com os acidentes de trânsito.

Art. 4º Os vídeos informativos deverão conter os números de denúncia como disque 100 e disque denúncia 153 da GM - Guarda Municipal de Várzea Grande-MT.

Art. 5º Fica sob a responsabilidade do órgão ambiental municipal a fiscalização e a aplicabilidade das penalidades quanto ao descumprimento dos dispositivos dispostos nesta Lei:

I – advertência por escrito; e

II – para os produtores, multa no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), aplicado o dobro no caso de reincidência, e, após a terceira infração, o órgão competente fará a cassação da licença de funcionamento e a proibição da realização do evento pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 6º O disposto na presente Lei não implica em qualquer prejuízo para a aplicação das legislações estadual e federal sobre a mesma matéria.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei no que for necessário.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações necessárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 15 de março de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Fabio José Tardin

PORTARIA N°. 128/2022/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal da obra e do Contrato n°. 083/2022"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - Art. 1° - DESIGNARa servidora**ANA PAULA SILVA BOTELHO** como fiscal da obra e do contrato nº083/2022em conformidade com a cláusula décima sexta - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir de sua publicação.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de maio de 2022.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2022 – TERMO DE FOMENTO

Processo nº 805581/2022**.** Termo de Fomento para o repasse financeiro realizado pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Cultura, à**FEDERAÇÃO MATROGROSSENSE DE FUTEVOLÔLEI – FMTFUT**, inscrita no CNPJ n.º 18.087.987/0001-99, com o objetivo de fomentar a realização do evento **1ª Copa Várzea-Grandense de Futevôlei**, visando o incentivo no esporte, lazer e turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, cujo valor do repasse será na ordem de **R$ 299.616,00** (duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e dezesseis reais), de acordo com o cronograma de reembolso constante no Plano de Trabalho, cuja vigência do Termo de Fomento será pelo período de 02 (dois) meses, via Dispensa de Licitação n.º 29/2022. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 03 de maio de 2022. **Silvio Aparecido Fidelis**- Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Cultura.

EXTRATO CONTRATO N. 108/2022

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e de outro lado, Empresa FAUZE REVESTIMENTOS E SERVIÇOS TECNICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 03.487.766/0001-30. *FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: *Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666/1993, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 54/2021 da Secretaria de Saúde, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 768692/2021. OBJETO: O objeto deste Contrato é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de piso vinílico, com fornecimento de todos os materiais, insumos e demais procedimentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 1.600,000,00 (Hum milhão e seiscentos mil reais).* UO*: SECRETÁRIA DE SAÚDE FONTE: 015001621/01610. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, prazo que a contratada deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, II, da Lei n. 8666/1993. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: servidora JANAINA DE JESUS PINTO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3509581-4, SSP/MT, inscrito no CPF n. 389.276. 158-24. SUPLENTE DE FISCAL: Servidora AMANDA CAROLINA LÉ DE ALMEIDA, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1685511-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 038.032.041-00.*

DATA DE ASSINATURA: 28.04.2022.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Fundo Municipal De Saúde

Contratante

FAUZE REVESTIMENTOS E SERVIÇOS TECNICOS LTDA

Contratada

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2022

Processo nº 805044/2022**.**Contratação de pessoa jurídica para confecção e fornecimento de Placas de Patrimônio para tombamento de materiais permanentes da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, com a empresa **R2W GRÁFICA E EDITORA EIRELI** - CNPJ: 12.650.908/0001-20, cujo valor global de R$ 7.800,00(sete mil e oitocentos reais), com vigência contratual de 12 (doze) meses, contados da data da publicação, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, via Dispensa de Licitação n.º 28/2022. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 03 de maio de 2022. **Anderson Rodrigo do NascimentoSilva**- Secretário Municipal de Administração.

NOTIFICAÇÃO

Várzea Grande, 03 de maio de 2022.

Imo Senhor,

Trata-se de documentos dando cumprimento ao disposto na Resolução n. 001 de junho de 2021 que reestrutura o Regimento Interno do Conselho Previdenciário do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT.

Ressalta-se que todos os trâmites foram devidamente publicados em diário oficial podendo ser, a qualquer momento solicitado por Vossa Senhoria, conforme §2º, art. 19 do Regimento supra citado.

Desta feita, e em conformidade com o §3º do art. 19, fizemos a notificação via carta postal, porém sem êxito na data de 01/04, 13/04 e 18/04 do corrente ano, de acordo com o "AR" anexo a carta, no endereço informado em requerimento por Vossa Senhoria.

Diante de tais fatos, fica***NOTIFICADO*** o Sr. ***ROLDÃO LIMA JUNIOR,quanto a decisão ao requerimento protocolado junto ao Conselho Previdenciário em 24/02/2022, referente a processo administrativo n. 156/2019.***

Atenciosamente,

Luiz Marcel Leow Bordest

Presidente do Conselho Previdenciário

PREVIVAG

Segue o voto da relatora.

"Voto

Ementa: *DIREITO ADMINISTRATIVO. ARGUIÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO PREVIDENCIARIO. TEMA DEBATIDO E CONTROVERTIDO EM INSTANCIAS PRIMEVAS. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO JUDICIAL.*

Sumário:

Relatório

O ex-servidor municipal ROLDÃO LIMA JUNIOR requereu em sede de reconsideração o reexame do pedido de aposentadoria ***voluntaria*** *por tempo de contribuição, denegado pelo parecer 063/2018/PREVIVAG de 04/04/2019.*

Aduziu nessa quadra sinteticamente que, ao ser jubilado pelo Ato 111/2014 exarado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande já havia cumprido os requisitos para aposentar-se, pelo que, possui direito adquirido.

O pleito primevo foi negado ao argumento de que o Requerente ao tempo da data de entrada do requerimento não mais detinha a condição de segurado eis que já não era mais servidor publico (não tinha vinculo).

É o que importa.

Passo a opinar.

Fundamentação

Sem delongas.

O assunto a meu ver não comporta reforma em sede administrativa.

O debate cinge-se a reconhecer ou não se o Requerente possui ***direito adquirido*** *a aposentadoria* ***voluntária*** *por tempo de contribuição.*

Extrai-se do caderno processual que são inconsistentes os argumentos do Requerente e o tema não encontrou eco nas instancias inferiores tendo sido indeferido ante a ausência de condição de segurado ao tempo do pedido.

Ora, trata-se de pleito de aposentadoria ***voluntaria****. Voluntariedade in casu é o mesmo que espontaneidade. E não há no caso posto espontaneidade já que o requerimento é posterior a jubilação do Requerente do serviço publico, incidindo portanto as regras ordinárias especialmente quanto a necessidade de existência de vinculo com a administração.*

Temos assim que, no particular, não merece retoque o parecer 063/2018/PREVIVAG de 04/04/2019.

Em outro norte é de se notar que o Requerente já judicializou o tema através do Mandado de Segurança, processo 8557-26.2019.8.11.0002 (Código 578613), tendo a procuradoria do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande (PREVIVAG) prestado informações conforme encarte fls. 93/109 dos autos, donde se extrai (fls. 99/100) com absoluta certeza que a Corte de Contas do Estado de Mato Grosso, em julgamento singular 200/JJM/2016, ***analisando a vida funcional do Requerente, concluiu que o travado com a Câmara Municipal de Várzea Grande é nulo.***

De se notar que não foi apreciado o mérito no caso alhures mencionado, todavia não há como se desprezar o opinativo técnico ***já que este afasta por completo a tese de direito adquirido.***

Alem disso, direito adquirido é aquele que se mostra de plano, que já foi incorporado ao patrimônio jurídico da pessoa e que não comporta discussões, eis que se amolda por completo ao texto legal.

Ora, se o próprio Requerente já se valeu do Judiciário para buscar o reconhecimento de tal direito (desistindo do feito antes que se apreciasse o mérito) certamente o fizera em razão de que inexiste certeza do direito adquirido que requesta.

Por fim, e complementando ambas as premissas, a aposentadoria voluntaria tem como principal efeito a extinção do vinculo contratual, todavia aqui não temos o vinculo, pelo que, impossível à concessão administrativa ainda que provado fosse o direito adquirido. Para se reconhecer o pleito do Autor haveria que se discutir os efeitos que tal decisão imporia ao Ato 111/2014, o que não se mostra viável no processo em analise.

Conclusão

Posto isso, no caso concreto, opino pelo indeferimento do pedido de reconsideração efetuado por ROLDÃO LIMA JUNIOR por entender que, em razão das controvérsias, a arguição de direito adquirido devera ser chancelada pelo Judiciário caso assim queira o Requerente.

É como voto.

Várzea Grande/MT, 30 de março de 2022.

Gisele Aparecida de Barros

Conselheira Membro.

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 006/2022, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Presencial n.º 005/2022** regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Realizado no dia: 26/04/2022

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo (copa e cozinha), para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

RESULTADO:

LOTE 1

A empresa **AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, CNPJ: 37.152.127/0001-36, foi a **VENCEDORA,** para o lote fechou com valor de **R$ 83.500,00 (oitenta e três mil, quinhentos reais)**.

LOTE 2

A empresa **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI**, CNPJ: 26.148.070/0001-85, foi a **VENCEDORA,** para o lote fechou com valor de **R$ 121.899,40 (cento e vinte e um mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)**.

Várzea Grande, 29 de abril de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA- DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial

PROCESSO Nº. 009/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

TIPO: Menor Preço Global por Lote

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo (copa e cozinha), para atender a de-

manda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

EMPRESA VENCEDORA:

LOTE 1

A empresa **AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, CNPJ: 37.152.127/0001-36, foi a **VENCEDORA**, para o lote fechou com valor de **R$ 83.500,00 (oitenta e três mil, quinhentos reais).**

LOTE 2

A empresa **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI**, CNPJ: 26.148.070/0001-85, foi a **VENCEDORA,** para o lote fechou com valor de **R$ 121.899,40 (cento e vinte e um mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)**.

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a analise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 29 de abril 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 03/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE VÁRZEA GRANDE, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n. 12.287.415/0001-77. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 17/2021, na Lei Federal n. 13.019/2014, no Decreto Municipal n. 70/2016 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 802763/2022. OBJETO: Este instrumento tem o presente por objeto, aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, Termo de Colaboração o repasse de recursos financeiros para a execução do serviço de acolhimento institucional para atender até 55 (cinquenta e cinco) idosos com idade de 60 anos ou mais que não tenham condições de sobreviverem sozinhos ou de família carentes que não possam oferecer as mínimas condições de sobrevivência, provenientes de Várzea Grande – MT, conforme no Plano de Ação. VALOR: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), que serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0150. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Termo de Parceria ficará a cargo do PARCEIRO PÚBLICO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL que, designa para este ato, a Servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, inscrita no CPF n. 362.092.101-63.

DATA DE ASSINATURA: 03.05.2022.

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARCEIRO PÚBLICO

LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE VÁRZEA GRANDE

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL - PREGÃO PRESENCIAL SOB. O Nº. 032/2022

O Pregoeiro, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela **Portaria n. 007/2022, de 13 de janeiro de 2022**, e ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49, da Lei 8.666/1993, decide **REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB. O Nº. 032/2022**, com abertura das propostas de preços e documentos de habilitação na data de **28/04/2022, as 08:00** horas, na sede Administrativa, sito na Rua Dr. Mario Correia, nº. 452 – nesta cidade, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultado do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim especifico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter escopo a satisfação e o interesse da Coletividade;

3º - CONSIDERANDO o pedido da Secretária de Administração e finanças, onde solicita a revogação para adequação na modalidade da forma de julgamento da licitação, o Pregoeiro resolve revogar o presente Pregão Presencial.

REVOGA-SE o Pregão Presencial nº. 032/2022.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 03 de maio de 2022.

_____

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO

PORTARIA N.189/2022

"REVOGA AS PORTARIAS Nº 178/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria de nº **178/2022** de 26 de abril de 2022, a contar do dia 03 de maio de 2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 26 de abril de 2022, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS do mês de MAIO DO ANO de dois mil E VINTE E dois.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

AVISO DO PREGÃO N. 038/2022 PMVB

PREGÃO N. 037/2022 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDRÁULICA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA - PREVENTIVA EM MAQUINAS PESADAS,

TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 17/05/2022.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 17/05/2022.

Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PORTARIA N. 188, DE 03 DE MAIO DE 2022.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".**

JACOB ANDRE BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO item 17, subitem 17.7 da homologação do resultado final do **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021** em 07 de fevereiro de 2022, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 10 de fevereiro de 2022 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

RESOLVE:

Art. 1°. Fica convocado para contratação o candidato ao cargo elencado no anexo I desta Portaria, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. O candidato a ser contratado deverá atender os seguintes procedimentos:

I - Comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, **no período de 04 de maio a 16 de maio do corrente ano, das 07h30m às 12h30m,** para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

XIX. Numero de telefone;

XX. Email;

Art. 3º. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no regime jurídico-administrativo, instituído pela Lei Municipal Nº 1.409/2019, de 26 de fevereiro de 2019, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º. Os contratos oriundos da presente Convocação serão em caráter excepcional e por tempo determinado, apenas e tão somente para a substituição provisória de servidores que se encontrarem em férias, licença prêmio, licença saúde, e demais afastamentos permitidos na lei.

Art. 5º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS TRÊS DIAS do mês deMAIO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRE BRINGSKEN

PREFEITO

ANEXO I - PORTARIA N. 188/2022

AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE - REGIÃO ANTONIETA

INSCRIÇÃO	NOME	DATADENASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	C.E.	NOTAPROVAOBJETIVA	RESULTADO
526822	DEVANIA COELHO LEAL	17/07/1995	20,0	12,0	4,0	28,0	64,0	1.

PROFESSOR DE NÍVELSUPERIOR– PEDAGOGIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATADENASCIMENTO	L. P.	C. G.	MAT.	C.E.	NOTAPROVAOBJETIVA	NOTAPROVA DE TÍ-TULOS	NOTAFINAL	RESULTADO
525865	**VALDIRENE RIBEIRO DOS SAN-TOS LIMA**	06/08/1976	**6,0**	**0,0**	**2,0**	**32,0**	40,0		40,0	**37.**
526869	**CATIA DURAN NEPOMUCENO**	07/07/1987	**6,0**	**0,0**	**2,0**	**32,0**	40,0		40,0	**38.**

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 03 de maio de 2022.

JACOB ANDRE BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N.190/2022

DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **SÉRGIO DE MELLO SANTOS**, portador do RG.: 1630040 SSP/MT CPF: 026.147.101-56, engenheiro civil, CREA/MT: 039458, para atuar como fiscal de obra/serviços constantes no **Contrato n° 036/2022**, celebrado entre o Município de **Vila Bela da Santíssima Trindade** -MT e a empresa **G. F. DA CRUZ FUNDACOES E CONSTRUCOES**, CNPJ sob nº 15.650.038/0001-87, cujo objeto é a **execução de sondagem de percolação de solo e sondagem SPT - Standart Penetration Test, para elaboração de projetos de construção e/ou reforma.**

Art. 2º - Designar a servidoraKARLA BERNARDELLI FREITAS, portadora da Cédula de Identidade n. 1.575.145-7 SSP/MT e CPF n. 006.103.281-66, Técnica Supervisora de Obras para atuar como fiscal da correta execução do objeto do contrato acima descrito.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, a contar da assinatura da emissão da Ata de registro de Preços.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao termino da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 26 de abril de 2022, revogadas disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 186, DE 02 DE MAIO DE 2022.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".**

JACOB ANDRE BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO item 17, subitem 17.7 da homologação do resultado final do **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021** em 07 de fevereiro de 2022, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 10 de fevereiro de 2022 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

RESOLVE:

Art. 1°. Fica convocado para contratação o candidato ao cargo elencado no anexo I desta Portaria, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. O candidato a ser contratado deverá atender os seguintes procedimentos:

I - Comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, **no período de 03 de maio a 13 de maio do corrente ano, das 07h30m às 12h30m,** para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

XIX. Numero de telefone;

XX. Email;

Art. 3º. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no regime jurídico-administrativo, instituído pela Lei Municipal Nº 1.409/2019, de 26 de fevereiro de 2019, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º. Os contratos oriundos da presente Convocação serão em caráter excepcional e por tempo determinado, apenas e tão somente para a substituição provisória de servidores que se encontrarem em férias, licença prêmio, licença saúde, e demais afastamentos permitidos na lei.

Art. 5º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS DOIS DIAS do mês deMAIO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRE BRINGSKEN

PREFEITO

ANEXO I - PORTARIA N. 186/2022

PROFESSOR DE NÍVELSUPERIOR– PEDAGOGIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATADENASCIMENTO	L.P.	C. G.	MAT.	C.E.	NOTAPROVAOBJETIVA	NOTAPROVA DE TÍTULOS	NOTAFINAL	RESULTADO
527730	ELIANE OLIVEIRA COELHO	07/03/1992	6,0	6,0	6,0	24,0	42,0	0,0	42,0	35.
527393	KAROLINY FERNANDES REDIVO	22/06/1995	12,0	3,0	2,0	20,0	37,0	5,0	42,0	36.

TÉCNICOEMDESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	DATADENASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	C.E.	NOTAPROVAOBJETIVA	RESULTADO
528481	MIRRAYLE CHRISTIE ASSUNCAO VILELA	07/02/1996	24,0	12,0	0,0	20,0	56,0	10.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 02 de maio de 2022.

JACOB ANDRE BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N.191/2022.

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ALZINÉIA MONTEIRO DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Julião Leite de Brito, 605, centro Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 295402-5 SSP/MT e CPF nº 022.984.442-18, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ASSISTENTE JURÍDICO**, a contar desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRES DIAS do mês de MAIO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

ATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL - PREGÃO PRESENCIAL SOB. O Nº. 023/2022

O Pregoeiro, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela **Portaria n. 007/2022, de 13 de janeiro de 2022**, e ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49, da Lei 8.666/1993, decide **REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB. O Nº. 023/2022**, com abertura das propostas de preços e documentos de habilitação na data de **28/04/2022, as 08:00** horas, na sede Administrativa, sito na Rua Dr. Mario Correia, nº. 452 – nesta cidade, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultado do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim especifico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter escopo a satisfação e o interesse da Coletividade;

3º - CONSIDERANDO o pedido da Secretária de Administração e finanças, onde solicita a revogação para adequação na modalidade da forma de julgamento da licitação, o Pregoeiro resolve revogar o presente Pregão Presencial.

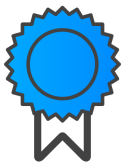
REVOGA-SE o Pregão Presencial nº. 023/2022.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 03 de maio de 2022.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue May 03 22:31:22 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)